

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
DOUTORADO EM GEOGRAFIA**

CLAUDECI PEREIRA NETO

**A MIGRAÇÃO PARA O BAIRRO PLANALTO, NO MUNICÍPIO DE
LINHARES, IMPULSIONADA POR FATORES ECONÔMICOS E
REDES MIGRATÓRIAS**

**Vitória
2020**

CLAUDECI PEREIRA NETO

**A MIGRAÇÃO PARA O BAIRRO PLANALTO, NO MUNICÍPIO DE
LINHARES, IMPULSIONADA POR FATORES ECONÔMICOS E
REDES MIGRATÓRIAS**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Geografia.

Orientadora: Profa. Dra. Aurélia Hermínia Castiglioni.

**Vitória
2020**

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de
Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

P436m Pereira Neto, Claudeci, 1975-
A migração para o bairro Planalto, no município de Linhares,
impulsionada por fatores econômicos e redes migratórias /
Claudeci Pereira Neto. - 2020.
424 f. : il.

Orientadora: Aurélia Hermínia Castiglioni.
Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal do
Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Migração interna. 2. Incentivo fiscais. 3. Amostragem
(estatística). 4. Economia regional. 5. Redes sociais. I.
Castiglioni, Aurélia Hermínia. II. Universidade Federal do
Espírito Santo. Centro de Ciências Humanas e Naturais. III.
Título.

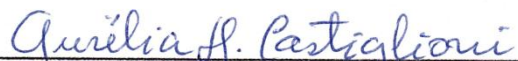
CDU: 91

**"A MIGRAÇÃO PARA O BAIRRO
PLANALTO, NO MUNICÍPIO DE
LINHARES, IMPULSIONADA POR
FATORES ECONÔMICOS E REDES
MIGRATÓRIAS"**

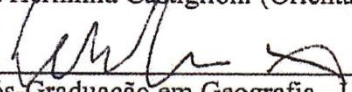
CLAUDECI PEREIRA NETO

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Espírito Santo como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Geografia.

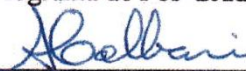
Aprovado em 30 de setembro de 2020.




Dra. Aurélia Herminia Castiglioni (Orientadora)



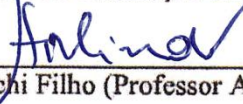
Dr. Ednelson Mariano Dota (Programa de Pós-Graduação em Geografia - UFES)



Dra. Antonia de Lourdes Colbari (Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais - UFES)



Dr. Gutemberg Hespanha Brasil (Programa de Pós-Graduação em Economia - UFES)



Dr. Arlindo Villaschi Filho (Professor Aposentado - UFES)

A Aurélia Castiglioni e
a Angela Morandi (*in memoriam*),
duas professoras extraordinárias.

AGRADECIMENTOS

A Willian Galvão e Ricardo Santos, com os quais tive a alegria de ser colega de profissão no Bandes. Eles ajudaram-me no resgate histórico da entrada de parte do Espírito Santo na Sudene e apresentaram-me a Sra. Rita Camata, a quem agradeço pela disponibilidade para me receber e responder a meus questionamentos sobre as dificuldades políticas enfrentadas para incluir parte do estado capixaba na Sudene.

Ao amigo de profissão e ex-funcionário do Bandes Gilson Domingos pelas interlocuções com a Junta Comercial.

Aos amigos e amigas de trabalho do Bandes, por me apoiar e viabilizar minhas ausências, especialmente a Denilza Javarini, Karina Corteletti e Everaldo Colodetti.

Aos pesquisadores da Coordenação de Estudos Econômicos do Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN), que me receberam para ouvir sobre o andamento da tese e me forneceram contribuições sobre a escolha do bairro Planalto: Antonio Ricardo, Adriano do Carmo Santos, Claudimar Pancieri, Edna Tresinari, Estefania Ribeiro, Gustavo Ribeiro, Paula Rubia Beiral e Vicente de Paulo Pereira.

Ao amigo Adriano de Carmo Santos, Especialista em Estudos e Pesquisas Governamentais do IJSN, pelas sugestões e conversas sobre o andamento da tese.

Ao amigo Ricardo Paixão, professor da Faceli, pela ajuda nos contatos com pessoas de Linhares.

A Francisco Silva, professor da Faceli, a Fabrício Valfré Prado, coordenador da agência de microcrédito de Linhares, e a Luiz Fernando Lorenzoni, secretário de Desenvolvimento Econômico do município de Linhares, pelas informações e partilha de percepções sobre o município.

Ao prefeito Guerino Zanon pelas informações sobre o crescimento dos bairros de Linhares.

Aos técnicos de geoprocessamento da prefeitura de Linhares, Gladiston de Souza Júnior e Lucas Marques, pela disponibilização de dados vetoriais e informações sobre o município.

Ao professor Gutemberg Brasil e a Márcio Rodrigues dos Santos Souza, estatístico e ex pesquisador do IJSN, pelas orientações iniciais sobre a elaboração do planejamento amostral.

Aos técnicos do IBGE (unidade de Vitória) Rafael Hiroshi Souza Kenmoku, coordenador do Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos (CNEFE) no Espírito Santo, e Alex Gomes Bossois, coordenador estadual da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC/ES), pelas orientações em relação ao planejamento amostral e à pesquisa de campo.

A Helio Carreço pela ajuda na elaboração de mapas e pela assistência técnica no dia da defesa da tese.

Aos pesquisadores Ruan Sedano Caldeira e Josenilton Pinheiro Santos pelos trabalhos de campo no bairro Planalto.

A Wesley Xavier, presidente da Associação de Moradores do bairro Planalto, pelas informações sobre o bairro e pelo acompanhamento em outras entrevistas.

Aos moradores entrevistados do bairro Planalto: Creuzimar Ribeiro da Silva, Dinorá dos Santos Calixto, Joedson Pereira, Joerli Antônio Foreste e ao casal Ernestina Pavesi Zuliani e Etiene Zuliani.

A todas as pessoas do bairro Planalto que aceitaram responder ao questionário.

A Érika Demoner e Paulo José Noia da Secretaria de Estado da Fazenda.

A Eliamara Janaina Belchior e Mayara Lambert da Secretaria de Estado de Desenvolvimento. A Cristina Velloso, ex-subsecretária de Estado de Desenvolvimento.

A Carlos Yoshio Motoki, ex-diretor de Gás e Energia da Agência de Regulação de Serviços Públicos (ARSP), pelos dados de consumo de energia elétrica.

Ao amigo Celio de Lima Silva, pelo auxílio nas impressões.

A Marcieni Marinho Neto, pela ajuda na aplicação do questionário, no pré-teste, e a Claudieni Marinho Neto, pelo auxílio em algumas traduções.

A Ruth Maria Pereira, minha mãe, pelo incentivo e cuidado.

Á companhia dos doutorandos e doutorandas em sala, pela partilha nos seminários, entre os quais o meu ex-professor de economia José Lázaro Celin.

A doutoranda Jéssica Monteiro da Silva Tavares, pela parceria nos artigos científicos.

A Izadora Ramos, Luciana Cruz e Igor Teixeira, ex-secretários do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG-Ufes).

A Fábio Massanti Medina e Arlete Franco, respectivamente, diretor e bibliotecária da Biblioteca Central da Ufes, por me ajudarem a encontrar alguns livros, e a todos os demais servidores.

Agradeço as contribuições das professoras Antonia de Lourdes Colbari, Angela Maria Morandi e do professor Ednelson Mariano Dota na qualificação deste trabalho. Infelizmente, em 2019, a professora Angela Morandi faleceu. Uma grande perda!

Ao professor Luís Antonio Bittar pelas contribuições concedidas no Seminário PPGG-UFES.

Aos professores da comissão examinadora pela leitura atenciosa e contribuições: Antonia de Lourdes Colbari, Ednelson Mariano Dota, Gutemberg Hespanha Brasil e Arlindo Villaschi Filho.

À professora Aurélia Castiglioni, pela orientação atenciosa, carinhosa e motivadora! Desde o mestrado, tenho a honra de usufruir sua companhia. Certamente foi o meu apreço pelo seu ofício e a tentativa de corresponder a seus estímulos que me fizeram perseverar nesta pesquisa. Nesses anos de partilha pude testemunhar o seu o respeito aos saberes e à autonomia dos alunos. Como revela Paulo Freire, ensinar exige humildade; exige alegria e esperança; exige segurança, competência profissional e generosidade; exige comprometimento; exige querer bem aos educandos... E essas qualidades a professora Aurélia desenvolveu em seu ofício de ensinar e orientar.

Ao Deus vivo, que habita na vida.

RESUMO

Os migrantes residentes no bairro Planalto tiveram como principais motivadores do ato migratório os fatores repulsores das regiões de origem, os fatores atratores do município de Linhares, proporcionados pelo seu crescimento econômico, e o impulso adicional promovido pelas redes migratórias. As atividades econômicas no município foram fomentadas, nos últimos anos, também pelos benefícios fiscais do Invest-ES e incentivos fiscais e financeiros da Sudene. Parte do território capixaba foi incluída na Sudene em 1998, após um esforço de articulação política na Câmara dos Deputados e no Senado Federal para a aprovação da emenda da deputada Rita Camata. Os trabalhos de campo em Planalto consistiram em cadastrar todos os domicílios do bairro e depois aplicar o questionário numa amostra de 350 residentes de 16 anos ou mais, com base numa amostragem aleatória, que levantou dados sobre características gerais dos migrantes, as redes migratórias, as motivações para o ato migratório, entre outros. A tabulação dos dados e o tratamento no programa estatístico SPSS revelaram que 67,4% eram migrantes. Do total de migrantes 50,4% vieram de outros municípios capixabas e 22,9% eram oriundos da Bahia. Do total de residentes nos domicílios, 41,0% eram naturais de outras localidades. Desse grupo, 58,8% eram originários de outros estados e 41,2% de outros municípios capixabas. Ademais, 40,7% dos filhos naturais de Linhares eram de mulheres não naturais, demonstrando a importância do efeito indireto da migração. Entre as motivações, 47,5% dos migrantes apontaram o desemprego, a falta de oportunidade de trabalho, a busca de oportunidades, a melhoria de vida e a busca de melhores condições financeiras, como fatores econômicos repulsores dos locais de origem, e 25,2% citaram o melhor mercado de trabalho, a qualidade e as oportunidades de Linhares como fatores atratores, corroborando a pacificada teoria de que a maioria das pessoas migra por motivos econômicos, especialmente impulsionadas pelas diferenças regionais. As principais escolas de pensamento econômico (clássica e neoclássica, marxista e keynesiana) influenciaram nos estudos migratórios, especialmente na mobilidade dos trabalhadores. A pesquisa também revelou que as redes migratórias influenciaram a decisão de migrar e a direção do fluxo para Linhares: 41,9% dos migrantes foram incentivados por pessoas que residiam no município, especialmente por parentes; 39,8% deles foram assistidos na chegada a Linhares, e a forma de ajuda mais citada foi a hospedagem na casa (32,6% das

respostas), o que denota a força dos vínculos sociais. As redes migratórias impulsionam o fenômeno mediante as conexões entre origem e destino e proporcionam ao migrante apoio financeiro, emocional, afetivo e ajuda para que se insira no mercado de trabalho. Diante do baixo nível de instrução dos migrantes, não se observaram elementos mais aprofundados da influência da “modernidade líquida” sobre a migração, o que necessitaria de pesquisas mais específicas.

Palavras-chave: Espírito Santo. Sudene. Invest-ES. Incentivos fiscais. Desequilíbrio regional. Modernidade líquida. Amostragem aleatória. Efeito indireto da migração.

ABSTRACT

The Migrants residents of Planalto neighborhood had as main motivators of the migration act the repulsive factors of the regions of origin, the attracting factors of the municipality of Linhares, provided by its economic growth, and the additional impetus promoted by the migratory networks. The economic activities in the municipality have also been fostered in recent years by the tax benefits of Invest-ES and financial and fiscal incentives of the SUDENE. Part of the territory of the state in Espírito Santo was included in Sudene in 1998, after a political articulation effort in the House of Representatives and the Federal Senate for the approval of the amendment of Representative Rita Camata. The fieldwork in the Planalto neighborhood consisted in registering all households and then applying the questionnaire to a sample of 350 residents aged 16 and over, based on a random sample, which collected data on general characteristics of migrants, migratory networks, the motivations reasoning the migration, among others. The Data tabulation and treatment in the SPSS statistical program revealed that 67.4% were migrants. From the total of migrants, 50.4% came from other municipalities in the state of Espírito Santo and 22.9% were from Bahia. Of the total residents 41.0% were from other places. Of this group, 58.8% were from other states and 41.2% from other municipalities of Espírito Santo. Moreover, 40.7% of the natural children of Linhares were from non-natural women, demonstrating the importance of the indirect effect of migration. Among the motivations, 47.5% of the migrants pointed out unemployment, lack of job opportunities, the search for opportunities, life improvement and the search for better financial conditions, as economic factors repelling the places of origin, and 25.2% cited the best labor market, quality and opportunities of Linhares as attracting factors corroborating the pacified theory that most people migrate for economic reasons, especially driven by regional The main schools of economic thought (classical and neoclassical, Marxist and Keynesian) have influenced migration studies, especially the workers' mobility. The survey also revealed that migration networks influenced the decision to migrate and the direction of the flow to Linhares: 41.9% of migrants were encouraged by people living in the municipality, especially relatives; 39.8% of them were assisted upon arrival in Linhares, and the most cited form of help was staying at the people's houses (32.6% of responses), which denotes the strength of social ties. Migration networks boost the phenomenon through the connections

between origin and destination and provide the migrant with financial, emotional, affective support and help to enter the job market. Given the low Education level of migrants, no deeper elements were observed influencing the "liquid modernity" on migration, which would require more specific research.

Keywords: Espírito Santo. Sudene. Invest-ES. Fiscal incentives. Regional imbalance. Liquid modernity. Random sampling. Indirect effect of migration.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Vista parcial da Avenida José Francisco Carminatti Bachetti e a praça, bairro Planalto	191
Figura 2 – Placa de comunicação das obras de infraestrutura no bairro Planalto, 2019	192
Figura 3 – Exemplos de novas construções encontradas no bairro Planalto	193
Figura 4 – Residencial Morada do Verde e Residencial Morada dos ipês, no bairro Planalto	194
Figura 5 – Unidade de Saúde da Família no bairro Planalto	195
Figura 6 – Escolas de ensino infantil e fundamental e instituição filantrópica de ações socioeducativas, no bairro Planalto	196

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Taxa média de juros das operações de crédito tomadas pelas pessoas jurídicas no Sistema Financeiro e taxa média de juros ponderada pelas contratações com recursos do FNE.....	43
Gráfico 2 – Número de contratações com recursos do FNE, por estado, 2010 - 2017	44
Gráfico 3 – Valor contratado (R\$ bilhões) com recursos do FNE, por estado, 2010 - 2017	45
Gráfico 4 – Número de contratações na Região da Sudene no Espírito Santo com recursos do FNE, por município, 2010 - 2017	46
Gráfico 5 – Valor contratado (R\$ milhões) na Região da Sudene no Espírito Santo com recursos do FNE, por município, 2010 - 2017	46
Gráfico 6 – Índice do Produto Interno Bruto (PIB), a preços correntes, das regiões do Espírito Santo e de Linhares, 2002-2017	54
Gráfico 7 – Índice do Valor Adicionado Bruto (VAB) e dos impostos sobre produtos, a preços correntes, das regiões do Espírito Santo e de Linhares, 2002-2017	55
Gráfico 8 – Índice de emprego formal das regiões do Espírito Santo e de Linhares, por segmento econômico, estoque em dezembro de cada ano, 1998-2017	56
Gráfico 9 – Índice de emprego formal na construção civil das regiões do Espírito Santo e de Linhares, estoque em dezembro de cada ano, 1998-2017	57
Gráfico 10 – Índice do consumo de energia nas regiões do Espírito Santo e em Linhares, 2002-2017	58
Gráfico 11 – Índice de crescimento populacional das regiões do Espírito Santo e de Linhares, 2000-2018	59
Gráfico 12 – Municípios do Espírito Santo (ES) que mais receberam <i>royalties</i> (%) sobre o total de <i>royalties</i> recebidos por todos os municípios do ES, 2017*	73
Gráfico 13 – Municípios do Espírito Santo com maior participação das receitas de <i>royalties</i> no total das suas receitas (%), 2017	73
Gráfico 14 – Número de pessoas residentes nas áreas de ponderação de Linhares em 31/07/2010, que, em 31/07/2005, residiam em outros municípios do Espírito Santo ou em outros estados.....	182
Gráfico 15 – Participação das pessoas residentes nas áreas de ponderação de Linhares em 31/07/2010, que, em 31/07/2005, residiam em outros municípios do Espírito Santo ou em outros estados	183
Gráfico 16 - Residentes no bairro Planalto por naturalidade em relação ao município de Linhares e por grupos etários, resultados da amostra 2019.....	225

Gráfico 17 – Idade dos migrantes entrevistados residentes no bairro Planalto, ao migrarem para o município de Linhares, 2019	240
Gráfico 18 – Percentual de migrantes e não migrantes entrevistados que residiram em outros bairros de Linhares antes de se estabelecerem no bairro Planalto, por tempo de residência no bairro Planalto, 2019	243
Gráfico 19 – Tempo de residência em Linhares, sem interrupção, dos migrantes entrevistados no bairro Planalto, em 2019	256
Gráfico 20 – Proporção de não migrantes e de migrantes, entrevistados no bairro Planalto, com tempo de residência em Linhares de 0 a 10 anos e acima de 10 anos, por faixa de rendimento mensal, 2019	257
Gráfico 21 – Percentual de migrantes e não migrantes, entrevistados no bairro Planalto, que recebiam rendimentos mensais, por nível de instrução e sexo, 2019	259
Gráfico 22 – Correlação entre rendimento mensal (R\$) e anos de estudo dos migrantes e não migrantes, por sexo, entrevistados no bairro Planalto, que estavam trabalhando nos setores econômicos, 2019.....	262

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Área de atuação da Sudene no Brasil	36
Mapa 2 – Área de atuação da Sudene no Espírito Santo	37
Mapa 3 – Área de Atuação dos Fundos Constitucionais de Financiamento (FCO, FNE e FNO)	42
Mapa 4 – Número de projetos enquadrados e investimentos previstos, em R\$ milhões, no INVEST-ES Indústria, 2003 a 2016.....	52
Mapa 5 – Taxa média geométrica de crescimento populacional dos municípios do Espírito Santo, 1991-2000 e 2000-2016.....	60
Mapa 6 – Número de pessoas residentes nos municípios do Espírito Santo em 2000 e em 2010, e que em 31/7/1995 e em 31/7/2005, respectivamente, residiam em outros estados.....	62
Mapa 7 – Variação percentual (2000-2010) dos residentes nos municípios do Espírito Santo nascidos em outros municípios capixabas e nascidos em outros estados.....	64
Mapa 8 – Infraestrutura de transporte do município de Linhares, 2010	66
Mapa 9 – Distribuição populacional dos bairros do distrito-sede do município de Linhares, 2010.....	68
Mapa 10 – Bairros do distrito-sede do município de Linhares, 2010.....	69
Mapa 11 – Campos produtores de petróleo e gás natural e blocos exploratórios em ambiente terrestre no Espírito Santo	72
Mapa 12 – Áreas de ponderação do município de Linhares, 2010.	178
Mapa 13 – Percentual de migrantes na população de cada área de ponderação do município de Linhares em 2010, tendo como referência sua residência em 31/07/2005	180
Mapa 14 – Evolução da área urbana do município de Linhares entre 2000 e 2011	186
Mapa 15 – Estrutura urbana do bairro Planalto no município de Linhares, em 2006, 2010 e 2018	187
Mapa 16 – O bairro Planalto e alguns equipamentos urbanos, 2020.....	190
Mapa 17 - Arruamento e quadras do bairro Planalto no município de Linhares e a divisão em três setores, 2019.....	212
Mapa 18 - Município de residência no Espírito Santo dos entrevistados no bairro Planalto, antes de migrarem para o município de Linhares, 2019.....	238
Mapa 19 – Município de residência na Bahia dos entrevistados no bairro Planalto, antes migrarem para o município de Linhares, 2019	239

Mapa 20 – Último bairro de residência, dos entrevistados no bairro Planalto, no município de Linhares, antes de se estabelecerem no bairro Planalto, 2019246

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Resumo da tramitação do Projeto de Lei para a inclusão do Vale do Jequitinhonha (Minas Gerais) e de parte do Espírito Santo na Sudene	77
Quadro 2 – Número de domicílios nos condomínios Morada do Verde e Morada dos Ipês	207
Quadro 3 – Número de domicílios cadastrados no bairro Planalto	207
Quadro 4 – Estrutura do questionário e itens observados	207

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Pleitos de Redução/Isenção e Reinvestimento do IRPJ aprovados por estado abrangido na área da Sudene, 2007-2017	40
Tabela 2 – Pleitos aprovados e investimentos registrados (R\$ milhões) por estado abrangido na área da Sudene, 2013-2017	40
Tabela 3 – Pleitos de Redução e Reinvestimento do IRPJ aprovados por município do Espírito Santo abrangido na área da Sudene, 2010-2017.....	41
Tabela 4 – População total, variação absoluta e taxa média geométrica de crescimento anual da população, Espírito Santo, 1991-2000, 2000-2010 e 2000-2016	61
Tabela 5 – População dos distritos de Linhares, 2010.....	65
Tabela 6 – População dos bairros do distrito-sede do município de Linhares, 2010.	67
Tabela 7 – Resultado da votação do PL nº 4.695/94 na Câmara dos Deputados, em 10/09/1997, por estado e Região	98
Tabela 8 – Resultado da votação do Requerimento nº 988 no Senado Federal, em 20/05/1998, por estado e região.....	108
Tabela 9 – Resultado da votação da Emenda da Câmara ao Projeto de Lei do Senado Federal nº 146/92, em 20/05/1998, por estado e Região.....	116
Tabela 10 – Dados das áreas de ponderação de Linhares com base na Amostra do Censo 2010: população total, pessoas da amostra, número de migrantes tendo como referência sua residência em 31/07/2005 e sua participação na população total	179
Tabela 11 – População residente nas áreas de ponderação de Linhares em 31/07/2010, que, em 31/07/2005, residia em municípios do Espírito Santo ou em outros estados.....	181
Tabela 12 – Controle de cotas por sexo dos entrevistados de 16 anos ou mais no bairro Planalto, com base no Censo 2010	203
Tabela 13 – Controle de cotas por faixa etária dos entrevistados de 16 anos ou mais no bairro Planalto, com base no Censo 2010.....	203
Tabela 14 – Número de domicílios ocupados e de questionários a serem aplicados em cada setor do bairro Planalto.....	209
Tabela 15 – Número de questionários e de recusa ou indisponibilidade de respondentes, em cada setor do bairro Planalto	210
Tabela 16 – Comparativo entre as cotas da amostra e os questionários aplicados, por sexo dos entrevistados no bairro Planalto.....	211
Tabela 17 – Comparativo entre as cotas da amostra e os questionários aplicados, por faixa etária dos entrevistados no bairro Planalto.....	211

Tabela 18 – Número de pessoas residentes por domicílio no bairro Planalto, Censo 2010 e resultados da amostra 2019	217
Tabela 19 – Indicadores de idade e sexo - Espírito Santo e Linhares em 2010, e bairro Planalto em 2010 e 2019	219
Tabela 20 – Residentes no bairro Planalto por estado ou região do Espírito Santo de nascimento, resultados da amostra 2019.....	223
Tabela 21 – Residentes no bairro Planalto, por naturalidade em relação ao município de Linhares e por grupos de idade, resultados da amostra 2019.....	225
Tabela 22 – Residentes nos domicílios do bairro Planalto, por sexo e por naturalidade em relação a Linhares, de acordo com o parentesco ou a relação de convivência com a pessoa responsável pelo domicílio, resultados da amostra 2019	227
Tabela 23 – Número filhos naturais e não naturais de Linhares residentes nos domicílios do bairro Planalto, por naturalidade e situação conjugal do casal ou do responsável, resultados da amostra 2019.....	228
Tabela 24 – Número de filhos naturais e não naturais de Linhares nos domicílios do bairro Planalto onde as mulheres são responsáveis ou cônjuges, por mulheres naturais e não naturais, resultados da amostra 2019.....	229
Tabela 25 – Entrevistados no bairro Planalto, por grupo etário e por sexo, 2019 ...	230
Tabela 26 – Estado civil dos entrevistados no bairro Planalto, por grupo etário, 2019	230
Tabela 27 – Nível de instrução dos entrevistados no bairro Planalto por grupo etário, 2019	232
Tabela 28 – Nível de instrução dos entrevistados no bairro Planalto, por sexo, 2019	234
Tabela 29 – Migrantes e não migrantes entrevistados no bairro Planalto por estado de origem e sexo, 2019.....	235
Tabela 30 – Tempo de residência, sem interrupção, dos migrantes e não migrantes no bairro Planalto, 2019	241
Tabela 31 – Número de bairros em que os migrantes e os não migrantes entrevistados residiram antes de se estabelecerem no bairro Planalto, 2019	242
Tabela 32 – Último bairro de residência dos migrantes e não migrantes entrevistados no bairro Planalto, no município de Linhares, antes de se estabelecerem no bairro Planalto, 2019	244
Tabela 33 – Situação no mercado de trabalho dos migrantes e não migrantes entrevistados no bairro Planalto, por sexo, 2019	248
Tabela 34 – Nível de instrução dos migrantes e não migrantes entrevistados no bairro Planalto, por sexo, 2019.....	250

Tabela 35 – Condição no mercado de trabalho e nível de instrução dos migrantes e não migrantes entrevistados no bairro Planalto, 2019	251
Tabela 36 – Condição no mercado de trabalho e grupos etários dos migrantes e não migrantes entrevistados no bairro Planalto, 2019	252
Tabela 37 – Renda mensal dos migrantes e não migrantes entrevistados no bairro Planalto, por sexo, 2019.....	253
Tabela 38 – Migrantes e não migrantes, por sexo, entrevistados no bairro Planalto, que trabalhavam nos setores econômicos, 2019	260
Tabela 39 – Migrantes entrevistados no bairro Planalto que vieram para o município de Linhares sozinhos ou acompanhados, por sexo, 2019	270
Tabela 40 – Grau de parentesco ou de relacionamento das pessoas que vieram para Linhares com os migrantes não naturais e com os migrantes de retorno entrevistados no bairro Planalto, por sexo, 2019	271
Tabela 41 – Migrantes não naturais e migrantes de retorno entrevistados do bairro Planalto que receberam ou não incentivo dos que moravam em Linhares, para vir ou retornar ao município, 2019.....	272
Tabela 42 – Pessoas que incentivaram migrantes não naturais e migrantes de retorno, entrevistados no bairro Planalto, a vir para o município de Linhares, 2019	273
Tabela 43 – Migrantes não naturais e migrantes de retorno entrevistados no bairro Planalto que receberam ou não ajuda de pessoas que moravam em Linhares, para vir ou retornar ao município, 2019.....	273
Tabela 44 – Formas de ajudas proporcionadas pelas pessoas residentes no município de Linhares aos migrantes não naturais e aos migrantes de retorno, entrevistados no bairro Planalto, em sua chegada ao município, 2019	274
Tabela 45 – Migrantes não naturais e migrantes de retorno, entrevistados no bairro Planalto, que mantêm ou não algum tipo de contato com as pessoas da região de nascimento ou do local de residência anterior, 2019	276
Tabela 46 – Meios de comunicação utilizados pelos migrantes, entrevistados no bairro Planalto, com as pessoas da região de nascimento ou do local de residência anterior, por ordem de frequência de utilização, 2019	276
Tabela 47 – Meios de comunicação utilizados pelos migrantes entrevistados no bairro Planalto com as pessoas da região de nascimento ou do local de residência anterior, por faixa etária, 2019.....	278
Tabela 48 – Meios de comunicação utilizados pelos migrantes entrevistados no bairro Planalto com as pessoas da região de nascimento ou do local de residência anterior, por nível de instrução, 2019	279
Tabela 49 – Migrantes não naturais e migrantes de retorno, entrevistados no bairro Planalto, que incentivaram pessoas a vir para o município de Linhares, 2019	280

Tabela 50 – Pessoas incentivadas pelos migrantes não naturais e pelos migrantes de retorno, entrevistados no bairro Planalto, a vir para o município de Linhares, 2019	281
Tabela 51 – Migrantes não naturais e migrantes de retorno, entrevistados no bairro Planalto, que ajudaram ou não pessoas a vir para Linhares, 2019.....	282
Tabela 52 – Tipos de ajuda dada por migrantes não naturais e migrantes de retorno, entrevistados no bairro Planalto, para pessoas que chegaram a Linhares, 2019 ...	283
Tabela 53 – Principal motivo que influenciou os migrantes não naturais e os migrantes de retorno, entrevistados no bairro Planalto, a deixar o local de origem, 2019	285
Tabela 54 – Motivos que influenciaram os migrantes não naturais e os migrantes de retorno, entrevistados no bairro Planalto, a escolher o município de Linhares para morar, 2019.....	287
Tabela 55 – Dificuldades enfrentadas pelos migrantes não naturais e pelos migrantes de retorno, entrevistados no bairro Planalto, quando chegaram ao município de Linhares, 2019	289
Tabela 56 – Vantagens para os migrantes não naturais e para os migrantes de retorno, entrevistados no bairro Planalto, da mudança de residência para o município de Linhares, 2019.....	291
Tabela 57 – Percepção dos migrantes não naturais e dos migrantes de retorno, entrevistados no bairro Planalto, sobre o crescimento das oportunidades de emprego no município de Linhares, 2019	292
Tabela 58 – Percepção dos migrantes não naturais e dos migrantes de retorno, entrevistados no bairro Planalto, sobre o crescimento do município de Linhares em relação à chegada de empresas e ao movimento no comércio, 2019	293
Tabela 59 – Condição no mercado de trabalho da maioria das pessoas conhecida no município de Linhares pelos migrantes não naturais e pelos migrantes de retorno, entrevistados no bairro Planalto, 2019	294
Tabela 60 – Comparação da situação financeira dos migrantes não naturais e dos migrantes de retorno, entrevistados no bairro Planalto, em relação à situação financeira deles nos locais de origem, por sexo, 2019.....	295
Tabela 61 – Comparação da renda dos migrantes não naturais e dos migrantes de retorno, entrevistados no bairro Planalto, em relação à renda das pessoas que residiam no local de origem desses migrantes, por sexo, 2019.....	296
Tabela 62 – Satisfação ou não satisfação dos migrantes não naturais e dos migrantes de retorno, entrevistados no bairro Planalto, de viver no município de Linhares, 2019.....	297
Tabela 63 – Fatores mais positivos que os migrantes não naturais e os migrantes de retorno, entrevistados no bairro Planalto, observaram no município de Linhares, 2019	298

Tabela 64 – O que de mais negativo os migrantes não naturais e os migrantes de retorno, entrevistados no bairro Planalto, observaram no município de Linhares, 2019	298
Tabela 65 – Intenção dos migrantes não naturais e dos migrantes de retorno, entrevistados no bairro Planalto, em voltar para o município/estado de nascimento ou de residência anterior, 2019	299
Tabela 66 – Motivos indicados pelos migrantes não naturais e pelos migrantes de retorno, entrevistados no bairro Planalto, para voltar para o município/estado de nascimento ou de residência anterior, 2019.....	300
Tabela 67 – Comparação entre o tempo de residência no município de Linhares e a idade (por grupos etários) dos migrantes entrevistados no bairro Planalto, que manifestaram a intenção de voltar para o município/estado de nascimento ou de residência anterior, 2019.....	301
Tabela 68 – Motivos indicados pelos migrantes não naturais e pelos migrantes de retorno, entrevistados do bairro Planalto, para não voltar para o município/estado de nascimento ou de residência anterior, 2019.....	302

LISTA DE SIGLAS

- Adene - Agência de Desenvolvimento do Nordeste
- Aderes – Agência de Desenvolvimento das Micro e Pequenas Empresas e do Empreendedorismo
- Bandes – Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo
- BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
- BNB – Banco do Nordeste do Brasil
- CAE – Comissão de Assuntos Econômicos
- CCJR – Comissão de Constituição, Justiça e Redação
- CDUI – Comissão de Desenvolvimento Urbano e Interior
- Cepal – Comissão Econômica para a América Latina e Caribe
- Codeno – Conselho de Desenvolvimento Econômico do Nordeste
- Codevale – Companhia de Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha
- Cofins – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
- Confaz – Conselho Nacional de Política Fazendária
- DCD – Diários da Câmara dos Deputados
- DCN – Diários do Congresso Nacional
- DIO-ES – Diário Oficial do Espírito Santo
- DSF – Diários do Senado Federal
- FCO – Fundo Constitucional de Financiamento do Centro Oeste
- Finan – Fundo de Investimento da Amazônia
- Finor – Fundo de Investimento do Nordeste
- FNE – Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste
- FNO – Fundo Constitucional de Financiamento do Norte
- FPE – Fundo de Participação dos Estados
- Fundenor – Fundação Norte Fluminense de Desenvolvimento Regional
- Funres – Fundo de Recuperação Econômica do Espírito Santo
- ICMS – Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação
- IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IJSN – Instituto Jones dos Santos Neves

INMET – Instituto Nacional de Meteorologia

Invest-ES – Programa de Incentivo ao Investimento no Espírito Santo

Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados

IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano

IRPJ – Imposto de Renda Pessoa Jurídica

ISS – Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza

ONU – Organização das Nações Unidas

PGE – Procuradoria Geral do Estado

PIA – População em Idade Ativa

PIB – Produto Interno Bruto

PIS/Pasep - Programa de Integração Social/ Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público

PJ – Pessoa Jurídica

PL – Projeto de Lei

PLS – Projeto de Lei do Senado

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

RMGV – Região Metropolitana da Grande Vitória

Seag – Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca

Secont – Secretaria de Estado de Controle e Transparência

Sedes – Secretaria Estadual de Desenvolvimento

Sefaz – Secretaria de Estado da Fazenda

Sindimol – Sindicato das Indústrias da Madeira e do Mobiliário de Linhares e Região Norte do Espírito Santo

Sudene – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

UTGC – Unidade de Tratamento de Gás de Cacimbas

VAB – Valor Adicionado Bruto

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	27
2. POR QUE ESTUDAR LINHARES?.....	33
2.1. A REGIÃO DA SUDENE	34
2.1.1. Incentivos fiscais e financeiros.....	38
2.2. INCENTIVO FISCAL DO ESPÍRITO SANTO: O INVEST-ES	47
2.2.1. Resultados do Invest-ES	51
2.3. INDICADORES ECONÔMICOS SELECIONADOS	53
2.4. A DINÂMICA POPULACIONAL	59
2.5. CARACTERIZAÇÃO DE LINHARES	64
2.6. CONCLUSÃO	75
3. A INCLUSÃO DE PARTE DO ESPÍRITO SANTO NA SUDENE: O DEBATE POLÍTICO	76
3.1. O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 146, DE 1992.....	77
3.2. A TRAMITAÇÃO NA CÂMARA DOS DEPUTADOS E A EMENDA CAPIXABA.....	81
3.3. O EMBATE POLÍTICO NO SENADO FEDERAL EM TORNO DA EMENDA RITA CAMATA.....	101
3.4. CONCLUSÃO	117
4. O FENÔMENO MIGRATÓRIO DETERMINADO POR FATORES ECONÔMICOS, SUA PERPETUAÇÃO E NOVOS DESAFIOS	119
4.1. O POSTULADO DA MOBILIDADE PERFEITA DO TRABALHO NOS CLÁSSICOS E NEOCLÁSSICOS.....	122
4.2. A MOBILIDADE DA FORÇA DE TRABALHO DIRECIONADA PELO CAPITAL EM MARX	128
4.3. A INTERVENÇÃO DO ESTADO NA ECONOMIA E NO DESENVOLVIMENTO REGIONAL INFLUENCIADA POR KEYNES	133
4.3.1. A migração fomentada pelos desequilíbrios regionais	138
4.4. REDES MIGRATÓRIAS.....	145
4.4.1. O fenômeno autorreforçador dos fluxos migratórios	147
4.4.2. Dificuldades e experiências no estudo de redes migratórias	159
4.5. A MODERNIDADE LÍQUIDA DE BAUMAN E OS EFEITOS PARA O ATO MIGRATÓRIO.....	163
4.6. CONCLUSÃO	173

5. METODOLOGIA DE PESQUISA	176
5.1. ESCOLHA DO BAIRRO PLANALTO PARA A REALIZAÇÃO DE PESQUISA DE CAMPO	177
5.1.1. Breve caracterização do bairro Planalto	188
5.2. PLANEJAMENTO AMOSTRAL	198
5.2.1. Tamanho da amostra	199
5.2.2. Tipo de amostragem	201
5.3. TRABALHOS DE CAMPO	203
5.3.1. Cadastramento dos domicílios	204
5.3.2. Elaboração do questionário e pré-teste	207
5.3.3. Aplicação do questionário.....	209
5.4. CONCLUSÃO	213
6. CARACTERÍSTICAS SOCIOECONÔMICAS E DEMOGRÁFICAS DOS DOMICÍLIOS E DA AMOSTRA	215
6.1. DOMICÍLIOS.....	216
6.1.1. Características demográficas da população	216
6.1.2. Naturalidade: composição da população e das famílias	222
6.2. AMOSTRA	229
6.2.1. Perfil sociodemográfico dos entrevistados	229
6.2.2. Migrantes e não migrantes	234
6.2.3. Migração entre bairros e tempo de residência	241
6.3. MIGRANTES E NÃO MIGRANTES	247
6.3.1. Mercado de trabalho	247
6.3.2. Rendimentos.....	252
6.3.3. Ocupação nos setores econômicos	259
6.4. CONCLUSÃO	265
7. FENÔMENO MIGRATÓRIO: REDES, DETERMINANTES E PERCEPÇÕES DOS MIGRANTES	268
7.1. REDES MIGRATÓRIAS E RELAÇÕES SOCIAIS ENTRE ORIGEM E DESTINO.....	269
7.1.1. Composição dos fluxos migratórios	269
7.1.2. Incentivo aos migrantes entrevistados e sua acolhida.....	271
7.1.3. Formas de comunicação entre origem e destino	275
7.1.4. Incentivo a novas migrações e formas de acolhida	279

7.2. DETERMINANTES MIGRATÓRIAS, SITUAÇÃO ECONÔMICA E PERCEPÇÕES DOS MIGRANTES.....	284
7.2.1. Fatores de atração e de repulsão e o estabelecimento em Linhares.....	285
7.2.2. Mercado de trabalho	290
7.2.3. Comparações financeiras.....	294
7.2.4. Nível de satisfação com Linhares	297
7.2.5. Expectativa de retorno à origem	299
7.3. CONCLUSÃO	303
8. CONCLUSÃO.....	306
REFERÊNCIAS.....	324
ANEXOS	349

1. INTRODUÇÃO

A concepção deste trabalho surgiu da observação do crescimento demográfico, da estrutura urbana e das atividades econômicas de Linhares. A instalação de empresas e a ampliação das existentes no município, nos últimos anos, foram importantes para dar contornos às transformações apreciadas.

Ao examinar os dados econômicos, notou-se que a porção norte capixaba e, principalmente, Linhares estão com um ritmo de crescimento superior às demais regiões do Espírito Santo. Além disso, dados do último censo revelaram que Linhares apresentou forte crescimento populacional, com importante participação da migração.

As intervenções políticas recentes do Estado brasileiro têm contribuído para um deslocamento da dinâmica econômica para a porção norte do território do Espírito Santo, especialmente para os municípios mais dinâmicos e com melhor infraestrutura urbana, a exemplo de Linhares.

Em 1998, 28 municípios capixabas da parte norte, a iniciar pelos banhados pelo Rio Doce, foram incluídos na região da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), mediante a emenda proposta pela então deputada Rita Camata e da ativa articulação da bancada capixaba na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. Com base nesse fato, empresas passaram a contar com benefícios fiscais sobre o Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e benefícios financeiros por meio de crédito subsidiado com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE).

Somado a isso, em 2003, o governo estadual lançou o Programa de Incentivo ao Investimento no Espírito Santo (Invest-ES), concedendo incentivos fiscais incidentes no imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual, intermunicipal e de comunicação (ICMS). Assim, em qualquer município do estado capixaba, novos empreendimentos e empresas já instaladas que investissem na ampliação de suas plantas passaram a ser beneficiados pelo Invest-ES. Contudo, em boa parcela dos casos, a lógica

empresarial optou por instalar novas plantas industriais na Região da Sudene, pois, assim podem usufruir o benefício fiscal sobre o IR e sobre o ICMS, além da possibilidade de tomar financiamento com prazo de pagamento dilatado e taxas de juros subsidiadas.

Com esses incentivos fomentadores das atividades econômicas, somados, por exemplo, à expansão do setor de petróleo e gás, a cidade de Linhares passou por grandes transformações espaciais, sobretudo em razão da atração de empresas e fluxo de pessoas para seu território.

Nesse sentido, a problemática deste trabalho concentra-se na ausência de dados e estudos que comprovem que a migração para o território linharensense, nos últimos anos, foi impulsionada principalmente por motivos econômicos, tanto dos fatores repulsores das regiões de origem quanto dos atratores do município de Linhares, e pelas redes migratórias.

O interesse pelo tema migratório em Linhares surgiu pela constatação da ausência de trabalhos mais abrangentes, para além da Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV), que pudessem confirmar a influência dos fatores econômicos sobre os migrantes que se dirigem para o município e a participação das redes migratórias no volume e direção do fluxo.

Com essa motivação, este trabalho objetivou, num primeiro momento, investigar a existência de relação entre o crescimento das atividades econômicas e o fluxo migratório para Linhares e verificar a relevância das redes migratórias. Contudo, para viabilizar a pesquisa de campo, optou-se por reduzir o objeto de estudo e coletar dados de um bairro específico. Conforme demonstrado e justificado neste trabalho, o bairro Planalto foi escolhido para a aplicação de questionário numa amostra de 350 residentes, com base numa amostragem aleatória.

Essa delimitação possibilitou a elaboração da hipótese principal deste trabalho (e a pesquisa de campo objetivou confirmá-la):

- Os migrantes residentes no bairro Planalto tiveram como principais motivadores do ato migratório os fatores repulsores das regiões de origem, os fatores atratores do município de Linhares, proporcionados pelo seu

crescimento econômico, e o impulso adicional promovido pelas redes migratórias.

Dessa hipótese principal resultaram duas hipóteses secundárias:

- Hipótese 1: a principal causa que influenciou os migrantes a vir para o bairro Planalto/Linhares é de ordem econômica (tanto de repulsão quanto de atração);
- Hipótese 2: as redes migratórias foram importantes para influenciar a decisão de migrar e a direção do fluxo para Linhares.

Os resultados da pesquisa de campo mostraram que o desejo de os migrantes satisfazerem ou melhorarem suas condições materiais está entre as principais motivações para a migração. Tanto os fatores econômicos repulsores nas localidades de origem como os fatores econômicos atratores de Linhares foram os determinantes mais citados pelos migrantes residentes no bairro Planalto, para deixarem a localidade de origem com destino ao município linhareense.

Além disso, os resultados constataram que as redes migratórias foram muito importantes para influenciar a decisão de migrar e a direção do fluxo para Linhares. Os entrevistados, considerado o significativo percentual, foram incentivados a vir para o município e receberam ajuda ao chegarem. Ademais, as redes migratórias continuavam atuantes, já que os entrevistados, em elevada participação, disseram que já incentivaram alguém a migrar para Linhares ou prestaram assistência a alguém na chegada ao município.

A contribuição deste trabalho foi demonstrar, por meio de uma pesquisa de campo de uma amostragem aleatória (probabilística), que a migração para o bairro Planalto, no município de Linhares, foi impulsionada também pelo crescimento das atividades econômicas no município e pelas redes migratórias (mediante os relacionamentos interpessoais entre origem e destino).

No Brasil, muitos trabalhos analisam a migração e seus fatores determinantes com base nos dados dos censos demográficos. Contudo, dado o caráter dinâmico do fenômeno migratório, o período intercensitário (10 anos) é muito longo para subsidiar estudos em regiões de grande absorção de migrantes, como é o caso de

Linhares. São poucos os trabalhos que empreendem um esforço de ir a campo para coletar dados atualizados sobre a migração, e mais escassos ainda são os trabalhos de campo que optam por uma amostragem aleatória. Nesse sentido, esta tese levantou dados para além dos viabilizados pelos órgãos oficiais de pesquisa, o que contribuiu substancialmente para compreender as redes migratórias e os fatores repulsores e atratores.

Além desta introdução, o trabalho possui a estrutura em capítulos, a saber:

No capítulo 2, justificou-se a escolha de Linhares como município de estudo. Discorreu-se sobre a Região da Sudene capixaba e seus incentivos fiscais e financeiros e sobre o Programa Invest-ES do estado do Espírito Santo e seus resultados. Ademais, foram demonstrados alguns indicadores econômicos do crescimento da região e de Linhares, além da dinâmica populacional dos últimos dois censos demográficos. Por fim, realizou-se uma breve caracterização do município.

Dada a importância da Sudene para o desenvolvimento econômico de Linhares nas últimas duas décadas, elaborou-se, no capítulo 3, um resgate histórico do debate político na Câmara dos Deputados e no Senado Federal em torno da proposta de inclusão do norte capixaba na área da Sudene. O marco inicial desse percurso foi a tramitação do Projeto de Lei do Senado nº 146, de 1992, proposto pela senadora Júnia Marise, que solicitava somente a inclusão dos municípios do Vale do Jequitinhonha, do estado de Minas Gerais. Quando o projeto foi remetido à Câmara dos Deputados recebeu uma emenda da deputada Rita Camata, que foi aprovada por essa Casa de leis e posteriormente pelo Senado Federal, em 1998.

Como o fator econômico é o principal determinante do ato migratório, levantou-se, no capítulo 4, o debate econômico sobre a mobilidade dos trabalhadores e a migração fomentada pelos desequilíbrios regionais. Assim, examinou-se a influência das três principais escolas de pensamento econômico (clássica e neoclássica, marxista e keynesiana) na mobilidade dos trabalhadores. Além disso, foram discutidas as bases da teoria das redes migratórias, que têm a capacidade de impulsionar o fenômeno mediante as conexões entre origem e destino. Assim também, discorreu-se sobre os novos desafios do fenômeno migratório em razão

das rápidas transformações na forma de organizar a produção e nas relações entre capital e trabalho, que Zygmunt Bauman (2001) denomina “modernidade líquida”.

No capítulo 5 demonstrou-se o caminho metodológico percorrido a fim de viabilizar a pesquisa de campo. Na primeira seção, mostrou-se como foi escolhido o bairro Planalto para a realização da pesquisa de campo. Primeiro, por meio dos microdados do Censo 2010, elegeu-se a área de ponderação com maior número de migrantes em relação à população total da área; posteriormente, o crescimento populacional dos bairros da área de ponderação escolhida foi levantado pela percepção das pessoas que moravam, trabalhavam ou estudavam em Linhares; por último, para corroborar os dados e percepções, a evolução da estrutura urbana do município foi verificada com a utilização de imagens de satélite e mapas. Com a eleição de Planalto, realizou-se uma breve caracterização do bairro com o auxílio de fotografias e entrevistas com alguns moradores, a fim de captar a evolução do bairro e do município de Linhares. Na segunda e terceira seções, foram definidos a amostra e o tipo de amostragem aleatória. Demonstrou-se também como foi elaborado o questionário e realizado o pré-teste. Os trabalhos em campo foram divididos em duas fases: na primeira, foi necessário o cadastramento de todos os domicílios do bairro Planalto, e esse trabalho de campo foi realizado em quatro finais de semana e possibilitou cadastrar todos os domicílios ocupados; devido a impossibilidade de cadastrar os domicílios nos dois condomínios no bairro, Morada do Verde e Morada dos Ipês, optou-se por reduzir a abrangência territorial do objeto de estudo, que passou a ser o bairro Planalto menos os dois condomínios citados; na segunda fase, foram selecionados aleatoriamente 350 domicílios ocupados para serem contemplados com a aplicação do questionário com 50 questões; a população objeto foi formada por pessoas com 16 anos ou mais; considerou-se que, a partir dessa idade, o entrevistado possui certo grau de maturidade para responder às questões e também por ser um período em que o jovem inicia os primeiros passos no mercado de trabalho. Desse modo, realizou-se essa segunda fase da pesquisa de campo também em quatro finais de semana, e, apesar de apenas um membro do domicílio ter respondido ao questionário, foi possível coletar algumas informações de 1.218 pessoas residentes nos 350 domicílios.

A aplicação do questionário de pesquisa de campo possibilitou tabular os dados levantados e posteriormente transportá-los para o programa estatístico SPSS, o que permitiu o cruzamento de dados com o fim de analisar, no capítulo 6, as características gerais da amostra e as particularidades dos migrantes e não migrantes, especialmente no que diz respeito a rendimentos, mercado de trabalho e ocupação nos setores econômicos. Ademais, possibilitou o exame da população residente nos domicílios, com comparações entre naturais de Linhares e pessoas nascidas em outros municípios do Espírito Santo e em outros estados. Por fim, no capítulo 7, os resultados da pesquisa propiciaram confirmar a importância das redes migratórias, no sentido de impulsionar e direcionar a migração e a forte existência de relações sociais entre os que migraram e os que permaneceram nas regiões de origem do fluxo. Além disso, a pesquisa confirmou que os fatores econômicos de repulsão, das localidades de origem, e de atração do município de Linhares foram os principais determinantes do fluxo migratório para o bairro Planalto.

2. POR QUE ESTUDAR LINHARES?

Em 1998, o norte capixaba foi incluído na área da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), fazendo com que as empresas tivessem a possibilidade de usufruir incentivos fiscais sobre o Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e benefícios financeiros federais, por meio de financiamento com taxas de juros subsidiadas por meio do Banco do Nordeste do Brasil (BNB).

Por seu turno, o governo estadual, no intuito de atrair empreendimentos produtivos, criou ferramentas de incentivos fiscais sobre o Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação (ICMS). Em 2003, lançou o Programa de Incentivo ao Investimento no Espírito Santo (Invest-ES), em substituição aos Regimes Especiais de tributação que as empresas possuíam com a Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz): os chamados “contratos de gaveta”.

O intrigante e perfeitamente compreensível pela lógica empresarial é o fato de que essas políticas do governo estadual reforçaram a implantação de empreendimentos na Região da Sudene, principalmente nos municípios com melhor infraestrutura urbana, como Linhares, Colatina e São Mateus. A explicação ocorre pelo acúmulo de benefícios sobre o IRPJ e sobre o ICMS numa mesma região em detrimento das demais. O governo estadual, apesar de conceder incentivos para todo território capixaba, não conseguiu interferir, de maneira mais incisiva, na localização dos empreendimentos (principalmente dos maiores), de forma a levá-los para municípios interioranos, menos “desenvolvidos” economicamente ou não abrangidos pela Sudene.

Somada a isso, existe uma disputa política entre os municípios a fim de atrair essas empresas. As estratégias mais tradicionais e perceptíveis são doações de terrenos e isenção de tributos municipais por determinado período, como o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS).

Neste capítulo, almeja-se demonstrar que o fluxo populacional para o norte do Espírito Santo, especialmente concentrado no litoral, foi potencializado pelo maior dinamismo econômico na região, principalmente após a entrada na área de atuação

da Sudene. Isso foi determinante para a escolha do município de Linhares como objeto de estudo, num primeiro momento.

O primeiro tópico contém uma breve caracterização da Região da Sudene, no Brasil e no Espírito Santo, e seus benefícios fiscais e financeiros. No seguinte, abordam-se os benefícios fiscais concedidos pelo governo do estado capixaba, o Invest-ES, bem como alguns de seus resultados. No terceiro tópico analisam-se alguns dados que contribuem para averiguar o crescimento econômico do município nos últimos anos. No quarto, verifica-se, em parte, a dinâmica populacional no estado, com o objetivo de confirmar a significativa atração de pessoas para Linhares. Por último, descreve-se uma concisa caracterização do município de Linhares.

2.1. A REGIÃO DA SUDENE

A Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), autarquia federal ligada ao Ministério da Integração Nacional, foi criada pela Lei nº 3.692, de 15 de dezembro de 1959, no governo Juscelino Kubitschek e abrangia toda a Região Nordeste (Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia) e parte do estado de Minas Gerais compreendida no Polígono das Secas. A Lei nº 6.218, de 7 de julho de 1975 incluiu mais três municípios de Minas Gerais na área de atuação da Sudene (Manga, São Francisco e Januária), haja vista que todo ou parte de seus territórios foram considerados pertencentes ao Polígono das Secas. Posteriormente, a Lei nº 9.690 de 15 de julho de 1998 incluiu na região da Superintendência mais 45 municípios de Minas Gerais, do Vale do Jequitinhonha, e 27 municípios do Espírito Santo¹.

Em meio a denúncias de desvios de recursos e má gestão, o Governo Fernando Henrique Cardoso, mediante a Medida Provisória nº 2.156-5, de 24 de agosto de 2001, extinguiu a Sudene e criou a Agência de Desenvolvimento do Nordeste (Adene). A área de atuação foi ampliada. Somaram-se à área anterior 27 municípios

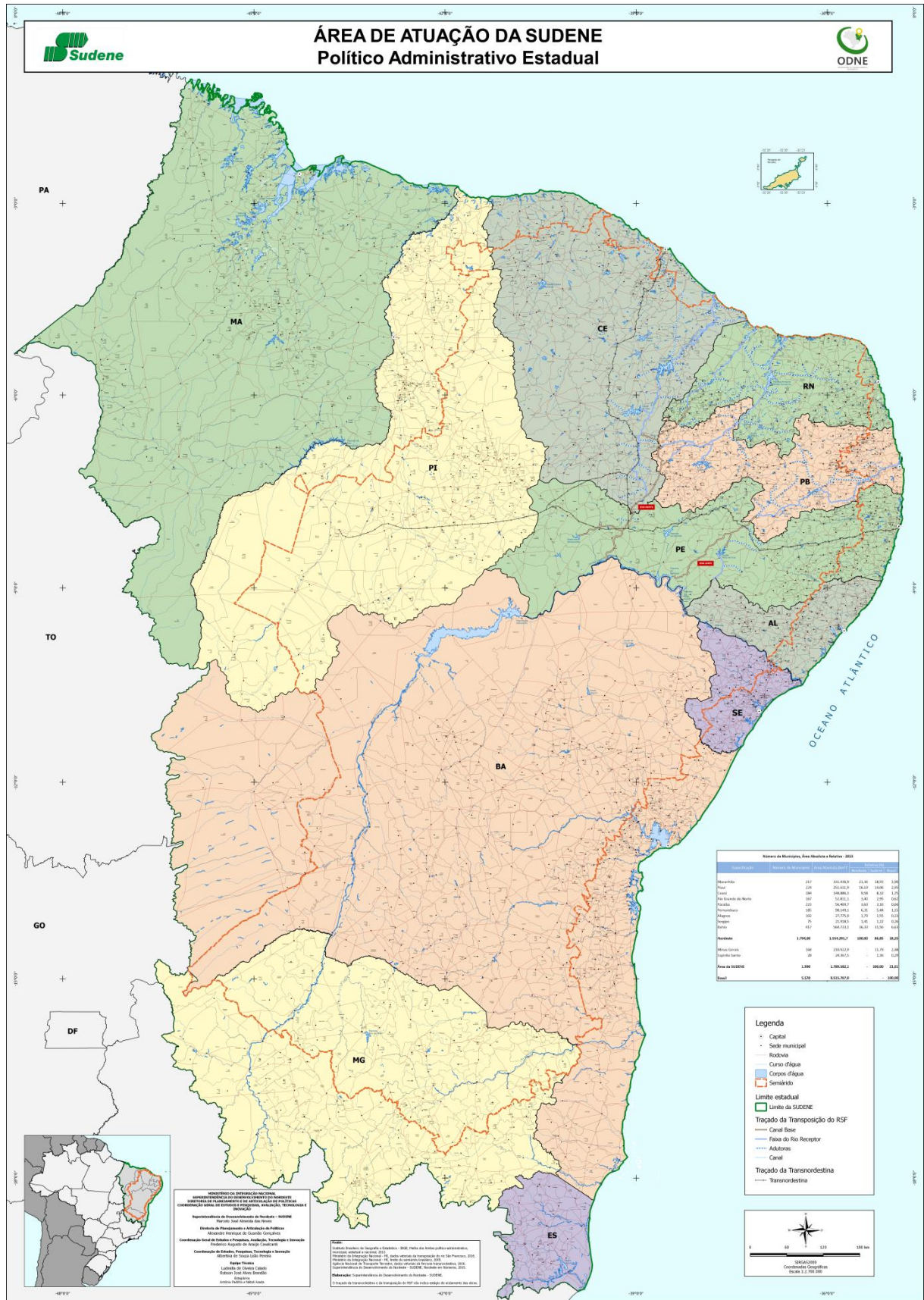
¹ O município de Governador Lindenberg foi instalado em 1º de janeiro de 2001, tendo sido desmembrado do município de Colatina, completando assim os 28 municípios da Sudene capixaba atual.

de Minas Gerais (25 do Vale do Mucuri e 2 do Norte) e o restante dos municípios do estado do Espírito Santo.

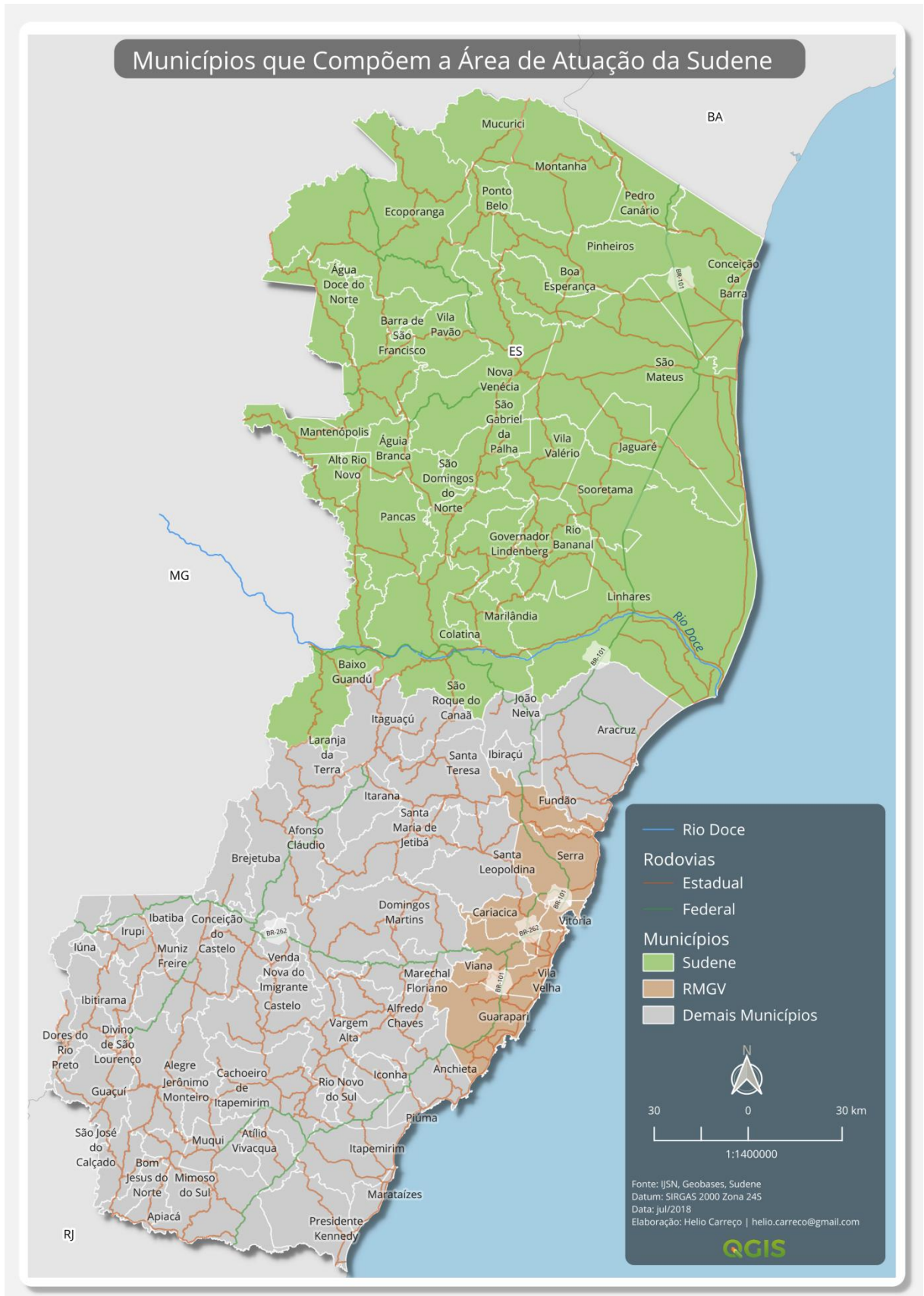
Em janeiro 2007, no governo Lula, a Sudene foi recriada pela Lei Complementar nº 125, a qual retornou com a abrangência territorial de 1998 e acrescentou 38 municípios de Minas Gerais. O Espírito Santo voltou a ter, portanto, 28 municípios na Sudene. Atualmente, em todo o Brasil, são 1.990 municípios pertencentes à Sudene, perfazendo uma área de 1.790.701,41 km², ou 21,0% do território brasileiro. No Mapa 1 demonstra-se essa área de atuação da Superintendência.

Como descrito, desde 1998, 52,8% do território do Espírito Santo entrou na área de atuação da Sudene. Atualmente são 28 municípios dos 78 existentes. O recorte inicia-se por Baixo Guandu, Colatina e Linhares, banhados pelo Rio Doce, e estende-se até a divisa com a Bahia e Minas Gerais. No Mapa 2, observa-se o recorte regional.

Mapa 1 – Área de atuação da Sudene no Brasil



Mapa 2 – Área de atuação da Sudene no Espírito Santo



Fonte: Elaboração com base na relação de municípios do BNB, Programação Regional FNE 2018.

2.1.1. Incentivos fiscais e financeiros

Pode-se considerar que as principais vantagens que um município possui ao fazer parte da Região da Sudene são as possibilidades de atração, manutenção e desenvolvimento de empreendimentos em seu território. Os incentivos fiscais mais significativos incidem sobre o Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ). Já os benefícios financeiros são obtidos por meio das linhas de financiamento com juros subsidiados e prazos de amortização e carência elásticos, com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE). Expõem-se primeiro, resumidamente², as quatro modalidades de incentivos fiscais:

1. Isenção do IRPJ para empreendimentos de fabricação de máquinas e equipamentos, instrumentos e dispositivos baseados em tecnologia digital, voltados para o programa de inclusão digital;
2. Redução de 75% do IRPJ para projetos de implantação, modernização, ampliação ou diversificação de setores prioritários definidos pelo Decreto nº 4.213 de 2002;
3. Reinvestimento de 30% do IRPJ devido na modernização ou complementação de equipamentos. Esse benefício pode ser cumulativo com o incentivo da redução de 75% do IRPJ;
4. Depreciação acelerada de bens, para efeito de cálculo do IRPJ, e desconto dos créditos da Contribuição para o PIS/Pasep (Programa de Integração Social/ Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público) e da Cofins (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social). A empresa para fazer jus a esses benefícios deve usufruir a redução de 75% do IRPJ e estar localizada em um dos municípios das microrregiões menos desenvolvidas, relacionados no Anexo I da Portaria nº 1.211 do Ministério da Integração Nacional³. A depreciação acelerada incentivada consiste na depreciação integral no próprio ano da aquisição ou até o quarto ano subsequente. Já o desconto dos créditos da Contribuição para o PIS/PASEP

² Informações mais detalhadas podem ser encontradas no site <http://www.Sudene.gov.br/incentivos-fiscais>.

³ Todos os 28 municípios capixabas na Sudene estão relacionados.

e da COFINS aplica-se às máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos novos, relacionados no Decreto nº 5.789, de 25 de maio de 2006.

Para os benefícios de isenção e redução de 75% do IRPJ, o prazo de fruição é por 10 anos. Para requerer um dos benefícios, a empresa deve ser optante pela tributação com base no lucro real. Além disso, está obrigada a apresentar à Sudene e à Secretaria da Receita Federal os resultados do projeto objeto do benefício, nos casos de isenção e redução de 75% do IRPJ.

Percebe-se, pela Tabela 1, que, de 2007 a 2017, o Espírito Santo obteve o deferimento de 111 pedidos de redução/isenção do IRPJ e de 18 solicitações de reinvestimento de 30% desse imposto. Isso representa, respectivamente, 4,5% e 4,3% do total de pleitos atendidos no período, na Região da Sudene. O Estado capixaba, nesses dois incentivos, tem aprovações menores em relação à maioria dos estados da área de abrangência da Sudene. Contudo, ao comparar com Minas Gerais, onde aquela Superintendência possui uma área de atuação superior à estabelecida no Espírito Santo, o norte capixaba parece imprimir maior dinamismo econômico. Na Sudene mineira, foram 54 solicitações aprovadas para a redução/isenção do IRPJ e 12 para o reinvestimento do IRPJ.

Ao observar (Tabela 2) todos os pleitos de incentivos fiscais aprovados de 2013 a 2017 e os investimentos decorrentes de tais solicitações pode-se ter uma ideia do fomento aos empreendimentos em cada estado. Nesse período, para a Região da Sudene foram aprovados 1.608 requerimentos de incentivos fiscais, dos quais 65 deles no Espírito Santo, ou seja, 4,0% do total. O estado do Espírito Santo superou o de Minas Gerais (35 pleitos), Piauí (59 pleitos) e ficou bem próximo do de Alagoas, com 67 pleitos aprovados.

Os 11 estados da região perfizeram, de 2013 a 2017, R\$ 161,9 bilhões de investimentos registrados. O somatório dos investimentos de Pernambuco, Bahia, Maranhão e Ceará representa 82,6% desse total. O Espírito Santo aparece na quinta posição do *ranking* com R\$ 6,0 bilhões de investimentos (3,7%).

Tabela 1 – Pleitos de Redução/Isenção e Reinvestimento do IRPJ aprovados por estado abrangido na área da Sudene, 2007-2017

Redução/Isenção do IRPJ												
Ano	AL	BA	CE	ES	MA	MG	PB	PE	PI	RN	SE	Total
2007	11	66	54	10	7	4	22	43	6	9	9	241
2008	13	82	51	13	16	1	28	32	9	23	22	290
2009	5	47	47	3	7	2	13	44	7	11	10	196
2010	11	59	26	9	6	7	18	42	4	12	6	200
2011	13	59	38	9	8	4	15	35	8	13	18	220
2012	10	65	29	13	10	7	19	44	8	16	13	234
2013	9	48	29	11	13	5	9	30	5	16	9	184
2014	7	88	59	12	17	6	12	57	7	14	14	293
2015	11	58	40	10	15	3	16	42	6	13	15	229
2016	14	70	45	13	6	11	21	52	15	17	14	278
2017	11	72	43	8	12	4	11	53	15	18	10	257
Total	115	714	461	111	117	54	184	474	90	162	140	2622
%	4,4	27,2	17,6	4,2	4,5	2,1	7,0	18,1	3,4	6,2	5,3	100

Reinvestimento do IRPJ												
Ano	AL	BA	CE	ES	MA	MG	PB	PE	PI	RN	SE	Total
2007	0	10	7	1	1	1	3	5	0	1	1	30
2008	1	2	2	0	2	0	1	2	2	0	1	13
2009	1	10	6	2	1	0	4	9	0	0	1	34
2010	1	14	8	0	1	2	0	4	0	1	1	32
2011	1	15	12	2	3	1	4	6	2	2	2	50
2012	0	13	5	2	1	3	3	7	1	0	4	39
2013	3	9	8	0	4	0	1	9	0	1	0	35
2014	0	11	5	0	1	1	0	4	0	3	2	27
2015	1	12	11	3	2	1	3	11	6	2	3	55
2016	3	11	12	3	2	1	3	7	0	5	1	48
2017	1	15	9	5	3	2	2	8	1	4	2	52
Total	12	122	85	18	21	12	24	72	12	19	18	415
%	2,9	29,4	20,5	4,3	5,1	2,9	5,8	17,3	2,9	4,6	4,3	100

Fonte: Elaboração com base nos dados do Ministério da Integração, Sudene, Relatórios gerais.

Tabela 2 – Pleitos aprovados e investimentos registrados (R\$ milhões) por estado abrangido na área da Sudene, 2013-2017

Ano	2013		2014		2015		2016		2017		Total			
Estado	Pleitos	R\$ milhões	Pleitos	R\$ milhões	Pleitos	R\$ milhões	Pleitos	R\$ milhões	Pleitos	R\$ milhões	Pleitos	%	R\$ milhões	%
AL	17	1.190,5	7	458,6	14	2.821,7	17	352,7	12	148,4	67	4,2	4.972,0	3,1
BA	77	4.667,9	100	8.583,8	83	7.589,8	81	3.368,7	88	10.263,6	429	26,7	34.473,7	21,3
CE	50	1.083,4	66	388,2	73	3.653,8	58	6.216,2	52	14.135,3	299	18,6	25.476,9	15,7
ES	11	23,2	12	5.204,0	13	299,3	16	463,9	13	13,9	65	4,0	6.004,3	3,7
MA	22	13.468,0	18	8.015,2	23	1.245,5	8	374,4	15	6.803,5	86	5,3	29.906,6	18,5
MG	6	75,4	7	4.591,7	4	11,8	12	859,5	6	21,2	35	2,2	5.559,5	3,4
PB	15	1.113,0	11	104,3	20	1.609,8	24	578,4	14	112,6	84	5,2	3.518,1	2,2
PE	54	3.823,7	63	4.739,9	62	1.826,4	59	2.526,9	63	30.998,6	301	18,7	43.915,6	27,1
PI	7	116,9	7	36,8	14	820,3	15	1.021,1	16	682,1	59	3,7	2.677,2	1,7
RN	21	1.328,2	17	300,3	19	925,5	22	163,1	22	1.292,2	101	6,3	4.009,3	2,5
SE	18	294,5	16	523,7	21	351,9	15	114,2	12	143,7	82	5,1	1.428,0	0,9
Total	298	27.184,6	324	32.946,6	346	21.155,8	327	16.039,1	313	64.615,0	1.608	100	161.941,2	100

Fonte: Elaboração com base nos dados do Ministério da Integração, Sudene, Relatórios gerais.

No Espírito Santo, conforme a Tabela 3, 80 solicitações de benefícios fiscais de redução e de reinvestimento do IRPJ foram aprovadas entre 2010 e 2017. Somente para o município de Linhares foram 44 pleitos aprovados, representando 55% do total. Em segundo lugar aparece Colatina com 13 requerimentos aprovados (16,3%). Assim, já se observa a maior capacidade de Linhares para atração de empresas. Neste município, 38 pleitos foram para redução de 75% do IRPJ e 6 para reinvestimento de 30% do referido imposto.

Nota-se também que, dos 28 municípios da Sudene capixaba, apenas 12 obtiveram, no período, incentivos fiscais sobre o IRPJ.

Tabela 3 – Pleitos de Redução e Reinvestimento do IRPJ aprovados por município do Espírito Santo abrangido na área da Sudene, 2010-2017

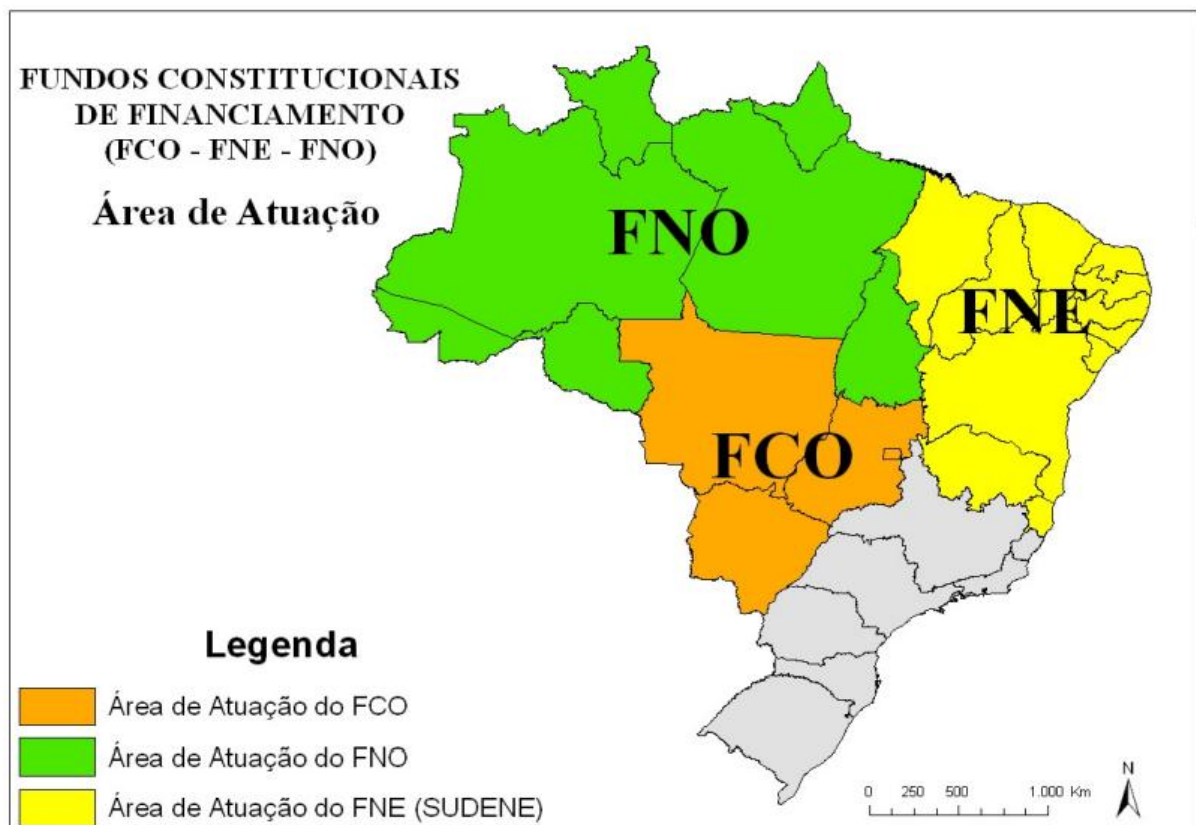
Municípios	Pleitos Aprovados	%
Linhares	44	55,0
Colatina	13	16,3
Barra de São Francisco	4	5,0
São Mateus	4	5,0
Sooretama	4	5,0
Nova Venécia	3	3,8
Conceição da Barra	2	2,5
Montanha	2	2,5
Baixo Guandu	1	1,3
Jaguaré	1	1,3
Marilândia	1	1,3
São Domingos do Norte	1	1,3
Total	80	100

Fonte: Elaboração com base nos dados do governo federal, Portal Brasileiro de Dados Abertos, Incentivos fiscais na Sudene.

Com relação aos incentivos financeiros, a alínea “c” do inciso I do artigo 159 da Constituição Federal de 1988 destinou 3% da arrecadação do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para a aplicação em programas de financiamento ao setor

produtivo nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, de acordo com os planos de desenvolvimento regionais. Com base nesse mandamento, a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, instituiu os Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte (FNO), do Nordeste (FNE) e do Centro-Oeste (FCO). O percentual é repartido da seguinte forma: 1,8% para o FNE, 0,6% para o FCO e 0,6% para o FNO. No Mapa 3 observa-se a delimitação geográfica de cada um dos Fundos de Financiamento.

Mapa 3 – Área de Atuação dos Fundos Constitucionais de Financiamento (FCO, FNE e FNO)



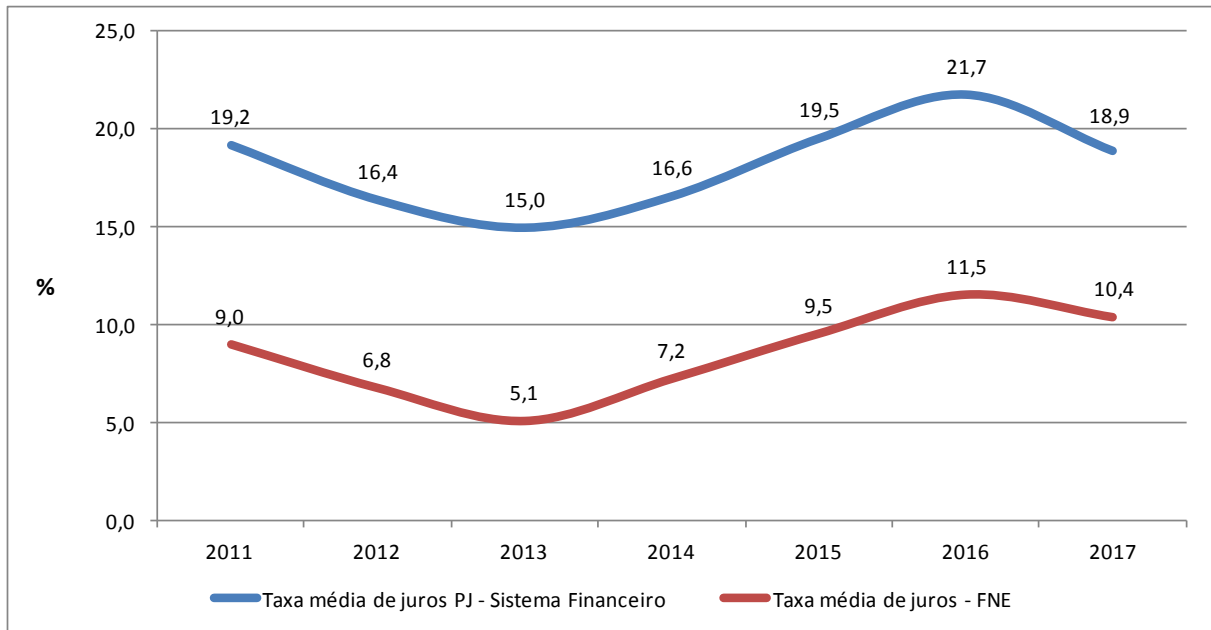
Fonte: Ministério da Integração Nacional, 2008, p. 13.

A política de benefícios financeiros na área de atuação da Sudene é viabilizada com recursos do FNE e operacionalizada, via financiamentos, pelo Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e bancos e agentes credenciados⁴. A expressão benefícios financeiros aqui aplicada diz respeito ao subsídio embutido nas taxas de juros, tornando-as bem menores que as encontradas nas linhas de crédito de outros bancos do sistema financeiro. Nota-se, pelo Gráfico 1, que a taxa média de juros dos financiamentos tomados pelas Pessoas Jurídicas (PJ) em todo o mercado de crédito nacional, entre 2011 e 2017, esteve bem acima da taxa média de juros ponderada pelas

⁴ Em 2018 o Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (Bandes) assinou convênio com o BNB para ser repassador de recursos do FNE na área da Sudene capixaba.

contratações de financiamentos com recursos do FNE, tanto para pessoas jurídicas como para pessoas físicas, a exemplo de pequenos produtores rurais. Os tomadores de recursos pelas linhas de financiamento do FNE ainda possuem outra vantagem: um bônus de 15% sobre o valor dos juros devido em cada parcela, em caso de pagamento até o dia do vencimento.

Gráfico 1 – Taxa média de juros das operações de crédito tomadas pelas pessoas jurídicas no Sistema Financeiro e taxa média de juros ponderada pelas contratações com recursos do FNE



Fonte: Elaboração com base nos dados do Ministério da Integração Nacional, histórico de taxas de juros, e Banco Central do Brasil, SGS. Nota: Para os anos de 2016 e 2017, tomou-se a média das taxas dos Programas de Financiamento do FNE.

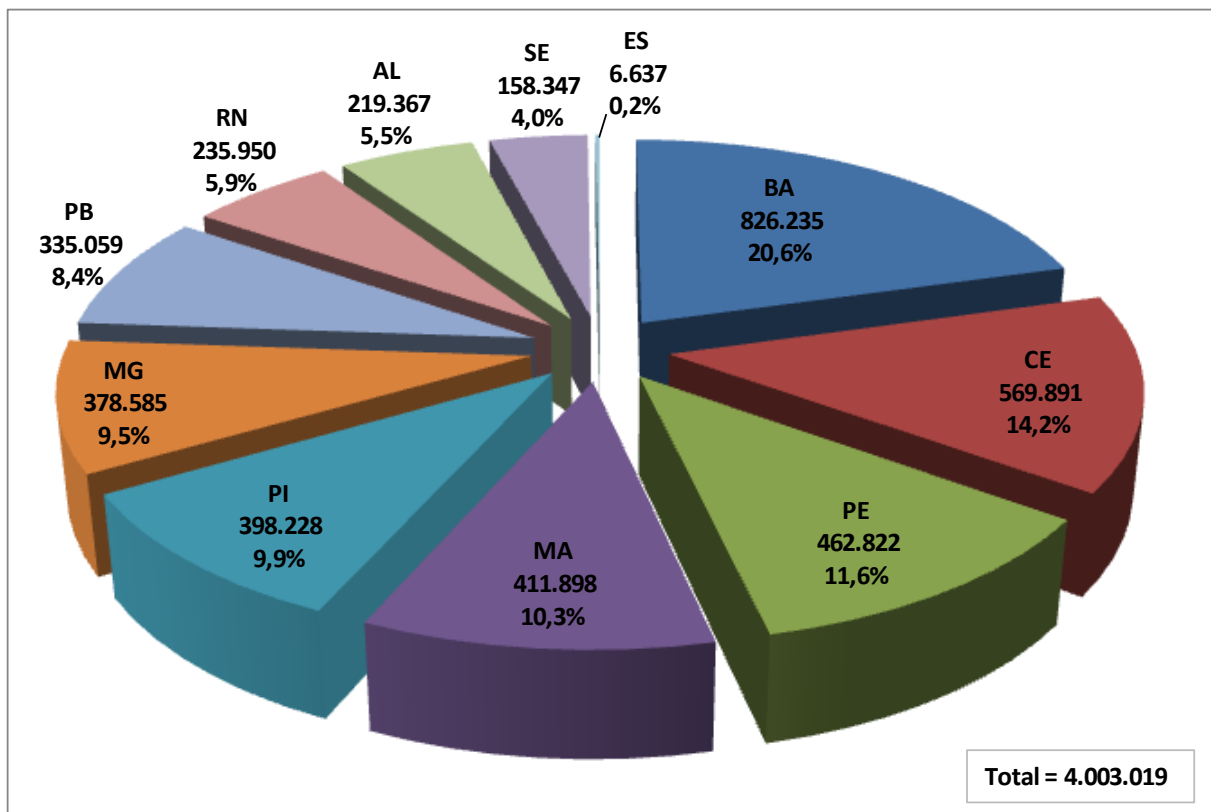
O FNE destina-se ao financiamento de produtores rurais, firmas individuais, Pessoas Jurídicas, associações e cooperativas de produção que desenvolvam atividades nos setores agropecuário, mineral, industrial, agroindustrial, turístico, de infraestrutura, comercial e de serviços. As condições, como o valor-limite, a taxa de juros, o prazo de carência e de amortização, variam de acordo com os programas de financiamento, o tipo de tomador, o porte da empresa e a localização do empreendimento⁵.

Entre 2010 e 2017 foram contratados pouco mais de 4 milhões de operações em todos os 11 estados da Região da Sudene. A Bahia foi o estado com maior participação nesse montante, 20,6%, seguido do Ceará (14,2%), Pernambuco

⁵ Os recursos são orçados a cada ano de acordo com a Programação Regional Anual. Dentro dela há Programas de Financiamento para várias atividades e setores econômicos. As Programações Regionais de cada ano podem ser encontradas em <http://mi.gov.br/web/guest/programacoes1>.

(11,6%) e Maranhão (10,3%). O Espírito Santo, com 6.637 operações contratadas no período, alcançou apenas 0,2% do total (Gráfico 2). Esse número é reflexo da menor área de atuação da Sudene no território capixaba em comparação com os demais estados e também pelo fato de o BNB possuir menor tempo de atuação no estado. Em 2019, o banco possuía somente cinco agências, uma em cada município: Colatina, Linhares, Nova Venécia, Pinheiros e São Mateus.

Gráfico 2 – Número de contratações com recursos do FNE, por estado, 2010 - 2017

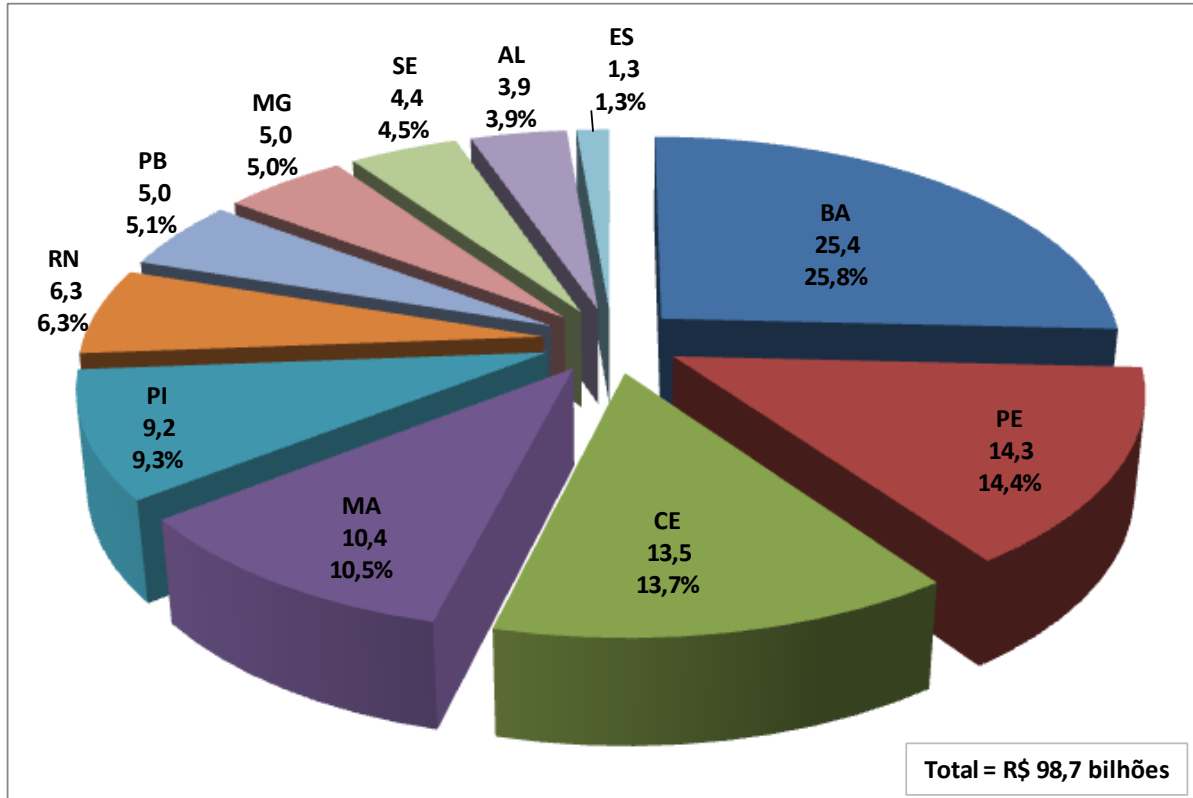


Fonte: Elaboração com base nos dados do BNB, Estatística de aplicações do FNE e outros recursos.

No que diz respeito ao valor, percebe-se que R\$ 98,7 bilhões do FNE foram aplicados de 2010 a 2017, tendo o estado baiano a maior participação (25,8%). O somatório dos valores contratados na Bahia, em Pernambuco e no Ceará representam 53,9% do total. O Espírito Santo obteve a menor participação: 1,3%, correspondente a R\$ 1,3 bilhão contratados (Gráfico 3). Contudo, no período, auferiu o maior valor médio das operações (R\$ 198,9 mil), muito acima do verificado nos demais estados. Em segundo lugar, aparecem Pernambuco e a Bahia, com valor de apenas R\$ 30,8 mil por operação. Isso confirma que as operações para pequenos

empreendimentos com recursos do FNE ainda não estão disseminadas nos municípios da Sudene capixaba.

Gráfico 3 – Valor contratado (R\$ bilhões) com recursos do FNE, por estado, 2010 - 2017

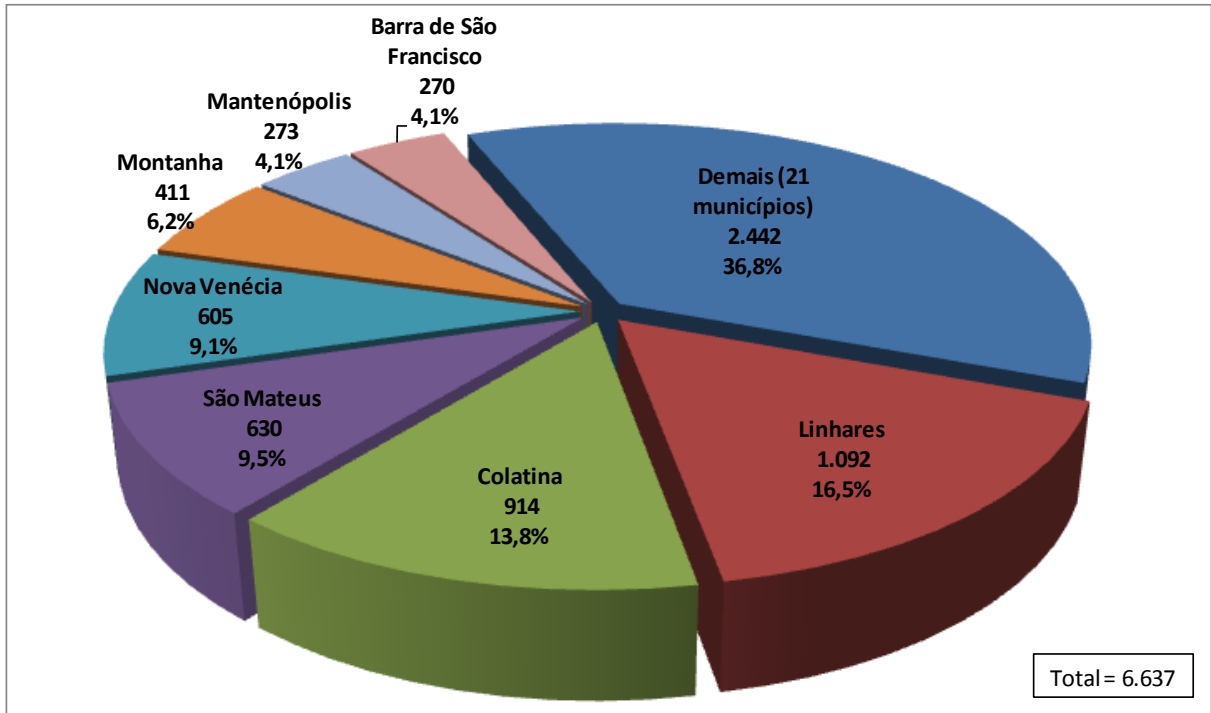


Fonte: Elaboração com base nos dados do BNB, Estatística de aplicações do FNE e outros recursos.

Ao examinar o número de contratações por município do Espírito Santo, percebe-se uma forte concentração em Linhares, Colatina, São Mateus e Nova Venécia. Eles foram responsáveis por 3.241 das 6.637 operações ou 48,8% do total (Gráfico 4).

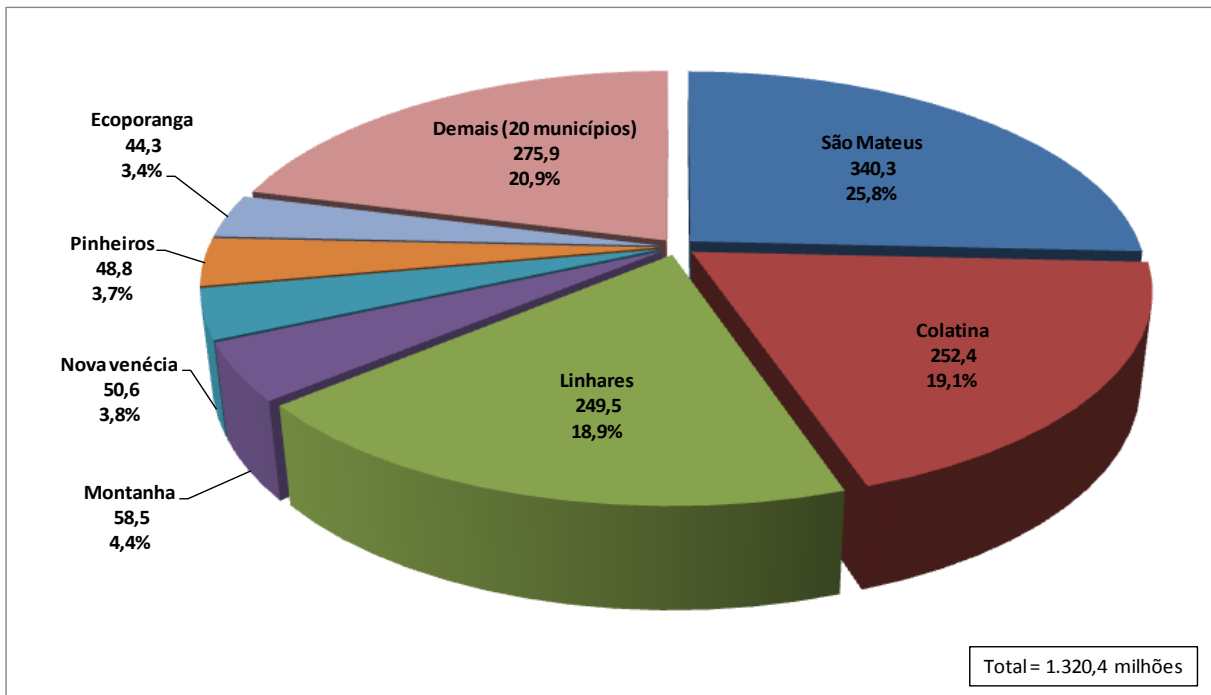
Apesar de São Mateus constar em terceiro lugar no *ranking* dos municípios capixabas com maior número de contratações com recurso do FNE, ele era o primeiro em valor contratado (R\$ 340,3 milhões). Isso revela que as operações nesse município foram de maior *ticket* médio, quando comparadas com as de Linhares, por exemplo. Ademais, a concentração por valor contratado foi significativa na Sudene capixaba: São Mateus, Colatina e Linhares, com a soma de R\$ 842,2 milhões, reúnem 63,8% do montante de R\$ 1,3 bilhão contratado nos 28 municípios (Gráfico 5).

Gráfico 4 – Número de contratações na Região da Sudene no Espírito Santo com recursos do FNE, por município, 2010 - 2017



Fonte: Elaboração com base nos dados do BNB, Estatística de aplicações do FNE e outros recursos.

Gráfico 5 – Valor contratado (R\$ milhões) na Região da Sudene no Espírito Santo com recursos do FNE, por município, 2010 - 2017



Fonte: Elaboração com base nos dados do BNB, Estatística de aplicações do FNE e outros recursos.

2.2. INCENTIVO FISCAL DO ESPÍRITO SANTO: O INVEST-ES

O Invest-ES tem como marco o Decreto nº 1.152-R, de 16 maio de 2003, que posteriormente foi revogado pelo Decreto nº 1.951-R, de 25 de outubro de 2007. A vigência do Invest-ES conferiu maior transparência na concessão de benefícios fiscais concedidos pelo governo estadual. Nesse sentido, as empresas que possuíam regimes especiais vigentes (os chamados “contratos de gaveta”) tiveram a possibilidade de migrar para o programa.

As incertezas jurídicas e o desconforto na concessão de benefícios por meio de decreto levaram o governo do estado a protocolar na Assembleia Legislativa, em 27 de junho de 2016, o Projeto de Lei nº 197/2016. Aproveitando sua ampla base de apoio na Assembleia, foi pedida urgência na apreciação do projeto de lei e, em 29 de junho de 2016, já tinha sido aprovado e transformado na Lei nº 10.550. Um dia depois, foi sancionada e, em 1º de julho de 2016, publicada no Diário Oficial do Espírito Santo (DIO-ES), com vigência desde essa data.

As intenções do governo ficaram bem claras na Mensagem nº 184/2016, do governador, que acompanhou o Projeto de Lei nº 197/2016:

O Programa Invest-ES tem como propósito ser um instrumento para a atração, promoção e consolidação de investimentos e a geração de emprego e renda para o Espírito Santo. Tradicionalmente instrumentos similares são utilizados pelos estados brasileiros e internacionalmente para atrair negócios.

Incentivos compensam desvantagens comparativas possibilitando a justa concorrência com estados que possuem maior mercado consumidor, infraestrutura logística adequada às exigências do mercado, centros financeiros dinâmicos, fornecedores de bens e serviços mais numerosos, entre outros, como também possibilita a descentralização e diversificação da economia.

Considerando a realidade de crise econômica e incertezas pela qual passa o país, a estruturação do Invest-ES por meio de uma Lei fornece ao investidor maior segurança para realizar seus investimentos no Espírito Santo.

Como contrapartida dos benefícios concedidos pelo estado (descritas ainda nesta seção), a empresa⁶ apresenta um projeto de investimento, de implantação ou

⁶ Podem solicitar enquadramento no programa somente empresas no regime de apuração ordinário.

ampliação e compromete-se a gerar certo número de empregos⁷. A Secretaria Estadual de Desenvolvimento (Sedes) abre um processo e o envia-o ao Grupo Técnico de Análise formado por funcionário (s) do Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (Bandes) e servidor (es) da Secretaria Estadual de Fazenda (Sefaz), para análise do projeto, da regularidade documental e fiscal da empresa. Posteriormente, o referido grupo técnico emite parecer e o encaminha-o para a apreciação do Comitê de Avaliação. Tal comitê, não remunerado, é formado por titular e suplente das seguintes instituições: Sedes, Sefaz, Bandes, Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca (Seag), Procuradoria-Geral do Estado (PGE) e Secretaria de Estado de Controle e Transparência (Secont). Se o projeto for aprovado, publicar-se-á um resumo da Resolução no DIO-ES e a empresa terá 12 meses para assinar o Termo de Acordo com a Sefaz (podendo ser prorrogado por igual período). Esse termo assemelha-se a um contrato com direitos e deveres. De um lado, a empresa compromete-se a investir e a gerar empregos, conforme dispõe o projeto, além de satisfazer obrigações tributárias acessórias e principais; de outro, o governo do estado concede benefícios fiscais por 12 anos.

Com base na assinatura do citado termo, a empresa pode diferir o pagamento do ICMS na compra de máquinas e equipamentos destinados ao ativo imobilizado do parque industrial. Trata-se de uma postergação do pagamento do imposto para um momento futuro. De fato, a empresa não recolhe o imposto na compra e quando ela quiser alienar a terceiros pagará o imposto sobre o valor residual da máquina (valor de mercado). Provavelmente essa máquina terá um valor contábil reduzido em decorrência da depreciação acumulada.

Uma novidade trazida pela Lei nº 10.550, no seu art. 3º, inciso II, foi a possibilidade – também mediante a assinatura do Termo de Acordo – de isenção de ICMS nas compras de mercadorias ou bens destinados à construção civil dos empreendimentos.

⁷ Não se estabeleceu número mínimo de emprego diretos a serem gerados e nem valor mínimo de investimento a ser realizado.

Para que a empresa usufrua os benefícios sobre o ICMS na compra de matérias-primas e insumos⁸ e nas vendas internas e interestaduais, deve solicitar visita técnica para atestar a realização dos investimentos. Ela é realizada por funcionário do Bandes e servidor da Sedes. Essa constatação pode ser parcial ou total, ou seja, se a empresa investiu parte do previsto, mas com isso já consegue iniciar a operação, pode pedir uma visita para a emissão de laudo de investimento parcialmente implantado. A partir da data de emissão do primeiro laudo (parcial ou total), a beneficiária pode fazer jus aos benefícios, abaixo citados, pelo prazo de 12 anos. No período futuro, quando concluir os investimentos, deverá solicitar uma nova visita para a emissão de laudo de investimento totalmente implantado. Nas alíneas 'c' e 'e' do inciso I, o inciso III e a alínea 'a' do inciso IV do art. 3º da Lei nº 10.550/2016, constam os seguintes benefícios:

I - Diferimento do pagamento do ICMS:

c) incidente nas operações de importação do exterior de insumos e matérias-primas, destinados exclusivamente ao estabelecimento industrial importador, para o momento em que ocorrer a saída dos produtos resultante de sua industrialização, ressalvado o disposto na alínea "d".

e) incidente nas operações internas com matérias-primas e insumos, destinados exclusivamente a estabelecimento industrial vinculado ao Invest-ES, para o momento em que ocorrer a saída dos produtos resultantes de sua industrialização.

III - crédito presumido, nas operações interestaduais, até o limite de setenta por cento do valor do imposto devido mensalmente [...].

IV - redução de base de cálculo do ICMS:

a) nas operações internas, até o limite de setenta por cento do seu respectivo valor [...].

Ao adquirir matérias-primas e insumos dentro do estado e no mercado internacional a empresa não recolherá o ICMS. Isso será feito somente quando vender a sua mercadoria resultante do processo produtivo. Num primeiro momento, isso melhora o fluxo de caixa da empresa.

Historicamente as empresas têm conseguido, no mínimo, o percentual de 70% tanto para o crédito presumido quanto para a redução de base de cálculo. Contudo, há previsão no art. 19 da Lei nº 10.550/2016 para conceder percentuais maiores. E o

⁸ Conforme o §10 do art. 3º da Lei nº 10.550, tais compras "[...] não se aplicam às operações com energia elétrica, comunicações, lubrificantes, combustíveis líquidos e gasosos, derivados ou não de petróleo".

art. 5º dispõe que o tratamento diferenciado pode ser em razão da natureza da atividade, da não similaridade com a produção estadual, da descentralização do desenvolvimento, de projetos que se instalem em municípios com baixos indicadores socioeconômicos, e da competitividade com empreendimento similar localizado em outro estado. Verifica-se aí que o Comitê de Avaliação Invest-ES possui ampla discricionariedade para julgar um projeto e decidir qual a alíquota conceder acima de 70%, tanto para o crédito presumido quanto para a redução da base de cálculo. Contudo, na prática, esse percentual não tem ultrapassado 90% – concedidos para empresas que se instalam em municípios interioranos.

No fim de 2012, com os rumores da convalidação, pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), de todos os benefícios fiscais atualmente concedidos pelos estados, estabelecendo um prazo para seus termos, o governo do Espírito Santo editou o Decreto nº 3.080-R, acrescentando ao Decreto nº 1951-R a possibilidade de renovação de prazo dos benefícios por 12 anos. A Lei nº 10.550/2016, que revogou o Decreto nº 1951-R, manteve essa possibilidade e ampliou seu alcance. Antes o benefício da redução da base de cálculo nas vendas internas não era renovável, mas uma alteração viabilizada pela Lei nº 10.630, de 28 de março de 2017, permitiu esse direito, desde que, de acordo com o §2º-A do art. 3º da Lei nº 10.550, “[...] requerido pelo interessado, com os motivos de fato e de direito em que se fundamentar, cabendo ao Comitê de Avaliação do Invest-ES a análise do pedido”. Para requerer a prorrogação dos outros benefícios, a empresa deve protocolar carta na Sede comprometendo-se com a manutenção da média de empregados diretos dos últimos doze meses. Com a aprovação pelo Comitê de Avaliação, publica-se uma resolução no DIO-ES. Posteriormente, a empresa pode solicitar a assinatura do Aditivo ao Termo de Acordo. A partir daí, começa a fruir do prazo de 12 anos e a empresa abre mão do tempo remanescente de fruição do Termo de Acordo original.

2.2.1. Resultados do Invest-ES

De 2003 a 2016, os projetos que continuavam enquadrados no Invest-ES na modalidade indústria somavam 249, dos quais 149 eram de implantação de unidade industrial e 100 de ampliação/modernização.

Nota-se, pelo Mapa 4, a distribuição dos projetos nos 78 municípios que compõem o território do estado do Espírito Santo. Os municípios que mais receberam projetos foram os municípios da Serra (74) e Linhares (31). Em terceiro lugar aparece Cariacica com apenas 16 projetos. De fato, na Serra, existe uma área industrial bem desenvolvida e a proximidade com a área portuária concede uma vantagem locacional para esse município. Já Linhares, além da prerrogativa de situar-se às margens da BR-101 e possuir fornecimento de gás natural, é um dos municípios com melhor infraestrutura urbana entre os situados na área de atuação da Sudene capixaba.

Verifica-se, ainda, que dos 78 municípios, 42 não tiveram nenhum projeto enquadrado, 12 apresentaram apenas 1 projeto e outros 14 municípios de 2 a 5 projetos. Isso revela a dificuldade de atração de empreendimentos por parte da maioria dos municípios que não possuem boa estrutura urbana e logística e se encontram fora do corredor litorâneo, que inicia na Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV) e se estende até São Mateus. A RMGV concentrou 115 projetos e R\$ 5,1 bilhões de investimentos.

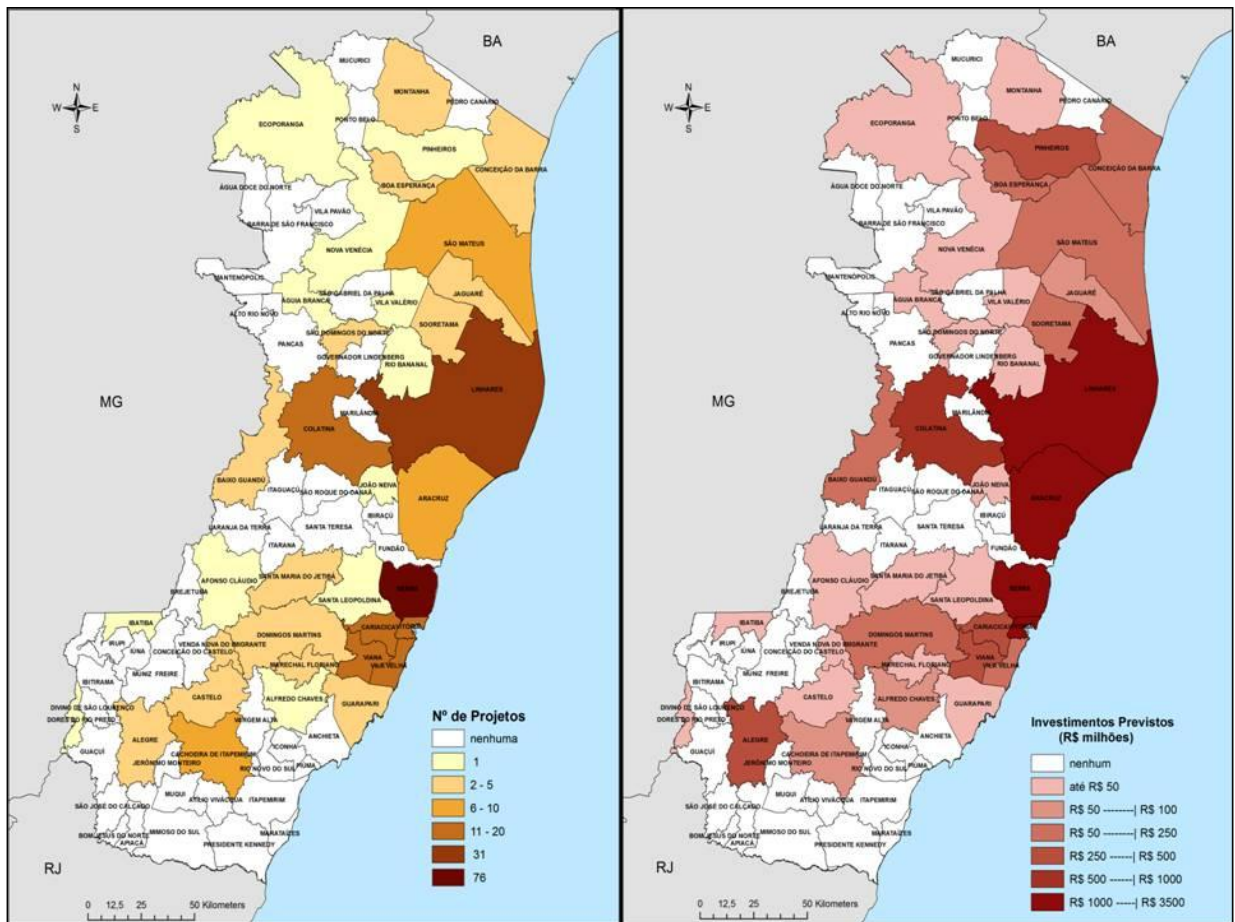
Ao longo desses 14 anos do programa, os projetos enquadrados somaram R\$ 12,8 bilhões. No entanto, percebe-se uma concentração espacial no número e no porte dos projetos. Os municípios em que o montante dos investimentos dos projetos enquadrados foi acima de 1 bilhão de reais são apenas quatro: Aracruz (R\$ 3,5 bilhões), Serra (R\$ 3,3 bilhões), Linhares (R\$ 1,2 bilhão) e Vitória (1,1 bilhão). Apesar de a Serra possuir 76 projetos e Aracruz apenas 8, este apresenta valor de investimento um pouco maior que aquele. Em Aracruz, os projetos do Estaleiro Jurong⁹, da Carta Industrial¹⁰ e da Imetame Logística¹¹ perfazem quase a totalidade

⁹ Termo de Acordo nº 298/2013, publicado no DIO-ES de 28/03/2013, p. 43.

¹⁰ Termo de Acordo nº 352/2014, publicado no DIO-ES de 02/01/2015, p. 06.

dos investimentos para o município: R\$ 3,4 bilhões. Na capital, o valor de R\$ 1,04 bilhão é referente a três projetos de distribuição/transmissão de energia elétrica¹² que atendem a vários municípios capixabas. Esses investimentos constam em Vitória, pois os seus Termos de Acordo foram assinados pela matriz dessas empresas sediadas no município.

Mapa 4 – Número de projetos enquadrados e investimentos previstos, em R\$ milhões, no INVEST-ES Indústria, 2003 a 2016.



Fonte: Elaboração com base nos dados do BANDES, Gecre.

¹¹ Termo de Acordo 399/2017, publicado no DIO-ES de 27/05/2017, p. 05.

¹² Termos de Acordos: 196/2010, DIO-ES de 08/12/2010, p. 17; 215/2011, DIO-ES de 19/05/2011, p. 12; 292/2013, DIO-ES de 18/01/2013, p. 25.

2.3. INDICADORES ECONÔMICOS SELECIONADOS

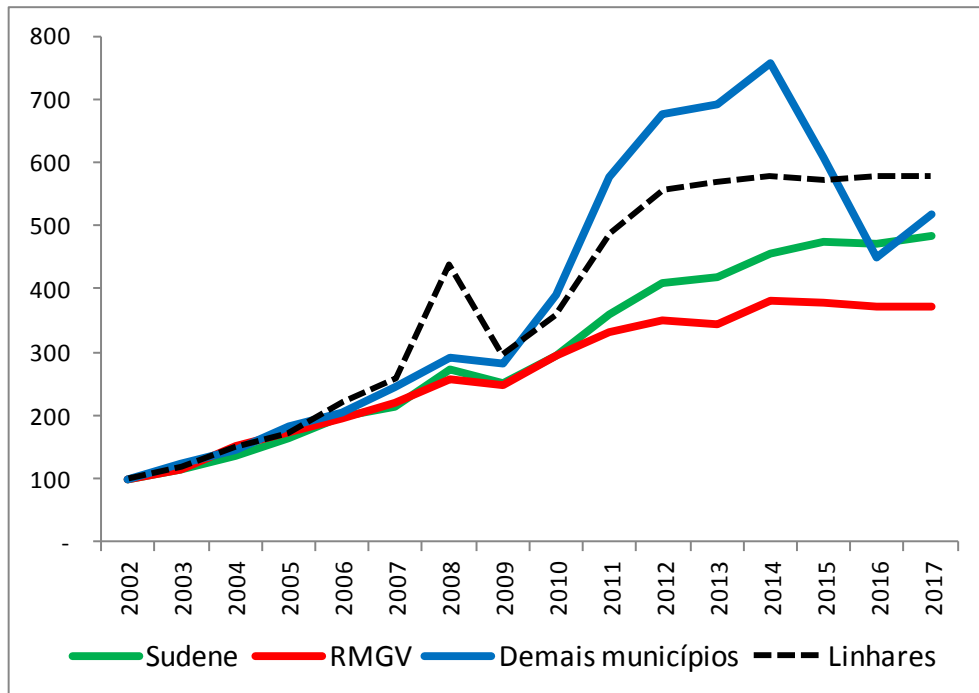
O objetivo desta seção é analisar alguns indicadores que retratem, de forma geral, a evolução econômica (relativa) de regiões do Espírito Santo, no período de 2002 a 2017, aqui estabelecidas como a junção de municípios que compõem a Região Sudene, a Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV) e a Região que engloba os demais municípios capixabas, denominada “Demais municípios”. A fim de tecer comparações, destacaram-se também nos gráficos os indicadores somente do município de Linhares.

Como ferramenta, utilizaram-se “números índices” para a elaboração dos gráficos. Assim, foi possível examinar as variações relativas dos indicadores em certo período de tempo. O primeiro ano da série foi escolhido como base (referência) e recebeu o valor igual a 100. Os gráficos desta seção não possuem a mesma periodicidade em razão da indisponibilidade de dados.

Nota-se, pelo Gráfico 6, que os acontecimentos desde o início dos anos 2010 foram cruciais para as diferenças nos ritmos de crescimento entre as Regiões. A Região “Demais municípios” viu seu Produto Interno Bruto (PIB) aumentar muito rapidamente em virtude da exploração de petróleo *offshore*, especialmente nos municípios de Presidente Kennedy e Itapemirim. Em 2015 e 2016, com a paralisação das atividades da Samarco, em decorrência do rompimento da barragem em Mariana (MG), e com a redução dos preços internacionais do petróleo, seu PIB retraiu abruptamente. Contudo, percebeu-se uma recuperação em 2017.

A Região da Sudene, desde 2011, vem imprimindo um ritmo de crescimento maior que a RMGV. Neste caso, percebe-se a importante participação do município de Linhares nesse dinamismo. O maior crescimento percentual de Linhares em relação à RMGV verificou-se já em meados dos anos 2000. Em 2002 Linhares possuía o 7º maior PIB do Espírito Santo. Em 2017, era o 5º, ultrapassando Aracruz e Cachoeiro de Itapemirim e atrás apenas de municípios da RMGV: Vitória, Serra, Vila Velha e Cariacica.

Gráfico 6 – Índice do Produto Interno Bruto (PIB), a preços correntes, das regiões do Espírito Santo e de Linhares, 2002-2017



Fonte: Elaboração com base nos dados do IJSN – dados socioeconômicos. Base: PIB de 2002.

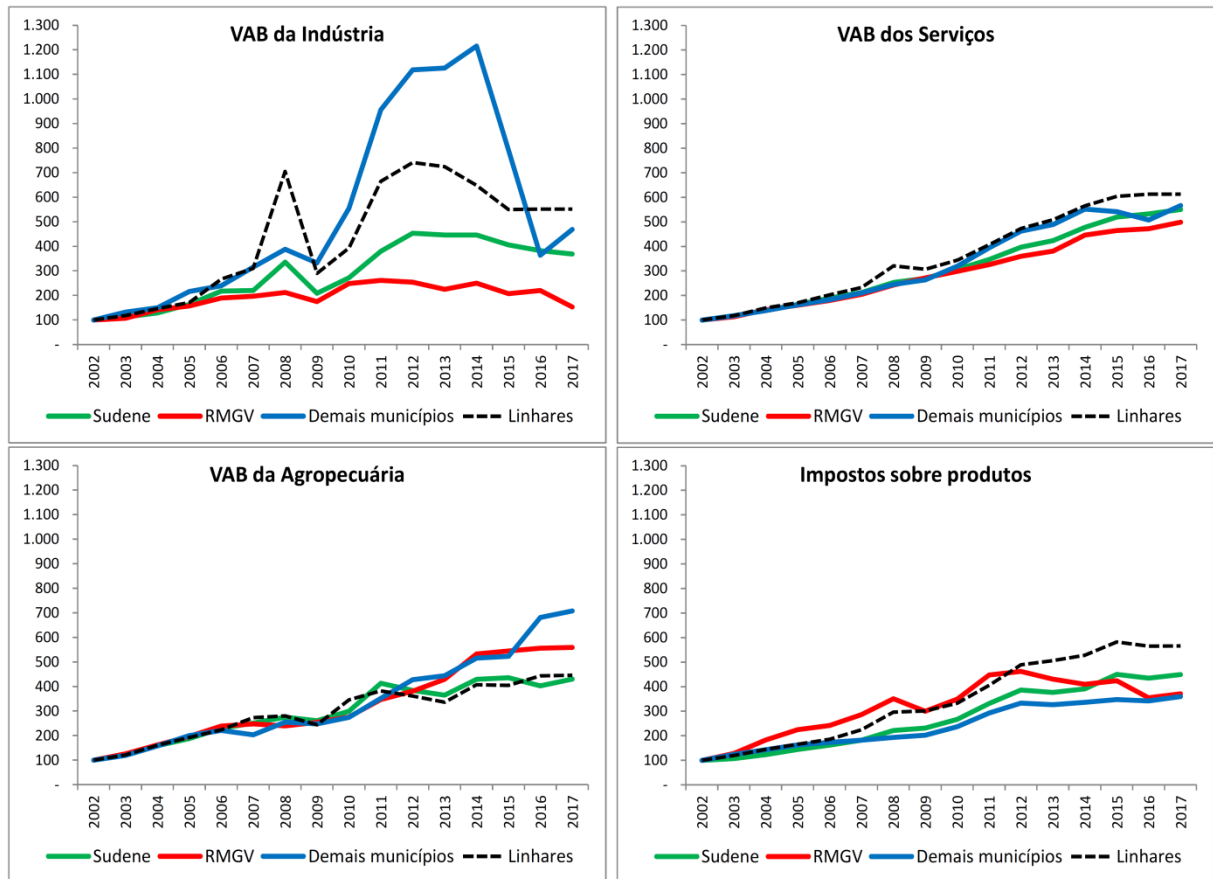
O Valor Adicionado Bruto (VAB) é aquele que os setores agropecuário, industrial e de serviços acrescentam ao valor final de tudo que foi produzido em uma região. O PIB é a soma do VAB de cada setor e dos impostos.

Conforme se mostra no Gráfico 7, o grande diferencial da Região da Sudene e, especialmente de Linhares, está no setor industrial. Em contraposição, o VAB da indústria na RMGV, notadamente nos anos 2010, vem oscilando entre retração ou baixas taxas de crescimento. Observa-se também que a forte crise econômica brasileira iniciada em 2014 teve impactos significativos no setor industrial em todas as regiões do Espírito Santo.

O crescimento do VAB da indústria e dos serviços no município de Linhares, em 2008, pode ser resultado da maior produção da Unidade de Tratamento de Gás de Cacimbas (UTGC), que entrou em operação em 2006. Esse fato tem consonância com o crescimento de 50,0% da arrecadação de Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) em 2008 em relação à observada em 2007, passando de R\$ 32,6 milhões para R\$ 48,8 milhões, respectivamente (AEQUUS, 2009). Assim,

também se cogita que a rápida queda do setor, em 2009, pode ser explicada pela crise econômica iniciada em 2008.

Gráfico 7 – Índice do Valor Adicionado Bruto (VAB) e dos impostos sobre produtos, a preços correntes, das regiões do Espírito Santo e de Linhares, 2002-2017



Fonte: Elaboração com base nos dados do IJSN – dados socioeconômicos.

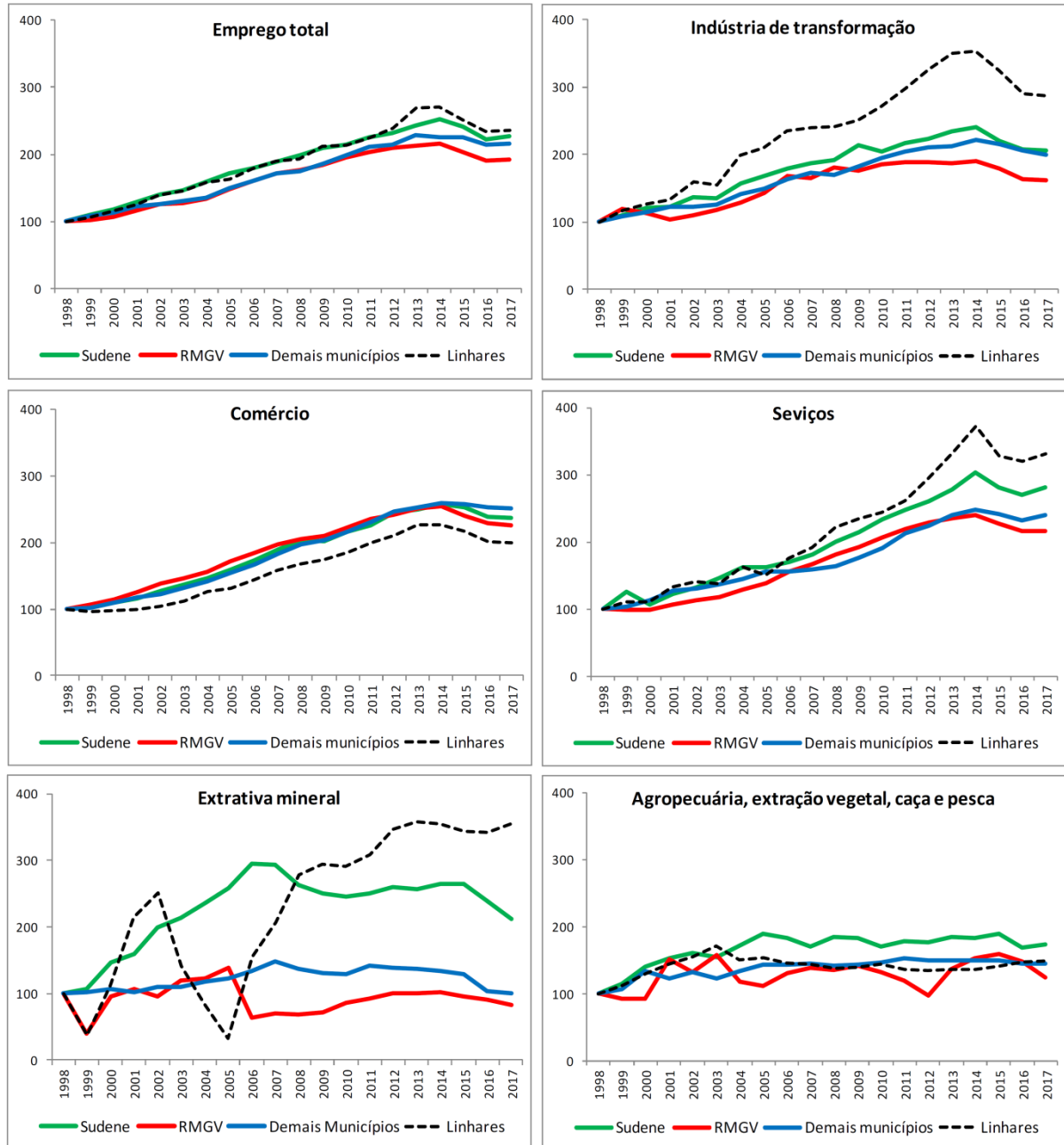
Base: VAB de 2002. Nota: O VAB de serviços inclui a administração pública, saúde e educação públicas e seguridade social. Os Impostos sobre produtos são líquidos de subsídios.

No período 1998-2017, a Região da Sudene e o município de Linhares se destacaram no crescimento relativo do estoque de empregos formais, principalmente nas atividades de indústria de transformação, extrativa mineral e de serviços (Gráfico 8).

Segundo o IJSN (2019), em 2017, três municípios possuíam participação acima de 10,0% no valor adicionado total da indústria de transformação do Espírito Santo: Aracruz, Serra e Linhares. A importante participação do valor adicionado no município de Linhares foi também em consequência da instalação e ampliação de empreendimentos industriais no município e isso pode explicar a rápida evolução do estoque de trabalhadores formais empregados na indústria de transformação.

Outra atividade com potencialidade em Linhares é a extrativa mineral. Em 2017, a participação do município no valor adicionado total da indústria extrativa capixaba estava na faixa de 1,1% a 5,0% (e somente mais quatro municípios se encontraram nessa faixa). A capital Vitória tinha participação de 5,0% a 10,0% e somente Presidente Kennedy apresentava participação acima de 10,0% (IJSN, 2019)¹³.

Gráfico 8 – Índice de emprego formal das regiões do Espírito Santo e de Linhares, por segmento econômico, estoque em dezembro de cada ano, 1998-2017

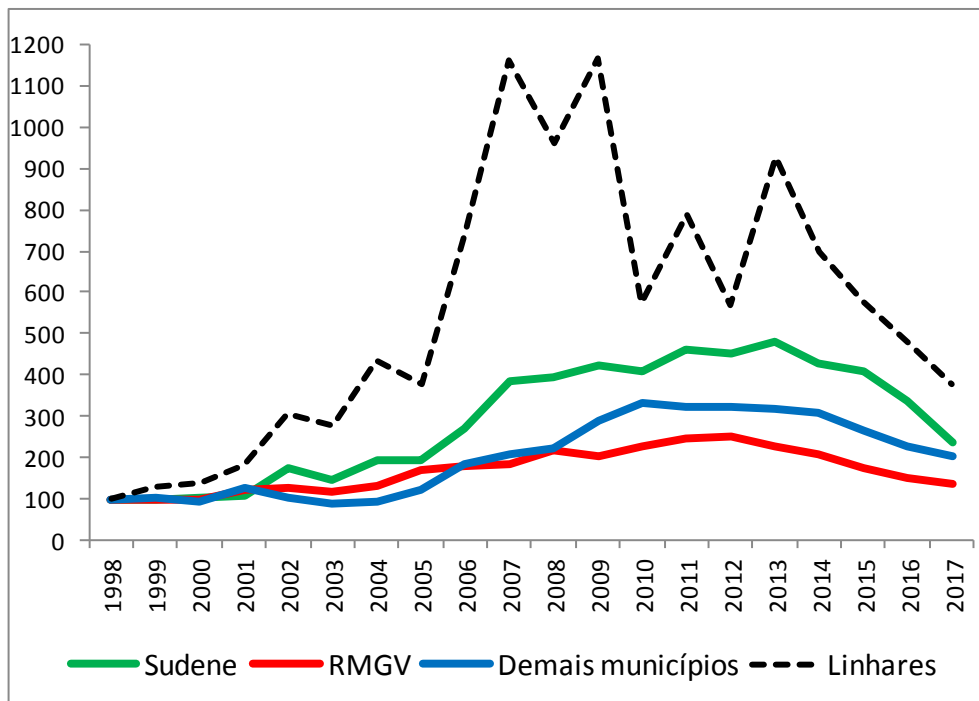


Fonte: Elaboração com base nos dados do Caged - Ministério da Economia.
Base: Emprego formal em 1998.

¹³ Os percentuais exatos não estão disponíveis em razão do sigilo estabelecido pelo convênio entre o IBGE e o Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN).

A construção civil é um bom termômetro para medir a intensidade e o crescimento da economia. Apesar da crise de 2014, que teve impacto em todas as regiões do Espírito Santo, nota-se em Linhares maior crescimento relativo de empregos nesse setor, desde o início dos anos 2000 (Gráfico 9). Nesse município, observaram-se ainda fortes variações no indicador de emprego formal na construção civil, possivelmente em decorrência de contratação de significativo número de trabalhadores para grandes obras e posteriormente, ao final delas, ocorreram as demissões.

Gráfico 9 – Índice de emprego formal na construção civil das regiões do Espírito Santo e de Linhares, estoque em dezembro de cada ano, 1998-2017

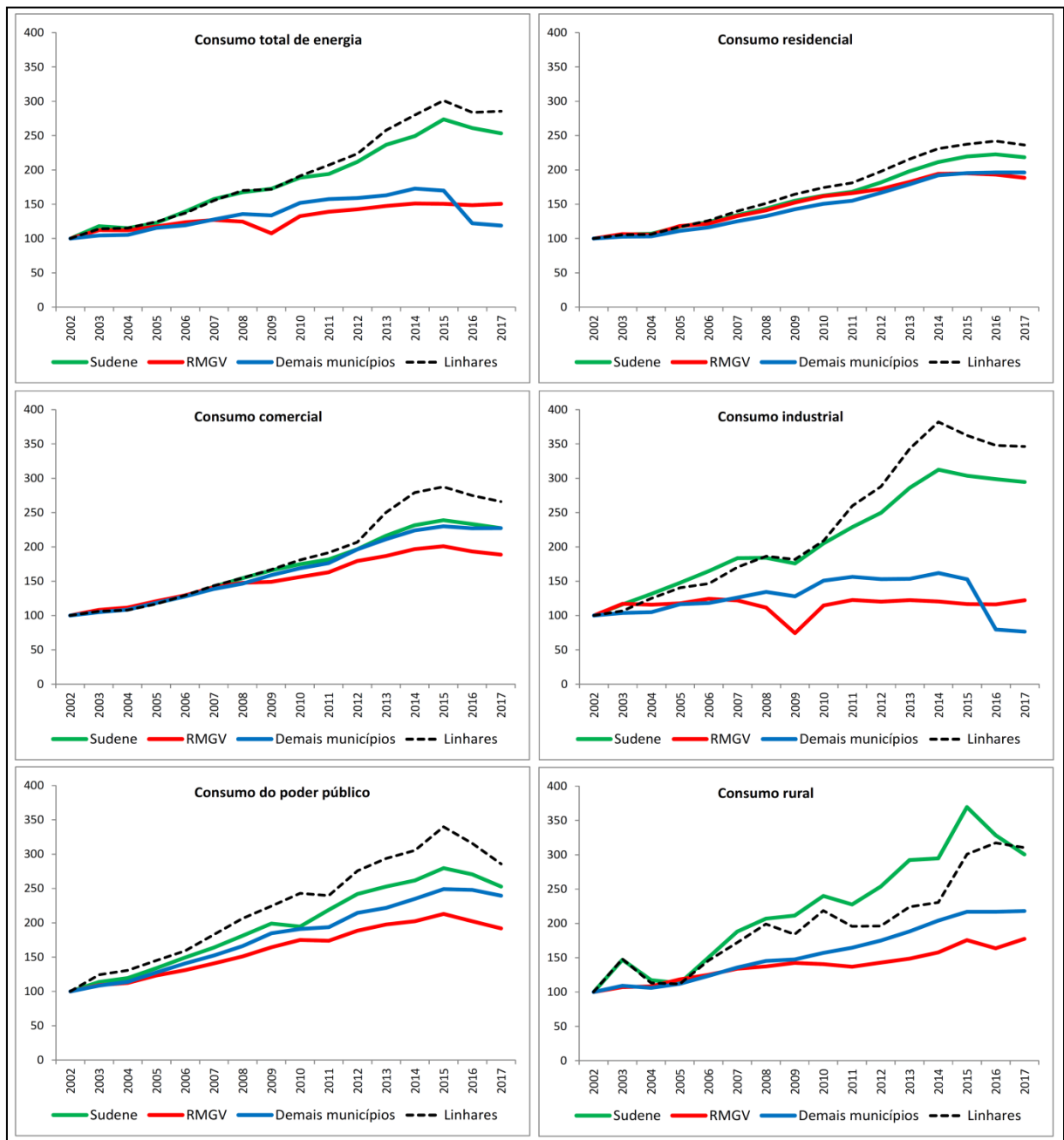


Fonte: Elaboração com base nos dados do Caged - Ministério da Economia.
Base: Emprego formal em 1998.

O consumo de energia é uma *proxy* do desempenho econômico. Pelo Gráfico 10, verifica-se que o crescimento relativo do consumo total de energia, no período 2002-2017, foi mais significativo na Região da Sudene e no município de Linhares. Mais uma vez, o destaque foi o setor industrial com uma evolução no consumo bem acima da RMGV e da Região “Demais municípios”.

Após essa breve análise geral de alguns indicadores econômicos regionais do Espírito Santo, passa-se a introduzir o exame da dinâmica populacional, que será mais bem discutida na seção seguinte.

Gráfico 10 – Índice do consumo de energia nas regiões do Espírito Santo e em Linhares, 2002-2017

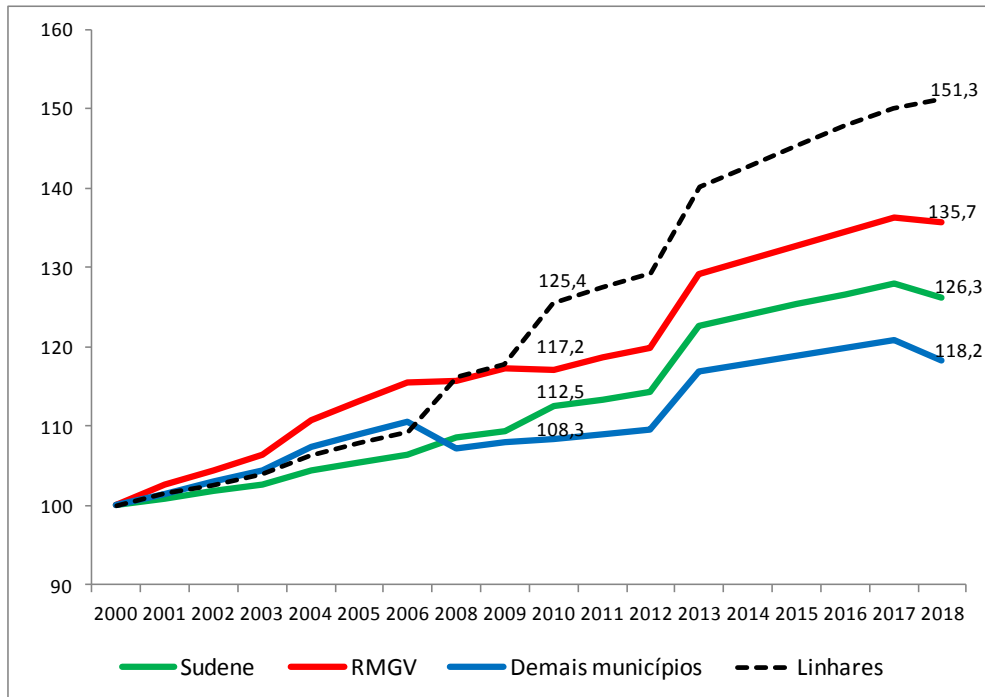


Fonte: Elaboração com base nos dados ARSP-ES. Base: Consumo em 2002.

A RMGV, mesmo com um dinamismo econômico menor (o que também a fez perder participação no PIB estadual de 62,7% em 2002 para 55,1% em 2017), ainda atrai o maior fluxo populacional em razão da significativa concentração das atividades econômicas, inclusive de prestação de serviços, a exemplo dos educacionais e de saúde. Assim, a população da RMGV cresceu 35,7% de 2000 a 2018, superior à verificada na Região da Sudene (26,3%) (Gráfico 11).

O município de Linhares, já em 2010, apresentava crescimento populacional relativo maior que na RMGV. Considerando a população estimada de Linhares para 2018, ocorreu um incremento de 51,3% na sua população quanto à verificada em 2000.

Gráfico 11 – Índice de crescimento populacional das regiões do Espírito Santo e de Linhares, 2000-2018



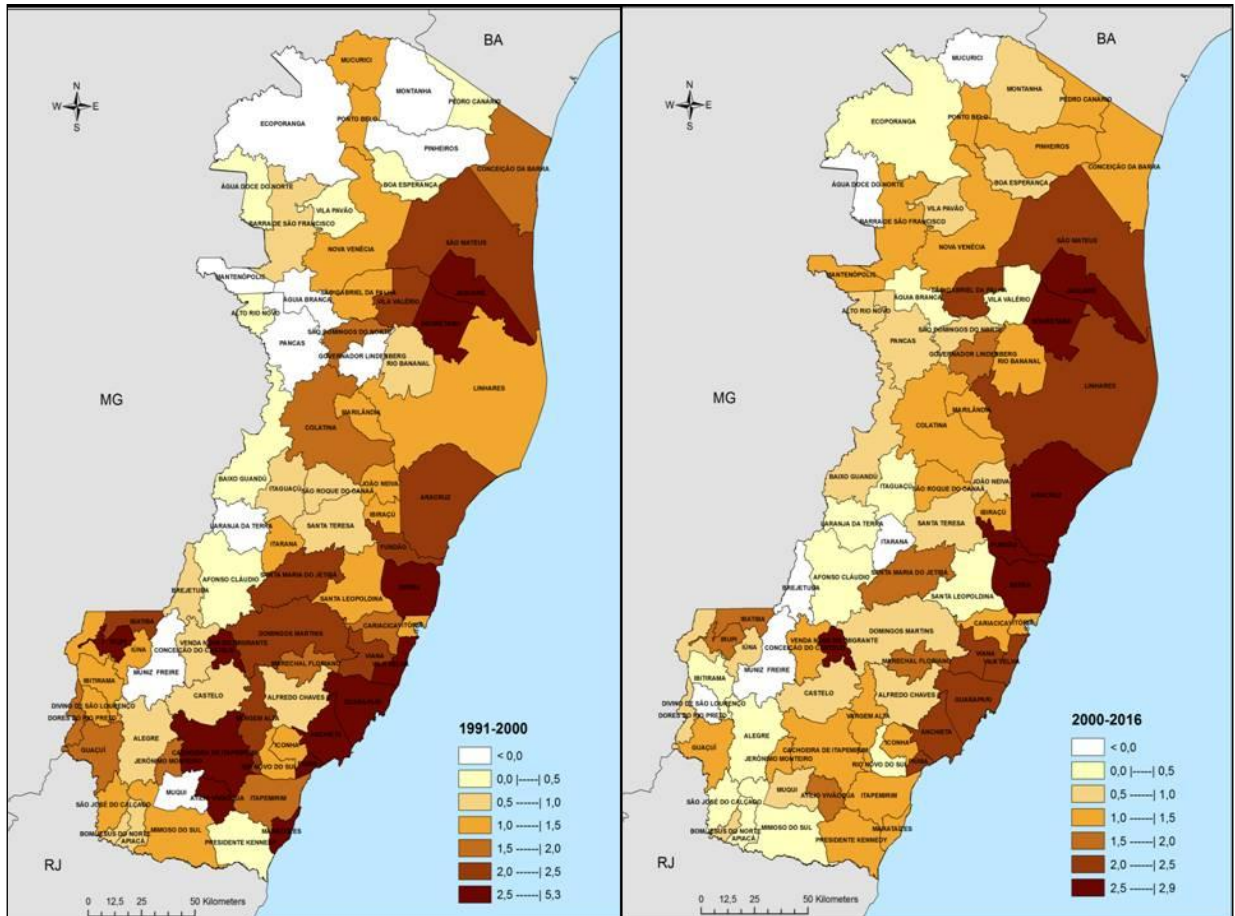
Fonte: Elaboração com base nos dados dos Censos 2000 e 2010 e Estimativa da população (IBGE - Sidra). Base: Censo de 2000.

2.4. A DINÂMICA POPULACIONAL

Historicamente o deslocamento da dinâmica econômica para certa região é acompanhado pelo seu crescimento populacional. O Espírito Santo não fugiu à regra. No Mapa 5, retrata-se a taxa média geométrica de crescimento da população, ou seja, o incremento médio anual populacional. De 1991 a 2000, o maior dinamismo demográfico era comandado pelo litoral e, principalmente, pela porção sul do estado. De 2000 a 2016, ocorreu uma inversão de tendência em virtude da expansão econômica dos municípios litorâneos mais ao norte. Por outro lado, constatou-se menor acréscimo populacional nos municípios do sul do estado, que foram

comandados por sua cidade mais importante economicamente, Cachoeiro de Itapemirim.

Mapa 5 – Taxa média geométrica de crescimento populacional dos municípios do Espírito Santo, 1991-2000 e 2000-2016



Fonte: Elaboração com base do PNUD e Estimativa da população do IBGE.

A fim de analisar o deslocamento da dinâmica populacional e tecer comparações dividiu-se o estado em dois grupos de municípios: o primeiro, com maior dinamismo, denominado “litoral dinâmico” e representado pelos municípios da Serra, Fundão, Aracruz, Linhares, Sooretama, Jaguaré e São Mateus; e o segundo, o grupo dos “demais municípios”, constituído pelos outros 71 municípios (Tabela 4).

De 1991 a 2000, a população do Espírito Santo aumentou em 496.614 pessoas, sendo 148.461 (29,9%) no litoral dinâmico e 348.153 (70,1%) nos demais municípios. No Censo de 2010, percebeu-se a tendência do aumento de participação do litoral dinâmico no crescimento populacional do estado. No período intercensitário 2000-2010, ocorreu o incremento de 876.465 pessoas na população total do Espírito

Santo, e os sete municípios do litoral dinâmico corresponderam a 40,0% e os demais a 60,0%.

Tabela 4 – População total, variação absoluta e taxa média geométrica de crescimento anual da população, Espírito Santo, 1991-2000, 2000-2010 e 2000-2016

Espírito Santo e dois grupos de municípios	População total				Variação Absoluta			Taxa Média Geométrica Anual		
	1991	2000	2010	2016	1991-2000	2000-2010	2000-2016	1991-2000	2000-2010	2000-2016
Espírito Santo	2.600.618	3.097.232	3.514.952	3.973.697	496.614	417.720	876.465	1,96	1,27	1,57
Litoral dinâmico	491.522	639.983	806.979	961.818	148.461	166.996	321.835	2,98	2,35	2,58
<i>Serra</i>	222.934	321.452	409.267	494.109	98.518	87.815	172.657	4,15	2,44	2,72
<i>Fundão</i>	10.684	13.009	17.025	20.376	2.325	4.016	7.367	2,21	2,73	2,84
<i>Aracruz</i>	52.526	64.637	81.832	96.746	12.111	17.195	32.109	2,33	2,39	2,55
<i>Linhares</i>	101.299	112.617	141.306	166.491	11.318	28.689	53.874	1,18	2,30	2,47
<i>Sooretama</i>	14.462	18.269	23.843	28.509	3.807	5.574	10.240	2,63	2,70	2,82
<i>Jaguaré</i>	14.771	19.539	24.678	29.150	4.768	5.139	9.611	3,16	2,36	2,53
<i>São Mateus</i>	74.846	90.460	109.028	126.437	15.614	18.568	35.977	2,13	1,88	2,11
Demais municípios	2.109.096	2.457.249	2.707.973	3.011.879	348.153	250.724	554.630	1,71	0,98	1,28

Fonte: Elaboração com base do PNUD e Estimativa da população do IBGE.

A estimativa para a população capixaba em 2016 trouxe essa tendência. No grupo litoral dinâmico, a Serra era o município mais populoso e obteve a maior variação absoluta e relativa da população entre 1991 e 2016. Nesse período, sua população passou de 222.934 para 494.109 pessoas, uma elevação de 271.175 pessoas ou 121,6%. Somente esse incremento da Serra foi maior que a população individual de 74 municípios capixabas em 2016. Tal acréscimo era menor apenas que o contingente populacional verificado em apenas três municípios da Região Metropolitana da Grande Vitória em 2016: Vila Velha (479.664), Vitória (359.555) e Cariacica (384.621).

Percebe-se, ainda pela Tabela 4, que a taxa média geométrica de crescimento anual da população (1991-2000, 2000-2010, 2000-2016) dos municípios da região litoral dinâmico é maior que a observada para todo o estado (exceto para Linhares no período 1991-2000). Por outro lado, o grupo chamado demais municípios possui taxas inferiores à média estadual. Isso confirma que o grupo Litoral dinâmico tem se destacado no incremento populacional do estado.

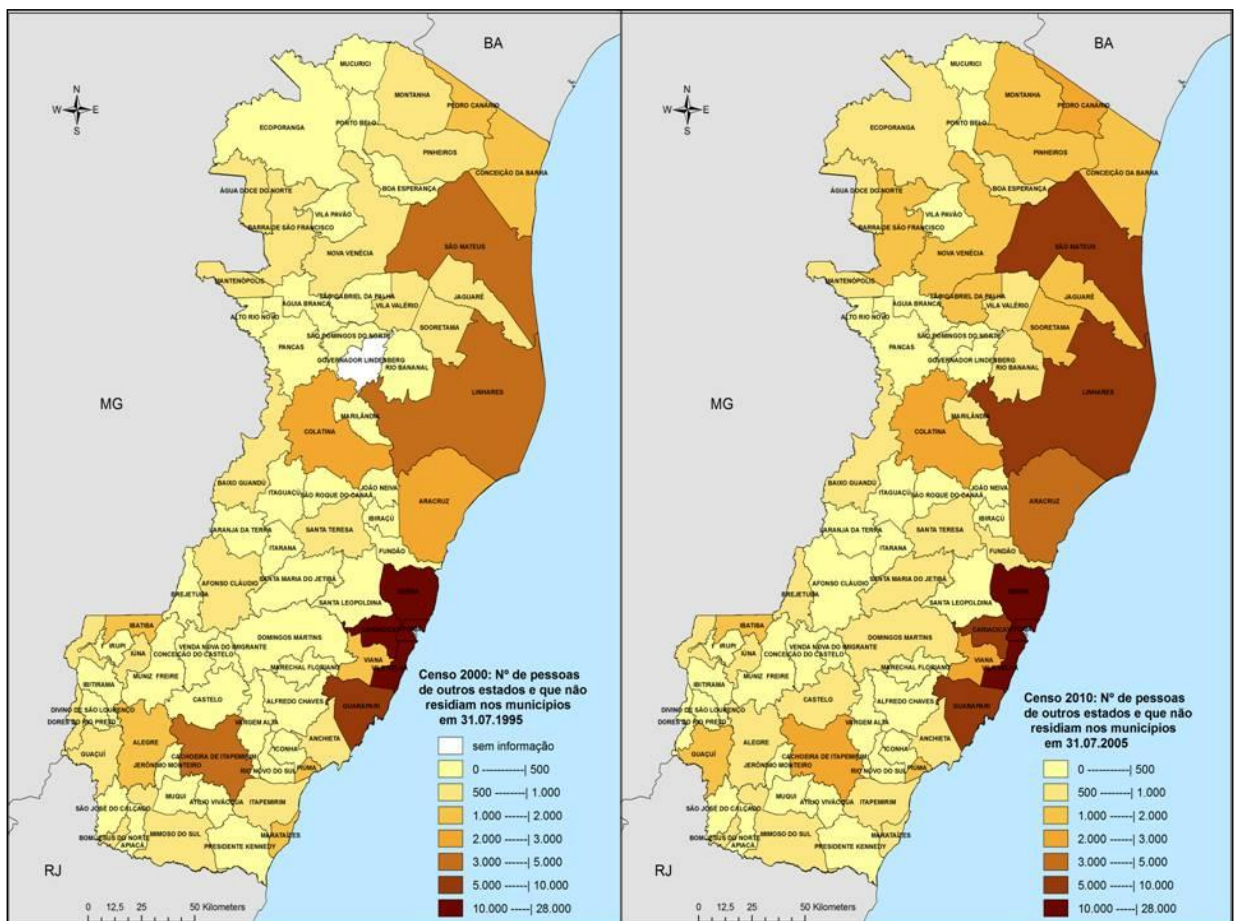
O município de Linhares é um dos casos que podem ratificar a relação entre o crescimento econômico, impulsionado também por incentivos fiscais, e o deslocamento populacional. Entre 1991-2000 sua taxa média geométrica de crescimento anual da população foi 1,18, bem abaixo da registrada para o Espírito

Santo (1,96). Contudo, desde a década seguinte, com o maior dinamismo econômico, passou a apresentar taxas de crescimento anuais bem acima da média estadual e próximas da média do grupo Litoral dinâmico.

Em relação ao fenômeno migratório, segundo BRASIL et al. (2013), o Espírito Santo passou de uma situação de baixa absorção migratória de 1995 a 2000 para uma média absorção no período 2005-2010. A maioria dos imigrantes interestaduais é originária dos estados vizinhos (Minas Gerais, Bahia e Rio de Janeiro) e de São Paulo.

O Censo 2000 e 2010, ao perguntar onde as pessoas residiam há 5 anos, fornece pistas para entender como se projetou o fluxo migratório. Ao comparar os mapas com os dados desses dois censos (Mapa 6), nota-se que a parte norte capixaba passou a receber maior contingente de pessoas vindas de outros estados; e o Sul, proporcionalmente ao Norte, não tem conseguido atrair população.

Mapa 6 – Número de pessoas residentes nos municípios do Espírito Santo em 2000 e em 2010, e que em 31/7/1995 e em 31/7/2005, respectivamente, residiam em outros estados



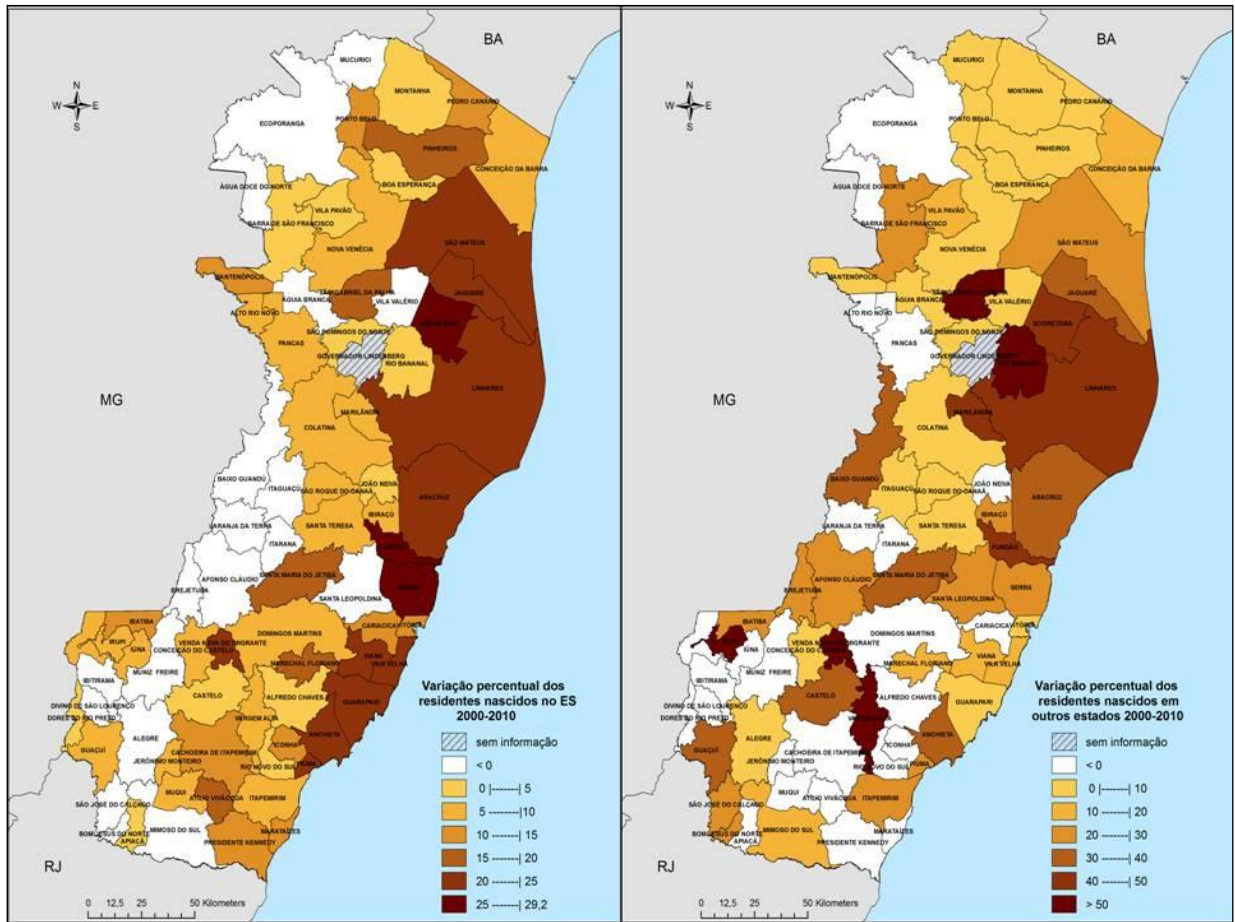
Fonte: Elaboração com base nos dados do IBGE, Censo 2000 e 2010.

Extraindo do exame a RMGV pode-se melhor comparar e perceber a dinâmica populacional das regiões. Em 2000, o número de pessoas residentes nos municípios da Região da Sudene que, em 31/7/1995, residiam em outros estados era de 23.317. Nos demais municípios (exceto os da RMGV), esse contingente era de 27.776 pessoas. No Censo de 2010, que perguntou onde as pessoas moravam em 31/7/2005, ocorreu uma inversão de tendência: a Sudene capixaba acolheu 35.634 pessoas de outros estados e os demais municípios (exceto os da RMGV) 27.385 pessoas.

Ao examinar a variação dos Censos 2000 e 2010, dos residentes em cada município pela sua naturalidade, isto é, se nasceram no Espírito Santo ou em outros estados, percebem-se dois cenários. Quando se trata de migração intraestadual há um deslocamento para os municípios do litoral numa faixa que vai de Piúma a São Mateus. Os municípios de Linhares, São Mateus, Jaguaré e Sooretama, na porção norte, estão entre os 10 que aumentaram, acima de 20%, o número pessoas residentes que nasceram no próprio estado, nesse período (Mapa 7).

Para analisar o estoque da migração interestadual, nos anos 2000 e 2010, dividiram-se os municípios do estado em três grupos: os da Região da Sudene (28 municípios), os da Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV – 7 municípios) e os demais (43 municípios). A RMGV aumentou sua população de não capixabas em 37.283, enquanto a Região da Sudene observou um incremento menor, 22.187, mas bem acima do grupo dos demais municípios (12.030). No tocante à variação percentual, entre os dois Censos, dos residentes nascidos em outros estados, verificou-se que ela foi maior na Região da Sudene (16,5%), acompanhada pelo grupo Demais municípios (12%) e pela RMGV (10,5%). Na Região da Sudene apenas quatro municípios tiveram variação negativa no número de pessoas residentes e nascidas em outras Unidades da Federação. Em contraposição, no grupo dos demais municípios, 19 apresentaram tal redução.

Mapa 7 – Variação percentual (2000-2010) dos residentes nos municípios do Espírito Santo nascidos em outros municípios capixabas e nascidos em outros estados



Fonte: Elaboração com base nos dados do IBGE, Censo 2000 e 2010.

2.5. CARACTERIZAÇÃO DE LINHARES

Linhares é o maior município do Espírito Santo com 3.496,6 km², o que representa 7,6% do território capixaba. Em 2010, Linhares possuía nove distritos e uma população muito concentrada no distrito-sede: 77,2% dos 141.306 habitantes do município (Tabela 5).

No Mapa 8 visualizam-se os distritos e a principal mancha urbana situada no distrito-sede.

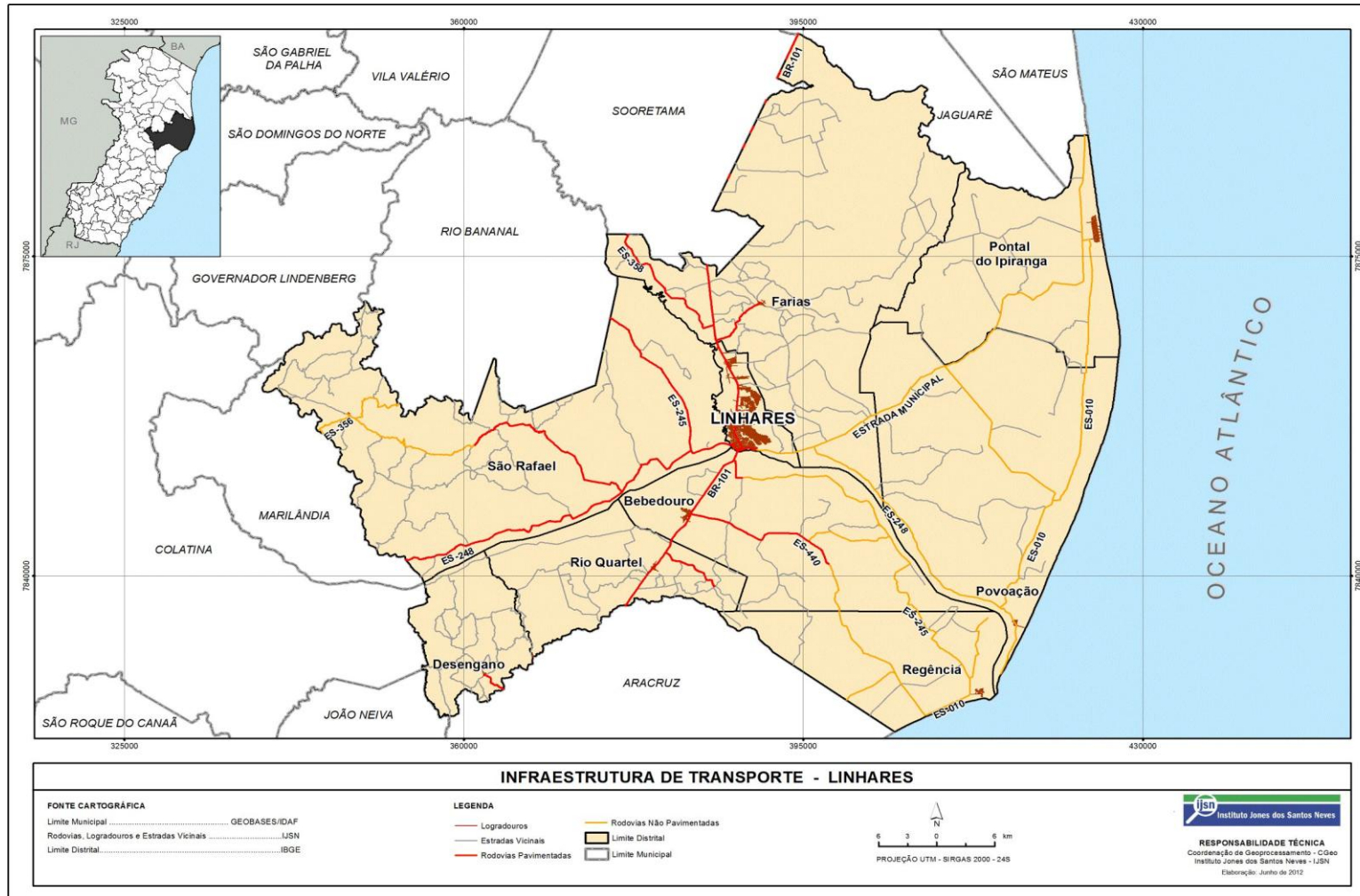
Tabela 5 – População dos distritos de Linhares, 2010

Distritos	População	% do Total
Sede	109.157	77,2
Bebedouro	8.832	6,3
São Rafael	8.067	5,7
Rio Quartel	4.081	2,9
Farias	3.930	2,8
Povoação	3.247	2,3
Pontal	2.061	1,5
Regência	1.204	0,9
Desengano	727	0,5
Total	141.306	100

Fonte: Elaboração com base nos dados do IBGE, Sidra.

O município de Linhares faz limite com outros nove municípios e detém a maior costa litorânea atlântica do estado. Contudo, ao contrário da maior parte dos municípios capixabas banhados pelo mar, sua população litorânea é inexpressiva. A população concentra-se no distrito-sede, onde se formou o núcleo mais antigo de ocupação, próximo às margens do Rio Doce, que corta, de oeste a leste, o território do município de Linhares.

Mapa 8 – Infraestrutura de transporte do município de Linhares, 2010



Fonte: IJSN, Coordenação de Geoprocessamento (CGeo).

O distrito-sede de Linhares possuía, em 2010, 23 bairros. O bairro Interlagos, um dos maiores em extensão territorial, era responsável por aglomerar quase um quarto da população do município, com 26.557 habitantes. Em segunda posição encontrava-se o bairro Aviso, com 11.240 habitantes. Os demais bairros possuíam população abaixo de 6 mil pessoas. Seis bairros tinham população entre 5 mil e 6 mil pessoas: Araçá, Canivete, Centro, Novo Horizonte, Planalto e Shell (Tabela 6). No Mapa 9 observa-se a distribuição espacial da população entre os bairros do distrito-sede.

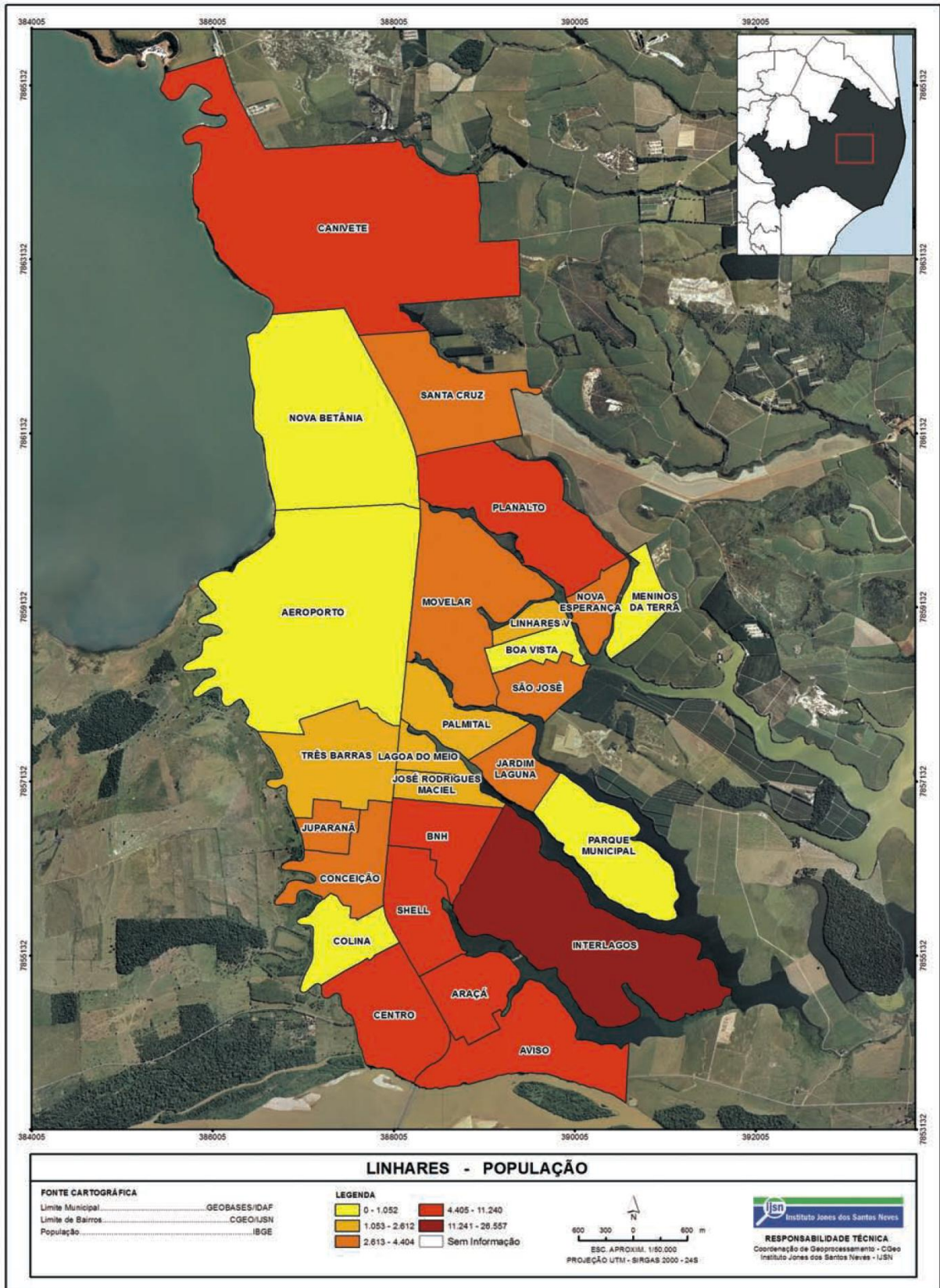
Tabela 6 – População dos bairros do distrito-sede do município de Linhares, 2010

Bairros	População	% do total do distrito-sede
Interlagos	26.557	24,3
Aviso	11.240	10,3
Araçá	5.986	5,5
Centro	5.908	5,4
Novo Horizonte	5.476	5,0
Shell	5.375	4,9
Canivete	5.215	4,8
Planalto	5.095	4,7
Nova Esperança	4.404	4,0
Nossa Senhora da Conceição	3.824	3,5
Juparanã	3.564	3,3
Santa Cruz	3.563	3,3
Movelar	3.372	3,1
São José	3.248	3,0
Jardim Laguna	3.062	2,8
Linhares V	2.612	2,4
José Rodrigues Maciel	2.518	2,3
Lagoa do Meio	1.498	1,4
Palmital	1.479	1,4
Três Barras	1.443	1,3
Colina	1.052	1,0
Boa Vista	1.015	0,9
Nova Betânia	721	0,7
Soma*	108.227	99,1
Total do distrito-sede	109.157	100,0

Fonte: Elaboração com base nos dados do IBGE, Sidra, tabela 1378.
Nota: *Não encontrada informação que justifique a diferença da soma dos bairros para o total do distrito-sede.

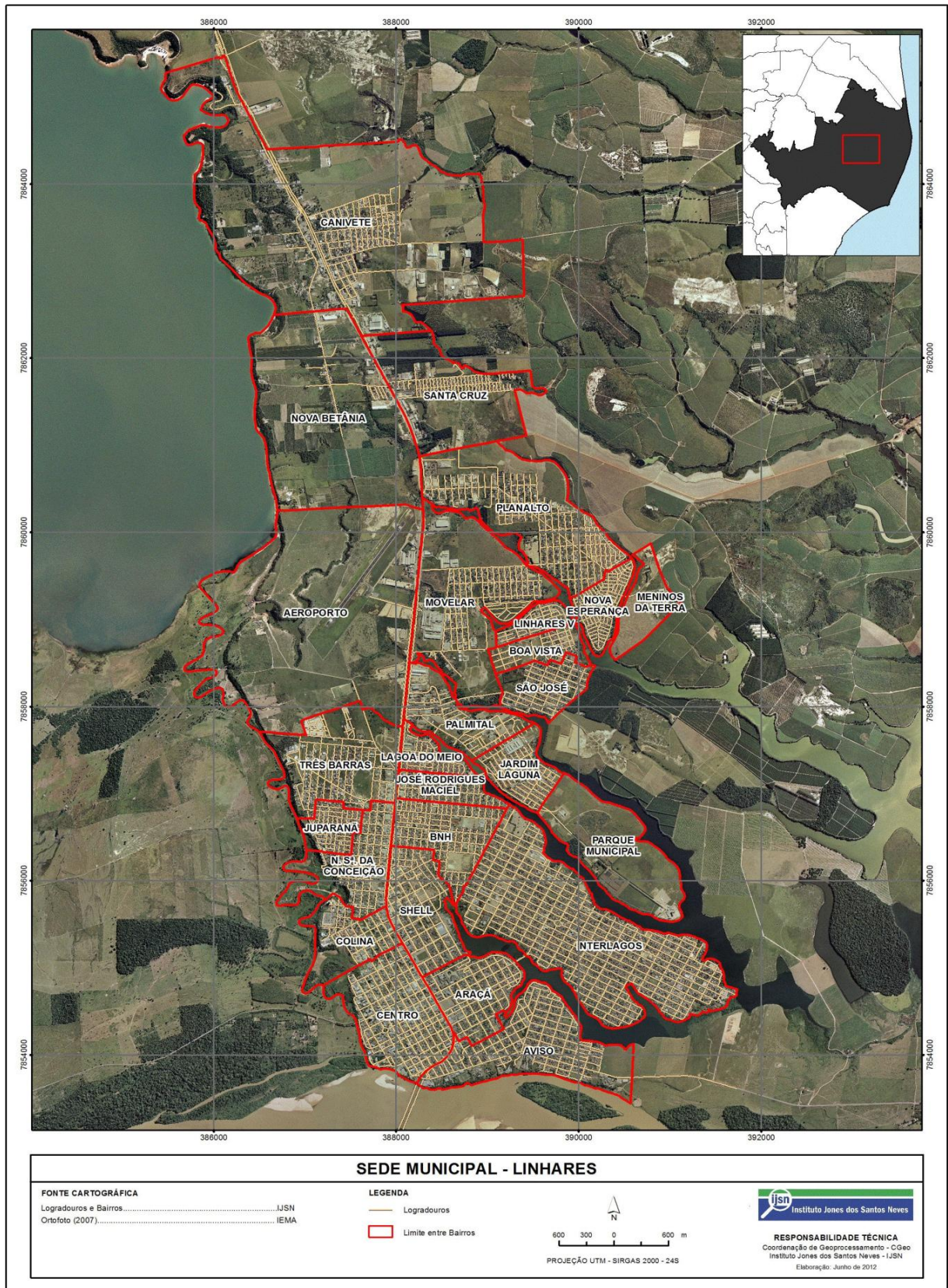
No Mapa 10, nota-se a importância da BR-101 para a conformação do distrito-sede: 17 dos 25 bairros apresentam parte de seu perímetro nessa rodovia federal.

Mapa 9 – Distribuição populacional dos bairros do distrito-sede do município de Linhares, 2010.



Nota: Os bairros Aeroporto, Parque Municipal e Meninos da Terra são três áreas da prefeitura, as quais o IBGE não considerou como bairros pelo fato de não possuírem habitantes (IJSN, 2012).

Mapa 10 – Bairros do distrito-sede do município de Linhares, 2010.



Fonte: IJSN, Coordenação de Geoprocessamento (CGeo).

Nota: Os bairros Aeroporto, Parque Municipal e Meninos da Terra são três áreas da prefeitura, as quais o IBGE não considerou como bairros pelo fato de não possuírem habitantes (IJSN, 2012).

A ocupação da antiga Vila de Linhares data do início do século XIX. Desde então sem grande notoriedade de crescimento populacional e dinamismo econômico, Linhares foi incorporado ao município de Colatina em 1921. Este se tornou um importante polo de dinamismo do Norte com a chegada da estrada de ferro Vitória-Minas, em 1906-1908, e a conclusão da ponte Florentino Avidos sobre o Rio Doce em 1928 (CELIN, 1984).

Somente no início dos anos 1930, chegaram até Linhares os trabalhos da estrada rodoviária que a ligaria até a capital Vitória, e até São Mateus, ao norte. Assim, a Vila ganha maior movimentação em virtude do embarque madeireiro para a capital. A recriação do município aconteceu em 1943 (GONÇALVES, 2014).

Todavia, o impulso para seu crescimento foi realmente notado quando se construiu a ponte Presidente Getúlio Vargas sobre o Rio Doce, inaugurada em 1954, e o posterior término do asfaltamento do trecho da BR-101: da capital à divisa com a Bahia, em 1969 (ROCHA; MORANDI, 1991). Buffon (1992) reconhece que esse foi o grande estímulo para a derrubada da floresta e a expansão das atividades pecuárias, canavieiras e de silvicultura no norte do Espírito Santo. De acordo com Bittencourt (1987), a “marcha para o Norte” iniciou-se, mais fortemente, no início do século XX, mas encontrou vigor nos anos 1940-1960, com a expansão dos transportes rodoviários.

Celin (1984) aponta que o fluxo migratório era rural-rural e em decorrência do rápido crescimento demográfico, ocasionado por altas taxas de natalidade, e do menor preço das terras. Muitas famílias de outras regiões no Espírito Santo vendiam suas propriedades para comprar maiores quantidades de terras no Norte. Além disso, a migração para o norte do Espírito Santo foi potencializada pelos recursos nas mãos de pequenos produtores, disponibilizados com a política de erradicação dos cafezais como resposta à crise cafeeira dos anos 1960 (ROCHA; MORANDI, 1991). Guedes (2008) ainda recorda que o Governo do Estado, nessa época, também doava terrenos no norte capixaba, incrementando também o deslocamento de famílias.

Até meados dos anos 1980, a cacauicultura, introduzida no final da década de 1920, era a principal atividade econômica de Linhares (ZUNTI, 1982). Atualmente a produção de cacau ainda tem relevância, mas a base agrícola diversificou, com a

produção de cana-de-açúcar, pimenta-do-reino e várias culturas frutíferas, principalmente com o mamão. Linhares é um dos maiores exportadores de mamão papaia do Brasil.

A criação do Sindicato das Indústrias da Madeira e do Mobiliário de Linhares e Região Norte do Espírito Santo (Sindimol), em 1987, concedeu maior organização e dinamismo ao arranjo moveleiro que vinha se desenvolvendo desde o fim dos anos 1960 (GUEDES, 2008). Atualmente o setor moveleiro no norte do estado, especialmente em Linhares, assume grande importância econômica. O Sindimol possui mais de 60 empresas associadas que geram aproximadamente 3 mil empregos diretos (SINDIMOL, acesso em 2 jan. 2020).

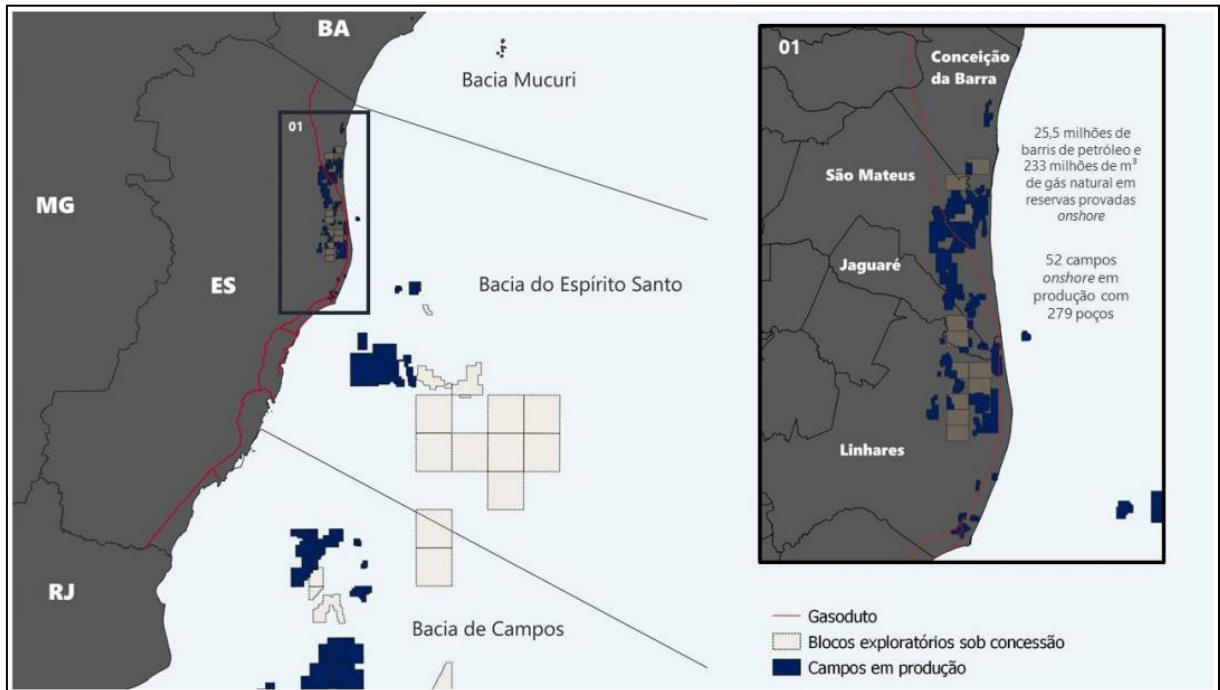
Segundo o IDEIES (2019), em dezembro de 2017, a cadeia produtiva de petróleo e gás no Espírito Santo empregava 4.540 funcionários formais, em três atividades: 2.520 (55,5%) na atividade de exploração e produção, 1.317 (29,0%) nas atividades de fornecimento de produtos e serviços específicos e 704 (15,5%) na atividade de abastecimento, que consiste na transformação e comercialização dos produtos.

O norte capixaba tem certa tradição na exploração de petróleo. Em São Mateus, em 1968, foi perfurado o primeiro poço marítimo do Brasil. “A produção *onshore* (em terra) conta com aproximadamente 300 poços produtores de óleo e gás, localizados nos municípios de Conceição da Barra, São Mateus, Jaguaré e Linhares” (PETROBRAS, acesso em 21 fev. 2020). As operações *offshore* no norte do Espírito Santo ocorrem na Bacia do Espírito Santo, realizadas “[...] por meio de uma plataforma fixa em Peroá e um FPSO (unidade flutuante de produção, armazenamento e transferência de petróleo e gás) no campo de Golfinho” (PETROBRAS, acesso em 21 fev. 2020). No Mapa 11 visualiza-se a localização dos campos de petróleo.

Contudo, o empreendimento que colocou Linhares em destaque no setor, como apontam Villaschi Filho, Oliveira e Felipe (2011), foi a Unidade de Tratamento de Gás de Cacimbas (UTGC), inaugurada em 2006, em seu território. Assim, o município abriga um dos maiores polos de processamento de gás brasileiro e responde pelo tratamento de gás proveniente tanto dos campos terrestres quanto dos campos marítimos.

O gasoduto Cacimbas-Vitória tem uma extensão de 130 km e liga a Estação do Terminal Intermodal de Serra (TIMS), no município de Serra-ES, até a Unidade de Processamento de Gás de Cacimbas (UTGC), no município de Linhares-ES. [...] O Cacimbas-Catu (Gascac) percorre 954 km entre a Unidade de Tratamento de Gás de Cacimbas (UTGC), [...] e a Estação de Distribuição de Gás (EDG) de Catu, na Bahia (PETROBRAS, acesso em 20 fev. 2020).

Mapa 11 – Campos produtores de petróleo e gás natural e blocos exploratórios em ambiente terrestre no Espírito Santo



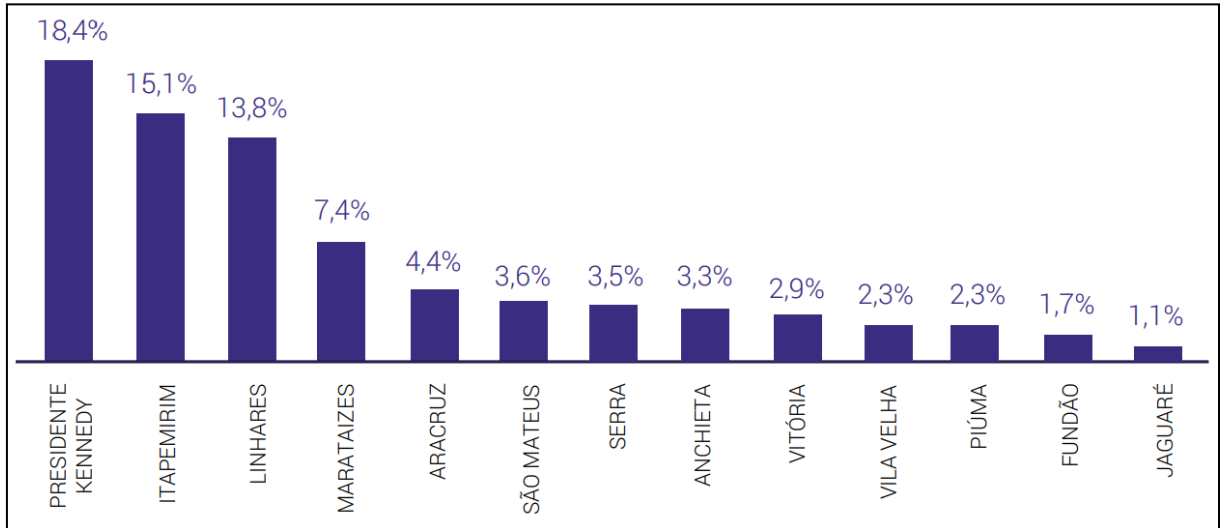
Fonte: IDEIES (2020), p. 1.

O fato de os municípios de Presidente Kennedy, Itapemirim e Linhares se encontrarem em áreas confrontantes de campos de petróleo e gás, com maiores produtividades, resultou para eles maior participação de receita de *royalties* em 2017: R\$ 120,2 milhões, R\$ 98,9 milhões e R\$ 90,0 milhões, respectivamente (IDEIES, 2019). Os três municípios concentraram 47,3% do total de *royalties* recebidos pelos municípios do Espírito Santo, conforme se demonstra no Gráfico 12.

O município de Linhares é o terceiro maior recebedor de *royalties* entre os municípios capixabas; contudo, ocupa a sexta posição no *ranking* quando se compara à participação dos *royalties* na receita municipal total (Gráfico 13). Diferentemente de Presidente Kennedy, Marataízes e Itapemirim, em que a receita proveniente de *royalties* é de 34,2%, 30,5% e 28,3% de suas receitas totais, respectivamente, em Linhares essa participação é de 16,5%. Isso revela a menor

dependência dos recursos dos *royalties* por parte do município de Linhares, em razão da arrecadação advinda do dinamismo de outras atividades econômicas.

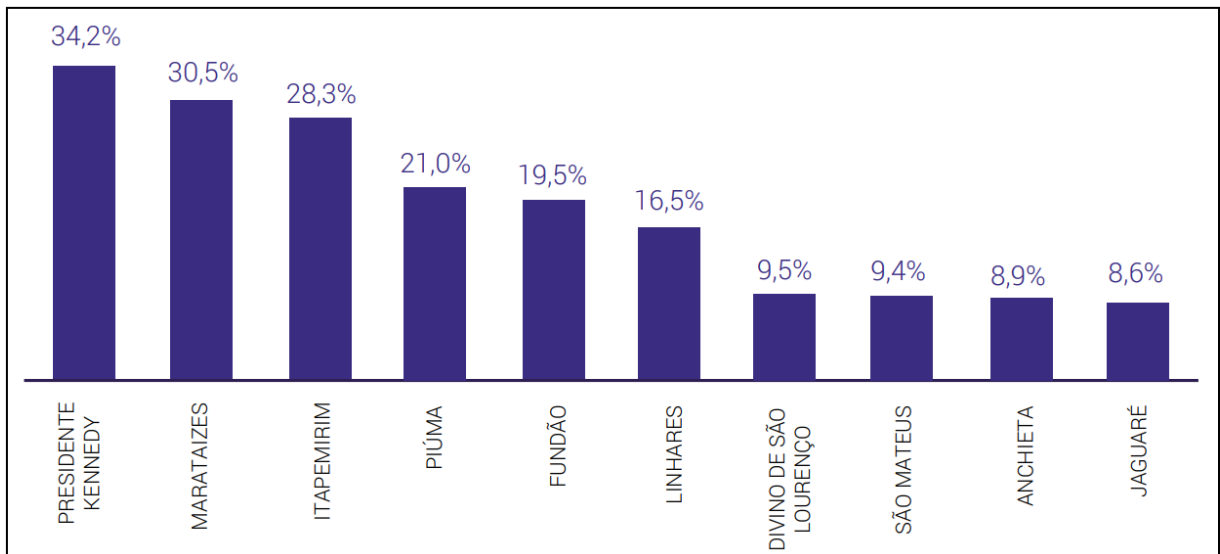
Gráfico 12 – Municípios do Espírito Santo (ES) que mais receberam *royalties* (%) sobre o total de *royalties* recebidos por todos os municípios do ES, 2017*



Fonte: IDEIES (2019), p. 38.

Nota: Os demais 65 municípios em conjunto correspondem a 20,2% do total das receitas de *royalties* recebidas pelos municípios capixabas.

Gráfico 13 – Municípios do Espírito Santo com maior participação das receitas de *royalties* no total das suas receitas (%), 2017



Fonte: IDEIES (2019), p. 38.

A declaração de Guerino Zanon, prefeito de Linhares em seu quarto mandato (1997-2000, 2001-2004, 2009-2012 e 2017-2020), retrata bem o desenvolvimento de outras atividades econômicas no município:

[...] No primeiro semestre deste ano [2019], o valor que recebemos pela nossa participação no ICMS superou o do repasse de royalties. Isso pela primeira vez desde 1999, ano em que Linhares passou a receber participações especiais pela exploração de petróleo (VOGAS, 2019, p. 18).

Em 2019, Linhares superou o município de Vila Velha, tornando-se o terceiro maior receptor de recursos provenientes da repartição do ICMS¹⁴ entre os 78 municípios capixabas. O repasse de ICMS, efetuado pelo governo do estado, só foi maior para dois municípios da Grande Vitória: Serra e a capital Vitória. “A principal explicação para essa evolução de Linhares no *ranking* é o crescimento da produção industrial observado na cidade nos últimos, devido à instalação de novas empresas, destacadamente nas áreas alimentícia e metalmeccânica” (VOGAS, 2019, p. 18).

O depoimento do prefeito Guerino Zanon corrobora o crescimento do município de Linhares nos últimos 20 anos:

Historicamente, na partilha do ICMS, sempre ficamos atrás das quatro cidades da Grande Vitória e também de Cachoeiro de Itapemirim e Aracruz. [...] Até então [final dos anos 1990 e início dos anos 2000] Linhares era muito dependente da produção agrícola. Em 1998, com outros 27 municípios, ingressamos na área da Sudene. Desde então, temos percorrido o país mostrando as vantagens de se instalar no Espírito Santo. No ano 2000, nosso índice de participação era de 3,2% do bolo de ICMS do Estado. Agora [2019] estamos em 6,49%. [...] Em 20 anos dobramos nossa participação. E esse valor dobrou em função do nosso parque industrial (VOGAS, 2019, p. 18).

Em que pese à relevância das atividades de petróleo e gás, que se encontram próximas do litoral do município de Linhares (*onshore*) e *offshore*, o crescimento populacional e a maioria das atividades econômicas urbanas foram potencializados mediante o eixo da BR-101. A rodovia federal corta o núcleo urbano do distrito-sede e a expansão da mancha urbana ocorre em torno dela em direção ao norte. Há também ampliação de pequenos núcleos urbanos no distrito de Bebedouros, mas também em torno da BR-101. Assim também, as empresas instaladas nos últimos anos têm procurado estabelecer-se nas margens da rodovia, em razão da facilidade de recebimento de matérias-primas e insumos, de escoamento da produção e de acesso dos trabalhadores.

¹⁴ A quota parte do ICMS de cada município é determinada pelo Índice de Participação dos Municípios (IPM), que “[...] leva em consideração como principal variável o Valor Agregado Fiscal (VAF), que é a diferença entre o total de vendas de mercadorias e as respectivas compras por empresas localizadas em cada cidade, bem como os serviços prestados que são tributados pelo ICMS” (SEFAZ, acesso em 19 ago. 2019).

2.6. CONCLUSÃO

Este capítulo propôs-se a demonstrar o maior dinamismo econômico do norte do Espírito Santo, mais especificamente de Linhares. O crescimento econômico acelerado fez de Linhares o principal município polo da Região da Sudene capixaba. De fato, o fomento de atividades econômicas não só em Linhares, como em outros municípios, foi viabilizado também pela entrada deles na área de atuação daquela superintendência. Assim, o fluxo populacional para Linhares foi potencializado pela maior pujança de sua economia.

A ex-deputada Rita Camata, autora da emenda que incluiu parte dos municípios capixabas na Sudene, em entrevista, relata a importância desse acontecimento:

Especialistas sobre economia do Espírito Santo afirmam que é o maior evento econômico de todos os tempos do nosso Estado. Muitos até disseram-me que, se nada estivesse feito nos meus mandatos, bastava ter feito isso [viabilizar a entrada de municípios do estado na Sudene] (CAMATA, 20 fev. 2018).

Desse modo, considerando que a abrangência da área da Sudene, estendida a 28 municípios capixabas acima do Rio Doce, foi um marco de suma importância para a economia e, por conseguinte, para os deslocamentos populacionais, o capítulo seguinte propõe traçar a história política desse episódio. Serão expostos as discussões políticas e o processo de tramitação na Câmara dos Deputados e no Senado Federal para a aprovação da inclusão de parte do Espírito Santo na área de atuação da Sudene. Os incentivos fiscais e financeiros dessa superintendência foram fundamentais para potencializar as atividades econômicas e atrair migrantes, especialmente para os municípios com maior infraestrutura urbana, a exemplo de Linhares.

3. A INCLUSÃO DE PARTE DO ESPÍRITO SANTO NA SUDENE: O DEBATE POLÍTICO

Este capítulo apresenta as discussões políticas em torno da aprovação da inclusão de parte dos municípios do estado do Espírito Santo na área de atuação Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). O marco inicial desse percurso foi a tramitação do Projeto de Lei do Senado nº 146, de 1992, proposto pela senadora Júnia Marise, que solicitava somente a inclusão dos municípios do Vale do Jequitinhonha, do estado de Minas Gerais. Ao ser remetido à Câmara dos Deputados recebeu uma emenda da deputada Rita Camata, que foi aprovada por essa Casa de leis e, posteriormente, pelo Senado Federal.

As dificuldades para aprovação de ambas as áreas na Sudene foram enormes. Isso pode ser percebido no testemunho da Rita Camata:

Foi o maior desafio da minha vida parlamentar. Tinha uma enorme resistência da bancada nordestina, que se juntou a do Norte para impedir a inclusão do norte do ES. Com MG ficamos mais forte, mas mesmo assim enfrentamos ACM [Antonio Carlos Magalhães] presidindo o Congresso, e o Rio de Janeiro querendo incluir o norte Fluminense na área da Sudene [...] (CAMATA, 20 fev. 2018).

O debate político foi intenso e permeado por fatos e informações de caráter científico, mas também por discursos cheios de paixões, muitas vezes acalorados. As defesas pró e contra a entrada destas duas regiões – Vale do Jequitinhonha e Norte Capixaba – foram embasadas ora pela caracterização geográfica ora pelos aspectos sociais assemelhados ao Nordeste brasileiro. Somado a isso, houve ainda o questionamento do funcionamento da própria Sudene, que possuía recursos insuficientes para atender à área vigente na época. Assim, acrescentar novas áreas seria repartir ainda mais os recursos escassos.

Dividiu-se este capítulo em três partes, de acordo com tramitação nas casas legislativas: início no Senado do Projeto de Lei nº 146/1992 (PLS nº 146/1992) para inclusão dos municípios do Vale do Jequitinhonha na Sudene; depois, o envio para à Câmara dos Deputados, onde recebeu proposição de emenda para a inclusão de parte dos municípios do Espírito Santo; e, por fim, a tramitação no Senado, para que

se pudesse aprovar a Emenda da Câmara. No Quadro 1, apresenta-se um esquema bem resumido da tramitação desse projeto de lei.

As informações e discursos foram coletados das atas das sessões legislativas, dispostas nos Diários do Congresso Nacional (DCN), nos Diários do Senado Federal (DSF) e nos Diários da Câmara dos Deputados (DCD).

Quadro 1 – Resumo da tramitação do Projeto de Lei para a inclusão do Vale do Jequitinhonha (Minas Gerais) e de parte do Espírito Santo na Sudene

Tramitação no Senado Federal	
out./1992	Início da tramitação do PLS nº 146/1992, de autoria da senadora Júnia Marise, para inclusão de 45 município do Vale do Jequitinhonha-MG
jun./1994	Discussão, votação e aprovação sem objeções
Tramitação na Câmara dos Deputados	
jan./1995	Recebeu o nº 4.695/1994. Requerimento de urgência, mas a votação foi adiada por falta de quórum
maio/1995	Aprovação da Comissão de Desenvolvimento Urbano e Interior
dez./1995	Aprovação da Comissão de Constituição e Justiça e Redação
	Discussão e aprovação do requerimento para a retirada de pauta
jun./1997	Discussão e adiamento da discussão em razão do término do prazo da sessão
set./1997	Discussão, apresentação da Emenda Rita Camata (solicita inclusão do norte do Espírito Santo na Sudene). Votação e aprovação da inclusão de 45 municípios de MG e 27 do ES na Sudene
Tramitação no Senado Federal	
mar./1998	Retornou a ter o nº 146/1992. Aprovação da Emenda Rita Camata pela Comissão de Assuntos Econômicos
maio/1998	Aprovação da Emenda Rita Camata após longa discussão

Fonte: Elaboração própria.

3.1. O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 146, DE 1992

O Projeto de Lei do Senado nº 146, de 1992 (PLS nº 146/1992), da senadora Júnia Marise (PRN-MG), foi lido na sessão de 15 de outubro de 1992, com a respectiva justificção. Ele dispunha sobre a inclusão de 42 municípios de Minas Gerais, todos da região chamada Vale do Jequitinhonha.

Os argumentos apresentados nessa defesa (justificação) já davam uma ideia do que seria desenvolvido em quase todos os discursos até a aprovação nas duas Casas Legislativas. Primeiro abordava as diferenças regionais como um problema decorrente de fatores climáticos e acionava o setor público pela responsabilidade.

As disparidades regionais do Brasil [eram] tema de constantes preocupações embora somente a partir da criação da Sudene, em 1959, tenham sido tratadas de forma institucionalizada, abandonando ações desencadeadas por força da ocorrência de catástrofes, ou pelo impacto de pesquisas e estudos eventualmente divulgados (DCN, 16/10/1992, p. 8182-83).

O segundo ponto estava relacionado às questões sociais e muito tinha a ver com temas estudados pela geografia humana. Ou seja, as dificuldades em auferir renda pela maior parte das famílias eram usadas para validar a intervenção do Estado. Com esse ponto, encontrava-se o terceiro argumento: a tese de que essa situação só seria ultrapassada mediante a integração da região com a economia industrial, nos moldes dos grandes centros. Abaixo a menção da própria justificativa:

O Vale do Jequitinhonha é reconhecido como uma região das mais pobres do país e, no entanto, até o momento, não foi empreendido um esforço concentrado e duradouro para seu soerguimento e integração no contexto da economia nacional. [...] A proposição que ora apresentamos pretende, [...] promover de forma definitiva o aproveitamento da região, dentro de uma política de desenvolvimento regional mais ampla quer pelo empreendimento de novos programas e projetos, quer no aporte de recursos adequados no montante e na continuidade (DCN, 16/10/1992, p. 8183).

A senadora Júnia Marise destaca, no intuito de reforçar sua defesa, que a situação do Vale do Jequitinhonha só se compara “[...] à fome e à miséria do mais pobre rincão do Nordeste” (DCN, 16/10/1992, p. 8183).

Assim, as questões de dificuldades enfrentadas pela seca e a pouca diversificação econômica geram um problema social: o baixo nível de renda. Pretende-se passar a percepção de que a Sudene pode resolver todos os problemas do “Vale da Pobreza”.

Resgatar o "Vale da Pobreza" de Minas, dar dignidade ao seu povo, possibilitar a redistribuição da renda para propiciar mecanismos de infraestrutura, educação, saúde, moradia e saneamento básico às [sic] milhares de famílias que ali nasceram, moram e vivem buscando sua sobrevivência [...] (DCN, 16/10/1992, p. 8183).

Essa arguição utilizada até aqui também será empregada, para defender a inclusão de 27 municípios do Espírito Santo na área de atuação da Sudene, como se verá na próxima seção.

Posteriormente à sua leitura em Plenário, a mesa diretora encaminhou o PLS nº 146/1992 à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado e lá não obteve

apresentação de emendas. Somente a própria senadora Júnia Marise, em novembro de 1992, propôs uma emenda para alterar de 42 para 45 o número de municípios beneficiados.

O Projeto ficou na CAE arrastando-se pelo ano de 1993. Em primeiro de dezembro daquele ano, o senador João Rocha (PFL-TO), mediante o Requerimento nº 1.290, solicitou a inclusão da matéria na ordem do dia. Para isso, invocou o Regimento Interno do Senado, que abre essa possibilidade de pedido, caso a CAE não cumpra o prazo regimental para proferir parecer (DCN, 02/12/93, p. 10.987).

O PLS nº 146/1992 foi incluído na ordem do dia em 7 de abril de 1994, mas, antes de iniciar as discussões, o próprio senador João Rocha solicitou a retirada do requerimento por motivos desconhecidos. Assim, o projeto somente voltou a ser apreciado em 7 de junho de 1994. Nesta data, o presidente do Senado, Humberto Lucena (PMDB-PB), solicitou ao relator senador Ronan Tito (PMDB-MG) para que, com base no Regimento Interno, proferisse um parecer em substituição ao parecer da CAE, que ainda não havia se manifestado. Concluiu favoravelmente seu parecer ao projeto e à emenda da senadora Júnia Marise.

O senador Ronan Tito iniciou a sua fala defendendo que o projeto objetivava corrigir uma “injustiça”, por não ter incluído, na época, o Vale do Jequitinhonha na Sudene. Não obstante reconheceu que os problemas da região também eram resultados de sua história de apropriação da terra e dos recursos naturais.

[...] uma região rica em minerais, no entanto, uma das mais pobres regiões do mundo, dominada pelo latifúndio, com irregularidade de chuvas enormes e com uma gente extraordinária. [...] Rico em diamantes, em rubis e em tantos outros minerais. Todavia, seu povo pobre vive pisando sobre essa riqueza faustosa, precisando de programas para incentivar, por exemplo, a industrialização do seu caulim, do feldspato, que abundam na região (DNC, 08/06/1994, p. 2757).

No seu parecer, o senador abordou o argumento de que muitas regiões do Nordeste não deveriam ter sido inclusas na área da Sudene, pois possuíam regularidade de chuvas, ao contrário do observado no Vale do Jequitinhonha. Comparações entre esta Região e o Nordeste foram recorrentes nos discursos; contudo, essa tese de enfrentamento não foi levada a cabo, pois a intenção era também conquistar votos dos senadores nordestinos, e depois dos deputados, para aprovação do projeto.

Ainda destaca uma questão, que foi um dos panos de fundo apontados para a superação dos problemas sociais: a industrialização. Ela foi a grande aspiração capaz de resolver os percalços do baixo nível de renda. Isso se percebeu nas palavras entusiasmadas do próprio senador Ronan Tito:

[...] no momento em que criarmos condições para que lá possam ser montadas indústrias incentivadas, não tenho dúvida de que passará a ser o vale da fartura e deixará de ser o vale do desespero, do sofrimento e, até, o vale da esperança, passando a ser o vale da realidade (DNC, 08/06/1994, p. 2758).

Após o parecer, o presidente da Casa, o senador Humberto Lucena, esclareceu ao plenário que o projeto poderia receber emendas enquanto ocorresse a discussão. Nesse ano os representantes do Espírito Santo eram os senadores Élcio Álvares (PFL), João Calmon (PMDB) e Gerson Camata (PDC). Estranhamente o projeto não teve nenhuma emenda. Diferente do que aconteceu quando o projeto voltou a essa Casa (depois de passar pela Câmara dos Deputados), somente dois senadores fizeram uso da palavra: a senadora Júnia Marise, autora do projeto, e o senador Alfredo Campos (PMDB-MG), ambos representantes de Minas Gerais.

Como recurso discursivo, a senadora Júnia Marise lembrou, assim como já fizera Ronan Tito, que o então presidente da República, Juscelino Kubitschek, nasceu em Diamantina, um dos municípios do Vale do Jequitinhonha. A Sudene foi criada em seu governo, o que propiciou, segundo ela, “[...] recursos e mecanismos de ações que pudessem minimizar e solucionar a pobreza dos nossos irmãos nordestinos” (DCN, 08/06/1994, p.2758). A autora citou que nos dois anos de tramitação sempre lembrou, em seus discursos, a importância da aprovação do PLS nº 146/1992, haja vista que os municípios do Vale do Jequitinhonha passavam por dificuldades (em decorrência da seca, miséria e fome) muitas vezes maiores que a do Nordeste (DCN, 08/06/1994, p. 2758).

Segundo a fala da senadora, sua inclusão na Sudene traria uma expectativa de “desenvolvimento econômico-social”, e isso só seria possível com a atração de empresas para aqueles municípios. A região, de acordo com Júnia Marise, “[...] não encontra[va] as condições necessárias, tais como empresas, indústrias que [...] [pudessem] assim propiciar as condições para a demanda de emprego daquela população trabalhadora” (DCN, 08/06/1994, p. 2758).

O senador Alfredo Campos (PMDB-MG), no seu aparte¹⁵, reforçou a situação crítica que vivia o Vale do Jequitinhonha. E colocou a região como limítrofe de um país dividido entre estados pobres e ricos:

É o próprio IBGE que diz que a fome que assola o Vale do Jequitinhonha e o norte de Minas Gerais é igual à que assola os estados do Nordeste, compreendendo a Bahia, campeã da miséria no momento. [...] A fome do Jequitinhonha é igual ou pior do que a fome da Bahia e dos outros estados do Nordeste, porque é exatamente o Jequitinhonha que separa a pobreza imensurável do Nordeste da riqueza do Sul e do Sudeste (DNC, 08/06/1994, p. 2758).

Ao retomar a palavra, a senadora Júnia Marise lembrou que Minas Gerais está em segundo lugar no mapa da fome. E suscitou uma “[...] contradição: somos o segundo PIB nacional e o segundo estado no mapa da fome” (DCN, 08/06/1994, p.2758). Essa constatação foi levantada e questionada também nos debates quando o projeto passou pela Câmara dos Deputados. O principal argumento contrário baseou-se na incapacidade dos governos mineiros de transferir recursos desse PIB para as regiões mais carentes. Todavia, a senadora Júnia Marise destacou o assunto, naquele momento, para dizer que os mineiros contabilizados no mapa da fome estavam principalmente no Vale do Jequitinhonha e no norte de Minas Gerais. O apelo para a aprovação do projeto foi reforçado pela alegação de que o “[...] quadro de miséria social [estava] sendo considerado um verdadeiro *apartheid* brasileiro” (DCN, 08/06/1994, p. 2759).

Como nenhum outro senador fez uso da palavra, o presidente do Senado encerrou discussão e a votação ocorreu no dia seguinte, 8 de junho de 1994. O PLS nº 146/1992 foi aprovado sem nenhuma objeção.

3.2. A TRAMITAÇÃO NA CÂMARA DOS DEPUTADOS E A EMENDA CAPIXABA

Na Câmara dos Deputados, o projeto de lei recebeu uma nova numeração, passando a se chamar PL nº 4.695, de 1994. Em 30 de agosto de 1994 a mesa

¹⁵ Aparte trata de uma observação, um comentário que interrompe um discurso. O conferencista tem autonomia para conceder ou negar.

diretora da Câmara despachou-o para a Comissão de Desenvolvimento Urbano e Interior (CDUI). Em setembro foi designado como relator o deputado Nilmário Miranda (PT-MG), que concluiu seu parecer em dezembro daquele mesmo ano.

Antes da apreciação do parecer pela CDUI foi protocolado requerimento, na seção de 19 de janeiro de 1995, pelos deputados José Fortunati (líder do PT), Tarcísio Delgado (líder do PMDB), Haroldo Lima (líder do PCdoB), Bonifácio de Andrada (vice-líder do PTB), Odelmo Leão (vice-líder do PP), Luis Eduardo (líder do Bloco Parlamentar), Jabes Ribeiro (vice-líder do PSDB) e Marcelino Romano Machado (líder do PPR), solicitando “urgência urgentíssima” para o PL nº 4.695/1994 (DCN, 20/01/1995, p. 1125).

Ao mesmo tempo, outro requerimento foi apresentado pelo deputado José Abrão (vice-líder do PSDB) para sua retirada de pauta. Como não se chegou a um acordo entre os partidos, o deputado José Abrão pediu a verificação de votação, apesar dos pedidos inexitosos dos deputados Paulo Delgado (PT-MG) e Eraldo Trindade (PPR-AP) para que desistisse do pleito. Assim encerrou-se a sessão por falta de quórum. Do Espírito Santo estavam presentes os deputados Jones Santos Neves (PL), Etevalda Grassi de Menezes (PTB) e Rose de Freitas (PSDB) (DCN, 20/01/1995, p. 1125-27).

Antes que o presidente Inocêncio Oliveira fizesse a verificação do quórum o deputado Miro Teixeira (PDT-RJ) pediu a palavra para apoiar as preocupações com o Vale do Jequitinhonha e aproveitou para informar que havia um projeto de lei no Senado Federal que contemplava os municípios do noroeste do Rio de Janeiro com os mesmos benefícios da Sudene. Ele citou que essa região era mais pobre que o Vale do Jequitinhonha e propôs que ambos os projetos fossem votados juntos pela similaridade da matéria (DCN, 20/01/1995, p. 1126-27).

Em março de 1995, foram apensados ao PL nº 4.695/94 os PL nº 28/1995 e nº 255/1995. O primeiro, de autoria do deputado José Santana de Vasconcelos, tratava de incluir todo o Vale do Jequitinhonha na área de atuação da Sudene. Chama atenção, na sua justificativa, o pensamento de que a região “não consegu[ia] superar o seu subdesenvolvimento”, apesar da riqueza mineral de seu solo; e a preocupação

com a emigração para áreas urbanas, causada pelo baixo dinamismo econômico (DCD, 24/06/1997, p. 17.398).

O PL nº 28/1995, do deputado Armando Costa, buscava inserir também 13 municípios do médio Rio das Velhas em Minas Gerais. O autor, na justificativa, teceu forte crítica aos demarcadores da área do Polígono da Secas, chegando a dizer que “[...] foi traçada em gabinetes, mais ou menos aleatoriamente” (DCD, 24/06/1997, p. 17.403).

Em maio de 1995, o relator deputado Nilmário Miranda reformulou seu parecer no sentido de aprovar o PL nº 4.695/94 e rejeitar os PLs nº 28/1995 e nº 255/1995. Na CDUI, o parecer foi aprovado com unanimidade para o entendimento sobre o PL nº 4.695/94 e apenas três votos contrários à posição do relator de rejeitar os dois PL apensados.

No relatório, o deputado expôs que a proposta do PL nº 28/1995 era abarcada pela proposição do PL nº 4.695/94. Dos 55 municípios do Vale do Jequitinhonha, 10 já estavam na área da Sudene e os outros 45 encontravam-se contemplados pelo PL da senadora Júnia Marise. Além disso, rejeitou o PL nº 255/1995, pois os estudos edafoclimáticos, sociais e econômicos de que dispunha e que serviram de base para comparar os municípios do Vale do Jequitinhonha com o Nordeste não abrangiam os municípios do médio Rio das Velhas (DCD, 24/06/1997, p. 17.403).

Em seu voto, o deputado Nilmário Miranda deixou claro que a exclusão de maior parte dos municípios do Vale do Jequitinhonha foi “[...] um equívoco cometido quando da delimitação das regiões de desenvolvimento”, haja vista que a região possuía “[...] características físicas, sociais e econômicas por demais próximas às características do Nordeste brasileiro [...]” (DCN, 24/06/1997, p.17.404). Ademais, desvendou com clareza, muitas vezes deixada de lado nas discussões no plenário de ambas as Casas legislativas, qual era o real objetivo de incluir esses novos municípios na área de atuação da Sudene:

Através deste projeto procura-se incrementar o desenvolvimento agrícola e industrial da região através de incentivos fiscais vigentes para pessoas físicas e jurídicas, permitindo aqueles que desejam se instalar nesta parte do estado de Minas Gerais, ou para os que aí já se encontram, as mesmas condições especiais de financiamento, prazos dilatados de carência, exercidos pelo Banco do Nordeste (DCD, 24/06/1997, p. 17.404).

O PL nº 4.695/94, com seus anexos, foi encaminhado para a Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJR). O relator, deputado Ibrahim Abi-Ackel (PPB-MG), citou o relatório da Associação dos Municípios da Microrregião do Médio Jequitinhonha para justificar os graves efeitos da estiagem na região: 90% das escolas fechadas; 40 mil pessoas sem abastecimento de água; represas, açudes, lagos e rios secos; perda de lavoura em torno de 95%; queda de 32% do rebanho (DCD, 24/06/1997, p.17.405). Nas palavras do próprio relatório, “o êxodo rural e a migração sazonal que se dava em maio já se antecipam. A perda da produção agrícola e a falta de serviços no campo estão levando os municípios a grandes problemas sociais nas sedes dos municípios” (DCD, 24/06/1997, p. 17.405).

Na reunião da CCJR, de 06 de dezembro de 1995, foi alertado ao deputado Ibrahim Abi-Ackel que seu relatório não poderia conter questões de mérito sobre o projeto. Assim, o relatório foi reformulado e, por unanimidade, os membros da CCJR opinaram pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do PL nº 4.695/94 e dos PL nº 28/1995 e nº 255/1995.

Na seção do Plenário da Câmara, de 13 de dezembro de 1995, a matéria entrou na ordem do dia para discussão. Contudo, o PL nº 4.695/94 foi apensado ao PL nº 2.036-B/1991. Este almejava que a Fundação Norte Fluminense de Desenvolvimento Regional (Fundenor) e a Companhia de Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha (Codevale) também fossem beneficiadas pela Lei nº 8.167/1991, que, entre outras coisas, regulamentava a forma como o Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas poderia ser aplicado no Fundo de Investimento do Nordeste (Finor), no Fundo de Investimento da Amazônia (Finan) ou no Fundo de Recuperação Econômica do Espírito Santo (Funres)¹⁶.

Um requerimento encabeçado pelo deputado Inocêncio Oliveira (líder do Bloco Parlamentar PFL/PTB), com o apoio dos deputados Michel Temer (líder do PMDB) e

¹⁶ O governador Christiano Dias Lopes (1967-1970) “[...] aproveitou-se de uma conjuntura favorável à preocupações em torno do problema dos desequilíbrios regionais e, levantando a bandeira segundo a qual o Espírito Santo era o *nordeste sem SUDENE*, iniciou um processo de sensibilização das esferas federais” (MEDEIROS, 1977). Entre outras coisas, as articulações junto ao governo federal propiciou a criação do Funres, em 1969. Alimentado com recursos oriundos do Imposto de Renda e do ICMS, objetivava aportar recursos em projetos privados de investimentos (FELIPE, VILLASCHI FILHO, OLIVEIRA, 2010; MACEDO, 2012). Em 2014 o Funres foi extinto e criou-se o Fundo de Desenvolvimento do Espírito Santo (Fundes), com gestão do governo estadual, para receber seus recursos.

José Aníbal (líder do PSDB), solicitou a retirada de pauta do projeto. Segundo Inocêncio Oliveira (PFL-PE), houve um acordo entre os partidos para o PL nº 4.695/94 “ser discutido por uma comissão nomeada pelos Srs. líderes, com a participação de deputados de Minas Gerais e do Nordeste” (DCD, 14/12/1995, p. 9.300).

O deputado Inocêncio Oliveira foi uma voz forte contrária à inclusão de parte de Minas Gerais e, posteriormente, de parte do Espírito Santo na Sudene. Seu principal argumento foi a pouca disponibilidade de recursos da superintendência. De acordo com as próprias alegações:

Vale salientar que a Sudene já dispõe de poucos recursos, Sr. Presidente, cerca de 200 milhões de reais, para atender a 9 estados do Nordeste e Norte de Minas Gerais. Não somos contra a ampliação, desde que se aloquem recursos para esse fim, porque, do contrário, estaríamos sobrecarregando os poucos recursos da Sudene (DCD, 14/12/1995, p. 9.300).

A deputada Maria Elvira (PMDB-MG) entrou na discussão para mencionar o empenho dos 52 deputados mineiros na aprovação da inclusão do Vale do Jequitinhonha na área da Sudene, pois lá, segundo o relatório da Organização Mundial de Saúde citado por ela, se encontrava um dos maiores bolsões de pobreza do mundo (DCD, 14/12/1995, p. 9.302).

O pedido de retirada de pauta promoveu um conflito de interesses, pois os deputados do Rio de Janeiro e de Minas Gerais sentiram-se prejudicados. Depois de muita negociação, o PL nº 4.695/94 (com os apensos: PL nº 28/95 e nº 255/95) foi desapensado do PL nº 2.036-B/91. Em seguida surgiu novo requerimento do deputado Inocêncio Oliveira (líder do Bloco Parlamentar PFL/PTB), com o apoio dos deputados Michel Temer (líder do PMDB), José Aníbal (líder do PSDB) e Haroldo Lima (vice-líder do PCdoB), solicitando a retirada de pauta. Aprovou-se o requerimento. Agora o PL somente voltaria a ser apreciado pelo Plenário da Câmara um ano e meio depois, em 25 de junho de 1997.

Na referida data, o presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer (PMDB), pôs o PL nº 4.695/94 em discussão e, em seguida, leu o requerimento do Líder do PFL, Inocêncio Oliveira (PFL-PE), solicitando a retirada da Ordem do Dia. O deputado pediu a palavra para justificar o pedido. Segundo ele, na defesa da inalteração da área de abrangência da Sudene, a Câmara deveria preocupar-se em

viabilizar outros incentivos para o Vale do Jequitinhonha, e não retirar recursos da Sudene, que já são poucos (DCD, 26/06/1997, p. 17.759). Nas palavras de Inocêncio,

O fosso de desigualdade entre as Regiões mais ricas e as mais pobres, como o Nordeste, tem-se acentuado cada vez mais por falta de maiores recursos. Então, não se pode dividir a pobreza, dividir o pouco, dividir a miséria com os outros. O que se pode dividir é a riqueza (DCD, 26/06/1997, p. 17.759).

O deputado Aécio Neves (PSDB-MG), com encaminhamento contrário ao requerimento, expôs dois argumentos, que, somados a questões climáticas, permearam os discursos em favor da inclusão do Vale do Jequitinhonha na Sudene: condições de pobreza comparadas e, às vezes, piores que as verificadas no Nordeste; e a inclusão, em vez de pulverizar recursos, proporcionaria maior força política para conseguir novas verbas (DCD, 26/06/1997, p. 17.760).

Reforçando um dos argumentos, o deputado Paulo Heslander (PTB-MG) relatou que a “[...] Sudene foi criada dentro de princípios que contemplavam a pobreza, as necessidades de uma determinada faixa da população, independentemente das fronteiras estaduais, até porque elas são ocasionais” (DCD, 26/06/1997, p. 17.760).

O deputado Fernando Diniz (Bloco/PMDB-MG), no encaminhamento da bancada sobre o requerimento, citou que os deputados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo também pleitearão inclusão de áreas de seus estados na Sudene. E reforçou que isso só fortaleceria a superintendência. O deputado Odelmo Leão (PPB-MG) também declarou seu apoio à inclusão do norte e noroeste fluminense (DCD, 26/06/1997, p. 17.760-61).

O deputado Inocêncio Oliveira retomou a palavra para reafirmar o compromisso com o planejamento de outros incentivos para o Vale do Jequitinhonha e para conclamar deputados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste a votar favoravelmente ao requerimento, não permitindo, segundo ele, que o “[...] país se torn[asse] cada vez mais desumano, injusto, e continu[asse] a existir um Brasil rico e desenvolvido e um Brasil pobre e miserável, como o nosso Nordeste” (DCD, 26/06/1997, p. 17.761).

Segundo o deputado Aécio Neves, o pleito não consistia em dividir os recursos da Sudene, pois “o mais importante e relevante dessa proposta [era] a nova situação fiscal que passarão a viver esses municípios de Minas Gerais” (DCD, 26/06/1997,

p.17.761). Lembrou, ainda, que a Superintendência foi criada pelo mineiro Juscelino Kubitschek para reduzir as distorções regionais e sociais, e a inclusão do Vale do Jequitinhonha tratava de um “ato de justiça” (DCD, 26/06/1997, p. 17.761).

Nilmário Miranda (PT-MG) também fez uso da palavra para encaminhar voto contra o requerimento. O deputado lembrou que o projeto no Senado obteve apoio da bancada nordestina, sem nenhum voto contrário; e na Comissão de Desenvolvimento Urbano e Interior, dos 12 deputados do Nordeste, apenas três votaram contra (DCD, 26/06/1997, p. 17.762).

O líder do Partido Socialista Brasileiro (PSB), Sergio Guerra (PE), alertou sobre o fato de que variáveis que foram cruciais para a delimitação da área da Sudene não estavam sendo levadas em conta nas discussões. Segundo ele,

a multiplicação do espaço geográfico de instituições como a Sudene e a Sudam [era] um perigoso precedente para a desestruturação de órgãos que [estavam] ameaçados, na prática, de extinção. Não pelo excesso de recursos, mas pela absoluta falta deles (DCD, 26/06/1997, p. 17.762).

O presidente Michel Temer pôs em votação o requerimento, tendo sido rejeitado. Entretanto, Inocêncio Oliveira pediu verificação de votação nominal. Enquanto se aguardava a votação dos deputados, os líderes dos partidos encaminhavam rapidamente suas bancadas. O deputado Luiz Buaiz (PL-ES) declarou: “[...] o PL recomenda o voto “não”, porque o Espírito Santo tem áreas de pobreza idênticas à do Nordeste e vai reivindicar os mesmos direitos requeridos pelo Vale do Jequitinhonha” (DCD, 26/06/1997, p.17.763). Aqui já se observava a intenção dos deputados da bancada do Espírito Santo, ou de alguns deles, em pleitear algo semelhante para o estado.

O requerimento foi rejeitado. Dos 395 deputados presentes: 268 votaram não, 117 sim e houve 10 abstenções. Todos os 44 deputados presentes de Minas Gerais e 10 do Espírito Santo votaram pela rejeição. A bancada capixaba era composta por Adelson Salvador (PMDB), Etevalda Grassi de Menezes (PTB), Feu Rosa (PSDB), João Coser (PT), Luiz Buaiz (PL), Luiz Durão (PDT), Marcus Vicente (PSDB), Nilton Baiano (PPB), Rita Camata (PMDB) e Roberto Valadão (PMDB). Como a representatividade na Câmara dos Deputados é proporcional ao número de eleitores, estados mais populosos, como São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro,

possuíam bancadas maiores que as dos demais estados, principalmente os do Norte e Nordeste. Isso pesou na votação. No Senado Federal, as votações seriam mais apertadas, uma vez que a bancada é fixa: três representantes por Unidade da Federação.

Após a prorrogação da sessão por uma hora, o presidente deu continuidade à discussão da matéria.

O deputado Thomaz Nonô (PSDB-AL) teceu crítica a respeito da posição única na votação dos deputados de oposição e da base do governo. Questionou que, dentre os municípios que pleiteavam a inclusão na Sudene, alguns não possuíam indicadores de pobreza tão elevados. Além disso, rebateu a tese de inclusão de novas áreas na Sudene sustentada nas condições sociais de certas regiões. Note-se em sua fala:

Quero dirigir-me aos paulistas. Aos paulistas do Vale do Ribeira, pobre, miserável, com índices de saúde terríveis. Vamos agregá-los à Sudene? Quero dirigir-me aos companheiros do Norte, dos rincões distantes deste País, onde a malária campeia, onde a febre amarela é endêmica, onde o salário mínimo é de 30 reais. Vamos também, Sr. Presidente, colocá-lo na Sudene? Vamos fazer da Sudene a imensa UTI da pobreza que grassa em todas as regiões deste País? (DCD, 26/06/1997, p. 17.772).

Segue com sua exposição relatando que a superintendência não tinha a mesma força e importância da época em que foi idealizada pelo economista Celso Furtado. De acordo com Thomaz Nonô, a ampliação de suas fronteiras representaria a “distribuição da miséria entre os miseráveis”. Segundo ele, no Brasil existiam muitos municípios em situação de pobreza, mas não poderiam ser inclusos na Sudene visto que não pertenciam ao Nordeste (DCD, 26/06/1997, p. 17.773).

Inocência Oliveira (PFL-PE), com a clara intenção de adiar a votação, solicitou que o PL nº 4.695/94 retornasse às comissões, haja vista que apresentou emenda de plenário e alegou que o projeto não estava em regime de urgência. A emenda objetivava autorizar o Poder Executivo a incluir os referidos municípios do Vale do Jequitinhonha somente depois de ouvir o Conselho Deliberativo da Sudene. O presidente Michel Temer informou que a matéria se encontrava em regime de urgência e seria deliberada naquela sessão se houvesse tempo. O deputado então pediu à bancada do Nordeste que se inscrevesse para discutir a matéria, numa manobra para esgotar o tempo de sessão (DCD, 26/06/1997, p. 17.773-74).

O discurso do deputado Nilmário Miranda (PT-MG) trouxe a reflexão sobre a importância da Sudene para o Nordeste, apesar de muitos não admitirem. Segundo ele, ela foi capaz de fomentar a criação de 700 mil empregos diretos nos últimos 35 anos. Além disso, ratificou a importância de incluir o Vale do Jequitinhonha naquela superintendência, pois a região possuía um dos piores índices de desenvolvimento humano do Brasil e do mundo; além das mesmas características geográficas do Nordeste (DCD, 26/06/1997, p. 17.774). De acordo com o trecho de seu discurso: “O problema de cada região subdesenvolvida do País [era] uma questão nacional e [era] atribuído ao modelo de desenvolvimento. Portanto, não [era] uma questão regional, provinciana e local” (DCD, 26/06/1997, p. 17.775).

José Carlos Aleluia (PFL-BA) relatou que a inclusão do Vale do Jequitinhonha na Sudene não consistia numa questão de justiça, pois se assim o fosse o próprio Juscelino Kubitschek o teria inserido. Informou que, em 1995, do total de 7,2 bilhões de dólares de renúncia de receita do governo federal, 4,2 bilhões foram para o Sudeste e apenas 800 milhões para o Nordeste. E trouxe talvez a percepção mais importante em relação aos benefícios fiscais e financeiros disponibilizados às empresas e à tomada de decisão empresarial para a localização dos projetos industriais:

Quem não sabe que ninguém vai deixar de instalar uma fábrica em Diamantina, a trezentos quilômetros de Belo Horizonte, para fazê-lo no sertão da Paraíba? Ninguém vai deixar de instalar uma fábrica a trezentos quilômetros de Belo Horizonte para construí-la no Piauí, onde tudo é desfavorável, onde o Governo, sim, tem o dever de reduzir as desigualdades (DCD, 26/06/1997, p. 17.775).

A integração do Vale do Jequitinhonha à Sudene, de acordo com o deputado Silvio Abreu (PDT-MG), permitiria o recolhimento de novos impostos em decorrência dos empreendimentos que lá se instalariam. Defendeu que a intenção da bancada mineira era conferir maior volume de recursos para a superintendência, e não a sua divisão ou subtração (DCD, 26/06/1997, p. 17.776).

O deputado Haroldo Lima (PCdoB-BA) expôs que os incentivos fiscais da Sudene eram poucos e não conseguiam atender às demandas dos projetos. Segundo ele, os projetos encontravam-se paralisados por falta de recursos. E aumentou a crítica dizendo que a proposta previa “[...] colocar mais 43 pobres pendurados na já

empobrecida Sudene para enganar os pobres, os trouxas e acobertar o segundo maior PIB da nação: Minas Gerais” (DCD, 26/06/1997, p. 17.777).

Ainda restou tempo para o deputado Gerson Peres (PPR-PA) defender que a Sudene foi criada para atender o Nordeste e que a inclusão de outros municípios, de outras regiões, seria uma ilegalidade. Em seguida, em decorrência do término do tempo da sessão, o presidente Michel Temer adiou a continuação da discussão da matéria (DCD, 26/06/1997, p. 17.777-78). Assim, Inocêncio Oliveira alcançou seu objetivo de impedir a votação da matéria naquela sessão de 25/06/1997.

Na sessão solene da Câmara dos Deputados de 26 de agosto de 1997, a deputada Rita Camata (Bloco/PMDB-ES), em seu discurso, relatou o encontro “Agricultura x Plano Real”, ocorrido no município de São Gabriel da Palha, com diversas instituições, onde se discutiu a grave situação da agricultura do norte capixaba, por falta de recursos para o financiamento com taxas de juros menores (DCD, 27/08/1997, p. 25.127). Em fragmento de seu discurso, manifestou o desejo daquela porção do Espírito Santo fazer parte da Sudene:

Como se isso não bastasse, os constantes períodos de estiagens ocorridos nos últimos anos também têm prejudicado a produção. Este fato específico faz com que reafirmemos a necessidade da inclusão dos municípios do norte do Espírito Santo nas áreas de atuação da Sudene, e nesse sentido estamos envidando todos os esforços, como a apresentação de emenda ao Projeto de Lei oriundo do Senado, em tramitação na Câmara, que prevê a inserção de Municípios do Vale do Jequitinhonha, pelos mesmos motivos (DCD, 27/08/1997, p. 25.127).

O Plenário da Câmara dos Deputados retomou a discussão do PL nº 4.695/94 na sessão de 10 de setembro de 1997. Três emendas de plenário foram apresentadas. A Emenda nº 1, do deputado Inocêncio Oliveira, autorizava o Poder Executivo a incluir os municípios do Vale do Jequitinhonha somente depois de ouvir o Conselho Deliberativo da Sudene. A nº 2, de autoria dos deputados Fernando Lopes (Bloco Parlamentar PT/PDT/PCdoB), Alcione Athayde (vice-Líder do PPB), Wagner Rossi (vice-Líder do Bloco Parlamentar PMDB/PSD/PSL/PRONA), buscava incluir 25 municípios do norte e nordeste do Rio de Janeiro na Sudene (DCD, 11/09/1997, p. 27.812-13).

Já a Emenda nº 3, da deputada Rita Camata, foi assinada pelos deputados do Bloco Parlamentar PMDB/PSD/PSL/PRONA, Wagner Rossi, Simara Ellery, Colbert Martins

e Pedro Irujo; e pelos deputados Arnaldo Madeira (vice-líder do PSDB) e Haroldo Lima (Bloco Parlamentar PT/PDT/PCdoB). A deputada tinha o intuito de adicionar os 27 municípios¹⁷ do Espírito Santo, banhados e situados acima do Rio Doce: Baixo Guandu, Colatina, Linhares, Marilândia, Rio Bananal, São Domingos do Norte, Pancas, Sooretama, Alto Rio Novo, Águia Branca, São Gabriel da Palha, Vila Valéria, Jaguaré, Mantenópolis, Barra de São Francisco, Vila Pavão, Água Doce do Norte, Nova Venécia, São Mateus, Conceição da Barra, Boa Esperança, Pinheiros, Ecoporanga, Ponto Belo, Montanha, Mucurici e Pedro Canário (DCD, 11/09/1997, p. 27.812-13).

Na justificação da emenda, a deputada Rita Camata e os demais autores adotaram alguns argumentos semelhantes àqueles que defenderam, até o momento, a inclusão do Vale do Jequitinhonha. Verifica-se no trecho da própria justificação:

A região Norte do Espírito Santo possui características geográficas e socioeconômicas semelhantes às do Nordeste. Tem os mesmos índices de precipitação pluviométrica do Polígono das Secas (entre 600 e 1.400mm anuais) de acordo com as informações do INMET [Instituto Nacional de Meteorologia], e 60% dos seus municípios, segundo o mapa da fome elaborado pelo Ipea, têm mais de um terço de suas famílias em condições de indigência com renda per capita inferior à média nacional, que é de 3,42 salários mínimos (DCD, 11/09/1997, p. 27.813).

Destacou também que a pobreza resultava do desmatamento indiscriminado e uso ineficiente do solo, o que reduzia a produtividade e a vazão dos riachos. Além disso, citava que, nos meses chuvosos, havia um excesso de precipitação e, nos outros meses, acentuada estiagem, gerando “[...] desvalorização das terras e a descapitalização dos produtores rurais, principalmente os pequenos” (DCD, 11/09/1997, p. 27.813).

Os autores da emenda ainda destacaram que, apesar de o Espírito Santo fazer parte da Região Sudeste, era um dos mais castigados pela seca e afirmaram que a Sudene foi criada para promover o desenvolvimento de áreas geográficas contíguas em vez de se prender a limites estaduais. Para minimizar o empobrecimento e o êxodo rural, os municípios do norte capixaba necessitavam de “[...] incentivos diferenciados [...], atenuando os desequilíbrios intra e inter-regionais. Além disso,

¹⁷ O município de Governador Lindenberg não está nessa relação, pois foi desmembrado de Colatina e emancipado em 11/05/1998.

com a sua inclusão na área daquela superintendência, [...] novos empregos [seriam] gerados, aumentando a renda da população” (DCD, 11/09/1997, p. 27.813).

O deputado Inocêncio Oliveira mais uma vez encabeçou a oposição sobre a inclusão de novas áreas de atuação na Sudene. Acreditava serem inadmissíveis as emendas para a inclusão de municípios do Rio de Janeiro e do Espírito Santo. Isso, segundo ele, abriria uma exceção de modo que outros estados também pudessem solicitar, no futuro, inclusões de suas áreas de pobreza na Sudene, dividindo ainda mais os poucos recursos. Propôs a retirada do projeto de pauta para que fossem ouvidos o superintendente da Sudene, o ministro do Planejamento e o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), para apontar o melhor caminho para desenvolver outras regiões do país. A proposição não foi levada à frente, pois o deputado Aécio Neves (PSDB-MG) recordou ao presidente que, na sessão anterior, em que o PL nº 4695/94 foi discutido, o requerimento de retirada de pauta já tinha sido rejeitado (DCD, 11/09/1997, p. 27.808-10).

A articulação política da bancada do Espírito Santo, ou parte dela, parece ter sido ativa. Percebe-se isso em fragmento do discurso de Inocêncio Oliveira: “A Deputada Rita Camata e o Deputado Nilton Baiano estiveram comigo, mostrando que 23 municípios do norte do Espírito Santo estão com uma seca terrível, quase todos incluídos no Comunidade Solidária” (DCD, 11/09/1997, p. 27.809).

O próximo deputado inscrito a discursar foi Israel Pinheiro (PTB-MG). Ele defendeu a realização de um “ajuste histórico” que deixou o Vale do Jequitinhonha fora da Sudene, pois essa superintendência foi estabelecida para desenvolver o Polígono das Secas. Segundo ele, o Vale, que possuía os mesmos índices pluviométricos de alguns estados do Nordeste, não entrou na área da Sudene, mas o litoral da Bahia, devido a pressões políticas, sim (DCD, 11/09/1997, p.27.810). Ademais, destacou que era “[...] preciso que os benefícios [fossem] concedidos para incentivar sua industrialização e seu desenvolvimento. [...] Para transformá-lo não no vale da miséria, mas no do crescimento e da felicidade” (DCD, 11/09/1997, p. 27.811).

Sobre a inclusão do Espírito Santo na área de abrangência da Sudene, a posição de Israel Pinheiro era favorável, conforme a própria fala:

A eminente Deputada Rita Camata apresenta emenda que deve ser discutida em separado e também merece nossas considerações. S. Ex^a procura incluir na área da Sudene vários municípios do Espírito Santo que são contínuos ao sul da Bahia. Há lógica. Há fundamento histórico, jurídico, político e social (DCD, 11/09/1997, p. 27.810).

Aprovou-se o requerimento assinado pelos deputados Aécio Neves (líder do PSDB), Wagner Rossi (vice-líder do bloco PMDB/PSD/PSL/PRONA), Ibrahim Aki-Ackel (vice-líder do PPB), Arlindo Vargas (líder do PTB), Inocêncio Oliveira (líder do PFL), Neiva Moreira (vice-líder do bloco PT/PDT/PCdoB) e Nilmário Miranda, também deste bloco, pedindo o encerramento das discussões sobre o PL nº 4.695/94.

Apesar do término das discussões Inocêncio Oliveira pediu a palavra para levantar uma questão de ordem e tentar retirar o projeto de pauta. Como o PL nº 4.695/94 autorizava o poder executivo a incluir outros municípios na Sudene, o deputado lançou mão da Súmula de Jurisprudência nº 1¹⁸, da Comissão de Constituição de Justiça e Redação (CCJR), para tentar provar sua inconstitucionalidade. Contudo, foi contraditado por Aécio Neves, o qual expôs que o projeto passou pela CCJR, que opinou pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa. E solicitou ao presidente que pusesse a matéria em votação.

O presidente Michel Temer rejeitou o pedido do deputado Inocêncio Oliveira e requereu ao deputado Nilmário Miranda (bloco/PT-MG) que oferecesse parecer às três emendas de plenário, em substituição ao parecer da Comissão de Desenvolvimento Urbano e Interior (CDUI).

Nilmário defendeu, mais uma vez, a inclusão dos 45 municípios do Vale do Jequitinhonha na Sudene, pois eles possuíam as mesmas características sociais e climáticas dos 50 municípios mineiros que já faziam parte daquela superintendência. E a expectativa desses municípios não era disputar recursos com os municípios do Nordeste, mas, sobretudo, conseguir incentivos fiscais para projetos de investimento. O deputado votou pela rejeição das três emendas. Segundo ele, atender à Emenda nº 1, que determinava que o poder executivo pudesse incluir os municípios somente depois de ouvir o Conselho Deliberativo da Sudene, seria anular todo o processo que se iniciou no Senado. A de nº 2 foi rejeitada porque houve

¹⁸ “Projeto de lei de autoria de Deputado ou Senador que autoriza o Poder Executivo a tomar determinada providência que é de sua competência exclusiva é inconstitucional” (DCD, 11/09/1997, p.27.811).

acordo entre os partidos, para que parte dos municípios do Rio de Janeiro fosse inserida em outro fundo regional. A Emenda nº 3, que pretendia incluir 27 municípios do Espírito Santo, foi rejeitada, pois o relator entendeu que eles não passaram pelo mesmo estudo e análise aos quais foram submetidos os municípios do Vale do Jequitinhonha (DCD, 11/09/1997, p. 27.813-14).

O presidente concedeu a palavra ao deputado Alexandre Cardoso (PSB-RJ) para proferir parecer sobre emendas de plenário, em substituição à Comissão de Constituição e Justiça e de Redação (CCJR). Todas obtiveram parecer favorável à constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa. Em seguida, Michel Temer abriu inscrição de oradores para encaminharem a votação.

No Projeto de Lei que instituiu a Sudene, em 1959, o deputado José Lourenço (PFL-BA) lembrou que a sua área de abrangência inicial eram somente os estados do Nordeste. Todavia, para que fosse aprovado, foi necessário contar com os votos da bancada de Minas Gerais, o que ocorreu com a inserção de alguns municípios do norte mineiro. E traçou uma crítica ao perguntar se Minas Gerais, sendo um estado industrializado e com regiões de “primeiro mundo”, não poderia direcionar recursos para as regiões mais pobres, a fim de resolver os problemas sociais (DCD, 11/09/1997, p. 27.814-15). O deputado foi enfático ao criticar as propostas de incorporação de mais municípios na Sudene:

O que se quer é criar um clima de secessão no Brasil. Nós, do Nordeste, teríamos o Brasil como a madrasta que nos volta as costas para o processo de desenvolvimento, no qual não estamos inseridos. [...] Que diferença enorme existe entre a renda per capita do Norte, Nordeste e do Centro-Oeste e a dos estados mais desenvolvidos! [...] O que se quer fazer é tornar a miséria mais miserável, é ampliar a miséria. Isso não atende aos interesses do país (DCD, 11/09/1997, p. 27.815).

O próximo a encaminhar a votação foi o deputado Silvio Abreu (PDT-MG). Num discurso carregado de emoção, trouxe a memória de Juscelino Kubitschek, para lembrar o presidente mineiro que, segundo ele, olhou para os excluídos do Nordeste. Assegurou que, para os municípios de Minas Gerais beneficiados pelo PL nº 4.695/94, a importância maior estava na possibilidade de instalação de novos empreendimentos produtivos atraídos pelos incentivos fiscais. Estes “[...] interfeririam como mecanismos geradores de emprego, de desenvolvimento, de

progresso, de absorção de mão de obra de uma região altamente carente, inexplicavelmente injustiçada [...]” (DCD, 11/09/1997, p.27.816).

O deputado Haroldo Lima (PCdoB-BA) viu no debate um “processo de enganação” e “empulhação da consciência” de prefeitos e moradores do Vale do Jequitinhonha, por venderem a ideia da resolução dos seus problemas sociais com a inclusão na área da Sudene. E expôs que a Bahia está na área daquela superintendência desde o início, nem por isso os seus problemas sociais foram resolvidos e poucos ainda são os investimentos nessas áreas. Trouxe para o debate informações sobre o Fundo de Investimento do Nordeste (Finor): os recursos para investir em empresas giravam em torno de R\$ 500 milhões por ano e já estava comprometido um valor cinco vezes maior; por isso, fazia três anos e sete meses que nenhum novo projeto era beneficiado (DCD, 11/09/1997, p. 27.816).

Além disso, o deputado elaborou, assim como outros anteriormente, uma dura crítica aos parlamentares e ao povo mineiro, que não conseguiam pressionar o governo de Minas Gerais a direcionar recursos para dirimir os problemas sociais em determinados municípios, mesmo tendo o segundo PIB nacional. “É preciso, sim, salvar o Vale do Jequitinhonha com o dinheiro que há no Sudeste brasileiro” (DCD, 11/09/1997, p. 27.817), afirmava o deputado Haroldo Lima.

Em seguida, Aécio Neves pediu a palavra para lembrar a mesa diretora da Câmara que, de acordo com o Regimento Interno, somente dois deputados poderiam encaminhar de modo desfavorável ao projeto; e, portanto, o deputado inscrito Osvaldo Coelho (PFL-PE) não poderia fazer uso da palavra contra o projeto, pois dois já discursaram nesse sentido. O presidente atendeu ao pedido e chamou o segundo deputado a se pronunciar a favor da matéria, Ibrahim Abi-Ackel (PPB-MG) (DCD, 11/09/1997, p. 27.817).

O referido deputado contradisse os argumentos de José Lourenço (PFL-BA), afirmando que o propósito dos criadores da Sudene não era restringir sua atuação a limites estaduais e municipais, e sim abranger áreas de depressão econômica e sujeitas ao fenômeno da seca. Também rebateu o discurso de que os novos municípios retirariam recursos do Nordeste e reafirmou o compromisso dos políticos mineiros (53 deputados, 3 senadores e o governador) para fortalecer a pressão

política por recursos. Em relação à tese de que as empresas deixariam de se instalar no Nordeste para se estabelecerem no Jequitinhonha mineiro, eis as suas palavras: “se acaso fábricas se localizarem nessa faixa de Minas ou se recursos nacionais se concentrarem naquela região, o Nordeste será beneficiado pela propagação dos benefícios econômicos que essas fábricas trarão” (DCD, 11/09/1997, p. 27.817).

Passou-se a votação da matéria, mesmo assim 19 deputados, muitos deles líderes de partidos, fizeram uso do microfone para marcar suas posições a respeito do PL nº 4.695/94 ou simplesmente para liberar a bancada para votar conforme entendimento de cada deputado. Destaca-se o posicionamento do deputado Luiz Buaiz (PL-ES):

Sr. Presidente, o PL chama a atenção para o seguinte: o Espírito Santo tem vários Municípios com mais pobreza, mais sofrimento, mais calamidade pública. Ainda agora vivemos em estado de calamidade pior do que o Nordeste e nunca fomos atendidos. O PL recomenda o voto sim e pede que também olhem para o Espírito Santo (DCD, 11/09/1997, p. 27.818).

Ressaltam-se também as considerações do deputado Osvaldo Coelho (PFL-PE), ao afirmar que, no Vale do Jequitinhonha, chovia quatro vezes mais que em 80% do Nordeste, que se encontrava no semiárido (DCD, 11/09/1997, p. 27.822). Ademais, teceu os seguintes questionamentos em forma de provocação:

Sr. Presidente, Sras. e Srs. deputados, onde estão o maior parque siderúrgico do país, as maiores hidrelétricas construídas com os recursos da União, as grandes ferrovias, as grandes rodovias? Em Minas Gerais. Onde estão os grandes e numerosos rios do Brasil? Em Minas Gerais. E no Nordeste? Em oito Estados, quantos rios perenes temos? Só o Rio São Francisco. Mesmo assim, ele também é mineiro (DCD, 11/09/1997, p. 27.822).

Terminada a manifestação dos partidos, Michel Temer informou que existia um Requerimento de Destaque, de autoria do deputado Wagner Rossi, vice-líder do Bloco Parlamentar PMDB/PSD/PSL/Prona, solicitando votação em separado da Emenda de plenário nº 3, da deputada Rita Camata e outros, a qual previa a inclusão de 27 municípios do Espírito Santo na área de atuação da Sudene.

Assim, o presidente pôs em votação as emendas, ressalvado o destaque para Emenda nº 3. As três foram rejeitadas. Depois pôs em votação o PL nº 4.695/94, o qual foi aprovado. Contudo, Inocêncio Oliveira (PFL-PE) solicitou a verificação de votação nominal. O presidente perguntou como votavam os líderes, ou seja, como

eles orientavam suas bancadas. Enquanto os líderes marcavam posição, os deputados votavam e buscavam convencer os que não estavam presentes para se dirigirem ao plenário.

Destacaram-se os discursos de Sarney Filho (PFL-MA) e Paulo Delgado (PT-MG) sobre o objetivo que resultou na instituição da Sudene. Este considerou que foi para corrigir distorções regionais devido à baixa precipitação pluviométrica. Aquele destacou que não foi para solucionar o problema da pobreza, mas para promover o desenvolvimento da Região Nordeste (DCD, 11/09/1997, p. 27.825-26).

Ainda, o deputado Pinheiro Landim (PFL-PI) lamentou que todos os governadores de Minas Gerais não tenham conseguido resolver seus problemas, apesar de possuírem o segundo PIB do país (DCD, 11/09/1997, p. 27.826).

A votação foi encerrada e o Projeto de Lei nº 4.695/94 aprovado, com a presença de 413 deputados: 224 deputados votaram a favor, 172 contra e 17 se abstiveram. De acordo com a Tabela 7, em que consta a votação por estado e região, como era de esperar diante dos debates, enquanto o Projeto tramitou na Câmara dos Deputados, o Nordeste e o Sudeste tomaram posições contrárias em relação ao mérito da matéria. Todos os deputados do Espírito Santo presentes¹⁹ votaram a favor da inclusão do Vale do Jequitinhonha na Sudene: Adelson Salvador, Etevalda Grassi de Menezes, Feu Rosa, João Coser, Luiz Buaiz, Marcus Vicente, Nilton Baiano, Rita Camata e Roberto Valadão.

Em seguida, o presidente da Câmara apresentou novamente o Requerimento de Destaque de bancada para a votação da Emenda nº 3, que desejava incluir 27 municípios capixabas na área da Sudene, e concedeu a palavra ao deputado Roberto Valadão (Bloco/PMDB-ES) para encaminhar a votação. No seu discurso advertiu que, na época em que a Sudene foi idealizada pelo economista Celso Furtado, o Nordeste era a região mais pobre do país; contudo, a realidade mudou e em 1997, muitas eram as regiões pobres. E lembrou-se do Espírito Santo, que somente detinha 2,0% do PIB brasileiro e, em especial, o norte do estado, que possuía uma pequena população de 400 mil habitantes enfrentando a pobreza em

¹⁹ Apesar da presença do deputado Luiz Durão nesta sessão, seu voto não consta na relação de votação nominal.

decorrência do baixo nível de chuvas (DCD, 11/09/1997, p. 27.834-35). Ainda fez um apelo: “Convoco todos os estados brasileiros, não só Minas Gerais, que obteve o total dos votos da bancada do estado do Espírito Santo a favor do Vale do Jequitinhonha, convoco o Brasil para reconhecer a pobreza do norte do meu Estado” (DCD, 11/09/1997, p. 27.835).

Tabela 7 – Resultado da votação do PL nº 4.695/94 na Câmara dos Deputados, em 10/09/1997, por estado e Região

Regiões / Estados	Sim	Não	Abstenção	Total
Norte	23	28	2	53
Amazonas (AM)	2	4	0	6
Roraima (RR)	3	2	1	6
Amapá (AP)	3	3	1	7
Pará (PA)	6	11	0	17
Tocantins (TO)	4	3	0	7
Rondônia (RO)	2	1	0	3
Acre (AC)	3	4	0	7
Nordeste	10	102	3	115
Maranhão (MA)	1	12	0	13
Piauí (PI)	2	8	0	10
Ceará (CE)	0	16	0	16
Rio Grande do Norte (RN)	0	5	0	5
Pernambuco (PE)	0	21	0	21
Paraíba (PB)	1	8	1	10
Sergipe (SE)	0	4	0	4
Alagoas (AL)	0	5	0	5
Bahia (BA)	6	23	2	31
Centro-Oeste	18	6	2	26
Mato Grosso (MT)	6	1	0	7
Mato Grosso do Sul (MS)	4	3	0	7
Goiás (GO)	8	2	2	12
Sudeste	122	21	7	150
São Paulo (SP)	37	15	6	58
Rio de Janeiro (RJ)	29	6	1	36
Espírito Santo (ES)	9	0	0	9
Minas Gerais (MG)	47	0	0	47
Sul	50	16	3	63
Paraná (PR)	14	6	2	22
Rio Grande do Sul (RS)	21	4	1	26
Santa Catarina (SC)	11	4	0	15
Distrito Federal (DF)	4	2	0	6
Total	223	173	17	413

Fonte: Elaboração própria de acordo com o DCD, 11/09/1997, p. 27.829-34.

O breve encaminhamento de Luiz Buaiz (PL-ES) também se direcionou para garantir apoio das bancadas do Sudeste: “Esperamos que Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo honrem o compromisso com a bancada do Espírito Santo, que integralmente votou a favor do Vale do Jequitinhonha” (DCD, 11/09/1997, p. 27.836).

Os deputados João Coser (PT-ES) e Feu Rosa (PSDB-ES) também pediram apoio à aprovação da emenda. Este ainda citou que o Espírito Santo ocupava a terceira posição entre os estados com maior concentração de renda. Além disso, segundo ele, nas últimas duas décadas, perdeu população em razão da falta de recursos e investimentos (DCD, 11/09/1997, p. 27.836).

Por último, Inocêncio Oliveira (PFL-PE) liberou a bancada para votar conforme o entendimento de cada deputado. Reafirmou que conversou com Rita Camata e Nilton Baiano, os quais apresentaram informações acerca das dificuldades da Região Norte do Espírito Santo, que acreditava ser tão pobre quanto o Vale do Jequitinhonha (DCD, 11/09/1997, p. 27.837).

Colocada em votação pelo presidente, aprovou-se a emenda e não teve pedido de verificação de votação nominal. Posteriormente, o projeto retornou ao Senado Federal para a apreciação das alterações, ou seja, deliberar sobre a emenda que propôs a inclusão de 27 municípios capixabas na área de abrangência da Sudene.

No dia seguinte, na sessão de 11 de setembro de 1997, a deputada Rita Camata fez uso da tribuna para agradecer, em nome da bancada capixaba (especialmente a Roberto Valadão, Luiz Buaiz e Nilton Baiano), aos líderes dos partidos e a todos os deputados pela importante decisão de colocar parte do Espírito Santo na área de atuação da Sudene. E solicitou ao Senado que fosse breve na discussão e aprovação da emenda. Mencionou ainda o compromisso do Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, com a sanção do projeto de lei, em reunião realizada com a bancada capixaba (DCD, 12/09/1997, p. 27.932-33). Além disso, a deputada relatou a importância que a futura lei traria para o norte do estado:

Isso fará com que incentivos fiscais cheguem à região. Não queremos recursos, apenas incentivos fiscais, para que os pequenos proprietários possam comprar seus equipamentos para a irrigação, que se faz necessária na região, e para que empresas possam investir no norte do Espírito Santo, gerando renda, emprego e divisas para o nosso estado (DCD, 12/09/1997, p. 27.933).

Em 17 de setembro de 1997, Rita Camata fez uso da palavra novamente para agradecer a aprovação de parte do Espírito Santo na Sudene e pediu apoio para que a emenda fosse aprovada também no Senado. Informou que um terço das famílias daquela região viviam em condições de indigência, segundo o mapa da fome organizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), e a chegada da Sudene, em suas palavras, “[...] provocará um impulso desenvolvimentista na região e em todo o estado, melhorando significativamente as condições de vida da população local, que terá emprego, aumentará sua renda e poderá viver com um pouco mais de dignidade” (DCD, 18/09/1997, p.28.839).

Relatou, ainda, que a Associação de Prefeitos comemorava “[...] o ciclo de desenvolvimento nunca antes imaginado que se dará na região” (DCD, 18/09/1997, p.28.839), principalmente em decorrência de projetos industriais que seriam atraídos pelos incentivos e financiamentos subsidiados. Essa dinamização econômica seria importante, segundo alguns prefeitos e o presidente da Agência de Desenvolvimento das Micro e Pequenas Empresas e do Empreendedorismo (Aderes), para o aumento do Fundo de Participação dos Estados (FPE) do Espírito Santo, que era de 1,5%, bem abaixo de outros estados, como, por exemplo, Alagoas, que possuía um FPE de 4,5% (DCD, 18/09/1997, p. 28.839-40).

A articulação política da bancada capixaba, especialmente da deputada Rita Camata, foi muito importante para que o projeto chegasse com um direcionamento político no Senado. Tal empenho pode ser observado na conversa que a deputada teve com o presidente Fernando Henrique Cardoso em 25 de setembro de 1997. O encontro foi registrado pelo ex-presidente em seu livro *Diário da Presidência 1997-1998*: “recebi a Rita Camata, que quer discutir o que se faz para que a região do Norte do Espírito Santo ganhe os benefícios da Sudene” (CARDOSO, 2016, p.314).

Rita Camata convocou a mobilização e unidade de todos, para que se obtivesse êxito no Senado (CAMATA, 1997). Em suas palavras, percebe-se a dimensão dessa articulação política:

[...] Devo confessar que com imenso trabalho de articulação e dados que fundamentam que a nossa região é semiárida como o Nordeste, fizemos uma agenda vigorosa junto a lideranças do legislativo e executivo. Mobilizamos lideranças municipais do ES e de MG (toda bancada federal, governadores, prefeitos, vereadores e empresários) para demonstrar a

importância dessa inclusão para nossos estados e para a população. Foram meses intensos de muito trabalho e tivemos o líder do Governo do Senado (senador Élcio Álvares) como um forte parceiro nessa agenda [...] (CAMATA, 20 fev. 2018).

3.3. O EMBATE POLÍTICO NO SENADO FEDERAL EM TORNO DA EMENDA RITA CAMATA

O esforço de articulação política da bancada capixaba não foi suficiente para que a proposta de inclusão de 27 municípios do Espírito Santo na Sudene tramitasse sem dificuldades no Senado. Houve forte objeção à emenda da deputada Rita Camata tanto na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) quanto no plenário da Casa, mesmo sendo Élcio Álvares (PFL-ES) o líder do governo no Senado e membro da CAE.

No Senado, o projeto voltou a tramitar com a numeração original: PLS nº 146/92. Em 17 de março de 1998²⁰, a CAE reuniu-se para deliberar sobre a emenda apresentada pela Câmara dos Deputados. O relator, senador Francelino Pereira (PFL-MG), apresentou dados para defender que o norte do Espírito Santo possuía condições climáticas, econômicas e sociais semelhantes às do Vale do Jequitinhonha. Nesses municípios capixabas a renda bruta anual da agropecuária *per capita* era de R\$ 704,36 (R\$ 58,70 mês), abarcava somente 11,8% da arrecadação do ICMS estadual, 56% da população era servida de água tratada e 12% de serviços de esgoto. Além disso, a seca agravava a migração campo-cidade: da população de 704 mil habitantes da região, 458 mil residiam nas cidades (DSF, 15/05/1998, p. 8.396-97).

Para enfatizar os problemas climáticos, o relator ofereceu dados da Coordenadoria Estadual de Defesa Civil referentes à grave estiagem de 1997. De janeiro a julho desse ano, os prejuízos foram de, aproximadamente, R\$ 200 milhões, dos quais

²⁰ No mesmo dia, o deputado capixaba Adelson Salvador fazia pronunciamento na Câmara cobrando agilidade do CAE na apreciação da Emenda Rita Camata (BRASIL, 1998).

somente R\$ 125,3 milhões foram de perdas nos cafezais (DSF, 15/05/1998, p. 8.398).

Ao encerrar, com voto favorável à emenda da deputada Rita Camata, Francelino Pereira ainda acreditava que as características capixabas de ocupação do solo, com pequenas propriedades e menor concentração fundiária, poderiam ajudar no seu desenvolvimento mediante o estabelecimento de incentivos. Em sua concepção, “a situação fundiária poderá contribuir para a rápida melhoria da produção agrícola, a partir da introdução de incentivos, pois 86,64% dos imóveis rurais têm menos de 100 hectares²¹” (DSF, 15/05/1998, p. 8.398).

O parecer foi aprovado na CAE com quatro votos contrários dos senadores Edison Lobão (PFL-MA), José Eduardo Dutra (PT-SE), Waldeck Ornelas (PFL-BA) e Beni Veras (PSDB-CE), dos quais os dois últimos apresentaram relatório com voto em separado. Os demais membros que votaram favoravelmente foram estes: Bello Parga (PFL-MA), Francelino Pereira (PFL-MG), José Serra (PSDB-SP), Pedro Simon (PMDB-RS), Gilvan Borges (PMDB-AP), José Bianco (PFL-RO), Jonas Pinheiro (PFL-MT), José Roberto Arruda (PSDB-DF), Lauro Campos (PT-DF), Jefferson Peres (PSDB-AM), Levy Dias (PPS-MS), Gilberto Miranda (PFL-AM) e dois representantes capixabas, Élcio Álvares (PFL) e Gerson Camata (PMDB) (DSF, 15/05/1998, p. 8.399).

O voto em separado, vencido, de Waldeck Ornelas possuía a tentativa de convencer a CAE que os incentivos fiscais direcionados ao Nordeste eram fruto de suas particularidades socioeconômicas. Citou dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) para mostrar que, apesar da renda *per capita* nordestina ter aumentado de \$ 1.516 para \$ 1.728, entre 1990 e 1995, ela estava bem aquém da média brasileira (\$ 3.126 e \$ 3.654), mineira (\$ 2.725 e \$ 3.213) e capixaba (\$ 2.845 e \$ 3.314), para o mesmo período (DSF, 15/05/1998, p. 8.400).

Lembrou também que o desenvolvimento desigual dentro do próprio estado não era exclusivo de Minas Gerais e do Espírito Santo e que isso, por si só, não era suficiente para justificar o pedido de tratamento diferenciado dispensado aos

²¹ Aqui o deputado considerou a estrutura fundiária de todo o estado e não somente dos 27 municípios do norte do Espírito Santo.

estados do Nordeste. No caso específico capixaba, fez questão de frisar que o estado possuía um mecanismo de promoção do desenvolvimento, o Fundo de Recuperação Econômica do Espírito Santo (Funres). Além disso, o aumento da renda e sua distribuição poderiam advir das oportunidades decorrentes do escoamento da produção do Sudeste pelo território do Espírito Santo, dada sua posição geográfica privilegiada (DSF, 15/05/1998, p. 8.401).

Por fim, o senador Waldeck Ornelas apresentou requerimento para que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJC) emitisse parecer, pois, segundo ele, a matéria deveria ser objeto de lei complementar, e não ordinária, por alterar dispositivo de lei que regulamentava autarquia federal, iniciativa privativa do presidente da República (DSF, 15/05/1998, p. 8.401).

Um dos senadores que marcaram posição contrária à entrada de parte do Espírito Santo na Sudene foi Beni Veras (PSDB-CE). Essa oposição ferrenha estendeu-se também ao ingresso dos municípios do Vale do Jequitinhonha, mesmo que para estes a aprovação já tinha sido confirmada nas duas Casas legislativas. Assim como Waldeck Ornelas, Beni Veras ofereceu voto em separado, na CAE, contrário à aprovação da emenda da Câmara dos Deputados ao PLS nº 146/92, mas foi vencido.

Em seu relatório, Beni Veras reconheceu a pobreza e o subdesenvolvimento de áreas de Minas Gerais e do Espírito Santo, porém a solução não passaria pela inclusão dessas áreas na Sudene, haja vista que os recursos da superintendência eram insuficientes para atender o Nordeste. Nas palavras do próprio senador, “não é dividindo a escassez que vamos resolver todos os problemas regionais do país” (DSF, 15/05/1998, p. 8.401).

Recordou que Minas Gerais e o Espírito Santo possuíam um Produto Interno Bruto (PIB), em 1990, de 3,0 e 2,5 vezes maior, respectivamente, que a média dos estados nordestinos e existia uma propensão da reconcentração do desenvolvimento econômico para as regiões mais ricas. Diante disso, propôs que os próprios estados mineiro e capixaba elaborassem e implementassem políticas de desenvolvimento para as suas áreas mais pobres, contando com auxílio do governo federal e financiamentos do Banco Mundial e do Banco Interamericano de

Desenvolvimento (BID). Beni Veras, assim como Waldeck Ornelas, expôs que o Espírito Santo possuía o Funres, um mecanismo que concedia incentivos às empresas (DSF, 15/05/1998, p. 8.404-05).

A deputada Rita Camata, na sessão solene da Câmara dos Deputados, em 18 de março de 1998, dia seguinte ao da aprovação pela CAE da emenda de sua autoria, pronunciou discurso para registrar e comemorar tal fato. Segundo ela, a estiagem e as suas consequências acumularam, de 1995 a fevereiro de 1998, mais de um bilhão de dólares em prejuízos ao setor agropecuário no Espírito Santo. Reforçou, ainda, que, no norte capixaba, mais de um terço das famílias, segundo o Ipea, estavam em condições de indigência e, em oito municípios (mas não cita quais), a população rural reduziu cerca de 20%, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Ao finalizar o discurso, solicitou unidade e empenho da bancada capixaba para a aprovação da emenda no Senado (DCD, 19/03/1998, p. 6.867).

A referida emenda entrou na ordem do dia na sessão ordinária do Senado Federal em 20 de maio de 1998. Quem presidiu à sessão foi o vice-presidente Geraldo Melo (PSDB-RN), tendo em vista a ausência do presidente Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA). Rita Camata relembra que esse fato contribuiu para o êxito da votação: haja vista que o presidente da República “[...] Fernando Henrique viajou e quem assumiu a presidência foi ACM [Antônio Carlos Magalhães]. Aproveitamos para pôr em votação já com a certeza que tínhamos votos para a aprovação” (CAMATA, 20 fev. 2018).

Antes de o assunto ser colocado em pauta, foi lido o Requerimento nº 988 de alguns senadores, encabeçado por Beni Veras (PSDB-CE), para retirar o tema da pauta a fim de que a CCJC emitisse juízo. Ao fazer uso da palavra para encaminhar a votação, o senador Beni Veras expôs três motivos para que a área da Sudene e, conseqüentemente, da atuação do Banco do Nordeste do Brasil (BNB) não fosse alterada. Primeiro, pelas economias mineiras e capixabas serem mais pujantes que as dos estados do Nordeste. Para comprovar suas alegações, o senador citou o volume de financiamento aprovados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), em 1997, a ambos os estados: Minas Gerais obteve R\$ 2,4 bilhões, enquanto todo o Nordeste R\$ 2,3 bilhões; já o Espírito Santo, R\$ 173

milhões, o que perfazia um montante quatro vezes maior que o aprovado para Alagoas, três vezes maior que o destinado para o Maranhão, Piauí e Paraíba, e o dobro do direcionado para o Rio Grande do Norte (DSF, 21/05/1998, p. 8.863). Nesse sentido, Beni Veras foi enfático na proposição da solução dos problemas regionais para Minas Gerais e o Espírito Santo:

Acredito que a pujança das economias mineira e capixaba justifica propor que haja uma repartição dos recursos para investimento das regiões mais ricas para as regiões mais pobres. Por exemplo, o sul do Espírito Santo deveria acudir a Região Norte, sem prejudicar a capacidade de investimento da Paraíba ou do Piauí (DSF, 21/05/1998, p. 8.863-64).

O segundo argumento baseou-se no descompasso entre a oferta de recursos disponível para financiamento (pelo BNB), a oferta de incentivos fiscais da Sudene e o aumento da demanda gerado pela entrada de novos municípios de dois estados. Tal fato prejudicaria os estados nordestinos com menor infraestrutura para atrair investidores. No exemplo do próprio senador, “tudo se passa como se chegassem dois novos comensais, fortes e de grande apetite, a uma casa onde há fome e todos estão insatisfeitos com a comida disponível à mesa” (DSF, 21/05/1998, p. 8.864).

A motivação do discurso fez o senador apresentar uma terceira razão para sua discordância com o projeto em pauta: a “ação política equivocada”, a qual queria incluir na Sudene parte de Minas e do Espírito Santo, que eram, respectivamente, equivalentes às áreas dos estados paraibano e sergipano, sem uma diretriz de fortalecimento dos atuais mecanismos de desenvolvimento para o Nordeste (DSF, 21/05/1998, p. 8.864).

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) também se posicionou favorável ao requerimento, defendendo que a atual área da Sudene estava definida desde sua instituição. Considerava que Juscelino Kubitschek criou a superintendência mediante o relatório elaborado pelo coronel Orlando Ramagem, depois de ter percorrido, a pedido do presidente, o Nordeste na seca de 1958. Segundo ele, a inclusão, naquela época, de parte norte da Minas Gerais já teria sido uma concessão política (DSF, 21/05/1998, p. 8.864).

Ainda entendia que as deficiências sociais no Vale do Jequitinhonha e no norte capixaba não justificavam o pleito, pois no país havia outras áreas nas mesmas condições. O correto, segundo ele, seriam outros mecanismos, para ajudar as

populações dessas áreas, e não as agregar à Sudene. Nesse sentido, Lúcio Alcântara foi enfático na tese de que a superintendência deveria ter seu perímetro estritamente fechado pelos estados do Nordeste. Alterar os limites seria uma “heresia geográfica”, conforme falava o senador:

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, não vejo como possamos fazer isso até do ponto de vista geográfico. Seria uma heresia geográfica. Vamos consultar o IBGE ou, então, vamos mudar o nome da Sudene. Alguém poderia dizer que se trata de formalismo. Talvez até o seja. Todavia, como podemos estender a área da Sudene ao Espírito Santo, ao Vale do Jequitinhonha [?] [...]. Há um problema sério de pobreza. Ou então vamos transformar - parodiando a canção – *O Brasil numa grande Sudene*. Vamos até o Rio Grande do Sul, onde há áreas de grande depressão econômica e social (DSF, 21/05/1998, p. 8.865).

De acordo com Lúcio Alcântara, além de o “pacote de dezembro” de 1997 ter reduzido 40% dos recursos do Fundo de Investimento do Nordeste (Finor), o Nordeste enfrentava um grave seca. E alertou que o Senado poderia conceder àquela Região um “presente de grego” (DSF, 21/05/1998, p. 8.864-65).

Se não se aportassem novos recursos, a aprovação de parte de Minas Gerais e do Espírito Santo na Sudene seria uma operação de “distribuição de pobreza”, narrou o senador José Agripino (PFL-RN). Mesmo sendo contrário ao PL nº 146/92 e à emenda da deputada Rita Camata, ele apontou um acontecimento que registrou a mobilização da bancada capixaba para tentar conseguir votos, inclusive de senadores representantes de estados nordestinos:

[...] Ontem à tarde eu estava no Anexo, no cafezinho do Senado, e os meus estimadíssimos colegas, por quem tenho o maior respeito, apreço e admiração, Elcio Álvares, José Ignácio Ferreira e Gerson Camata, apresentaram-me a mais de duas dezenas de prefeitos. Eram os prefeitos da região do Espírito Santo, nesta que tem interesse direto nesta matéria (DSF, 21/05/1998, p. 8.865).

Hugo Napoleão (PFL-PI) fez uso da palavra para informar que, quando se criou a Sudene, alguns municípios mineiros a integraram por fazerem parte do polígono das secas, ou seja, por terem uma “continuidade geográfica com o sertão da Bahia”. O senador opôs-se à ampliação da área da Sudene, pois o Nordeste enfrentava dificuldades, e os recursos eram poucos. Transcreve-se o trecho final do seu discurso, no qual se nota o realce que concede ao tema: “[...] não dividamos o pouco que possuímos, todos já pobres, combatidos e sofridos com o El Niño e com a seca,

com aqueles que, embora também tendo [sic] pobreza, são mais ricos do que nós” (DSF, 21/05/1998, p. 8.866).

Duas críticas foram elaboradas pelo senador Djalma Bessa (PFL-BA): a primeira trata da pouca eficiência da Sudene, a qual não conseguia atender satisfatoriamente às demandas do Nordeste, por isso se posicionava contra a ampliação de sua área de abrangência; a segunda era por não haver garantias de que, num futuro próximo, Minas Gerais e o Espírito Santo não solicitariam a inclusão de outras áreas de cada estado na Sudene (DSF, 21/05/1998, p. 8.866-67).

Na primeira fala desfavorável ao Requerimento nº 988 (encabeçado pelo senador Beni Veras, numa tentativa de retirar o projeto de pauta), o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) elaborou uma crítica aos incentivos, muitas vezes, direcionados a empreendimentos mal realizados que serviram para concentrar riqueza (DSF, 21/05/1998, p. 8.867). Em seu discurso, deixou transparecer a mobilização dos deputados federais e estaduais para aprovar a emenda no Senado:

Agora, temos aqui a proposição para se estender a área de abrangência da Sudene a uma das áreas economicamente deprimidas do Brasil: o norte do Espírito Santo. Nós compreendemos e ouvimos o apelo dos Prefeitos, da bancada e dos senadores do Espírito Santo. Pessoalmente, sou favorável à proposição no mérito; portanto, não sou favorável ao requerimento. Compreendemos os legítimos anseios dentro do PT e também as opiniões diversas, como a do Deputado João Coser, do PT, que nos transmitiu o apelo dos deputados estaduais do Espírito Santo. Segundo o diagnóstico que fazem, o Norte do Espírito Santo é semelhante ao Sul da Bahia e deveria ter tratamento igual ao do Nordeste (DSF, 21/05/1998, p. 8.865).

Em seguida, o presidente em exercício, Geraldo Melo (PSDB-RN), procedeu à votação o Requerimento, o qual foi rejeitado. Contudo, o senador Beni Veras (PSDB-CE) solicitou votação nominal. Então, o presidente pediu para que os líderes orientassem suas bancadas.

Entre os rápidos encaminhamentos destacaram-se os dos senadores Gerson Camata (PMDB-ES) e Lúcio Alcântara (PSDB-CE). Este solicitou solidariedade da “elite política brasileira” para não retirar recursos do Nordeste. Camata citou a impossibilidade, conforme o Regimento Interno do Senado, do PL 146/92 retornar à CCJC, e afirmou que a entrada de parte do Espírito Santo e de Minas Gerais não alteraria o orçamento da Sudene para 1998 (DSF, 21/05/1998, p. 8.868).

Encerrada a votação, o resultado pode ser verificado na Tabela 8.

Tabela 8 – Resultado da votação do Requerimento nº 988 no Senado Federal, em 20/05/1998, por estado e região

Regiões/ Estados	Sim	Não	Abstenção	Total
Norte	5	7	2	14
Amazonas (AM)	0	1	2	3
Roraima (RR)	2	1	0	3
Amapá (AP)	-	1	-	1
Pará (PA)	-	2	-	2
Tocantins (TO)	1	1	-	2
Rondônia (RO)	-	-	-	0
Acre (AC)	2	1	0	3
Nordeste	16	0	0	16
Maranhão (MA)	2	-	-	2
Piauí (PI)	3	0	0	3
Ceará (CE)	3	0	0	3
Rio Grande do Norte (RN)	2	-	-	2
Pernambuco (PE)	1	-	-	1
Paraíba (PB)	-	-	-	0
Sergipe (SE)	1	-	-	1
Alagoas (AL)	2	-	-	2
Bahia (BA)	2	-	-	2
Centro-Oeste	2	6	0	8
Mato Grosso (MT)	0	3	0	3
Mato Grosso do Sul (MS)	-	2	-	2
Goiás (GO)	2	1	0	3
Sudeste	0	12	0	12
São Paulo (SP)	0	3	0	3
Rio de Janeiro (RJ)	0	3	0	3
Espírito Santo (ES)	0	3	0	3
Minas Gerais (MG)	0	3	0	3
Sul	0	8	0	8
Paraná (PR)	-	2	-	2
Rio Grande do Sul (RS)	0	3	0	3
Santa Catarina (SC)	0	3	0	3
Distrito Federal (DF)	0	3	0	3
Total	23	36	2	61

Fonte: Elaboração própria de acordo com o DSF, 21/05/1988, p. 8.869.

Dos 81 senadores, 61 votaram. O requerimento foi rejeitado com 36 votos. Votaram favoráveis 23 senadores e ocorreram 02 abstenções. Observou-se uma clara divisão entre a bancada nordestina, em que nenhum de seus senadores votou contra o requerimento, e os representantes do Sudeste e Sul, que por sua vez, por unanimidade, votaram contra. A Região Norte ficou bem dividida e a Centro Oeste, dos 8 representantes presentes, apenas 2 votaram favoráveis ao requerimento. O Nordeste possuía a maior bancada, mas estava muito desfalcada nessa sessão: dos 27 senadores, apenas 17 se encontravam presentes (contando com o presidente em

exercício Geraldo Melo, que representava o Rio Grande do Norte e estava desobrigado de votar, conforme o Regimento Interno do Senado).

Ao continuar a sessão, o presidente pôs em discussão o PL nº 146/92. O senador Lúcio Alcântara pediu a palavra para expor que a inclusão do Vale do Jequitinhonha na Sudene foi aprovada nas duas Casas do Congresso Nacional e, portanto, o que estava em discussão era a entrada de parte do estado capixaba. O senador dizia-se decepcionado com a decisão tomada pelo plenário na votação do requerimento e criticava a divisão dos poucos recursos da Sudene. Com certo ironismo, sugeriu transformar o “Brasil em uma grande Sudene”, estendendo sua atuação para áreas pobres do Rio de Janeiro e São Paulo (DSF, 21/05/1998, p. 8.870).

Gerson Camata solicitou um aparte para defender a posição de que Minas Gerais e o Espírito Santo queriam integrar-se à Sudene para fortalecê-la, mediante a articulação política com o objetivo de alcançar mais recursos. Abaixo se pode verificar o apelo do senador capixaba:

Nós queremos nos integrar a essa luta. Queremos somar, não dividir. [...] Sobretudo queremos aliar-nos à luta do Nordeste na busca de mais recursos para aquela Superintendência. Não desejamos antagonizar, tampouco guerrear com a região nordestina. Queremos estar juntos com o Nordeste, queremos ser aceitos nessa luta. [...] Não nos rejeitem nessa hora. É preciso que nos demos as mãos para um trabalho conjunto. Não queremos retirar, mas acrescentar (DSF, 21/05/1998, p. 8.870-71).

Lúcio Alcântara também concedeu um aparte ao senador Beni Veras (PSDB-CE). Este não concordava com a ampliação da área de atuação da Sudene, uma vez que, do total da renúncia fiscal do país, o Nordeste abarcava 11% e possuía 30% da população brasileira. Por sua vez, São Paulo possuía 56% dos incentivos e a Região Norte 36%. Por isso, o Espírito Santo deveria reivindicar parte dos benefícios de São Paulo. Além disso, retrucou que, no estado capixaba, a seca era de apenas três meses no ano e no Nordeste nove e que a renda *per capita* daquele estado era três vezes maior que a média dos estados nordestinos (DSF, 21/05/1998, p. 8.871).

Em outro aparte concedido, o senador Eptácio Cafeteira (PPB-MA) analisou o resultado da votação do requerimento e teceu crítica a parlamentares dos estados do Sul, Sudeste e o Distrito Federal por votarem contra os interesses do Nordeste (DSF, 21/05/1998, p. 8.871-72).

Ao senador Elcio Álvares (PFL-ES) foi conferido um aparte. Registrou que a bancada capixaba, que sempre votou favorável a projetos para o Nordeste, estava perplexa pelo fato de os senadores desta região estarem se opondo à inclusão de poucos municípios do Espírito Santo na Sudene. Referindo-se aos problemas da seca, o senador questionou: “A Sudene, então, deveria estender sua ação até a fronteira da Bahia e desconsiderar o Espírito Santo, como se ele não existisse? Se regionalizássemos por meio de fronteiras, seria muito doloroso para nós” (DSF, 21/05/1998, p. 8.872). Apelou aos representantes nordestinos para não mostrarem um quadro socioeconômico irreal do Espírito Santo e citou a presença dos 27 prefeitos (dos municípios que pleiteavam a admissão na Sudene), que poderiam testemunhar a verdadeira realidade por eles enfrentada (DSF, 21/05/1998, p. 8.872).

O senador Lúcio Alcântara retomou seu discurso mantendo oposição à Emenda Rita Camata, por entender que a pobreza existia também em outros estados do Sul e Sudeste, portanto não serviria de argumento. Além disso, a proposta dividiria recursos que já eram escassos (DSF, 21/05/1998, p. 8.872-73).

O último aparte do orador foi concedido a José Ignácio Ferreira (PSDB-ES), no qual justificou que o pleito do Espírito Santo não era recente. Em 1958 e 1966, os senadores Carlos Lindemberg e Jefferson de Aguiar, respectivamente, apresentaram emendas para a inclusão do Espírito Santo na Sudene, mas foram derrubadas. Disse ainda, que ele próprio apresentou proposta na Assembleia Constituinte, mas não obteve êxito. E complementou: “[...] o Espírito Santo, por uma questão de geopolítica, foi colocado na Região Sudeste, muito embora seja parcialmente nordestino. Porque o flagelo da seca é um estigma nosso também” (DSF, 21/05/1998, p. 8.873).

O orador seguinte, senador Espiridião Amin (PPB-SC), ao justificar seu voto contrário ao Requerimento nº 988, defendeu a inclusão do estado capixaba para que, assim, tivesse mais um ente federado na Sudene comprometido com a redução das desigualdades regionais e com a busca de mais recursos para a superintendência (DSF, 21/05/1998, p. 8.874).

O senador Geraldo Melo (PSDB-RN) deixou a cadeira da Presidência para proferir seu discurso. Em seu lugar assumiu Carlos Patrocínio (2º secretário), que presidiria

a sessão até o término da votação da Emenda Rita Camata. Geraldo Melo trouxe importantes informações ao debate, pois tinha trabalhado com o economista Celso Furtado, quando pertenceu à equipe técnica do Conselho de Desenvolvimento Econômico do Nordeste (Codeno), que formou as bases para a criação da Sudene. Diferentemente da posição adotada em quase todos os debates até aqui, o senador trouxe outra motivação para a criação da Sudene e, por meio dela, os requisitos para que novas áreas fossem inclusas (DSF, 21/05/1998, p. 8.874). Para não correr o risco de cometer injustiças, transcreve-se trecho de sua fala:

Não foi apenas uma seca que motivou a criação da Sudene no País. Não são as características climáticas no Nordeste que levam à necessidade da existência daquele órgão. O que determinou a criação da Sudene - após o elemento disparador da decisão política - uma seca - que serviu para que o Presidente da República visse de perto que algo precisava ser feito - foi a revelação ao País de que aquela região, com aquele tamanho, com aquela população, representava um sistema econômico diferente e que, por isso mesmo, precisava receber um tratamento novo, consistente e não apenas um tratamento para resolver os problemas de água, porque a região não precisava apenas de uma instituição que cuidasse da seca quando esta se apresentasse (DSF, 21/05/1998, p. 8.874).

E ainda questionou a tese, principalmente da bancada capixaba, de que as condições climáticas de algumas áreas eram determinantemente suficientes para pleitear a inclusão na Sudene:

Então, quando alguém diz, por exemplo, que as características climáticas do Espírito Santo se assemelham às do sul da Bahia, isso não significa nada, porque todo o Nordeste questiona a inclusão do sul da Bahia na área de atuação da Sudene, tamanha a diferença que existe entre a realidade da economia do sul da Bahia e a do restante do Nordeste. Na realidade, Srs. Senadores, aquilo de que se necessita não é propriamente verificar as afinidades climáticas deste ou daquele estado, mas sim se aquele sistema econômico que o Nordeste representa, de fato, penetra no Espírito Santo e no Vale do Jequitinhonha. Ninguém vai poder convencer este país com seriedade de que as variáveis que estruturam a realidade do sistema econômico do Nordeste são as mesmas que organizam a realidade do estado do Espírito Santo (DSF, 21/05/1998, p.8.874-75).

Geraldo Melo elucidou que na época da criação da superintendência alguns municípios de Minas Gerais já eram atendidos pelo Banco do Nordeste do Brasil (BNB) por fazerem parte do Polígono das Secas, delimitado com base nos estudos de Guimarães Duque. Por isso, ficou muito difícil não incluir aqueles municípios na área da Sudene (DSF, 21/05/1998, p. 8.875).

O orador concedeu apartes aos senadores Carlos Wilson (PSDB-PE) e Fernando Bezerra (PMDB-RN). Este enfatizou que os recursos da Sudene eram insuficientes para atender ao Nordeste e destacou dados da Receita Federal: 48% da renúncia fiscal do Brasil se destinava ao Sudeste e apenas 12% ao Nordeste. Além disso, reforçou que as condições de pobreza do Nordeste não derivavam somente das condições climáticas. Carlos Wilson apontou que a superintendência passava por um processo de “sucateamento”, agravado pelo corte aproximado de 40% dos recursos do Finor, estabelecido pelo pacote fiscal de início de 1998 (DSF, 21/05/1998, p. 8.875-76).

Sobre as questões de esgotamento do modelo de desenvolvimento regional para o Nordeste, Geraldo Melo retratou, no fim de seu discurso, que projetos aguardavam liberações de recursos havia quatro anos. Apesar disso, reconheceu que “a Sudene foi o instrumento operacional para realizar essa política diferenciada, que se baseava em um programa de industrialização e de ampliação da fronteira agrícola, [...] capazes de modificar aquela tendência de desenvolvimento” (DSF, 21/05/1998, p. 8.876).

O próximo a proferir discurso foi Pedro Simon (PMDB-RS), que teceu críticas a respeito do custo da irrigação no Nordeste em comparação com outros países como Israel e Índia, e sobre os poucos avanços no desenvolvimento da região, apesar da presença da Sudene nos quase 40 anos de existência (DSF, 21/05/1998, p. 8.877-78).

O aparte do senador Epitácio Cafeteira (PPB-MA) procurou sensibilizar os senadores para as questões migratórias enfrentadas pelos nordestinos, em virtude das condições climáticas e falta de oportunidades econômicas:

Morre-se de sede é no Nordeste. Nunca vi um caminhão de pau-de-arara de capixaba; nunca ouvi falar que capixabas estivessem morando baixo de uma ponte em São Paulo, ou que mineiros estivessem morando debaixo de uma ponte no Rio de Janeiro. Quem mora debaixo da ponte é cearense, é paraibano. [...] Mas quem não consegue se indignar com isso, nobre senador, não vai mais se indignar com coisa alguma (DSF, 21/05/1998, p. 8.878).

Fernando Bezerra (PMDB-RN) concordou, em seu aparte, que a Sudene continha muitas distorções e as políticas de desenvolvimento regionais precisavam ser revistas. Citou que a transposição do rio São Francisco estava sendo discutida e os

nordestinos encontravam dificuldades em convencer o país sobre os dramas pelos quais passavam (DSF, 21/05/1998, p. 8.879).

A Mesa do Senado recebeu os Requerimentos nºs 338 e 339, solicitando o adiamento da discussão da Emenda ao PLS nº 146/92 para 17/06/1998. Antes de o presidente pôr em votação Gerson Camata pediu a palavra para esclarecer que o PLS nº 146/92, que inclui 45 municípios do Vale do Jequitinhonha na Sudene, já tinha sido aprovado no Senado e na Câmara. Recordou que, desde a criação da superintendência, a bancada capixaba reivindicava sua inclusão. E fez um apelo aos senadores nordestinos para aceitarem o Espírito Santo:

Querido companheiro, ex-governador do estado do Maranhão, senador Eptácio Cafeteira, o norte do Espírito Santo perdeu para Rondônia e para o Pará - e aqui estão presentes os Srs. Senadores desses Estados - 25% da sua população em 10 anos. Esse, que é o maior movimento migratório da história da América do Sul, está sendo estudado por sociólogos. Não podemos permitir que esse processo continue. Recebemos, num bairro de Vitória chamado Itanhenga, 103 mil refugiados da seca do Jequitinhonha, de Minas, que lá estão morando com capixabas, em um bairro formado em seis meses por gente que fugiu e foi abrigada em Vitória, onde a seca não existe.

Há em Vitória, senador Lúcio Alcântara, bairros - há o bairro dos alagoanos, há o bairro dos paraibanos - cujos moradores vieram refugiar-se há anos. [...] Porque rejeitar mais uma bancada que quer lutar por vocês? (DSF, 21/05/1998, p. 8.881).

A senadora Júnia Marise (PDT-MG), autora do PLS nº 146/92, rememorou a trajetória de seis anos de tramitação do projeto e analisou as questões socioeconômicas decorrentes da seca no Vale do Jequitinhonha. Defendeu que essas questões não podem ser demarcadas por fronteiras (DSF, 21/05/1998, p. 8.881-82).

O presidente Carlos Patrocínio consultou o plenário sobre a prorrogação da sessão por 25 minutos - que foi aceita - e informou que regimentalmente não serão permitidos mais apartes.

O próximo a discursar foi José Ignácio Ferreira, que esclareceu que a alta renda *per capita* capixaba era fruto dos grandes projetos instalados na Grande Vitória e no litoral norte. Uma renda muito concentrada que não revelava os grandes problemas dos municípios do norte capixaba, tais como: renda *per capita* inferior à média nacional e um terço das famílias vivendo na indigência em 60% dos municípios, segundo o mapa da Fome do Ipea (DSF, 21/05/1998, p. 8.882).

Em relação às questões climáticas, o senador destacou que 32% dos municípios do norte eram muito secos e 60% extremamente secos, e isso trazia consequências muito negativas para a economia, que dependia basicamente da agropecuária (DSF, 21/05/1998, p. 8.883). A defesa da inclusão dessa parte do Espírito Santo na Sudene passou novamente pelo tema dos limites geográficos, o que pode ser percebido nas palavras motivadas do próprio senador:

O norte do Espírito Santo é apenas um prolongamento do sul da Bahia e do Nordeste - até o rio Doce. O Espírito Santo é Nordeste! Alguma coisa inexplicada na geopolítica, cujas linhas são traçadas ao alvedrio de burocratas; definiu que o Nordeste e a seca terminam na fronteira do Espírito Santo com a Bahia. Alguém traçou isso, e o Estado capixaba entrou para a região Sudeste, da qual é, realmente, o filho enjeitado. [...] Não é um burocrata qualquer; que definiu uma linha geopolítica, separando o Espírito Santo do Nordeste, que vai dizer que a seca não nos atinge: a seca está lá, gritando para quem quer ouvir (DSF, 21/05/1998, p. 8.882-83).

O líder do governo, Elcio Álvares (PFL-ES), fez uso da tribuna, num discurso carregado de emoção, para rogar aos senadores nordestinos a aceitar o Espírito Santo na Sudene, haja vista que a inclusão do Vale do Jequitinhonha estava consentida pelas duas Casas legislativas. Em sua alocução, percebe-se o apelo diante da possível dificuldade de aprovar a emenda:

E confesso: embora acostumado ao debate parlamentar, às emoções e aos altos e baixos das votações e dos debates, fico profundamente contristado quando verifico o empenho de vozes, as mais representativas do Nordeste, em não querer que o Espírito Santo entre na Sudene, num processo discriminatório, que não faz justiça à tradição e à grandeza dos homens do Nordeste (DSF, 21/05/1998, p. 8.884).

Enquanto Elcio Álvares discursava foi interrompido pelo presidente para informar que a sessão foi prorrogada até as 19h30min. O orador seguinte, senador Francelino Pereira (PFL-MG), não acrescentou nenhum fato novo ao debate, a não ser o receio de que o Senado voltasse atrás na decisão de incluir o Vale do Jequitinhonha na Sudene. Em seguida o Presidente pôs em votação os Requerimentos n^{os} 338 e 339 (que solicitavam o adiamento da discussão da matéria). Foram rejeitados.

Como não havia mais nenhum senador inscrito para discutir a matéria, Carlos Patrocínio pôs a emenda em votação. Aprovou-se, mas Lucio Alcântara, com o apoio dos senadores Djalma Bessa, Geraldo Melo e Fernando Bezerra, solicitou verificação de quórum. Apesar dos questionamentos dos senadores capixabas de

que a verificação de quórum deveria ter sido solicitada antes da votação, a Mesa entendeu que era possível o pedido e também a verificação de votação nominal. Assim, como houve um esvaziamento do plenário após a votação, inclusive dos senadores que solicitaram a verificação de quórum (ou de votação), o presidente solicitou aos senadores para retornarem ao plenário. O pedido foi reforçado duas vezes pelo senador Élcio Álvares para que se atingisse o número mínimo de 41 dos 81 senadores (DSF, 21/05/1998, p. 8.886-89).

Alcançado o quórum, os senadores foram orientados a votar. A Emenda da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº146/92 foi aprovada por 37 votos favoráveis e 17 votos contrários (Tabela 9). Dos 27 representantes do Nordeste, apenas 15 compareceram para votar e nenhum foi favorável à emenda. Por outro lado, a bancada do Sudeste estava com todos os seus representantes e com a bancada do Sul e Distrito Federal votaram unanimemente em favor da inclusão de parte do Espírito Santo na Sudene. De fato, a bancada do Nordeste ficou isolada na disputa política, pois somente conseguiu dois votos para a sua causa: um da Região Norte e outro da Centro-Oeste, de um total de 9 e 8 votantes, respectivamente.

Na sessão solene da Câmara dos Deputados, em 26 de maio de 1998, a deputada Rita Camata regozijava-se pela aprovação da Emenda de sua autoria, depois de quatro horas de “discussões acaloradas” no Senado Federal. A expectativa da deputada, à época, pode ser resumida no seguinte trecho: “Sabemos que nossa inserção na área da Sudene não será a solução para todas as nossas dificuldades, mas representa enorme passo para o início de grandes mudanças e para a transformação do nosso Estado [...]” (DCD, 27/05/1998, p.14.192).

O PLS nº 146/92 foi transformado, em 15 de julho de 1998, na Lei nº 9.690, a qual autorizou o Poder Executivo a incluir na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste os municípios do Vale do Jequitinhonha e do norte do Espírito Santo, e instituiu um prazo de 60 dias para sua regulamentação.

Na sessão ordinária da Câmara dos Deputados de 10 de novembro de 1998, Rita Camata solicitou agilidade do Executivo Federal para regulamentar a referida lei, pois o prazo estabelecido havia sido esgotado. De fato, isso somente ocorreu em 17 de dezembro de 1998, com o Decreto nº 2.885.

Tabela 9 – Resultado da votação da Emenda da Câmara ao Projeto de Lei do Senado Federal nº 146/92, em 20/05/1998, por estado e Região.

Regiões / Estados	Sim	Não	Abstenção	Total
Norte	8	1	0	9
Amazonas (AM)	2	-	-	2
Roraima (RR)	2	-	-	2
Amapá (AP)	-	-	-	0
Pará (PA)	1	-	-	1
Tocantins (TO)	1	-	-	1
Rondônia (RO)	1	-	-	1
Acre (AC)	1	1	-	2
Nordeste	0	15	0	15
Maranhão (MA)	-	1	-	1
Piauí (PI)	0	3	0	3
Ceará (CE)	0	3	0	3
Rio Grande do Norte (RN)	0	3	0	3
Pernambuco (PE)	-	2	-	2
Paraíba (PB)	-	-	-	0
Sergipe (SE)	-	1	-	1
Alagoas (AL)	-	-	-	0
Bahia (BA)	-	2	-	2
Centro-Oeste	7	1	0	8
Mato Grosso (MT)	3	0	0	3
Mato Grosso do Sul (MS)	1	1	-	2
Goiás (GO)	3	0	0	3
Sudeste	12	0	0	12
São Paulo (SP)	3	0	0	3
Rio de Janeiro (RJ)	3	0	0	3
Espírito Santo (ES)	3	0	0	3
Minas Gerais (MG)	3	0	0	3
Sul	7	0	0	7
Paraná (PR)	2	-	-	2
Rio Grande do Sul (RS)	3	0	0	3
Santa Catarina (SC)	2	-	-	2
Distrito Federal (DF)	3	0	0	3
Total	37	17	0	54

Fonte: Elaboração própria de acordo com o DSF, 21/05/1988, p.8.890-91.

Em entrevista, Rita Camata confirmou que, para alcançar a aprovação, a articulação política foi intensa: “uma coisa aprendi logo: se apresentava um projeto de lei ou uma Emenda Constitucional trabalhava e articulava, na Câmara e no Senado, até a sanção presidencial ou pelo Congresso Nacional” (CAMATA, 20 fev. 2018).

3.4. CONCLUSÃO

O percurso para a inclusão de parte dos municípios do Espírito Santo iniciou-se em 1992, no Senado Federal, com o Projeto de Lei do Senado nº 146. Ele objetivava inserir na Sudene os municípios do Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais. Na Câmara dos Deputados recebeu a emenda da deputada Rita Camata para incluir parte dos municípios do Espírito Santo. Após a aprovação, o projeto de lei foi remetido novamente ao Senado, que acabou ratificando, em maio de 1998, a decisão da Câmara.

Este capítulo pretendeu recuperar a cronologia dos fatos e discussões políticas que proporcionaram a inclusão de 28 municípios do norte Espírito Santo na área de abrangência da Sudene, por entender que esse foi um marco histórico de extrema relevância para a economia capixaba.

Com essa conquista, as empresas puderam usufruir incentivos fiscais e financeiros. As instaladas tinham a oportunidade de ampliar e modernizar suas plantas. Além disso, novas empresas de diferentes ramos de atividade foram atraídas. Linhares, um dos municípios com melhor infraestrutura logística e urbana e com uma expansão consolidada ao longo da BR 101, foi o município que mais se beneficiou economicamente.

Esse dinamismo econômico verificado nos últimos 20 anos influenciou o fluxo migratório para Linhares. Entre 1991 e 2000 sua taxa média geométrica de crescimento populacional foi 1,18%, bem abaixo da registrada para o estado (1,96). Contudo, a partir da década seguinte, com a ascensão e surgimento de novas atividades econômicas, em razão da atração de empreendimentos, passou a apresentar taxa média geométrica de crescimento anual bem acima da média estadual. Entre 2000 e 2016 tal taxa foi 2,47 para o município e 1,57 para a média estadual.

Diante dessa constatação, objetiva-se aprofundar as pesquisas para aferir se determinantes do ato migratório em Linhares se relacionam com o crescimento do nível de atividade econômica do município.

Nesse sentido, a empreitada iniciará, no capítulo seguinte, com o exame das bases teóricas que fundamentam o ato migratório por motivações econômicas. Os debates estão pacificados, quando é afirmado que a maioria das pessoas migram por fatores econômicos, ou seja, para melhorar as condições materiais individuais ou familiares. Além disso, as redes migratórias assumem papel importante nos fluxos, ao reforçarem o fenômeno entre origem e destino, por meio de conexões de parentesco e de relacionamentos. Por fim, no próximo capítulo, serão tecidas breves considerações sobre as possíveis motivações migratórias em decorrência do que Bauman (2001) denomina “modernidade líquida”.

4. O FENÔMENO MIGRATÓRIO DETERMINADO POR FATORES ECONÔMICOS, SUA PERPETUAÇÃO E NOVOS DESAFIOS

A migração é um dos fenômenos sociais mais antigos na história da humanidade. Em verdade, ao considerar os cerca de 2,5 milhões de anos do gênero *homo* sobre a Terra, a migração foi a regra social em sua grande maioria. Até a Revolução Agrícola, há 12 mil anos, a vida social dos caçadores-coletores foi marcada pela migração. A satisfação das condições materiais dos grupos estava condicionada à busca de territórios com maior oferta de animais, frutas e outros alimentos (HARARI, 2017).

A Revolução Agrícola tornou possível a fixação das pessoas tanto nos campos como nos núcleos urbanos, que puderam crescer consideravelmente ao longo do tempo. Mesmo com os modos de produção que surgiram em cada época como forma de organização da vida social, no que diz respeito à maneira como produzir e ofertar serviços, a migração manteve-se como possibilidade na vida das pessoas. Os modos de produção anteriores tiveram suas especificidades nos movimentos migratórios, contudo é inegável o crescimento desse fenômeno social e suas novas motivações potencializadas pelo modo de produção capitalista. Atualmente o desenvolvimento dos meios de comunicação e de transporte e as transformações ocorridas na estrutura familiar e nas relações de trabalho potencializaram o fenômeno e simultaneamente reduziram os obstáculos do ato migratório.

Apesar de o fenômeno ser antigo, seu estudo científico tem como gênese o fim do século XIX e, somente por alguns adjetivos que acompanham o tema, já se pode verificar o grau de dificuldade encontrado para conceder respostas teóricas. Assim, estudiosos afirmam, por exemplo, que a migração é um fenômeno reflexo (MOURA, 1980), complexo e seletivo (LEE, 1966), social ou de classe (SINGER, 1987), multifário (ELIZAGA, 1980), não neutro (BRITO, 2009), plural e não unívoco (PERPETUA, 2013). Por ser talvez a única alternativa para uma pessoa melhorar sua condição de vida, haja vista as escassas oportunidades econômicas em determinadas regiões de origem, a migração pode ser considerada também um fenômeno emancipador.

Boa parte dos autores que se debruçam sobre as causas dos fluxos migratórios concorda que a maioria das pessoas migra por fatores econômicos, ou seja, são impulsionadas por poucas vantagens econômicas no local de residência e motivadas pela expectativa de melhores ganhos econômicos nos locais de destino. Mesmo aquelas que migram por outras causas (acompanhamento dos pais, acesso a estudo e refugiados, por exemplo), se inserem na lógica econômica familiar ou com pensamento de alcance de maior oportunidade econômica futura. Nem todas as migrações são para suprir as condições materiais; mas uma parte considerável dos movimentos está dentro da lógica de como a sociedade produz e reproduz suas condições materiais de existência.

Ernst Georg Ravenstein (1885), um dos primeiros a pesquisar sobre o fenômeno, constatou, ao analisar o Censo do Reino Unido, em 1881, que a principal causa das migrações era a forte demanda de mão de obra, por parte da indústria e pelos centros comerciais. Em outro trabalho de 1889, com dados para mais de 20 países, Ravenstein acrescentou mais uma lei no rol das “Leis da Migração”: muitos fatores produzem correntes migratórias, “[...] but none of these currents can compare in volume with that which arises from the desire inherent in most men to ‘better’ themselves in material respects”²² (RAVENSTEIN, 1889, p. 286).

As dificuldades para o estudo do fenômeno migratório não são poucas. Com o passar do tempo, novas determinantes migratórias surgem e com elas coexistem as anteriormente estabelecidas. Dificilmente uma determinante cessa por completo. Esses novos motivos dos fluxos migratórios desafiam os marcos teóricos existentes, além de obrigar o pesquisador a não deixar de atualizar as posições a respeito de fluxos tradicionais, como o campo-cidade.

Se o maior volume da migração é por fatores econômicos, então, devem-se entender as bases teóricas que sustentam as correntes de pensamento. Assim sendo, investiga-se nas primeiras seções deste capítulo a influência das três principais escolas de pensamento econômico (clássica e neoclássica, marxista e keynesiana) na análise da mobilidade dos trabalhadores. Algumas críticas são

²² “[...] mas nenhuma dessas correntes pode ser comparada em volume com aquela que surge do desejo inerente à maioria dos homens ‘melhorar’ suas condições materiais” (RAVENSTEIN, 1889, p. 286, tradução nossa).

tecidas às classificações que buscam enquadrar pensadores do tema migração em uma determinada corrente econômica.

Na seção 3, com a breve descrição do pensamento de Keynes sobre o Estado interventor na economia, é realizada uma exposição da migração determinada pelos desequilíbrios regionais e desigualdades nos padrões econômicos e sociais nos locais tanto de origem quanto de destino.

As bases da teoria de redes migratórias serão discutidas na quarta seção. As redes possuem a capacidade de reforçar o fenômeno por meio dos laços existentes entre os elos de conexão na origem e no destino. Assim também, serão abordadas as dificuldades do estudo das redes migratórias e alguns exemplos de autores que aprofundaram o tema por meio de pesquisas, especialmente de campo.

Na última seção, verificar-se-á que os determinantes tradicionais do ato migratório e mais conhecidos coexistem com os novos fatores decorrentes das rápidas transformações na forma de organização da vida social e na relação entre capital e trabalho. É o mundo da “modernidade líquida” de Zygmunt Bauman (2001).

As teorias migratórias possuem diferentes óticas interpretativas, muitas vezes com diferenciações ou até mesmo antagonismos. Como não há uma teoria universal, as diversas formulações teóricas acabam abarcando casos particulares de migração, ao focalizarem, por exemplo, fatores individuais e coletivos, contextos socioeconômicos e políticas do Estado. Nesse sentido, todas contribuem, de certa forma, para explicar esse complexo fenômeno multifacetado. A escolha das teorias abordadas neste capítulo foi realizada em função do objeto do trabalho. Elas serão fundamentais para subsidiar a análise dos resultados da pesquisa de campo no bairro Planalto, no município de Linhares.

4.1. O POSTULADO DA MOBILIDADE PERFEITA DO TRABALHO NOS CLÁSSICOS E NEOCLÁSSICOS

A mobilidade geográfica não foi tema que causou problemas aos modelos clássicos e neoclássicos. A perfeita mobilidade do fator trabalho era um postulado fundamental, uma axiomatização, conforme é retratada por Gaudemar (1977). Assim, a mobilidade do fator trabalho ocorre em busca de melhores salários.

O postulado de mobilidade perfeita do trabalho funda assim a tese que diz: quando os homens se sentem bem onde estão, seja em que sítio for, nenhuma migração modifica este estado máximo da sua satisfação, desde que os rendimentos se mantenham inalteráveis. Conseqüentemente, as formas espaciais da mobilidade do trabalho não são mais do que mecanismos que permitem ao indivíduo aceder ou manter-se em locais em que a sua satisfação, reduzida à sua transparência monetária, é máxima, não sendo a mobilidade do trabalho mais do que o postulado de comportamento de um fator de produção, tornando possível a existência destes mecanismos (GAUDEMAR, 1977, p. 145).

Os pressupostos sobre a natureza humana incorporados pelos clássicos e neoclássicos, ao analisarem como a sociedade se organiza economicamente, foram também acionados por pensadores de outras áreas do conhecimento. Esse credo “[...] baseava-se em quatro pressupostos sobre a natureza humana. Todo homem, diziam eles, é egoísta, frio e calculista, essencialmente inerte e atomista” (HUNT; SHERMAN, 1978, p. 57).

O atomismo, segundo os liberais clássicos, diz respeito ao modo de pensar o indivíduo como unidade fundamental, em detrimento da análise do grupo social ou do conjunto da sociedade. Para as concepções individualistas e a “psicologia atomista”, o grupo social era tão somente o somatório dos indivíduos. Não são as instituições e as relações sociais que influenciam na formação das pessoas. Esta ocorre mediante um processo exterior e independente (HUNT; SHERMAN, 1978). “Segundo esta visão, a sociedade existe porque é útil, pois não fosse por sua utilidade, os indivíduos seguiriam seus próprios caminhos, descartando-se da sociedade [...]” (HUNT; SHERMAN, 1978, p.59-60). Sob esse aspecto, a utilidade da organização social mostrava-se, por exemplo, para garantir a segurança e as vantagens econômicas da distribuição do trabalho.

A suposta liberdade de ação das forças do mercado e as hipóteses sobre a natureza humana vão influenciar os autores na defesa do *laissez-faire* e do Estado absenteísta nas relações econômicas. Nesse sentido, o equilíbrio econômico será estudado e estabelecido por John Stuart Mill e Jean-Baptiste Say com base no argumento central, que mais tarde os economistas passaram a chamar de “lei dos mercados de Say-Mill”: a oferta cria a própria demanda.

Essa lei, denominada por Rossetti (2012) “pedra angular da teoria clássica do equilíbrio macroeconômico”, está baseada no ajuste automático do pleno emprego dos fatores de produção, ou seja, todos os fatores estão empregados e os capitalistas encontram mercados para os bens e serviços produzidos. “Não existem recursos econômicos involuntariamente ociosos. É integral e permanente o emprego da mão de obra e dos bens de capital” (ROSSETTI, 2012, p. 786). Desajustes temporários são admitidos por pequenos períodos, até que o mercado se ajuste ante os sistemas de preços e da adaptação da produção, retornando ao nível de pleno emprego dos fatores. A flexibilidade de preços dos insumos, dos produtos e dos salários são pressupostos para que rapidamente se retorne ao equilíbrio.

Nesse sentido, os desajustes ou desequilíbrios no mercado de trabalho seriam rapidamente corrigidos segundo a adequação ao sistema de preço do fator trabalho, ou seja, mediante a variação dos salários reais. A flexibilidade dos salários é condição *sine qua non* para a admissão, pelos economistas clássicos, da hipótese de somente existir desemprego voluntário. Desse modo, os trabalhadores desempregados são os que não estão à procura de trabalho e os que não aceitam os salários vigentes no mercado. Esses, portanto, estão fora do mercado de trabalho por escolha própria, voluntariamente.

Por outro lado, a oferta de trabalho abundante e a sua perfeita mobilidade, tanto de uma firma para outra quanto no espaço geográfico, garantem a estabilidade dos preços do fator de produção trabalho. Assim, o trabalhador não terá como influenciar o valor a ser pago pelo seu trabalho. Ou aceita o nível de salário vigente no mercado ou fica desempregado voluntariamente.

Para além disso, os neoclássicos tratam as pessoas como agentes econômicos racionais, que objetivam maximizar a utilidade e utilizam friamente cálculos

matemáticos ao tomarem suas decisões econômicas. Esse *homo economicus* saberia perfeitamente maximizar sua utilidade mediante a escolha da melhor cesta de bens e serviços entre as disponíveis, levando em conta sua renda, sua restrição orçamentária.

No que concerne ao fenômeno migratório, o desafio é compreendê-lo utilizando o ferramental de análise dos pensadores clássicos e neoclássicos (a maior parte deles economistas). Basicamente se enquadram aqui os autores que dotam o indivíduo de poder de decisão. A tomada de decisão de permanecer ou partir não é pressionada ou produzida por forças socioeconômicas exógenas, apesar de o indivíduo ponderar os aspectos positivos e negativos de seu ato, como apontado por Becker (1997).

Becker (1997) afirma que pensadores importantes e tradicionais no estudo do fenômeno migratório, como Ravenstein (1885) e Todaro (1980), adotam o enfoque neoclássico. Assim também, Lee (1966) recebeu o mesmo tratamento pela autora e por Oliveira (2011). Trata-se de uma rotulação que acarreta problemas, pois as análises desses estudiosos apresentam novidades teóricas com base no exame de dados sobre o tema. Tais estudos, além de conclusões gerais sobre o fenômeno, trazem referenciais de uma mobilidade de trabalhadores que tomam decisões individuais; contudo, elas apresentam rebatimentos no fluxo migratório.

O geógrafo e cartógrafo Ernest Georg Ravenstein, em seu artigo “As leis da migração”, de 1885, analisa a migração no Reino Unido com base nos resultados censitários de 1881. Ao perceber a existência de condados de absorção e dispersão de pessoas, e diante da realidade de Revolução Industrial em curso, Ravenstein afirma, entre outras coisas, a supremacia do determinante econômico no ato migratório. Nas suas palavras, “It does not admit of doubt that the call for labour in our centres of industry and commerce is the prime cause of those currents of migration [...]” (RAVENSTEIN, 1885, p. 198)²³. Ravenstein propõe leis da migração que pouco se encaixam no estatuto neoclássico de análise de um indivíduo que toma decisões racionais mediante as informações de que dispõe. O autor não deixa dúvidas sobre seu objetivo: “If, therefore, we speak perhaps somewhat presumptuously of ‘laws of migration’, we can only refer to the mode in which the

²³ “a procura de mão de obra nos nossos centros industriais e comerciais é, sem dúvida, a causa primeira das correntes migratórias” (RAVENSTEIN, 1885, p. 198, tradução MOURA, 1980, p. 64).

deficiency of hands in one part of the country is supplied from other parts where population is redundant” (RAVENSTEIN, 1885, p. 198)²⁴. Parece-nos que o ilustre geógrafo realiza constatações com base nos dados coletados e contribui pioneiramente para o tema migração com a análise, por exemplo, de fluxo e refluxo, processos de absorção e dispersão, influência da distância nos deslocamentos, corrente e contracorrente. Qualquer tentativa de associá-lo à abordagem neoclássica acabará sendo imprecisa.

Everett S. Lee, em seu artigo “Uma teoria sobre a migração”, de 1966, descreve quatro elementos que influenciam o ato e o processo migratório: fatores associados ao local de origem e ao local de destino, que podem ser positivos, negativos ou nulos; dificuldades enfrentadas pelo migrante para sair do local de origem em direção ao local de destino, e vice-versa, as quais são denominadas “obstáculos intervenientes”; e, por último, fatores pessoais (LEE, 1966). Tanto para Becker (1997) quanto para Oliveira (2011), Lee se utiliza do aporte neoclássico em suas análises. Apesar de sua apreciação se basear na decisão individual dos custos e benefícios do ato migratório, sua concepção está longe de ser a retratada pelos economistas neoclássicos. Para Lee, não existe um *homo economicus* padrão: indivíduos com as mesmas condições socioeconômicas tomam decisões diferentes. Isso ele deixa claro, ao introduzir, como um dos determinantes do ato migratório, os “fatores pessoais”.

For some individuals, there must be compelling reasons for migration, while for others little provocation or promise suffices. The decision to migrate, therefore, is never completely rational, and for some persons the rational component is much less than the irrational.[...] Indeed, not all persons who migrate reach that decision themselves (LEE, 1966, p. 51)²⁵.

Desse modo, é que Lee considera as migrações seletivas, pois cada pessoa reage, de forma diversa, aos fatores positivos e negativos, tanto na origem como no destino. Além disso, “[...] have different abilities to overcome the intervening sets of

²⁴ “Portanto, se aludirmos um tanto pretensiosamente às ‘leis da migração’, estaremos apenas tratando o modo pelo qual a falta de braços existentes em certas partes do país é suprida por outras partes onde a população é abundante” (RAVENSTEIN, 1885, p. 198, tradução MOURA, 1980, p. 64).

²⁵ Certos indivíduos necessitam de razões poderosas para migrar, enquanto que a outros basta uma pequena provocação ou promessa. Portanto, a decisão de migrar nunca é completamente racional, sendo que para algumas pessoas a fundamentação racional é bem inferior à irracional. [...] Na realidade, nem todas as pessoas que migram chegam a tal decisão por si mesmas (LEE, 1966, p. 51, tradução de MOURA, 1980, p. 103).

obstacles, and differ from each other in terms of the personal factors [...]” (LEE, 1966, p. 56)²⁶.

Michael P. Todaro, em seu artigo “A migração da mão de obra e o desemprego urbano em países subdesenvolvidos”, de 1969, exibe um modelo para migrações rural-urbanas, levando em conta que a decisão do migrante trabalhador é em função do diferencial de renda real dessas duas regiões e da probabilidade de obtenção de um emprego urbano, que ocorre, de início e por certo tempo, para o trabalhador não qualificado, no setor urbano tradicional, antes de alcançar uma vaga de trabalho no setor moderno (TODARO, 1980). Assim, o indivíduo terá de avaliar, “[...] de um lado, as probabilidades e os riscos de permanecer desempregado durante um certo período ou de apenas conseguir emprego ocasional nas atividades urbanas e, de outro, os diferenciais favoráveis à cidade no tocante aos salários pagos” (TODARO, 1980, p. 154).

Apesar de Todaro (1980) colocar o poder de decisão nas mãos do migrante rural, há o reconhecimento de desemprego voluntário em razão dos grandes fluxos rural-urbanos, que não guardavam correspondência com a demanda por trabalho nas cidades. O grande número de desempregados e subempregados afetava a probabilidade de o imigrante alcançar postos de trabalho no setor moderno. Diferentemente, para a abordagem neoclássica, a racionalidade da escolha e do deslocamento individual para locais onde houvesse demanda garantiria o emprego ao trabalhador se aceitasse o nível de salário de mercado. Esse equilíbrio não foi observado por Todaro (1980). Nas palavras do próprio autor, a finalidade de seu trabalho era “[...] formular um modelo do comportamento da migração rural-urbana que, em nossa opinião, representa uma modificação realista e uma extensão de abordagem mais simples, frequentemente referida na literatura, baseada nos diferenciais de salários” (TODARO, 1980, p. 152). Assim, não se pode classificar seu estudo e suas análises dentro da matriz neoclássica, como pretende Becker (1997).

Salim (1992), por sua vez, ao recordar os modelos dos autores que estudam a migração pela análise neoclássica, observa que neles as correntes migratórias são consideradas como somatório das decisões individuais. Os fluxos correspondem à

²⁶ “[...] capacidades diferentes para superar as séries de obstáculos e diferenciarem-se entre si em termos de fatores pessoais [...]” (LEE, 1966, p. 56, tradução de MOURA, 1980, p. 111).

soma dos indivíduos, ou o todo como soma das partes. Lembra que, em Sjaastad (1980), esses fluxos podem ocorrer pela análise racional de custos e de retornos esperados, com base numa expectativa de renda futura esperada, e não somente na renda por ocasião da sua chegada ao local de destino, a renda efetiva.

De fato, Larry A. Sjaastad, em seu artigo “Os custos e retornos da migração”, de 1962, busca, com seu modelo, inserir a migração no marco teórico da alocação de recursos, conforme os seguidores da escola neoclássica. Assim como qualquer recurso produtivo, a migração é tratada como “[...] investimento que incrementa a produtividade do recurso humano, ou seja, um investimento que apresenta custos, mas que também rende retornos” (SJAASTAD, 1980, p. 126). “Como se cada migrante fosse um ‘empresário em si mesmo’ procurando a localização ótima para seu ‘capital humano’” (BRITO, 2009, p. 06). Assim, Sjaastad se aproxima muito do pensamento neoclássico, chegando a confessar que suas discussões sobre os custos e retornos privados e sociais situam

[...] a migração voluntária no marco geral de uma economia competitiva que satisfaz os requerimentos mínimos conducentes a uma alocação “ótima” dos recursos. Entre outros aspectos, os salários devem ser livremente determinados, como também não devem existir barreiras ao livre movimento do trabalho e de outros insumos, tanto entre setores produtivos como no espaço (SJAASTAD, 1980, p. 140-141).

Ainda como exemplo de autores que, nos seus modelos, consideram o fluxo migratório como soma das decisões racionais dos indivíduos, Salim (1992) cita o trabalho de John R. Harris e Michael Todaro, “Migração, desemprego e desenvolvimento: uma análise com dois setores”, de 1970. Os autores partem de um problema observado: a persistência da migração rural para os centros urbanos, em países em desenvolvimento, apesar do grande desemprego involuntário. A busca racional dos migrantes por maiores salários leva-os a se deslocarem, mesmo que permaneçam desempregados por certo período. No modelo bissetorial, Harris e Todaro (1980) perceberam que isso se dava em razão principalmente de o salário mínimo determinado pelo Estado, nos centros urbanos, ser superior aos salários rurais. Nesse sentido, tal situação equilibrava a produção num ponto inferior ao “ótimo”, ocasionando considerável desemprego.

É importante notar que, mesmo o equilíbrio [...] representando uma situação menos que a ótima para a economia como um todo, ele corresponderá, ao nível individual e levando em conta o salário mínimo, a uma escolha

racional e maximizadora de utilidade por parte dos migrantes rurais (HARRIS;TODARO, 1980, p. 189).

Nota-se que, para os autores, a existência de desemprego involuntário é ocasionada pela intervenção do Estado no mercado de trabalho, ação condenada pela teoria clássica e neoclássica. Harris e Todaro (1980) chegam a argumentar que também os subsídios aos salários, como a redução de impostos nos encargos da folha de pagamento, ou a maior oferta de empregos governamentais poderiam agravar o desemprego nas áreas urbanas.

Por fim, para os autores que trabalham com o tema migração e com os ideais clássicos e neoclássicos, espera-se que eles abordem o tema com certo positivismo. A mobilidade do trabalho deve ser considerada como “[...] fluxo de ajustamento, sinal e fator do progresso econômico” (BECKER, 1997, p. 331). O problema do desemprego é admitido pela não aceitação do nível de salário vigente (desemprego voluntário), pelo tempo de deslocamento da origem ao destino ou de um emprego para outro, pela presença (interferência) do Estado na economia ou por falhas de mercado (a exemplo dos monopólios) (GOMES, 2009).

Relativamente à não intervenção do Estado nos assuntos econômicos, Becker (1997) não foi muito feliz, ao expor que o enfoque neoclássico é “pretensamente apolítico”. Esse positivismo pressupõe uma ideologia política de eliminação de obstáculos, de barreiras à mobilidade; “[...] hipótese que conduz necessariamente a um encaminhamento político da questão migratória” (PÓVOA-NETO, 1997, p.17).

4.2. A MOBILIDADE DA FORÇA DE TRABALHO DIRECIONADA PELO CAPITAL EM MARX

Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Engels (1820-1895) construíram, nas suas investigações, um pensamento vocalizado para intervir na luta de classes; principalmente Marx, que era militante partidário e sindical. Tendo por pano de fundo essa *práxis*, a análise e interpretação dos fenômenos sociais – e aqui inclui os fluxos

migratórios – baseiam-se numa totalidade de contradições que não se manifestam na aparência, na forma imediata dos fenômenos.

Karl Marx foi um crítico do pensamento e dos métodos de análise dos economistas clássicos que concediam uma harmonia ao sistema econômico. Não é sem motivo que seu trabalho mais importante se chama “O capital: crítica da economia política”, com publicação do primeiro volume em 1867. Uma das críticas trata do pouco cuidado com os aspectos históricos da formação dos modos de produção pelos quais passou a Europa. Nesse sentido, segundo Marx, os economistas clássicos não conseguiram perceber que a produção é uma atividade social e sob o capitalismo ela assumia características únicas. E por não vislumbrarem isso, acabavam por gerar, principalmente, duas análises distorcidas: “[...] a primeira era a crença de que o capital era um elemento universal em todos os modos de produção, e a segunda era que toda atividade econômica podia ser reduzida a uma série de trocas” (HUNT, 2005, p. 194).

Segundo Marx, “o modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, político e intelectual em geral” (MARX, 2008, p. 47). Assim, de acordo com Netto (2002), Marx descobriu que a compreensão da sociedade capitalista está hipotecada ao entendimento das condições em que ela garante sua reprodução material; ou ainda, só se poderá compreender a vida social se a análise iniciar por determinar como as condições materiais são criadas pela sociedade e como esta distribui a riqueza. Esse método, mais tarde, foi denominado “materialismo histórico”.

Assim, Marx ao estudar a estrutura econômica da sociedade sob o capitalismo, notou que a sua contradição principal era entre o caráter social da produção e o caráter privado da propriedade, que denota a existência de duas classes: o proletariado e a burguesia (GADOTTI, 1990), ou de duas categorias: a força de trabalho e o capital.

Karl Marx observou que a força de trabalho é uma mercadoria especial, pois somente ela é capaz de produzir, por meio de sua exploração pelo capital, outras mercadorias. Mais: é a única mercadoria capaz de transformar dinheiro em capital por meio do processo produtivo. Isso requer necessariamente que ela tenha uma dupla liberdade: a positiva, em que o trabalhador é livre para vendê-la a quem lhe

convier e pelo tempo que desejar; e a negativa, explicada pela necessidade de vendê-la para o capitalista diante da inexistência de meios de produção (terra, principalmente) para a sua sobrevivência, que historicamente foram se concentrando nas mãos de poucos grupos.

Então, os deslocamentos das pessoas ou a mobilidade da força de trabalho seguem uma lógica do modo de produção capitalista. A análise marxista baseia-se nas estruturas desse sistema para fazer sua crítica. Na aparência, poder-se-ia pensar que as pessoas se deslocam para ter maiores oportunidades de trabalho e assim melhorar suas condições de vida – o que não deixa de ser correto. Mas na essência, trata-se de uma sujeição do trabalhador, que não encontra alternativas para vender a sua força de trabalho, a não ser nas localidades onde os capitalistas a querem comprar. A força de trabalho é uma mercadoria, mas o seu dono, o trabalhador, não encontra tanta liberdade de vendê-la no “espaço” que gostaria, por exemplo. Portanto, o exame marxista, nesse viés, repousa sobre a “[...] capacidade que o capital tem de mover os trabalhadores com o objetivo de constituir o mercado de trabalho assalariado ou de abastecê-lo onde é necessário. [...] O capital controla e produz os fluxos migratórios” (GOMES, 2009, p. 41). Nesse aspecto, o capital controla a demanda e também a oferta de trabalho.

Além disso, como consta no capítulo XXIII do livro I, de O Capital, o capital precisa de um contingente de desempregados que pressionem os salários dos que estão trabalhando, para assim, mediante o processo de exploração da força de trabalho, aumentar a mais-valia e, conseqüentemente, os ganhos capitalistas. A esse contingente Marx denominou “exército industrial de reserva” ou “superpopulação relativa”. Assim, a migração da força de trabalho torna-se uma exigência do modo de produção capitalista para atender aos anseios de acumulação.

Diante dessa relação contraditória e antagônica entre capital e força de trabalho, que papel assume o Estado na teoria marxiana? Como “[...] a base econômica da sociedade, ou do modo de produção, exercia a influência mais poderosa sobre o conjunto determinando das demais instituições sociais, assim como as diversas modalidades de pensamento [...]” (HUNT; SHERMAN, 1978, p. 92), o Estado existe para garantir, por exemplo, a propriedade privada, a ordem por meio da força, a

ampliação dos mercados e a reprodução do capital. Portanto, o Estado é classista e no capitalismo atende às pretensões da classe representante do capital. Em outras palavras, o Estado em Marx é o Estado capitalista.

Friedrich Engels esclarece a linha de pensamento desenvolvida com Marx a respeito do Estado:

A sociedade, que se movera até então entre antagonismos de classe, precisou do Estado, ou seja, de uma organização da classe exploradora correspondente para manter as condições externas de produção e, portanto, particularmente, para manter pela força a classe explorada nas condições de opressão (a escravidão, a servidão ou a vassalagem e o trabalho assalariado), determinadas pelo modo de produção existente. O Estado era o representante oficial de toda a sociedade, a sua síntese num corpo social visível; mas era-o só como Estado que, na sua época, representava toda a sociedade: na antiguidade era o Estado dos cidadãos escravagistas, na Idade Média o da nobreza feudal; nos nossos tempos, da burguesia (ENGELS, 1988, p. 72).

O que os estudiosos que utilizam o referencial marxista pretendem refutar são as análises que verificam a mobilidade dos trabalhadores pela racionalidade econômica, sem considerar que esse fenômeno está diretamente ligado ao processo histórico de transformação da força de trabalho em mercadoria. Um dos primeiros a usar o ferramental teórico desenvolvido por Karl Marx e Friedrich Engels para explicar a mobilidade do trabalhador, ou do trabalho, foi Jean-Paul de Gaudemar (1977). Tomando a categoria força de trabalho em Marx e as suas qualidades dentro do processo de acumulação, o autor desenvolve sua linha de pensamento, que desemboca no “conceito marxista de mobilidade do trabalho”, considerado a “trave mestra de toda a estratégia de desenvolvimento capitalista” (GAUDEMAR, 1977, p. 51). Ademais, não há acumulação sem mobilidade do trabalho.

Conforme já ensaiado, Gaudemar concorda que mobilidade geográfica²⁷ é uma qualidade da força de trabalho. Contudo, tal característica se reveste de uma liberdade condicionada, direcionada pelo capital para as áreas onde necessita. É móvel para vender, mas nos lugares estabelecidos para essa compra. É nesse sentido que o autor fala em “mobilidade forçada” e não na decisão consciente e racional de cada trabalhador individual, como propõem os clássicos e neoclássicos.

²⁷ Gaudemar considera como mobilidade os movimentos dos trabalhadores entre setores de atividade, entre os diversos ramos profissionais e entre regiões geográficas. Este último tipo de mobilidade aqui nos interessa.

Desse modo, o capital, além de determinar a demanda, tem como estratégia controlar a oferta por trabalho. Controlar em sentido amplo: a) a produção da mobilidade da força de trabalho ao criar contingências para que as pessoas não tenham como produzir suas condições materiais de existência, a não ser pela venda da própria força de trabalho; b) a utilização dessa força de trabalho, desprovida de meios de produção, conforme as exigências; e c) a circulação da força de trabalho, ao forçar deslocamentos para regiões onde necessita, mesmo que por certo tempo os trabalhadores fiquem desempregados e nas palavras de Marx, engrossem as fileiras da superpopulação relativa.

Assim, a mobilidade da força de trabalho é “[...] a qualidade que permite o uso capitalista dos corpos dos trabalhadores, nas localizações, condições de intensidade e ritmos de produção requeridos para a máxima produção de valor” (PÓVOA-NETO, 1997, p. 19). Como aponta Salim (1992, p. 127), essa característica adquirida pela força de trabalho, endógena ao desenvolvimento e submetida aos ciclos do capital, “[...] faculta não apenas o seu movimento, mas também a localização e realocação espacial do capital [...]”.

Nesse sentido, Salim (1992) interpreta a lei de população proposta por Marx:

No modo de produção capitalista, há um atrelamento inexorável da dinâmica demográfica às próprias condições do processo de acumulação, que por sua vez produz excedente populacional relativo, exército de reserva, independentemente da ‘barreira natural’ da taxa de crescimento vegetativo da população, que passa a ter um papel secundário. Será, isto sim, dependente basicamente de fatores econômicos conjunturais ou estruturais, que incidem, respectivamente, sobre as variações na composição orgânica e na acumulação do capital (SALIM, 1992, p.136-137).

Outro ponto é a questão do papel do Estado nesse processo de mobilidade da força de trabalho. Como na visão marxiana o Estado é o “Estado capitalista”, obviamente, suas ações ou omissões serão baseadas para conformar essa mobilidade, mesmo que em certas ocasiões, aparentemente, ele use de políticas de antimobilidade. Gaudemar (1977) não tratou o tema de forma direta, mas David Harvey (2005) desenvolve com muita propriedade o pensamento marxiano sobre o papel do Estado na relação capital-trabalho:

[...] Se a margem de lucro precisa ser equalizada, então tanto o capital quanto o trabalho devem ter grande mobilidade; o que significa que o Estado deve se empenhar, quando necessário, em remover barreiras em favor da mobilidade. Em geral, o Estado e, em particular, o sistema legal possuem um papel crucial a desempenhar na sustentação e na garantia da estabilidade desses relacionamentos básicos (HARVEY, 2005, p. 82).

Para a compreensão do papel do Estado, a teoria marxista desenvolve sua linha de entendimento em relação à aparência e à essência. Numa visão superficial e aparente, o Estado, ou mais especificamente, o sistema estatal como um conjunto de várias instituições específicas, justifica sua existência pela missão do bem comum. Esse fato é ainda perceptível quando atua concretamente alterando o “espaço”, como a pavimentação de estradas, construção de hospitais e escolas. Ao se voltar para a essência, segundo Harvey (2005, p. 74-92), o Estado assume a sustentação e a reprodução do modo de produção capitalista ante o aparato legal, regulando a força de trabalho, eliminando as barreiras para a mobilidade do capital e do trabalho, garantindo o direito de propriedade e estabilizando o sistema monetário e as crises, de modo a reverter quedas nas taxas de lucro. Além disso, regula a competição capitalista e arbitra seus conflitos. Com o “crescimento e amadurecimento” do modo de produção provavelmente algumas funções mudaram ou se adequaram; “no entanto, a noção de que o capitalismo alguma vez funcionou sem o envolvimento estreito e firme do Estado é um mito que merece ser corrigido” (HARVEY, 2005, p. 90).

4.3. A INTERVENÇÃO DO ESTADO NA ECONOMIA E NO DESENVOLVIMENTO REGIONAL INFLUENCIADA POR KEYNES

John Maynard Keynes (1883-1946) não lidou diretamente com o problema da migração, mas lançou bases imprescindíveis que influenciaram estudos e proposições para corrigir os desequilíbrios econômicos e regionais. No Brasil e na América Latina, as ideias de Keynes de intervenção na economia, por meio de

políticas estatais, foram primordiais para os estudos dos fluxos migratórios decorrentes do desenvolvimento desigual entre regiões.

Keynes não só presenciou três dos maiores fatos históricos do século XX, como também se manteve atuante tanto como agente público do governo britânico ou como teórico. Pela ordem, os eventos foram a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), a Grande Depressão iniciada em 1929 e estendida por toda década de 30 e Segunda Guerra Mundial (1939-1945). A necessidade de proposição de caminhos para resolver problemas decorrentes desses três eventos deu a Keynes um caráter de praticidade em suas análises. Isso foi fundamental para o abandono de parte da teoria neoclássica, que já não dava conta de explicar os novos desafios que, daí em diante, foram se acentuando.

A participação na Primeira Guerra, como membro da delegação britânica na conferência de paz, da qual iriam derivar o Tratado de Versalhes e a grande repercussão de seu livro “As Consequências Econômicas da Paz”, publicado em 1919 e traduzido para vários idiomas, concedeu a Keynes o prestígio entre os economistas e na classe política de seu tempo. Nessa obra, teceu críticas ao tratado no âmbito de sua incapacidade de restabelecer a paz e a prosperidade na Europa (SZMRECSÁNYI, 1984).

A Crise de 1929, que se prolongou desde os anos 1930 até a eclosão da Segunda Guerra Mundial, chamada de Grande Depressão, pôs em cheque a continuidade e a credibilidade do modo de produção capitalista, como sistema econômico capaz de garantir a estabilidade social (HUNT, SHERMAN, 1978). Alguns economistas começaram a estudar os fenômenos que punham em risco o sistema. Nesse contexto, destacam-se as ideias de Keynes, que, por ser mais conhecido, se tornaram a base do que mais tarde seria chamada de “revolução keynesiana”.

Mesmo diante da realidade de desequilíbrio continuado do sistema econômico e do desemprego, a maioria dos economistas do seu tempo somente tinha para oferecer os pressupostos teóricos da doutrina neoclássica dominante ensinada nas universidades e seguida como cartilha pelos governos: a flexibilidade de preços e dos salários que se encarregariam de conduzir os mercados ao equilíbrio (SZMRECSÁNYI, 1984). Essa automaticidade dos mercados seria alvo principal das

críticas de Keynes e o ponto de partida para as novas proposições para enfrentar as crises no capitalismo.

Em 1936, Keynes publicou seu principal livro, intitulado “A teoria geral do emprego, do juro e da moeda”. Nele procura entender por que a crise iniciada em 1929 ganhou dimensões tão profundas e prolongadas, além de propor medidas para preservar e tentar reequilibrar o sistema num patamar de produção e emprego mais elevado.

Para Keynes, o pleno emprego dos fatores de produção “[...] constituía apenas uma das possíveis situações de equilíbrio, e, obviamente, não era a mais comum. Na prática, a situação de equilíbrio pode ser alcançada em qualquer nível de emprego abaixo do ótimo” (SZMRECSÁNYI, 1984, p.17-18). Por isso, Keynes considerava que sua teoria era geral, ou seja, para situações abaixo do pleno emprego e com estabilidade do sistema econômico; e a teoria neoclássica, um caso particular e raro de verificar (MOGGRIDGE, 1981).

Primeiramente, Keynes mostrou que os motivos que levam à recessão têm origem nas expectativas dos capitalistas e na redução da demanda agregada. Uma variação negativa nas expectativas dos investidores em relação ao mercado de bens e serviços acarretaria a redução dos investimentos e, no período seguinte, a queda da demanda global, principalmente pelo desemprego ou pela não abertura de novos postos de trabalho. Isso desestimularia os novos investimentos, realimentando o ciclo recessivo. Nesse sentido, não havia como Keynes defender a famosa lei dos mercados autoajustáveis ou a Lei de Say-Mill (toda oferta gera a própria demanda), que servia como um mantra sagrado para boa parte dos economistas neoclássicos (SZMRECSÁNYI, 1984).

Com esse olhar, Keynes percebeu que parte da demanda por moeda era influenciada pelas expectativas dos agentes econômicos em relação à taxa de juros futura. E isso poderia causar um aumento nas taxas de juros se, no presente, existisse forte procura por moeda desacompanhada de aumentos na sua oferta. Nessa situação, com juros elevados, os agentes direcionariam seus recursos para alguma forma de poupança e as empresas seriam desestimuladas a tomar empréstimos para investimentos; o que ocasionaria um desequilíbrio no sistema

econômico com a demanda agregada menor que a oferta agregada. E num período seguinte, se nenhuma medida fosse tomada, as empresas teriam menos estímulo ainda para aumentar ou renovar seus bens de capital. Além disso, com a redução da demanda agregada, elas contingenciarão sua produção e pessoas ficariam desempregadas, o que diminuiria ainda mais a renda. Isso aprofundaria a espiral recessiva (HUNT, 2005).

Numa situação de desequilíbrio inicial do sistema econômico, o Estado deveria somente intervir na política monetária mediante o controle da oferta de moeda, de modo a garantir uma taxa de juros de equilíbrio. Todavia, nas crises, que era o seu principal interesse de estudo, essa intervenção era insuficiente. “O desemprego e a depressão têm por causa principal a escassez de novos investimentos; mas, numa situação de crise, os investimentos não tendem a aumentar, devido à insuficiência da demanda agregada de bens e serviços” (SZMRECSÁNYI, 1984, p.18). Era preciso pôr em prática uma política fiscal arrojada que elevasse os gastos do governo, a fim de aumentar e estimular a demanda agregada.

Keynes sabia que não poderia ser qualquer tipo de gasto. Deveria ser aquele que possuísse um efeito multiplicador sobre a renda e o emprego igual a uma expansão no investimento privado. O exemplo tradicional é o gasto em obras públicas, sem aumentos em impostos; ou uma redução de impostos sem redução proporcional em obras (SZMRECSÁNYI, 1984). Nesse caso, o déficit público, longe de ser um descontrole sem justificativa, como propunham os neoclássicos, poderia trazer benefícios para a atividade econômica.

Nas crises em que a poupança é maior que o investimento, o Estado deveria tomar emprestado esse excesso e injetar recursos na economia, desde que não afetasse a realização de investimentos privados no futuro. A ruptura com a teoria neoclássica estava lançada: ante uma crise, a intervenção do Estado, mediante os gastos, era fundamental para estimular a demanda agregada e fazer a economia voltar ao estado de equilíbrio. Por tabela, o Estado também seria o indutor do crescimento dos investimentos privados.

A preocupação de Keynes não estava apenas em constatar equívocos teóricos, mas também em propor soluções práticas que servissem de suporte para as decisões

políticas. Segundo Moggridge (1981) suas ideias influenciaram uma gama de outros economistas, inclusive na postura não muito desejada para a época, qual seja: a de se envolverem politicamente nos problemas econômicos, propondo soluções e participando diretamente dos governos.

Apesar de não ignorar o fato de que os governos estavam nas mãos dos capitalistas, o que poderia dificultar a operacionalização de medidas contracíclicas no grau e intensidade desejados, Keynes

[...] mostrou que a manipulação dos mecanismos macroeconômicos, para obter resultados cada vez melhores para o país, só pode ser feita pelo Estado: com efeito, só o Estado tem, na sociedade humana, o interesse e o poder de atuar sobre o todo da economia do país. Ora, isso impõe que o Estado assuma uma função econômica substancial em face da sociedade (GALVES, 2004, p. 6).

O advento da Segunda Guerra Mundial forçou os governos das grandes potências a aumentar seus gastos de guerra; o nível de emprego cresceu rapidamente e, em alguns, já se observava a escassez de trabalhadores, terminando, assim, a crise iniciada no fim dos anos 1920 e, o mais importante, corroborando a teoria intervencionista de Keynes em momentos de desequilíbrio prolongado no sistema econômico (HUNT, SHERMAN, 1978).

Daí em diante, John Maynard Keynes deixou muitos adeptos interessados no estudo de variáveis macroeconômicas com o objetivo de obter subsídios para os problemas no sistema econômico. Mais tarde, essa corrente de pensamento seria denominada keynesianismo. Surgia uma nova escola do pensamento econômico que iria influenciar estudiosos e os planejadores de políticas econômicas em todo o mundo, principalmente após a Segunda Guerra Mundial até a Crise do Petróleo, nos anos 1970.

Desse modo, também com essa inspiração keynesiana, na subseção seguinte verificam-se algumas análises do fenômeno migratório sob o enfoque dos desequilíbrios regionais.

4.3.1. A migração fomentada pelos desequilíbrios regionais

A relevância do estudo regional para a geografia no atual estágio de globalização, apesar da crescente determinação do nível internacional e nacional sobre o regional e local, pode desvendar aspectos relevantes da realidade de difícil percepção e mensuração quando se analisa o global (LENCIONI, 2014). A autora ao defender a importância da análise regional, lembra que para Milton Santos “[...] o processo de globalização é também um processo de fragmentação, significando, assim, além de globalização, regionalização e individualização (LENCIONI, 2014, p. 192)”.

Com o nível atual de globalização das forças produtivas, dos meios de comunicação, de tecnologia, de informação e de dados, tende-se a pensar mais o global em detrimento do regional e local, perante a sua redução de autonomia, especialmente econômica. “Daí a análise regional que, voltada para as particularidades, pode revelar aspectos da realidade que seriam mais difíceis de serem percebidos e analisados se considerados apenas do ponto de vista global” (LENCIONI, 2014, p.192).

Os estudos do desenvolvimento regional e dos desequilíbrios regionais têm uma tradição muito forte no Brasil, especialmente com a criação da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (Cepal) pela Organização das Nações Unidas (ONU), após a Segunda Guerra Mundial. De acordo com Souza (1995, p. 143), “a Cepal liderou a maior corrente de pensamento desenvolvimentista da história das nações”.

As ideias dessa comissão partiam do princípio da existência de um “centro” e uma “periferia”, ou seja, a existência de poucos países centrais que comandavam o desenvolvimento tecnológico e uma grande e heterogênea periferia subdesenvolvida e dependente. Essa percepção foi exposta primeiramente pelo economista argentino Raúl Prebisch no fim dos anos 1940.

Não se pode afirmar que a maior parte dos autores cepalinos era marxista ou keynesiana, pois eles mesclavam fundamentos teóricos de ambas as correntes. Suas análises tinham como pano de fundo a perspectiva histórico-estruturalista, de

cunho marxiana, mas também a orientação para ação estatal, ponto central do pensamento keynesiano. Para os pensadores da Cepal²⁸, pelo menos até os anos 1990, o desenvolvimento da América Latina e Caribe, em grande parte, deveria ser fomentado pelo Estado “[...] através de melhor distribuição de renda e de profundas reformas, agrária, patrimonial, financeira, tributária, educacional e tecnológica” (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 43). Nota-se também uma recorrente crítica ao arcabouço institucional estatal, que era incapaz de corrigir as distorções regionais provocadas pelo modelo de desenvolvimento.

[...] Desde os primórdios da Cepal os trabalhos eram fortemente *policy-oriented*. A ação estatal em apoio ao processo de desenvolvimento aparece no pensamento cepalino como corolário natural do diagnóstico de problemas estruturais de produção, emprego e distribuição de renda nas condições específicas da periferia subdesenvolvida (BIELSCHOWSKY, 2000, p.35).

Autores, como Sposito (2014a e 2014b), Carlos (2015a e 2015b), Corrêa (2014) e Sampaio (2015), compartilham do pensamento de que o Estado não é neutro, ao planejar suas políticas e seus investimentos. O Estado (União, estados e municípios) é um dos principais agentes capazes de interferir no espaço. Em grande medida, parte dos recursos e de suas políticas busca imprimir maior dinamismo econômico.

Sua ação, interpelada pela lógica empresarial capitalista de localização de empreendimentos, concentra os investimentos em uma região e, dentro dela, alguns municípios são beneficiados. Isso tem provocado rebatimentos na atração de empresas e, conseqüentemente, no deslocamento de pessoas para áreas urbanas e impactos na área rural.

Na visão de Singer (1987), o Estado, em países de industrialização tardia como o Brasil, foi e tem sido o grande assegurador da lucratividade dos empreendimentos, com subsídios creditícios, incentivos fiscais, manipulação de preços, manipulação do câmbio, cotas de mercado e de importação, entre outras coisas. Os arranjos institucionais alteram os preços relativos de determinadas empresas de alguns segmentos, tornando-as mais lucrativas; além de influenciar na instalação e realocação de empresas.

²⁸ Não é o objetivo aqui entrar nas diferentes correntes de pensamento dentro da própria Cepal, a exemplo da estruturalista, dependentista e neoestruturalista. Para uma visão geral a esse respeito, pode-se consultar BIELSCHOWSKY (2000).

De uma forma geral, o programa de ‘desenvolvimento regional’ nos países capitalistas tem dado ênfase ao desenvolvimento de infraestrutura de serviços nas áreas estagnadas – transporte, energia, comunicações etc. – e o oferecimento de incentivos econômicos, geralmente de caráter fiscal ou creditício, às empresas que se fixam em tais áreas. Desse modo, o quadro institucional é mais uma vez alterado na tentativa de se eliminar um desequilíbrio criado pelo próprio processo de industrialização institucionalmente condicionado (SINGER, 1987, p. 40).

O problema é que, segundo o autor, as tais políticas de desenvolvimento regional concentram-se em poucas cidades, dentro de determinada região que o Estado almeja fomentar. De fato, as empresas tendem a eleger, dentro da região, municípios com melhor infraestrutura urbana, exceto quando buscam proximidade com matérias-primas e insumos ou quando são atraídas por municípios menores, mediante a oferta de vantagens, como doações de terrenos.

Na América Latina, após a Segunda Guerra até os anos 1980, o Estado foi o grande promotor de intervenções políticas em determinadas regiões, com o propósito de

[...] desconcentrar la población y las actividades económicas; diversificar el sistema urbano, retener población en zonas predefinidas (por ejemplo, en el campo); promover el desarrollo y por esa vía el atractivo de zonas seleccionadas; ocupar espacios vacíos, etc. Para ello se usó una amplia gama de iniciativas, con propósitos explícitos de redistribución espacial de la población (aunque no en todos los casos este fuera el objetivo principal): programas de colonización, medidas de desconcentración político-administrativa (incluyendo cambios de capitales y de localización del aparato público), reformas agrarias, programas de desarrollo regional, rural y urbano basados en enfoques como el de los “polos de desarrollo”, creación de institucionalidad para la promoción de regiones prioritarias (normalmente pobres y expulsoras de población), ofrecimiento de incentivos y beneficios [...] (VIGNOLI, 2011, p.59)²⁹.

Os programas regionais continuam a existir, em que pese ao abandono de algumas políticas a menor capacidade financeira dos Estados e/ou menor destinação de recursos orçamentários.

²⁹ [...] desconcentrar a população e as atividades econômicas; diversificar o sistema urbano, reter a população em áreas predefinidas (por exemplo, no campo); promover o desenvolvimento e, com isso, a atratividade de áreas selecionadas; ocupar espaços vazios etc. Para isso, utilizou-se uma ampla gama de iniciativas, com propósitos explícitos de redistribuição espacial da população (embora nem sempre esse fosse o objetivo principal): programas de colonização, medidas de desconcentração político-administrativa (incluindo mudanças de capitais e de localização do aparato público), reformas agrárias, programas de desenvolvimento regional, rural e urbano baseados em abordagens como a dos “polos de desenvolvimento”, criação de instituições para a promoção de regiões prioritárias (geralmente pobres e expulsoras de população), oferecendo incentivos e benefícios [...] (VIGNOLI, 2011, p.59, tradução nossa).

Os desequilíbrios regionais históricos e as tentativas estatais de fomentar regiões com baixo dinamismo econômico influenciam no deslocamento de pessoas. Procura-se aqui destacar alguns autores que examinaram as migrações, tendo por pano de fundo os fatores econômicos expulsos nos locais de origem e/ou os fatores econômicos atratores nas localidades de destino. Logicamente fatores econômicos que deram o primeiro impulso para propiciar o ato migratório podem desencadear, no futuro, outros fatores motivadores mediante os laços sociais existentes e criados entre ambas as regiões. Nesse sentido, a teoria das redes migratórias tem grande relevância e será destacada na próxima seção.

Ravenstein (1885), ao analisar os dados censitários de 1881 no Reino Unido, percebeu que a migração urbana era, na maior parte, em decorrência do aumento da demanda de trabalho nos centros industriais, que era suprida pela oferta advinda dos condados rurais. Lee (1966) revela que, em 1889, Ravenstein, entre outras coisas, formula uma das sete “leis da migração”: o predomínio do motivo econômico do ato migratório, quando analisou dados de mais de 20 países. O autor percebeu que muitas situações produziam correntes migratórias, “[...] but none of these currents can compare in volume with that which arises from the desire inherent in most men to ‘better’ themselves in material respects”³⁰ (RAVENSTEIN, 1889, p. 286).

O próprio Lee (1966), ao descrever os cinco motivos pelos quais os fluxos migratórios podem variar, inclui entre eles os decorrentes das flutuações econômicas, que tendem a alterar os fatores positivos e negativos de determinadas regiões por meio da expansão econômica somente em certos locais.

Todaro (1980) discute o comportamento da migração rural-urbana. As pessoas migram, nessa direção, em razão do diferencial de renda real, mesmo sabendo da alta probabilidade de encontrar uma ocupação com baixo ganho ou ficar desempregado por um período de tempo.

Singer (1987) trata as diferenças econômicas regionais, impulsionadas pelo processo de industrialização, como o motor das migrações internas. No contexto da

³⁰ “[...] mas nenhuma dessas correntes pode ser comparada em volume com aquela que surge do desejo inerente à maioria dos homens ‘melhorar’ suas condições materiais” (RAVENSTEIN, 1889, p. 286, tradução nossa).

aglomeração espacial das atividades, as migrações internas e boa parte das internacionais “[...] não parecem ser mais que um mero mecanismo de redistribuição espacial da população que se adapta, em última análise, ao rearranjo espacial das atividades econômicas” (SINGER, 1987, p. 33). São as diferentes modalidades de industrialização que condicionam os diferentes fluxos migratórios.

No entanto, a análise da industrialização não se pode apartar dos condicionantes históricos que configuraram o modelo de produção e localização industrial. Ao defender a determinação histórica das migrações internas, o autor formula “[...] a hipótese da existência de tipos historicamente definidos de migrações, condicionadas pela industrialização” (SINGER, 1987, p. 31).

Singer (1987) ainda destaca dois fatores determinantes do ato migratório relacionados aos desequilíbrios regionais: o de atração e o de expulsão. Este é estabelecido em razão da introdução das relações capitalistas nas áreas rurais (fatores de mudança) e dos decorrentes da pressão populacional sobre determinadas áreas cultiváveis (fatores de estagnação). Entre os fatores de atração que orientam o fluxo migratório, o mais importante é a demanda por trabalho, impulsionada pela indústria, comércio, serviços e administração pública (SINGER, 1987).

Nesse contexto, são os fatores estruturais que determinam o fluxo migratório. Portanto, as decisões individuais enquadram-se dentro de uma análise da estrutura institucional capitalista, que por sua vez é condicionada pelo processo histórico. Assim, “o mais provável é que a migração seja um processo social, cuja unidade atuante não é o indivíduo mas o grupo” (SINGER, 1987, p. 51).

Assim também, Oliveira e Stern (1980), ao considerarem a migração interna, urbanização e industrialização pelo enfoque histórico-estruturalista, julgam o desenvolvimento da temática como um processo social inter-relacionado com a estrutura de classe e dominação, a qual tem rebatimentos nas decisões de políticas econômicas. Estas “[...] condicionam os fluxos migratórios, suas causas, direção, volume e seletividade [...]” (OLIVEIRA; STERN, 1980, p. 262).

Os autores não deixam dúvidas sobre a importância do estudo regional para melhor compreensão do fenômeno migratório:

as causas da migração devem ser baseadas não somente na análise dos locais de origem e/ou de destino mas, também, na dos fluxos migratórios dentro do contexto regional em que ocorrem. A análise dos processos de desenvolvimento intra e inter-regional, em termos de suas estruturas econômicas, políticas, sociais e demográficas, podem levar ao entendimento mais adequado dos processos migratórios (OLIVEIRA; STERN, 1980, p. 261).

As situações capazes de motivar as pessoas a abandonar o arraigamento da sua terra natal e do seu convívio familiar podem ser diversas. Os chamados fatores expulsores mais perceptíveis são os de ordem econômica. De acordo com Sorre (1984, p. 130), “quando o equilíbrio entre os recursos de uma comunidade e suas necessidades é rompido, ou quando ameaça romper-se, essa comunidade pode ser abandonada por uma parcela, algumas vezes pela maioria de seus membros [...]”.

De acordo com Vignoli (2011), na América Latina, até os anos 1980, a migração rural-urbana ocorria principalmente por certas regiões sofrerem com o estado inercial de pobreza estrutural no campo, incapaz de gerar trabalho e reduzir as disparidades de renda. Nesse sentido, verificam-se os três mais importantes “fatores de expulsão estrutural”: a concentração da propriedade, o atraso produtivo da agricultura familiar e o atraso das áreas rurais no que diz respeito à tecnologia, infraestrutura e instituições modernas. No fim do século XX, o autor destaca novos fatores de expulsão do campo em decorrência das transformações econômicas, que de forma expansiva e mecanizada, expandiram consideravelmente o plantio das grandes *commodities*, direcionadas especialmente ao mercado internacional.

Contra la idea e intención originales de modernizar para elevar productividad y bienestar, y por esa vía retener población en el campo, esta modernización tendió a ser expulsora por la mecanización de las actividades y la generación de expectativas de vida que finalmente solo podían materializarse en ciudades (VIGNOLI, 2011, p.51)³¹.

A migração cidade-cidade, que atualmente é a mais numerosa, possui maior grau de complexidade em relação aos seus determinantes. Vignoli (2011) destaca quatro tipos de migração entre cidades: o trabalho clássico, por oportunidades de ocupação no mercado de trabalho ou melhor remuneração; o socioeconômico clássico, em busca de melhores serviços básicos em geral; o educacional, influenciado por oportunidades de formação, especialmente de nível superior; e o residencial,

³¹ Ao contrário da ideia e intenção original de modernizar para aumentar a produtividade e o bem-estar e, desse modo, reter população no campo, essa modernização tendia a ser expulsora devido à mecanização das atividades e à geração de expectativa de vida que, em último caso, só poderia materializar-se nas cidades (VIGNOLI, 2011, p.51, tradução nossa).

impulsionado pela expectativa de melhor condição de vida e de moradia do local de destino.

Arango (2003, p.7) concorda que “[...] las disparidades económicas son, sin duda, condición necesaria para la mayor parte de los flujos migratorios, pero en ningún modo condición suficiente para que éstos se produzcan”³². Isso é ainda mais corroborado pelos desafios teóricos em meio a uma realidade em constante transformação e pela maior velocidade em que surgem novos determinantes do ato migratório, sem precedentes na história das sociedades. Arango (2003) revela que, desde o último quarto do século XX, o mundo experimentou uma “nova era na história da mobilidade humana”, marcada pela heterogeneidade de composição dos fluxos migratórios, no que diz respeito, por exemplo, à procedência e às motivações e características individuais dos migrantes.

As análises socioeconômicas da região de origem e de destino por meio dos fatores *push-pull* são importantes para a compreensão do fenômeno. Tais fatores não são os mesmos para todos os atos migratórios entre dois pontos, e também não são os mesmos para quaisquer pares de pontos. Diante da complexidade, a descoberta da influência dos fatores de atração e expulsão sobre a decisão de migrar pode não ser uma tarefa fácil. Mesmo com esse desafio, concorda-se com Santos e outros (2011, p. 10), quando afirmam que “o papel exercido pelo indivíduo dentro da família seria fundamental na tomada de decisão de migrar. A probabilidade de migrar será maior para os indivíduos que sabem que, ao migrar, não deixarão um papel não preenchido na família”.

Segundo Portes (2008), a capacidade de a migração exercer mudanças socioeconômicas nas regiões de envio e de recebimento depende da quantidade, da duração e da composição desses movimentos. Em pequenas quantidades, seus impactos são restritos a núcleos familiares ou uma comunidade, e no destino isso pode ser ainda mais limitado. Em relação à duração, movimentos por curto período provocam mudanças menores quando comparados a migrações de caráter permanente. Estas, porém, na origem, possuem a capacidade de alterar a estrutura

³² “[...] as disparidades econômicas são, sem dúvida, condição necessária para a maioria dos fluxos migratórios, mas de modo algum condição suficiente para que ocorram” (ARANGO, 2003, p.7, tradução nossa).

demográfica e enfraquecer os sistemas produtivos; na sociedade de acolhimento, além de algumas coisas, interferem na cultura e na estrutura social. Por fim, a composição dos fluxos pode ter reflexos significativos. A saída de pessoas com maior capital humano tende a debilitar as atividades econômicas da região de origem; desse modo, tais migrantes terão maiores oportunidades para entrar no mercado de trabalho nas regiões de acolhimento. A migração de pessoas com menor grau de escolaridade traz impactos mais duradouros, especialmente no destino, em razão do tempo para conseguirem colocação no mercado de trabalho e por ser um tipo de empregabilidade mais suscetível às variações e crises econômicas.

4.4. REDES MIGRATÓRIAS

“Gatinho de Cheshire, [...] você poderia me dizer, por favor, qual o caminho para sair daqui?”

“Depende muito de onde você quer chegar”, disse o Gato.

“Não me importa muito onde...” foi dizendo Alice.

“Nesse caso não faz diferença por qual caminho você vá”, disse o Gato.

“...desde que eu chegue a algum lugar”, acrescentou Alice, explicando.

“Oh, esteja certa de que isso ocorrerá”, falou o Gato, “desde que você caminhe o bastante” (CARROLL, 2000, p. 81).

O famoso diálogo entre Alice e o Gato, em *Alice no País das Maravilhas*, tem muito a revelar sobre o processo migratório. Nele, Alice deseja sair, a qualquer custo daquele lugar, que lhe era muito estranho, ou seja, havia nele algo que a desagradava. Pode-se considerar que boa parte do incentivo ao ato migratório deriva da identificação de uma situação de desagrado com o lugar de origem, de residência. É o que se chama de fatores ou determinantes de repulsão. Diferentemente de Alice, o potencial migrante, que ultrapassou a infância, conhece muito bem o lugar onde se encontra e suas dificuldades.

Ao prosseguir a conversa, percebe-se que Alice não sabe seu destino, mas almeja um lugar melhor do que aquele em que estava. Muitos migrantes, ainda hoje, não

encontram outra opção, a não ser deixar sua terra em busca de melhores condições de vida em outra parte. Quando não há muitas escolhas de destinos, qualquer uma se torna uma esperança de vida melhor.

Chegar a algum lugar, como disse Alice, representa para o emigrante sair de uma situação (conhecida) de privação das condições materiais de existência e estabelecer-se noutro em que haja uma possibilidade, uma oportunidade. Chegar a algum lugar sempre será possível, mas a garantia de alcançar os sonhos nem sempre é verificada. A caminhada para conseguir os objetivos pode ser longa e árdua; tão cansativa e tão demorada quanto a viagem que resolveu empreender quando decidiu pelo ato de migrar até chegar à região de acolhimento.

Ao prosseguir com o célebre diálogo notam-se outras questões:

Alice percebeu que era impossível negar isso; então arriscou outra pergunta: “Que tipo de gente vive por aqui?”

“Naquela direção”, disse o Gato, ondulando sua pata direita, “mora um chapeleiro; naquela outra”, agitando a outra pata, “mora uma Lebre de Março. Visite ou um ou outro: ambos são loucos”.

“Mas eu não quero me encontrar com gente louca”, observou Alice (CARROLL, 2000, p. 81-83).

A pequena Alice resolveu então conhecer os moradores daquele lugar. Entretanto, tinha de tomar uma decisão ante as informações que lhe eram passadas pelo Gato: ir para um lado ou para o outro. O Gato, percebe-se, era conhecedor das pessoas daquele mundo, sabia até suas características. Além disso, dominava bem a região e a localização dos habitantes, pelo menos de dois deles.

O dilema enfrentado por Alice na escolha de qual direção tomar também pode ser encontrado em muitos atos migratórios. É uma tomada de decisão cercada de medos, dúvidas, incertezas que pode não encontrar apoio entre os membros do grupo familiar ou de amigos. Eles podem reforçar o temor na mente dos potenciais migrantes ao rotularem negativamente os destinos. O Gato disse que, em qualquer direção, a ser escolhida, Alice iria encontrar loucos. Assim também, os grupos de relacionamento na origem, apesar de não conhecerem tão bem, como o Gato, os lugares de destinos, tendem, em muitos casos, a ressaltar os problemas que serão encarados quando os emigrantes lá chegarem ou lá se estabelecerem.

O desejo de Alice em não querer se encontrar com personagens ou pessoas anormais reflete o anseio por segurança e êxito na empreitada. Sendo assim, cada migrante traz dentro de si essa aspiração de sucesso e conquista dos objetivos. Ninguém se sentiria confortável para tomar a decisão de partir se suas dificuldades iniciais fossem muito duras ou soubesse de antemão que as chances de êxito seriam pequenas. Muitos, assim como Alice, fazem suas escolhas sem conhecer ninguém no lugar de acolhimento. Nesse caso, as dificuldades de instalação e adaptação tendem a ser maiores.

Entre o mundo de Alice e o País das Maravilhas não havia nenhum tipo de contato, nenhuma troca de experiência, ninguém que já tivesse caído na toca do coelho e relatado sua vivência. Eram mundos diferentes e desconectados. Não existia uma única pessoa que tivesse migrado de quem pudesse ouvir as experiências, ou que a acolhesse nesse mundo desconhecido. Faltou na história de nossa ilustre personagem o que autores, como Massey e outros (1993), Arango (2003) e Truzzi (2008), denominaram redes migratórias. Elas são de suma importância no intuito de influenciar as decisões de partir e a direção a ser tomada, além de reduzir as incertezas decorrentes desse ato. Os elos de conexão da rede no destino podem suprir o potencial migrante de informações sobre o local e a ambiência socioeconômica. Ademais, podem ajudar a custear o transporte, hospedar por algum tempo em sua residência, ajudar na colocação no mercado de trabalho, ser um apoio emocional e afetivo.

Nesta seção, serão destacados alguns autores que abordaram as redes migratórias, assim como dificuldades para o desenvolvimento teórico do tema. Além disso, serão apresentados alguns estudos que tentaram aprofundar a compreensão das redes migratórias por meio de pesquisas de campo.

4.4.1. O fenômeno autorreforçador dos fluxos migratórios

Embora alguns fatores, especialmente de ordem econômica, deem gênese ao fenômeno migratório, novas determinantes surgem como causas independentes das

que deram origem ao movimento. Tais fatores tornam o processo migratório mais provável. Um dos apontados por Massey e outros (1993) que podem ser aplicados ao caso brasileiro é a rede migratória. “Migrant networks are sets of interpersonal ties that connect migrants, former migrants, and nonmigrants in origin and destination areas through ties of kinship, friendship, and shared community origin”³³ (MASSEY et al., 1993, p. 448). Tais conexões, de acordo com os autores, reduzem os custos e os riscos do movimento migratório.

Em verdade, há uma imprecisão no uso do termo “risco”, que é empregado quando as várias alternativas são conhecidas e se pode prever de antemão a probabilidade de sua realização. No ato migratório não é sabido, *a priori*, todas as alternativas que serão encontradas no local de destino e as possíveis consequências da decisão, ou seja, se o migrante encontrará aquilo que idealizou e realizará tudo ou parte do que almejava quando deixou o local de origem. Nesse sentido, como fenômeno social, a migração é cercada de “incertezas”.

Nesse sentido, as redes migratórias atuam como minimizadoras das incertezas, haja vista que o migrante já estabelecido proporciona ao recém-migrado, por exemplo, apoio emocional e informacional, estada, ajuda de custo para que se coloque no mercado de trabalho até sua adaptação ao novo local e o alcance de algum rendimento próprio.

Soares (2002) e Soares e Rodrigues (2005) recordam que as redes migratórias não se confundem com redes pessoais e redes sociais. Estas, de caráter mais amplo, abarcam um conjunto de relações por meio das quais pessoas e entidades públicas e privadas são conectadas. Redes pessoais e redes migratórias são tipos de rede sociais. Contudo, as pessoais ficam restritas ao indivíduo e suas relações interpessoais de parentesco e amizade, principalmente, sem nenhum objetivo exclusivo, *a priori*. Diferentemente, as redes migratórias, além de exigirem uma distância espacial, ou seja, um local de origem e um de destino, necessitam de que as relações sejam construídas antes do ato migratório e elas se mantenham com o fim específico de facilitar a tomada de decisão dos potenciais emigrantes.

³³ “Redes migratórias são conjuntos de vínculos interpessoais que conectam migrantes, ex-migrantes e não migrantes nas áreas de origem e de destino por meio de laços de parentesco, amizade e origem comunitária compartilhada” (MASSEY et al., 1993, p. 448, tradução nossa).

Migrar não é um ato de impulso. Com exceções, a decisão de partir envolve dúvidas, medos e esperanças. Apesar de Santos e outros (2010, p. 10) reconhecerem que “a probabilidade de migrar será maior para os indivíduos que sabem que, ao migrar, não deixarão um papel não preenchido na família e na estrutura social”, o movimento já inicia com algum sentimento de perda, por deixar para trás lugares e pessoas que fazem parte da história de vida de cada migrante. Junto a isso, na bagagem, levam-se esperanças, mas também muitas desconfianças, suspeitas e interrogações sobre o local onde vai residir. Migrar para onde não há nenhuma pessoa com vínculo afetivo pode trazer inúmeros problemas emocionais. Quando há uma conexão no destino, especialmente forte, essas dificuldades são amenizadas pela reprodução, mesmo que parcial, dos laços familiares, culturais e afetivos da origem, conforme apontado por Truzzi e Scott (2006), Truzzi (2008) e Castiglioni (2009).

De certa forma, como assinalam D'Ávila Neto e Nazareth (2009), as redes migratórias permitem a sensação de pertencimento a uma família ampliada e “[...] se configuram como local de memória e de reafirmação da identidade (imaginada) de origem” (D'ÁVILA NETO; NAZARETH, 2009, p. 2).

A depender das suas relações sociais na região de origem, o potencial migrante pode ser desestimulado pelas pessoas de seu convívio e, assim, não encontrar apoio para a sua decisão de partir. Migrar, pelo menos num primeiro momento, pode não ser bem visto pelo seu grupo social. Inversamente, o ato migratório pode ser incentivado pela comunidade de origem, a exemplo do que Fazito (2010) recorda no tocante à ideia de “ritual de passagem”. “Isto é, em contextos específicos, onde as migrações se tornam estratégicas sociais integradas e multiplicadoras na comunidade local (ou mesmo nacional), desenvolve-se aquilo que se tem chamado de ‘cultura migratória’” (Fazito, 2010, p. 93).

Quando as redes sociais de um potencial migrante são fortes em seu local de residência, duas situações opostas são verificadas: a) os laços estreitos com familiares e amigos podem facilitar a migração mediante o apoio financeiro necessário para a viagem e estada no destino; b) os mesmos laços podem reduzir a probabilidade de intenção de migrar, em virtude do maior arraigamento e da

dificuldade de enfrentamento das questões psicológicas relacionadas ao distanciamento do seu grupo social (MANCHIN; ORAZBAYEV, 2018).

Em muitas situações, os imigrantes trabalhadores advindos de determinadas regiões não são bem vistos e quistos nos locais de destino. Uma forma particular de discriminação foi constatada nos estudos de Sayad (1998) sobre a situação dos argelinos na França. O autor notou que a sociedade de imigração via os migrantes argelinos como provisórios e lhes negava uma permanência reconhecida. Uma presença na França tolerada pela percepção de que sua estada era provisória. E tal estada estava condicionada a um trabalho provisório. Dessa condição surgem a “habitação para imigrantes” e uma moradia excepcional, temporária para um imigrante provisório, fruto da representação, da percepção desses migrantes.

Segundo Domenach (2011), essas atitudes discriminatórias tendem a ser amenizadas com o processo de criação de laços, inclusive familiares, entre os migrantes e a população já estabelecida. Isso ainda tenderia a promover os fluxos migratórios entre ambos os pontos, facilitando assim a adaptação de novos imigrantes nesses locais.

Já nos anos 1970, Juan Elizaga, Paul Singer, Pamela Brigg e Michael Greenwood apontavam a importância das conexões entre as regiões de saída e destino dos migrantes; e a influência que elas exerciam sobre os potenciais migrantes e como esses relacionamentos eram primordiais para o fortalecimento do fluxo migratório entre regiões.

Segundo Elizaga (1980), a migração interna é encarada por boa parte da teoria econômica como mecanismo de ajuste aos desequilíbrios entre regiões. O fluxo ocorre de regiões que recebem conotações negativas – rurais e/ou deprimidas – para regiões com certo grau de positivismo: urbanizadas, industrializadas e em desenvolvimento. Não obstante, o autor observa que as redes migratórias podem gerar fluxo de pessoas que não guarda relação automática com fatores de atração e sem correspondência com o equilíbrio, especialmente com o do mercado de trabalho. Nas palavras do autor, “[...] as relações de parentescos e amizade dos migrantes potenciais criam uma rede de vinculações que promove o fluxo migratório,

muitas vezes independente das oportunidades reais oferecidas pelo lugar de destino” (ELIZAGA, 1980, p. 562).

Para Singer (1987), a migração é um fenômeno de classe, ou seja, são certas classes sociais que são impulsionadas a migrar. Por isso, “[...] laços de solidariedade familiar, de origem comum etc., que refletem situações de classe social, desempenham um papel de suma importância na integração do migrante à economia e à sociedade do lugar de destino” (SINGER, 1987, p. 55). O autor destaca que esses laços sociais entre os que já migraram e os que desejam migrar são um dos principais fatores de atração para as cidades.

Ao tratar dos custos incorridos pelo migrante, principalmente com transporte, moradia, alimentação, treinamentos, Brigg (1980) recorda que essa rede de relacionamento, formada por parentes e amigos, não somente dispõe de informações sobre o local de destino, mas também colabora para cobrir os referidos custos do processo migratório, além de proporcionar formas de assistência, inclusive emocionais. Nesse sentido, o volume da migração rural-urbana possui relação direta com o número de nós dessa rede nas áreas urbanas.

A propensão a migrar, de acordo com Greenwood (1980), aumenta para as pessoas nas regiões de origem, quando muitas, no passado, já tomaram essa decisão e se estabeleceram no destino. Nesse caso, o fluxo migratório entre ambas as regiões tem relação direta com o fluxo de informações. Além disso, “os parentes e amigos poderão prover os migrantes recentes com alimentação e residência até que estes encontrem emprego, tornando-lhes também mais fácil a transição social” (GREENWOOD, 1980, p. 486).

De acordo com Pacheco e Alves (2013, p. 5), as redes migratórias concedem aos emigrantes certo otimismo na empreitada em franca oposição ao pessimismo embutido nas análises dos determinantes *pull-push*, “[...] as quais tendem a evidenciar a fragilidade econômica expulsiva e desagregadora de conjunturas nacionais para explicar as partidas, remetendo-as para quadros de patologia social”.

Assim também, Abad (2001) e Urios (2010) consideram que, na teoria de redes, os migrantes, com os grupos de relacionamento, não são encarados como sujeitos passivos a serem direcionados pela dinâmica capitalista, e sim como formuladores

de estratégias para amenizar e superar as dificuldades e a elas se adaptarem, em diferentes contextos socioeconômicos.

Nas redes,

[...] a emigração deixa de ser vista apenas como uma variável dependente de outras variáveis independentes, como a situação econômica ou os mecanismos de atração/repulsão [...], para se perspectivar de forma mais complexa, configurando-se como sendo ela própria também um fator determinante na medida em que alimenta uma ação sistêmica de retroação, impelindo outros à emigração (PACHECO; ALVES, 2013, p. 4).

Arango (2003), ao estabelecer o efeito multiplicador das redes migratórias, lembra que, quanto maiores as dificuldades a serem enfrentadas no deslocamento da região de origem para a de destino, maior será a importância da rede, por reduzir um montante mais elevado de custos e minimizar as inúmeras incertezas, as quais, se não tivessem esse apoio, seriam um importante desestimulador do ato migratório.

Em muitos casos, as motivações feitas pelos emigrados estabelecidos em zonas urbanas aos elos de conexão, em zonas rurais, podem, especialmente por aqueles que já obtiveram certo sucesso econômico e estabilidade financeira, repassar a visão do campo como um lugar sem perspectiva, inferior, que desperdiça potenciais e não oportuniza o crescimento pessoal e material. Tais oportunidades são relacionadas ao meio urbano. De fato, apesar de poder transparecer um discurso discriminador, são constatações das experiências de vida do emigrado enquanto residia na origem e a sua atual condição na região de destino.

A cidade tornou-se, com o tempo, símbolo do alcance de melhores condições de vida. Mesmo que a migração campo-cidade não garanta tal expectativa, a cidade exerce uma “superioridade simbólica”. Nesse sentido, as redes migratórias têm um importante papel, pois a “atração simbólica” pode estender-se pelo intercâmbio de informações sobre o destino, entre os emigrados e os propensos a migrar que estão nas zonas rurais, além da possibilidade de acolhimento, ajuda de custo etc. Tal atração tende a aumentar e os fluxos se retroalimentarem à medida em que as “expectativas simbólicas” em relação à cidade são concretizadas (VIGNOLI, 2011).

Não obstante, o estudo de Cunha (2005), quando analisou o Censo brasileiro de 2000, já indicava um crescimento da migração urbano-rural. O autor destaca que, apesar das dificuldades de delimitação de ambas as categorias, no Brasil são

perceptíveis as “áreas de transição” em torno dos grandes centros urbanos. Tais áreas recebem, cada vez mais migrantes de diferentes estratos sociais e com motivações distintas. Como exemplo de fatores atratores, citam-se o preço menor da moradia e a fuga dos problemas urbanos. Tais pessoas, em grande medida, realizam diariamente um deslocamento pendular para o trabalho no centro urbano, exceto aquelas que buscam essas áreas, quando já estão aposentadas.

Visto da origem, outro fator encorajador é a própria trajetória de sucesso do emigrado. O alcance de bens e rendimentos para além do que possuía na origem lhe concede um *status* perante os membros de sua antiga comunidade e exerce influência na rede como um todo. As redes migratórias, principalmente se esses pioneiros forem bem-sucedidos, conforme aponta Truzzi (2008), além de amenizar tais dificuldades, agem como importante estratégia para reduzir as incertezas quanto ao local de destino.

Truzzi (2008) propõe a existência de graus de confiabilidade ou níveis de importância das informações dentro de uma rede. Quanto mais forte o vínculo pessoal, mais confiáveis são as informações e maior sua determinação na motivação dos elos de conexão na origem.

As informações repassadas pelos que já migraram e se encontram no local de destino são, sem dúvida, um dos motivadores para a tomada de decisão dos potenciais migrantes. As motivações orais realizadas pelo próprio emigrado são de suma importância para que as conexões dessa rede na origem se encorajem a iniciar esse processo social.

As formas de comunicação via *internet* (redes sociais e outras) transformaram a natureza das redes migratórias por meio da intensidade da comunicação e da velocidade e volume dos fluxos de informações. Os usuários na *internet* não são apenas consumidores (a exemplo das comunicações via carta e telefone), mas produtores de conteúdo de mídia, por que se abre um amplo canal de possibilidades de publicação de materiais e distribuição e difusão de informações. Isso sem contar que esse modo de comunicar é mais barato, mais frequente e mais rico em detalhes e sensações. Assim, a “sociedade em rede” criou um “espaço social desterritorializado”, que transmite de forma simultânea e instantânea o emocional da

voz, a imagem, tornando a comunicação mais íntima e tangível (DEKKER; ENGBERSEN, 2014).

Essa sensação de presença virtual entre pessoas distantes geograficamente, através do sentimento de intimidade e de proximidade concedida pela comunicação via *internet*, tem dupla capacidade, quando vista da origem: tornar a migração mais aceitável para os parentes e amigos, pois se abrem possibilidades de manutenção dos laços, e proporcionar menores barreiras emocionais na hora de o potencial migrante decidir pelo ato migratório. Quando se observam os nós da rede, é inegável que os emigrados possuem novas ferramentas para motivar e influenciar os potenciais migrantes. Apesar das desigualdades consideráveis de acesso à *internet* e dos problemas de disseminação de informações irreais, as várias possibilidades propiciadas pela rede mundial de computadores alteraram a dinâmica interna das redes migratórias e seu alcance (DEKKER; ENGBERSEN, 2014).

Outro ponto diz respeito à relação entre distância e as conexões da rede migratória. Segundo Truzzi (2008), as dificuldades impostas aos potenciais migrantes por elevadas distâncias podem ser menos perceptíveis, quando há fortes conexões da rede migratória. “Locais em outro continente, mas com parentes e empregos, podem ser emocional e materialmente próximos, enquanto espaços sociais vizinhos, mas sobre os quais não se tem muitas referências, podem parecer muito distantes” (TRUZZI, 2008, p. 207).

A abrangência das redes migratórias pode variar muito em razão do número de elos de conexão no destino e seu grau de interação e força afetiva com os elos de conexão de origem. Truzzi (2008) cita que as redes podem limitar-se a círculos familiares, a uma comunidade ou a um conjunto de pessoas. Neste caso, podem impactar uma microrregião inteira.

No que se refere às relações entre os membros da rede, Soares e Rodrigues (2005) discorrem que elas apresentam duas características: conteúdo e forma.

O conteúdo é dado pela natureza dos laços (parentesco, amizade, poder, troca de bens simbólicos ou materiais, afetiva etc.); e a forma da relação compreende dois aspectos básicos: i) a intensidade ou força do laço entre dois atores; e ii) a frequência e o grau de reciprocidade com que esse laço se manifesta (SOARES; RODRIGUES, 2005, p. 65-66).

Entre as motivações que explicam o acolhimento e apoio do emigrado ao novo migrante, citados por Stark e Jakubek (2013), podem-se destacar o altruísmo, a formação de uma comunidade de migrantes, que teria o papel de reduzir o senso de privação relativa, quando compara sua situação com a dos nativos, e a construção de reputação com a comunidade de origem, que poderia beneficiá-lo no caso de retorno.

Não é incomum histórias de pessoas que migraram sozinhas para uma localidade onde, de antemão, não conhecem ninguém. Os relatos são cercados de dificuldades tanto para se estabelecerem quanto para permanecerem no novo ambiente. Com certa frequência, encontram-se casos em que somente um dos membros da família migra, geralmente o homem, e, quando consegue se instalar e juntar meios financeiros, busca viabilizar a vinda dos demais. Para estes, os custos potenciais do processo migratório tornam-se bem menores, pois não precisarão ultrapassar a mesma quantidade de barreiras impostas aos migrantes pioneiros.

Dois exemplos de fluxo migratório para atender à necessidade de braços para a construção civil de grandes projetos retratam bem o exposto. O primeiro trata da construção da nova capital brasileira: Sousa (acesso em 05 ago. 2019) relata que, no canteiro de obras próximo da inauguração de Brasília, em 1960, havia aproximadamente 40 mil “candangos”, em sua maioria nordestinos que migraram sem a família. Para parte deles, “as famílias chegaram depois e foram se acomodando em favelas próximas aos acampamentos e à Cidade Livre” (SOUSA, acesso em 05 ago. 2019, p.6). Assim também, entre 1978 e 1983, a construção da Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST), nos municípios de Vitória e da Serra, no Espírito Santo, requereu, no auge das obras, 25 mil trabalhadores, vindos, principalmente, do interior do Espírito Santo e de outros estados (ZANOTELLI, 2000). Apesar de não possuir estatísticas, sabe-se que parte deles acabou firmando residência nos municípios da Grande Vitória e desenvolvendo uma rede migratória com as localidades de origem. A fixação desses trabalhadores e a atração de outros migrantes foram viabilizadas também pela instalação de outras empresas de médio e pequeno porte ainda nos anos 1970 (algumas citadas por Villaschi Filho, Oliveira e Felipe (2011)), atraídas pela sinergia com os grandes projetos, a exemplo do da CST.

Em relação ao papel das mulheres, Assis (2003) recorda que, por muito tempo, elas foram vistas como acompanhantes passivas dos homens e do arranjo familiar. Essa “maneira estereotipada” de ver as migrantes encobriu a sua enorme função de articuladoras das redes sociais, na origem e no destino. “A presença das mulheres é um fator importante para o estabelecimento dos migrantes nos locais de destino e também na formação e manutenção de redes sociais, em alguns casos diferenciadas daquelas utilizadas pelos homens” (ASSIS, 2003, p. 44). Atualmente o denominado empoderamento feminino, fruto também do maior acesso ao mercado de trabalho e da conscientização e ações que promovem a equidade de gênero, tem alterado a conduta das mulheres na família.

Por outro lado, D’Avila e Nazareth (2009) sugerem uma reflexão de gênero no contexto da migração nordestina. Ao analisar os Censos de 1991 e 2000, observaram que, na Região Nordeste, as mulheres migraram em maior número que os homens. Assim, o discurso estabelecido de que a mulher migra como acompanhante ou, por último, com o fim de reunificação familiar não encontra respaldo como um dos principais motivadores das migrações femininas³⁴. Além disso, as autoras consideram que as mulheres possuem, nas redes migratórias, inserções e papéis diferenciados dos homens, sendo elas as principais articuladoras dos laços entre pessoas da origem e destino.

De fato, ao defender o estudo dos fluxos migratórios na perspectiva de gênero, Pedoni (2010) retrata que os distintos papéis exercidos pelos membros são importantes para entender a conformação das redes migratórias. As relações de poder, econômica ou “simbólica”, capazes de impor vontades de alguns membros sobre outros, no seio da rede, podem interferir na seletividade da migração, ao determinarem quem e quando migra, e, por consequência, a direção, ao fixar certas trajetórias.

Ainda, as redes migratórias permitem que as pessoas migrem mais cedo, quando aquelas são comparadas a uma situação de ausência de rede. Assim, elas

³⁴ As Leis da Migração de Ravenstein já preconizavam que as mulheres migram mais que os homens e são predominantes em curtos trajetos (RAVENSTEIN, 1885; RAVENSTEIN, 1889).

influenciam tanto a direção quanto a magnitude do fluxo ao longo do tempo (STARK; JAKUBEK, 2013).

Além de reduzir custos e incertezas, essa interação social de confiança, cooperação e reciprocidade constituída pelas redes migratórias torna-se um “capital social” (MASSEY et al., 1993; SANTOS et al., 2010;), que o migrante pode valer-se para obter vantagens nas regiões de destino, a exemplo do enquadramento no mercado de trabalho. Capital social pode ser entendido, então, pelos “[...] recursos disponíveis para indivíduos decorrentes da posse de uma relação durável, institucionalizada e reconhecida com outros indivíduos” (CAMPOS, 2015, p. 15-16). A força das relações pessoais vai determinar o grau de coesão (de ligações estáveis às mais frágeis) e favorecer a transferência de capital social na rede (CAMPOS, 2015).

Rodríguez e Losada (2005) reconhecem que a persistência da rede migratória se sustenta em dois pilares: a acumulação de capital humano nos migrantes e de capital social nas redes de migração.

[...] El establecimiento y reforzamiento de las redes ha implicado tradicionalmente que, a medida que la migración evoluciona en el tiempo, las decisiones de emigrar se tomen menos en función de las condiciones sociales y económicas, que favorecieron el inicio del proceso, y más a tenor de la experiencia acumulada del capital humano y del capital social que se ha conformado en torno a las redes de migración (RODRÍGUEZ; LOSADA, 2005, p. 3-4)³⁵.

Mesmo não fazendo parte de uma rede típica, os laços de pertença ou condição comum unem os imigrantes no destino. Esse reconhecimento da mesma condição socioeconômica pode formar novas redes. “[...] A própria experiência migratória por si só é capaz de propor e redefinir novas identidades e reconhecimentos que podem se traduzir em novas redes” (TRUZZI, 2008, p. 211). A título de exemplo, os casamentos entre imigrantes advindos de regiões de origem distintas são capazes de, no futuro, criar conexões mediante a aproximação desses dois grupos familiares. “Desse modo, as redes podem ser não apenas mecanismos que possibilitam o

³⁵ [...] O estabelecimento e fortalecimento das redes implica tradicionalmente que, à medida que a migração evolui com o tempo, as decisões de emigrar são tomadas menos em função das condições sociais e econômicas, que favoreceram o início do processo, e mais de acordo com a experiência acumulada do capital humano e do capital social formada em torno das redes de migração (RODRÍGUEZ; LOSADA, 2005, p. 3-4, tradução nossa).

movimento migratório, como também estruturas coletivas passíveis de mudança e reorganização” (FAZITO, 2002, p. 7).

Ao analisar a migração transatlântica para a América no século XIX e início do século XX, especialmente da Europa para os Estados Unidos, Tilly (1990) notou que a ajuda de conterrâneos que experimentaram anteriormente a migração acabou por influenciar o deslocamento de grande contingente de pessoas de uma mesma rede social e, assim, modificou a estrutura espacial das redes. Nesse caso, o autor reconhece que as “redes migram” e a unidade de análise do fenômeno migratório deveria ser o grupo de pessoas ligadas por diversos laços: familiares, parentesco, amizade, de experiência de trabalho etc.

Nesse mesmo caminho, Colbari e Castiglioni (2001) destacam a vinda de famílias inteiras de italianos de uma mesma região ou comunidade para o Espírito Santo, nas últimas décadas do século XIX. Expulsas pela crise agrícola, pelo desemprego e pela situação de pobreza e atraídas por programa governamental (que proporcionava, por exemplo, financiamento de custos de viagem e do primeiro assentamento) e pela expectativa de constituírem a própria lavoura, tais grupos familiares empreenderam uma migração definitiva e eram direcionados para uma mesma localidade no estado capixaba.

Truzzi (2008) chegou à conclusão de que as redes condicionam o comportamento das pessoas. A influência das redes está em franca oposição às hipóteses da teoria econômica neoclássica de que as decisões individuais são tomadas com base na racionalidade, guiadas pelo instinto puramente econômico. Mesmo em condições políticas e econômicas adversas, os fluxos permanecem e são alimentados pelas redes migratórias.

Assim também as redes migratórias se afastam do olhar marxista, o qual alega que as migrações são consequências da estrutura do sistema capitalista, que controla tanto a demanda como a oferta de trabalhadores. Esse pensamento esbarra na verificação de um fluxo que muitas vezes não encontra correspondência em fatores econômicos, mas é fomentado pelas conexões das redes.

Na realidade, a perspectiva de analisar os processos migratórios por meio das redes não deixa de considerar os imigrantes como agentes

econômicos, mas também recupera as variáveis sociais e culturais que devem ser consideradas em conjunto com as de caráter econômico (TRUZZI, 2008, p. 208-209).

Por isso, Arango (2003) considera as redes migratórias uma teoria intermediária que nasce para preencher um vazio entre a neoclássica, que deposita muito peso nas decisões individuais, e a marxista, que pauta as análises na capacidade da estrutura do modo de produção capitalista direcionar o fluxo de pessoas (trabalhadores). De certa forma, a teoria das redes migratórias atribui peso significativo ao caráter autônomo dos processos migratórios e menor foco em seu caráter dependente da dinâmica econômica, conforme pondera Izcara-Palacios (2011). Para Silva (2017), apesar de reconhecer que o trabalho é central para entender a origem e destino da maior parte dos fluxos migratórios, a teoria das redes migratórias deposita importância na análise de fatores não econômicos, para não naturalizar, de certa forma, o fenômeno (como os neoclássicos) e não o examinar pelo viés dos fatores estruturais do modo de produção capitalista (como os marxistas).

A seguir são mencionadas algumas críticas à teoria de redes migratórias e as dificuldades de tratamento de informações. Ademais, são citados exemplos de trabalhos empíricos que destacam a importância do estudo das redes para compreensão do fenômeno migratório.

4.4.2. Dificuldades e experiências no estudo de redes migratórias

Campos (2015, p. 15) admite que “apesar da facilidade de compreensão dos seus mecanismos de funcionamento, as redes sociais são um fenômeno de difícil mensuração”. Segundo o autor, a formação de uma rede depende da “quantidade” de capital social utilizada. Todavia, “sua configuração é variável, sofrendo rupturas e acoplamentos ao longo do tempo, em um processo dinâmico de (de) formação” (CAMPOS, 2015, p. 16).

O estudo das redes sociais no âmbito do fenômeno migratório foi criticado por Fazito (2002) e Fazito (2009), que consideram que o tema tem avançado pouco para além

da descrição, sem uma forma objetiva de mensurar os limites e os contornos das redes, especialmente pós-chegada dos migrantes. Nesse contexto, segundo o autor, o debate das redes sociais dos migrantes tende a privilegiar “aspectos metafóricos” e a pisar no “terreno das conjecturas”.

Ryan e outros (2008) e Ryan (2011) criticam os estudos que, de forma simplista, veem como automático o acesso a redes sociais pelos migrantes e, por isso, subestimam suas dificuldades para alcançar apoio de pessoas com quem tem laços e para acessar novas redes. Segundo os autores, as redes não são estáticas; o que significa dizer que se adaptam às circunstâncias temporais e se afastam do padrão de estabilidade e continuidade. Essas características mutáveis adicionam maior complexidade de análise das redes sociais após a migração.

Além do mais, segundo Tilly (1990, p. 84), “constrained by personal networks, potential migrants fail to consider many theoretically available destinations, and concentrate on those few localities with which their place of origin has strong links”³⁶. Na visão de Sasaki e Assis (2000), as redes migratórias, em contraponto às diversas vantagens, podem impedir a migração para localidades com maiores oportunidades de trabalho e de ascensão social, influenciando indivíduos a eleger lugares em que possuem relações pessoais.

“The social networks used and transformed by migration endure far beyond the time of displacement. They provide a setting for life at the destination, a basis for solidarity and mutual aid as well as for division and conflict”³⁷ (TILLY, 1990, p. 90). O autor recorda, olhando a migração para os Estados Unidos no século XIX e início do século XX, que as redes criadas pela imigração podem conter formas de gerar e perpetuar a desigualdade. Como exemplo cita que os migrantes de mesma origem tendem, com maior frequência, a explorar uns aos outros e em menor grau os nativos ou migrantes de outras nacionalidades.

³⁶ “restringidos pelas redes pessoais, os potenciais migrantes não consideram os muitos destinos teoricamente disponíveis e se concentram apenas naqueles poucos locais com os quais o seu lugar de origem possui fortes conexões” (TILLY, 1990, p. 84, tradução nossa).

³⁷ “As redes sociais usadas e transformadas pela migração perduram muito além do tempo de deslocamento. Elas proporcionam um ambiente para a vida no destino, uma base de solidariedade e ajuda mútua, bem como para a divisão e conflito” (TILLY, 1990, p. 84, tradução nossa).

Ao entrevistarem poloneses que moravam em Londres, Ryan e outros (2008) perceberam que migrantes com maior “capital cultural”, como fluência na língua inglesa, habilidades e qualificações profissionais, obtinham maior facilidade de acesso a outras redes sociais e não dependiam, necessariamente, do capital social advindo da rede migratória. Assim também, Ryan (2011) entrevistou 30 poloneses em Londres, em 2006 e 2007. Seu artigo se concentrou na análise de oito poloneses (homens e mulheres, de 20 a 40 anos) que possuíam maior qualificação adquirida na Polônia. Para a maioria, inicialmente se notou uma desvalorização de suas qualificações e experiências, empregando-se em atividades temporárias e de baixa remuneração e mantendo laços fortes com redes de patriotas. Com o tempo, desenvolveram e acessaram outras redes sociais. De certa forma, as redes fechadas de poloneses limitavam as pretensões de ascensão social, a fluência em nova língua e o relacionamento mais próximo com outras pessoas.

Por outro lado, grupos de migrantes com baixo capital cultural podem ter dificuldades ou tardar em acessar novas redes, promovendo um isolamento tanto espacial quanto social. Recorda-se aqui o trabalho investigativo promovido por Wallraff (1994) sobre as condições de vida dos trabalhadores turcos na Alemanha Ocidental, no início dos anos 1980, e a pesquisa de campo produzida por Sayad (1998) com os imigrantes argelinos na França. Ambos retratam as discriminações e explorações econômicas estabelecidas pelas sociedades de acolhida e a consequente condição de eternos estrangeiros, mesmo para aqueles migrantes residentes há vários anos nesses países. Nesse sentido, percebe-se a formação de guetos ou moradias próprias para esse tipo de migrante.

Apesar de Ryan e outros (2008, p. 676) admitirem que “overcoming economic disadvantage may depend on the ability to forge [strong] ties with those outside one’s own personal or ethnic social circles”³⁸, essa não é uma tarefa tão fácil de alcançar em determinadas sociedades de destino.

A despeito das críticas e da carência de dados para mensurar o fenômeno, alguns estudos têm procurado investigar a importância das redes migratórias por meio de entrevistas e questionários direcionados e dados específicos. Nota-se que, quanto

³⁸ "superar as desvantagens econômicas pode depender das habilidades do indivíduo de formar laços [fortes] com pessoas de fora do seu círculo pessoal ou étnico" (RYAN et al., 2008, p. 676, tradução nossa).

menor a área de estudo ou menor o grupo de migrantes, objeto de investigação, melhor a percepção da influência das redes migratórias para o ato migratório e para o acolhimento na região de destino. A seguir, citam-se alguns estudos recentes.

Com base na investigação dos emigrantes da Galícia (Espanha) para o México, na segunda metade do século XX, Rodríguez e Losada (2005) perceberam que os atores, nós da rede, possuíam vantagem comparativa, pois as redes construídas e estabelecidas sustentavam o nível de êxito econômico dos migrantes. Nesse mesmo estudo, os autores assim perceberam:

Las redes establecidas constituyeron la estructura social más importante para buscar la coincidencia de la demanda de mano de obra en México y la oferta de mano de obra en Galicia. El acceso a ellas fue un factor determinante para la materialización eficaz de la decisión de emigrar por motivos laborales. Todos los casos analizados en un trabajo anterior corroboran que la pronta consecución de un empleo fue mayor entre las familias que ya contaban con relaciones de parentesco, de amistad y económicas en el país (RODRÍGUEZ; LOSADA, 2005, p. 23)³⁹.

Cem ucranianos, maiores de 20 anos, que moravam em Múrcia, na Espanha, foram entrevistados por Urios (2010). Sua pesquisa apurou que o capital inicial, proporcionado pelos ucranianos já estabelecidos, foi fundamental na ajuda e adaptação iniciais dos entrevistados. Todos revelaram que possuíam familiares na Ucrânia e 69 entrevistados haviam facilitado e/ou ajudado a migração de conterrâneos. Registrou-se também que um terço dos entrevistados, homens e mulheres, não vivia com seu parceiro em Múrcia, revelando a formação de novos arranjos afetivos, as chamadas “famílias de rede”.

A pesquisa de dissertação de Silva (2016) averiguou a importância das redes migratórias no contexto da migração entre o Distrito de Pimenta, no município de Mascote-BA, e o bairro Jesus de Nazareth, em Vitória-ES (que passou a receber número expressivo de migrantes desde o fim da década de 1980)⁴⁰. Apesar de a

³⁹ As redes estabelecidas constituíram a estrutura social mais importante para estabelecer a convergência entre a demanda por trabalho no México e a oferta de trabalho na Galícia. O acesso a redes foi um fator determinante para a implementação efetiva da decisão de emigrar por motivos de trabalho. Todos os casos analisados em um trabalho anterior corroboram que a rápida obtenção de um emprego foi maior entre as famílias que já possuíam relação de parentesco, de amizade e econômica no país (RODRÍGUEZ; LOSADA, 2005, p. 23, tradução nossa).

⁴⁰ O documentário “O mundo é uma estrada” (<https://www.youtube.com/watch?v=R9lveg-aB6Y>), produzido com base nesta pesquisa, retrata o olhar dos que migraram e dos que permaneceram no distrito de Pimenta, além da avaliação socioeconômica de agentes públicos do município de Mascote-BA. Parte das gravações foi realizada no período da festa em homenagem à

imigração ter como fator de expulsão inicial e principal a crise da cacauicultura e como fator de atração a expectativa de melhor condição de vida na capital do Espírito Santo, na aplicação de 40 questionários com os principais “nós da rede”, percebeu-se que as redes sociais intensificaram o fluxo migratório e continuam a influenciar a decisão e a direção da migração, especialmente dos mais jovens. Dos entrevistados, 37 (92%) contavam com pessoas esperando por eles em Vitória-ES (parentes, em sua quase totalidade) e 23 já hospedaram recém-chegados da Bahia.

Silva (2017), mediante a aplicação de questionário com 279 haitianos que entraram no Brasil entre 2014 e 2015, com perguntas sobre o próprio imigrante e a sua “família ausente”, verificou que a rede de solidariedade foi de suma importância para o processo migratório. Do total de entrevistados, 101 disseram que obtiveram ajuda de parentes e amigos.

Por fim, numa análise mais ampla, com base na pesquisa anual da Gallup’s World Poll para mais de 150 países, Manchin e Orazbayev (2018) constataram que, para o período 2010-2013, as redes sociais eram as forças mais importantes que impulsionaram as intenções de migrar das pessoas.

4.5. A MODERNIDADE LÍQUIDA DE BAUMAN E OS EFEITOS PARA O ATO MIGRATÓRIO

Ao avançar na leitura do livro *Alice no País das Maravilhas*, há outra interessante conversa, desta vez entre Alice e a Rainha de Copas:

O mais curioso nisso tudo era que as árvores e as outras coisas em volta delas nunca mudavam de lugar: por mais depressa que ela e a Rainha corresse, não pareciam ultrapassar nada. “Será que todas as coisas estão se movendo conosco?” pensou, atônita, a pobre Alice. E a Rainha pareceu lhe adivinhar os pensamentos, pois gritou “Mais rápido! Não tente falar!”.

[...]

padroeira Nossa Senhora D’Ajuda, quando anualmente sai uma excursão do bairro Jesus de Nazareth, em Vitória-ES, para o distrito de Pimenta, no município de Mascote-BA.

Alice olhou ao seu redor muito surpresa. “Ora, eu diria que ficamos sob esta árvore o tempo todo! Tudo está exatamente como era!”

[...]

“Claro que está”, disse a Rainha, “esperava outra coisa?”

“Bem, na nossa terra”, disse Alice, ainda arfando um pouco, “geralmente você chegaria a algum outro lugar... se corresse muito rápido por um longo tempo, como fizemos.”

“Que terra mais pachorrenta!” comentou a Rainha. “Pois aqui, como vê, você tem de correr o mais que pode para continuar no mesmo lugar. Se quiser ir a alguma outra parte, tem de correr no mínimo duas vezes mais rápido!” (CARROLL, 2000, p. 121).

Nos dias atuais, com o desenvolvimento dos meios de transporte, nem é preciso correr tanto para perceber a chegada, e rápido, ao destino. Por outro lado, nota-se que, assim como Alice, todas as coisas correm demais, estão em movimento, se transformam continuamente. Nem sempre se consegue acompanhar o ritmo e intensidade com que as coisas se modificam ou são substituídas nessa sociedade.

A terra de origem da Alice era um lugar onde a vida passava devagar demais, um tempo de poucas mudanças socioeconômicas e tecnológicas. Uma terra pachorrenta, calma, vagarosa, como apontou, admirada, a Rainha de Copas. Um lugar onde o cotidiano quase não apresentava surpresas e os acontecimentos extraordinários eram causa de espanto e comoção. Pode-se dizer que o mundo de Alice era o que Bauman (2001) denomina capitalismo pesado em contraponto ao País das Maravilhas da Rainha de Copas, um mundo da “modernidade líquida”. Neste, como revela Bauman (2001, p. 70), “alguns habitantes do mundo estão em movimento; para os demais, é o mundo que se recusa a ficar parado”. O mundo está em movimento, e ficar parado, enraizado, para muitas pessoas, representa ficar de fora do processo de transformação, ser excluído das possibilidades, que agora são muito variadas e numerosas. Correr mais rápido que as transformações do mundo significa que se pode escolher não apenas um caminho mas vários. O sucesso e o alcance dos objetivos só dependem do indivíduo. Errar um caminho é admissível, pois rapidamente há possibilidade de retomar a trajetória e escolher outro caminho que estará disponível. Correr duas vezes mais rápido também significa que o mérito depende sobretudo do esforço individual.

No final do século XX, alterações no modo de produzir e organizar a produção impactaram as relações entre o capital e trabalho. Nessa nova fase, Bauman (2001)

relata que o poder desterritorializado causou o fim do engajamento mútuo entre capital e trabalho. Surge uma etapa de rejeição ao confinamento territorial, um poder extraterritorial desengajado com as questões locais, um poder dos “senhores ausentes”. É o fim da união em um mesmo espaço físico entre capital e trabalho, entre supervisores e supervisionados.

A nova fase do capitalismo leve sobrepõe-se à fase do capitalismo pesado, mas sem eliminá-la. Nesta, baseada no estilo fordista, capitalistas, trabalhadores e administradores ocupavam o mesmo chão de fábrica, em estruturas físicas enormes, imóveis e enraizadas. Os trabalhadores, ao entrarem numa empresa, possuíam grandes chances de permanecer nela até o fim da carreira. Assim, esse estágio pesado e volumoso, de certa forma, bloqueava a mobilidade dos trabalhadores. Igualmente, o capital estava preso ao solo e as suas convicções de escala e condensação da produção. Nessa fase pesada da modernidade, o progresso denotava tamanho crescente da planta industrial e expansão espacial (BAUMAN, 2001).

Por sua vez, de acordo com Bauman (2001), na nova fase do capitalismo leve ou fluido, o capital encontra pouco compromisso com a fixação ao solo e pouco engajamento com o trabalho. Em verdade, seu arraigamento dura o tempo de sua satisfação. As possibilidades de investimento, sem nenhum compromisso com o lugar e com o chão de fábrica, são enormes. O comando do processo produtivo encontra-se, nessa fase, desterritorializado, em clara rejeição ao confinamento territorial. “A reprodução e o crescimento do capital, dos lucros e dos dividendos e a satisfação dos acionistas se tornaram independentes da duração de qualquer comprometimento local com o trabalho” (BAUMAN, 2001, p. 171).

Por outro lado, o trabalho ainda não está tão livre como o capital e encontra impedimentos e resistência aos seus movimentos, especialmente quando se considera a migração internacional. Um exemplo recente foi descrito por Bauman (2017) ao destacar o viés nacionalista das campanhas políticas, que prometiam segurança contra os imigrantes, numa clara tentativa de rotulá-los como uma ameaça capaz de tirar o bem-estar e perturbar a paz social. Trata-se de um “discurso imposto”, como aponta Sayad (1998), ao examinar a situação dos argelinos radicados na França. “E uma das formas dessa imposição é perceber o

imigrante, defini-lo, pensá-lo ou, mais simplesmente, sempre falar dele como um problema social” (SAYAD, 1998, p. 56). Todavia, o discurso e as práticas discriminatórias não alcançam quaisquer tipos de imigrantes. Tal estereótipo alcança certos imigrantes indesejados, com características peculiares de classe, étnico-raciais e religiosas.

Não obstante, para os trabalhadores se abrem outras possibilidades além das impostas pela fixação de empresas fordistas. Na modernidade líquida, a responsabilidade sobre as várias possibilidades recai sobre cada trabalhador, que deve qualificar-se para alongar ao máximo suas capacidades. Além disso, “para que as possibilidades continuem infinitas, nenhuma deve ser capaz de petrificar-se em realidade para sempre. Melhor que permaneçam líquidas e fluidas e tenham ‘data de validade’ [...]” (BAUMAN, 2001, p. 74).

As técnicas de produção flexível, apesar de muito desequilibradas entre os ramos industriais, está, cada vez mais, introduzindo máquinas especializadas, tecnologia da informação, robótica, sistema de transmissão de dados, numa crescente substituição do trabalho (BENKO, 2002). Essa flexibilidade da produção possui rebatimentos nas relações entre empresas e empregados, concedendo àquelas rapidez para “[...] ajustar seus efetivos e o nível dos salários em virtude das flutuações da demanda” (BENKO, 2002, p. 120-121).

As rápidas transformações em contraponto à rigidez fordista estão no âmbito do que Harvey (2011) denominou “acumulação flexível”. Segundo o autor, ela não diz respeito somente aos processos produtivos e ao mercado de trabalho, mas também à flexibilidade de produtos e dos padrões de consumo, pelo aparecimento “[...] de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados, e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional” (HARVEY, 2011, p. 140).

De acordo com Bauman (2001), na fase do capitalismo pesado, o espaço era o detentor do valor, e o tempo era concebido como um obstáculo para o seu alcance. Na modernidade líquida “tempo é dinheiro” e capaz de romper barreiras e resistências do espaço, encurtar distâncias, tornar viável a conquista de lugares e a eles conceder valor. “O tempo é diferente do espaço porque, ao contrário deste,

pode ser mudado e manipulado; tornou-se um fator de disrupção: o parceiro dinâmico da relação tempo-espaço” (BAUMAN, 2001, p. 130). Dominar o espaço significa acelerar movimentos, acelerar comunicação, acelerar informação. “O movimento acelerado veio a significar maior espaço, e acelerar movimento era o único meio de ampliar o espaço” (BAUMAN, 2001, p.131).

A telecomunicação via satélite e o desenvolvimento dos meios de transportes, com maior velocidade e redução de custos, possibilitaram, segundo Harvey (2011), maior difusão e amplitude das decisões (privadas e públicas) no espaço. Tanto as tomadas de decisões ficaram mais rápidas quanto sua difusão e implementação aceleraram de maneira excepcional. A essa realidade o autor denominou “compressão do tempo-espaço”. A extrapolação das barreiras espaciais, por meio da aceleração do tempo, da “economia do tempo”, da compressão do tempo, faz com que o mundo se torne pequeno, encolha. Com isso, a representação do mundo para as pessoas é alterada e a aceleração no ritmo da vida é inevitável (HARVEY, 2011).

A música Parabolicamará, composta por Gilberto Gil em 1992, de certa forma já constatava as mudanças na percepção de mundo em razão das alterações dos limites de tempo e de espaço. O início da citada música resume bem a percepção dessas transformações:

Antes mundo era pequeno
Porque Terra era grande
Hoje mundo é muito grande
Porque Terra é pequena
[...]

A aceleração dos deslocamentos também foi constatada por Domenach (2011, p. 40), com rebatimentos na duração e na frequência. Nas palavras do autor,

[...] la duración de los desplazamientos humanos parece evolucionar en relación inversa al crecimiento de la infraestructura y equipamiento, mientras que su frecuencia se ha acelerado considerablemente. La movilidad se ha acrecentado más allá de las estaciones, los climas, las distancias, los socio-sistemas etc.⁴¹

⁴¹ [...] A duração dos deslocamentos humanos parece evoluir em relação inversa ao crescimento da infraestrutura e equipamentos, enquanto sua frequência tem se acelerado consideravelmente. A mobilidade aumentou além das estações, climas, distâncias, sistemas sociais etc. (Domenach, 2011, p. 40, tradução nossa).

Para Harvey (2011), foi a necessidade de aceleração do “tempo de giro do capital” que proporcionou a aceleração do trabalho, além dos rebatimentos, por exemplo, nos relacionamentos, na cultura e na vida social. O tempo de giro do capital é composto pelo somatório do tempo de produção e de circulação. Quanto menor esse tempo, menos recursos poderão ser mobilizados e maior a rotatividade do capital, e, portanto, maior o lucro. “O efeito geral é, portanto, colocar no centro da modernidade capitalista a aceleração do ritmo dos processos econômicos e, em consequência, da vida social” (HARVEY, 2011, p. 210).

Disso, destacam-se alterações nos ritmos de produção, de circulação e de consumo. A crescente velocidade da produção e das prestações de serviços, com a ampliação do uso de tecnologias e intensificação dos processos de trabalho, acelerou também a desqualificação e a necessidade de constante requalificação dos trabalhadores. Não há garantia de que uma habilidade ou profissão adquirida pela pessoa sejam suficientes para suprir as suas condições materiais ao longo da vida. É o que Harvey (2011, p. 210) chama de “destruição e reconstrução acelerada das habilidades”. Por outro lado, a velocidade da circulação, da troca e da consumação de um serviço foi ampliada por meio das técnicas de distribuição e de controles de estoques, dos sistemas de comunicação e do fluxo de informações. Para que houvesse alterações na produção e na circulação, a aceleração e os padrões de consumo também teriam de ser alterados. E aqui assume importância o maior fluxo de recursos ante o desenvolvimento do mercado de crédito: a exemplo dos bancos eletrônicos (e recentemente, os bancos virtuais), cartões de crédito e outras formas de pagamentos via *internet*.

Assim também, os meios de comunicação têm contribuído para uma “sociedade de descarte”, com base no consumo rápido de produtos e com possibilidade de descarte com pouco uso, pois é possível encontrar no mercado versões cada vez mais “avançadas”. O conserto de um produto é desmotivado pela rapidez do avanço tecnológico e pelo custo (inclusive o de oportunidade): o alto preço de peças de reposição, o preço da mão de obra do especialista (que, em certos casos, é difícil de encontrar) e o tempo que se usa para colher orçamentos e levar o bem ao local específico. Assim, a “sociedade do descarte” privilegia materiais pouco duráveis, alimentos prontos e rápidos, roupas da moda, entre outros, que são consumidos ou

rejeitados em curto período (HARVEY, 2011). Tal sociedade, segundo Harvey (2011, p.258), “[...] significa mais do que jogar fora bens produzidos; significa também ser capaz de atirar fora valores, estilos de vida, relacionamentos estáveis, apego as coisas, edifícios, lugares, pessoas e modos adquiridos de agir e ser”.

No mundo da modernidade fluida, as instituições e princípios não mais determinam o comportamento do “ser humano” como um ser social. Segundo Bauman,

[...] inter-human bonds, whether inherited or tied up in the course of current interaction, lose their past institutional protections which are now viewed increasingly as irritating and unbearable constraints imposed upon the individual freedom of choice and self-assertion (BAUMAN, 2011, p. 432)⁴².

Antes de tudo, sua ação social deve ser reflexo da especificidade cultural e psicológica encontrada dentro de si. Os problemas devem ser enfrentados de forma individualizada e solucionados mediante o esforço pessoal. Esse mecanismo deve nascer dentro de cada indivíduo, e não por meio de uma organização social (BAUMAN, 2001). Contudo, “riscos e contradições continuam a ser socialmente produzidos; são apenas o dever e a necessidade de enfrentá-los que estão sendo individualizados” (BAUMAN, 2001, p. 43).

De acordo com Bauman (2001), a individualização é uma fatalidade. Nesse sentido, o autor destaca que o “indivíduo *de jure*”, em contraposição ao “indivíduo *de facto*”, é resultado das transformações da sociedade, que coloca nos seus ombros a responsabilidade pelo insucesso, pela baixa qualificação, pelo desemprego, pela pobreza, entre outros problemas. As conquistas e realizações dependem só e unicamente do esforço e determinação individual.

Com o advento da modernidade líquida e do “capitalismo de software”, ocorre uma mudança na durabilidade da relação capital-trabalho. Nenhum dos dois se vê obrigado a manter o relacionamento no tempo e num mesmo espaço. Na modernidade pesada, no “capitalismo de hardware”, o sonho dos jovens estava ligado ao ingresso numa grande e conceituada empresa e nela fazer carreira. O

⁴² [...] os laços interpessoais, herdados ou aprendidos no curso da interação atual, perdem suas proteções institucionais passadas, que agora são vistos, cada vez mais, como restrições irritantes e insuportáveis impostas à liberdade individual de escolha e autoafirmação (BAUMAN, 2011, p. 432, tradução nossa).

planejamento profissional era atrelado à estabilidade e isso incluía a permanência e crescimento dentro de uma mesma empresa. Na modernidade líquida, as pretensões estão conjugadas à busca de oportunidades, de desafios, do alcance do novo (BAUMAN, 2001). “O emprego parece um acampamento que se visita por alguns dias e que se pode abandonar a qualquer momento se as vantagens oferecidas não se verificarem ou se forem consideradas insatisfatórias [...]” (BAUMAN, 2001, p. 171).

Ser moderno passou a significar, como significa hoje em dia, ser incapaz de parar e ainda menos capaz de ficar parado. Movemo-nos e continuaremos a nos mover não tanto pelo ‘adiamento da satisfação’ [...], mas por causa da *impossibilidade* de atingir a satisfação: o horizonte da satisfação, a linha de chegada do esforço e o movimento da auto-congratulação tranquila movem-se rápido demais. A consumação está sempre no futuro, e os objetivos perdem sua atração e potencial de satisfação no momento de sua realização, se não antes (BAUMAN, 2001, p. 37).

Nesse sentido, Bauman (2001, p. 144) destaca características pessoais de Bill Gates:

Tinha o cuidado de não desenvolver apego ou compromisso duradouro com nada, inclusive suas próprias criações. Não tinha medo de tomar o caminho errado, pois nenhum caminho o manteria na mesma direção por muito tempo e porque voltar atrás ou para o outro lado eram opções constante e instantaneamente disponíveis.

Ser flexível, adaptável passou a ser uma característica tanto das empresas como dos trabalhadores, com rebatimentos nas relações pessoais e no modo de vida. Nos arranjos institucionais privados, percebeu-se tal flexibilidade, por exemplo, nos métodos de produção, nas relações entre empresas; já nos arranjos públicos, o Estado keynesiano de bem-estar social foi aos poucos alterando suas políticas, de modo a permitir, por exemplo, a flexibilidade das relações de trabalho (BENKO, 2002). Nessas circunstâncias, os trabalhadores devem ser “[...] adaptáveis, flexíveis e, se necessário, geograficamente móveis” (BENKO, 2002, p. 120).

O fim do emprego fordista e o advento do “trabalho sem corpo” de Bauman (2001), sem a necessidade, em muitos casos, de presença no endereço físico e fixo, e a possibilidade de oscilação do quadro de trabalhadores em razão das flutuações da demanda, livraram o capital dos custos de manter tais trabalhadores. Assim, permitiram ao capital ser extraterritorial, volátil, e livrar-se do enfrentamento direto com os trabalhadores e com suas formas de organização.

Piore (2012), ao confirmar esse entendimento, observa que mudanças na estrutura do mercado de trabalho trouxeram implicações para a migração, em razão da

[...] change in the institutional environment, basically a move away from the so called rigidities introduced in the 1930's and the 1960's/early 1970's, giving employers greater latitude to deploy labor as they see fit and to layoff and discharge workers in response to variations in product demand. [...] At the same time, the forces of technological change and globalization appear to be "hollowing out" the job structure. Mid-level jobs, especially in manufacturing, appear to be gradually disappearing, leaving a bi-modal job distribution, increasingly bifurcated between low wage unskilled jobs at the bottom and relatively skilled jobs, requiring high levels of education, at the top (PIORE, 2012, p. 6)⁴³.

O emprego estável e duradouro tende a ficar no imaginário das gerações passadas. Atualmente ninguém pode sentir-se seguro.

Ninguém pode razoavelmente supor que está garantido contra a nova rodada de 'redução de tamanho', 'agilização' e 'racionalização', contra mudanças erráticas da demanda do mercado e pressões caprichosas mas irresistíveis de 'competitividade', 'produtividade' e 'eficácia'. 'Flexibilidade' é a palavra do dia [...]. Ninguém pode, portanto, sentir-se insubstituível [...] (BAUMAN, 2001, p. 185).

Os estudos de Bauman (2001) revelam parte das transformações sociais ocorridas e ainda estão em curso neste início de século XXI. "O que está em causa é uma mudança radical de paradigma nas ciências sociais: novos instrumentos teóricos e metodológicos devem ser desenvolvidos para captar uma dinâmica que nada tem a ver com a anterior" (PEIXOTO, 2019, p. 150). No entanto, esses novos fatos impulsionadores de atos migratórios coexistem com outros determinantes tradicionais.

Ainda, a análise do autor concentra-se muito mais nos casos constatados nos centros urbanos. Assim também, as características da modernidade líquida e suas consequências são verificadas especialmente nos países com economias mais avançadas. Nos países em desenvolvimento, pela especificidade da produção e

⁴³ "[...] mudança no ambiente institucional, basicamente um afastamento dos chamados rigores introduzidos nas décadas de 1930 e 1960/ e início da década de 1970, concedendo aos empregadores maior autonomia para contratar mão de obra que consideram necessária e também para demitir trabalhadores em resposta às variações na demanda do produto. [...] Ao mesmo tempo, as forças das mudanças tecnológicas e da globalização parecem estar "esvaziando" a estrutura de cargos. Os cargos de nível médio, especialmente em manufaturas, parecem estar desaparecendo gradualmente, deixando uma distribuição bimodal de cargos cada vez mais bifurcada entre empregos não qualificado de baixa remuneração, na base, e empregos relativamente qualificados, no topo, que exigem altos níveis de educação" (PIORE, 2012, p. 6, tradução nossa).

baixo nível tecnológico, as formas de organizar a produção podem ainda guardar muitas características do estilo fordista. Além disso, os setores agropecuário e de serviços podem ser pouco desenvolvidos, conservando práticas antigas nos seus arranjos. Contudo, muitos países em desenvolvimento também apresentam concomitantemente atividades mais desenvolvidas – que empregam tecnologias avançadas, exigem alto nível de especialização da mão de obra e oferecem salários elevados –, coexistindo com atividades economicamente frágeis e atrasadas.

Nas grandes metrópoles, de acordo com Bauman (2011), a população é formada por uma coleção de “diásporas”, onde as fronteiras internas são muito porosas e é difícil distinguir quem é nativo, “pertencente” à cidade, de quem é um “estranho”. A migração nessa fase da modernidade líquida assume fronteiras difusas e permeáveis, que são transpostas em ambos os sentidos. A fluidez e a mistura de pessoas encontram-se em processo para se tornarem a norma. Em certo sentido, tais transformações mostram tendências já presentes em alguns contextos que poderão acentuar-se em um futuro próximo. Peixoto (2019, p. 153) aponta que as sociedades devem “[...] assistir a movimentos temporários e itinerantes cada vez mais frequentes, substituindo as migrações de longa duração”.

Assim também, a relação líquida entre capital e trabalho também pode assumir diferentes formas diante de restrições da mobilidade impostas, por exemplo, por crises sanitárias, como a gerada pelo coronavírus (covid 19), que se estende pelo ano de 2020 e ainda pode ter reflexos nos próximos anos. Uma das mudanças mais perceptíveis para algumas profissões foi a separação do trabalhador do seu local de trabalho costumeiro. Essas transformações já estavam em curso, mas de certa maneira foram aceleradas; e no período pós pandemia podem assumir novos contornos: acentuação das diferentes formas de organização da produção, da prestação de serviços, de comercialização e de distribuição de bens, inclusive tendo reflexos sobre o nível de demanda por trabalho.

Por fim, as alterações nos padrões de natalidade decorrentes da transição demográfica fizeram acelerar o número de famílias nucleares e a consequente redução das conexões parentais. Esse fenômeno tende a provocar o enfraquecimento dos laços familiares, que por sua vez acarretará menor arraigamento ao local de nascimento e um sentimento de não pertencimento à

cultura e às tradições do grupo. Nessas circunstâncias, as pessoas, especialmente as mais jovens, estão mais propensas a migrar em razão das transformações sociais estabelecidas pela “modernidade líquida” de Bauman, do que influenciadas pelas redes migratórias, que tendem a possuir menor força em suas conexões entre origem e destino.

4.6. CONCLUSÃO

O estudo da economia e da migração de certa forma está entrelaçado. Grande parte dos autores que se debruçam sobre o fenômeno migratório concorda que as pessoas migram, principalmente motivadas por fatores econômicos, para satisfazer condições e anseios materiais. Como os estudos econômicos se desenvolveram anteriormente aos migratórios, era de esperar que algumas análises surgissem mediante as bases teóricas já consolidadas da economia política. Contudo, classificar autores que trabalham com o temário migratório dentro de um tronco ou matriz de pensamento da Ciência Econômica pode trazer certos problemas conceituais, conforme demonstrado.

As bases de análise da teoria econômica clássica e neoclássica são os pressupostos da natureza humana, em que os indivíduos são egoístas, calculistas e tomam decisões racionais. Nesse sentido, o indivíduo torna-se a unidade fundamental em detrimento da análise do grupo social. Esse agente racional busca maximizar sua utilidade mediante decisões autônomas. Assim, o postulado da mobilidade perfeita do trabalhador é reflexo da busca atomizada por melhores rendimentos.

No âmbito da análise marxista, a mobilidade é uma característica da força de trabalho. Essa é uma liberdade condicionada pela necessidade de reprodução do capital, e não pela decisão consciente e racional de cada trabalhador individual, como propõem os clássicos e neoclássicos. O referencial marxista pretende refutar as análises que verificam a mobilidade dos trabalhadores pela racionalidade

econômica, sem considerar que esse fenômeno está diretamente ligado ao processo histórico de transformação da força de trabalho em mercadoria.

As ideias keynesianas de um Estado com maior intervenção na economia, com a finalidade de resolver distorções no sistema, influenciaram análises e proposições para corrigir os desequilíbrios regionais, especialmente no Brasil e na América Latina. A maior atenção com a resolução dos problemas econômicos e sociais por meio da ação estatal foi imprescindível para impulsionar estudos preocupados com os fluxos migratórios decorrentes do desenvolvimento desigual entre regiões. Nesse sentido, destacam-se as análises dos fatores de atração e repulsão nas regiões de origem e destino.

Outro olhar com enfoque nas relações sociais é trazido pelas redes migratórias. Elas atuam para minimizar as incertezas do ato migratório, pois o imigrante já estabelecido pode proporcionar ao potencial migrante, por exemplo, financiamento dos transportes, acolhida no destino, ajuda para que se coloque no mercado de trabalho e apoio emocional. Percebe-se que as redes migratórias reforçam os fatores que deram origem ao movimento migratório e, muitas vezes, perpetuam o fluxo independente das oportunidades nos locais de destino.

Por fim, a “modernidade líquida” proposta por Bauman (2001) tem potencial para influenciar as migrações, especialmente as verificadas entre as grandes cidades e nos países mais desenvolvidos. Novos fatores decorrentes das rápidas transformações sociais, econômicas e tecnológicas afetaram de forma irreversível o modo de organizar a produção e as relações entre capital e trabalho, influenciando a decisão pelo ato migratório. Na modernidade líquida, a representação do mundo foi alterada e o espaço foi dominado pela aceleração do tempo, o que significa acelerar comunicação, informação e movimentos. Nem o capital nem o trabalho se veem obrigados a manter o relacionamento no tempo e num mesmo espaço. O mundo de possibilidades tornou-se grande, deixando o mundo físico pequeno.

Essas teorias tratadas neste capítulo foram escolhidas pela relevância para o exame do fenômeno migratório. Acredita-se que elas também poderão subsidiar as análises dos resultados da pesquisa de campo no bairro Planalto, no município de Linhares.

No capítulo seguinte almeja-se demonstrar como se chegou à eleição do bairro Planalto para a realização da pesquisa de campo, onde será aplicado o questionário. O objetivo é aprofundar as análises sobre os migrantes desse bairro, por exemplo: suas características, suas motivações, os elos de conexão com a origem, suas percepções sobre o município de Linhares e a expectativa de retorno ou não à origem.

5. METODOLOGIA DE PESQUISA

O objetivo deste capítulo é demonstrar a metodologia utilizada para a escolha do objeto de pesquisa e para viabilizar as fases dos trabalhos de campo. Apesar das dificuldades de mensurar e definir limites ao fenômeno migratório, neste trabalho foi adotado o conceito de migração estabelecido pelo IBGE: “forma de mobilidade espacial entre uma unidade geográfica e outra, envolvendo mudança permanente de residência” (IBGE, 2010, p. 212).

Na primeira seção, foi definida a área geográfica – o bairro Planalto no município de Linhares – onde se encontra nosso objeto de estudo. Este trata de um conjunto de pessoas (elementos) no qual é possível investigar algumas características, especialmente no que diz respeito ao fenômeno migratório. Além disso, elaborou-se uma breve caracterização do bairro, inclusive com o uso de fotografias, e a descrição da percepção de alguns entrevistados sobre o crescimento do bairro.

Já na segunda, foram definidos o tamanho da amostra (350 elementos) e a opção pelo tipo de amostragem aleatória, com um certo controle (não rígido) por cotas de sexo e de grupo etário. No trabalho de campo, realizou-se primeiramente o cadastramento dos domicílios, que propiciou o sorteio amostral das residências onde seriam aplicados os questionários.

Na terceira, demonstrou-se como foi elaborado o questionário e realizado o pré-teste. Assim também, foram descritas as duas etapas dos trabalhos realizados em campo: na primeira, foi necessário o cadastramento de todos os domicílios do bairro Planalto; na segunda, de posse da lista dos domicílios ocupados, foram selecionados aleatoriamente 350 domicílios para a aplicação do questionário com 50 questões. A população-alvo foi formada por pessoas com 16 anos ou mais. Considerou-se que, a partir dessa idade, o entrevistado possui certo grau de maturidade para responder às questões e também por ser um período em que o jovem inicia os primeiros passos no mercado de trabalho. Respondeu ao questionário apenas um membro do domicílio; contudo, foi possível coletar algumas informações de 1.218 pessoas residentes nos 350 domicílios.

5.1. ESCOLHA DO BAIRRO PLANALTO PARA A REALIZAÇÃO DE PESQUISA DE CAMPO

A inviabilidade operacional, diante do tempo e dos recursos disponíveis, levou a descartar a totalidade territorial do município de Linhares como objeto de pesquisa de campo. Assim, inicialmente, duas perguntas foram elaboradas como ponto de partida para encontrar uma região menor dentro de Linhares que tivesse boa representatividade de migrantes: a) Qual distrito do município apresenta maior atração de migrantes? b) Dentro do distrito encontrado, qual região continha maior proporção de migrantes?

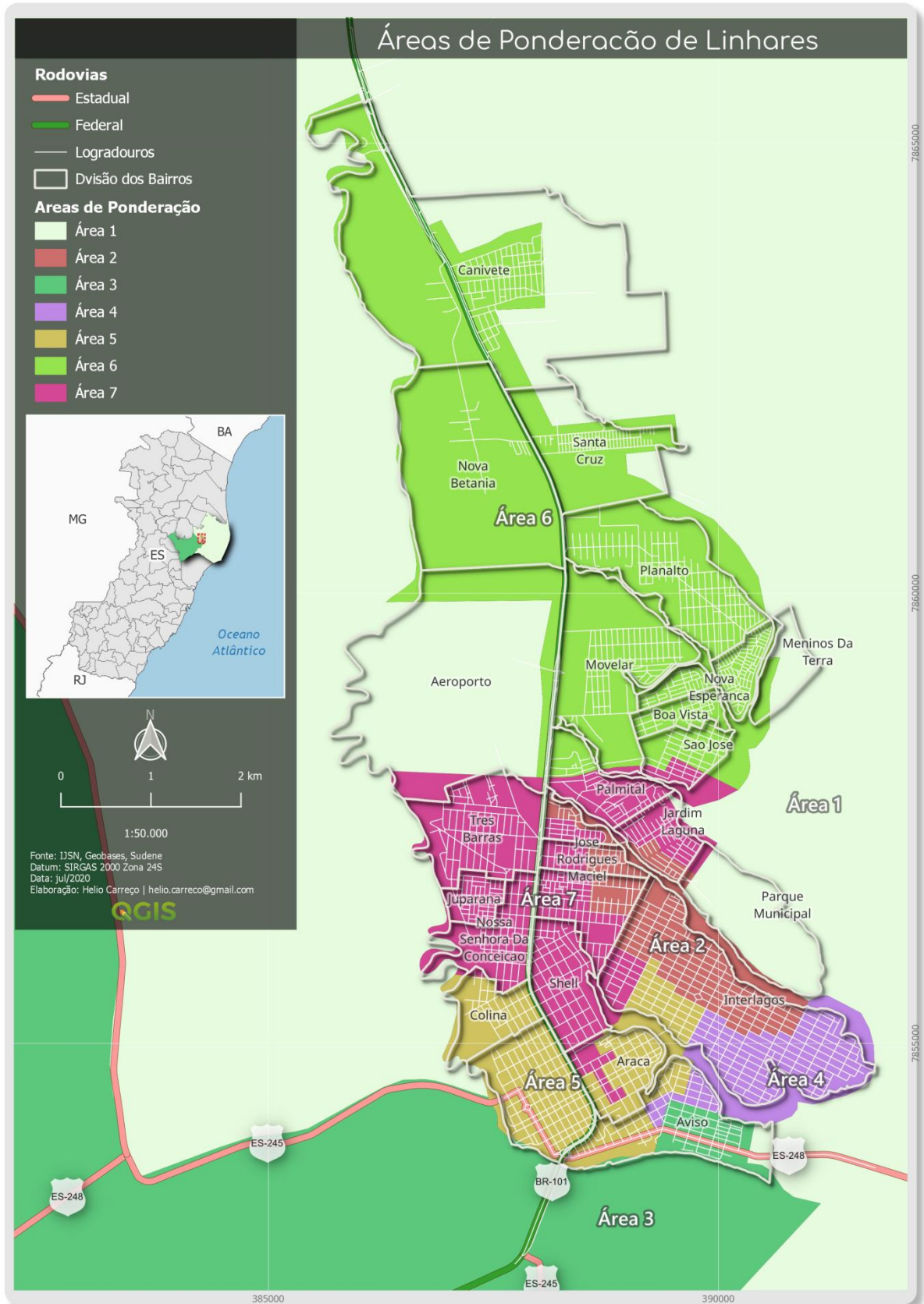
Para responder a elas, recorreu-se aos dados do Censo 2010, mais precisamente aos resultados gerais da amostra. Os dados não estão disponíveis por bairro ou por setores censitários, mas somente por área de ponderação, a qual engloba vários setores censitários, que podem não guardar relação com os limites dos bairros.

Área de ponderação é uma unidade geográfica, formada por um agrupamento mutuamente exclusivo de setores censitários, para aplicação dos procedimentos de calibração das estimativas das informações pesquisadas no Questionário da Amostra com as investigadas para a população como um todo (IBGE, 2013a, p. 299).

O menor nível geográfico de identificação dos microdados da amostra é a área de ponderação, formada por um agrupamento de setores censitários contíguos, onde foi feita a aplicação dos procedimentos de calibração das estimativas para o cálculo dos fatores de expansão (peso) de cada domicílio e pessoa, a partir das informações conhecidas para a população como um todo. O menor tamanho de uma área de ponderação não municipal é de 400 domicílios particulares ocupados na amostra (IBGE, 2013a, p. 56).

O IBGE dividiu Linhares, que, em 2010, possuía 141.306 habitantes em sete áreas de ponderação, conforme se visualiza no Mapa 12. Nota-se que somente o distrito-sede possuía cinco áreas de ponderação (as áreas 2, 4, 5, 6 e 7). As áreas 1 e 3 abrangiam uma grande dimensão territorial, o que já dificultaria a escolha de uma subárea específica dentro delas para a realização da pesquisa de campo. Desse modo, por esse critério, ambas as áreas foram descartadas.

Mapa 12 – Áreas de ponderação do município de Linhares, 2010.



Fonte: Elaboração com base nos dados do IBGE, Censo Demográfico 2010: resultados gerais da amostra por áreas de ponderação

Na Tabela 10, descreve-se a população em cada área de ponderação, além do número de pessoas da Amostra do Censo 2010. Com auxílio do programa estatístico PSPP, realizou-se o cruzamento da variável V6262 (UF de residência em 31 de julho de 2005) e a variável V0011 (área de ponderação) somente para o município de Linhares. Assim, descobriu-se o número de pessoas, por área de ponderação, que residiam em Linhares em 2010 e que, em 31 de julho de 2005, se encontravam em outros municípios do Espírito Santo e em outros estados.

Assim, a área 6 continha 4.012 migrantes, o maior número das sete áreas de ponderação. Isso representava quase um quarto do montante do fluxo de 16.565 migrantes registrados em todo o município. A segunda maior incidência foi verificada na área 7: 3.136 imigrantes ou 18,9% de participação no total.

Tabela 10 – Dados das áreas de ponderação de Linhares com base na Amostra do Censo 2010: população total, pessoas da amostra, número de migrantes tendo como referência sua residência em 31/07/2005 e sua participação na população total

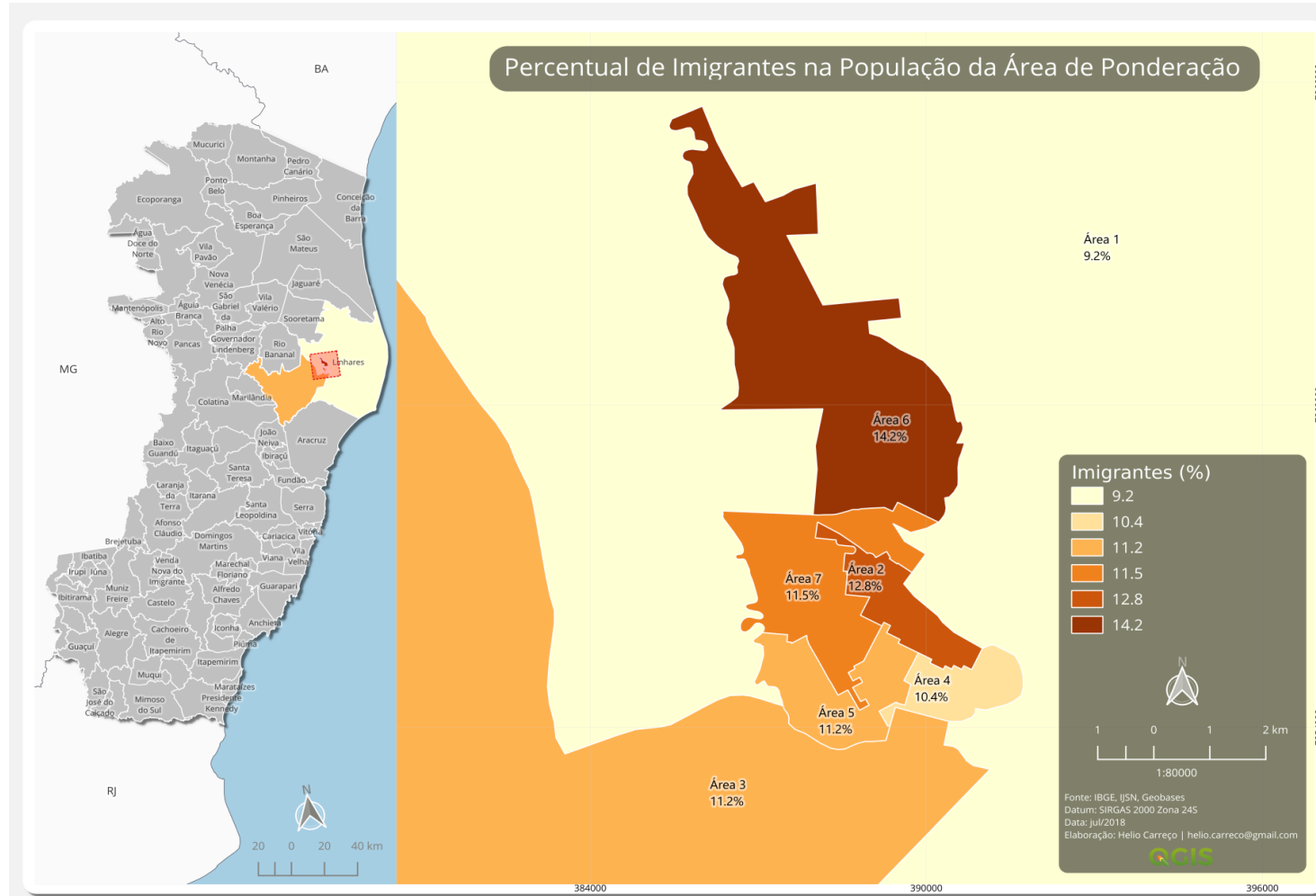
Área de ponderação	Nome	População Total (N)	%	Pessoas da Amostra (n)	%	Imigrantes (Fluxo)	%	Imigrantes/N (%)
3203205003001	Área 1	16.003	11,3	1.587	11,2	1.477	8,9	9,2
3203205003002	Área 2	14.164	10,0	1.408	10,0	1.819	11,0	12,8
3203205003003	Área 3	21.872	15,5	2.232	15,8	2.456	14,8	11,2
3203205003004	Área 4	14.143	10,0	1.374	9,7	1.467	8,9	10,4
3203205003005	Área 5	19.684	13,9	1.935	13,7	2.198	13,3	11,2
3203205003006	Área 6	28.229	20,0	2.802	19,8	4.012	24,2	14,2
3203205003007	Área 7	27.211	19,3	2.798	19,8	3.136	18,9	11,5
Total		141.306	100	14.136	100	16.565	100	11,7

Fonte: Elaboração com base nos dados do IBGE, Censo Demográfico 2010: resultados gerais da amostra por áreas de ponderação: variável V6262 – UF de residência em 31 de julho de 2005 e variável V0011 – área de ponderação.

Nota: Desconsideraram-se os dados daqueles que não sabiam a UF e os ignorados (aplicado na fase de crítica).

Ao dividir o número de migrantes encontrados em cada área de ponderação pela sua população, detectou-se a proporção de migrantes. A área 6 obteve a maior participação, 14,2%, seguida da área 2 (12,8%) e da área 7 (11,5%). Esses dados foram espacializados no Mapa 13. O percentual de migrantes em Linhares no tocante à população total do município era de 11,7%.

Mapa 13 – Percentual de migrantes na população de cada área de ponderação do município de Linhares em 2010, tendo como referência sua residência em 31/07/2005



Fonte: Elaboração com base nos dados do IBGE, Censo Demográfico 2010: resultados gerais da amostra por áreas de ponderação: variável V6262 – UF de residência em 31 de julho de 2005.

Nota: Desconsideraram-se os dados daqueles que não sabiam a UF e os ignorados (aplicado na fase de crítica).

Com isso, respondeu-se aos dois questionamentos: o distrito-sede possuía a maior proporção de migrantes entre os distritos de Linhares e, dentro dele, a área 6 se destacava-se como aquela com maior número de migrantes em relação à população da área.

Dos 16.565 imigrantes em Linhares, 60,2% (9.971) tiveram como origens municípios do Espírito Santo e 22,1% (3.668) o estado baiano, conforme se mostra na Tabela 11. Ao somar essas duas Unidades da Federação com os demais estados da Região Sudeste, essa porcentagem sobe para 93,4%.

Tabela 11 – População residente nas áreas de ponderação de Linhares em 31/07/2010, que, em 31/07/2005, residia em municípios do Espírito Santo ou em outros estados

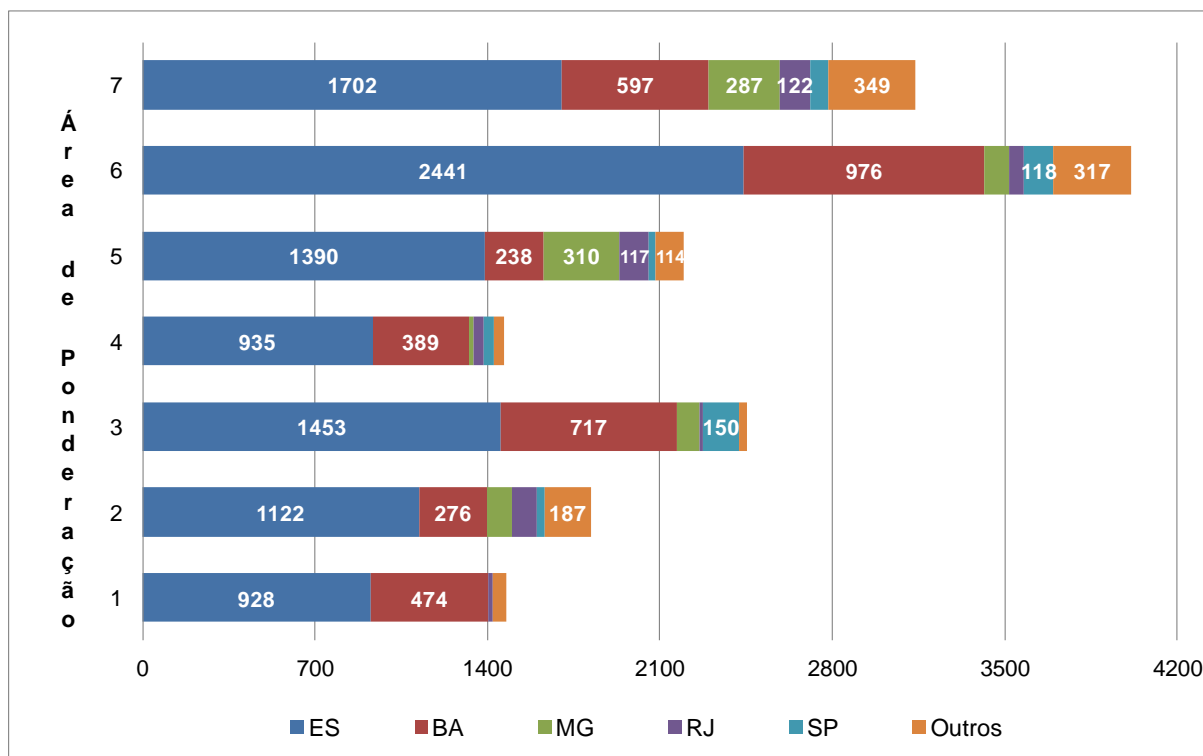
Residência em 31 de Julho de 2005	Áreas de Ponderação							Total	%
	1	2	3	4	5	6	7		
ES	928	1.122	1.454	935	1.390	2.441	1.703	9.971	60,2
BA	474	276	717	389	238	976	597	3.668	22,1
MG	-	100	89	21	310	101	287	908	5,5
RJ	22	103	15	42	117	59	122	480	2,9
SP	-	31	150	38	30	118	78	444	2,7
Outros Estados	53	187	32	41	114	317	349	1.094	6,6
Total	1.477	1.819	2.456	1.467	2.198	4.012	3.136	16.565	100
<i>n</i>	154	163	246	130	223	396	347	1.659	

Fonte: Elaboração com base nos dados do IBGE, Censo Demográfico 2010: resultados gerais da amostra por áreas de ponderação: variável V6262 – UF de residência em 31 de julho de 2005 e variável V0011 – área de ponderação.

Nota: Desconsideraram-se os dados daqueles que não sabiam a UF e os ignorados (aplicado na fase de crítica).

Em todas as áreas de ponderação, o maior número de imigrantes originou-se de municípios capixabas. Eles estão mais concentrados nas áreas 6 e 7. Já os procedentes da Bahia formam o segundo maior grupo, exceto para a área de ponderação 5, onde os que vieram de Minas Gerais tinham superioridade. Os advindos do território baiano estão em maior número nas áreas 6 e 3. No Gráfico 14, visualizam-se os dados.

Gráfico 14 – Número de pessoas residentes nas áreas de ponderação de Linhares em 31/07/2010, que, em 31/07/2005, residiam em outros municípios do Espírito Santo ou em outros estados



Fonte: Elaboração com base no IBGE, Censo Demográfico 2010: resultados gerais da amostra por áreas de ponderação: variável V6262 – UF de residência em 31 de julho de 2005.

Nota: Desconsideraram-se os dados daqueles que não sabiam a UF e os ignorados (aplicado na fase de crítica).

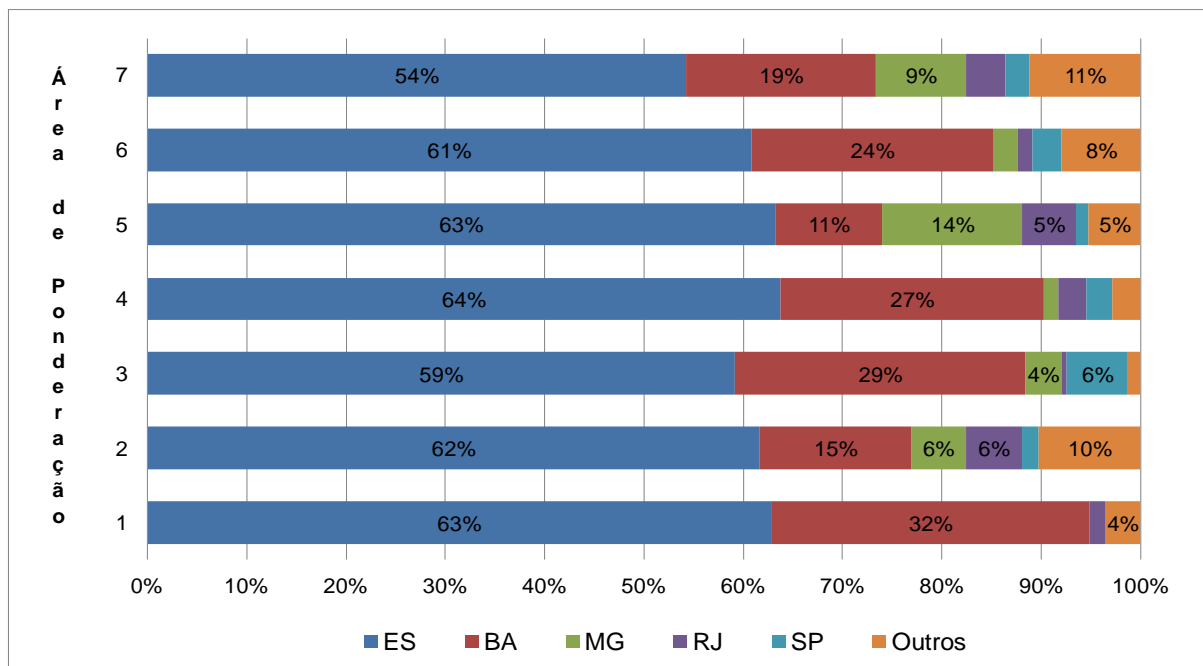
Percebe-se, pelo Gráfico 15, que a participação de migrantes vindos de municípios do Espírito Santo é muito significativa em todas as áreas de ponderação. Ela só é um pouco menor na área 7 (54%). Quando se observa cada área de ponderação, a maior proporção de migrantes do estado da Bahia, em relação ao total de migrantes da área, está nas de número 1 e 3: 32% e 29%, respectivamente. Chama a atenção o fato de que são justamente as áreas fora do distrito-sede.

Após a escolha da área de ponderação 6, com base nos critérios já expostos, passou-se a eleição de um bairro dentro dela para a realização da pesquisa de campo. Diante da intensidade do fenômeno em bairros de atração de migrantes, tal pesquisa torna-se relevante à medida que disponibiliza dados recentes sobre o tema, em contraponto aos últimos dados disponíveis pelo Censo de 2010.

Um dos caminhos escolhidos para a escolha do bairro foi captar a percepção de pessoas que moravam, trabalhavam ou estudavam em Linhares, ou, ainda possuem

como objeto de estudo o estado do Espírito Santo. A seguir, descrevem-se alguns exemplos.

Gráfico 15 – Participação das pessoas residentes nas áreas de ponderação de Linhares em 31/07/2010, que, em 31/07/2005, residiam em outros municípios do Espírito Santo ou em outros estados



Fonte: Elaboração com base no IBGE, Censo Demográfico 2010: resultados gerais da amostra por áreas de ponderação: variável V6262 – UF de residência em 31 de julho de 2005.

Nota: Desconsideraram-se os dados daqueles que não sabiam a UF e os ignorados (aplicado na fase de crítica).

Em 23 de junho de 2017, foi realizada uma palestra na Faculdade de Ensino Superior de Linhares (Faceli), faculdade pública do município, com o objetivo de colher a percepção dos alunos sobre os bairros com maior crescimento populacional nos últimos anos. Muitas contribuições foram dadas. O consenso foi sobre a maior migração para os bairros Canivete e Planalto. Não obstante, boa parte dos alunos concordou que o bairro Canivete possui índices de violência maiores e isso talvez dificultasse a pesquisa de campo, tanto pelo medo de o entrevistador se dirigir a determinados locais quanto pela resistência dos moradores em conceder informações.

Em 27 de setembro 2017, promoveu-se no Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN), uma conversa com os pesquisadores da Coordenação de Estudos Econômicos, a fim de buscar elementos para a análise da migração para Linhares e para a escolha do bairro. Entre muitos apontamentos, aconselharam, por exemplo, o uso de

imagens comparativas de satélite e de mapas para confrontar a estrutura urbana mais recente com a mais antiga.

Pela experiência em consultoria empresarial no município de Linhares, contatou-se, em 06 de abril de 2018, o senhor Francisco Silva, que também é professor da Faceli, para verificar sua opinião sobre qual bairro, na área de ponderação 6, obteve maior crescimento populacional. Citou os bairros Planalto e Canivete. Neste, segundo ele, o crescimento da estrutura urbana do bairro é puxado, em parte, pela expansão do polo moveleiro. Já em Planalto, por ser uma área central do município, o aumento populacional relaciona-se mais com o crescimento econômico geral de Linhares.

Para averiguar o olhar de alguém de Linhares que percorre os bairros realizando algum trabalho, em 10 de maio de 2018, conversou-se com o senhor Fabrício Valfré Prado, coordenador da agência de microcrédito do município desde a sua inauguração em 21 de agosto de 2005. Destacou que o bairro Planalto era uma boa opção para a pesquisa de campo, haja vista o rápido crescimento populacional em decorrência da busca por imóveis mais baratos. Apesar de o bairro não possuir ainda uma boa infraestrutura urbana, declarou que nele é possível encontrar, exceto para casos extremos, moradores com diferentes níveis de renda e instrução.

Por último, em 23 de agosto de 2018, conseguiu-se contato com o senhor Guerino Zanon, prefeito de Linhares. Ele foi eleito por duas vezes deputado estadual e está em seu quarto mandato como prefeito. Relatou que os bairros Planalto e Nova Esperança foram aqueles em que mais cresceram seus contingentes populacionais nos últimos anos. Disse que eles “se confundem”, ou seja, são bairros vizinhos, contíguos.

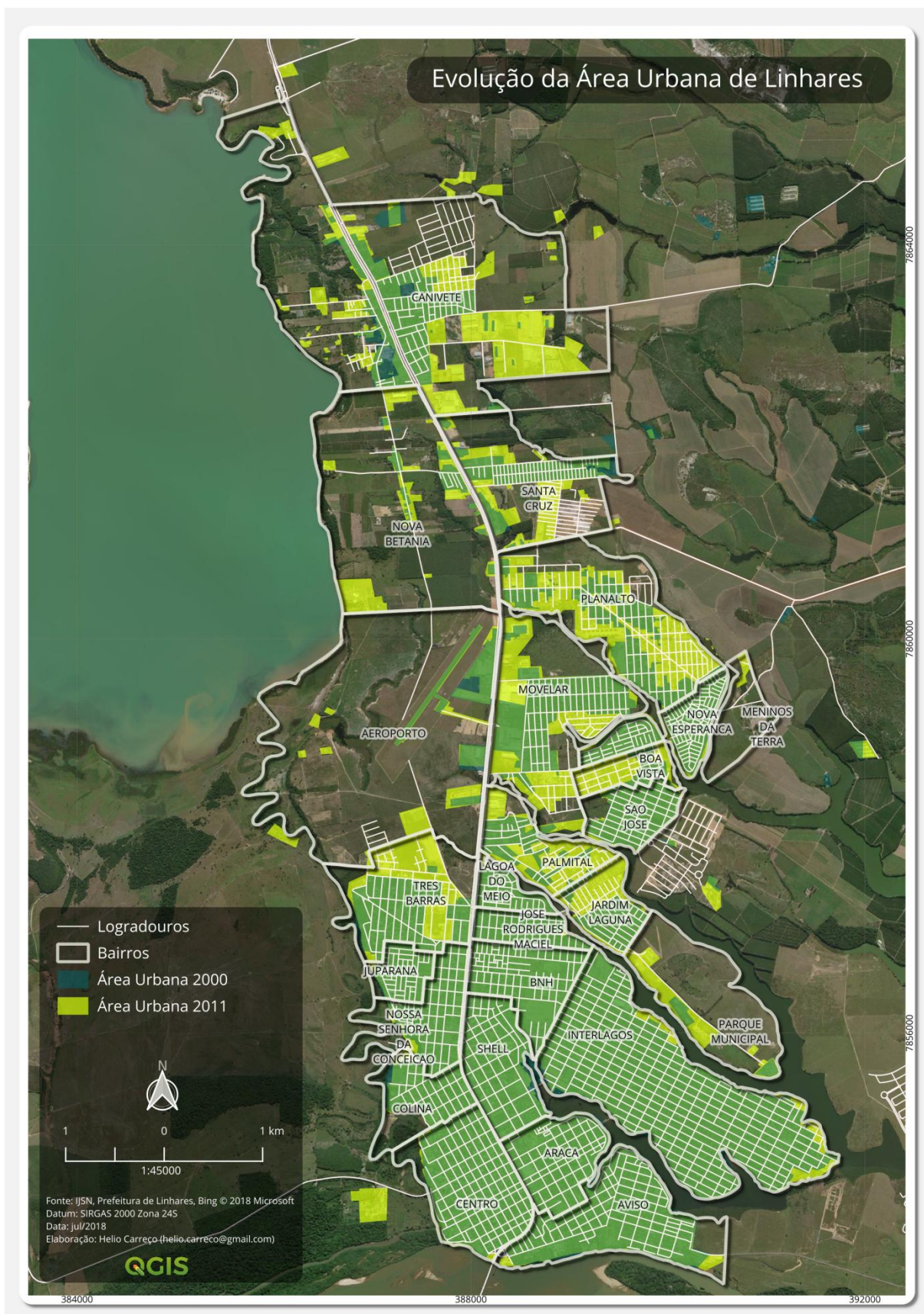
Depois de ter colhido a percepção de pessoas sobre o crescimento populacional dos bairros de Linhares, também se procurou justificar a escolha do bairro mediante a análise do crescimento da estrutura urbana, como orientaram os pesquisadores do IJSN. Com base na sobreposição da mancha urbana de 2000 e de 2011 (a mais recente encontrada e disponibilizada pela Secretaria de Planejamento da Prefeitura de Linhares), percebe-se que a expansão do período ocorreu na parte central e norte do distrito-sede. A porção sul é uma região de ocupação mais antiga. Verificou-se, ainda, que os bairros de Canivete e Planalto apresentaram maior

crescimento no período, na área de ponderação 6 (Mapa 14). Contudo, a maior parte da expansão do bairro Canivete ocorreu na área industrial. Já no bairro Planalto, o crescimento foi residencial. Os dois bairros, em 2010, possuíam população total parecida: 5.215 em Canivete e 5.095 em Planalto. Além disso, eram municípios com maior contingente populacional na área de ponderação 6.

Por último, para confirmar o crescimento da estrutura urbana do bairro Planalto elaborou-se o Mapa 15, por meio do qual se percebe, com imagens de satélite, o bairro em 2006, 2010 e 2018. É possível observar que a evolução da urbanização foi significativa nesse período.

Assim, diante dos dados levantados, das informações e das percepções das pessoas ouvidas, decidiu-se pelo bairro Planalto para a realização da pesquisa de campo.

Mapa 14 – Evolução da área urbana do município de Linhares entre 2000 e 2011



Fonte: Elaboração com base nas informações da Prefeitura de Linhares – Secretaria Municipal de Planejamento.

Mapa 15 – Estrutura urbana do bairro Planalto no município de Linhares, em 2006, 2010 e 2018



Fonte: Elaboração com base nas imagens do Google Earth.

5.1.1. Breve caracterização do bairro Planalto

O propósito desta seção é caracterizar, de forma breve, o bairro Planalto no município de Linhares. Com esse fim, procurou-se entrevistar alguns moradores do bairro, efetuar registros fotográficos e coletar dados e informações na *internet*.

Em 2019, algumas entrevistas foram realizadas com moradores do bairro Planalto no intuito de identificar as origens, o crescimento e as percepções atuais sobre o bairro. Em 21 de setembro de 2019, foi entrevistado o senhor Wesley Xavier Nascimento, que, na citada data, era o presidente da Associação de Moradores do Bairro Planalto (Amorplan)⁴⁴. Em 14 de outubro de 2019 conversou-se com o senhor Joedson Pereira, que trabalhava na função de auxiliar de enfermagem na Unidade de Saúde da Família (USF) do bairro. Além disso, em companhia do senhor Wesley, foram entrevistados o senhor Creuzimar Ribeiro da Silva, o senhor Joerli Antônio Foreste, e três moradores com maior tempo de residência em Planalto: o casal senhor Etiene Zuliani e senhora Ernestina Pavesi Zuliani, e a senhora Dinorá dos Santos Calixto.

O senhor Etiene Zuliane e senhora Ernestina Pavezi Zuliane foram dois dos primeiros moradores do bairro. Em 1980, migraram de São Mateus para o bairro Planalto. Segundo o casal e outros entrevistados, a região era uma antiga fazenda⁴⁵ de criação bovina e, na época, estava em fase de loteamento, mas era muito mal cuidada. Compraram o terreno em que vivem até hoje.

No bairro, de acordo com o casal Pavezi Zuliane, já existia uma granja com capacidade estimada em 600 frangos, de propriedade do senhor José Dantena, mas logo encerrou as atividades.

A senhora Dinorá Santos Calixto veio de São Mateus para outra localidade de Linhares e, em 1984, fixou residência em Planalto. Comprou seu lote por meio de uma imobiliária, com o senhor Getúlio. Recorda que o bairro não dispunha de estradas, e sim de caminhos rodeados por muitas “touceiras de colônias” (colônia

⁴⁴ Foi o presidente da Amorplan até 02 de abril de 2020, quando se afastou para disputar as eleições municipais para vereador.

⁴⁵ Tudo indica que era de propriedade da família Durão.

é tipo de capim muito alto, mato). No bairro, segundo ela, já moravam a família Pavesi Zuliane e a família de Dona Eva.

O bairro não possuía fornecimento de energia elétrica. Como fonte de iluminação, usavam lampião e lamparina. Mas, ainda nos anos 1980, chegou energia ao bairro. A senhora Dinorá lembra que seus filhos catavam sucatas e, com o dinheiro da venda, compravam óleo para abastecer as lamparinas.

Assim também, não havia água encanada. Os entrevistados citaram a necessidade de construção de poço. O senhor Jiorli Antônio Foreste (conhecido como Cholebas) descreveu que, em 1992, quando chegou ao bairro, teve de construir um poço. Ele veio da localidade de Japira, interior de Linhares. Recorda que o bairro estava em fase de loteamento, possuía meio fio, mas não contava ruas asfaltadas. Trabalhava numa fábrica de móveis, mas deixou o emprego e abriu o Bar Cholebas em 1995, no qual trabalha até hoje (o bar fica em frente à avenida principal do bairro).

As compras de mantimentos eram feitas em mercearias no bairro Centro de Linhares e os próprios estabelecimentos realizavam a entrega. Pelo bairro não passavam linhas de ônibus, o que os obrigava a tomar o transporte na BR-101 (hoje nomeada de Rodovia Governador Mário Covas), na entrada do bairro. A senhora Dinorá recorda que muitas vezes ia e voltava a pé⁴⁶.

O bairro Planalto recebeu esse nome em razão de sua superfície mais elevada em relação a certas áreas ao entorno. De fato, percebe-se que o bairro se encontra em uma altitude acima da BR-101, formando um platô com certo grau de nivelamento.

Na maioria do perímetro do bairro, encontram-se cursos de água de baixo volume (pequenas nascentes), formando faixas de áreas alagadiças. Uma pequena parte do perímetro margeia a BR 101 e outras duas partes, um pouco maiores, fazem limite com os bairros Santa Cruz e Nova Esperança (Mapa 16).

⁴⁶ A distância do bairro Planalto ao bairro Centro é de 7,7 quilômetros.

Mapa 16 – O bairro Planalto e alguns equipamentos urbanos, 2020



Fonte: Elaboração com base na pesquisa de campo.

A entrada principal de Planalto ocorre pela BR 101 e inicia-se na Avenida José Francisco Carminatti Bachetti, que corta o bairro em toda sua extensão e termina no limite com o bairro Nova Esperança. É a principal avenida do bairro, inclusive com acostamento e pista de ciclovia no canteiro central em toda sua extensão. Praticamente todas as ruas do bairro convergem para ela. Essa avenida é interrompida em apenas em um ponto, pela praça do bairro. No Mapa 16 é possível observar a avenida José Francisco Carminatti Bachetti e a localização da praça. Em seguida, observa-se uma fotografia de parte da citada avenida e da praça do bairro (Figura 1).

Figura 1 – Vista parcial da Avenida José Francisco Carminatti Bachetti e a praça, bairro Planalto



Fonte: Fotos do autor, feitas em 21/09/2019.

A primeira via a receber asfaltamento foi a Avenida José Francisco Carminatti Bachetti. A inauguração da obra ocorreu em 27 de agosto de 2011 (PREFEITURA MUNICIPAL DE LINHARES, 2011). Posteriormente, em 2014, 14 quilômetros de pavimentação foram concluídos em várias ruas do bairro (PREFEITURA MUNICIPAL DE LINHARES, 2014). No início de 2019 iniciaram as obras de conclusão de pavimentação de todas as ruas do bairro, com rede de esgoto e de drenagem pluvial, conforme se vê na Figura 2. As obras de cobertura asfáltica foram concluídas no fim de 2019; contudo, em abril de 2020, o reservatório de tratamento de esgoto ainda não tinha sido concluído, segundo informações do senhor Wesley Xavier Nascimento, da Associação de Moradores do Bairro Planalto (Amorplan).

Figura 2 – Placa de comunicação das obras de infraestrutura no bairro Planalto, 2019



Fonte: Foto do autor, feita em 21/09/2019.

No que diz respeito a preço de venda dos lotes, no fim de 2019 era comercializado, em média, entre R\$ 80 mil e R\$ 100 mil. Segundo os entrevistados, nos anos 2000, as pessoas foram atraídas pelo preço baixo dos lotes em relação ao de outros bairros. Atualmente o preço encontra-se elevado em decorrência das melhorias de infraestrutura ocorridas em Planalto, especialmente a partir de 2011 com o processo de pavimentação de ruas.

Segundo informações dos moradores, o bairro vizinho Nova Esperança foi fruto de doações de terrenos pela família Durão. Notam-se nesse bairro quadras estreitas e

lotes menores. Uma parte do bairro Planalto, principalmente acima da Avenida José Francisco Carminatti Bachetti e contígua ao bairro Nova Esperança, manteve os traços de ocupação deste bairro. Nessa porção de Planalto, encontram-se a maior densidade populacional e maior concentração de moradias mais simples.

Há uma tendência imobiliária recente para construções de casas tipo duplex (dois pavimentos), com vaga de garagem, sala, cozinha, área de serviço, dois banheiros e dois quartos. São empreendimentos idealizados por pequenas construtoras, que compram um terreno e constroem nele algumas casas independentes, com o mesmo padrão. Segundo informações de *sites* de venda na *internet*, a área total de cada residência girava entre 100 m² e 170 m² e área construída em média de 65 m² a 70 m². O preço médio dos imóveis estava em torno de R\$ 150 mil a 170 mil e esses podem ser financiados por instituições bancárias. Na Figura 3, são exemplificados esses tipos de construções.

Figura 3 – Exemplos de novas construções encontradas no bairro Planalto



Fonte: Fotos do autor, feitas em 21/09/2019.

O bairro Planalto conta com dois condomínios fechados: o Residencial Morada do Verde e o Residencial Morada dos Ipês (figura 4). O primeiro possui 360 unidades

habitacionais e o segundo 288. A seguir, serão apresentadas algumas informações sobre ambos os condomínios, especialmente de *sites* de vendas.

O Residencial Morada do Verde foi lançado em 2011, com previsão de inauguração em dezembro de 2013, mas, em 2014 ainda estava em obras e o início da ocupação ocorreu, provavelmente desde 2015. Os apartamentos possuem dois quartos, com área de 57 m² a 70 m² e custam em torno de R\$ 120 mil a R\$ 145 mil.

As obras do Residencial Morada dos Ipês começaram em 2016 e, no início de 2018, ele já estava pronto para morar. Possui apartamentos de 2 e 3 quartos. Os de dois quartos têm área de 72,2 m² ou 79,5 m² e o preço médio de compra está por R\$ 175 mil. Já os apartamentos de 3 quartos dispõem de área de 80,1 m² e 88,7 m² e são negociados entre R\$ 230 mil e R\$ 250 mil.

Figura 4 – Residencial Morada do Verde e Residencial Morada dos ipês, no bairro Planalto



Fonte: Fotos do autor, feitas em 21/09/2019.

No que se refere a atendimento de saúde, o bairro Planalto conta com uma Unidade de Saúde da Família (USF), inaugurada em agosto de 2014. Localiza-se na Avenida José Francisco Carminatti Bachetti (Figura 5) e contém três consultórios médicos, dois ginecológicos e um odontológico, salas de higiene bucal, de inalação, de imunização, de suturas e curativos, posto de enfermagem e farmácia (PRESENTE PARA LINHARES..., acesso em 4 abr. 2020). Além disso, dez agentes de saúde cadastram e acompanham as famílias.

A USF atende todo o bairro Planalto e parte dos moradores do bairro Movelar, das 8 horas às 17 horas. Ademais, possui um horário estendido até as 21 horas para atendimento das pessoas que trabalham. Casos mais graves são direcionados ao Hospital Geral, no bairro Centro de Linhares, conforme informações do senhor Joedson Pereira e do senhor Wesley Xavier Nascimento.

Figura 5 – Unidade de Saúde da Família no bairro Planalto



Fonte: Foto do autor, feita em 21/09/2019.

No tocante à educação, em Planalto, encontram-se duas escolas de educação infantil e uma de ensino fundamental. Além disso, há uma instituição filantrópica que desenvolve atividades socioeducativas (Figura 6). Os jovens que alcançam o ensino médio devem deslocar-se para escolas de outros bairros, como Movelar ou Centro.

Segundo o Censo Escolar de 2019 (INFORMAÇÕES..., acesso em 5 abr. 2020), a educação infantil atendia 813 crianças. O Centro de Educação Infantil Municipal (Ceim) Valdir Gabriel Marim, inaugurado em 1998, possuía 435 alunos; e o Ceim Amigos Do Saber, inaugurado no fim dos anos 2000, continha 378 alunos. As duas escolas também atendem, em menor número, alunos de bairros vizinhos.

A Escola Municipal de Ensino Fundamental (EMEF) Caboclo Bernardo foi fundada em 1999. Em 2019, nela estavam matriculados 476 alunos no ensino fundamental I e 273 alunos no ensino fundamental II (INFORMAÇÕES..., acesso em 5 abr. 2020). Atende também alunos de outros bairros próximos.

Figura 6 – Escolas de ensino infantil e fundamental e instituição filantrópica de ações socioeducativas, no bairro Planalto



Fonte: Fotos do autor, feitas em 21/09/2019.

O Centro Juvenil Salesiano Santa Maria Mazzarello, fundado em 2011, é um projeto socioeducativo, gerenciado pelas irmãs salesianas, que atende cerca de 250 crianças, adolescentes e jovens, de 6 a 17 anos, em situação de vulnerabilidade social (PROJETO MAZZARELLO..., acesso em 5 abr. 2020). Os atendidos devem estar regularmente matriculados em uma escola. O Centro Infanto-juvenil oferece gratuitamente, por exemplo, oficinas de artesanato, leitura e escrita, comunicação,

dança, esporte, jiu-jitsu, informática, violão e canto. A instituição beneficia também os familiares, com os quais desenvolve atividades capazes de aumentar a renda.

O bairro dispõe de pequenas unidades industriais e de serviços, a exemplo de fábrica de polpa de frutas, de móveis, de pré-moldados, reforma de carrocerias e serralheria e pintura industrial. Além disso, pequenos comércios são encontrados, como mercearia, material de construção, venda de madeiras, padaria, farmácia, barbearia e salão de beleza, bar e sorveteria.

Planalto conta com dois espaços privados para eventos: a) o Cerimonial Celebrity Na Luz, que atende a comemorações menores; e b) o Cerimonial Lodasa, com espaço mais amplo, o que possibilita receber festas com maior número de pessoas, a exemplo de casamentos e formaturas. Possui ainda dois campos de futebol para locação.

Por fim, um ponto a destacar é a religiosidade cristã das pessoas residentes no bairro. Foram catalogadas duas igrejas católicas e 21 igrejas evangélicas e de outras denominações, entre as quais as mais tradicionais, como a Batista, Adventista do Sétimo Dia e nove congregações diferentes da igreja Assembleia de Deus⁴⁷.

De fato, as igrejas evangélicas têm atraído considerável número de pessoas. No Censo de 2000, 15,4% da população brasileira se autodeclarou evangélica; no Censo de 2010, o percentual passou para 22,2%. No Espírito Santo e no município de Linhares, percebe-se maior proporção de fiéis evangélicos. No ano 2000, 25,0% da população capixaba e 18,7% da população linharensense era evangélicas. Em 2010 esse percentual passou para 33,1% e 30,2%, respectivamente⁴⁸. Nota-se, assim, que o crescimento relativo de fiéis evangélicos em Linhares foi superior ao do capixaba e do brasileiro, no período intercensitário.

Em pesquisa realizada, em 2015, com membros de igrejas pentecostais no município de Rio Grande da Serra, no estado de São Paulo, Noronha (2015) constatou que o acolhimento dos migrantes, especialmente oriundos do meio rural, pelas igrejas pentecostais, foi de suma importância no processo de “reorganização

⁴⁷ A distribuição igrejas pode ser observada no Mapa 16 (anterior).

⁴⁸ IBGE, SIDRA, tabela 137.

social” desses migrantes. Apesar de o migrante trazer consigo uma “religião herdada”, as pessoas que o acolheram, ou com quem mantém vínculos no novo local de residência, podem influenciar na sua decisão de mudança de filiação religiosa; e isso pode acontecer mais facilmente nos locais de destino, pois é menor a pressão do grupo familiar ou de parentesco para que o indivíduo se mantenha na mesma igreja (MARINUCCI, 2011; NORONHA, 2015). Marinucci (2011), em pesquisa realizada em 2008 e 2009 com migrantes de Caxias do Sul-RS, Aracaju, Manaus e Distrito Federal, verificou que essa “reconfiguração da identidade religiosa” foi fruto da solidariedade ou convite de membros (amigos, parentes e outros) de outras denominações religiosas.

A religiosidade torna-se um “recurso simbólico” para transpor as dificuldades próprias da condição migratória. A participação de um grupo religioso (que talvez seja o único espaço coletivo de vivência do migrante) proporciona ao migrante suporte emocional, conforto espiritual e proteção material nas adversidades. Além dos aspectos individuais, ao fazer parte de um grupo religioso o migrante constrói o respeito perante à sociedade na qual está inserido (MARINUCCI, 2013).

5.2. PLANEJAMENTO AMOSTRAL

Esta seção apresenta como foi definida a amostra de 350 pessoas de 16 anos ou mais, para responderem ao questionário de pesquisa de campo, com base na população estimada para o bairro em 2018. Além disso, demonstra-se a opção pelo uso de uma amostragem aleatória estratificada por setor (definidos de acordo com as características do bairro bem como sua ocupação) em dois estágios, tendo como unidade o domicílio/indivíduo, sendo que, em cada domicílio, apenas um único indivíduo foi selecionado para ser entrevistado; utilizou-se um controle de cotas (sexo e faixa etária) amparado nos dados censitários disponíveis (Censo 2010).

5.2.1. Tamanho da amostra

A população residente no bairro Planalto, de acordo com o Censo de 2010, era de 5.095 pessoas. Ainda segundo o IBGE, a taxa de crescimento populacional projetada para o município de Linhares, entre 2010 e 2018, foi de 20,56%. Com essa taxa, estimou-se a população residente no bairro Planalto em 2018: 6.143 moradores.

Não obstante, a nossa população (N), objeto de estudo, não será a população do bairro, e sim as pessoas com 16 anos ou mais. Considerou-se que, a partir dessa idade, o entrevistado já possui certo grau de maturidade para responder às questões e também por ser um período em que o jovem inicia os primeiros passos no mercado de trabalho.

Segundo o IBGE, a população de 16 anos ou mais no bairro Planalto, em 2010, era de 3.220 pessoas. Devido à inexistência de dados mais recentes sobre a estrutura etária do bairro, considerou-se a mesma taxa de crescimento da população total de Linhares no período 2010-2018, adotada pelo IBGE, para a população de 16 anos ou mais de Planalto. Assim sendo:

$P_{16+2018}$: população estimada com 16 anos ou mais no bairro Planalto em 2018;

$P_{16+2010}$: população com 16 anos ou mais no bairro Planalto em 2010;

T : taxa de crescimento populacional para o município de Linhares 2010 – 2018;

encontrou-se a estimativa do número de pessoas de 16 anos ou mais residentes no bairro Planalto em 2018:

$$P_{16+2018} = P_{16+2010} * (1 + T) \quad (1)$$

$$P_{16+2018} = 3.220 * (1,2056)$$

$$P_{16+2018} \approx 3.882$$

Portanto, estima-se que, em 2018, residissem 3.882 pessoas de 16 anos ou mais no bairro Planalto. Este será o tamanho populacional (N) objeto de estudo⁴⁹.

De acordo com Levin (1987), raramente o pesquisador trabalha coletando dados e informações de toda a população objeto de estudo, pois existem limitações financeiras e de tempo. Em vez disso, como aponta Barbetta (1999), ele se debruça sobre uma amostra, ou seja, uma parte dos elementos retirados da população. Com isso, espera-se coletar dados e informações para tecer estimativas (inferência) para determinadas características (parâmetros) da população. Tal amostra deve ser definida de forma que seja representativa da população estudada e seja possível fazer generalizações de uma para outra (BOLFARINE; BUSSAB, 2005; LEVIN, 1987).

Assim, para o cálculo do tamanho amostral (n) mínimo, retratado na Equação 2, para a população de 16 anos ou mais, do bairro Planalto, foram considerados: erro amostral de 5%, coeficiente de confiança de 95% e, como não se conhece a variância da população, que é uma medida de heterogeneidade, optou-se pelo valor máximo que ela pode assumir: 0,25. Segundo Barbetta (1999, p. 179), “[...] quanto mais heterogênea for a população em estudo, maior deverá ser o tamanho da amostra”.

Desse modo, sendo:

N: população;

d: erro amostral;

z_{α} : coeficiente de confiança;

S: desvio padrão é $\sqrt{S^2}$, onde S^2 é a variância da população;

tem-se a seguinte equação, conforme (BARNETT, 2005):

$$n \geq N \left[1 + N \left(\frac{d}{z_{\alpha} S} \right)^2 \right]^{-1} \quad (2)$$

$$n \geq 3.882 \left[1 + 3.882 \left(\frac{0,05}{1,96 \times 0,5} \right)^2 \right]^{-1}$$

⁴⁹ Como será explicado ainda neste capítulo, apesar de, nos dois condomínios do bairro, não pode ser possível realizar a pesquisa campo, optou-se por manter o tamanho populacional (N).

$$n \geq 3.882 [1 + 3.882(0,0026)]^{-1}$$

$$n \geq 3.882 [11,1052]^{-1}$$

$$n \geq 349,5671 \approx 350$$

Portanto, o tamanho da amostra (n) será de 350 pessoas.

5.2.2. Tipo de amostragem

O processo de seleção da amostra escolhido foi o de amostragem aleatória ou probabilística, em que todas as unidades da população têm a mesma probabilidade de serem selecionadas. Segundo Barbetta (1999, p. 41), a amostragem aleatória permite “[...] a utilização das técnicas clássicas de inferência estatística, facilitando a análise dos dados e fornecendo maior segurança ao generalizar os resultados da amostra para a população”.

A unidade amostral é o indivíduo, sobre o qual se quer investigar características da população estudada em relação ao tema migração. Nesse sentido, alguns tipos de amostragem aleatória se tornariam inviáveis pelos custos envolvidos para catalogar todas as pessoas de 16 anos ou mais no bairro Planalto. Se esse trabalho fosse realizado, poderíamos optar, por exemplo, por uma amostragem aleatória simples e realizar o sorteio de 350 indivíduos dentro da população de 16 anos ou mais.

Assim, optou-se pela amostragem aleatória estratificada por setores do bairro. Segundo Bolfarini e Bussab (2004, p. 19), “quase todos os planos amostrais reais adotam a estratificação em algumas de suas etapas”. Daí resulta a tarefa de conhecer (cadastrar) todos os domicílios do bairro para ser possível selecionar aleatoriamente 350 domicílios e garantir a proporcionalidade amostral em cada setor; e, posteriormente, entrevistar uma pessoa em cada um dos domicílios sorteados.

Por meio do auxílio de servidores do IBGE da unidade de Vitória-ES, descobriu-se que a última atualização da listagem de endereços dos setores censitários na base territorial do bairro Planalto foi realizada em 2010. Como a pesquisa de campo neste trabalho ocorre nove anos após a última atualização e como se observa, no bairro Planalto, crescimento elevado no número de construções, decidiu-se pelo cadastramento de todos os domicílios mediante a coleta de campo. O senhor Rafael Hiroshi Souza Kenmoku, coordenador do Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos (CNEFE) no IBGE da unidade de Vitória-ES, orientou a construção de nova base de endereços, pois a atualização da existente poderia trazer mais dificuldades devido à grande renumeração dos domicílios, ao surgimento de ruas e quadras e às alterações no nome de ruas.

O primeiro estágio foi a seleção aleatória do domicílio. Para a escolha aleatória de uma pessoa em um domicílio seria necessária uma seleção de um outro estágio: conhecer *a priori* todos os seus moradores de 16 anos ou mais e realizar um sorteio aleatório. Como não se dispõe dessa informação e os custos para seu alcance são altos, optou-se por um controle dos entrevistados por cotas, por meio de certas características. O uso de quotas garante maior representatividade da amostra. Além disso, permite alguns controles aos vieses que podem surgir no campo.

Segundo Barbetta (1999), a cota deve ser de fácil identificação para não obstar a aplicação do questionário pelo entrevistador. Assim, definiram-se quotas por sexo e três grupos de idade, de forma que elas apresentassem proporções semelhantes às da população em estudo no bairro Planalto em 2010, ano do último Censo Demográfico. De fato, além de fácil identificação, as cotas podem revelar informações bem diferentes no que diz respeito às questões migratórias e a outros dados socioeconômicos. O número estabelecido em cada cota não tem o objetivo de ser seguido rigidamente; somente é um parâmetro para que a amostra seja representativa. Logicamente, as características da população do bairro, por sexo e idade, podem ter sido alteradas substancialmente de 2010 para 2019.

O primeiro controle por cotas estabelecido foi por sexo. Pela Tabela 12, nota-se que o número de residentes de 16 anos ou mais, no bairro Planalto, em 2010, dos sexos masculino e feminino era equilibrado, o que refletiu no número de entrevistados ambos os sexos. A participação do sexo masculino era de 49,9% e do sexo

masculino 50,1%, o que balizou a aplicação de 175 questionários para cada sexo, aproximadamente.

A amostra foi dividida em três grupos de idade, em proporção semelhante à verificada na população do bairro em 2010. Conforme se observa na Tabela 13, distribuiu-se em três grupos de idade. Assim, buscou-se aplicar 150 questionários no grupo etários de 16 a 29 anos, 138 no grupo de 30 a 49 anos e 62 no grupo de 50 anos ou mais. Como exposto, essa divisão teve o objetivo de balizar as tarefas do entrevistador e não engessar os trabalhos de campo, até porque a estrutura etária pode ter se alterado nesse período.

Tabela 12 – Controle de cotas por sexo dos entrevistados de 16 anos ou mais no bairro Planalto, com base no Censo 2010

Sexo	População	%	Amostra
Masculino	1.608	49,9	175
Feminino	1.612	50,1	175
Total	3.220	100	350

Fonte: Elaboração com base na Tabela 1378 - Sidra (IBGE).

Tabela 13 – Controle de cotas por faixa etária dos entrevistados de 16 anos ou mais no bairro Planalto, com base no Censo 2010

Faixa etária	População	%	Amostra
16-29	1.375	42,7	150
30-49	1.273	39,5	138
50+	572	17,8	62
Total	3.220	100	350

Fonte: Elaboração com base na tabela 1378 - Sidra (IBGE).

5.3. TRABALHOS DE CAMPO

Nesta seção, serão explicadas as duas fases dos trabalhos de campo e a elaboração do questionário. A primeira consistiu em cadastrar todos os domicílios e estabelecimentos do bairro. Após o cadastramento, o bairro foi dividido em três

setores. Para cada setor, foi definido um número de questionário proporcional à quantidade de domicílios ocupados, totalizando 350 domicílios. Em seguida, elaborou-se o questionário de pesquisa de campo (com questões objetivas e subjetivas) e realizado o pré-teste, o que permitiu, por exemplo, melhorias na redação de perguntas, inclusão e retiradas de outras. A segunda fase dos trabalhos de campo foi a aplicação do questionário, ao qual responderam 350 pessoas de 16 anos ou mais. Apesar de apenas um membro do domicílio ter respondido ao questionário, foi possível coletar algumas informações de 1.218 pessoas residentes nos 350 domicílios.

5.3.1. Cadastramento dos domicílios

Para os trabalhos de campo, foram confeccionadas camisas personalizadas com as estampas “Universidade Federal do Espírito Santo” e “Pesquisador”. Além dessa identificação, elaborou-se uma carta de apresentação da pesquisa, a qual foi assinada pela orientadora, caso algum morador ou autoridade pública questionassem a atuação no campo. O modelo da carta pode ser verificado no Anexo A.

O cadastramento dos domicílios⁵⁰ foi realizado em quatro finais de semana: 27/07 e 28/07, 03/08 e 04/08, 10/08 e 11/08, 17/08 e 18/08. Esse trabalho contou com o auxílio de Ruan Sedano Caldeira e de Josenilton Pinheiro Santos, dois técnicos que já trabalharam no IBGE, coletando e atualizando dados para o Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos (CNEFE).

De acordo com o IBGE:

A realização de pesquisas domiciliares amostrais depende, de forma crítica, da disponibilidade de uma lista atualizada dos endereços existentes em cada área investigada, bem como de sua destinação: se residencial ou não residencial.

O CNEFE, formado por um banco de dados de endereços de abrangência nacional e por um conjunto de procedimentos de atualização do setor, fornece às pesquisas do IBGE os meios necessários à seleção dos domicílios para entrevistas (IBGE, 2013b, p. 10).

⁵⁰ Segundo o IBGE (2019), domicílio é uma edificação para finalidade exclusiva de moradia.

A metodologia utilizada no cadastramento dos domicílios do bairro Planalto foi a empregada pelo CNEFE, contudo com abrangência menor em relação aos dados coletados. O CNEFE colhe, por exemplo, o nome e o telefone do responsável e informações sobre a infraestrutura dos logradouros (iluminação, estado da pavimentação...).

O trabalho de campo explorou somente dados necessários para viabilizar o sorteio aleatório e a identificação rápida do domicílio sorteado. Nesse sentido, o que se coletou foram informações de cada domicílio e estabelecimento: logradouro, número, quadra, face, observações (como ponto de referência ou aspectos físicos que facilitem a localização) e situação (se o domicílio estava ocupado ou vago, por exemplo).

A primeira etapa do cadastramento consistiu no reconhecimento dos perímetros do bairro, tendo em mãos sua base territorial. Essa foi uma fase importante para sanar possíveis inconsistências na representação do mapa e modificações da estrutura do bairro surgidas, por exemplo, com a abertura de ruas e novos loteamentos. De fato, em pelo menos dois pontos do bairro, verificou-se que o perímetro teve alterações, com ocupações regulares e irregulares. O presidente da Associação de Moradores do Bairro Planalto (AMORPLAN), Wesley Xavier, relatou em entrevista, em 21 de setembro de 2019, que existem ocupações irregulares, especialmente em alguns locais, nos limites do bairro. De fato, com exceção desses limites, a ocupação no interior do bairro tem-se dado de forma ordenada.

Na etapa posterior, foi realizado o trabalho de cadastramento propriamente dito. O início consistiu na escolha da primeira quadra a receber o cadastramento, de modo que a movimentação pelo bairro seguisse certo ordenamento. Depois, escolheu-se a face da quadra em que iria iniciar o cadastro e sua identificação (a começar pelo número 1). Anotaram-se, em cada face, para cada domicílio (ou estabelecimento), o logradouro, o número, observações (caso necessário) e a situação, especialmente se ocupado ou vago. Percorreram-se todas as faces de cada quadra (uma quadra por vez), sempre conservando o objeto do cadastramento (a quadra) à direita. Ao término do cadastramento numa quadra, encaminhou-se para a quadra vizinha, para realizar o mesmo procedimento.

A quadra geralmente possui forma retangular bem delimitada por logradouros; mas, em muitos casos, principalmente nos limites do bairro, as quadras também podem apresentar forma irregular e ser abertas, faltando faces para fechar o perímetro. Essas quadras abertas foram encontradas no Bairro Planalto, em boa parte do perímetro, haja vista que é um bairro de ocupação mais recente e na área de expansão da cidade. Essa característica faz com que o bairro faça limite da sua estrutura urbana apenas com os bairros Nova Esperança e Movelar, e uma pequena parte com o bairro Linhares V. No Mapa 17, no final deste capítulo, é apresentado o mapa do bairro com as numerações das quadras.

A terceira etapa consistiu em transcrever e organizar os dados coletados para uma planilha do *software Microsoft Office Excel*. Assim possibilitou saber, por exemplo, o número de domicílios ocupados em cada quadra ou em cada face da quadra. Contudo, a informação mais relevante é a relação de domicílios ocupados no bairro. Essa foi a listagem que permitiu a realização da amostragem aleatória.

Um fato importante que influenciou decisivamente para reduzir a abrangência do objeto de estudo foi a impossibilidade de cadastrar os domicílios em ambos os condomínios no bairro: Morada do Verde e Morada dos Ipês. Os porteiros passaram as informações sobre o número de torres e de andares e de apartamentos por andar. Contudo, não foi permitido entrar nos condomínios para colher as informações de quais estavam ocupados ou vagos. A orientação foi procurar a administração desses condomínios para solicitar a autorização para entrar nas dependências. Foram procuradas tais empresas, mas não se obteve sucesso. Então, decidiu-se retirar os domicílios de ambos os condomínios da relação de elementos aptos ao sorteio aleatório. Assim, o objeto de estudo passou a ser o bairro Planalto, menos os condomínios Morada do Verde e Morada dos Ipês.

De fato, se, na fase de cadastro, já se encontraram barreiras de acesso, na fase de aplicação de questionário seria ainda mais difícil contatar moradores. A título de informação, no Quadro 2, expõe-se o número de apartamentos em cada um dos condomínios.

Quadro 2 – Número de domicílios nos condomínios Morada do Verde e Morada dos Ipês

Condomínio	Número de torres	Número de andares por torre	Número de apartamentos por andar	Número total de domicílios
Morada do Verde	15	4	6	360
Morada dos Ipês	6	4	12	288
Total	21	-	-	648

Fonte: Elaboração com base nas informações coletadas nas portarias dos condomínios.

Ao desconsiderar esses 648 domicílios, foi cadastrado um total 2.785 domicílios e estabelecimentos, dos quais 611 eram domicílios vagos ou estabelecimentos, por isso foram retirados do rol dos aptos para o sorteio aleatório; restaram, então, 2.174 domicílios ocupados, conforme se mostra no Quadro 3. A relação dos domicílios e estabelecimentos encontra-se no Anexo D.

Quadro 3 – Número de domicílios cadastrados no bairro Planalto

Tipo	Número
Domicílios e estabelecimentos cadastrados	2.785
Domicílios vagos	398
Estabelecimentos	213
Domicílios ocupados	2.174

Fonte: Elaboração com base no trabalho de campo.

5.3.2. Elaboração do questionário e pré-teste

O questionário de pesquisa de campo conteve 50 questões objetivas e subjetivas e pode ser observado no Anexo C. No Quadro 4, apresenta-se um resumo de como foi estruturado e quais os itens observáveis nas questões.

Quadro 4 – Estrutura do questionário e itens observados

Estrutura	itens
Cabeçalho	Nome da universidade e do programa de pós-graduação, local da aplicação do questionário, número de identificação conforme lista de domicílios ocupados e os setores do bairro.
Dados de localização	Logradouro e número.
Dados gerais	Dados do entrevistado: nome, idade, sexo, estado civil, ocupação, local de trabalho e renda.
	Dados das pessoas do domicílio: relação de parentesco com o responsável, sexo, idade, município e estado de nascimento.
Dados de migração	Local de nascimento, tempo de residência em Linhares e no bairro Planalto, local de moradia anterior e com quem migrou.
Situação econômica e percepção de melhoria de vida e de oportunidades	Situação financeira em relação à origem, renda em comparação com as pessoas na origem, vantagens da mudança, percepção sobre o mercado de trabalho e o crescimento de oportunidades de emprego em Linhares.
Determinantes da migração, dificuldades na chegada e avaliação do local de destino	Fatores de expulsão (origem) e atração (destino), dificuldades enfrentadas na chegada, percepção de aspectos positivo e negativo do destino.
Laços entre a origem e o destino	Identificação de alguém que tenha incentivado o entrevistado a vir para Linhares e o ajudou/apoiou na chegada.
	Identificação do entrevistado tenha incentivado alguém a vir para Linhares e o ajudou/apoiou na chegada.
Comunicação com a origem e desejo de retorno	Identificação do entrevistado que tenha comunicação com pessoas da origem, e pretensão de retornar e por quais motivos.

Fonte: Elaboração própria.

De acordo com Barbeta (1999, p. 34),

antes de iniciar a coleta de dados através de um questionário, precisamos verificar se este instrumento está bom. Neste contexto, toma-se fundamental a realização de um pré-teste, aplicando o questionário em alguns indivíduos com características similares aos indivíduos da população em estudo. Somente pela aplicação efetiva do questionário é que podemos detectar algumas falhas que tenham passado despercebidas em sua elaboração, tais como: ambiguidade de alguma pergunta, resposta que não havia sido prevista, não variabilidade de respostas em alguma pergunta, etc. O pré-teste também pode ser usado para estimar o tempo de aplicação do questionário.

Assim, formuladas as perguntas, partiu-se para a aplicação do pré-teste da primeira versão do questionário. Na primeira metade de agosto de 2019 o questionário foi aplicado a 22 pessoas residentes na Região Metropolitana da Grande Vitória, com diferentes idades, níveis de escolaridade e de renda. Isso possibilitou, por exemplo, melhorias na redação de determinadas perguntas, inclusão e retiradas de outras e alteração na ordem de algumas questões.

5.3.3. Aplicação do questionário

A amostra de 350 questionários foi estabelecida com base na população de 16 anos ou mais, projetada para o bairro Planalto em 2019, como retratada neste capítulo. Uma observação relevante é que, apesar da exclusão dos condomínios Morada do Verde e Morada dos Ipês do objeto de pesquisa, o que pressupõe uma redução da população objeto de estudo, optou-se por manter a amostra de 350 questionários.

Com os dados de localização dos domicílios ocupados, optou-se por dividir o bairro em três setores, de modo que a amostra de 350 questionários guardasse proporcionalidade com o número de domicílios ocupados em cada região. Isso evitou, por exemplo, que mais domicílios fossem sorteados em determinada parte do bairro com menor quantidade de habitantes. Assim, conforme demonstrado no Mapa 17 (localizado no final desta seção), traçaram-se duas linhas imaginárias no bairro Planalto como meio de repartir, de forma aproximada, o número de domicílios ocupados. Esse quantitativo de cada setor pode ser observado na Tabela 14, assim como o número de questionários correspondente.

Tabela 14 – Número de domicílios ocupados e de questionários a serem aplicados em cada setor do bairro Planalto

Setores	Domicílios ocupados	%	Número de questionários	%
Setor 1	687	31,6	111	31,6
Setor 2	666	30,6	107	30,6
Setor 3	821	37,8	132	37,8
Total	2.174	100	350	100

Fonte: Elaboração com base no trabalho de campo.

Com o auxílio do *software Microsoft Office Excel*, sortearam-se de forma aleatória e sem reposição, 111 domicílios no setor 1, 107 no setor 2 e 132 no setor 3. Assim como na fase de cadastramento de domicílios e estabelecimentos do bairro Planalto, na aplicação dos questionários também foram utilizados os serviços de Ruan Sedano Caldeira e de Josenilton Pinheiro Santo. As idas a campo foram realizadas sempre nos fins de semana, nos dias 31 de agosto de 2019 e 1º, 07, 08, 14, 15 e 21 de setembro de 2019. Para essa etapa, também foi elaborada uma carta de

apresentação, que pode ser visualizada no Anexo B. Poucas foram as vezes em que se precisou mostrar a carta. No geral, os moradores do bairro Planalto foram receptivos.

Após cada fim de semana de trabalho, foi realizada uma reunião para avaliar o andamento, verificar as dificuldades enfrentadas e alinhar os próximos passos. Em verdade, os únicos contratemplos foram algumas recusas em responder ao questionário ou a indisponibilidade de pessoas de 16 anos ou mais no domicílio no momento da abordagem. Nesses casos, a metodologia empregada foi a escolha do próximo domicílio ocupado. Para isso, o entrevistador percorreu a quadra, sempre a mantendo à sua direita, até encontrar o domicílio ocupado imediatamente posterior.

Observa-se, pela Tabela 15, que o maior número de recusas ou de indisponibilidade de pessoas de 16 anos ou mais no domicílio para responder a pergunta foi no setor 3 (19 ocorrências). Considerando a amostra como um todo, 39 domicílios (ou 11,1% da amostra) tiveram de ser substituídos por outro, conforme a metodologia exposta.

Tabela 15 – Número de questionários e de recusa ou indisponibilidade de respondentes, em cada setor do bairro Planalto

Setores	Número de questionários	Número de recusa ou indisponibilidade	%
Setor 1	111	10	9,0
Setor 2	107	10	9,3
Setor 3	132	19	14,4
Total	350	39	11,1

Fonte: Elaboração com base no trabalho de campo

O controle de cotas por sexo e grupos etários foi realizado, mas não de forma rígida, como já elucidado anteriormente. Ao chegar ao domicílio designado pelo sorteio aleatório, o entrevistador aplicou o questionário à pessoa que o atendeu. Contudo, dado o acompanhamento das cotas, o entrevistador teve a liberdade para perguntar se outro residente do domicílio poderia responder à pesquisa. Essa troca de entrevistado somente seria realizada se fosse possível e consentido pelo atendente.

Na Tabela 16, nota-se que o número de questionários aplicados em pessoas do sexo masculino e feminino ficou muito próximo do previsto pelas cotas. Em relação às cotas por faixa etária, verificou-se que, mesmo com a metodologia de substituição

de entrevistados, 22 dos 150 questionários previstos para serem aplicados no grupo de 16 a 29 anos foram dirigidos aos dois outros grupos: 13 questionários à faixa etária de 30 a 49 anos e 9 questionários às pessoas de 50 anos ou mais (Tabela 17).

Tabela 16 – Comparativo entre as cotas da amostra e os questionários aplicados, por sexo dos entrevistados no bairro Planalto

Sexo	Cotas da amostra	%	Questionários aplicados	%
Masculino	175	50,0	178	50,9
Feminino	175	50,0	172	49,1
Total	350	100%	350	100

Fonte: Elaboração com base no trabalho de campo.

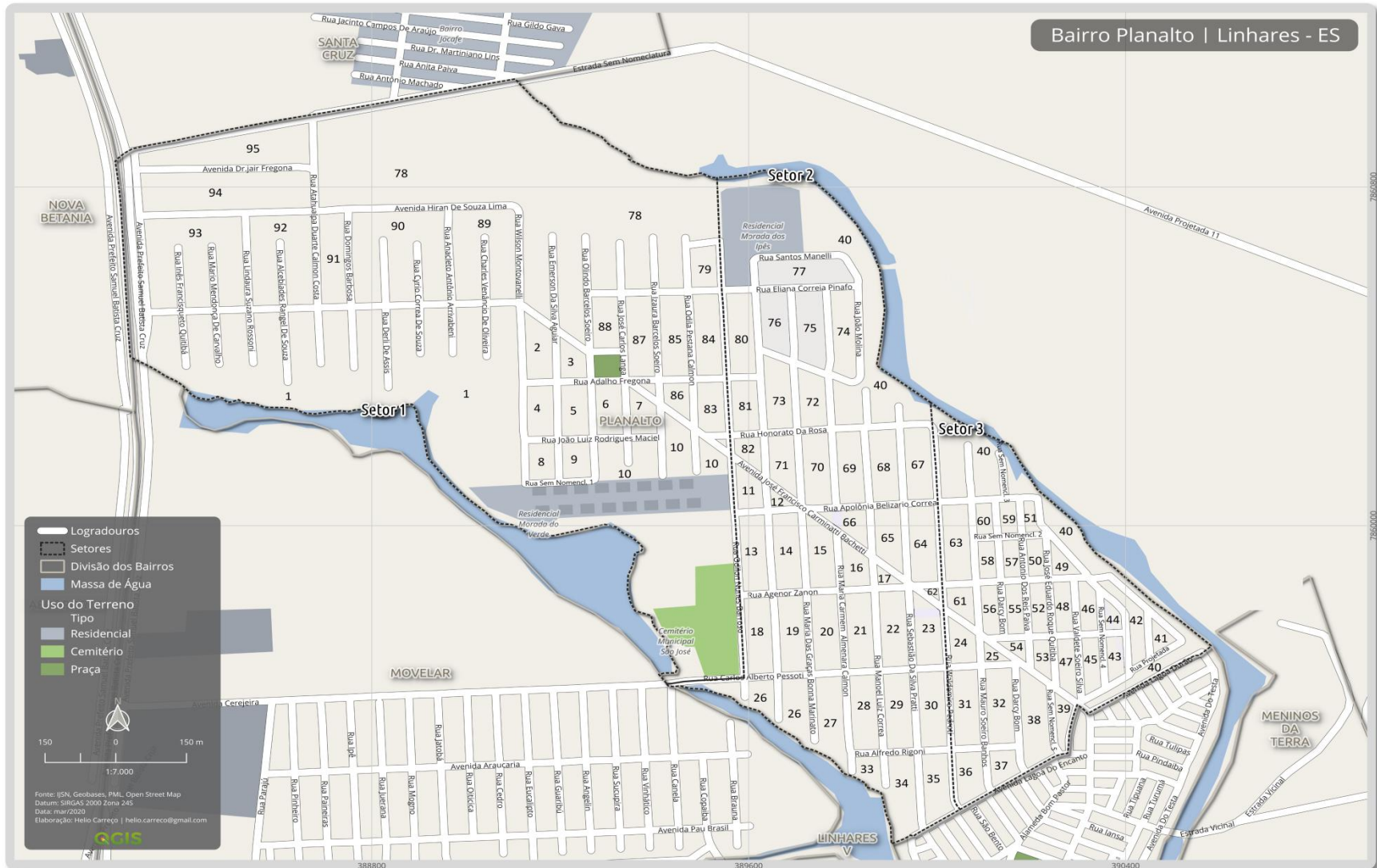
Tabela 17 – Comparativo entre as cotas da amostra e os questionários aplicados, por faixa etária dos entrevistados no bairro Planalto

Faixa etária	Cotas da amostra	%	Questionários aplicados	%
16-29	150	42,9	128	36,6
30-49	138	39,4	151	43,1
50+	62	17,7	71	20,3
Total	350	100	350	100

Fonte: Elaboração com base no trabalho de campo.

As Tabelas 16 e 17 indicam que as diferenças entre a amostra projetada e a observada são menores que o erro amostral da pesquisa, significando que a amostragem pode ser considerada satisfatória.

Mapa 17 - Arruamento e quadras do bairro Planalto no município de Linhares e a divisão em três setores, 2019



Fonte: Elaboração com base na pesquisa de campo e nas informações da Prefeitura de Linhares, do Geobases e do Open Street Map.

5.4. CONCLUSÃO

Este capítulo demonstrou a metodologia aplicada para definir o bairro Planalto como objeto de estudo para a posterior pesquisa de campo. Primeiro, elegeu-se, em 2010, a área de ponderação com maior número de migrantes em relação à população total da área. Em seguida, para a escolha do bairro, coletou-se a percepção das pessoas que moravam, trabalhavam ou estudavam em Linhares sobre o crescimento dos bairros. Por fim, foram utilizadas imagens de satélite e mapa para verificar a evolução da estrutura urbana do bairro Planalto.

Além disso, realizou-se uma breve caracterização do bairro por meio de entrevistas e fotografias. Notou-se que o crescimento do bairro foi muito rápido, especialmente a partir de 2011, com o asfaltamento da avenida principal.

Com base na população de 16 anos ou mais, projetada para o bairro Planalto em 2018, definiu-se a amostra de 350 pessoas. Optou-se pelo tipo de amostragem aleatória estratificada por setor. O questionário foi aplicado a apenas uma pessoa de cada domicílio, por isso foi estabelecido um controle por cotas com base nas características (sexo e grupo de idade) da população em 2010. Como tais características poderiam ter sido alteradas de forma significativa desde o último censo, as cotas serviram para balizar os trabalhos e não para serem seguidas de forma rígida.

Para assegurar a aleatoriedade, foi realizado o cadastramento de todos os domicílios do bairro, para, em seguida, sortear 350 deles. Após o cadastramento, o bairro foi dividido em três setores. Para cada setor, foi definido um número de questionário proporcional à quantidade de domicílios ocupados. Devido à impossibilidade de cadastrar os domicílios nos dois condomínios no bairro, Morada do Verde e Morada dos Ipês, optou-se por reduzir a abrangência territorial do objeto de estudo, que passou a ser o bairro Planalto, menos os dois condomínios citados.

Na segunda fase, foram selecionados aleatoriamente 350 domicílios ocupados para serem contemplados com a aplicação do questionário com 50 questões. Apesar de

apenas um membro do domicílio responder ao questionário, foi possível coletar algumas informações de 1.218 pessoas residentes nos 350 domicílios.

Um esforço analítico sobre as características dos domicílios e da amostra, determinantes migratórias, condições econômicas e percepções dos migrantes será empreendido nos capítulos seguintes. Os dados coletados em campo foram tabulados no *software Microsoft Office Excel* e exportados para o *software* estatístico SPSS, a fim de possibilitar a melhor manipulação e cruzamento dos dados. Em seguida, retornou-se ao *Excel* para a elaboração de gráficos e tabelas.

6. CARACTERÍSTICAS SOCIOECONÔMICAS E DEMOGRÁFICAS DOS DOMICÍLIOS E DA AMOSTRA

Neste capítulo foram examinados os resultados da pesquisa de campo realizada no bairro Planalto, no município de Linhares. Com a aplicação do questionário de pesquisa de campo (Anexo C), numa amostra de 350 pessoas, foi possível tabular, agregar e analisar as informações levantadas e, quando plausível, cotejá-las com levantamentos disponibilizados por instituições de pesquisa, a exemplo do IBGE.

Cabe recordar a delimitação da população pesquisada e da abrangência territorial, discutida no capítulo metodológico:

- a. A população objeto é formada por pessoas com 16 anos ou mais. Considerou-se que a partir dessa idade o entrevistado possui certo grau de maturidade para responder às questões e também por ser um período em que o jovem inicia os primeiros passos no mercado de trabalho.
- b. Apesar de apenas um membro do domicílio responder ao questionário por meio dos quesitos da pergunta 9.1, foi possível coletar algumas informações de 1.218 pessoas residentes nos 350 domicílios, tais como: grau de parentesco ou de convivência com o responsável, sexo, idade e naturalidade.
- c. Devido à impossibilidade de cadastrar os domicílios em ambos os condomínios no bairro, Morada do Verde e Morada dos Ipês, optou-se por reduzir a abrangência territorial do objeto de estudo, que passou a ser o bairro Planalto menos os dois condomínios citados.

Optou-se por dividir o capítulo em quatro seções. Na primeira, seção são examinadas algumas características da população residente nos domicílios e tecidas comparações entre pessoas naturais de Linhares e pessoas nascidas em outros municípios do Espírito Santo ou em outros estados. A análise do perfil dos 350 entrevistados no bairro Planalto é objeto da seção 2, que ainda verificará a migração dos outros bairros de Linhares para o bairro e o tempo de residência dos entrevistados em Planalto. Na seção seguinte, analisam-se as particularidades dos migrantes e não migrantes, especialmente no que diz respeito a rendimentos,

mercado de trabalho e ocupação nos setores econômicos. Por fim, propõe-se uma conclusão do capítulo.

6.1. DOMICÍLIOS

As questões 9.0 e 9.1 do questionário de pesquisa de campo possibilitaram o levantamento de alguns dados de 1.218 pessoas residentes nos 350 domicílios selecionados. Assim, nesta seção, foram analisadas algumas características resultantes desses dados coletados, como a média de residentes, o perfil etário e a naturalidade dos residentes.

6.1.1. Características demográficas da população

O IBGE, em 2010, recenseou 1.388 domicílios ocupados no bairro Planalto com população de 5.095 pessoas (Tabela 18). Já o trabalho de campo para o cadastramento dos domicílios e dos estabelecimentos encontrou 2.174 domicílios ocupados, o que representa um forte crescimento de 56,6%. Ao tomar esse número de domicílios e multiplicar pela média de residentes por domicílio encontrada na amostra (3,48 pessoas), estima-se uma população residente no bairro, em 2019, de 7.566 pessoas: um crescimento de 48,5% em relação à população censitária de 2010. Assim, esse percentual indica uma população residente no bairro superior à obtida com a aplicação da taxa de crescimento populacional do município de Linhares, estimada pelo IBGE para o período 2010-2019 (22,8%)⁵¹.

O número médio de residentes nos domicílios do bairro Planalto em 2019, de 3,48 pessoas, estava abaixo do registrado pelo Censo em 2010 para o bairro (3,67

⁵¹ A população de Linhares em 2010 era de 141.306 habitantes. O IBGE estimou que a população de Linhares, em 2019, fosse de 173.555 habitantes (IBGE, SIDRA, tabela 6579).

peçoas), mas ainda acima do verificado para o município de Linhares no mesmo ano (3,37 pessoas). Essa redução observada em nove anos está condizente com o processo de retração da fecundidade ocorrido no Brasil, nas últimas décadas e, por conseguinte, com a consolidação de arranjos familiares menores. Trata-se de uma “[...] resposta adaptativa da sociedade civil à nova realidade social, econômica e cultural que surge no século XX, e não resultado de políticas e intervenção de parte de grupos, governamentais ou não” (CAMPANÁRIO; MORELL, 1994, p. 105).

Tabela 18 – Número de pessoas residentes por domicílio no bairro Planalto, Censo 2010 e resultados da amostra 2019

Número de residentes	2010			2019		
	Domicílios	%	% acumulado	Domicílios	%	% acumulado
1	119	8,6	8,6	33	9,4	9,4
2	237	17,1	25,6	69	19,7	29,1
3	378	27,2	52,9	85	24,3	53,4
4	274	19,7	72,6	80	22,9	76,3
5	194	14,0	86,6	48	13,7	90,0
6	92	6,6	93,2	19	5,4	95,4
7	43	3,1	96,3	11	3,1	98,6
8	30	2,2	98,5	4	1,1	99,7
9	10	0,7	99,2	1	0,3	100,0
10	6	0,4	99,6	-	-	-
11	2	0,1	99,8	-	-	-
12	2	0,1	99,9	-	-	-
13	1	0,1	100,0	-	-	-
Total	1.388	100,0	-	350	100,0	-

Fonte: Elaboração com base nos dados do IBGE – Sidra (tabela 185) e resultados da amostra (2019).

Segundo os resultados levantados para 2019, assim como em 2010, os domicílios com três e quatro moradores eram predominantes no bairro Planalto. Os com três moradores eram maior número nos dois anos, apesar da redução na participação total de 27,2% para 24,3%. Já os com quatro moradores elevaram sua participação no período 2010-2019, de 19,7% para 22,9%. Igualmente, os domicílios com um e dois moradores também aumentaram seu percentual: de 8,6% para 9,4% e de 17,1% para 19,7%, respectivamente. Ao contrário, os domicílios com cinco ou mais moradores perderam representação, exceto para o grupo com sete moradores, que

se manteve estável. Os modelos domiciliares mais numerosos, com dez moradores ou mais, não foram mais observados em 2019, pois devem ter reduzido consideravelmente ou a amostra não conseguiu captar.

Entre os fatores responsáveis pelas alterações, podem ser citadas a redução do tamanho das famílias, a maior autonomia financeira das mulheres, além de conquistas e atitudes que, somadas, contribuem para o empoderamento feminino. Tal cenário tem alterado os papéis das mulheres dentro dos arranjos familiares e contribuído tanto para a redução da fecundidade quanto para o desmembramento de unidades familiares, por meio de maior grau na tomada de decisões nas separações civis e da busca de melhores condições de vida para além do domicílio de nascimento.

A estrutura etária da população do bairro Planalto apresentou alterações significativas de 2010 para 2019. Nota-se uma redução do grupo mais jovem (0 a 14 anos) de 34,6% para 25,3%. Por sua vez, o grupo etário de 15 a 64 anos elevou sua participação em virtude da transferência de indivíduos do grupo mais jovem, da redução da fecundidade e da significativa migração para o bairro, como será visto mais adiante. Além disso, a proporção de idosos aumentou revelando a tendência geral de envelhecimento populacional (Tabela 19). A evolução da estrutura etária em Planalto está coerente com as tendências apontadas pela transição demográfica brasileira: rápido declínio relativo da população jovem e aumento da proporção de pessoas em idade ativa e de idosos (BRITTO, 2007; RIGOTTI, 2012; VASCONCELOS; GOMES, 2012).

O bairro, em 2010, apresentou uma razão de dependência total de 61,0, ou seja, existiam 61 pessoas potencialmente inativas (0 a 14 anos e com 65 anos ou mais) para cada grupo de cem pessoas potencialmente em idade produtiva (15 a 64 anos). No mesmo ano, esse indicador era menor para o Espírito Santo e para Linhares: 43,3 e 45,5, respectivamente⁵².

⁵² Apesar de o Estatuto do Idoso brasileiro (Lei nº 10.741/2003) conceber como idosa a pessoa com 60 anos ou mais, considerou-se, neste trabalho, idoso aquele com 65 anos ou mais, haja vista ser esse o parâmetro utilizado internacionalmente para comparar os dados entre países e em razão da gradativa elevação da expectativa de vida brasileira.

Em 2019, as alterações na participação dos grupos etários foram decisivas para que a razão de dependência total em Planalto (40,8) atingisse patamar inferior aos verificados no estado e no município, em 2010. O grupo mais jovem no bairro reduziu sua proporção de 34,6% para 25,3% e o grupo de adultos passou de 62,1% para 71,0%. Isso refletiu na queda substancial da razão de dependência de jovens de 55,7 em 2010 para 35,6 em 2019. Apesar do crescimento relativo do grupo de idosos no bairro Planalto, entre 2010 e 2019 (de 3,3% para 3,7%), a razão de dependência de idosos cresceu apenas um ponto percentual, em virtude do aumento mais expressivo da população potencialmente ativa.

Tabela 19 – Indicadores de idade e sexo - Espírito Santo e Linhares em 2010, e bairro Planalto em 2010 e 2019

Indicadores	ES 2010		Linhares 2010		Planalto 2010		Planalto 2019	
	População	%	População	%	População	%	Amostra	%
Estrutura Etária								
0 - 14	811.642	23,1	35.968	25,5	1.762	34,6	307	25,3
15 - 64	2.453.693	69,8	97.089	68,7	3.165	62,1	862	71,0
65 ou mais	249.617	7,1	8.249	5,8	168	3,3	45	3,7
Total	3.514.952	100,0	141.306	100,0	5.095	100,0	1.214	100,0
Média	32,4		30,5		25,8		28,5	
Mediana	30,0		28,0		22,8		26,0	
Razão de Dependência								
Jovens	33,3		37,0		55,7		35,6	
Idosos	10,2		8,5		5,3		5,2	
Total	43,3		45,5		61,0		40,8	
Razão de Sexo	97,1		99,3		99,0		100,7	
Índice de Envelhecimento	30,8		22,9		9,5		14,7	

Fonte: Elaboração com base nos dados do IBGE (Sidra tabela 202) e resultados da amostra (2019).

Nota-se que, em 2010, influenciado pela maior representação da base da pirâmide etária, Planalto possuía uma população mais jovem quando comparada à do Espírito Santo e à do município de Linhares, nos quais a média de idade era de 32,4 e 30,5 anos, respectivamente, enquanto no bairro era de 25,8 anos. A mesma tendência ocorreu com a mediana: metade da população do bairro, em 2010, possuía idade abaixo de 22,8 anos. No mesmo ano, a mediana era superior tanto no estado (30,0 anos) quanto em Linhares (28,0 anos). Em 2019, em Planalto, percebe-se o crescimento da mediana para 26,0 anos e da idade média para 28,5 anos. Mesmo assim, os valores desses indicadores são inferiores aos observados para o Espírito Santo e Linhares, em 2010. Portanto, ambas as medidas de tendência central

analisadas denotam a propensão ao envelhecimento da população, mas num ritmo inferior quando comparada à do estado capixaba e à do município de Linhares.

De fato, as regiões de absorção de migrantes possuem como característica mais perceptível a proporção mais elevada de pessoas em idade ativa. Isso decorre em virtude de a idade ser um dos principais traços da seleção migratória, ou seja: há maior propensão a migrar nas idades mais jovens. Estes, ao migrarem ou com o passar dos anos, vão incorporar a faixa etária adulta, o que também contribui para manter a forte representação de pessoas em idade ativa. Comumente a migração rejuvenesce a região de acolhida e envelhece a região de emigração (CASTIGLIONI, 2009).

Esse considerável “Bônus Demográfico” demonstra que teoricamente o bairro teria força de trabalho necessária para gerar riqueza e sustentar uma parte da população que ainda não entrou no mercado de trabalho ou já se encontra fora dele em razão do envelhecimento. Contudo, como aponta Alves (2008, p. 9), “todos os benefícios da Janela de Oportunidade demográfica seriam de pouco valia se não houvesse um aumento dos investimentos em educação e uma maior qualificação de homens e mulheres”.

Em 2010, a distribuição etária no Espírito Santo e em Linhares era mais similar. Já Planalto se diferenciava por apresentar maior percentual do grupo etário mais jovem (0 a 14 anos), característica típica de localidade que recebe migrantes provenientes de regiões rurais ou menos desenvolvidas. Nesse caso, a migração tende a selecionar um número de jovens e adultos com alta fecundidade, colaborando, num primeiro momento, no crescimento natural de determinada região e manifestando, assim, o efeito indireto da migração. Não obstante a migração líquida (efeito direto), especialmente em áreas de expansão econômica, possuir peso considerável no crescimento populacional, o efeito indireto torna o fenômeno migratório ainda mais relevante (CASTIGLIONI, 1989). Assim, a participação bem mais elevada da faixa etária de 0 a 14 anos no bairro Planalto, em relação à verificada no estado e no município, indica a chegada de muitas famílias de migrantes procedentes de regiões que, em geral, possuem modelos de fecundidade mais elevados, bem como a contribuição do efeito indireto da migração produzido pela fecundidade dos migrantes, ocorrida após a migração.

A diminuição da representação do grupo etário mais jovem (0 a 14 anos) no bairro Planalto, percebida em 2019, pode ser atribuída à retração histórica da taxa de fecundidade. No Brasil, esse fenômeno iniciou-se na década de 1960 e foi influenciado diretamente pela Transição Urbana (CASTIGLIONI, 2020). Além disso, em virtude de alterações comportamentais, culturais e econômicas, há uma tendência de a sociedade controlar totalmente a fecundidade, como defendem Lesthaeghe e Van de Kaa (VAN DE KAA, 2002). Segundo os autores, essa é principal característica da Segunda Transição Demográfica, inaugurada nos anos 1960, nos países industrializados e na Europa Ocidental.

Somada a isso, a redução do grupo mais jovem pode relacionar-se também a um dos efeitos do processo de adaptação dos migrados: alterações no comportamento da fecundidade das mulheres migrantes em razão das condições de vida da localidade de acolhimento. Segundo a teoria da adaptação, as mulheres migram de regiões com diferentes níveis de fecundidade e, ao chegarem na região de destino, deparam com novos estilos de vida e vários fatores próprios ao novo ambiente, como modo de vida urbano, custo de vida, oportunidades de trabalho e salários, acesso à saúde e informação sobre métodos contraceptivos. Com o tempo, os comportamentos de fecundidade dessas mulheres tendem a convergir para aqueles adotados pelas mulheres da região (KULU, 2003; ZAMWANGANA TUNGU, 2004).

Os estudos de Kulu (2003) e Signorini (2017) atestaram a teoria da adaptação. O primeiro analisou a fecundidade de uma amostra de 1.875 mulheres na Estônia, nascidas entre 1944 e 1973, com base no Censo de 1989. Constatou que a fecundidade das migrantes, independentemente do local de origem, era semelhante à das nativas, possivelmente definida pela adaptação cultural, aos poucos recursos econômicos e aos diferentes tamanhos de moradias e organização familiar, especialmente para as que migraram das zonas rurais para as urbanas. Já Signorini (2017), com base nos dados do Censo 2010, comparou os efeitos da migração sobre a fecundidade das mulheres nordestinas imigrantes em São Paulo, em relação às mulheres não migrantes naturais do estado e mulheres não migrantes naturais do Nordeste. Os resultados apontaram que as migrantes nordestinas, que fixaram residência e com maior tempo de permanência em São Paulo, assimilaram o padrão

reprodutivo das mulheres paulistas, ou seja, esses dois fatores contribuíram para a redução da fecundidade das migrantes.

O índice de envelhecimento retrata o número de pessoas de 65 ou mais anos de idade para cada cem pessoas menores de 15 anos de idade. A redução da participação do grupo etário mais jovem e o crescimento do grupo idoso fizeram o índice de envelhecimento sair de 9,5 para 14,7, entre 2010 e 2019, no bairro Planalto. Todavia, o resultado desse indicador é inferior ao encontrado para o Espírito Santo e para Linhares em 2010: 30,8 e 22,9, respectivamente.

Em 2010, a razão de sexo total do bairro era de 99,0 homens por 100,0 mulheres; bem próxima da observada no município de Linhares (99,3) e maior que a média estadual (97,1). Em 2019, Planalto apresentou razão de sexo de 100,7, o que pode caracterizar um fluxo migratório com maior seletividade do sexo masculino.

6.1.2. Naturalidade: composição da população e das famílias

Considerando o local de nascimento dos residentes nos domicílios do bairro Planalto, a população é classificada em naturais, que nasceram no município de Linhares, e não naturais, vindos de outros municípios capixabas ou de outras Unidades da Federação, que constituem o “estoque” de migrantes do bairro.

Observa-se, pela Tabela 20, que 75,2% dos residentes nos domicílios do bairro Planalto nasceram no Espírito Santo e, portanto, pouco menos de um quarto é formado por pessoas advindas de outros estados. Ademais, a população residente é composta por 58,3% de pessoas nascidas no município de Linhares (naturais) e por 41,0% nascidas em outras localidades (não naturais). Neste grupo, 24,1 pontos percentuais (p.p.) correspondiam aos nascidos em outros estados brasileiros e 16,9 p.p. em outros municípios capixabas.

Entre os que nasceram em outros municípios do Espírito Santo destacam-se os provenientes dos municípios que compõem a Região da Sudene capixaba, com 10,9% da população residente, seguido da RMGV (3,7%) e do grupo que engloba os

outros municípios do Espírito Santo (2,3%). Já no grupo de pessoas nascidas em outras Unidades da Federação ressaltam-se os originários do estado baiano (11,6%) e, em menor representatividade, dos estados mineiro e alagoano: 3,7% e 3,3%, respectivamente. Assim, o maior percentual de não naturais, capixabas e baianos, corrobora uma das “leis da migração” de Ravenstein (1885): a maioria dos migrantes se desloca a curta distância.

Tabela 20 – Residentes no bairro Planalto por estado ou região do Espírito Santo de nascimento, resultados da amostra 2019

Estado de Nascimento / Regiões do Espírito Santo	Sexo				Total	%
	Masculino	%	Feminino	%		
ES	458	75,0	458	75,5	916	75,2
Linhares	362	59,2	348	57,3	710	58,3
Demais municípios	96	15,7	110	18,1	206	16,9
<i>Região da Sudene</i>	64	10,5	69	11,4	133	10,9
<i>RMGV</i>	23	3,8	22	3,6	45	3,7
<i>Outros</i>	9	1,5	19	3,1	28	2,3
BA	69	11,3	72	11,9	141	11,6
MG	25	4,1	20	3,3	45	3,7
AL	24	3,9	16	2,6	40	3,3
RJ	9	1,5	8	1,3	17	1,4
PE	10	1,6	5	0,8	15	1,2
SP	5	0,8	10	1,6	15	1,2
Outros estados	8	1,3	13	2,1	21	1,7
Não sabe ou não quis identificar	3	0,5	5	0,8	8	0,7
TOTAL	611	100,0	607	100,0	1.218	100,0
%	50,2	-	49,8	-	100,0	-

Fonte: Elaboração com base nos resultados da amostra.

No caso de migrantes naturais de outros municípios do Espírito Santo vindos para Linhares nota-se a superioridade numérica de pessoas do sexo feminino, retratando a seletividade de sexo em relação à distância, ou seja, em curtas distâncias as mulheres tendem a migrar mais que os homens, como também preconizava Ravenstein (1885).

Nos fluxos de longa distância, como já apontado, sobressaem os naturais provenientes de Alagoas e Pernambuco. Aqui se percebe a força da rede migratória ao mobilizar e motivar pessoas a se deslocarem por mais de 1.400 quilômetros. Tais

redes podem reforçar e perpetuar os fluxos mediante os vínculos com trabalhos temporários, como para o corte da cana-de-açúcar, ou por meio dos nós das redes que passaram a residir definitivamente em Linhares e mantêm fortes conexões com os nós das regiões de origem.

A amostra expôs que a população do bairro possui uma composição por sexo quase simétrica: 50,2% das pessoas eram do sexo masculino e 49,8% do sexo feminino. Isso também se verificou em 2010, em que essa proporção era de 49,8% e 50,2%, respectivamente, segundo o Censo Demográfico.

Esse equilíbrio por sexo também foi percebido quando discriminado por estado de nascimento dos residentes. A exceção se verificou nos naturais de Alagoas e Pernambuco, com participação de pessoas do sexo masculino de 60,0% e 66,7%, respectivamente. Esse fato pode estar relacionado à migração para o corte da cana-de-açúcar nos canaviais Lasa – Linhares Agroindustrial S.A. De acordo com a Pesquisa de Produção Agrícola Municipal (PAM)⁵³, do IBGE, em 2018, Linhares era o maior produtor capixaba de cana-de-açúcar com 664.826 toneladas, o que correspondia a 24,1% da produção estadual⁵⁴. Em seguida, apareciam os municípios de Pinheiros e Conceição da Barra, com participação de 18,4% e 16,4%, respectivamente.

Rodrigues (2010), quando analisou a mobilidade dos nordestinos para trabalhar nas lavouras das usinas sucroalcooleiras do município capixaba de Conceição da Barra, já havia percebido o fluxo essencialmente masculino e a predominância de alagoanos, seguidos de pernambucanos. O autor ainda destaca que uma ínfima parcela desses migrantes trazia suas famílias para morar perto dos locais de trabalho e que os solteiros possuíam maior propensão a se fixarem no Espírito Santo, em caso de casamento com moradora local.

A comparação da idade dos naturais e não naturais evidencia traços peculiares às regiões de migração. A população não natural é mais envelhecida: a idade média deste grupo (34,8 anos) é 14,8 anos mais elevada que a idade média dos que nasceram em Linhares (24,0 anos). Metade dos naturais tinha idade abaixo de 21

⁵³ IBGE, SIDRA, tabela 1612.

⁵⁴ A produção total de cana-de-açúcar no Espírito Santo, em 2018, atingiu 2.175.118 toneladas.

anos; enquanto 50,0% dos não naturais apresentavam idade inferior a 33 anos. Na Tabela 21 e no Gráfico 16, mostram-se essas diferenças por grupos etários.

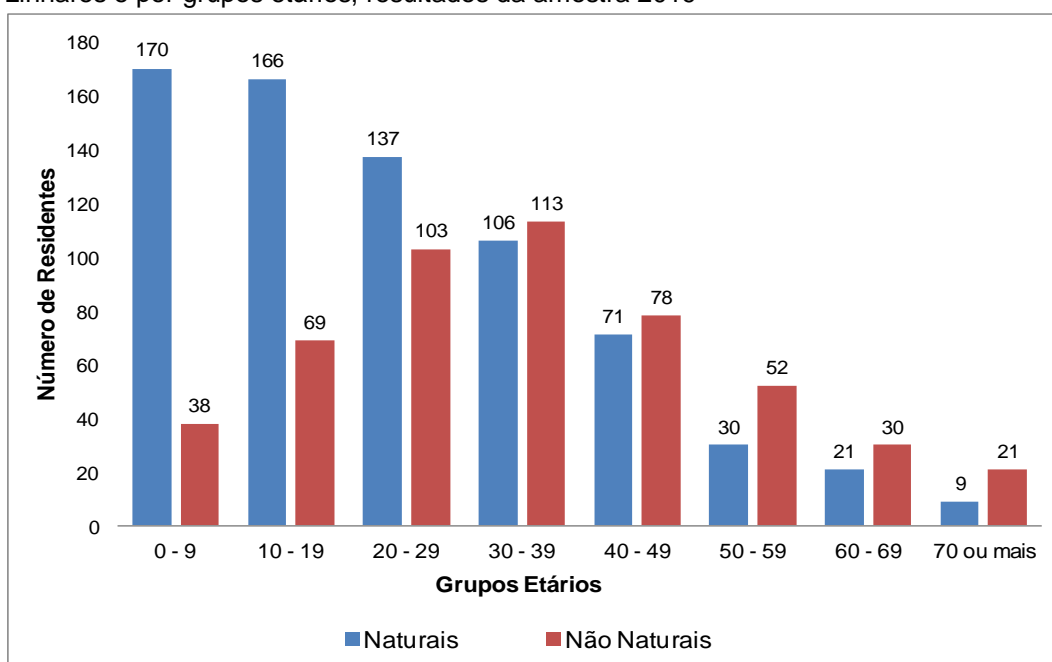
Tabela 21 – Residentes no bairro Planalto, por naturalidade em relação ao município de Linhares e por grupos de idade, resultados da amostra 2019

Grupos Etários	Naturais	%	Não Naturais	%	Total	%
0 - 9 anos	170	23,9	38	7,5	208	17,1
10 - 19 anos	166	23,4	69	13,7	235	19,4
20 - 29 anos	137	19,3	103	20,4	240	19,8
30 - 39 anos	106	14,9	113	22,4	219	18,0
40 - 49 anos	71	10,0	78	15,5	149	12,3
50 - 59 anos	30	4,2	52	10,3	82	6,8
60 - 69 anos	21	3,0	30	6,0	51	4,2
70 anos ou mais	9	1,3	21	4,2	30	2,5
Total	710	100,0	504	100,0	1.214	100,0
%	58,5	-	41,5	-	100,0	-
Média	24,0	-	34,8	-	28,5	-
Mediana	21,0	-	33,0	-	26,0	-

Fonte: Elaboração com base nos resultados da amostra.

Nota: O número total de pessoas nos 350 domicílios era de 1.268 pessoas, contudo 4 pessoas não foram consideradas pois o entrevistado não sabia ou não quis identificar a idade e não sabia ou não quis identificar o município/estado de nascimento.

Gráfico 16 - Residentes no bairro Planalto por naturalidade em relação ao município de Linhares e por grupos etários, resultados da amostra 2019



Fonte: Elaboração com base nos resultados da amostra.

Nota: O número total de pessoas nos 350 domicílios era de 1.268 pessoas, contudo 4 pessoas não foram consideradas pois o entrevistado não sabia ou não quis identificar a idade e não sabia ou não quis identificar o município/estado de nascimento.

O número de pessoas naturais era superior nos grupos jovens, de 0 a 19 anos, e ainda predominante no grupo de 20 a 29 anos. No primeiro grupo etário, de 0 a 9 anos a representação dos naturais é de 23,9% contra 7,5% dos não naturais. A partir dos 30 anos há inversão da tendência, e os não naturais eram majoritários nos demais grupos etários. Estas características evidenciam traços da seletividade migratória: os migrantes são predominantemente jovens, solteiros ou em fase de constituição de suas famílias; além do efeito do saldo migratório sobre a população, resulta o efeito indireto da migração, isto é, nascimentos de filhos de migrantes ocorridos após a chegada a Linhares, sendo, portanto, naturais deste município.

Com relação à composição familiar, observa-se, pela Tabela 22, que 89,1% dos residentes nos domicílios do bairro Planalto faziam parte da denominada família nuclear, composta pelo responsável pelo domicílio, cônjuge ou companheiro(a) e filhos. Na maior parte dos domicílios (69,4% da amostra), os arranjos familiares contavam com a presença do responsável pelo domicílio e do cônjuge ou companheiro(a). Os homens aparecem como responsáveis por 65,7% dos domicílios.

Como esperado, em virtude também da forte migração de famílias para o bairro, os filhos representam a maior parte dos residentes: 492 (40,4%) das 1.218 pessoas residentes apontadas pela amostra. Os filhos nascidos em Linhares correspondiam a 75,6% do total de filhos.

Entre os responsáveis pelo domicílio e os cônjuges ou companheiros(as), havia maior proporção de não naturais. Assim, nota-se que, no grupo da família nuclear, a superioridade numérica de pessoas naturais sobre os não naturais resultava do maior número de filhos nascidos em Linhares.

Observa-se que, entre os membros residentes nos domicílios que não fazem parte da família nuclear (os chamados agregados ou família ampliada), há um equilíbrio no número de naturais e não naturais de Linhares. Contudo, isso decorre do grande número de netos nascidos em Linhares (81,6% do total de netos). Ao desconsiderar o grupo dos netos, 62,1% da família ampliada é composta por pessoas não naturais. Nota-se também que o grupo formado pelos demais tipos de parentesco que constituem a família ampliada é maior entre os não naturais.

Tabela 22 – Residentes nos domicílios do bairro Planalto, por sexo e por naturalidade em relação a Linhares, de acordo com o parentesco ou a relação de convivência com a pessoa responsável pelo domicílio, resultados da amostra 2019

Relação de parentesco ou convivência com a pessoa responsável pelo domicílio	Por naturalidade		Por sexo		Total	%
	Naturais	Não naturais	Masculino	Feminino		
Família nuclear	643	442	543	542	1.085	89,1
Pessoa responsável pelo domicílio	155	195	230	120	350	28,7
Cônjuge ou companheiro(a)	116	127	51	192	243	20,0
Filho(a)	372	120	262	230	492	40,4
Família ampliada	67	66	68	65	133	10,9
Neto(a)	31	7	20	18	38	3,1
Irmão(ã)	11	10	12	9	21	1,7
Enteado(a)	10	7	11	6	17	1,4
Pai, mãe, padrasto ou madrasta	3	11	4	10	14	1,1
Genro ou nora	7	5	5	7	12	1,0
Cunhado(a)	0	6	4	2	6	0,5
Sogro(a)	0	5	1	4	5	0,4
Sobrinho(a)	1	3	2	2	4	0,3
Outros parentes	3	8	7	4	11	0,9
Outros não parentes	1	4	2	3	5	0,4
Total	710	508	611	607	1.218	100,0

Fonte: Elaboração com base nos resultados da amostra.

Os filhos de pessoas não naturais (“casal não natural de Linhares” e “pessoa só e não natural de Linhares”) representavam 41,5% do total. Com participação menor, 34,1% dos filhos eram de casais ou de pessoas que viviam sem relacionamento conjugal naturais de Linhares; e 24,4% dos filhos residiam nos domicílios em que um cônjuge era natural e o outro era não natural (Tabela 23).

Do total de filhos (492) residentes nos domicílios do bairro, identificados pela amostra, 75,6% nasceram no município de Linhares. Do montante de filhos naturais (372), 41,9% possuíam pais naturais de Linhares e 29,0% eram filhos de pessoas não naturais de Linhares. A contribuição dos não naturais no contingente de filhos nascidos em Linhares é ainda mais importante quando se observa que 29,0% destes residiam em domicílios onde havia um cônjuge natural e outro não natural.

Como esperado, os não naturais (casais e as pessoas responsáveis sem relação conjugal) contribuíam, de forma significativa, com o percentual de filhos não naturais

no bairro (80,0%). Pode-se considerar que esse percentual era ainda maior, já que 10,0% dos filhos não naturais residiam com casais em que um cônjuge era natural e outro era não natural de Linhares.

Tabela 23 – Número filhos naturais e não naturais de Linhares residentes nos domicílios do bairro Planalto, por naturalidade e situação conjugal do casal ou do responsável, resultados da amostra 2019

Naturalidade do casal ou do responsável / Situação conjugal	Nº de filhos naturais	%	Nº de filhos não naturais	%	Nº total de filhos	%
Natural de Linhares	156	41,9	12	10,0	168	34,1
Casal	106	28,5	10	8,3	116	23,6
Pessoa só	50	13,4	2	1,7	52	10,6
Não natural de Linhares	108	29,0	96	80,0	204	41,5
Casal	64	17,2	65	54,2	129	26,2
Pessoa só	44	11,8	31	25,8	75	15,2
Um cônjuge natural e outro não natural de Linhares	108	29,0	12	10,0	120	24,4
Total	372	100,0	120	100,0	492	100,0
%	75,6		24,4		100,0	

Fonte: Elaboração com base nos resultados da amostra.

A importância da fecundidade das mulheres não naturais para o crescimento populacional do bairro Planalto pode ser observada na Tabela 24: 51,2% do total de filhos residiam nos domicílios onde as mulheres (cônjuges ou responsáveis) eram não naturais de Linhares. Nota-se, ainda, que 83,6% dos filhos não naturais e 40,7% filhos dos naturais residiam nos domicílios em que as mulheres (cônjuges ou responsáveis) eram não naturais.

Portanto, o crescimento populacional recebe grande influência dos não naturais. Em um primeiro momento pela migração líquida (efeito direto), que pode ser observada, até aqui, pela significativa participação dos não naturais na população total do bairro Planalto, fruto também de uma migração familiar retratada pelo relevante número de filhos não naturais. Posteriormente, o acréscimo da população é potencializado pela fecundidade das mulheres não naturais (efeito indireto), ao gerarem crianças em Linhares.

De fato, em virtude da seletividade por idade do fenômeno migratório, as pessoas mais jovens migram solteiras, em idade de constituir suas famílias, ou casadas, com pouco tempo de relação conjugal, e permanecem a maior parte de sua vida fecunda

nas regiões de acolhida, onde terão seus filhos ou completarão sua prole (CASTIGLIONI, 1989).

Tabela 24 – Número de filhos naturais e não naturais de Linhares nos domicílios do bairro Planalto onde as mulheres são responsáveis ou cônjuges, por mulheres naturais e não naturais, resultados da amostra 2019

Mulher natural e não natural de Linhares e sua condição no domicílio	Nº de mulheres	Nº de mulheres nos domicílios com filhos	Nº de filhos naturais	%	Nº de filhos não naturais	%	Total filhos	%
Mulher natural cônjuge ou responsável	147	114	213	59,3	19	16,4	232	48,8
Cônjuge	90	68	117	32,6	10	8,6	127	26,7
Responsável	57	46	96	26,7	9	7,8	105	22,1
Mulher não natural cônjuge ou responsável	166	117	146	40,7	97	83,6	243	51,2
Cônjuge	103	71	96	26,7	53	45,7	149	31,4
Responsável	63	46	50	13,9	44	37,9	94	19,8
Total	313	231	359	100,0	116	100,0	475	100,0

Fonte: Elaboração com base nos resultados da amostra.

6.2. AMOSTRA

A análise do perfil dos 350 entrevistados no bairro Planalto, suas localidades de origem e suas idades, ao migrarem para Linhares, são objeto desta seção. Além disso, verificam-se a migração intramunicípio, dos outros bairros de Linhares para o bairro Planalto, e o tempo de residência dos entrevistados em Planalto.

6.2.1. Perfil sociodemográfico dos entrevistados

O questionário foi aplicado a uma amostra de 350 pessoas de 16 anos ou mais residentes no bairro Planalto: 178 do sexo masculino (50,9%) e 172 do sexo

feminino (49,1%). Conforme se observa na Tabela 25, o maior percentual de entrevistados encontra-se nos grupos etários de 20 a 39 anos, tanto para o sexo masculino quanto para o feminino. A média de idade para este sexo foi 35,2 anos e para o sexo masculino 38,9 anos, perfazendo uma média geral de 37,1 anos. A mediana revelou que metade dos entrevistados tinha idade abaixo de 34 anos.

Tabela 25 – Entrevistados no bairro Planalto, por grupo etário e por sexo, 2019

Idade (em anos)	Sexo				Total	%
	Masculino	%	Feminino	%		
16 a 19	16	9,0	17	9,9	33	9,4
20 a 29	37	20,8	58	33,7	95	27,1
30 a 39	51	28,7	42	24,4	93	26,6
40 a 49	32	18,0	26	15,1	58	16,6
50 a 59	20	11,2	18	10,5	38	10,9
60 a 69	15	8,4	8	4,7	23	6,6
70+	7	3,9	3	1,7	10	2,9
Total	178	100,0	172	100,0	350	100,0

Fonte: Elaboração com base nos resultados da amostra.

Em relação ao estado civil, os casados ou com união estável têm maior representação no total dos entrevistados, sendo predominantemente em todos os grupos etários da Tabela 26, exceto para a faixa de pessoas de 16 a 19 anos, na maioria solteiras.

Tabela 26 – Estado civil dos entrevistados no bairro Planalto, por grupo etário, 2019

Estado Civil	Idade (em anos)										Total	%
	16 a 19	%	20 a 29	%	30 a 39	%	40 a 49	%	50 +	%		
Solteiro	25	75,8	40	42,1	22	23,7	13	22,4	7	9,9	107	30,6
Casado / união estável	8	24,2	54	56,8	67	72,0	37	63,8	41	57,7	207	59,1
Divorciado / separado / desquitado	0	0,0	1	1,1	3	3,2	7	12,1	14	19,7	25	7,1
Viúvo	0	0,0	0	0,0	1	1,1	1	1,7	9	12,7	11	3,1
Total	33	100,0	95	100,0	93	100,0	58	100,0	71	100,0	350	100,0

Fonte: Elaboração com base nos resultados da amostra.

Para aqueles que se declararam casados ou em união estável, a distribuição por sexo é quase simétrica. Já os solteiros são predominantemente do sexo masculino (57,9%). Em geral, no Brasil, as mulheres casam mais cedo. Em 2018, a idade média ao casar, de pessoas solteiras de sexos diferente, era de 30 anos para os homens e 28 anos para as mulheres (IBGE, 2019c).

No grupo de divorciados, separados ou desquitados, prevalece o sexo feminino: 56,0%. A maior proporção de mulheres separadas e desquitadas pode relacionar-se com separações precoces e o papel que cada cônjuge assume diante dos outros membros da família. Geralmente as mulheres ficam com os filhos e possuem maior dificuldade de encontrar outro companheiro. Já os homens têm maior facilidade de mudar-se de bairro ou cidade e constituir novo arranjo familiar. No que diz respeito à duração dos casamentos, ela vem sendo reduzida: em 2008, o tempo médio de união era 17 anos, passando para 14 anos em 2018 (IBGE, 2019c). A predominância feminina também se verifica no grupo de viúvos: 81,8%.

Historicamente as mulheres possuem maior esperança de vida. Segundo o IBGE (2019d), em 2018, as mulheres brasileiras apresentavam expectativa de vida ao nascer de 79,9 anos; 7,1 anos além da expectativa de vida dos homens. Em 1940, essa diferença era de 5,4 anos.

A intensidade da mortalidade do sexo masculino desde a da juventude atrela-se à maior exposição à ação de riscos, a exemplo de exercício de profissões com elevados níveis de desgaste e periculosidade, aspectos comportamentais e culturais em relação a vícios, má alimentação, aversão à busca de cuidados médicos e envolvimento em acidentes, brigas e criminalidade. Assim, por esses e demais fatores, “em 2018, um homem de 20 anos tinha 4,5 vezes mais chance de não completar 25 anos do que uma mulher no mesmo grupo de idade” (IBGE, 2019d).

Além disso, o avanço da medicina especializada no atendimento à mulher, sobretudo no período reprodutivo, a sua maior procura e acessibilidade, e o processo de desenvolvimento mudaram o *status* feminino, fazendo com que as mulheres obtivessem mais longevidade. Em 2018, para as pessoas com 65 anos, a expectativa de vida das mulheres (20,3 anos) era superior à dos homens (17,1 anos), em 3,2 anos. Em 1940, era de 2,2 anos (IBGE, 2019d).

Na Tabela 27, mostra-se o menor nível de instrução no grupo etário mais velho: 26,8% nunca estudaram e 54,9 não completaram o ensino fundamental. Tal fato associa-se ao menor acesso à instrução, na juventude, dessas pessoas mais velhas, sobretudo nas regiões rurais onde havia carência de escolas e a inserção precoce no mercado de trabalho.

Tabela 27 – Nível de instrução dos entrevistados no bairro Planalto por grupo etário, 2019

Nível de instrução	Idade (em anos)										Total	%
	16 a 19	%	20 a 29	%	30 a 39	%	40 a 49	%	50 +	%		
Não estudou	0	0,0	1	1,1	1	1,1	2	3,4	19	26,8	23	6,6
Fundamental incompleto	15	45,5	26	27,4	28	30,1	27	46,6	39	54,9	135	38,6
Fundamental completo	13	39,4	28	29,5	15	16,1	8	13,8	6	8,5	70	20,0
Médio completo	5	15,2	34	35,8	40	43,0	20	34,5	6	8,5	105	30,0
Superior completo	0	0,0	4	4,2	6	6,5	1	1,7	0	0,0	11	3,1
Pós-graduação	0	0,0	2	2,1	3	3,2	0	0,0	1	1,4	6	1,7
Total	33	100,0	95	100,0	93	100,0	58	100,0	71	100,0	350	100,0

Fonte: Elaboração com base nos resultados da amostra.

Entre os jovens de 16 a 19 anos percebe-se que uma parcela significativa está atrasada em sua formação escolar, ou seja, 45,5% deles não concluíram o ensino fundamental em idade considerada adequada (entre 14 e 15 anos). O grupo etário de 20 a 29 anos reforça esse desajuste entre escolaridade e idade: pelo menos 58,0% das pessoas desse grupo não completaram o ensino médio, normalmente observado quando o jovem possui entre 17 e 18 anos.

Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2019), em 2018, 62% dos jovens de 15 a 29 anos na América Latina não estudavam. Apesar da heterogeneidade educacional e de oportunidade entre países, e 29 anos ser uma idade em que normalmente o jovem já deveria ter concluído o ensino superior, uma parcela considerável desse indicador exprime a dimensão da problemática que afeta gerações atuais e compromete o desenvolvimento humano também de gerações futuras. Esse cenário era ainda mais preocupante pela constatação da OIT (2019) de que 21,5% dos jovens de 15 a 24 anos não estudavam nem trabalhavam.

Em verdade, o nível de instrução das pessoas de 16 anos ou mais entrevistadas no bairro Planalto era muito baixo: 6,6% das pessoas não estudaram e 38,6% não completaram o ensino fundamental. De acordo com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) do terceiro trimestre de 2019⁵⁵, o percentual de pessoas sem instrução e com menos de um ano de estudo era de 7,7% para o Brasil e 6,9% para o Espírito Santo. Assim como ocorreu em Planalto, a maior parte das pessoas não completou o ensino fundamental no país (36,2%) e no estado capixaba (38,2%).

Além do mais, conforme a PNAD Contínua, o segundo grupo mais representativo por nível de instrução era o de pessoas com ensino médio completo, perfazendo 24,2% dos brasileiros e 23,6% dos capixabas. No bairro Planalto, 30,0% das pessoas acima de 16 anos completaram o ensino médio.

Entre os residentes de 16 anos ou mais, apenas 4,8% completaram o ensino superior e/ou concluíram pós-graduação. Essa proporção era inferior quando comparada com o percentual daqueles que completaram o ensino superior no Brasil e no Espírito Santo: 12,7% e 12,5%, respectivamente (PNAD Contínua).

As mulheres entrevistadas apresentavam nível de instrução mais elevado que o dos homens. Entre os moradores do sexo masculino, 9,0% não estudaram e 40,4% não completaram o ensino fundamental (Tabela 28). No tocante ao sexo feminino, a participação era de 4,1% e 36,6%, respectivamente. As mulheres destacavam-se no alcance de escolaridades mais avançadas: 7,6% delas tinham nível superior. Entre os homens esse percentual era de 2,3%.

De fato, os dados corroboram a tendência atual das mulheres no alcance de maiores níveis de escolaridade. Dentre a população brasileira de 25 a 64 anos, em 2017, as mulheres tinham probabilidade 34,0% maior, comparada à dos homens, de completar o ensino superior. Esse percentual subia para 42,0% para o grupo de 25 a 34 anos. Entre os países membros e parceiros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) (OECD, 2019), o Brasil apresentou um dos maiores diferenciais de probabilidade de conclusão do ensino superior no que se refere a sexos

⁵⁵ IBGE, SIDRA, tabela 5919.

Tabela 28 – Nível de instrução dos entrevistados no bairro Planalto, por sexo, 2019

Nível de instrução	Sexo				Total	%
	Masculino	%	Feminino	%		
Não estudou	16	9,0	7	4,1	23	6,6
Fundamental incompleto	72	40,4	63	36,6	135	38,6
Fundamental completo	33	18,5	37	21,5	70	20,0
Médio completo	53	29,8	52	30,2	105	30,0
Superior completo	3	1,7	8	4,7	11	3,1
Pós-graduação	1	0,6	5	2,9	6	1,7
Total	178	100,0	172	100,0	350	100,0

Fonte: Elaboração com base nos resultados da amostra.

Igualmente, em 2017, no Brasil, as pessoas do sexo feminino possuíam maior média de anos de estudo em relação às do sexo masculino: 8,0 e 7,7, respectivamente. Além disso, as mulheres apresentavam 15,9 anos de escolaridade esperados⁵⁶, enquanto os homens 14,9 anos (PNUD, 2019).

6.2.2. Migrantes e não migrantes

Os migrantes retratados nas tabelas e no texto são os residentes que vieram de outros estados ou de outros municípios do Espírito Santo, inclusive realizando migração de retorno. Já os não migrantes são as pessoas naturais de Linhares que jamais deixaram o município. Nesta subseção são analisadas algumas características de ambos os grupos, tais como idade ao migrar, sexo e origem.

Os migrantes representavam 67,4% dos entrevistados no bairro Planalto. A migração intraestadual correspondia a 50,4% do total de migrantes. Em segundo lugar aparecia a migração oriunda do estado baiano (22,9%) e, depois, além dos

⁵⁶ Anos de escolaridade esperados e média de anos de escolaridade são os dois indicadores da dimensão educação quanto ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Anos esperados de escolaridade é o “número de anos de escolaridade que uma criança em idade de entrada na escola pode esperar receber, se os padrões prevalecentes das taxas de matrícula por idades persistirem ao longo da sua vida” (MDS, 2013, p. 4).

estados da Região Sudeste, destacavam-se os provenientes de dois estados do Nordeste: Alagoas e Pernambuco (Tabela 29).

Tabela 29 – Migrantes e não migrantes entrevistados no bairro Planalto por estado de origem e sexo, 2019

Condição / Estado de origem	Sexo				Total	%	% do total de migrantes
	Masculino	%	Feminino	%			
Migrantes	124	69,7	112	65,1	236	67,4	100,0
<i>ES</i>	60	33,7	59	34,3	119	34,0	50,4
<i>BA</i>	34	19,1	20	11,6	54	15,4	22,9
<i>MG</i>	8	4,5	6	3,5	14	4,0	5,9
<i>SP</i>	5	2,8	5	2,9	10	2,9	4,2
<i>AL</i>	4	2,2	5	2,9	9	2,6	3,8
<i>RJ</i>	3	1,7	5	2,9	8	2,3	3,4
<i>PE</i>	5	2,8	2	1,2	7	2,0	3,0
<i>RO</i>	1	0,6	4	2,3	5	1,4	2,1
<i>CE</i>	2	1,1	2	1,2	4	1,1	1,7
<i>Outros Estados</i>	2	1,1	4	2,3	6	1,7	2,5
Não Migrantes	54	30,3	60	34,9	114	32,6	-
TOTAL	178	100,0	172	100,0	350	100,0	-
% em relação ao total	50,9	-	49,1	-	100,0	-	-

Fonte: Elaboração com base nos resultados da amostra.

Os resultados corroboram o princípio teórico da relação inversa entre distância e migrações. Isto é, Ravenstein (1885), já no fim do século XIX, preconizava a predominância de maiores fluxos migratórios em curtas distâncias. Recentemente, Dota e Queiroz (2019) confirmaram tal relação para o caso brasileiro e sua crescente importância quando comparada aos fluxos de média e longa distâncias.

Diferentemente dos não migrantes, entre os migrantes há maior incidência de pessoas do sexo masculino (53,8%). A maior predominância do sexo masculino encontrava-se entre os migrantes provenientes da Bahia e de Pernambuco, o que pode retratar a migração para trabalhos que privilegiam a mão de obra masculina, a exemplo do corte da cana-de-açúcar, como cogitado na seção anterior. Por outro lado, pode derivar da força estabelecida pelas redes profissionais.

No Mapa 18, observa-se a distribuição de migrantes originários de municípios do Espírito Santo. Nota-se que 55,5% são oriundos de municípios da Região da

Sudene capixaba, destacando os advindos de São Mateus, que correspondiam a 16,1% do total dos que migraram de municípios capixabas⁵⁷. São Mateus, além de ser um dos municípios com importância regional, apresenta população superior à da maioria dos municípios do norte capixaba. Estima-se que, em 2019, o município tenha possuído 130.611 habitantes, menor apenas que a população apresentada pelo município de Linhares (173.555 habitantes) e pouco maior que a considerada para Colatina (122.499 habitantes). Em quarto lugar, aparece Nova Venécia, com 50.110 habitantes⁵⁸.

A Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV) era a origem de 29,4% dos migrantes estabelecidos no bairro Planalto. A capital Vitória correspondia a 10,1% dos migrantes do Espírito Santo.

Os migrantes originários do estado baiano estão dispostos no Mapa 19. No bairro Planalto, 74,1% dos migrantes vindos da Bahia são de municípios da microrregião Porto Seguro, a única que faz divisa com o Espírito Santo. Essa microrregião engloba 19 municípios, com uma população estimada, em 2019, de 800.913 habitantes. O município de Teixeira de Freitas era o mais populoso com 160.487 habitantes ou 20% do total da microrregião. Depois apareciam os municípios de Porto Seguro, Eunápolis e Itamaraju⁵⁹.

Nessa microrregião, destacam-se os municípios de Itamaraju, Teixeira de Freitas e Mucuri como locais de origem de 44,4% do total dos migrantes vindos da Bahia. Muitos fatores podem explicar o maior número de migrantes advindos desses municípios. Mesmo não sendo o objetivo deste trabalho estudar as especificidades de cada local de origem, destaca-se que Teixeira de Freitas possui importância regional diante de sua considerável população. Em 2018, o IBGE, por meio da pesquisa Regiões de Influência das Cidades (REGIC)⁶⁰, considerou o município como Centro Subregional A na hierarquia de centros urbanos, no mesmo nível de São Mateus e Colatina. Por sua vez, Itamaraju, dentre os quatro municípios mais populosos da microrregião Porto Seguro, era o que possuía, em 2018, a menor

⁵⁷ Os que migraram de São Mateus correspondiam a 28,8% do total de migrantes originários da Região da Sudene capixaba.

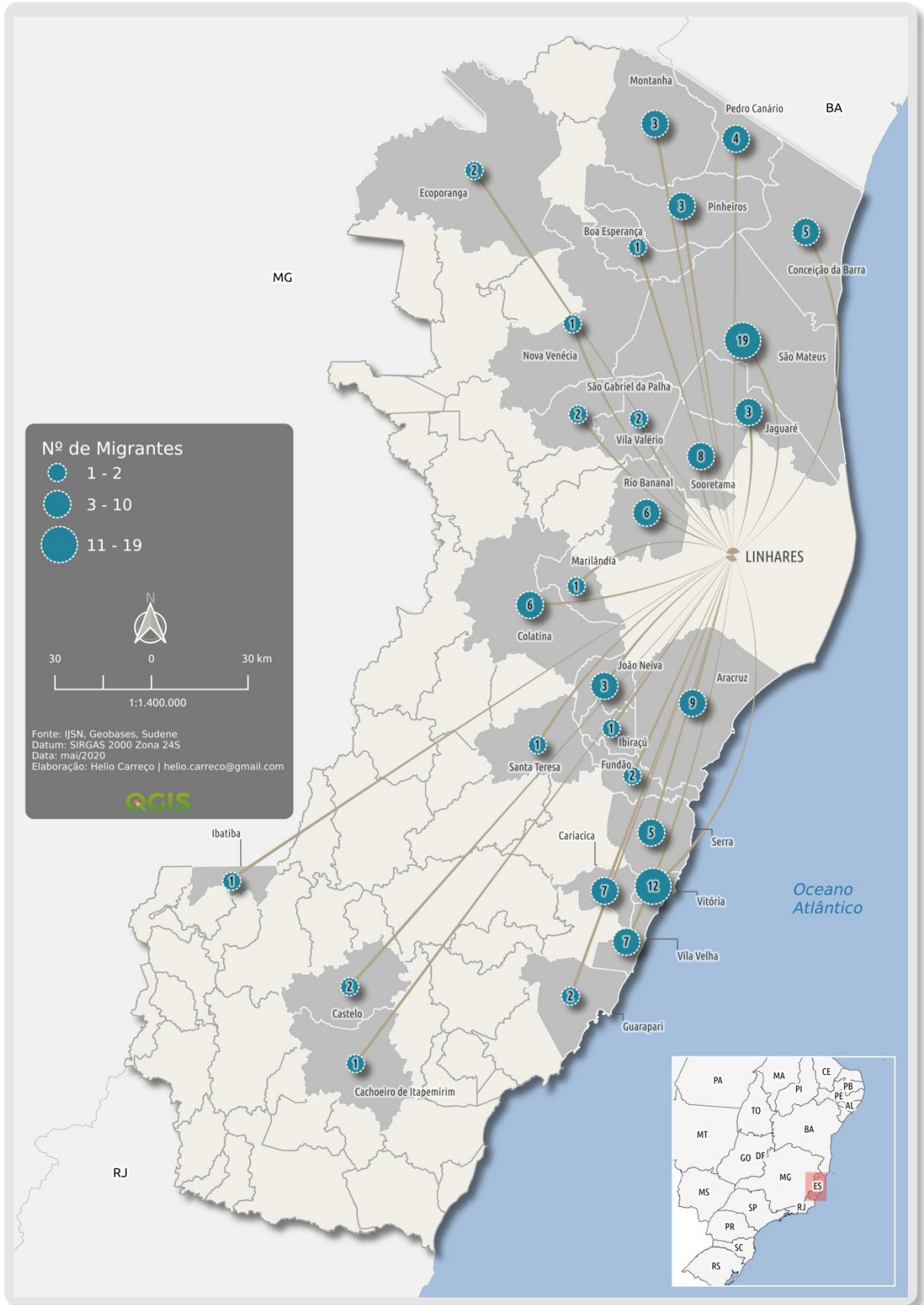
⁵⁸ IBGE, SIDRA, tabela 6579.

⁵⁹ A população estimada, em 2019, de Porto Seguro era de 148.686 habitantes; e de Eunápolis e de Itamaraju, 113.380 e 64.486 habitantes, respectivamente (IBGE, SIDRA, tabela 6579).

⁶⁰ IBGE 2020, acesso em 21 ago. 2020.

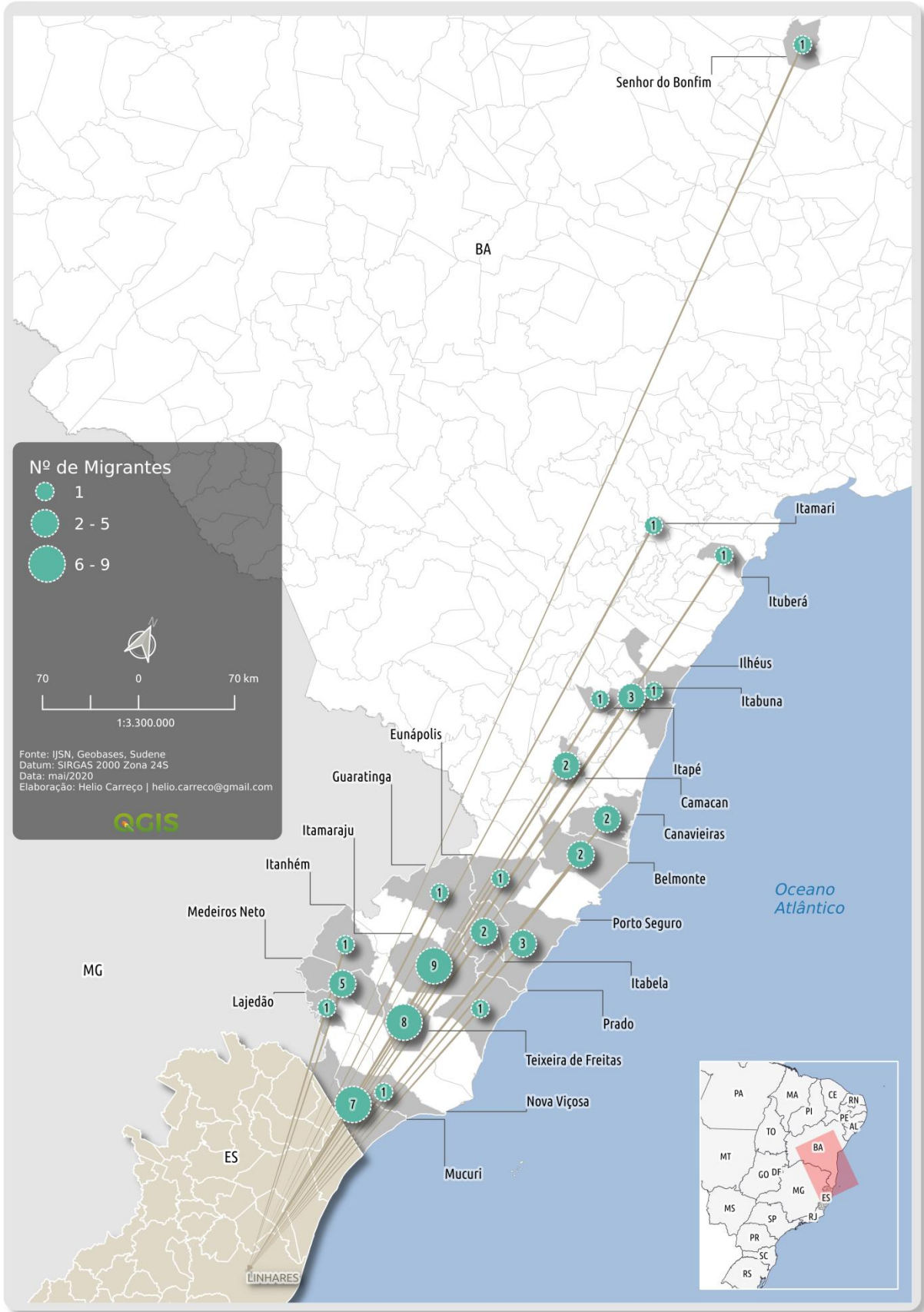
proporção de pessoas ocupadas em relação à sua população total (12,6%), e o maior percentual da população com rendimento nominal mensal *per capita* de até meio salário mínimo (42,0%) (IBGE, acesso em 20 jul. 2020). Tal quadro de poucas oportunidades econômicas é um fator expulsor e pode impulsionar o ato migratório. Já Mucuri (41.748 habitantes) é o único município que faz divisa com o estado do Espírito Santo e isso lhe traz vantagem locacional pela maior proximidade com Linhares.

Mapa 18 - Município de residência no Espírito Santo dos entrevistados no bairro Planalto, antes de migrarem para o município de Linhares, 2019



Fonte: Elaboração com base nos resultados da amostra.

Mapa 19 – Município de residência na Bahia dos entrevistados no bairro Planalto, antes migrarem para o município de Linhares, 2019

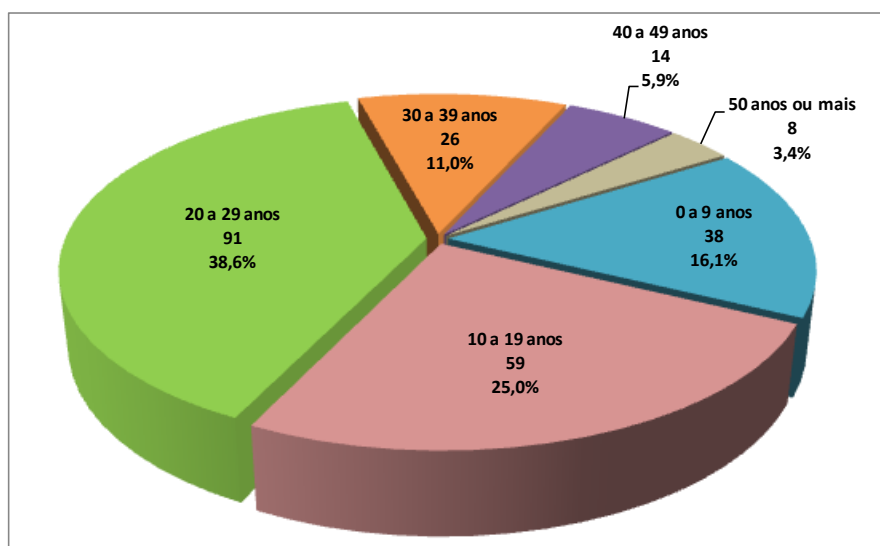


Fonte: Elaboração com base nos resultados da amostra.

A seletividade é uma das principais características do fenômeno migratório, sendo a seletividade por idade a mais importante e universal. A migração tem maior propensão de ocorrer em certos momentos da vida, especialmente entre os adultos jovens (LEE, 1966), em razão, por exemplo, de terem idade para entrar no mercado de trabalho, de ainda serem solteiros, de não possuírem filhos e de não se apegarem muito ao trabalho que exercem e ao local onde vivem. Sjaastad (1980), ao tratar a migração como uma das formas de investimento em capital humano, relata que o indivíduo leva em conta os custos e os retornos do ato migratório, ao tomar sua decisão. Nessa perspectiva, os jovens são mais propensos a migrar, pois terão maior tempo para auferir e maximizar os benefícios advindos da migração. Por outro lado, esses benefícios guardam relação inversa com a idade, em razão, por exemplo, do menor tempo dedicado ao mercado de trabalho, a fim de auferir rendimentos, e do aumento dos custos sociais e psicológicos envolvidos.

Assim, os resultados da pesquisa no bairro Planalto ratificaram a característica seletiva da idade de migração evidenciada nas teorias. Do total de migrantes, uma parcela considerável (38,6%) migrou para Linhares quando apresentava idade de 20 a 29 anos (Gráfico 17).

Gráfico 17 – Idade dos migrantes entrevistados residentes no bairro Planalto, ao migrarem para o município de Linhares, 2019



Fonte: Elaboração com base nos resultados da amostra.

6.2.3. Migração entre bairros e tempo de residência

Nesta subseção, são examinadas as migrações internas ao município linharenses, mais especificamente as oriundas de outros bairros (do distrito-sede) de Linhares para o bairro Planalto, como também o tempo de residência das pessoas em Planalto. As análises levaram em conta a segmentação dos 350 entrevistados em dois grupos: os migrantes (inclusive de retorno) e os não migrantes.

Planalto é um bairro em formação e com porções de terras ainda por ocupar. Seu crescimento populacional foi intensificado no início da década de 2010, fruto da expansão do distrito-sede em direção ao norte do município e com forte inclinação a margear a BR-101.

A ocupação mais recente foi constatada pela pesquisa: o tempo de residência no bairro é de até quatro anos para 34,9% dos entrevistados. A proporção sobe para 58,6% das pessoas entrevistadas quando se considera a duração de até 9 anos de residência em Planalto. Entre os migrantes, um expressivo percentual (41,1%) chegou ao bairro há quatro anos ou menos (Tabela 30).

Tabela 30 – Tempo de residência, sem interrupção, dos migrantes e não migrantes no bairro Planalto, 2019

Anos de Residência	Não Migrantes	%	Migrantes	%	Total	%
até 4	25	21,9	97	41,1	122	34,9
de 5 a 9	28	24,6	55	23,3	83	23,7
de 10 a 14	18	15,8	36	15,3	54	15,4
de 15 a 19	25	21,9	20	8,5	45	12,9
20 anos ou mais	18	15,8	28	11,9	46	13,1
Total	114	100,0	236	100,0	350	100,0

Fonte: Elaboração com base nos resultados da amostra.

Em relação ao número de bairros em que as pessoas residiram em Linhares antes de se estabelecerem no bairro Planalto, 47,1% delas residiram em apenas um bairro e 30,0% chegaram a Linhares e já vieram morar em Planalto. A maior proporção de

peças entre os não migrantes e entre os migrantes encontrava-se no grupo que realizou uma única migração intramunicipal, ou melhor, entre bairros, haja vista que elas podem ter mudado de residência dentro de um mesmo bairro (Tabela 31).

Tabela 31 – Número de bairros em que os migrantes e os não migrantes entrevistados residiram antes de se estabelecerem no bairro Planalto, 2019

Número de bairros	Não Migrantes	%	Migrantes	%	Total	%
Nenhum	16	14,0	89	37,7	105	30,0
%	15,2		84,8		100,0	
Um	61	53,5	104	44,1	165	47,1
%	37,0		63,0		100,0	
Dois	22	19,3	29	12,3	51	14,6
%	43,1		56,9		100,0	
Três	14	12,3	14	5,9	28	8,0
%	50,0		50,0		100,0	
Quatro	1	0,9	0	0,0	1	0,3
%	100,0		0,0		100,0	
Total	114	100,0	236	100,0	350	100,0

Fonte: Elaboração com base nos resultados da amostra.

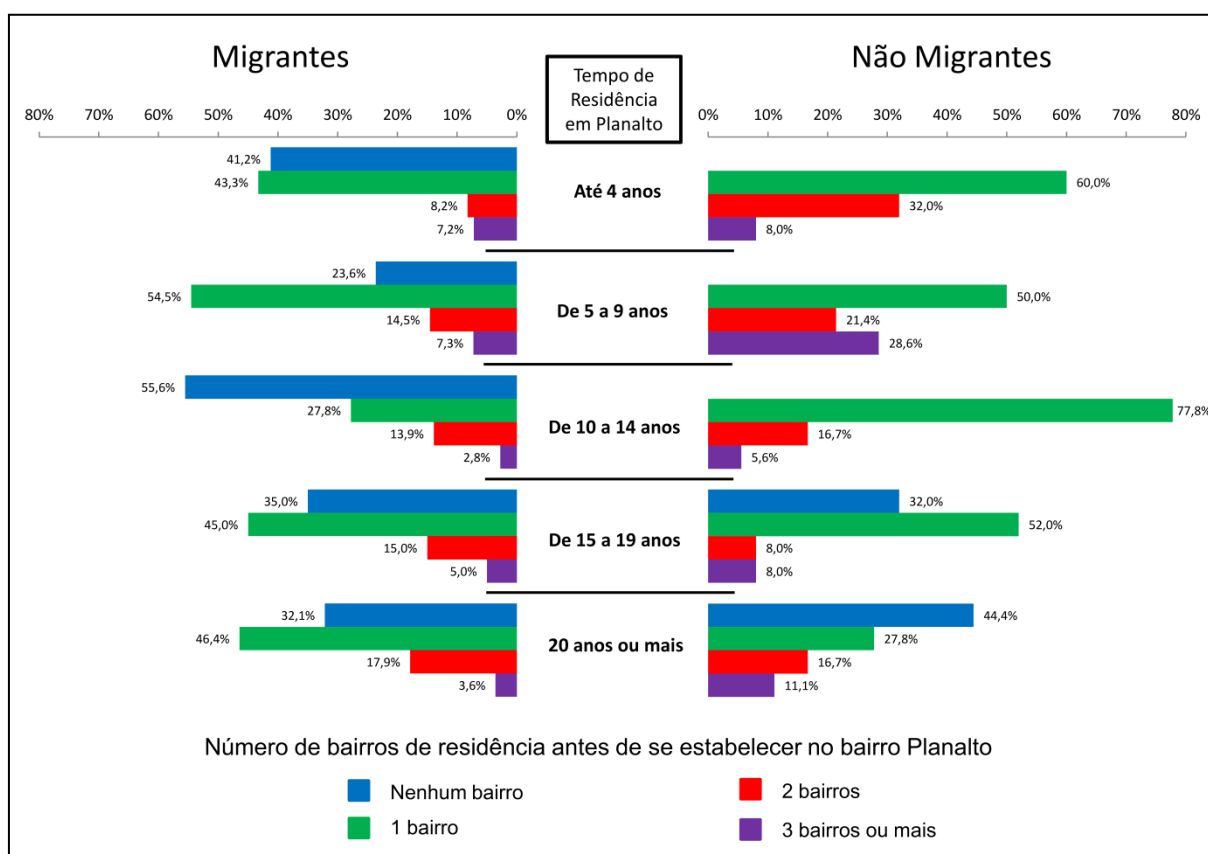
Entre os que nunca mudaram de bairro dentro do próprio município, 84,8% eram migrantes, assim como, do total daqueles que residiram anteriormente em apenas um bairro de Linhares, 63,0% eram migrantes.

No gráfico 18, compara-se o tempo de residência das pessoas no bairro Planalto com o número de bairros nos quais moravam anteriormente. Entre os migrantes, nota-se que, em todas as faixas de tempo de residência, exceto na de 10 a 14 anos, a maior proporção era dos que residiram primeiro em um outro bairro de Linhares. Desse modo, maior percentual dos não migrantes de 16 anos ou mais entrevistados (que sempre residiram em Linhares), com até 19 anos de residência em Planalto, moraram primeiro em outro bairro de Linhares. Acima desse tempo de moradia, verifica-se uma ocupação mais antiga, com predominância de pessoas que sempre residiram no bairro.

Duas possíveis constatações podem ser retiradas das informações até aqui: a primeira é que o bairro exerce considerável atração sobre migrantes e não

migrantes, em especial pelas vantagens de um bairro em expansão e mais afastado da área central do distrito-sede, a exemplo do menor custo dos terrenos, imóveis e aluguéis; a segunda é a expressiva parcela daqueles que migram de outros estados e de municípios do Espírito Santo diretamente para o bairro Planalto, o que pode denotar que o bairro oferece melhores condições de receber os migrantes, como disponibilidade e menor custo de casas para alugar ou comprar, mas também pode transparecer a importância de pessoas conhecidas pelos migrantes, as quais moravam no bairro. Essas relações sociais preestabelecidas são básicas para minimizar as dificuldades enfrentadas pelos migrantes para se estabelecerem e posteriormente ser inseridos na sociedade linharensense.

Gráfico 18 – Percentual de migrantes e não migrantes entrevistados que residiram em outros bairros de Linhares antes de se estabelecerem no bairro Planalto, por tempo de residência no bairro Planalto, 2019



Fonte: Elaboração com base nos resultados da amostra.

Nota: a) Como o questionário foi aplicado às pessoas de 16 anos ou mais, não se obtiveram dados dos não migrantes abaixo de 16 anos que sempre moraram no bairro Planalto. Por isso, no gráfico, a coluna “nenhum bairro” não tem representação nas três primeiras faixas de tempo de residência ; b) Apenas um entrevistado residiu em mais de três bairros antes de se estabelecer em Planalto. Trata-se de um não migrante que residiu em quatro bairros e possuía tempo de moradia no bairro: entre cinco e nove anos.

Nota-se, pela Tabela 32, que ambos os bairros de origem com maior fluxo de pessoas para o bairro Planalto são Interlagos (21,2%) e Aviso (12,2%). Das 82 pessoas residentes em Planalto que anteriormente moravam nesses dois bairros, 51 pessoas (62,2%), em algum momento da vida, migraram de outros estados ou de outros municípios do Espírito Santo para Linhares (inclusive migração de retorno); e 31 pessoas (37,8%) eram naturais de Linhares e jamais migraram para fora do município.

Tabela 32 – Último bairro de residência dos migrantes e não migrantes entrevistados no bairro Planalto, no município de Linhares, antes de se estabelecerem no bairro Planalto, 2019

Bairros / distritos	Não Migrantes		Migrantes		Total	
		%		%		%
Interlagos	17	17,3	35	23,8	52	21,2
Aviso	14	14,3	16	10,9	30	12,2
Nova Esperança	8	8,2	15	10,2	23	9,4
Movelar	5	5,1	12	8,2	17	6,9
Shell	8	8,2	9	6,1	17	6,9
Linhares V	5	5,1	9	6,1	14	5,7
Novo Horizonte	4	4,1	8	5,4	12	4,9
Araçá	2	2,0	7	4,8	9	3,7
São José	4	4,1	5	3,4	9	3,7
Canivete	3	3,1	5	3,4	8	3,3
Juparanã	4	4,1	3	2,0	7	2,9
Santa Cruz	3	3,1	4	2,7	7	2,9
Outros bairros do distrito-sede	6	6,1	9	6,1	15	6,1
Outros distritos	15	15,3	10	6,8	25	10,2
Total	98	100,0	147	100,0	245	100,0

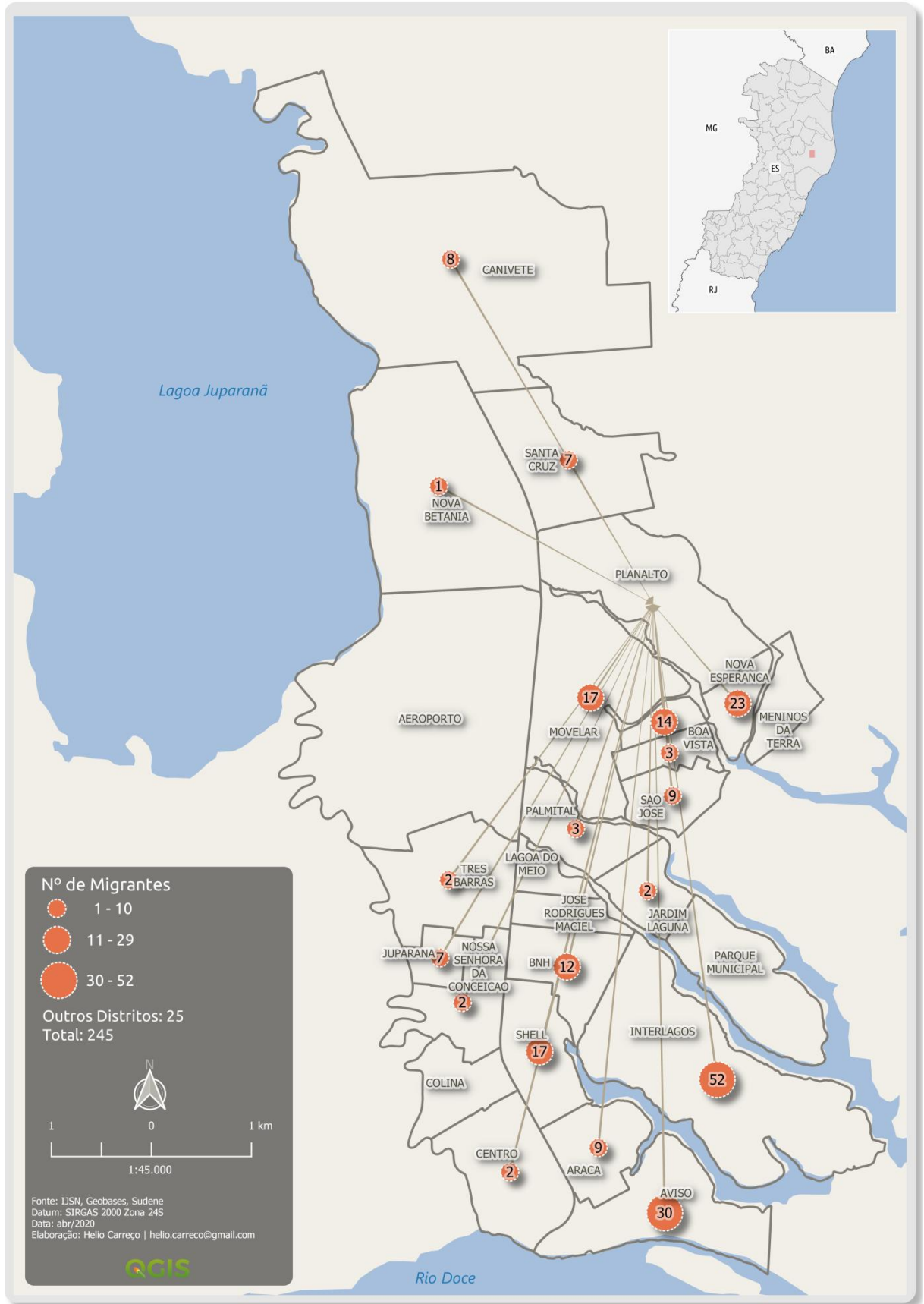
Fonte: Elaboração com base nos resultados da amostra.

Esses também são os bairros mais populosos de Linhares. Interlagos possuía, em 2010, 26.557 habitantes e Aviso 11.240, o que correspondia a 24,3% e 10,3%, respectivamente, da população do distrito-sede. Impressiona o número de pessoas que vivem no bairro Interlagos: é maior que a população individual de 53 dos 78 municípios capixabas. Apesar de esses dois bairros não serem os mais próximos de Planalto, o maior número de pessoas oriundo deles corrobora um dos postulados teóricos dos modelos gravitacionais sobre a tendência de fluxos mais intensos entre

localidades com maiores contingentes populacionais (CASTIGLIONI, 2009). Barbosa e outros (2016) aplicaram um modelo gravitacional para apurar a influência de variáveis nas migrações nos estados brasileiros no período de 2005 a 2014. Constataram, entre outras coisas, que os fluxos migratórios se relacionavam negativamente com a distância e positivamente com o tamanho da população de origem e de destino.

Em seguida, na lista dos bairros com maior número de pessoas que migraram com destino a Planalto, aparecem os bairros vizinhos: Nova Esperança e Movelar. Ambos possuem ocupações um pouco mais antigas em relação a Planalto, contudo o bairro Nova Esperança é mais densamente povoado e contíguo ao bairro Planalto (Mapa 20). Esses dados revelam que os pressupostos teóricos da relação indireta entre deslocamento de pessoas e distância entre origem e destino (RAVENSTEIN, 1885; BARBOSA et al., 2016), em certa medida, levando em consideração outros elementos de análise, podem ser aplicados para migrações intramunicipais.

Mapa 20 – Último bairro de residência, dos entrevistados no bairro Planalto, no município de Linhares, antes de se estabelecerem no bairro Planalto, 2019



Fonte: Elaboração com base nos resultados da amostra.

6.3. MIGRANTES E NÃO MIGRANTES

Esta seção tem por objetivo comparar algumas características e particularidades dos migrantes e não migrantes entrevistados no bairro Planalto. A condição no mercado de trabalho, os rendimentos e a ocupação nos setores econômicos serão analisados e comparados, segundo o sexo e o nível de instrução.

Quando pertinentes, os dados levantados pela amostra serão comparados com os resultados do Censo 2010 e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) Contínua para o Espírito Santo e para o Brasil, principalmente no terceiro trimestre de 2019. Apesar de a faixa etária da população objeto de estudo pelo IBGE ser distinta da amostra no bairro Planalto, as comparações são importantes, pois evidenciam as principais tendências.

6.3.1. Mercado de trabalho

A inserção dos residentes no mercado de trabalho é apresentada na Tabela 33. Verifica-se que a maioria dos residentes do bairro Planalto estava trabalhando (55,4%)⁶¹. Do total de pessoas no exercício de alguma atividade, os homens eram majoritários: 61,9% eram do sexo masculino e 38,1% do sexo feminino. Esses dados vão ao encontro da tendência histórica observada para o Brasil de maior participação dos homens no mercado de trabalho. Porém, o percentual de mulheres está aquém do verificado pelo IBGE para a população ocupada de 25 a 49 anos, com base na PNAD Contínua para o período 2012-2018 (IBGE, 2019b). O referido estudo expôs que, em 2018, do contingente ocupado, 54,7% eram de homens e 45,3% de mulheres.

⁶¹ Das 194 pessoas que estavam ocupadas, apenas seis (3,1%) não trabalhavam em Linhares: quatro em outros municípios do Espírito Santo (Aracruz, Sooretama, São Mateus e Serra), uma em Macaé (RJ) e uma pessoa não quis identificar-se. Destaca-se também que 40 pessoas (20,6%) trabalhavam como autônomas, das quais 37 na construção civil, no comércio ou em prestação de serviços.

Tabela 33 – Situação no mercado de trabalho dos migrantes e não migrantes entrevistados no bairro Planalto, por sexo, 2019

Situação	Não Migrante				Migrantes				Total					
	Masc	Femi	Total	%	Masc	Femi	Total	%	Masc	%	Femi	%	Total	%
Trabalha	29	22	51	44,7	91	52	143	60,6	120	67,4	74	43,0	194	55,4
Não trabalha	25	38	63	55,3	33	60	93	39,4	58	32,6	98	57,0	156	44,6
<i>Desempregado</i>	13	20	33	28,9	15	41	56	23,7	28	15,7	61	35,5	89	25,4
<i>Aposentado</i>	4	3	7	6,1	9	7	16	6,8	13	7,3	10	5,8	23	6,6
<i>Do lar</i>	0	10	10	8,8	0	8	8	3,4	0	0,0	18	10,5	18	5,1
<i>Recebe seguro desemprego/ auxílio do INSS</i>	3	1	4	3,5	7	4	11	4,7	10	5,6	5	2,9	15	4,3
<i>Somente estuda</i>	3	4	7	6,1	2	0	2	0,8	5	2,8	4	2,3	9	2,6
<i>Outros</i>	2	0	2	1,8	0	0	0	0,0	2	1,1	0	0,0	2	0,6
Total	54	60	114	100,0	124	112	236	100,0	178	100,0	172	100,0	350	100,0
%Desempregados / Trabalham	44,8	90,9	64,7		16,5	78,8	39,2		23,3		82,4		45,9	

Fonte: Elaboração com base nos resultados da amostra.

Corroborando os dados apresentados, a PNAD Contínua, no terceiro trimestre de 2019, ao tomar a população ocupada de 14 anos ou mais na semana de referência, identificou que, no Brasil, a razão entre mulheres e homens trabalhando era de 78,3, ou seja, para cada 78,3 mulheres ocupadas havia cem homens trabalhando. O Espírito Santo acompanhava a tendência nacional com uma relação de 77,8⁶². Para Linhares – assim como em 66 dos 78 municípios capixabas –, Dalapicola (2019) constatou que, entre as pessoas de 10 anos ou mais, ocupadas na semana de referência do Censo 2010, as mulheres possuíam menor paridade de acesso ao mercado de trabalho: 69,0 mulheres ocupadas para cada grupo de cem homens. Em Planalto, os dados amostrais de 2019 revelaram que, do total de ocupados, a proporção de mulheres ocupadas em relação à dos homens ocupados era de 61,7%.

Além disso, em Planalto, a representação de desempregados no total da amostra era de 25,4%, e as mulheres desocupadas representavam 68,5% desse total. Assim também, enquanto o percentual de desempregados entre os homens era de 15,7%, entre as mulheres era de 33,5%. Destaca-se também que 10,5% do total de mulheres se declaram “do lar”, o que pode retratar significativa dependência econômica em relação ao cônjuge ou aos demais membros do arranjo familiar.

⁶² IBGE, SIDRA, tabela 4093.

Com esses dados, verifica-se que é mais difícil de transpor as barreiras para as mulheres avançarem no desenvolvimento de suas capacidades (UNDP, 2018). Elas têm probabilidade mais elevada de ficar desempregadas (UNFPA, 2017) e com os jovens são as mais vulneráveis aos efeitos das baixas taxas de crescimento da economia (OIT, 2019).

Entre os migrantes, a proporção de desempregados em relação aos que estavam trabalhando era de 39,2%, bem menor se comparada ao grupo dos não migrantes (64,7%). Inclusive a menor taxa de desemprego era verificada também na comparação por sexo entre migrantes e nativos. De fato, como retratado por Castiglioni (1989), em geral o desemprego é menor entre os migrantes, pois a necessidade premente de prover o próprio sustento e o da família e as condições em que parte deles se estabelece, via de regra pagando aluguel ou provisoriamente na casa de amigos e parentes, os levam a aceitar as primeiras oportunidades de trabalho, mesmo que essas sejam com menores remunerações e no setor informal. A autora, ao analisar os dados do Censo Demográfico de 1980, constatou que, no Espírito Santo, os migrantes de ambos os sexos possuíam níveis de desemprego mais baixos que os nativos do mesmo sexo.

Contudo, não se deve pressupor que a maior taxa de desemprego entre os não migrantes era em virtude da não aceitação do salário vigente no mercado, como aponta a teoria neoclássica. Em verdade, os não migrantes tendem a usufruir, mais que os migrantes, alguns fatores que os protegem (maior capital social acumulado no município, grupo familiar estabilizado...) em momentos de desemprego no mercado de trabalho, por isso tendem a selecionar mais as ofertas de emprego ou postergar sua entrada ou reentrada no mercado de trabalho para estudar ou se especializar.

As ocupações no mercado de trabalho podem relacionar-se diretamente com o grau de instrução e qualificação dos residentes. Conforme se observa na Tabela 34, os níveis de instrução com maior representação de pessoas foram o ensino fundamental incompleto (38,6%) e o médio completo (30,0%). Constata-se esse perfil tanto entre os migrantes quanto entre os não migrantes.

Tabela 34 – Nível de instrução dos migrantes e não migrantes entrevistados no bairro Planalto, por sexo, 2019

Nível de Instrução	Não Migrantes				Migrantes				Total					
	Masc	Femi	Total	%	Masc	Femi	Total	%	Masc	%	Femi	%	Total	%
Não estudou	2	1	3	2,6	14	6	20	8,5	16	9,0	7	4,1	23	6,6
Fundamental incompleto	23	25	48	42,1	49	38	87	36,9	72	40,4	63	36,6	135	38,6
Fundamental completo	9	12	21	18,4	24	25	49	20,8	33	18,5	37	21,5	70	20,0
Médio completo	19	19	38	33,3	34	33	67	28,4	53	29,8	52	30,2	105	30,0
Superior completo	0	2	2	1,8	3	6	9	3,8	3	1,7	8	4,7	11	3,1
Pós-graduação	1	1	2	1,8	0	4	4	1,7	1	0,6	5	2,9	6	1,7
Total	54	60	114	100,0	124	112	236	100,0	178	100,0	172,0	100,0	350	100,0

Fonte: Elaboração com base nos resultados da amostra.

Os migrantes destacam-se negativamente pela maior proporção do grupo de pessoas que não estudaram, com predominância do sexo masculino. Por sua vez, os migrantes alcançaram níveis mais elevados de educação em relação aos não migrantes, podendo indicar também uma migração mais qualificada para postos de trabalho com maiores remunerações: 5,5% dos migrantes e 3,6% dos não migrantes possuíam, no mínimo, curso superior completo. Dos 17 entrevistados com nível de instrução superior completo ou com pós-graduação, 13 eram migrantes (sendo 10 mulheres).

Nota-se que 43,8% dos desempregados possuíam nível de instrução fundamental incompleto (Tabela 35). O desemprego é maior por esse nível de escolaridade tanto para migrantes (42,9%) como para não migrantes (45,5%).

Por outro lado, o maior percentual daqueles que trabalhavam possuía nível de instrução médio completo (35,1%), seguido do grupo com fundamental incompleto (34,5%). Em ambos os grupos, esses são os níveis de instrução com maior representação. Contudo, a predominância do nível médio foi verificada entre os não migrantes (41,2%); já no grupo dos migrantes, a proporção de ocupados era majoritariamente de pessoas com fundamental incompleto (35,7%).

O perfil de instrução do bairro tem indicações que uma parcela significativa está ocupada em atividades que exigem pouca qualificação e outra parte considerável em atividades que demandam um nível mediano de escolaridade.

Tabela 35 – Condição no mercado de trabalho e nível de instrução dos migrantes e não migrantes entrevistados no bairro Planalto, 2019

Nível de Instrução	Não Migrantes					Migrantes					Total				
	Trabalha	%	Desemp.	%	Desemp./ Trabalha	Trabalha	%	Desemp.	%	Desemp./ Trabalha	Trabalha	%	Desemp.	%	Desemp./ Trabalha
Não estudou	0	0,0	0	0,0	0,0	8	5,6	3	5,4	37,5	8	4,1	3	3,4	37,5
Fundamental incompleto	16	31,4	15	45,5	93,8	51	35,7	24	42,9	47,1	67	34,5	39	43,8	58,2
Fundamental completo	10	19,6	5	15,2	50,0	27	18,9	13	23,2	48,1	37	19,1	18	20,2	48,6
Médio completo	21	41,2	13	39,4	61,9	47	32,9	14	25,0	29,8	68	35,1	27	30,3	39,7
Superior completo	2	3,9	0	0,0	0,0	7	4,9	1	1,8	14,3	9	4,6	1	1,1	11,1
Pós-graduação	2	3,9	0	0,0	0,0	3	2,1	1	1,8	33,3	5	2,6	1	1,1	20,0
Total	51	100,0	33	100,0	64,7	143	100,0	56	100,0	39,2	194	100,0	89	100,0	45,9

Fonte: Elaboração com base nos resultados da amostra.

Num exame dos indivíduos em cada nível de instrução, percebe-se que o desemprego afeta mais os não migrantes. Para estes, as maiores proporções de desempregados em relação aos ocupados estavam nos grupos com escolaridade do fundamental incompleto (93,8%) e médio completo (61,9%). Para os migrantes, a relação era maior nos grupos de fundamental completo (48,1%) e fundamental incompleto (47,1%).

Considerando as relações entre trabalho e idade (Tabela 36) no bairro Planalto, assim como no Brasil, o desemprego atinge, em maior proporção, os jovens. Entre os que se declararam desempregados, 47,2% eram jovens de 16 a 29 anos. Esse percentual era superior no grupo de não migrantes, 66,7%. Neste grupo, a razão entre os jovens que trabalhavam e os jovens que não trabalhavam era 0,92, isto é, para cada cem jovens ocupados existiam 92 jovens desocupados. Entre os migrantes, essa razão caía para 0,53.

Conforme relatório da Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2019), em 2018, a taxa de desemprego entre os jovens latinos americanos e caribenhos, de 15 a 29 anos, era três vezes maior que a dos adultos. Dos que se encontravam ocupados, mais de 60% pertenciam ao mercado informal. A situação era ainda mais alarmante num cenário em que 21,5% dos jovens de 15 a 24 anos não estudavam nem trabalhavam; e sete de cada dez jovens, nessa situação, eram mulheres. O estudo apontou que a principal causa do desemprego era a situação econômica da região e, nesse sentido, as mulheres e os jovens eram os mais afetados pelo baixo dinamismo ou crises econômicas. De fato, o desemprego pode interferir, de forma

decisiva, no desenvolvimento das capacidades do jovem e restringir ou retardar a sua trajetória profissional.

Tabela 36 – Condição no mercado de trabalho e grupos etários dos migrantes e não migrantes entrevistados no bairro Planalto, 2019

Grupos Etários	Não Migrantes				Migrantes				Total			
	Trabalha	%	Desemp.	%	Trabalha	%	Desemp.	%	Trabalha	%	Desemp.	%
16 - 19 anos	5	9,8	10	30,3	4	2,8	5	8,9	9	4,6	15	16,9
20 - 29 anos	19	37,3	12	36,4	34	23,8	15	26,8	53	27,3	27	30,3
30 - 39 anos	17	33,3	6	18,2	41	28,7	20	35,7	58	29,9	26	29,2
40 - 49 anos	6	11,8	3	9,1	36	25,2	8	14,3	42	21,6	11	12,4
50 anos ou mais	4	7,8	2	6,1	28	19,6	8	14,3	32	16,5	10	11,2
Total	51	100,0	33	100,0	143	100,0	56	100,0	194	100,0	89	100,0

Fonte: Elaboração com base nos resultados da amostra.

6.3.2. Rendimentos

Com respeito ao nível de rendimentos, dos 350 entrevistados, 107 (30,6%) declararam não possuir nenhuma renda mensal. Esse grupo era formado, em sua maioria, por pessoas do sexo feminino (68,2%), o que pode denotar elevada dependência econômica. Além disso, o baixo nível de rendimentos do bairro pode ser verificado pelos seguintes números: 54,3% recebiam até R\$ 1.999,00, 10,6% de R\$ 2.000,00 a R\$ 2.999,00 e apenas 4,7% auferiam rendimentos de R\$ 3.000,00 ou mais (Tabela 37).

Numa análise por sexo, observa-se que a maior parte das mulheres possuía níveis reduzidos de renda, ou seja, 71,5% delas não apresentam nenhum rendimento ou valores até R\$ 999,00. Nessas faixas, entre os homens a participação era menor: 44,9%. Ademais, o maior número de pessoas do sexo masculino estava no grupo dos que auferiam renda de R\$ 1.000,00 a R\$ 1.999,00 (35,4%). Acima dessa faixa de rendimentos, encontravam-se 19,7% do total dos homens e 9,3% do total de mulheres.

Tabela 37 – Renda mensal dos migrantes e não migrantes entrevistados no bairro Planalto, por sexo, 2019

Renda mensal	Não Migrantes				Migrantes				Total					
	Masc	Femi	Total	%	Masc	Femi	Total	%	Masc	%	Femi	%	Total	%
Nenhuma	16	31	47	41,2	18	42	60	25,4	34	19,1	73	42,4	107	30,6
Até R\$ 999,00	10	14	24	21,1	36	36	72	30,5	46	25,8	50	29,1	96	27,4
De R\$ 1.000,00 a R\$ 1.999,00	17	10	27	23,7	46	21	67	28,4	63	35,4	31	18,0	94	26,9
De R\$ 2.000,00 a R\$ 2.999,00	7	4	11	9,6	19	7	26	11,0	26	14,6	11	6,4	37	10,6
De R\$ 3.000,00 a R\$ 3.999,00	1	0	1	0,9	4	3	7	3,0	5	2,8	3	1,7	8	2,3
De R\$ 4.000,00 a R\$ 4.999,00	0	0	0	0,0	1	2	3	1,3	1	0,6	2	1,2	3	0,9
De R\$ 5.000,00 ou mais	3	0	3	2,6	0	0	0	0,0	3	1,7	0	0,0	3	0,9
Não quis identificar	0	1	1	0,9	0	1	1	0,4	0	0,0	2	1,2	2	0,6
Total	54	60	114	100,0	124	112	236	100,0	178	100,0	172	100,0	350	100,0
Média	R\$ 1.789,47	R\$ 1.142,86	R\$ 1.515,15	-	R\$ 1.443,40	R\$ 1.253,62	R\$ 1.368,57	-	R\$ 1.534,72		R\$ 1.221,65		R\$ 1.408,71	-
Mediana	R\$ 1.530,40	R\$ 1.001,00	R\$ 1.334,33	-	R\$ 1.370,57	R\$ 959,33	R\$ 1.232,34	-	R\$ 1.413,70		R\$ 971,00		R\$ 1.261,64	-

Fonte: Elaboração com base nos resultados da amostra.

Em 2010, o valor do rendimento nominal médio de todos os trabalhos das pessoas de 10 anos ou mais ocupadas do sexo masculino era superior ao do sexo feminino no Brasil, no estado do Espírito Santo e no município de Linhares. No país, os homens percebiam R\$ 1.422,03 e as mulheres R\$ 1.029,57. No estado capixaba, os homens ganhavam ligeiramente melhor em relação aos ganhos das pessoas do mesmo sexo em nível nacional, R\$ 1.425,74; porém, as mulheres recebiam bem menos que a média das mulheres brasileiras: R\$ 976,68. Já para Linhares, em 2010, os rendimentos para os dois sexos eram inferiores se comparados aos verificados no Brasil e no Espírito Santo. No município, os homens recebiam, em média, R\$ 1.379,16 e as mulheres R\$ 919,93⁶³. Assim, nota-se a desigualdade de rendimentos nos três níveis administrativos: em Linhares, elas ganhavam 66,7% do que auferiam os homens; no Brasil e no estado capixaba essa relação era de 72,4 e 68,5%, respectivamente.

Posteriormente, no terceiro trimestre de 2019, segundo a PNAD Contínua, o rendimento médio nominal mensal de todos os trabalhos de homens e de mulheres ocupados de 14 anos ou mais, no Brasil, era de R\$ 2.532,00 e R\$ 1.993,00, respectivamente. Portanto, as mulheres ganhavam, em média, 78,7% do rendimento

⁶³ IBGE, SIDRA, tabela 3552

percebido pelos homens. Tal relação era pior para as mulheres no Espírito Santo (73,0%)⁶⁴.

No bairro Planalto, em 2019, de acordo com os resultados da pesquisa, a renda média dos ocupados de 16 anos ou mais, que perceberam algum rendimento, era de R\$ 1.408,71, dos quais as pessoas do sexo masculino ganhavam R\$ 1.534,72 e as do sexo feminino R\$ 1.221,65. Neste caso, as mulheres recebiam, em média, 79,6% dos rendimentos dos homens, isto é, possuíam rendimentos 20,4% menores.

Embora a idade da população pesquisada pela PNAD Contínua seja distinta, pode-se apreender que, entre os ocupados, as mulheres residentes no bairro Planalto têm níveis de paridade de rendimentos melhores ou muito próximos dos verificados para o Brasil e para o Espírito Santo.

O Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) retrata as desigualdades de rendimentos entre homens e mulheres e suas graves consequências:

Em todo o mundo, os salários das mulheres são mais baixos do que os dos homens. Menores salários resultam da desigualdade de gênero em educação e saúde, assim como da proteção desigual de direitos. Essas desigualdades fazem com que as mulheres tenham menos capacidades e um menor leque de opções e oportunidades de emprego e subsistência (UNFPA, 2017, p. 59).

As mulheres ganham menos inclusive exercendo os mesmos trabalhos e dedicam-se mais tempo aos trabalhos não remunerados, como os domésticos e o cuidado às pessoas. Tal desigualdade, ancorada na restrição de liberdades de escolhas (inclusive reprodutivas) e acesso a recursos, tende a perpetuar o ciclo de pobreza de sua prole e das gerações seguintes (UNFPA, 2017; UNDP, 2018).

De fato, o PNUD (2019), ao desagregar o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) brasileiro de 2017, constatou que o IDH masculino (0,761) era superior ao do sexo feminino (0,755), justamente em virtude da menor renda das mulheres. Ou seja, apesar de as mulheres terem maior expectativa de vida, mais anos esperados de escolaridade e maior média de anos de estudo, apresentavam diferença expressiva na Renda Nacional Bruta (RNB) *per capita* em comparação com os homens.

⁶⁴ IBGE, SIDRA, tabela 5429

No bairro Planalto, as mulheres migrantes perceberam, em média, maior renda mensal que as não migrantes: R\$ 1.253,62 e R\$ 1.142,86, respectivamente. Ao contrário, os migrantes do sexo masculino ganhavam menos que os não migrantes do mesmo sexo.

A diferença salarial por sexo, no bairro Planalto, em 2019, é menor entre os migrantes: as mulheres ganhavam, em média, 86,9% dos rendimentos dos homens. Entre os não migrantes, essa proporção era de 63,9%. Esses dados corroboram os estudos de Batista e Cacciamali (2009), quando analisaram a PNAD 2005. As autoras concluíram que, no Sudeste, a diferença salarial por sexo é menor entre os migrantes e o inverso se verificava para as demais regiões. “[...] No caso do Sudeste, a menor diferença salarial constatada entre homens e mulheres migrantes deve-se mais às características específicas das trabalhadoras do que à valorização diferenciada no mercado de trabalho” (BATISTA; CACCIAMALI, 2009, p.97).

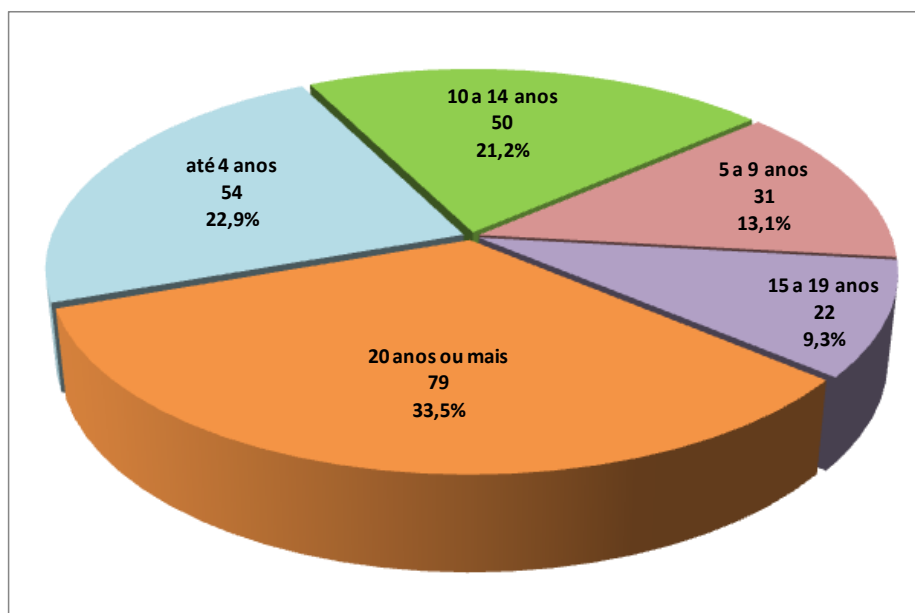
A renda tende a ter relação com o tempo de moradia em determinado local. Estudos, a exemplo dos de Castiglioni (1989), confirmam que o maior o tempo de residência amplia as possibilidades de alcance de rendimentos mais elevados. De fato, conforme se demonstra no Gráfico 19, considerável proporção do total de migrantes, de 16 anos ou mais, possuía pouco tempo de residência em Linhares: 22,9% tinham até quatro anos de residência no município; esse percentual subia para 36,0% quando se considerava o tempo de residência até nove anos.

Castiglioni (1989), ao examinar os dados do Censo de 1980, constatou que, no Espírito Santo, os migrantes eram mais bem remunerados que os não migrantes. Em todas as faixas salariais, a partir de um salário mínimo, havia maior proporção de migrantes. Por outro lado, os grupos de pessoas que ganhavam menos de um salário e não auferiam renda eram majoritariamente de não migrantes.

Os resultados da pesquisa no bairro Planalto apontam a maior proporção de migrantes em todas as faixas de rendimentos mensais e corroboram os estudos de Castiglioni (1989), no que diz respeito à influência positiva do tempo de residência nos níveis de salários. Em todas as faixas de renda, exceto na de R\$ 1.000,00 a R\$ 1.999,00, havia maior proporção de migrantes com tempo de residência acima de 10 anos (Gráfico 20). Isso confirma “[...] l'argument selon lequel les migrants

remplissent plus volontiers les postes d'emploi disponibles en attendant de meilleures situations" (CASTIGLIONI, 1989, p. 108)⁶⁵.

Gráfico 19 – Tempo de residência em Linhares, sem interrupção, dos migrantes entrevistados no bairro Planalto, em 2019



Fonte: Elaboração com base nos resultados da amostra.

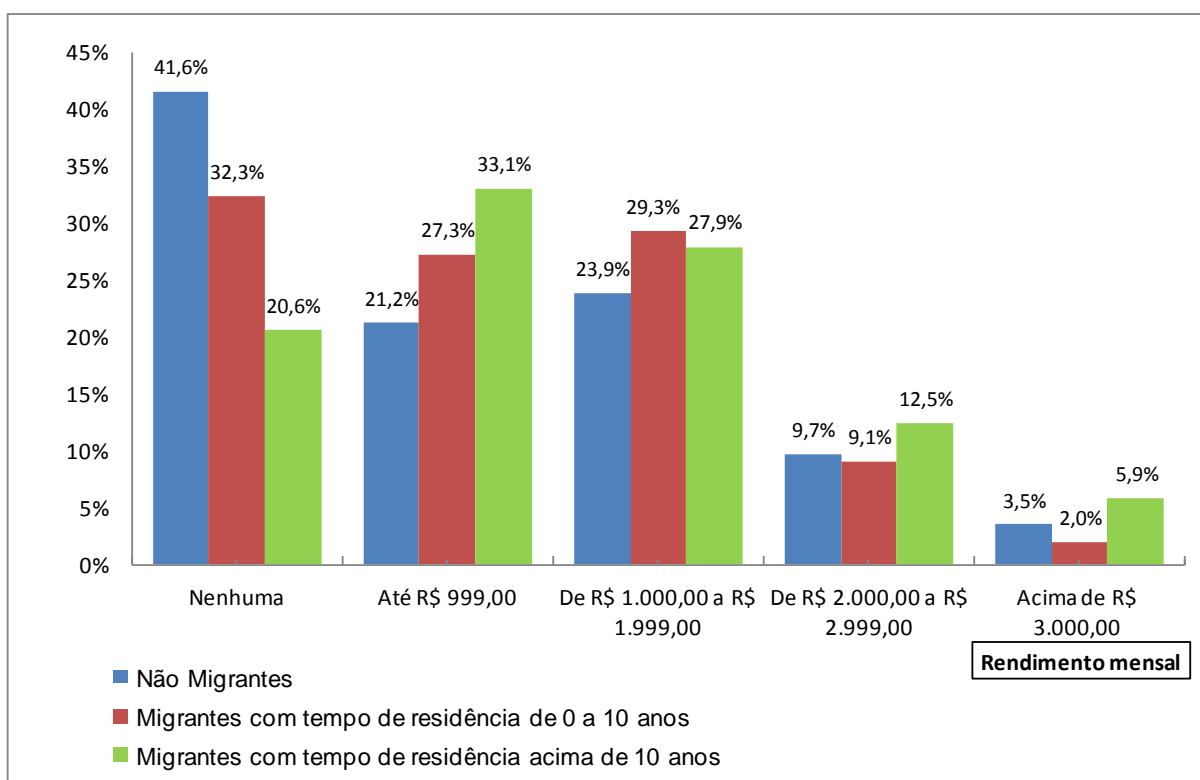
Em consonância com os resultados e análises de Castiglioni (1989), dois fatos foram verificados: a) a proporção de pessoas sem rendimentos é maior entre os não migrantes, o que pode retratar que, entre os migrantes, a busca por ocupação é uma das principais determinantes do ato migratório; b) 56,6% dos migrantes com tempo de residência de 0 a 10 anos e 61,0% dos migrantes com tempo de residência acima de 10 anos percebiam rendimentos mensais até R\$ 1.999,00, revelando que uma considerável proporção do fluxo migratório pode ter sido determinada por fatores de repulsão dos locais de origem e assim tendendo a gerar uma seleção negativa de pessoas com, por exemplo, baixos níveis de instrução e qualificação (LEE, 1966).

A PNAD Contínua, no quarto trimestre de 2017 e de 2018, revelou que, no tocante às pessoas ocupadas de 25 a 49 anos no Brasil, o rendimento médio de homens e mulheres com nível superior apresentou a menor razão por sexo entre os níveis de instrução, isto é, as mulheres ganhavam 62,7% e 64,3%, respectivamente, do

⁶⁵ “[...] o argumento de que os migrantes são mais propensos a preencher os postos de trabalho disponíveis enquanto esperam por melhores oportunidades” (CASTIGLIONI, 1989, p. 108, tradução nossa).

rendimento dos homens. A maior paridade de rendimento por sexo encontrava-se nos “sem instrução ou com fundamental incompleto” (67,0% e 67,3%) (IBGE, 2019b).

Gráfico 20 – Proporção de não migrantes e de migrantes, entrevistados no bairro Planalto, com tempo de residência em Linhares de 0 a 10 anos e acima de 10 anos, por faixa de rendimento mensal, 2019



Fonte: Elaboração com base nos resultados da amostra.

Essa tendência já tinha sido constatada pelo Censo 2010⁶⁶ para os diferentes níveis de divisão administrativa. No Brasil, assim como no Espírito Santo e no município de Linhares, as mulheres de 10 anos ou mais, com rendimentos, ganhavam menos em comparação aos homens, em todos os níveis de instrução. Contudo, a diferença de rendimentos era maior para os ocupados que possuíam nível superior completo: no país, as mulheres auferiam 56,0% dos salários dos homens; no Espírito Santo, 54,4% e, em Linhares, 53,6%. A disparidade era menor no grupo dos sem instrução e com fundamental incompleto: 66,4% no Brasil, 65,9% no estado capixaba e 59,7% no município de Linhares. Como já descrito, o bairro Planalto não foge à regra: em 2019, as mulheres que auferiam alguma renda recebiam, em média, 79,6% do

⁶⁶ IBGE, SIDRA, tabela 3598.

rendimento dos homens, fruto também da inserção das mulheres em trabalhos com baixas remunerações, a exemplo de serviços em residências de terceiros.

Conclui-se que há pelo menos duas relações diretas no que diz respeito ao nível de instrução e renda: quanto mais se estuda, maior a probabilidade de obter maiores rendas; e, quanto mais elevado o nível de instrução, maior a disparidade de rendimentos entre os sexos. De acordo com UNFPA (2017), muitos fatores determinam essa desigualdade, como a tendência de os homens serem empregados em atividades mais bem remuneradas (como a de negócios, as técnicas e as tecnológicas) e alcançarem postos mais altos nesses setores. Além disso, há menor proporção de mulheres em cargos de poder ou autoridade (inclusive eletivos). Inversamente, apesar de elas alcançarem a educação superior, ocupam profissões em setores sociais e educacionais, em que as remunerações são mais baixas. Segundo o estudo da OECD (2019), tal constatação se verifica também entre os países membros e parceiros da OCDE, inclusive o Brasil, onde 25,0% das mulheres que entraram em cursos superiores optaram pela área de educação e 19,0% dos homens escolheram graduações da área de engenharia, produção ou negócios e edificações.

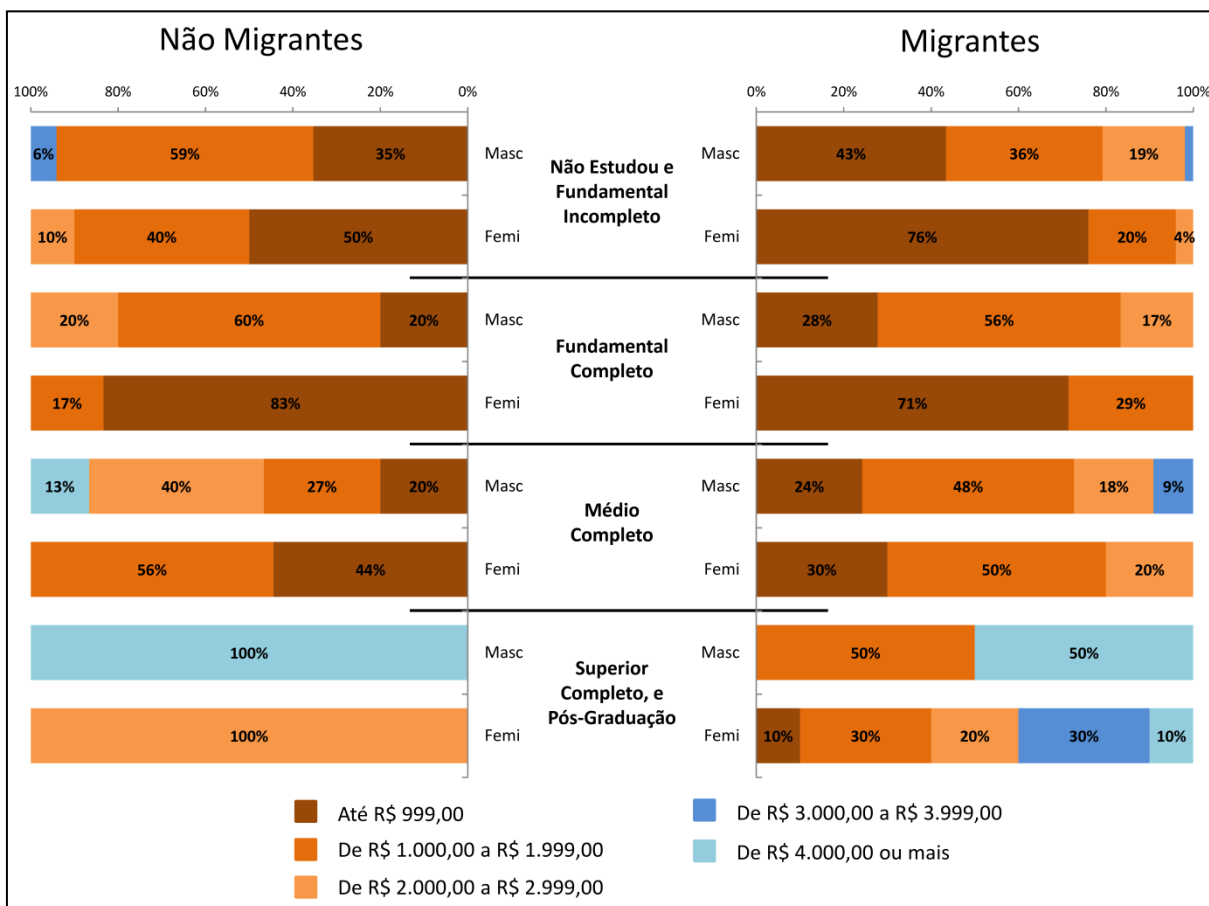
Nota-se, pelo Gráfico 21, que, no bairro Planalto, em todos os níveis de instrução (exceto o superior completo e pós-graduação), há maior percentual de mulheres migrantes e não migrantes que recebiam até R\$ 999,00, em relação aos homens na mesma condição. Além disso, nos três primeiros grupos (não estudou e fundamental incompleto, fundamental completo e médio completo), as mulheres migrantes e as não migrantes não apresentaram remunerações acima de R\$ 2.999,00.

Em cada nível de instrução, observa-se que os homens migrantes e não migrantes, em maior proporção, alcançam rendimentos mais elevados. As mulheres, quando atingem maiores níveis (como é o caso para remunerações de R\$ 4.000,00 ou mais para as que possuem superior completo e pós-graduação), têm o percentual inferior ao dos homens.

Assim também, há maior proporção de mulheres migrantes que conseguem rendimentos mais elevados se comparados aos das não migrantes do mesmo grau

de escolaridade, exceto para o grupo das que não estudaram ou possuem o ensino fundamental incompleto.

Gráfico 21 – Percentual de migrantes e não migrantes, entrevistados no bairro Planalto, que recebiam rendimentos mensais, por nível de instrução e sexo, 2019



Fonte: Elaboração com base nos resultados da amostra.

6.3.3. Ocupação nos setores econômicos

Nesta subseção, são analisadas e comparadas as ocupações nos setores econômicos das 194 pessoas entrevistadas, migrantes e não migrantes, que declararam que trabalhavam na data da pesquisa.

Percebe-se que o setor de serviços emprega o maior percentual de pessoas (30,9%), com realce para a superioridade numérica do sexo feminino (Tabela 38).

Ao somar este setor ao de comércio a participação no total de ocupados sobe para 57,2%.

Tabela 38 – Migrantes e não migrantes, por sexo, entrevistados no bairro Planalto, que trabalhavam nos setores econômicos, 2019

Setor econômico	Não Migrantes				Migrantes				Total					
	Masc	Femi	Total	%	Masc	Femi	Total	%	Masc	%	Femi	%	Total	%
Serviço	9	13	22	43,1	18	20	38	26,6	27	22,5	33	44,6	60	30,9
% do setor	15,0	21,7	36,7		30,0	33,3	63,3		45,0		55,0		100,0	
Comércio	5	4	9	17,6	22	20	42	29,4	27	22,5	24	32,4	51	26,3
% do setor	9,8	7,8	17,6		43,1	39,2	82,4		52,9		47,1		100,0	
Indústria	9	0	9	17,6	26	4	30	21,0	35	29,2	4	5,4	39	20,1
% do setor	23,1	0,0	23,1		66,7	10,3	76,9		89,7		10,3		100,0	
Construção civil	4	0	4	7,8	18	0	18	12,6	22	18,3	0	0,0	22	11,3
% do setor	18,2	0,0	18,2		81,8	0,0	81,8		100,0		0,0		100,0	
Setor público	0	3	3	5,9	3	7	10	7,0	3	2,5	10	13,5	13	6,7
% do setor	0,0	23,1	23,1		23,1	53,8	76,9		23,1		76,9		100,0	
Atividades rurais	2	1	3	5,9	3	0	3	2,1	5	4,2	1	1,4	6	3,1
% do setor	33,3	16,7	50,0		50,0	0,0	50,0		83,3		16,7		100,0	
Não quis identificar ou não identificado	0	1	1	2,0	1	1	2	1,4	1	0,8	2	2,7	3	1,5
Total	29	22	51	100,0	91	52	143	100,0	120	100,0	74	100,0	194	100,0

Fonte: Elaboração com base nos resultados da amostra.

No setor industrial, nas atividades rurais e especialmente na construção civil prevalece a ocupação masculina. Os homens estão mais distribuídos entre os setores econômicos, enquanto 77,0% das mulheres trabalham nos setores de serviço ou comércio. Nos serviços, a maioria das mulheres ocupavam atividades domésticas e de cuidadoras de crianças. Elas também possuíam maior participação no setor público, em que predominavam os trabalhos na educação.

Observa-se que os migrantes estavam mais bem distribuídos nas atividades dos setores em relação aos não migrantes, que se concentravam principalmente nas atividades de serviços (43,1%). Já os migrantes, em maior percentual, trabalhavam no setor de comércio (29,4%).

Em todos os setores econômicos, havia maior contingente de trabalhadores migrantes, exceto na atividade rural, que apresentou igualdade numérica. No comércio e na construção civil, a representação dos migrantes correspondia a 82,4%

e 81,8% do total de cada setor, respectivamente; na indústria e no setor público, 76,9%; e, no setor de serviços um pouco menor, 63,3%.

Das 39 pessoas empregadas na indústria, 15 (38,5%) trabalhavam em fábricas de madeiras ou móveis, o que retrata a importância econômica do polo moveleiro de Linhares, o maior entre os nove polos moveleiros, identificados por Brainer (2019), na Região da Sudene brasileira. O Sindicato das Indústrias da Madeira e do Mobiliário de Linhares e Região Norte do Espírito Santo (Sindimol) representava mais de 60 empresas, que geravam aproximadamente 3 mil empregos diretos⁶⁷. Assim também, entre os que trabalhavam na indústria, 11 (28,2%) eram funcionários da Lasa – Linhares Agroindustrial S/A: empresa tradicional em Linhares, construída em 1974. Atualmente produz açúcar, álcool e bebidas destiladas. Em outubro de 2019, contava com quase 1.070 empregados⁶⁸. Ainda, 5 entrevistados (12,8% da indústria) trabalhavam na Weg Linhares S/A: fábrica de motores para eletrodomésticos (linha branca), inaugurada em 2011, que funcionava em três turnos de trabalho, empregando, aproximadamente, 2.470 trabalhadores⁶⁹.

Cabe destacar que tanto as empresas do setor moveleiro quanto a Lasa – Linhares Agroindustrial e a Weg Linhares possuem benefícios fiscais e financeiros do governo federal, por se encontrar na área da Sudene, e benefícios fiscais do governo estadual, por meio do Programa de Incentivo ao Investimento no Estado do Espírito Santo (Invest-ES).

Verifica-se, pelo Gráfico 22, que o rendimento médio mensal dos homens era sempre maior que o das mulheres, para a mesma média de anos de estudo, em todos os setores econômicos.

Os não migrantes do sexo masculino, trabalhadores do setor de comércio, de serviços e da indústria, possuíam remuneração média maior que os migrantes do mesmo sexo. Na construção civil, os rendimentos médios eram iguais. Já no grupo das mulheres ocupadas no comércio, nos serviços e no setor público, as migrantes auferiam rendimentos médios mensais superiores.

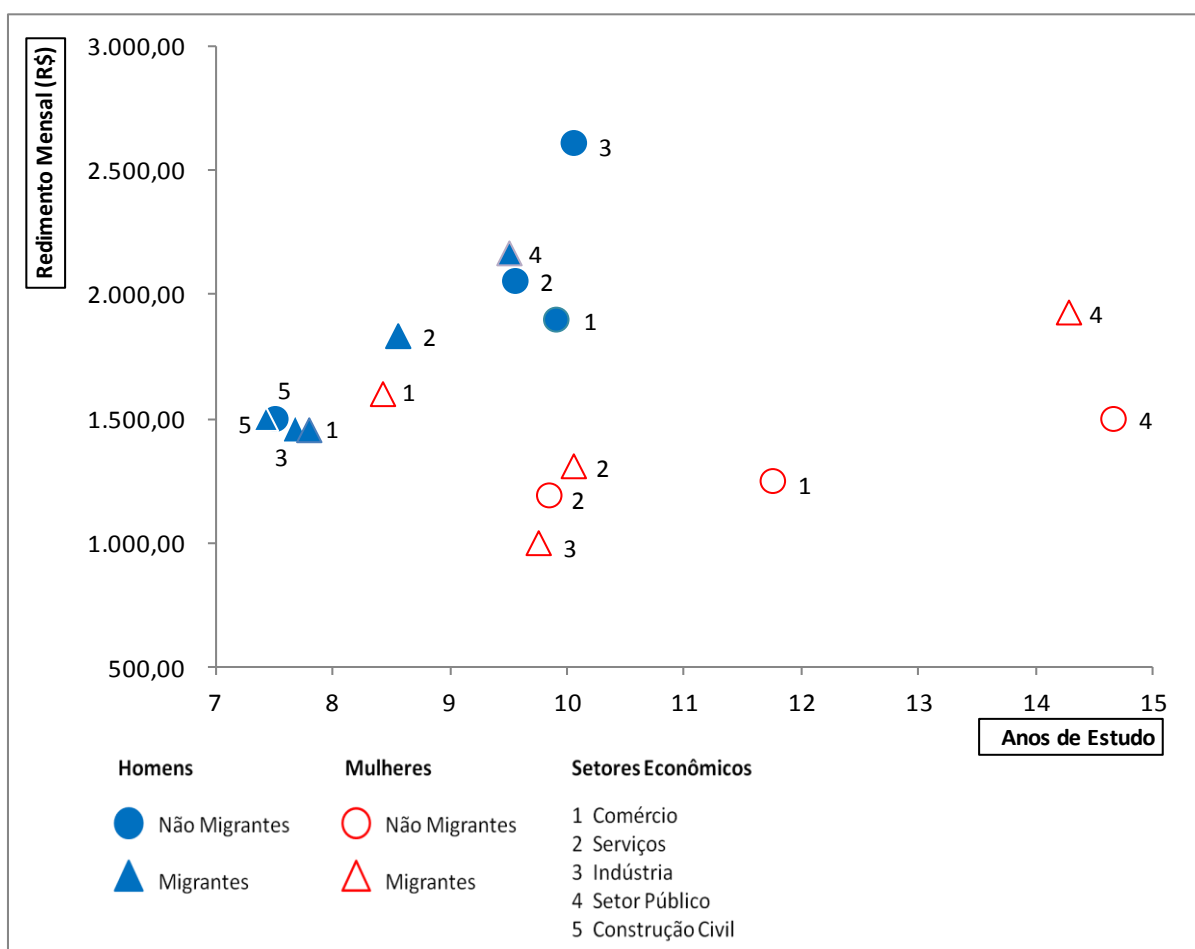
⁶⁷ Sindimol, acesso em 2 jan.2020.

⁶⁸ Informações cedidas pelo Bandes, Gecre.

⁶⁹ Idem.

No que concerne aos níveis médios de educação, os homens não migrantes possuíam maior número de anos de estudos comparados aos dos migrantes do mesmo sexo. No setor de construção civil, a vantagem era bem pequena: 7,50 anos para os não migrantes e 7,42 para os migrantes. Entre as mulheres, as não migrantes que trabalhavam no comércio e no setor público tinham maior tempo médio de estudo em relação às migrantes. No setor de serviço, as migrantes levavam pequena vantagem: 10,05 anos para as migrantes e 9,84 para as não migrantes.

Gráfico 22 – Correlação entre rendimento mensal (R\$) e anos de estudo dos migrantes e não migrantes, por sexo, entrevistados no bairro Planalto, que estavam trabalhando nos setores econômicos, 2019



Fonte: Elaboração com base nos resultados da amostra.

Nota: As pessoas que trabalhavam em atividades rurais não foram incluídas no gráfico por representar um percentual bem pequeno do total. Não foram encontradas mulheres trabalhando na indústria, entre as não migrantes, e na construção civil, entre as migrantes e não migrantes. Assim também, os homens não tiveram representação entre os não migrantes que trabalhavam no setor público.

Os migrantes de ambos os sexos ocupados no setor comercial dispunham de baixo nível de escolaridade, revelando ocupações que não exigem elevado grau de

qualificação. Os não migrantes do sexo masculino possuíam melhores níveis educacionais e maiores rendimentos médios, o que pode significar ocupações que exigiam um pouco mais de responsabilidade e liderança. As mulheres não migrantes ocupadas nesse setor, apesar de desfrutarem os maiores graus de escolaridade, são as que recebem menos, em média.

No setor de serviços, apesar de as mulheres possuírem mais anos de estudo, ganhavam bem menos que os homens. Isso também é observado na comparação por sexo entre o grupo de migrantes e não migrantes. Como já descrito nesta seção, no bairro Planalto há uma considerável proporção de mulheres que trabalham para terceiros, como empregadas domésticas ou cuidadoras de crianças, que percebem baixas remunerações.

A maior discrepância de rendimentos médios mensais estava no setor industrial. As migrantes possuíam praticamente o mesmo nível de instrução que os homens não migrantes, mas auferiam rendimentos inferiores: o salário delas correspondia, em média, a 38,3% dos rendimentos dos homens. Assim também, elas ganhavam menos que os migrantes do sexo masculino, mesmo tendo dois anos de estudo a mais. A menor remuneração das mulheres no setor industrial vincula-se a ocupações para desempenhar trabalhos manuais que exigem pouca especialização, geralmente em atividades tradicionais.

A diferença mais elevada no grau de escolaridade foi encontrada no setor público. Apesar de apresentarem em torno de cinco anos a menos de estudo, os homens migrantes recebiam maiores rendimentos que as migrantes e as não migrantes.

Cabe recordar que a participação dos migrantes nos setores econômicos e o alcance de maiores rendimentos dependem de muitos fatores isolados ou conjugados, como aponta Castiglioni (1989, p. 105-106):

La répartition des migrants par secteur d'activité et par niveaux de salaire varie selon les caractéristiques du marché du travail de la région et celles des migrants eux-mêmes: le sexe, le niveaux d'instruction et qualification, la durée de résidence.

Le statut de l'emploi et le niveau de salaire varient selon la composition "push" ou "pull" du flux migratoire⁷⁰.

Conforme já destacado, a baixa escolaridade da maior parte dos migrantes pode indicar uma seletividade negativa, como resposta a fatores expulsivos observados nas localidades de origem, a exemplo do baixo dinamismo econômico. Nesse caso, "[...] it is more likely to be the uneducated or the disturbed who are forced to migrate." (LEE, 1966, p. 56)⁷¹. Contudo, perante, por exemplo o cenário de grave crise econômica, de estagnação e/ou de paralisação das principais atividades da região, ou severas intempéries climáticas, a migração tende a reduzir ou até mesmo perder seu caráter seletivo. Nas palavras do próprio Lee (1980, p. 111), "[...] where the minus factors are overwhelming to entire population groups, they may not be selected at all"⁷².

Assim, o fenômeno migratório, além de ter como principal motivação os aspectos econômicos (RAVENSTEIN, 1889) e resultar, em grande medida, de diferenças regionais (de expulsão na origem e de atração na região de destino) como aponta Singer (1987), pode ser influenciado por fatores: a) pessoais: acompanhamento da família, estudo e busca de recursos médicos para tratamento de saúde etc.; e b) sociais, a exemplo das migrações influenciadas pelas redes migratórias e pelas redes profissionais.

⁷⁰ "A distribuição dos migrantes por setor de atividade e por nível salarial varia de acordo com as características do mercado de trabalho da região e dos próprios migrantes: sexo, nível de instrução e qualificação, duração da residência. As características da ocupação e o nível salarial variam de acordo com a composição "push" ou "pull" do fluxo migratório" (CASTIGLIONI, 1989, p. 105-106, tradução nossa).

⁷¹ "[...] é mais provável que sejam as pessoas sem instrução ou as instáveis as que se vejam forçadas a migrar" (LEE, 1966, p. 56, tradução de MOURA, 1980, p. 112).

⁷² "[...] no caso de áreas onde os fatores negativos são desalentadores para grupos inteiros de população, pode até mesmo deixar de haver seleção" (LEE, 1980, p. 56, tradução de MOURA, 1980, p. 111).

6.4. CONCLUSÃO

Neste capítulo, foi analisada parte dos resultados da pesquisa de campo no bairro Planalto, no município de Linhares. Por intermédio da aplicação de questionário (Anexo C), numa amostra aleatória de 350 pessoas foi possível coletar o perfil socioeconômico e demográfico dos entrevistados e tecer comparações entre migrantes e não migrantes. Ainda, duas questões do questionário possibilitaram o levantamento de algumas características e naturalidade das 1.218 pessoas residentes nos 350 domicílios.

Os naturais de Linhares correspondiam a 58,3% dos residentes nos domicílios do bairro Planalto. As pessoas do sexo masculino eram predominantes e representavam 51,0% desse grupo. Essa população era bem mais jovem que a não natural: a média de idade era de 24,0 anos e a metade possuía idade abaixo de 21 anos. Esse fato é explicado pela elevada proporção de filhos nascidos em Linhares: 75,6% dos filhos dos responsáveis pelos domicílios nasceram no município. Assim, a superioridade numérica de pessoas naturais sobre as não naturais no bairro resultava, em parte significativa, do maior número de filhos (e também netos de não naturais) nascidos em Linhares.

Os não naturais constituíam 41,0% da população do bairro: 16,9% nasceram em outros municípios do Espírito Santo e 24,8% em outros estados brasileiros. O maior percentual de pessoas não naturais era oriundo dos municípios pertencentes à Sudene capixaba e do estado baiano: 10,9% e 11,6%, respectivamente. Nos fluxos de curta distância, havia predominância de mulheres. Nos fluxos de longa distância, como os advindos de Pernambuco e Alagoas, sobressaía o sexo masculino. A população não natural era mais envelhecida quando comparada à natural (em virtude também da seletividade migratória e da complementação das famílias na região de destino): a idade média era de 34,8 anos e 50,0% apresentavam idade superior a 33 anos. Os não naturais possuíam grande importância no crescimento populacional de Planalto: primeiro, pelo efeito direto resultante da significativa participação deles na população total do bairro; segundo, pelo efeito indireto, mediante a fecundidade das mulheres não naturais: 40,7% filhos dos naturais

residiam nos domicílios em que as mulheres (cônjuges ou responsáveis) eram não naturais.

Os dados extraídos do questionário de pesquisa de campo, aplicados na amostra de 350 pessoas, revelaram que 67,4% eram migrantes. Do total de migrantes, 50,4% eram originários de outros municípios do Espírito Santo e 22,9% da Bahia. As pessoas provenientes de municípios da Região da Sudene capixaba representavam 55,5% do total do fluxo migratório intraestadual, com destaque para os advindos de São Mateus. No bairro Planalto, 74,1% dos migrantes vindos da Bahia eram de municípios da microrregião Porto Seguro, a única que faz divisa com o Espírito Santo. Entre os migrantes, a maior predominância do sexo masculino encontrava-se entre os provenientes de estados do Nordeste, o que pode retratar a migração para trabalhos que privilegiam a mão de obra masculina. A seletividade por idade foi verificada entre os migrantes: 38,6% migraram para Linhares quando possuíam idade entre 20 e 29 anos.

Notou-se um baixo nível de instrução entre os migrantes: 45,4% encontravam-se no grupo dos que não estudaram ou possuíam ensino fundamental incompleto, com predominância do sexo masculino. Entre os migrantes, 60,6% estavam trabalhando e os com ensino fundamental incompleto apresentavam maior participação entre os empregados (35,7%). O maior percentual de migrantes desempregados encontrava-se no grupo dos que não estudaram ou possuíam ensino fundamental incompleto: 48,2%. No grupo dos migrantes, a proporção de desempregados em relação aos que estavam trabalhando era de 39,2%; contudo, era maior nos grupos de migrantes com fundamental completo (48,1%) e com fundamental incompleto (47,1%).

Semelhantemente ao verificado entre os migrantes, significativo percentual dos não migrantes não completou o ensino fundamental (42,1%). No grupo dos não migrantes, 44,7% estavam trabalhando e o maior percentual dos que estavam ocupados possuía ensino médio completo (41,2%). Já no grupo de não migrantes desempregados, 45,5% não tinham completado o ensino fundamental. A proporção de desempregados em relação aos que estavam trabalhando era de 64,7% (superior se comparada à do grupo dos migrantes), cuja maior proporção se achava no grupo com fundamental incompleto (93,8%).

Em cada nível de instrução, observou-se que os homens migrantes e não migrantes, em maior proporção, alcançam rendimentos mais elevados em relação às mulheres na mesma condição. A diferença salarial por sexo era menor entre os migrantes: as mulheres ganhavam, em média, 86,9% dos rendimentos dos homens; entre os não migrantes, essa proporção era de 63,9%.

No que se refere à ocupação nos setores econômicos, notou-se que 43,1% dos não migrantes ocupados trabalhavam nas atividades de serviços; já os migrantes estavam mais distribuídos entre os setores. O maior percentual encontrava-se no setor de comércio (29,4%). Os não migrantes do sexo masculino, trabalhadores do setor de comércio, de serviços e da indústria possuíam remuneração média maior que os migrantes do mesmo sexo. As mulheres migrantes ocupadas no comércio, nos serviços e no setor público auferiam rendimentos médios mensais superiores aos das mulheres não migrantes.

7. FENÔMENO MIGRATÓRIO: REDES, DETERMINANTES E PERCEPÇÕES DOS MIGRANTES

Este capítulo analisa os resultados obtidos das perguntas 23 a 50 do questionário da pesquisa de campo. Tais perguntas foram aplicadas exclusivamente aos migrantes (que na pesquisa foram 236 pessoas dos 350 entrevistados), com o fim de subsidiar a verificação da hipótese principal deste trabalho:

- Os migrantes residentes no bairro Planalto tiveram como principais motivadores do ato migratório os fatores repulsores das regiões de origem, os fatores atratores do município de Linhares, proporcionados pelo seu crescimento econômico, e o impulso adicional promovido pelas redes migratórias.

Com base nessa hipótese principal, surgem duas hipóteses secundárias, que são examinadas nas duas primeiras seções deste capítulo:

- Hipótese 1: a principal causa que influenciou os migrantes a vir para o bairro Planalto/Linhares é de ordem econômica (tanto de repulsão quanto de atração);
- Hipótese 2: as redes migratórias foram importantes para influenciar a decisão de migrar e a direção do fluxo para Linhares.

Além disso, a averiguação das relações sociais existentes entre os migrantes do bairro Planalto e de pessoas de outras regiões e a situação econômica dos migrantes em Linhares, suas percepções a respeito do município e expectativas de retorno também serão objeto deste capítulo. Por fim, apresenta-se uma breve conclusão.

7.1. REDES MIGRATÓRIAS E RELAÇÕES SOCIAIS ENTRE ORIGEM E DESTINO

Nesta seção, são focalizados os migrantes, buscando identificar as redes migratórias e os laços existentes entre os que já migraram e aqueles que permaneceram nas localidades de origem. Essas relações possibilitam o incentivo a novas migrações e a acolhida do recém-migrado. Nesse sentido, as formas de comunicação assumem papel fundamental na manutenção e expansão das redes sociais e podem ser decisivas para fomentar o ato migratório.

Ainda as análises foram realizadas dividindo os migrantes em dois grupos: os migrantes não naturais, ou seja, os nascidos em outros estados ou em outros municípios do Espírito Santo, e os migrantes de retorno, aqueles que nasceram em Linhares, migraram para outra localidade e retornaram para o município.

7.1.1. Composição dos fluxos migratórios

Verifica-se que a maioria dos migrantes do bairro Planalto veio para Linhares acompanhada (67,8%). Do total de mulheres migrantes, 75,9% vieram acompanhadas, enquanto os homens nessa situação apresentavam proporção menor: 60,5% (Tabela 39). De fato, as mulheres, especialmente se casam mais cedo, tendem a apresentar mais resistência para deixar os membros da família para trás e para empreender um ato migratório solitário.

Por outro lado, entre os migrantes que vieram sozinhos, 64,5% eram do sexo masculino. Esse dado corrobora os princípios teóricos que retratam a maior predisposição dos homens a deixar a origem em virtude das menores responsabilidades com o arranjo familiar e com o cuidado das pessoas, especialmente as mais idosas. Conforme apontam Santos e outros (2011, p.10), “a probabilidade de migrar será maior para os indivíduos que sabem que, ao migrar, não deixarão um papel não preenchido na família”.

Tabela 39 – Migrantes entrevistados no bairro Planalto que vieram para o município de Linhares sozinho ou acompanhados, por sexo, 2019

Situação	Migrantes					
	Masc	%	Femi	%	Total	%
Sozinho	49	39,5	27	24,1	76	32,2
%	64,5		35,5		100,0	
Acompanhado	75	60,5	85	75,9	160	67,8
%	46,9		53,1		100,0	
Total	124	100,0	112	100,0	236	100,0

Fonte: Elaboração com base nos resultados da amostra.

Na tabela 40 consta o grau de parentesco ou de relacionamento das pessoas que vieram para Linhares com os migrantes entrevistados. Nota-se que a maioria dos migrantes veio em grupos, com a presença dos pais que correspondiam a 31,5% dos grupos de parentesco e de relacionamento, seguidos pelos cônjuges, irmãos e filhos. A migração, quando ainda o entrevistado não tinha constituído a própria família, ocorreu com maior intensidade entre os migrantes não naturais: a maior parte das respostas indicavam que eles migraram com os pais (34,1%) e com os irmãos (23,1%).

Por outro lado, entre os migrantes de retorno, observa-se que a migração ocorreu num período da vida em que a família do entrevistado já tinha sido constituída, pois o maior percentual de respostas apontava que o cônjuge (30,6%) e os filhos (32,7%) o acompanharam.

Tabela 40 – Grau de parentesco ou de relacionamento das pessoas que vieram para Linhares com os migrantes não naturais e com os migrantes de retorno entrevistados no bairro Planalto, por sexo, 2019

Grau de parentesco ou de relacionamento	Migrantes Não Naturais	%	Migrantes de Retorno	%	Total	%
Pais	71	34,1	10	20,4	81	31,5
Marido / esposa	42	20,2	15	30,6	57	22,2
Irmãos	48	23,1	7	14,3	55	21,4
Filhos	38	18,3	16	32,7	54	21,0
Parentes	7	3,4	1	2,0	8	3,1
Amigos	1	0,5	0	0,0	1	0,4
Empresa	1	0,5	0	0,0	1	0,4
Total	208	100,0	49	100,0	257	100,0

Fonte: Elaboração com base nos resultados da amostra.

Nota: n = 160: número de pessoas entrevistadas que vieram acompanhadas. Os 160 entrevistados que migraram acompanhados tiveram a oportunidade de conceder mais de uma resposta, já que a questão permitia múltipla escolha, ou seja, eles poderiam ter migrado com pessoas de diversos graus de parentesco, de relacionamento ou até com uma empresa.

7.1.2. Incentivo aos migrantes entrevistados e sua acolhida

Esta subseção focaliza elementos que mostram a relevância das relações sociais existentes entre os migrantes entrevistados (antes da partida desses migrantes na localidade de origem) e as pessoas que já residiam em Linhares: se elas foram importantes no apoio e acolhimento quando aqueles chegaram ao município de Linhares.

São essas relações sociais, entre pessoas de duas localidades, construídas principalmente pelos laços de parentesco e amizade e mantidas com o fim específico de facilitar a tomada de decisão dos potenciais migrantes que se denominam redes migratórias (MASSEY et al., 1993; SOARES, 2002; ARANGO, 2003; SOARES; RODRIGUES, 2005).

Nota-se que 41,9% dos migrantes foram incentivados por pessoas que residiam em Linhares, enquanto 41,5% dos migrantes declaram que não receberam incentivos. No grupo de migrantes não naturais, há maior proporção dos que foram incentivados em comparação com o grupo de migrantes de retorno: 44,6% e 32,0%, respectivamente (Tabela 41).

Tabela 41 – Migrantes não naturais e migrantes de retorno entrevistados do bairro Planalto que receberam ou não incentivo dos que moravam em Linhares, para vir ou retornar ao município, 2019

Foi incentivado a vir para Linhares?	Migrantes Não Naturais	%	Migrantes de Retorno	%	Total	%
Sim	83	44,6	16	32,0	99	41,9
Não	70	37,6	28	56,0	98	41,5
Não se aplica (veio criança/adolescente) / não lembra	33	17,7	6	12,0	39	16,5
Total	186	100,0	50	100,0	236	100,0

Fonte: Elaboração com base nos resultados da amostra.

Aos que foram incentivados a migrar para Linhares perguntou-se quem foram as pessoas que os incentivaram. Verifica-se que, em 73,0% das respostas os migrantes atribuíram o estímulo aos parentes. Os incentivos destes para os migrantes de retorno tinham um peso mais significativo, pois aparecem em 15 das 16 respostas do grupo. Entre os migrantes não naturais, há maior diversidade de pessoas, com diferentes graus de relacionamento, que influenciaram na vinda deles para o município. Contudo, para esse grupo, os parentes também se destacaram como fonte de incentivo mais importante, com 69,0% das respostas, seguidos dos amigos (13,1% das respostas) (Tabela 42).

Esses dados respaldam a proposição de Truzzi (2008) sobre a existência de graus de confiabilidade ou níveis de importância das informações em uma rede migratória. O autor postula a seguinte relação direta: quanto mais forte o vínculo pessoal, mais confiáveis são as informações e maior a capacidade para motivar os elos de conexão da origem.

Na Tabela 43, retratam-se as informações dos migrantes que, de alguma maneira, foram ajudados a vir para o município de Linhares. Observa-se que 39,8% receberam ajuda de pessoas que moravam em Linhares enquanto 44,9% dos

migrantes não obtiveram assistência. Não obstante, no grupo dos migrantes não naturais, o maior percentual deles (43,0%) concentrava-se entre os que conseguiram alguma forma de apoio. Já a proporção entre os migrantes de retorno, nessa situação, era bem menor: 28,0%.

Tabela 42 – Pessoas que incentivaram migrantes não naturais e migrantes de retorno, entrevistados no bairro Planalto, a vir para o município de Linhares, 2019

Pessoas que incentivaram a vir para Linhares	Migrantes Não Naturais	%	Migrantes de Retorno	%	Total	%
Parentes	58	69,0	15	93,8	73	73,0
Amigos	11	13,1	1	6,3	12	12,0
Conhecidos	7	8,3	0	0,0	7	7,0
Outros	5	6,0	0	0,0	5	5,0
Patrão	3	3,6	0	0,0	3	3,0
Total	84	100,0	16	100,0	100	100,0

Fonte: Elaboração com base nos resultados da amostra.

Nota: n = 99: número de entrevistados migrantes não naturais e migrantes de retorno que afirmaram ter recebido incentivo para vir para Linhares. Os 99 entrevistados, que receberam incentivo para vir para Linhares, tiveram oportunidade de conceder mais de uma resposta, já que a questão permitia múltipla escolha, ou seja, eles poderiam indicar pessoas com mais de um grau de parentesco ou de relacionamento.

Tabela 43 – Migrantes não naturais e migrantes de retorno entrevistados no bairro Planalto que receberam ou não ajuda de pessoas que moravam em Linhares, para vir ou retornar ao município, 2019

Recebeu ajuda para vir para Linhares?	Migrantes Não Naturais	%	Migrantes de Retorno	%	Total	%
Sim	80	43,0	14	28,0	94	39,8
Não	76	40,9	30	60,0	106	44,9
Não lembra	30	16,1	6	12,0	36	15,3
Total	186	100,0	50	100,0	236	100,0

Fonte: Elaboração com base nos resultados da amostra.

Os 94 migrantes que receberam ajuda dos que já residiam em Linhares citaram 178 respostas. Isso revela que as redes de relacionamento, quando existem, são significativas e ativas no amparo a seus membros (Tabela 44).

Tabela 44 – Formas de ajudas proporcionadas pelas pessoas residentes no município de Linhares aos migrantes não naturais e aos migrantes de retorno, entrevistados no bairro Planalto, em sua chegada ao município, 2019

Formas de ajudas proporcionadas pelos residentes em Linhares	Migrantes Não Naturais	%	Migrantes de Retorno	%	Total	%
Hospedando em sua casa	51	33,6	7	26,9	58	32,6
Nos custos enquanto não tinha um emprego	28	18,4	5	19,2	33	18,5
Conseguindo um emprego	29	19,1	1	3,8	30	16,9
Arrumando uma casa para morar ou alugar/comprar	20	13,2	6	23,1	26	14,6
Nos custos de transporte	18	11,8	5	19,2	23	12,9
Outras	6	3,9	2	7,7	8	4,5
Total	152	100,0	26	100,0	178	100,0

Fonte: Elaboração com base nos resultados da amostra.

Nota: n = 94: número de entrevistados migrantes não naturais e migrantes de retorno que afirmaram ter recebido ajuda para vir para Linhares. Os 94 entrevistados, que foram ajudados por pessoas que residiam em Linhares, tiveram oportunidade de conceder mais de uma resposta, já que a questão permitia múltipla escolha, ou seja, eles poderiam indicar mais de um modo com que foram ajudados em sua chegada ao município.

A forma de ajuda mais citada foi a hospedagem na casa: 32,6% das respostas. Ela era ainda mais importante para os migrantes não naturais, pois 33,6% das respostas mencionaram esse tipo de apoio. Esses dados evidenciam, em boa medida, a condição financeira mais restrita dos migrantes e/ou uma especificidade migratória de composição ou de restabelecimento do arranjo familiar.

Nesse sentido, D'Ávila Neto e Nazareth (2009) afirmam que as relações sociais entre acolhedores e acolhidos, seja com o objetivo de potencializar o ato migratório (redes migratórias) seja no ambiente pós migratório, permitem a sensação de pertencimento a uma família ampliada e de resgate das formas de organização social da origem. Nesse sentido, as dificuldades são atenuadas pela reprodução, mesmo que parcial, dos laços familiares, culturais e afetivos da origem (TRUZZI; SCOTT, 2006; TRUZZI, 2008; CASTIGLIONI, 2009).

Fato que chama atenção é que, no grupo de migrantes não naturais, o segundo maior percentual de respostas estava no item “conseguindo um emprego”, ou seja, em 19,1% das repostas, os migrantes não naturais afirmaram que, em sua chegada a Linhares, as pessoas os ajudaram a conseguir alguma ocupação. Esse dado expõe a tendência de o ato migratório ser antecedido pela promessa de certa

segurança financeira, mediante o alcance de uma vaga de trabalho prévia por parte de quem acolheu em Linhares. Mesmo que um emprego não tenha sido conseguido antes do ato migratório, as redes sociais das pessoas estabelecidas no município são utilizadas em prol daqueles que são acolhidos e isso potencializa as chances de conseguir um emprego. Segundo Massey e outros (1993) e Santos e outros (2010), a interação social de confiança, cooperação e reciprocidade constituída pelas redes migratórias torna-se um capital social, que pode valer-se dele para obter vantagens, por exemplo, no enquadramento no mercado de trabalho, nas regiões de destino.

Já para os que retornavam ao local de nascimento, a hospedagem na casa daqueles que acolheram e o auxílio para conseguir um local de residência foram as principais formas de ajuda, citadas em 50,0% das respostas desses migrantes de retorno.

7.1.3. Formas de comunicação entre origem e destino

As formas de comunicação entre os que migraram e os que permaneceram nas localidades de origem são fundamentais para a manutenção dos laços, para estimular os propensos a migrar e para induzir a direção dos fluxos migratórios. Logicamente, a existência de contato com as pessoas da origem depende, por exemplo, da idade ao migrar, do tempo de residência do migrante no local de origem e dos relacionamentos interpessoais estabelecidos.

Verificou-se que 74,2% dos migrantes mantêm algum tipo de contato com pessoas que permaneceram na região de nascimento ou com pessoas que ficaram na localidade de origem do ato migratório. A manutenção desses laços é mais elevada para os migrantes não naturais (75,3%) (Tabela 45).

O percentual significativo dos que se comunicavam com a origem implica um fluxo de informações contínuas entre os migrantes e os que se encontram no local de origem. Essa comunicação, em boa medida, tende a motivar os elos de conexão da rede na origem, isto é, a encorajar os potenciais migrantes a iniciar esse fenômeno

social. De acordo com Greenwood (1980), o fluxo migratório entre duas regiões possui relação direta com o fluxo de informações.

Tabela 45 – Migrantes não naturais e migrantes de retorno, entrevistados no bairro Planalto, que mantêm ou não algum tipo de contato com as pessoas da região de nascimento ou do local de residência anterior, 2019

Mantém contato com pessoas da região de origem do fluxo ou de nascimento?	Migrantes Não Naturais		Migrantes de Retorno		Total	
		%		%		%
Sim	140	75,3	35	70,0	175	74,2
Não	46	24,7	15	30,0	61	25,8
Total	186	100,0	50	100,0	236	100,0

Fonte: Elaboração com base nos resultados da amostra.

Ao questionar os 175 migrantes, que disseram manter algum tipo de contato com as pessoas da região de origem ou de nascimento sobre os meios de comunicação usados, o principal meio citado foi o telefone: utilizado por 89,1% dos migrantes. Em seguida, usado por 70,3%, aparece o aplicativo de conversa WhatsApp (Tabela 46). Esse dado revela o bom número de pessoas com acesso à *internet* via celular.

Tabela 46 – Meios de comunicação utilizados pelos migrantes, entrevistados no bairro Planalto, com as pessoas da região de nascimento ou do local de residência anterior, por ordem de frequência de utilização, 2019

Meios de Comunicação	Ordem de Frequência de Utilização					Utiliza	%	Não utiliza	%	Soma	%
	1º	2º	3º	4º	5º						
Ligação telefônica	66	47	24	19	0	156	89,1	19	10,9	175	100,0
%	42,3	30,1	15,4	12,2	0,0	100,0					
WhatsApp	95	24	3	1	0	123	70,3	52	29,7	175	100,0
%	77,2	19,5	2,4	0,8	0,0	100,0					
Contato por visitas	9	18	27	15	22	91	52,0	84	48,0	175	100,0
%	9,9	19,8	29,7	16,5	24,2	100,0					
Facebook	5	37	22	11	0	75	42,9	100	57,1	175	100,0
%	6,7	49,3	29,3	14,7	0,0	100,0					
Instagram	1	8	14	11	10	44	25,1	131	74,9	175	100,0
%	2,3	18,2	31,8	25,0	22,7	100,0					

Fonte: Elaboração com base nos resultados da amostra.

Nota: O entrevistado pode citar todos os meios de comunicação que utilizava.

Dos migrantes que utilizavam os serviços telefônicos para se comunicarem, 42,3% utilizavam esse meio com maior frequência e 30,1% como o segundo meio mais constante. O maior percentual de assiduidade na utilização de uma forma de comunicação foi notado entre os migrantes usuários de WhatsApp: 77,2% disseram ser esse o meio de comunicação que mais utilizavam para ter contato com as pessoas da origem ou da região de nascimento. Para aqueles migrantes que empreendiam visitas, elas eram a terceira forma de comunicação mais frequente.

Conforme apontam Dekker e Engbersen (2014), as formas de comunicação via *internet* (redes sociais e outras) transformaram a natureza das redes migratórias, através da intensidade e velocidade dos fluxos de informação. Elas permitem uma comunicação mais frequente e mais rica em detalhes e sensações, que transmitem de forma simultânea e instantânea o emocional da voz e a imagem, tornando a interlocução mais íntima e tangível.

Segundo os autores, a comunicação via *internet* contribui para a sensação de presença virtual entre pessoas distantes, através do sentimento de intimidade e de proximidade. Essas ferramentas proporcionam maior capacidade para a manutenção dos laços e menores barreiras emocionais tanto para os que ficam quanto para os migrantes. Assim também, as mídias tornaram-se recursos suplementares de motivação e influência dos potenciais migrantes, alterando dinâmica das redes migratórias e seu alcance.

O que impressiona é que 52,0% dos migrantes se comunicavam com as pessoas da origem ou da região de nascimento também por meio de visitas. Ela foi a terceira forma de comunicação mais citada, manifestando a força dos laços entre os que partiram e os que ficaram. Os dados não revelaram uma causalidade entre o tempo de residência dos migrantes em Linhares e a comunicação por visitas. Todavia, a pesquisa revelou que a distância influenciava nessa forma de comunicação. Dos migrantes provenientes de outros municípios do Espírito Santo que mantinham algum contato com as pessoas na origem, 68,6% disseram comunicar-se por visitas. Já para os provenientes da Bahia, esse percentual era de 47,2%. De fato, como observado no capítulo anterior, a maioria dos migrantes oriundos do estado baiano veio da microrregião Porto Seguro, a única que faz divisa com o Espírito Santo, o que tende a facilitar, em razão da proximidade, a visita dos que lá permaneceram.

Observa-se, pela Tabela 47, a idade das pessoas que utilizam os diferentes meios de comunicação. A ligação telefônica é a forma de comunicação mais utilizada nos grupos etários acima de 30 anos e especialmente nos grupos de 40 anos ou mais. Entre os mais jovens, até 29 anos, a ligação telefônica concorre com o aplicativo WhatsApp. O WhatsApp está bem difundido em todas as faixas etárias, mas a proporção de pessoas que utilizam era menor no grupo de 50 anos ou mais.

Tabela 47 – Meios de comunicação utilizados pelos migrantes entrevistados no bairro Planalto com as pessoas da região de nascimento ou do local de residência anterior, por faixa etária, 2019

Meios de Comunicação	16 a 19 anos	%	20 a 29 anos	%	30 a 39 anos	%	40 a 49 anos	%	50 anos ou mais	%	Soma
ligação telefônica	8	25,0	40	26,1	51	28,7	29	42,0	28	49,1	156
WhatsApp	8	25,0	42	27,5	45	25,3	18	26,1	10	17,5	123
visitas	5	15,6	24	15,7	35	19,7	13	18,8	14	24,6	91
Facebook	7	21,9	28	18,3	30	16,9	7	10,1	3	5,3	75
Instagram	4	12,5	19	12,4	17	9,6	2	2,9	2	3,5	44
Soma	32	100,0	153	100,0	178	100,0	69	100,0	57	100,0	489

Fonte: Elaboração com base nos resultados da amostra.

Nota: O entrevistado pode citar todos os meios de comunicação que utilizava.

Maior proporção de pessoas do grupo etário de 50 anos ou mais realizava visitas como forma de comunicação com pessoas que ficaram nos locais de origem. Alguns fatores podem explicar esses dados, como o fato de os mais velhos possuírem maior enraizamento e saudosismo pela terra de origem. A tendência, como aponta Bauman (2001), é que os mais jovens sejam mais desprendidos, desenraizados com a terra natal e com os lugares nos quais residiu; não só o desapego dos lugares, mas também do grupo social e das formas tradicionais de relacionamento.

Por outro lado, o Facebook e o Instagram eram mais usados pelos grupos mais jovens, até 29 anos, o que denota a maior destreza e afinidade por tipos de comunicação via *internet*. Essas alterações nas relações interpessoais estão inseridas nas transformações retratadas pela modernidade líquida de Bauman (2001). Os tipos de relacionamentos fluidos, com muitos “amigos” e “seguidores”, que podem ser desfeitos a qualquer momento, sem nenhum vínculo sólido de amizade ou pertencimento ao grupo social, são agora possibilidades e tendem a possuir maior disseminação entre os jovens. Somado a isso, observou-se que

nenhum dos migrantes se comunicava por formas mais tradicionais escritas, como cartas e cartões postais, o que denota uma mudança de costumes.

Na Tabela 48, encontram-se tanto os meios utilizados pelos migrantes para se comunicarem com pessoas nas localidades onde nasceram ou de onde vieram quanto o nível de instrução desses migrantes. Das formas de comunicação via *internet*, o WhatsApp era usado em proporções próximas em todos os níveis de instrução, o que revela a boa aceitação desse aplicativo, pois facilita o manuseio e abarca a comunicação pela escrita, por voz e por vídeo. Já o Facebook e o Instagram apresentam maior utilização entre os migrantes com nível de instrução superior ou pós-graduação. Por outro lado, a ligação telefônica é o meio de comunicação empregado, em maior proporção, pelas pessoas com menor grau de escolaridade, especialmente por aqueles que não estudaram ou não completaram o ensino fundamental.

Tabela 48 – Meios de comunicação utilizados pelos migrantes entrevistados no bairro Planalto com as pessoas da região de nascimento ou do local de residência anterior, por nível de instrução, 2019

Meios de Comunicação	Não estudou ou Fundamental incompleto		Fundamental completo		Médio Completo		Superior completo ou Pós-graduação		Soma
		%		%		%		%	
Ligação telefônica	60	41,4	31	29,2	55	28,4	10	22,7	156
WhatsApp	38	26,2	27	25,5	47	24,2	11	25,0	123
Visita	25	17,2	19	17,9	40	20,6	7	15,9	91
Facebook	14	9,7	17	16,0	34	17,5	10	22,7	75
Instagram	8	5,5	12	11,3	18	9,3	6	13,6	44
Soma	145	100,0	106	100,0	194	100,0	44	100,0	489

Fonte: Elaboração com base nos resultados da amostra.

Nota: O entrevistado pode citar todos os meios de comunicação que utilizava.

7.1.4. Incentivo a novas migrações e formas de acolhida

As formas de comunicação retratadas anteriormente, entre os migrantes e os que permaneceram na origem, incutem, em muitos casos, motivações capazes de encorajar os potenciais migrantes a empreender o ato migratório. A priori, a comunicação pode ser motivada pelas relações interpessoais sem um fim

específico. Contudo, elas podem manifestar interesses de ambos interlocutores, o elo na origem e o elo no destino, para que a migração ocorra.

Nota-se que 56,8% dos migrantes entrevistados já incentivaram outras pessoas a vir para Linhares. Esse percentual era maior no grupo de migrantes não naturais: 59,1% (Tabela 49).

Tabela 49 – Migrantes não naturais e migrantes de retorno, entrevistados no bairro Planalto, que incentivaram pessoas a vir para o município de Linhares, 2019

Incentivei pessoas a virem para Linhares?	Migrantes Não Naturais	%	Migrantes de Retorno	%	Total	%
Sim	110	59,1	24	48,0	134	56,8
Não	76	40,9	26	52,0	102	43,2
Total	186	100,0	50	100,0	236	100,0

Fonte: Elaboração com base nos resultados da amostra.

A propensão a migrar eleva-se para indivíduos nas regiões de origem, em que muitos conhecidos no passado tomaram essa decisão e se estabeleceram no destino (GREENWOOD, 1980). De fato, o fluxo corrente de informações entre os elos de conexão da rede pode suprir o potencial migrante de conhecimentos sobre o local e sua ambiência socioeconômica. Atualmente, mesmo com a disponibilização na *internet* de informações sobre os possíveis locais de destino, a experiência vivenciada e transmitida pelos que migraram assume significativa importância para a tomada de decisão a migrar e na escolha da destinação por parte dos potenciais migrantes.

Ao serem perguntados sobre as pessoas que incentivaram a migrar, 64,6% das respostas dos migrantes entrevistados citaram “parentes”. Essa resposta era ainda mais importante no grupo dos migrantes não naturais (67,2% das respostas) e tinha menor participação no grupo de migrantes de retorno (52,0% das respostas). A possível ampliação da rede migratória foi observada pelo incentivo concedido a pessoas com graus de relacionamentos menos intensos, a exemplo dos “conhecidos” (entre os migrantes não naturais) e “outros” (Tabela 50).

Tabela 50 – Pessoas incentivadas pelos migrantes não naturais e pelos migrantes de retorno, entrevistados no bairro Planalto, a vir para o município de Linhares, 2019

Quem foi incentivado a vir para Linhares?	Migrantes Não Naturais	%	Migrantes de Retorno	%	Total	%
Parentes	82	67,2	13	52,0	95	64,6
Amigos	32	26,2	10	40,0	42	28,6
Conhecidos	5	4,1	0	0,0	5	3,4
Outros	3	2,5	2	8,0	5	3,4
Total	122	100,0	25	100,0	147	100,0

Fonte: Elaboração com base nos resultados da amostra.

Nota: n = 134: número de entrevistados migrantes não naturais e migrantes de retorno que afirmaram ter incentivado pessoas a vir para Linhares. Os 134 entrevistados, que incentivam pessoas a vir para Linhares, tiveram oportunidade de conceder mais de uma resposta, já que a questão permitia múltipla escolha, ou seja, eles poderiam ter incentivado pessoas com diferentes graus de parentesco e de relacionamento.

Os fluxos dessas redes ampliadas, especialmente nas migrações campo-cidade, tendem a aumentar e retroalimentar-se na medida em que as expectativas em relação à cidade são concretizadas (VIGNOLI, 2011). Nesse sentido, especialmente se esses pioneiros forem bem-sucedidos, as redes migratórias, além de amenizarem tais dificuldades, agem como importante estratégia para reduzir as incertezas quanto ao local de destino (TRUZZI, 2008). A própria trajetória do emigrado estabelecido é balizadora para encorajar novos migrantes. O alcance a bens e rendimentos para além do que possuía na origem lhe concede um *status* perante os membros de sua antiga comunidade e exerce influência na rede como um todo.

Verifica-se que 40,3% dos migrantes entrevistados disseram que ampararam, de alguma forma, pessoas na chegada a Linhares, ao passo que 59,7% não ajudaram. Mais uma vez, o percentual de migrantes não naturais que concederam ajuda (42,5%) era superior ao percentual daqueles no grupo dos migrantes de retorno que auxiliaram alguém (32,0%) (Tabela 51).

De acordo com Arango (2003) quanto maiores as dificuldades a serem enfrentadas no deslocamento maior será a importância da rede migratória, por reduzir um montante mais elevado de custos e minimizar as inúmeras incertezas que, se não tivessem esse apoio, seriam um importante desestimulador do ato migratório.

Tabela 51 – Migrantes não naturais e migrantes de retorno, entrevistados no bairro Planalto, que ajudaram ou não pessoas a vir para Linhares, 2019

Ajudou alguém a vir para Linhares?	Migrantes Não Naturais	%	Migrantes de Retorno	%	Total	%
Sim	79	42,5	16	32,0	95	40,3
Não	107	57,5	34	68,0	141	59,7
Total	186	100,0	50	100,0	236	100,0

Fonte: Elaboração com base nos resultados da amostra.

Não obstante, a acolhida pelos migrantes estabelecidos pode ser motivada também por laços de pertença ou condição comum com os recém-migrados, mesmo não fazendo parte de uma rede migratória típica, ou seja, com laços estabelecidos antes do ato migratório. Esse reconhecimento da mesma condição socioeconômica pode formar, no futuro, novas redes com elos de conexão em diferentes regiões de origem.

Stark e Jakubek (2013) destacam algumas motivações para o acolhimento dos recém-migrados por parte daqueles que já migraram: o altruísmo; a tentativa de formação de uma comunidade de migrantes, que teria o papel de reduzir o senso de privação relativa dos emigrados quando comparam suas situações (especialmente afetivas) com as dos nativos; e a pretensão de construir uma boa reputação com as comunidades de origem, que poderia beneficiá-los no caso de retorno.

As formas de apoio que os 95 migrantes entrevistados concederam aos novos migrantes estão dispostas na Tabela 52. Nota-se que foram concedidas 160 respostas, o que demonstra que, em muitos casos, os migrantes estabelecidos em Linhares assistiram os recém-migrados com mais de uma forma.

As relações com grau de proximidade e confiança eram significativas entre os migrantes estabelecidos e os novos migrantes, pois 36,9% das respostas indicaram que a principal forma de ajuda foi a hospedagem do recém-migrado na residência.

Em segundo lugar, com 23,8% das respostas, apareceu a assistência com os custos dos novos migrantes, enquanto não alcançavam um emprego. No grupo dos migrantes de retorno, essa proporção de respostas era mais significativa: 28,0%.

Esses dados podem revelar que os migrantes de retorno estabelecidos em Linhares tendem a ter melhores condições financeiras para arcar com custos das pessoas conhecidas que chegam ao município ou possuem vínculos mais fortes de parentesco.

Tabela 52 – Tipos de ajuda dada por migrantes não naturais e migrantes de retorno, entrevistados no bairro Planalto, para pessoas que chegaram a Linhares, 2019

Tipos de ajuda	Migrantes Não Naturais	%	Migrantes de Retorno	%	Total	%
Hospedando em sua casa	50	37,0	9	36,0	59	36,9
Nos custos enquanto não tinha um emprego	31	23,0	7	28,0	38	23,8
Conseguindo um emprego	25	18,5	4	16,0	29	18,1
Nos custos de transporte	16	11,9	5	20,0	21	13,1
Arrumando uma casa para morar ou alugar/comprar	6	4,4	0	0,0	6	3,8
Outros tipos de ajuda	7	5,2	0	0,0	7	4,4
Total	135	100,0	25	100,0	160	100,0

Fonte: Elaboração com base nos resultados da amostra.

Nota: n = 95: número de entrevistados migrantes não naturais e migrantes de retorno que afirmaram ter ajudado pessoas a vir para Linhares. Os 95 entrevistados, que ajudaram pessoas na chegada a Linhares, tiveram oportunidade de conceder mais de uma resposta, já que a questão permitia múltipla escolha, ou seja, eles poderiam indicar mais de uma forma com que ajudou outros migrantes em sua chegada ao município.

Destaca-se também que 18,5% das respostas dos migrantes não naturais evidenciaram a ajuda para conseguir um emprego em Linhares. Esse item apareceu em 16,0% das respostas dos migrantes de retorno. Isso pode denotar que muitos dos que foram incentivados a migrar poderiam ter chegado a Linhares com uma ocupação arranjada anteriormente pelos migrantes estabelecidos. De fato, o trabalho é um dos itens de seguridade social, e a certeza de seu alcance remete à maior segurança ao migrar. Nesse exemplo e em outros que reduzem custos e incertezas e geram oportunidades, a interação social de confiança, cooperação e reciprocidade constituída pelas redes migratórias torna-se um capital social (MASSEY et al., 1993; SANTOS et al., 2010). As decisões de migrar são tomadas considerando também o capital social construído em torno das redes migratórias (RODRIGUEZ; LOSADA, 2005), e a transferência de capital social na rede dependerá da força das relações pessoais estabelecidas (CAMPOS, 2015).

O migrante dificilmente antevê todas as possíveis consequências da decisão, assim como todas as possibilidades e dificuldades que serão encontradas no local de destino. As expectativas podem não se realizar ou ser alcançadas parcialmente. Assim, ter pessoas que o apoiarão no destino reduz os custos e incertezas potenciais do processo migratório, pois o migrante não precisará ultrapassar o mesmo número de barreiras impostas aos migrantes pioneiros.

Além disso, na teoria das redes migratórias, os elos de conexão são formuladores de estratégias para amenizar e superar as dificuldades em diferentes contextos socioeconômicos e a elas se adaptar, e não indivíduos passivos direcionados pela dinâmica capitalista, como aponta a teoria marxista (ABAD, 2001; URIOS, 2010), e nem como indivíduos racionais, que tomam, de forma autônoma, a decisão de migrar unicamente com base em vantagens econômicas, como prescreve a teoria neoclássica.

Portanto, embora alguns fatores, especialmente de ordem econômica, dão gênese ao fenômeno migratório, novas determinantes surgem como causas independentes das que deram origem ao movimento. Nesse sentido, as redes migratórias podem gerar fluxos de pessoas que não guardam relação automática com fatores de atração e sem correspondência com o equilíbrio, especialmente com o do mercado de trabalho (ELIZAGA, 1980; PACHECO; ALVES, 2013).

7.2. DETERMINANTES MIGRATÓRIAS, SITUAÇÃO ECONÔMICA E PERCEPÇÕES DOS MIGRANTES

Nesta seção, são discutidos os fatores influenciadores do ato migratório, bem como a situação econômica e financeira dos 236 migrantes (não naturais e de retorno), entrevistados no bairro Planalto, e suas percepções a respeito do município de Linhares.

Procura-se confirmar a hipótese de que grande parte do fluxo migratório para o bairro Planalto foi determinada por fatores econômicos repulsores das regiões de destino e pelas oportunidades geradas com o crescimento das atividades econômicas em Linhares. Como verificado em capítulos anteriores, tal crescimento econômico foi dinamizado pelos incentivos fiscais e financeiros, proporcionados pela entrada de parte dos municípios capixabas na Sudene e pelo Programa Invest-ES, do governo do estado do Espírito Santo.

7.2.1. Fatores de atração e de repulsão e o estabelecimento em Linhares

Os migrantes foram questionados sobre o principal motivo que os influenciou a deixar o local de origem. O desemprego ou a falta de oportunidade de trabalho foi a principal determinante migratória para 37,3% dos migrantes entrevistados, sendo mais significativo para o grupo de migrantes não naturais de Linhares (38,7%) e em menor proporção para os migrantes de retorno (32,0%) (Tabela 53).

Tabela 53 – Principal motivo que influenciou os migrantes não naturais e os migrantes de retorno, entrevistados no bairro Planalto, a deixar o local de origem, 2019

Principal motivo	Migrantes Não Naturais	%	Migrantes de Retorno	%	Total	%
Desemprego ou falta de oportunidade de trabalho na origem	72	38,7	16	32,0	88	37,3
Para acompanhar ou para ficar próximo de familiares	65	34,9	22	44,0	87	36,9
Busca de oportunidades e melhoria de vida	16	8,6	3	6,0	19	8,1
Problemas de estrutura ou problemas de violência/transporte na origem	2	1,1	4	8,0	6	2,5
Busca de melhores condições financeiras	5	2,7	0	0,0	5	2,1
Outros	23	12,4	5	10,0	28	11,9
Não sabe / não teve motivos	3	1,6	0	0,0	3	1,3
Total	186	100,0	50	100,0	236	100,0

Fonte: Elaboração com base nos resultados da amostra.

As respostas relacionadas ao acompanhamento de familiares ou à proximidade da família obtiveram percentual significativo: 36,9% dos migrantes disseram que esse foi o fator influenciador principal do ato migratório; sendo mais importante para 44,0% das pessoas do grupo de migrantes de retorno. De fato, este grupo, ao ter emigrado de Linhares, possivelmente deixou familiares no município. Isso facilita o retorno, especialmente se o local de destino não atendeu ou deixou de atender às suas expectativas.

Dois grupos de respostas relacionaram-se à expectativa dos migrantes quanto a fatores atrativos da região de destino: “busca de oportunidades e melhoria de vida” e “busca de melhores condições financeiras”. Pode-se considerar que, somados ao “desemprego e à falta de oportunidade de trabalho na origem”, esses três motivos de ordem econômica, influenciadores do ato migratório, foram citados por 47,5% dos migrantes; com importância maior para o grupo de migrantes não naturais, em que a proporção era de 50,0%.

Esses dados corroboram os princípios teóricos que apontam o fator econômico como o principal motivador do ato migratório. Os fatores negativos associados ao local de origem, entre os quais o econômico, foram retratados por Lee (1966) como um dos elementos influenciadores das migrações. Assim também, Singer (1987) destaca como elemento fomentador dos fluxos migratórios as diferenças econômicas regionais. Segundo o autor, são as disparidades e as transformações econômicas, tanto no meio urbano (especialmente com a industrialização) como no campo, que formam fatores atratores e expulsões.

Para a parcela dos migrantes residentes no bairro Planalto, pode-se conjecturar que foi impulsionada a sair da localidade de origem em razão de sua insatisfatória condição econômica, seja pela falta de postos de trabalho, seja pela baixa remuneração. Singer (1987), ao descrever as diferenças regionais como o motor das migrações internas, incute a perspectiva de melhoria de condições de vida que o migrante traz consigo.

Notou-se que as determinantes de repulsão econômica foram as principais motivadoras do ato migratório. Mas, qual direção deve ser tomada pelo potencial migrante? Ou melhor, por que o migrante escolheu Linhares como destino?

Buscaram-se elementos para responder a essa pergunta com base na tabulação dos dados na Tabela 54.

Ao serem perguntados por quais motivos escolheram Linhares para morar, a maioria das respostas dos migrantes (31,9%) estavam relacionadas à presença de familiares no município ou ao fato de eles ficarem próximos de parentes. Essa motivação teve percentual significativo tanto nas declarações tanto dos migrantes não naturais como dos migrantes de retorno: 31,5% e 33,3%, respectivamente. Cabe destacar, ainda, que mais 2,8% das respostas apontaram a vinda dos migrantes para o município por incentivo de parentes, amigos e conhecidos.

Tabela 54 – Motivos que influenciaram os migrantes não naturais e os migrantes de retorno, entrevistados no bairro Planalto, a escolher o município de Linhares para morar, 2019

Motivos que influenciaram na escolha de Linhares para morar	Migrantes Não Naturais	%	Migrantes de Retorno	%	Total	%
Tinha familiares em Linhares ou para ficar próximo de parentes	63	31,5	18	33,3	81	31,9
Veio acompanhando os familiares	41	20,5	9	16,7	50	19,7
Fatores relacionados ao melhor mercado de trabalho	39	19,5	2	3,7	41	16,1
Município de nascimento e/ou já conhecia o município	8	4,0	22	40,7	30	11,8
Fatores relacionados às qualidades do município e suas oportunidades	22	11,0	1	1,9	23	9,1
Por incentivo de parentes, amigos e conhecidos	6	3,0	1	1,9	7	2,8
Outros	16	8,0	1	1,9	17	6,7
Não sabe	5	2,5	0	0,0	5	2,0
Total	200	100,0	54	100,0	254	100,0

Fonte: Elaboração com base nos resultados da amostra.

Nota: n = 236: número de entrevistados migrantes não naturais e migrantes de retorno. Os 236 migrantes entrevistados tiveram oportunidade de conceder mais de uma resposta, já que a questão permitia múltipla escolha, ou seja, eles poderiam apontar mais de um motivo que os levou a escolher o município de Linhares como local de residência.

Desse modo, no caso dos migrantes do bairro Planalto, a rede migratória é a principal influenciadora da direção do fluxo migratório. As redes migratórias possuem a capacidade de interferir não só na direção do fluxo, mas também na sua intensidade, ao motivar e encorajar potenciais migrantes, que talvez demorassem mais tempo para tomar a decisão de partir (STARK; JAKUBEK, 2013). Além disso, mesmo em condições econômicas adversas nos locais de destino, os fluxos, em certa medida, tendem a permanecer, alimentados pelas redes migratórias (TRUZZI,

2008). Nesse sentido é que se qualifica também as redes como um fenômeno autorreforçador dos fluxos migratórios.

As redes migratórias apresentam-se como minimizadoras dos custos e incertezas inerentes ao ato migratório. Os elos de conexão no destino (migrantes estabelecidos ou não) podem proporcionar ao recém-migrado, entre outras coisas, apoio emocional e financeiro, acolhida em sua residência e o alcance de uma ocupação, através de sua rede social estabelecida no município (BRIGG, 1980; TRUZZI, 2008).

Observa-se, ainda, que 19,7% das respostas se enquadravam no grupo daqueles que vieram acompanhando familiares, ou seja, subtende-se que, para a maioria desses migrantes, a decisão de migrar não foi sua, mas do chefe ou de outros membros do arranjo familiar. Esse motivo era mais importante entre as respostas do grupo dos migrantes não naturais (20,5%).

O terceiro motivo mais citado pelos migrantes para a escolha de Linhares como destino foi o relacionado ao melhor mercado de trabalho (16,1%). Esse fator foi pouco lembrado nas respostas dos migrantes de retorno (3,7%) e bem mais significativo entre os migrantes não naturais: 19,5% das respostas. Ao somar esse motivo às determinantes relacionadas à qualidade do município e suas oportunidades, o percentual das respostas sobe para 25,2% do total de migrantes, os quais são muito mais lembrados pelos migrantes não naturais: em 30,5% das suas respostas.

Esses dois grupos de respostas, relacionados ao melhor mercado de trabalho e às qualidades do município e suas oportunidades, representam, em boa medida, os fatores atratores de Linhares pelo viés econômico. Esses dados ratificam o potencial atrativo exercido pelo município, em decorrência do seu crescimento econômico nos últimos anos, impulsionado também pelas políticas de desenvolvimento regional promovidas no âmbito da Sudene e do Invest-ES. Segundo Singer (1987), países como o Brasil dispõem de programas de desenvolvimento regional com eixos que vão desde o fomento de infraestrutura de serviços até a concessão de incentivos fiscais e creditícios. Tais decisões de políticas econômicas, na visão de Oliveira e Stern (1980), interferem tanto na direção quanto no volume e seletividade do fluxo migratório.

No que concerne aos desafios enfrentados na região de destino, conseguir um emprego foi a dificuldade mais citada (20,8%) pelos migrantes, quando chegaram ao município de Linhares. Todavia, tal obstáculo foi mais difícil de ser transposto pelos migrantes de retorno comparados aos migrantes não naturais. Neste grupo, 17,9% das respostas apontaram que o alcance de um emprego foi a maior dificuldade enfrentada; já entre os migrantes de retorno esse percentual foi de 31,5% (Tabela 55). Pode-se conjecturar dois fatos explicativos: primeiramente, pela premência de encontrarem trabalho, os migrantes não naturais apresentam menor exigência quanto ao emprego, inserindo-se mais facilmente nos postos que se apresentam; segundo, os migrantes de retorno, por terem maior apoio financeiro de parentes estabelecidos no município e mais anos de estudo, possuem maior grau de escolha de um trabalho e maior exigência quanto ao nível salarial. De fato, os migrantes de retorno apresentaram, em média, 9,1 anos de estudo e os migrantes não naturais 7,8 anos. Assim também, 40,0% daqueles alcançaram, no mínimo, o nível médio completo, enquanto estes 32,8%.

Tabela 55 – Dificuldades enfrentadas pelos migrantes não naturais e pelos migrantes de retorno, entrevistados no bairro Planalto, quando chegaram ao município de Linhares, 2019

Dificuldades ao chegar a Linhares	Migrantes Não naturais	%	Migrantes de Retorno	%	Total	%
Conseguir um emprego	36	17,9	17	31,5	53	20,8
Convívio e adaptação ao município	16	8,0	2	3,7	18	7,1
Pagar aluguel	17	8,5	0	0,0	17	6,7
Financeiras	12	6,0	2	3,7	14	5,5
Outras dificuldades	15	7,5	1	1,9	16	6,3
Nenhuma	52	25,9	22	40,7	74	29,0
Não recorda / não sabe	53	26,4	10	18,5	63	24,7
Total	201	100,0	54	100,0	255	100,0

Fonte: Elaboração com base nos resultados da amostra.

Nota: n = 236: número de entrevistados migrantes não naturais e migrantes de retorno. Os 236 migrantes entrevistados tiveram oportunidade de conceder mais de uma resposta, já que a questão permitia múltipla escolha, ou seja, eles poderiam apontar mais de uma dificuldade enfrentada ao chegarem ao município de Linhares.

Com efeito, especialmente para aqueles que migraram de zonas rurais, conseguir um emprego no meio urbano, principal motivação da maioria deles, pode ser algo mais difícil e demorado. Suas qualificações de trabalhador rural podem não encontrar funcionalidade ou serem pouco aproveitadas pelo mercado de trabalho urbano. Todaro (1980) descreve que a migração rural-urbana é atraída pelo diferencial de renda real dessas duas regiões e tem efeitos sobre o alto nível de desemprego e subemprego, afetando a probabilidade de o migrante deixar o trabalho no setor urbano tradicional e ascender a um emprego no setor urbano moderno.

Observa-se, ainda, que a opção “nenhuma dificuldade” fez parte do universo de 40,7% das respostas dos migrantes de retorno. Para os migrantes não naturais, de fato, as dificuldades enfrentadas ao chegarem ao município de Linhares foram maiores: somente 25,9% das respostas não apontaram nenhuma dificuldade. Além disso, em todas as dificuldades citadas, exceto conseguir um emprego, a proporção delas no grupo de migrantes não naturais era maior que no grupo de migrantes de retorno. O maior apoio de parentes no município tende provavelmente a amenizar de maneira significativa, as dificuldades enfrentadas pelos migrantes de retorno.

7.2.2. Mercado de trabalho

Ao serem indagados sobre as vantagens de terem mudado de residência para o município de Linhares, a maioria das respostas dos migrantes relacionavam-se ao melhor mercado de trabalho (28,5%). Contudo, essa vantagem era mais importante para os migrantes não naturais de Linhares: 31,0% das respostas desse grupo (Tabela 56).

Atenta-se para o fato de que os aspectos econômicos podem ter conexão com pelo menos 38,6% das respostas, isto é, as relacionadas ao melhor mercado de trabalho e ao aumento de renda e aquisição de bens. Sjaastad (1980) ao estudar as migrações como resultado das diferenças salariais entre regiões, observou que o fenômeno pode ser analisado como um investimento que possui custos e retornos. E

um dos retornos é baseado numa expectativa de renda futura esperada. Assim, a perspectiva de crescer e de melhorar sua situação financeira ao longo de sua vida profissional é uma importante motivação para determinados migrantes.

Tabela 56 – Vantagens para os migrantes não naturais e para os migrantes de retorno, entrevistados no bairro Planalto, da mudança de residência para o município de Linhares, 2019

Resposta relacionadas...	Migrantes Não Naturais	%	Migrantes de Retorno	%	Total	%
Ao melhor mercado de trabalho	72	31,0	10	17,9	82	28,5
À boa estrutura da cidade ou outras coisas que melhoraram a qualidade de vida	33	14,2	6	10,7	39	13,5
Ao aumento de renda e aquisição de bens	24	10,3	5	8,9	29	10,1
À proximidade com familiares ou à constituição de família	13	5,6	12	21,4	25	8,7
Ao estudo e aprendizado de profissão	13	5,6	3	5,4	16	5,6
A mais e/ou melhores oportunidades em geral	15	6,5	1	1,8	16	5,6
A outras respostas	10	4,3	4	7,1	14	4,9
A nenhuma vantagem	6	2,6	4	7,1	10	3,5
Não sabe, pois veio com os pais ou familiares quando era criança/adolescente	34	14,7	7	12,5	41	14,2
Não sabe	12	5,2	4	7,1	16	5,6
Total	232	100,0	56	100,0	288	100,0

Fonte: Elaboração com base nos resultados da amostra.

Nota: n = 236: número de pessoas entrevistadas. Os 236 entrevistados migrantes tiveram oportunidade de conceder mais de uma resposta, já que a questão permitia múltipla escolha, ou seja, eles poderiam apontar mais de uma vantagem de ter mudado para Linhares.

Nota-se também que 13,5% das respostas se relacionavam à boa estrutura urbana de Linhares e fatores que melhoraram a qualidade de vida das pessoas. Além disso, apenas 3,5% delas indicaram não perceber vantagens na mudança de residência para o município.

Esses dados são retirados de uma visão após ato migratório, ou seja, depois do seu estabelecimento e com uma determinada vivência no município, que pode apresentar diferentes temporalidades e graus de relações pessoais. Em que pesem essas considerações, observa-se que boa parte das pessoas melhorou suas condições de empregabilidade e de renda. Isso denota que Linhares tem se destacado por oportunidades no mercado de trabalho, especialmente para os migrantes não naturais. Tal fato tende a induzir novas migrações não só pelos fatores atratores de ordem econômica, mas também pela motivação realizada por

esses migrantes estabelecidos aos potenciais migrantes de outras regiões do Espírito Santo e de outros estados.

A quarta vantagem da mudança para Linhares mais citada pelos migrantes foi a proximidade com familiares ou a constituição de família. Contudo, essa foi a principal vantagem para o grupo dos migrantes de retorno, citada em 21,4% de suas respostas.

No que concerne à percepção sobre o crescimento de oportunidades de emprego no município de Linhares, 55,9% dos migrantes concordaram que elas têm crescido (Tabela 57). Provavelmente, como os migrantes de retorno conhecem há mais tempo o município, as respostas a “não sabe” tenderam a ser menos frequentes, e assim maior número de respostas foram distribuídas tanto na percepção de crescimento quanto de não crescimento das oportunidades de emprego.

Tabela 57 – Percepção dos migrantes não naturais e dos migrantes de retorno, entrevistados no bairro Planalto, sobre o crescimento das oportunidades de emprego no município de Linhares, 2019

Oportunidades de emprego	Migrantes Não Naturais	%	Migrantes de Retorno	%	Total	%
Têm crescido	103	55,4	29	58,0	132	55,9
Não têm crescido	50	26,9	16	32,0	66	28,0
Não sabe	33	17,7	5	10,0	38	16,1
Total	186	100,0	50	100,0	236	100,0

Fonte: Elaboração com base nos resultados da amostra.

Assim também, um expressivo percentual de migrantes (69,5%) apontava crescimento em relação à chegada de empresas e ao movimento no comércio linharenses. Essa percepção era maior entre os migrantes de retorno: 72,0% (Tabela 58). A percepção deste grupo é ainda mais significativa, pois ele conserva mais memória passada, por exemplo, do parque industrial, da variedade do setor de serviços e da quantidade, porte e distribuição do comércio pelo município. Assim, a dinamização das atividades econômicas de Linhares, impulsionada também pela entrada do município na área de abrangência da Sudene, é mais notória para esses migrantes de retorno.

Tabela 58 – Percepção dos migrantes não naturais e dos migrantes de retorno, entrevistados no bairro Planalto, sobre o crescimento do município de Linhares em relação à chegada de empresas e ao movimento no comércio, 2019

Crescimento de Linhares	Migrantes Não Naturais	%	Migrantes de Retorno	%	Total	%
Têm crescido	128	68,8	36	72,0	164	69,5
Não têm crescido	15	8,1	7	14,0	22	9,3
Não sabe	43	23,1	7	14,0	50	21,2
Total	186	100,0	50	100,0	236	100,0

Fonte: Elaboração com base nos resultados da amostra.

Essas visões dos migrantes sobre as oportunidades de emprego, o crescimento de empresas que se instalam no município e o movimento no comércio dizem muito sobre o ambiente de expansão econômica vivida pelo município. Elas validam as análises sobre o crescimento recente das atividades econômicas em Linhares que estão impactando positivamente o mercado de trabalho. Isso certamente influenciou-os a migrar para o município e tende a criar um ambiente favorável a novas migrações.

Verifica-se que 63,1% migrantes responderam que a maioria das pessoas que eles conheciam no município de Linhares estava trabalhando. Esse percentual era maior no grupo de migrantes não naturais: 64,5% (Tabela 59). Ao considerar que os migrantes não naturais possuíam nos seus ciclos de relacionamentos maior número de pessoas também migrantes, esse percentual mais elevado corrobora a teoria que diz que o grupo de migrantes é mais predisposto a possuir menor taxa de desemprego (CASTIGLIONI, 1989). Isso como consequência do menor grau de escolha de trabalhos, fruto das circunstâncias emergenciais que o migrante enfrenta para satisfazer suas necessidades materiais. Tal condição poderá ser agravada se o migrante não gozar de suporte de parentes ou de rede de relacionamento que o amparem, inclusive financeiramente, por períodos mais longos.

Tabela 59 – Condição no mercado de trabalho da maioria das pessoas conhecida no município de Linhares pelos migrantes não naturais e pelos migrantes de retorno, entrevistados no bairro Planalto, 2019

Condição no mercado de trabalho da maioria das pessoas conhecidas pelos migrantes	Migrantes Não Naturais	%	Migrantes de Retorno	%	Total	%
Trabalha	120	64,5	29	58,0	149	63,1
Não trabalha	44	23,7	16	32,0	60	25,4
Não sabe	22	11,8	5	10,0	27	11,4
Total	186	100,0	50	100,0	236	100,0

Fonte: Elaboração com base nos resultados da amostra.

7.2.3. Comparações financeiras

Nesta subseção, serão tecidas duas comparações financeiras: a) da renda dos migrantes (inclusive migrantes de retorno) com a renda que eles auferiam quando residiam nos locais de origem; e b) da renda dos mesmos migrantes em relação à renda das pessoas que eles conheciam e continuavam a residir nas localidades de onde vieram.

A situação financeira melhorou para 58,1% do total de migrantes, em relação ao que eles possuíam no local de origem. Contudo, essa constatação era maior entre os migrantes não naturais (60,2%) e menor entre os migrantes de retorno (50,0%) (Tabela 60). Excluindo da análise os que não sabem/não se aplica, a representação dos que consideram que tiveram melhoria na situação financeira sobe para 68,50%.

Ao escrever sobre os fatores atratores e expulsos, Elizaga (1980) expõe que boa parte da teoria econômica focaliza o fluxo migratório de regiões rurais e/ou deprimidas para regiões urbanizadas e/ou em desenvolvimento. Nesse sentido, pode-se conjecturar que o alto percentual de migrantes não naturais que melhoraram suas rendas revela, em certa medida, uma migração determinada por

fatores econômicos expulsos na origem, como já evidenciado em análises anteriores de resultados obtidos neste trabalho.

Tabela 60 – Comparação da situação financeira dos migrantes não naturais e dos migrantes de retorno, entrevistados no bairro Planalto, em relação à situação financeira deles nos locais de origem, por sexo, 2019

Situação Financeira	Migrantes Não Naturais				Migrantes de Retorno				Total					
	Masc	Femi	Total	%	Masc	Femi	Total	%	Masc	%	Femi	%	Total	%
Melhorou	64	48	112	60,2	11	14	25	50,0	75	60,5	62	55,4	137	58,1
Não melhorou	22	22	44	23,7	10	9	19	38,0	32	25,8	31	27,7	63	26,7
Não se aplica* / Não sabe	14	16	30	16,1	3	3	6	12,0	17	13,7	19	17,0	36	15,3
Total	100	86	186	100,0	24	26	50	100,0	124	100,0	112	100,0	236	100,0

Fonte: Elaboração com base nos resultados da amostra.

Nota: *O entrevistado migrou quando era criança ou adolescente e preferiu não responder.

Por outro lado, os que declararam que a situação não melhorou correspondiam a 26,7% dos migrantes. No grupo dos migrantes de retorno, esse percentual era bem superior se comparado ao grupo de migrantes não naturais: 38,0% e 23,7%, respectivamente. Isso pode denotar que os migrantes não naturais usufruíam, na origem, condições financeiras mais frágeis ou alcançaram rendimentos melhores em Linhares com o crescimento na carreira profissional, por exemplo. Por outro lado, pode-se ponderar que parte dos migrantes de retorno, na origem, possuía expectativas e níveis maiores de renda e encontra dificuldades para auferir rendimentos superiores no município.

Nota-se que o percentual dos que melhoraram a situação financeira foi mais elevado no sexo masculino (60,5%) e menor no sexo feminino (55,4%). Essa tendência se confirmou entre os migrantes não naturais: 64,0% dos homens disseram ter melhoria na situação financeira e as mulheres 55,8%. Contudo, o inverso ocorreu no grupo dos migrantes de retorno: 53,8% das mulheres e 45,8% dos homens obtiveram melhoria financeira, ao mudarem para Linhares.

Entre os migrantes que souberam comparar sua renda com a renda dos que permaneceram nas localidades de origem, 65,2% afirmaram que seus rendimentos em Linhares eram maiores que os auferidos pelas pessoas que residiam no local de onde esses migrantes eram provenientes. Assim também, 24,8% declararam ser

igual e apenas 9,9% menor. A proporção dos que alcançaram rendimentos superiores aos que permaneceram na origem era maior entre os migrantes não naturais (67,7%) que entre os migrantes de retorno: 53,6% (Tabela 61). Este resultado corrobora as análises feitas por Gama e Machado (2014), que demonstraram que os migrantes e os migrantes de retorno do período intercensitário brasileiro 2000/2010 eram mais bem remunerados que os não migrantes.

Tabela 61 – Comparação da renda dos migrantes não naturais e dos migrantes de retorno, entrevistados no bairro Planalto, em relação à renda das pessoas que residiam no local de origem desses migrantes, por sexo, 2019

Renda atual em relação à renda das pessoas na origem	Migrantes Não Naturais				Migrantes de Retorno				Total					
	Masc	Femi	Total	%	Masc	Femi	Total	%	Masc	%	Femi	%	Total	%
Maior	52	38	90	67,7	9	6	15	53,6	61	68,5	44	61,1	105	65,2
Menor	6	5	11	8,3	3	2	5	17,9	9	10,1	7	9,7	16	9,9
Igual	16	16	32	24,1	3	5	8	28,6	19	21,3	21	29,2	40	24,8
Total	74	59	133	100,0	15	13	28	100,0	89	100,0	72	100,0	161	100,0

Fonte: Elaboração com base nos resultados da amostra.

Nota: 75 migrantes, 31,8% do total de migrantes, não souberam responder se sua renda era maior, menor ou igual em relação à renda das pessoas que residiam na localidade de origem.

Considerando a distribuição por sexo, observa-se que, do total de migrantes, há maior proporção de homens (68,5%) que percebiam renda mais elevada que as pessoas da região de origem. A tendência se verifica para ambos os grupos de migrantes: não naturais e de retorno.

Apesar do considerável percentual (31,8%) das pessoas que não sabiam dizer se sua renda era maior, menor ou igual em relação à renda das pessoas do local onde residiam anteriormente, essa informação é importante para ratificar a afirmativa de que os migrantes alcançam rendimentos mais elevados que aqueles que não migram. Em exemplo de estudo, conduzido por Silva, Silva Filho e Cavalcanti (2019), constatou-se que, na Região Norte brasileira, em 2010, os migrantes auferiam rendimentos mais elevados em relação aos nativos que não migravam.

7.2.4. Nível de satisfação com Linhares

Percebe-se um nível de satisfação muito alto com o município de Linhares, tanto entre os migrantes não naturais (97,3%) quanto entre os migrantes de retorno (96,0%) (Tabela 62).

Tabela 62 – Satisfação ou não satisfação dos migrantes não naturais e dos migrantes de retorno, entrevistados no bairro Planalto, de viver no município de Linhares, 2019

Satisfeito em viver em Linhares?	Migrantes Não Naturais	%	Migrantes de Retorno	%	Total	%
Sim	181	97,3	48	96,0	229	97,0
Não	5	2,7	2	4,0	7	3,0
Total	186	100,0	50	100,0	236	100,0

Fonte: Elaboração com base nos resultados da amostra.

A estrutura do município, a mobilidade e o acesso a bens e serviços públicos são os pontos mais positivos para 25,0% dos migrantes. Destacam-se depois duas respostas relacionadas ao ambiente econômico do município: a) oportunidades de emprego e b) crescimento, desenvolvimento e oportunidades. Para 31,8% dos migrantes ambos os fatores são o que Linhares tem de mais positivo (Tabela 63).

A indicação de crescimento, desenvolvimento e oportunidades como visão mais positiva era maior para os migrantes de retorno (16,0% deles) e menor para os migrantes não naturais (12,9% deles). Novamente, maior proporção dos migrantes de retorno observa o crescimento e desenvolvimento do município; e isso pode relacionar-se à maior memória passada de Linhares e à comparação com a maior pujança das atividades econômicas, estimuladas também pela entrada do município na área de atuação da Sudene. Assim, as declarações desses migrantes são mais fidedignas para ratificar o desenvolvimento do município e o crescimento de oportunidades.

Na Tabela 64, demonstram-se os resultados para o questionamento sobre o que de mais de negativo os migrantes observavam em Linhares. Para 31,8% deles, a violência e insegurança eram preponderantes. Em seguida, apareciam as respostas

relacionadas às condições da saúde do município: 12,3% acharam esse o principal problema negativo. Metade dos migrantes de retorno e 42,5% dos migrantes não naturais citaram esses dois itens como os mais negativos.

Tabela 63 – Fatores mais positivos que os migrantes não naturais e os migrantes de retorno, entrevistados no bairro Planalto, observaram no município de Linhares, 2019

Fatores mais positivos	Migrantes Não Naturais	%	Migrantes de Retorno	%	Total	%
Estrutura do município, mobilidade e acesso a bens e serviços públicos	47	25,3	12	24,0	59	25,0
Oportunidades de emprego	34	18,3	9	18,0	43	18,2
Crescimento, desenvolvimento do município e oportunidades	24	12,9	8	16,0	32	13,6
Município bom, melhor e mais tranquilo/seguro	20	10,8	1	2,0	21	8,9
Qualidade nos relacionamentos com os moradores	10	5,4	2	4,0	12	5,1
Lazer	6	3,2	3	6,0	9	3,8
Outras respostas	5	2,7	2	4,0	7	3,0
Não há nada de positivo	8	4,3	3	6,0	11	4,7
Não sabe	32	17,2	10	20,0	42	17,8
Total	186	100,0	50	100,0	236	100,0

Fonte: Elaboração com base nos resultados da amostra.

Tabela 64 – O que de mais negativo os migrantes não naturais e os migrantes de retorno, entrevistados no bairro Planalto, observaram no município de Linhares, 2019

Mais negativo	Migrantes Não Naturais	%	Migrantes de Retorno	%	Migrantes (total)	%
Respostas relacionadas somente à violência e à insegurança	58	31,2	17	34,0	75	31,8
Respostas relacionadas somente à saúde pública	21	11,3	8	16,0	29	12,3
Falta de oportunidade de emprego	12	6,5	4	8,0	16	6,8
Respostas que citaram fatores interligados: violência, insegurança, tráfico de drogas e saúde pública	8	4,3	4	8,0	12	5,1
Outras respostas	30	16,1	5	10,0	35	14,8
Não há nada de negativo	24	12,9	4	8,0	28	11,9
Não sabe	33	17,7	8	16,0	41	17,4
Total	186	100	50	100	236	100

Fonte: Elaboração com base nos resultados da amostra.

Mais uma vez, a percepção do mercado de trabalho em Linhares era melhor para os migrantes não naturais. A falta de oportunidades de emprego era o fator mais negativo para 6,5% deles e para 8,0% dos migrantes de retorno.

7.2.5. Expectativa de retorno à origem

A grande maioria dos migrantes (82,2%) declarou que não gostaria de retornar para a região de nascimento ou de residência anterior (Tabela 65).

O maior nível de satisfação com o município de Linhares ou de maior repulsa ao lugar de origem encontrava-se entre os migrantes não naturais: 83,3% deles não gostariam de retornar para a localidade de onde partiram. Entre os migrantes de retorno esse percentual era menor, 78,0%.

Tabela 65 – Intenção dos migrantes não naturais e dos migrantes de retorno, entrevistados no bairro Planalto, em voltar para o município/estado de nascimento ou de residência anterior, 2019

Gostaria de voltar?	Migrantes Não Naturais	%	Migrantes de Retorno	%	Total	%
Sim	31	16,7	11	22,0	42	17,8
Não	155	83,3	39	78,0	194	82,2
Total	186	100,0	50	100,0	236	100,0

Fonte: Elaboração com base nos resultados da amostra.

Nota-se que, mesmo com um nível de satisfação elevado com o município de Linhares, 17,8% do total gostariam de retornar. Trata-se de um desejo revelador de sentimentos pela terra de origem ou de residência anterior e pelos relacionamentos interpessoais lá deixados, ou certa decepção com relação às expectativas não concretizadas na região de destino. Isso pode indicar também que, se esta parte dos migrantes dispusesse de recursos financeiros suficientes, nas localidades de origem, dificilmente decidiria pelo ato migratório. De acordo com Sorre (1984), o arraigamento com a localidade de origem é flexibilizado quando há um desequilíbrio

entre os recursos disponíveis e as necessidades materiais das pessoas, formando assim um contingente de potenciais migrantes.

Para aqueles que afirmaram que gostariam de retornar ao lugar de onde vieram, 45,2% apontaram como causa principal os laços familiares e o bom convívio com as pessoas na origem. Essa motivação era mais significativa entre os migrantes não naturais (51,6%) (Tabela 66).

Tabela 66 – Motivos indicados pelos migrantes não naturais e pelos migrantes de retorno, entrevistados no bairro Planalto, para voltar para o município/estado de nascimento ou de residência anterior, 2019

Motivos	Migrantes Não Naturais	%	Migrantes de Retorno	%	Total	%
Tem laços familiares e tem bom convívio com as pessoas	16	51,6	3	27,3	19	45,2
Gosta, é melhor, tem costume, mais tranquilo, tem estrutura melhor e mais qualidade de vida	12	38,7	4	36,4	16	38,1
Há oportunidades (empregos e outras)	3	9,7	4	36,4	7	16,7
Total	31	100,0	11	100,0	42	100,0

Fonte: Elaboração com base nos resultados da amostra.

Por sua vez, para os migrantes de retorno, os principais motivos atratores para uma possível volta ao local de moradia anterior eram as oportunidades de emprego e outras (36,4%) e os relacionados às qualidades do local (gosta, é melhor, tem costume, mais tranquilo, tem estrutura melhor e mais qualidade de vida) (36,4%). Assim, para os migrantes de retorno, que desejariam empreender uma migração para o local de residência anterior, as expectativas relacionadas ao mercado de trabalho e as oportunidades no município de Linhares não foram total ou parcialmente concretizadas.

Observa-se ainda que uma pequena proporção dos migrantes não naturais (9,7%) citou que a região de origem possui oportunidades (empregos e outras).

Nota-se que as respostas daqueles que desejam retornar enaltecem os aspectos positivos dos locais de origem e não citam diretamente fatores expulsivos relacionados ao município de Linhares. Esse fato, ainda que inconscientemente,

revela a tendência para emigrações motivadas para as vantagens observadas na origem e menos nas desvantagens de Linhares.

Pela tabela 67, observa-se que, entre os migrantes residentes no bairro Planalto, o desejo de empreender uma migração de retorno relaciona-se, de maneira significativa, com o tempo de residência no município de Linhares e com a idade desses migrantes. Dos 42 migrantes que manifestaram a vontade de retornar para o município/estado de nascimento ou de residência anterior, 40,5% residiam em Linhares havia menos de cinco anos e 69,1% possuíam idade entre 20 e 39 anos. Assim, o desejo de retorno encontrava-se principalmente entre os mais jovens e com menor tempo de residência em Linhares.

Tabela 67 – Comparação entre o tempo de residência no município de Linhares e a idade (por grupos etários) dos migrantes entrevistados no bairro Planalto, que manifestaram a intenção de voltar para o município/estado de nascimento ou de residência anterior, 2019

Grupos Etários	Tempo de Residência em Linhares					Total	%
	0 - 4 anos	5 - 9 anos	10 - 14 anos	15 - 19 anos	20 anos ou mais		
16 - 19 anos	1	0	0	1	0	2	4,8
20 - 29 anos	6	3	1	1	1	12	28,6
30 - 39 anos	6	4	5	0	2	17	40,5
40 - 49 anos	2	0	3	0	3	8	19,0
50 anos ou mais	2	0	0	0	1	3	7,1
Total	17	7	9	2	7	42	100,0
%	40,5	16,7	21,4	4,8	16,7	100,0	-

Fonte: Elaboração com base nos resultados da amostra.

Do total dos que disseram que não gostariam de retornar ao local de origem, 56,7% apontaram fatores atratores e de fixação relacionados às vantagens de permanecer no município de Linhares e 38,7% citaram os motivos repulsores das localidades de origem (Tabela 68).

Entre os fatores atratores e de fixação de Linhares, destacam-se dois itens indicados por 33,0% e 11,3% do total de migrantes, respectivamente: “está adaptado, acostumado, estabilizado e satisfeito” e “tem oportunidades (emprego e outras), melhor estrutura, melhor para viver e tem qualidade de vida”. Ao considerar somente

o grupo de migrantes que citou fatores de atração e de fixação do município como determinante para o não retorno, o percentual que respondeu os dois itens era de 78,2%.

Tabela 68 – Motivos indicados pelos migrantes não naturais e pelos migrantes de retorno, entrevistados do bairro Planalto, para não voltar para o município/estado de nascimento ou de residência anterior, 2019

Fatores Atratores e de Fixação / Fatores Repulsores		Migrantes Não Naturais	%	Migrantes de Retorno	%	Total	%	
No destino	Fatores Atratores e de Fixação	Está adaptado, acostumado, estabilizado e satisfeito em Linhares	54	34,8	10	25,6	64,0	33,0
		Linhares tem oportunidades (emprego e outras), melhor estrutura, melhor para viver e tem qualidade de vida	17	11,0	5	12,8	22	11,3
		Foi criado em Linhares / não pensa em sair	11	7,1	2	5,1	13	6,7
		Constituiu família em Linhares ou está próximo de familiares	4	2,6	3	7,7	7	3,6
		Tem residência ou trabalho fixo em Linhares	4	2,6	0	0,0	4	2,1
Na origem	Fatores Repulsores	Desemprego ou falta de oportunidade de emprego na origem	24	15,5	2	5,1	26	13,4
		Falta de oportunidades e de qualidade de vida na origem	11	7,1	4	10,3	15	7,7
		Falta de estrutura e de crescimento/desenvolvimento na origem	7	4,5	2	5,1	9	4,6
		Não gosta da cidade de origem e insatisfação com o clima	7	4,5	2	5,1	9	4,6
		Fatores relacionados à violência na origem	5	3,2	2	5,1	7	3,6
		Outras respostas	5	3,2	4	10,3	9	4,6
Outras respostas		6	3,9	3	7,7	9	4,6	
Total		155	100,0	39	100,0	194	100,0	

Fonte: Elaboração com base nos resultados da amostra.

O item “desemprego ou a falta de oportunidade de emprego” foi citado por 13,4% dos migrantes como motivo para não retornar ao local de origem. Esse foi o segundo motivo mais importante (entre todos os de atração, de fixação e de repulsão), especialmente entre os migrantes não naturais (15,5%). Coerentes com o exposto até aqui, e em consonância com os fatores repulsores descritos por Lee (1966) e Singer (1987), tais dados revelam que parcela dos migrantes foram influenciados por determinantes expulsos nas regiões de origem.

O segundo fator repulsor do local de origem mais mencionado (7,7% dos migrantes) foi a “falta de oportunidades e de qualidade de vida”. De fato, nesse item, a declaração “falta de oportunidades” pode decorrer também da insuficiência de oferta

de postos de trabalho, ocasionada tanto pelo fraco desenvolvimento das atividades quanto pelas dificuldades diante das crises econômicas.

Os dois itens, “desemprego ou a falta de oportunidade de emprego” e “falta de oportunidades e de qualidade de vida”, englobam as respostas de 54,7% dos migrantes que apontaram os fatores repulsores da região de origem para o não retorno. Tal fato reforça a tese da vinda de pessoas de regiões com menores oportunidades, especialmente de emprego, em busca de melhores condições de renda, mediante o alcance de uma ocupação ou de outro trabalho mais bem remunerado no município de Linhares.

7.3. CONCLUSÃO

Os resultados obtidos das perguntas direcionadas aos 236 migrantes da amostra de 350 entrevistados permitiram a coleta de informações sobre aspectos da rede migratória, fatores determinantes para a migração, situação econômica dos migrantes, suas percepções sobre o município e expectativas de retorno.

Do total de migrantes entrevistados, 41,9% foram incentivados por pessoas que residiam em Linhares. O estímulo foi atribuído aos parentes em 73,0% das respostas. Assim também, 39,8% dos migrantes receberam ajuda de pessoas que moravam em Linhares. A forma de ajuda mais citada, em 32,6% das respostas, foi a hospedagem na casa.

Entre os migrantes, 74,2% mantêm algum tipo de contato com as pessoas que ficaram na localidade de origem do ato migratório ou com pessoas que permaneceram na região de nascimento. Entre os que mantêm algum tipo de contato, os principais meios de comunicação citados foram o telefone e o WhatsApp: utilizados por 89,1% e 70,3% dos migrantes, respectivamente. O maior percentual de frequência de utilização de uma forma de comunicação estava entre os usuários do WhatsApp: 77,2% dos migrantes disseram que o aplicativo era o meio de

comunicação que mais utilizavam para ter contato com as pessoas da origem ou da região de nascimento.

Do total de migrantes entrevistados, 56,8% já incentivaram outras pessoas a vir para Linhares. Ao serem questionados sobre quais pessoas incentivaram, 64,6% das respostas dos migrantes citaram “parentes”. Assim também, 40,3% dos migrantes entrevistados disseram que ajudaram pessoas de alguma forma na chegada delas a Linhares. A principal forma de ajuda, observada em 36,9% das respostas, foi a hospedagem do recém-migrado na residência.

O desemprego ou a falta de oportunidade de trabalho foram o principal fator para 37,3% dos migrantes deixarem os locais de origem. Este, somado a mais dois motivadores relacionados a fatores repulsores de ordem econômica existentes na região de origem, “busca de oportunidades e melhoria de vida” e “busca de melhores condições financeiras”, perfaz 47,5% das respostas. Em relação à escolha de Linhares para morar, a maioria das respostas (31,9%) estavam relacionadas à presença de familiares no município ou ao motivo para ficar próximo de parentes. Conseguir um emprego foi a dificuldade mais citada (20,8%) pelos migrantes quando chegaram ao município de Linhares.

Ao serem questionados sobre as vantagens de terem mudado de residência para o município de Linhares, a maioria das respostas dos migrantes relacionava-se ao “melhor mercado de trabalho” (28,5%). Os aspectos econômicos podem ter conexão com pelo menos 38,6% das respostas, isto é, as relacionadas ao “melhor mercado de trabalho” e ao “aumento de renda e aquisição de bens”. Além disso, 55,9% dos migrantes perceberam crescimento das oportunidades de emprego e 69,5% deles notaram crescimento em relação à chegada de empresas e ao movimento no comércio no município. Dessa maneira, um significativo percentual de migrantes (63,1%) respondeu que a maioria das pessoas que eles conheciam no município de Linhares estava trabalhando.

A situação financeira melhorou para 58,1% do total de migrantes em relação ao que eles possuíam no local de origem. O percentual dos que melhoraram a situação financeira foi mais elevado entre o sexo masculino (60,5%) e menor entre o sexo feminino (55,4%). Entre os migrantes que souberam comparar sua renda com a

renda dos que permaneceram nas localidades de origem, 65,2% afirmaram que seus rendimentos em Linhares eram maiores que os auferidos pelas pessoas que residiam no local de onde esses migrantes eram provenientes.

Do total de migrantes, 97,0% estavam satisfeitos de viver em Linhares. As “oportunidades de emprego” e “crescimento, desenvolvimento e oportunidades” eram o que Linhares tinha de mais positivo para 31,8% dos migrantes. Já a violência e a insegurança foram citadas como elementos mais negativos do município.

A grande maioria dos migrantes (82,2%) declarou que não gostaria de retornar para a região de nascimento ou de residência anterior. Do total dos que disseram que não gostariam de retornar ao local de origem, 56,7% apontaram fatores atratores e de fixação relacionados às vantagens de permanecer no município de Linhares e 38,7% citaram os motivos repulsores das localidades de origem (principalmente o motivo “desemprego ou a falta de oportunidade de emprego”). Já para aqueles que afirmaram que gostariam de retornar ao lugar de onde vieram, 45,2% apontaram como causa principal os laços familiares e o bom convívio com as pessoas na origem. O desejo de retorno encontrava-se principalmente entre os mais jovens e com menor tempo de residência em Linhares, que possivelmente ainda conservavam laços afetivos, apego e sentimento de pertença mais fortes com relação às origens.

8. CONCLUSÃO

Ao final deste trabalho, visa-se destacar primeiramente a escolha de Linhares como objeto de estudo. Não resta dúvida de que o município possui o maior dinamismo econômico entre os municípios da porção norte do Espírito Santo. O crescimento econômico acelerado fez de Linhares o principal município daquela região capixaba, influenciando decisivamente o fluxo populacional para seu território.

O marco que acelerou o fomento de atividades econômicas em Linhares, como de outros municípios, foi a aprovação, em 1998, da entrada de 28 municípios capixabas na área de atuação da Sudene. A emenda da então deputada federal Rita Camata, que solicitou a inclusão de municípios capixabas naquela superintendência, rendeu calorosas discussões políticas na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. O empenho da deputada e da bancada capixaba foi fundamental para contrapor-se à resistência dos legisladores nordestinos e para o êxito do pleito.

Os incentivos fiscais (principalmente derivados do Imposto de Renda) e financeiros, por intermédio do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), alcançados pela entrada na Sudene foram de suma importância para potencializar as atividades econômicas existentes e atrair novas plantas industriais. Somados a isso, os incentivos fiscais sobre o ICMS, estabelecidos pelo Programa de Incentivo ao Investimento no Estado do Espírito Santo (Invest-ES), criado em 2003, foram mais um indutor para que as empresas localizadas ou as que viessem a se estabelecer no norte capixaba pudessem acumular benefícios fiscais federais e estaduais.

Assim, os municípios com maior e melhor infraestrutura urbana e logística, a exemplo de Linhares, atraíram maior parte das empresas e viram suas economias serem potencializadas. Em consequência, o município de Linhares vem apresentando taxas de crescimento populacional bem acima da média estadual, sobretudo em razão da migração.

Diante dessa constatação, propôs-se investigar os fatores determinantes do fluxo migratório para Linhares e verificar se eles realmente guardavam alguma relação

com o crescimento das atividades econômicas do município e se foram potencializados pelas redes migratórias estabelecidas.

Num primeiro momento, foram pesquisadas as bases teóricas que fundamentam o ato migratório por motivações econômicas. Os debates estão pacificados, ao afirmarem que a maioria das pessoas migra motivada por fatores econômicos, para satisfazer condições e anseios materiais, como já preconizava Ravenstein (1889). Assim, foram discutidos três troncos ou matriz de pensamento da Ciência Econômica e suas conexões com o fenômeno migratório.

Nas análises marxistas, a mobilidade é uma característica da força de trabalho. Tal mobilidade, aparentemente livre, é condicionada pela necessidade de reprodução do capital e não pela decisão consciente e racional de cada trabalhador individual, como propõem os clássicos e neoclássicos. Nessa matriz teórica dos clássicos e neoclássicos o indivíduo é a unidade fundamental em detrimento da análise do grupo social; um agente racional capaz de maximizar sua utilidade mediante decisões autônomas. Assim, o postulado da mobilidade perfeita do trabalhador é reflexo da busca atomizada por melhores rendimentos (GAUDEMAR, 1977).

Por sua vez, o keynesianismo, com a proposta de maior grau de intervenção do Estado na economia objetivando resolver distorções no sistema, influenciou análises e proposições para corrigir os desequilíbrios regionais. A maior atenção com a resolução dos problemas econômicos e sociais ante a ação estatal foi imprescindível para a preocupação com estudos dos fluxos migratórios decorrentes do desenvolvimento desigual entre regiões. Nesse sentido, destacam-se as análises dos fatores de atração e repulsão nas regiões de origem e de destino (LEE, 1966; SINGER, 1987).

Assim também, as redes migratórias são de grande relevância para minimizar as incertezas do ato migratório, pois o imigrante já estabelecido pode proporcionar ao potencial migrante, por exemplo, financiamento do custo de transporte, acolhida no destino, ajuda para que se coloque no mercado de trabalho e apoio emocional (MASSEY et al., 1993; ARANGO, 2003; TRUZZI, 2008). Apesar da carência de dados para seu estudo, alguns autores, com pesquisas empíricas, têm confirmado a importância das redes migratórias e seu potencial de reforçar os fatores que deram

origem ao movimento e, muitas vezes, perpetuar o fluxo independente das oportunidades de trabalho nos locais de destino (RODRÍGUEZ; LOSADA, 2005; URIOS, 2010; SILVA, 2016).

A influência das redes está em franca oposição às hipóteses da teoria econômica neoclássica de que as decisões individuais são tomadas com base na racionalidade, guiadas pelo instinto puramente econômico. Mesmo em condições políticas e econômicas adversas os fluxos permanecem e são alimentados pelas redes migratórias (TRUZZI, 2008).

Por isso, Arango (2003) considera as redes migratórias uma teoria intermediária que nasce para preencher um vazio entre a neoclássica, que põe muito peso nas decisões individuais, e a marxista, a qual pauta as análises na capacidade da estrutura do modo de produção capitalista direcionar o fluxo de pessoas (trabalhadores). De certa forma, a teoria das redes migratórias atribui peso significativo ao caráter autônomo dos processos migratórios e menor foco em seu caráter dependente da dinâmica econômica, conforme pondera Izcara-Palacios (2011). Para Silva (2017), apesar de reconhecer que o trabalho é central para entender a origem e destino da maior parte dos fluxos migratórios, a teoria das redes migratórias deposita importância na análise de fatores não econômicos para, de certa forma, não naturalizar o fenômeno (como os neoclássicos) e não o examinar pelo viés dos fatores estruturais do modo de produção capitalista (como os marxistas).

Por fim, a modernidade líquida de Bauman (2001) foi considerada também neste trabalho no intuito de indicar as rápidas transformações nas relações sociais, incluindo os novos vínculos entre capital e trabalho, e sua provável influência sobre o ato migratório. Os novos fatores decorrentes das rápidas transformações sociais, econômicas e tecnológicas afetaram, de forma irreversível, o modo de organizar a produção e as relações entre capital e trabalho. Nessa nova fase líquida do capitalismo, nem o capital nem o trabalho se veem obrigados a manter o relacionamento no tempo e num mesmo espaço. Assim, o mundo de possibilidades tornou-se grande, deixando o mundo físico pequeno. Além do mais, a representação do mundo foi alterada. O espaço foi dominado pela aceleração do tempo, e isso significa acelerar comunicação, informação e movimentos.

De fato, as transformações no âmbito da modernidade líquida e as novas formas e ritmos de mobilidades por ela influenciada encontram-se mais perceptíveis em regiões com economias urbanas mais avançadas. Nesse sentido, a teoria de Zelinsky (1971), ao relacionar a transição da mobilidade com o desenvolvimento das sociedades, anteviu, em parte, as transformações migratórias em curso. Segundo o autor, na última fase do processo de transição migratória (*A Future Superadvanced Society*), há também o surgimento de novas formas de mobilidade e a desaceleração de formas tradicionais de mobilidade, sobretudo influenciados pelo desenvolvimento dos sistemas de informação, de comunicação e de logística. Tanto Zelinsky (1971) como Bauman (2001) apontam o futuro, as transformações socioeconômicas e os possíveis novos motivadores que influenciarão os potenciais migrantes. Nesse sentido, a modernidade líquida de Bauman subsidia pesquisadores de diferentes áreas na observação do fenômeno migratório, levando em conta cada contexto histórico e, por consequência, as alterações e o surgimento de novos motivadores da migração.

Portanto, três enfoques dos determinantes do ato migratório foram discutidos: o econômico, a exemplo dos determinados por fatores *push-pull*, os influenciados e autorreforçados pelas redes migratórias e os derivados das transformações sociais, econômicas e tecnológicas, em razão da modernidade líquida. Certamente, essas três perspectivas não dão conta de abarcar todas as motivações dos migrantes, mas foram importantes para nortear as análises. Assim também, a pesquisa de campo no bairro Planalto revelou que nas relações entre capital e trabalho, a modernidade líquida foi pouco observada. Diante do baixo nível de instrução dos migrantes, tais relações assumem características da fase pesada do capitalismo.

De posse dessa base teórica, que serviu de base para as análises dos resultados da pesquisa de campo, resolveu-se delimitar o objeto de estudo a fim de viabilizar a coleta de dados sobre os migrantes. Assim, percorreu-se a seguinte metodologia de escolha de um bairro para receber a pesquisa de campo: primeiro, com base nos microdados do Censo Demográfico 2010, elegeu-se a área de ponderação com maior número de migrantes em relação à população total da área; em seguida, para a escolha do bairro, coletou-se a percepção das pessoas que moravam, trabalhavam ou estudavam em Linhares sobre o crescimento dos bairros; por fim,

utilizaram-se imagens de satélite e mapa para verificar a evolução da estrutura urbana do município. Depois desse caminho, o bairro Planalto foi escolhido como objeto de estudo.

Essa delimitação do objeto de estudo possibilitou a definição mais apropriada da seguinte hipótese principal deste trabalho:

- **Hipótese principal:** Os migrantes residentes no bairro Planalto tiveram como principais motivadores do ato migratório os fatores repulsores das regiões de origem, os fatores atratores do município de Linhares, proporcionados pelo seu crescimento econômico, e o impulso adicional promovido pelas redes migratórias.

Por conseguinte, definiram-se duas hipóteses secundárias:

- **Hipótese 1:** a principal causa que influenciou os migrantes a vir para o bairro Planalto/Linhares é de ordem econômica (tanto de repulsão quanto de atração);
- **Hipótese 2:** as redes migratórias foram importantes para influenciar a decisão de migrar e a direção do fluxo para Linhares.

Definidos o bairro para a pesquisa de campo e as hipóteses, optou-se por empreender uma coleta de dados com base numa amostra aleatória. De acordo com a população de 16 anos ou mais, projetada para o bairro Planalto em 2018, definiu-se a amostra de 350 pessoas. Considerou-se que, a partir dessa idade, o entrevistado possui certo grau de maturidade para responder às questões e também por ser um período em que o jovem inicia os primeiros passos no mercado de trabalho.

Para assegurar a aleatoriedade da amostra, realizou-se o cadastramento de todos os domicílios do bairro, para, em seguida selecionar aleatoriamente 350 domicílios ocupados. Após o cadastramento, o bairro foi dividido em três setores. Para cada setor, definiu-se um número de questionários proporcional ao número de domicílios ocupados. Fato a destacar foi a impossibilidade de cadastrar os domicílios nos dois condomínios no bairro, Morada do Verde e Morada dos Ipês. Neste caso, optou-se

por reduzir a abrangência territorial do objeto de estudo, que passou a ser o bairro Planalto, menos os dois condomínios citados.

O questionário conteve 50 questões, fechadas e abertas, em que foi possível coletar, por exemplo, características dos entrevistados, dados socioeconômicos, informações sobre migração e percepção dos migrantes. O questionário foi aplicado a apenas uma pessoa de cada domicílio, por isso, foi estabelecido um controle por cotas com base nas características (sexo e grupo de idade) da população em 2010. Como tais características poderiam ter sido alteradas de forma significativa desde o último censo, as cotas serviram para balizar os trabalhos, e não para serem seguidas de forma rígida. Ainda, duas questões do questionário permitiram o levantamento de algumas características das 1.218 pessoas residentes nos 350 domicílios, como grau de parentesco ou de convivência com o responsável, sexo, idade e naturalidade.

Destacam-se, a seguir, alguns resultados da pesquisa de campo.

a) População nos domicílios:

Condizente com o processo de redução da fecundidade e de consolidação de arranjos familiares menores, a pesquisa de campo revelou que o número médio de residentes nos domicílios do bairro Planalto em 2019 era de 3,48 pessoas; abaixo do registrado pelo Censo de 2010 (3,67 pessoas), mas ainda acima do verificado para município de Linhares no mesmo ano (3,37 pessoas). Com a multiplicação da média de residentes (3,48) pelos 2.174 domicílios ocupados cadastrados, estima-se uma população do bairro, em 2019, de 7.566 pessoas: um crescimento de 48,5% em relação ao da população de 2010.

Em 2019, Planalto possuía uma população mais jovem quando comparada à do Espírito Santo e à de Linhares, em 2010. Nestes, a média de idade era de 32,4 e 30,5 anos, respectivamente, enquanto no bairro era de 28,5 anos. Assim também, a população em idade ativa elevou sua participação, fruto da transferência de indivíduos do grupo etário mais jovem, da redução da fecundidade e da migração para o bairro. Regiões de absorção de migrantes possuem como característica mais

perceptível a proporção mais elevada de pessoas em idade ativa, em razão de a idade ser um dos principais traços da seleção migratória.

A população residente era composta por 58,3% de pessoas nascidas no município de Linhares (naturais) e por 41,0% nascidas em outras localidades (não naturais). Do total de residentes não naturais, 58,8% eram originários de outros estados e 41,2% de outros municípios capixabas. Os nascidos na Bahia e nos municípios da Região da Sudene capixaba possuíam maior representação entre os não naturais: 28,2% e 26,6%, respectivamente, corroborando que a maior parte dos migrantes se desloca a curtas distâncias (RAVENSTEIN, 1885).

Ainda no que diz respeito à relação migração e distância, notou-se a superioridade feminina dos residentes não naturais da Bahia e, especialmente, entre os não naturais advindos de outros de outros municípios do Espírito Santo, revelando uma seletividade migratória do sexo feminino em curtas distâncias, conforme preconizava Ravenstein (1885). Já em longas distâncias, destacam-se os migrantes do sexo masculino nascidos em Alagoas e Pernambuco, o que pode caracterizar uma migração para trabalhos que privilegiavam mão de obra masculina e também uma significativa força das redes migratórias.

Fruto também da importante migração para o bairro, os filhos correspondiam a 40,4% da população de Planalto. Do total de filhos residentes, 75,6% eram nascidos no município de Linhares. Os não naturais contribuíram, de maneira considerável, para o crescimento populacional do bairro. Primeiro, pelo efeito direto, por meio da sua importante participação na população total do bairro; segundo, pelo efeito indireto, por meio da fecundidade das mulheres não naturais, ao gerarem crianças em Linhares: 40,7% dos filhos naturais residiam nos domicílios em que as mulheres (cônjuges ou responsáveis) eram não naturais.

Notou-se que a idade média da população não natural era de 34,8 anos, 14,8 anos maior que a média para os que nasceram em Linhares. Nos grupos etários até 29 anos, havia maior número de naturais e, nos grupos etários seguintes, observou-se a reversão de tendência. Além do efeito indireto da migração, tais constatações decorrem majoritariamente da seleção de migrantes jovens, solteiros ou em fase de constituição de suas famílias.

b) Características da amostra:

A pesquisa de campo, com a aplicação de questionário numa amostra de 350 pessoas residentes no bairro Planalto, revelou que os migrantes representavam 67,4% da população. A migração intraestadual correspondia a 50,4% do total de migrantes entrevistados, dos quais 55,5% eram oriundos de municípios da Região da Sudene capixaba e 29,4% da Região Metropolitana da Grande Vitória. Entre os migrantes interestaduais, destacam-se os oriundos do estado baiano, com 22,9% do total de migrantes. Em Planalto, 74,1% dos migrantes vindos da Bahia são de municípios da microrregião Porto Seguro, a única que faz divisa com o Espírito Santo. Mais uma vez, tais resultados vão ao encontro da relação direta, predominante, entre fluxo migratório e distância.

O nível de instrução dos entrevistados era baixo: 6,6% das pessoas não estudavam e 38,6% não completaram o ensino fundamental; o que tende a comprometer a capacidade de desenvolvimento humano, inclusive de gerações futuras. Seguindo a tendência brasileira, as mulheres apresentaram maior nível de instrução.

Do total de migrantes, uma parcela considerável (38,6%) migrou para o município de Linhares, quando possuía idade de 20 a 29 anos, o que ratifica a característica universal da seletividade por idade ao migrar. Os jovens são mais propensos a migrar, devido ao alcance da idade para entrar no mercado de trabalho, ao fato de não terem ainda constituído família e ao menor apego aos relacionamentos e ao local de origem.

No que diz respeito ao processo de ocupação do bairro, 58,6% das pessoas entrevistadas tinham até 9 anos de residência em Planalto, sendo 34,9% até quatro anos. Entre os migrantes intraestaduais e interestaduais, inclusive de retorno, 41,1% chegaram ao bairro há quatro anos ou menos, revelando a atração recente exercida por Planalto em virtude de existir menor custo de vida ou de ser um local de destino onde há importantes e atuantes elos de conexões de redes migratórias. Essa afirmação pode ser reforçada pela constatação de que 30% migrantes chegaram a Linhares e vieram morar diretamente no bairro Planalto.

Na migração de outros bairros de Linhares para o bairro Planalto, o maior fluxo de pessoas originava-se de Interlagos (21,2%) e Aviso (12,2%), os dois bairros mais

populosos de Linhares, o que encontra consonância com a relação positiva entre o fluxo migratório e o tamanho da população de origem e de destino (BARBOSA et al., 2016)

c) Migrantes e não migrantes:

A maioria dos residentes entrevistados no bairro Planalto estava trabalhando (55,4%). O percentual de pessoas, no exercício de alguma atividade, do sexo masculino (61,9%) era superior ao do sexo feminino (38,1%). A proporção de mulheres ocupadas em relação aos homens ocupados era de 61,7%. O percentual de desempregados entre os homens era de 15,7 e entre as mulheres de 33,5%. As mulheres desocupadas representavam 68,5% do total de desempregados.

Entre os migrantes, a proporção de desempregados em relação aos que estavam trabalhando era de 39,2%, bem menor se comparada ao grupo dos não migrantes (64,7%). A menor taxa de desemprego dos migrantes em relação aos não migrantes também foi observada na comparação por sexo e também entre os jovens (16 a 29 anos). Os não migrantes, por possuírem maior rede de proteção, composta de familiares, parentes e amigos, tendem a selecionar as ofertas de trabalho ou postergar a entrada ou reentrada no mercado de trabalho. Por outro lado, o menor desemprego entre os migrantes é fruto do seu menor grau de exigência para entrar no mercado de trabalho, inclusive aceitando empregos com baixas remunerações e no setor informal (até encontrarem melhores oportunidades), em razão da necessidade imediata de prover seu sustento e da sua família (CASTIGLIONI, 1989).

Tanto entre os migrantes quanto entre os não migrantes, o nível de instrução com maior proporção de pessoas foi o ensino fundamental incompleto: 36,9% e 42,1%, respectivamente. O maior percentual de desempregados nesses dois grupos possuía ensino fundamental incompleto. Por outro lado, os migrantes alcançaram níveis de educação mais elevados, o que pode indicar uma migração para postos de trabalho mais qualificados.

Os resultados mostraram que 27,4% dos entrevistados auferiam renda mensal até R\$ 1.999,00 e 26,9% de R\$ 1.000,00 a R\$ 1.999,00. A significativa dependência econômica pode ser observada pelo percentual de 30,6% dos entrevistados que disseram não possuir nenhuma renda. A proporção de pessoas sem rendimentos é maior entre os não migrantes, o que pode retratar que, entre os migrantes, a busca por ocupação é uma das principais determinantes do ato migratório.

As mulheres migrantes apresentaram renda média mensal maior que as não migrantes. O contrário foi observado para o sexo masculino. Entre os que auferiam renda acima de R\$ 1.999,00, havia maior proporção de migrantes com tempo de residência em Linhares acima de 10 anos, o que corrobora a relação positiva entre tempo de residência e nível de renda (CASTIGLIONI, 1989). Contudo, 61,0% dos migrantes com tempo de residência acima de 10 anos percebiam rendimentos mensais até R\$ 1.999,00, o que denota que os fatores de repulsão dos locais de origem podem ter sido um dos principais motivadores do ato migratórios, gerando uma seleção negativa de migrantes com baixos níveis de instrução e qualificação, por exemplo (LEE, 1966).

Em relação à ocupação nos setores econômicos, 43,1% dos não migrantes estavam ocupados no setor de serviços. Já os migrantes estavam mais bem distribuídos: o maior percentual de ocupação era no comércio (29,4%).

A diferença salarial por sexo era menor entre os migrantes: as mulheres ganhavam, em média, 86,9% dos rendimentos dos homens. Entre os não migrantes, essa proporção era de 63,9%. O rendimento médio mensal dos homens era sempre maior que o das mulheres, para a mesma média de anos de estudo, em todos os setores econômicos. Em cada nível de instrução, observa-se que os homens migrantes e não migrantes, em maior proporção, alcançam rendimentos mais elevados. Conforme aponta o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA, 2017), tais disparidades de rendimentos por sexo comprometem o desenvolvimento de capacidades das mulheres, restringindo várias oportunidades para elas e para seus descendentes.

A seguir, descreve-se como as hipóteses desse trabalho foram confirmadas pelos resultados da pesquisa de campo.

a) Hipótese 1: a principal causa que influenciou os migrantes a virem para o bairro Planalto/Linhares é de ordem econômica (tanto de repulsão como de atração).

O desemprego ou a falta de oportunidade de trabalho nas localidades de origem do fluxo foi a principal determinante migratória apontada por 37,3% dos migrantes. Outros dois grupos de respostas relacionaram a reação de migrantes a fatores repulsores de ordem econômica existentes na região de origem do movimento e aspiração por melhor qualidade de vida: “busca de oportunidades e melhorar de vida” e “busca de melhores condições financeiras”. Esses três motivos influenciadores do ato migratório foram citados por 47,5% dos migrantes. Tais resultados apontam que significativa parcela do fluxo migratório era oriunda de regiões com baixo dinamismo econômico, que geravam fatores negativos capazes de influenciar o ato migratório, como retratado por Lee (1966).

Além disso, o melhor mercado de trabalho foi citado em 16,1% das respostas dos migrantes como fator para a escolha de Linhares como destino. Ao somar esse motivo com os determinantes relacionados à qualidade do município e suas oportunidades, o percentual das respostas sobe para 25,2% do total de migrantes, os quais são muito mais lembrados pelos migrantes não naturais de Linhares: em 30,5% das suas respostas.

Segundo Singer (1987), as diferenças econômicas regionais são as principais causas impulsionadoras das migrações internas. Nesse sentido, Linhares nos últimos anos vem se destacando por apresentar um dinamismo econômico maior entre os municípios da porção norte do Espírito Santo, em razão de novas plantas industriais e do investimento das empresas existentes, gerando impacto positivo também na construção civil, no comércio e no setor de serviços. O crescimento econômico tem sido fomentado especialmente pelos programas de desenvolvimento regional, a exemplo dos benefícios fiscais e financeiros da Sudene e do Invest-ES. Assim, as políticas estatais possuem a capacidade de interferir na direção, volume e seletividade do fluxo migratório (OLIVEIRA; STERN,1980).

Ao serem questionados sobre as vantagens de terem mudado de residência para o município de Linhares, a maioria das respostas dos migrantes relacionava-se ao melhor mercado de trabalho (28,5%). Atenta-se para o fato de que os aspectos

econômicos podem ter conexão com pelo menos 38,6% das respostas, isto é, as relacionadas ao melhor mercado de trabalho e ao aumento de renda e aquisição de bens.

No que concerne à situação financeira, ela melhorou para 58,1% do total de migrantes em relação ao que eles possuíam no local de origem. Considerando os migrantes que souberam comparar sua renda com a renda dos que permaneceram nas localidades de origem, 65,2% deles auferiam em Linhares rendimentos maiores. A proporção dos que alcançaram rendimentos superiores aos que permaneceram na origem era maior entre os migrantes não naturais de Linhares (67,7%) e menor entre os migrantes de retorno (53,6%).

Nota-se que, para maior parte dos migrantes, houve ampliação de oportunidades do mercado de trabalho em Linhares e o alcance de melhores níveis de rendimentos. Esses resultados confirmam o impacto positivo do mercado de trabalho linharenses em razão do crescimento recente das atividades econômicas. Como as motivações econômicas são as principais influenciadoras da migração, conforme já preconiza Ravenstein (1889), certamente as maiores oportunidades para melhorar as condições de vida impulsionaram muitos a vir para o município. Além disso, tanto o ambiente econômico favorável como o certo sucesso dos migrantes estabelecidos tendem a induzir novas migrações, especialmente pela influência das redes migratórias.

O maior dinamismo do mercado de trabalho em Linhares também foi constatado mediante a percepção dos migrantes: 55,9% concordaram que as oportunidades de emprego têm crescido; 69,5% apontavam crescimento em relação à chegada de empresas e do movimento no comércio; e 63,1% responderam que a maioria das pessoas que eles conheciam no município estava trabalhando.

Assim também, 97,0% dos migrantes estavam satisfeitos em viver no município. Para 31,8% dos migrantes as “oportunidades de emprego”, o “crescimento, desenvolvimento e oportunidades” são os fatores que Linhares apresentava de mais positivo.

A maioria dos migrantes (82,2%) declarou que não gostaria de retornar para a região de nascimento ou de residência anterior. Desse total de migrantes, 56,7%

apontaram fatores atratores e de fixação relacionados às vantagens de permanecer no município de Linhares; e 38,7% citaram os motivos repulsores das localidades de origem. Entre os migrantes que não gostariam de retornar, 44,3% citaram que “está adaptado, acostumado, estabilizado e satisfeito” em Linhares e que o município “tem oportunidades (emprego e outras), melhor estrutura, é melhor para viver e tem qualidade de vida”. Dois fatores repulsores da origem, “desemprego ou a falta de oportunidade de emprego” e “falta de oportunidades e de qualidade de vida” foram apontados por 21,1% desses migrantes para o não retorno.

Portanto, os resultados levantados pela pesquisa de campo corroboram que o desejo de os migrantes satisfazerem ou melhorarem suas condições materiais está entre as principais motivações para o ato migratório. Em certas regiões, tais condições não são satisfeitas em virtude de reduzidas oportunidades, especialmente no mercado de trabalho, provocadas, por exemplo, pelo baixo dinamismo econômico ou pelo agravamento de crises de ordem econômica, climática, política. São o que Lee (1966) e Singer (1987) denominam fatores repulsores das regiões de origem. Assim, com as disparidades econômicas entre regiões, os potenciais migrantes tendem a se dirigir para localidades que apresentam fatores atratores, como maiores oportunidades de trabalho e melhores remunerações. Nesse sentido, Linhares tem se destacado nos últimos anos como um município atrativo, em razão das oportunidades geradas pelo seu crescimento econômico recente.

b) Hipótese 2: as redes migratórias foram importantes para influenciar a decisão de migrar e a direção do fluxo para Linhares.

A maioria dos migrantes do bairro Planalto veio para Linhares acompanhada (67,8%). As mulheres migrantes destacavam-se por migrarem acompanhadas: 75,9% vieram para Linhares especialmente com familiares e outras pessoas com quem mantinham contato. A estrutura dos fluxos migratórios era formada predominantemente por famílias: os pais correspondiam a 31,5% dos grupos de parentesco e de relacionamento que vieram com os migrantes, seguidos pelos cônjuges, irmãos e filhos.

Entre os migrantes que vieram sozinhos, 64,5% eram do sexo masculino. Em geral, as mulheres possuem, por exemplo, maior resistência para deixar os familiares e muitas são as responsáveis pelo cuidado de pessoas, especialmente as mais idosas. Por outro lado, os homens possuem maior predisposição para uma migração solitária, pois tendem a possuir menores responsabilidades com o arranjo familiar.

Entre os migrantes entrevistados, 41,9% foram incentivados por pessoas que residiam em Linhares. Em 73,0% das respostas, os migrantes atribuíram o estímulo aos parentes. Essa constatação foi importante, haja vista que, quanto maior o vínculo de parentesco, maior o grau de confiabilidade de informações e maior a capacidade de influenciar os potenciais migrantes (TRUZZI, 2008).

Assim também, 39,8% dos migrantes obtiveram assistência de pessoas que moravam em Linhares. A forma de ajuda mais citada foi a hospedagem na casa (32,6% das respostas), o que pode denotar a força dos vínculos sociais tanto pela migração para composição ou reestabelecimento do arranjo familiar quanto pelo acolhimento provisório em razão da menor condição financeira do migrado.

No grupo de migrantes não naturais, o segundo maior percentual de respostas (19,1%) indicou que, ao chegarem a Linhares, as pessoas os ajudaram a conseguir uma ocupação. Nesse caso, há indícios de que o ato migratório foi precedido da promessa de certa segurança financeira, pelo alcance de uma vaga de trabalho prévia por parte de quem acolheu em Linhares. Mesmo que um emprego não tenha sido conseguido antes da migração, as redes sociais das pessoas estabelecidas no município são utilizadas em favor daqueles que são acolhidos e isso aumenta as chances de conseguir um emprego. De fato, com o capital social proporcionado pelas redes migratórias, o migrante pode usufruir algumas vantagens nas localidades de destino, inclusive colocação no mercado de trabalho (MASSEY et al., 1993; SANTOS et al., 2010).

Do total de migrantes, 74,2% mantêm algum tipo de contato com as pessoas que ficaram na localidade de origem do ato migratório ou com pessoas que permaneceram na região de nascimento. As formas de comunicação assumem papel fundamental na manutenção e expansão das redes sociais e podem ser

decisivas para fomentar o ato migratório. Há uma relação direta entre fluxo de informações e fluxo migratório (GREENWOOD, 1980).

O principal meio de comunicação citado foi o telefone, utilizado por 89,1% dos migrantes, especialmente pelas pessoas de 40 anos ou mais e com menor nível de instrução. Em seguida, usado por 70,3%, aparece o WhatsApp. Este aplicativo de conversa está bem difundido em todas as faixas etárias; contudo, a proporção de pessoas que manuseiam era menor no grupo de 50 anos ou mais. Além disso, era usado em proporções próximas em todos os níveis de instrução, o que revela a boa aceitação desse aplicativo, pois facilita manuseio e abarca a comunicação pela escrita, por voz e por vídeo.

O maior percentual de assiduidade na utilização de uma forma de comunicação foi notado entre os migrantes usuários de WhatsApp: 77,2% disseram ser esse o meio de comunicação que mais empregam para ter contato com as pessoas da origem ou da região de nascimento. As formas de comunicação via *internet* interferiram decisivamente na intensidade dos fluxos de informações e, por conseguinte nas formas de se relacionar, concedendo a sensação de presença virtual entre pessoas e sensação de intimidade e proximidade; o que contribui para maior manutenção de laços, menores barreiras emocionais e ampliação do alcance das redes migratórias (DEKKER; ENGBERSEN, 2014).

Fato marcante é que 52,0% dos migrantes se comunicavam com as pessoas da origem ou da região de nascimento também por meio de visitas. Ela foi a terceira forma de comunicação mais citada, manifestando a força dos laços entre os que partiram e os que ficaram. No grupo etário de 50 anos ou mais havia maior percentual de pessoas que realizavam visitas. A pesquisa revelou que a distância influenciava nessa forma de comunicação. Maior percentual de migrantes provenientes de outros municípios do Espírito Santo e da Bahia se comunicavam por visitas: 68,6% e 47,2%, respectivamente.

Dos migrantes entrevistados, 56,8% já incentivaram outras pessoas a vir para o município de Linhares. Em 64,6% das respostas, foram citados “parentes” como grupo de pessoas incentivados. Observa-se a possível ampliação da rede migratória pelo incentivo concedido a pessoas com graus de relacionamentos menos intensos:

amigos e conhecidos (de 32,0% das respostas). As migrações tendem a aumentar com o tempo entre duas regiões à medida que as expectativas dos migrados são concretizadas e eles vão apresentando certo sucesso na empreitada (TRUZZI, 2008; VIGNOLI, 2011).

Além disso, 40,3% dos migrantes entrevistados disseram que ajudaram pessoas na chegada a Linhares. As relações com grau de proximidade e confiança eram significativas entre os migrantes estabelecidos e os novos migrantes, pois 36,9% das respostas indicaram que a principal forma de ajuda foi a hospedagem do recém-migrado na residência. Em segundo lugar, com 23,8% das respostas, apareceu a assistência com os custos dos novos migrantes, enquanto não alcançavam um emprego. Destaca-se também que 18,1% das respostas dos migrantes evidenciaram a ajuda para conseguir um emprego em Linhares.

Ao serem perguntados por quais motivos escolheram Linhares para morar, a maioria das respostas dos migrantes (31,9%) estava relacionada à presença de familiares no município ou ao fato de eles ficarem próximos de parentes. Assim também, 19,7% das respostas se enquadravam no grupo daqueles que vieram acompanhando familiares.

Portanto, pelos resultados apresentados, as redes migratórias foram de suma importância para influenciar a decisão de migrar e a direção do fluxo para Linhares.

Trabalhos futuros poderiam se dedicar a caracterizar e levantar determinantes e consequências do fenômeno migratório nas seguintes frentes:

- a) Há em Linhares plantas industriais (filiais) de grupos empresariais com sedes em outras regiões brasileiras, característica da fase leve da modernidade, como aponta Bauman (2001). Sugere-se investigações com algumas dessas empresas e seus trabalhadores, a fim de identificar elementos específicos que possam demonstrar as transformações nessa relação e as repercussões para o fenômeno migratório;
- b) Sabe-se das enormes dificuldades de acesso aos condomínios fechados para a realização de pesquisa de campo; contudo, um esforço de convencimento

deve ser empreendido para que seja possível verificar as particularidades desses locais. No bairro Planalto não se obteve acesso aos condomínios Morada do Verde e Morada dos Ipês e isso, ao mesmo tempo que causou certa frustração, despertou a curiosidade investigativa desse objeto singular;

- c) Com base na escolha de um ou mais arranjos familiares do bairro, advindo de determinado município (especialmente daqueles com maior número de emigrantes para o bairro Planalto), um futuro trabalho poderia traçar o percurso migratório familiar, e catalogar e entrevistar os elos de conexão desses migrantes na localidade de origem. Entre outras, uma vantagem dessa investigação é verificar a existência de potenciais migrantes e os fatores repulsores da região de origem, além de captar com mais profundidade o comportamento de uma rede migratória;
- d) Outra frente investigativa poderia surgir com o objetivo de verificar a Influência dos migrantes sobre o local de destino. Nesse caso, uma unidade territorial menor, a exemplo de uma comunidade ou de um bairro, poderia ser mais fácil identificar tais influências na organização do espaço, na vida social e econômica (a exemplo de divisas enviadas pelos migrados) e nos aspectos demográficos, entre outros;
- e) Os papéis diferenciados de homens e mulheres nas redes migratórias constituem um tema pouco estudado empiricamente. D'Avila e Nazareth (2009) descrevem que as mulheres possuem inserções e condutas diferenciadas dos homens. Uma pesquisa de campo com perguntas específicas poderia trazer resultados que comprovassem os diferentes papéis de ambos os sexos.
- f) Outra pesquisa empírica com migrantes e líderes religiosos jogaria luzes sobre as conexões existentes entre religião e acolhida de recém-migrado, e a maneira como determinada igreja ajuda os migrantes a transpor as dificuldades materiais e emocionais, e de adaptação ao novo local de residência, por exemplo.

Este trabalho pode tornar-se relevante para o setor público linharenses diante de dados mais recentes sobre o bairro e seus residentes e sobre os migrantes, a exemplo do nível de satisfação em viver em Linhares e de percepções em relação ao município. Além disso, diante do baixo nível de renda e de instrução no bairro, o setor público pode rever e melhorar suas ações de disponibilização de cursos de qualificação laboral e oportunizar no bairro cursos de educação de jovens e adultos para que venham a completar o ensino fundamental e médio.

Nos aspectos do desenvolvimento regional, seria pertinente que o governo estadual elaborasse um plano de longo prazo para a Região da Sudene e demais regiões do estado, numa tentativa de equilibrar os investimentos no território. Como o governo estadual possui pouca gerência para direcionar os investimentos privados, os investimentos públicos (infraestrutura, serviços de educação e qualificação, e assistência técnica às atividades rurais, já que a agropecuária é a atividade econômica principal para boa parcela dos municípios) e as parcerias com entidades públicas e privadas, inclusive com mecanismos que viabilizem o acesso ao crédito, devem ter atenção especial para os municípios menos dinâmicos, a fim de fomentar oportunidades para seus residentes, especialmente os mais jovens. Isso minimizaria a migração de jovens para os municípios com maiores oportunidades de empregos, qualificação, entre outros, a exemplo de Linhares. A perda de contingente populacional mais jovem pode trazer alguns problemas para os municípios de partida, como a diminuição da População em Idade Ativa (PIA), gerando, com o tempo, estagnação da economia local.

Na seara acadêmica, o trabalho de campo coletou dados e informações que não são levantados pelas fontes tradicionais. Os arquivos com dados, textos, tabelas, mapas, gráficos, entre outros, estão disponíveis⁷³ e podem servir de ponto de partida ou subsídios para trabalhos futuros. Nesta pesquisa, o conjunto de dados, sua tabulação e análise foram de suma importância para confirmar a hipótese deste trabalho, qual seja: os migrantes residentes no bairro Planalto tiveram como principais motivadores do ato migratório os fatores repulsores das regiões de origem, os fatores atratores do município de Linhares, proporcionados pelo seu crescimento econômico, e o impulso adicional promovido pelas redes migratórias..

⁷³ <https://drive.google.com/drive/folders/181FMZ5TI5XFWVxr5mlMwjfwjTkbZ9PV3?usp=sharing>. Demais solicitações podem ser encaminhadas para o e-mail claudecineto@hotmail.com.

REFERÊNCIAS

ABAD, Rocío G. El papel de las redes migratorias en las migraciones a corta y media distancia. **Scripta Nova**, Barcelona, v. 11, n. 94, 2001.

AEQUUS CONSULTORIA. **Finanças dos municípios capixabas**. 2009. ano 15. Vitória, 2009. Disponível em: <<http://aequus.com.br/publicacoes/municipios-es/>>. Acesso em: 25 jul. 2019.

AGÊNCIA DE REGULAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DO ESPÍRITO SANTO (ARSP). **Dados de consumo de energia elétrica**. 2019.

ALVES, José E. D. **A transição demográfica e a janela de oportunidade**. Instituto Fernand Braudel. São Paulo, 2008.

ARANGO, Joaquim. La explicación teórica de las migraciones: luz y sombra. **Migración y Desarrollo**, Zacatecas, n. 1, p. 1-30, octubre 2003.

ASSIS, Gláucia de O. “De Criciúma para o mundo”: gênero, família e migração. **Campos**, Curitiba, v. 3, p. 31-49, 2003.

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BCB). **Sistema Gerenciador de Séries Temporais (SGS)**. v.2.1. Indicadores de Crédito. Disponível em: <<https://www3.bcb.gov.br/sgspub/localizarseries/localizarSeries.do?method=prepararTelaLocalizarSeries>>. Acesso em: 13 jun. 2018.

BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO (BANDES). **Banco de dados sobre o INVEST-ES**. Secretaria Executiva - GECRE. 2018.

_____. _____. Secretaria Executiva - GECRE. 2019.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL (BNB). **Programação Regional FNE 2018**. Fortaleza, fev. 2018. 134 p.

_____. **Estatística de aplicações do FNE e outros recursos**. Disponível em: <<https://www.bnb.gov.br/bnb-transparente/estatisticas-aplicacoes-fne-e-outros-recursos#FNE>>. Acesso em: 13 mai.2018.

BARBETTA, Pedro A. **Estatística aplicada às ciências sociais**. 3. ed.

Florianópolis: UFSC, 1999.

BARBOSA, William; OLIVEIRA, Édivo de A.; FREITAS, Clailton. A. de; FEISTEL, Paulo R. Migrações interestaduais: uma aplicação do modelo gravitacional para os estados brasileiros. **Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos**, v. 10, n. 2, p. 156-176, 2016.

BARNETT, V. **Sample Survey Principles & Methods**. 3. ed. Londres: Editora Wiley, 2002.

BATISTA, Natalia. N. F.; CACCIAMALI, Maria Cristina. **Diferencial de salários entre homens e mulheres segundo a condição de migração**. *Revista Brasileira de Estudos de População*, Belo Horizonte, v. 26, n. 1, p. 97-115, 2009.

BRAINER, Maria Simone de C. P. **Setor Moveleiro**. Banco do Nordeste: Caderno setorial ETENE, ano 4, n. 89, julho 2019.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

_____. **Estranhos à nossa porta**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2017.

_____. Migration and identities in the globalized world. **Philosophy & Social Criticism**, Boston, v. 37(4), p.425-435, 2011.

BECKER, Olga M. S. Mobilidade espacial da população: conceitos, tipologia, contextos. In: Castro, I. E. de et al. **Explorações geográficas: percursos no fim do século**. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 1997. p. 319-367.

BENKO, Georges. **Economia, espaço e globalização: na aurora do século XXI**. 3. ed. São Paulo: Hucitec/Annablume, 2002.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. Cinquenta anos de pensamento na Cepal: uma resenha. In: _____ (Org.). **Cinquenta anos de pensamento na Cepal**. Rio de Janeiro: Record. 2000. 1 v. p. 13-68.

BITTENCOURT, Gabriel. **A formação econômica do Espírito Santo: o roteiro da industrialização**. Rio de Janeiro: Editora Cátedra, 1987.

BOLFARINE, Heleno; BUSSAB, Wilton de O. **Elementos de amostragem**. São Paulo: Editora Edgar Blucher, 2004.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal.

_____. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 4695/1994**. Brasília, 1994
Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=223608>>. Acesso em: 15 ago. 2016.

_____. CONFAZ. **Convênio ICMS, de 15 de dezembro de 2017**. Brasília, 2017.
Disponível em:
<https://www.confaz.fazenda.gov.br/legislacao/convenios/2017/CV190_17>. Acesso em: 24 fev. 2019.

_____. Presidência da República. **Decreto nº 2.885, de 17 de dezembro de 1998**. Brasília, 21998. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2885.htm>. Acesso em: 30 nov. 2016.

_____. _____. **Decreto nº 4.213, de 26 de abril de 2002**. Brasília, 2002.
Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4213.htm>. Acesso em: 04 jul. 2018.

_____. _____. **Decreto nº 5.789, de 25 de maio de 2006**. Brasília, 2006.
Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2006/decreto-5789-25-maio-2006-542505-norma-pe.html>>. Acesso em: 28 mai. 2018.

_____. _____. **Lei nº 3.692, de 15 de dezembro de 1959**. Brasília, 1959.
Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L3692.htm>. Acesso em: 12 dez. 2017.

_____. _____. **Lei nº 6.218, de 07 de julho de 1975**. Brasília, 1975. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6218.htm>. Acesso em: 12 dez. 2017.

_____. _____. **Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7827.htm>. Brasília, 1989. Acesso em: 13 dez. 2017.

_____. _____. **Lei nº 9.690, de 15 de julho de 1998**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9690.htm>. Brasília, 1998. Acesso em: 13 dez. 2017.

_____. _____. **Lei Complementar nº 125, de 03 de janeiro de 2007**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp125.htm>. Brasília, 2007. Acesso em: 13 dez. 2017.

_____. _____. **Medida Provisória nº 2.156-5 de 24 de agosto de 2001**. Brasília, 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/MPV/2156-5.htm>. Acesso em: 23 jan. 2018.

_____. Senado Federal. **Projeto de Lei do Senado nº 146, de 1992**. Brasília, 1992. Disponível em: <<http://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/28397>>. Acesso em: 8 ago. 2016.

BRASIL. SALVADOR, Adelson. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Comissão Parlamentar de Inquérito. **Garantindo Espírito Santo na SUDENE**. Brasília, DF: Centro de Documentação e Informação, Coordenação de Publicações, 1998. 32 p.

BRASIL, Gutemberg et al. Dinâmica demográfica e mobilidade social no Espírito Santo. Nota Técnica. In: **Plano de Desenvolvimento Espírito Santo 2030**. Vitória: DVF, 2013.

BRIGG, Pamela. A migração para as áreas urbanas. In: MOURA, Helio A. de (Coord.). **Migração interna: textos selecionados**. Fortaleza: BNB, 1980. p. 611-681.

BRITO, Fausto R. A. de. **As migrações internas no Brasil: um ensaio sobre os desafios teóricos recentes**. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2009. 20 p. (Textos para discussão; 366).

_____. **A transição demográfica no Brasil: as possibilidades e os desafios para a economia e a sociedade**. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2007. 28 p. (Textos para discussão; 318).

BUFFON, José. A. **O café e a urbanização no Espírito Santo: aspectos econômicos e demográficos de uma agricultura familiar**. 1992. 372 f.

Dissertação (mestrado em economia) – Instituto de Economia, Universidade de Campinas (Unicamp), Campinas, 1992.

CALIXTO, Dinorá dos S. **Informações sobre o bairro Planalto**. Entrevista concedida a Claudeci Pereira Neto, Linhares, 14 out. 2019.

CAMATA, Rita. **Sudene: o Norte mais forte**. Gabinete da Deputada Rita Camata. Brasília, 1997. 22 p.

CAMATA, Rita. **Sudene: perguntas**. Entrevista concedida a Claudeci Pereira Neto, Vitória. Recebida por <claudecineto@bandes.com.br> em 20 fev. 2018.

CAMPANÁRIO, Paulo; MORELL, Maria G. G. de. Transição da fecundidade: resposta da sociedade civil? **São Paulo em Perspectiva**, v.3, n.8, p.105-113, 1994.

CAMPOS, Marden B. A dimensão espacial das redes migratórias. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 20, n. 3, p. 14-30, 2015.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Diários da Presidência: 1997-1998**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

CARLOS, Ana F. A. A reprodução do espaço urbano como momento da acumulação capitalista. In: _____. **Crise Urbana**. São Paulo: Contexto, 2015a. p. 25-36.

_____. A tragédia urbana. In: CARLOS, A. F. A.; VOLOCHKO, D.; ALVAREZ, I. P. (Org.). **A cidade como negócio**. São Paulo: Contexto, 2015b. p. 43-64.

CARROLL, Lewis. **Alice no país das maravilhas**. 2. ed. São Paulo: Arara Azul, 2000. Disponível em: <<http://bibliotecagratispdf.blogspot.com.br/2015/10/alice-no-pais-das-maravilhas-lewis.html>>. Acesso em: 28 mai. 2018.

CASTIGLIONI, Aurélia H. **Migration, urbanisation et développement: Le cas de l'Espírito Santo**. Bruxelles : CIACO, 1989.

_____. Migração: abordagens teóricas. In: ARAGÓN, L. E. **Migração Internacional na Pan-Amazônia**. Belém: NAEA/UFPA, 2009. v. 1. p. 39-57.

_____. Transição urbana e demográfica no Brasil: características, percursos e tendências. **Ateliê Geográfico**, Goiânia, v. 14, n. 1, p. 6-26, 2020.

CELIN, José L. **Migração europeia, expansão cafeeira e o nascimento da pequena propriedade no Espírito Santo**. 1984. 330 f. Dissertação (Mestrado em economia) – Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1984.

COCHRAN, William G. **Técnicas de amostragem**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1965.

COLBARI, Antônia; CASTIGLIONI, Aurélia H. A presença italiana no Espírito Santo: o perfil dos imigrantes no passado e no presente. In: SULIANI, A. (Org.). **Etnias & Carisma**. 1. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001, p. 90-115.

CORRÊA, Roberto L. Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão. In: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L. de; SPOSITO, M. E. B. (Org.); **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2014. p. 41-52.

CUNHA, José Marcos P. da. Migração e urbanização no Brasil: alguns desafios metodológicos para análise. **São Paulo em perspectiva**, São Paulo, v. 19, n. 4, p. 3-20, 2005.

_____. Retratos da mobilidade espacial no Brasil: os censos demográficos como fonte de dados. **REMHU**, Brasília, Ano XX, n. 39, p. 29-50, 2012.

DALAPICOLA, Tiago. **Desenvolvimento dos municípios do Espírito Santo: uma visão ampliada**. 2019. 389 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2019.

D'ÁVILA NETO, Maria I.; NAZARETH, Juliana. Redes sociais na experiência de mulheres nordestinas. In: Encontro Nacional da Associação Brasileira de Psicologia Social, 15., 2009, Maceió. **Anais eletrônicos...** Disponível em: <http://abrapso.org.br/siteprincipal/index.php?option=com_content&task=view&id=350&Itemid=96>. Acesso em: 10 jan. 2019.

DEKKER, Rianne; ENGBERSEN, Godfried. How social media transform migrant networks and facilitate migration. **Global Networks**, v. 14, n. 4, p. 401-418, 2014.

DIÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS (DCD). **Ata da 218ª sessão, da 1ª sessão legislativa, da 50ª legislatura**, em 13 de dezembro de 1995. Brasília, ano L, nº 49, 14/12/1995, p.9300-9307.

_____. **Ata da 103ª sessão, da 3ª sessão legislativa, da 50ª legislatura**, em 23 de junho de 1997. Brasília, ano LII, nº 108, 24/06/1997, p. 17397-17406.

_____. **Ata da 106ª sessão, extraordinária, da 3ª sessão legislativa, da 50ª legislatura**, em 25 de junho de 1997. Brasília, Ano LII, nº 110, 26/06/1997, p. 17759-17778.

_____. **Ata da 132ª sessão da Câmara dos Deputados, solene, da 3ª sessão legislativa, da 50ª legislatura**, em 26 de agosto de 1997. Brasília, ano LII, Nº 150, 27/08/1997. p. 25127.

_____. **Ata da 148ª sessão da Câmara dos Deputados, da 3ª sessão legislativa, da 50ª legislatura**, em 10 de setembro de 1997. Brasília, ano LII, Nº 161, 11/09/1997, p. 27777-27854.

_____. **Ata da 149ª sessão da Câmara dos Deputados, Solene, da 3ª sessão legislativa ordinária, da 50ª legislatura**, em 11 de setembro de 1997. Brasília, Ano LII, Nº 162, 12/09/1997, p. 27932-27933.

_____. **Ata da 154ª sessão da Câmara dos Deputados, Solene, da 3ª sessão legislativa ordinária, da 50ª legislatura**, em 17 de setembro de 1997. Brasília, Ano LII, Nº 166, 18/09/1997, p. 28839-28840.

_____. **Ata da 23ª sessão da Câmara dos Deputados, Solene, da 4ª sessão legislativa ordinária, da 50ª legislatura**, em 18 de março de 1998. Brasília, Ano LIII, nº 047, 19/03/1998, p. 6867.

_____. **Ata da 81ª sessão, da Câmara dos Deputados, Solene, da 4ª sessão legislativa ordinária, da 50ª legislatura**, em 26 de maio de 1998. Brasília, ano LIII, nº 089, 27/05/1998, p. 14191-14192.

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL (DCN). Senado Federal. **Ata da 207ª sessão**, em 15 de outubro de 1992. Brasília, ano XLVII, nº 173, 16/10/1992, p. 8182-8183.

_____. Senado Federal. **Ata da 53ª sessão**, em 7 de junho de 1994. Brasília, ano XLIX, nº 60, 08/06/1994, p. 2736-2759.

_____. Senado Federal. **Ata da 54ª sessão**, em 8 de junho de 1994. Brasília, ano XLIX, nº 61, 09/06/1994, p. 2822.

_____. Câmara dos Deputados. **Ata da 16ª sessão, da 11ª sessão legislativa extraordinária, da 49ª legislatura**, em 19 de janeiro de 1995. Brasília, ano L, seção I, nº 14, 20/01/1995, p. 1125-1128.

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL (DSF). **Ata da 47ª sessão do Senado Federal, deliberativa ordinária**, em 14 de maio de 1998. Brasília, ano LIII, nº 075, 15/05/1998, p. 8396-8406.

_____. **Ata da 51ª sessão do Senado Federal, deliberativa ordinária**, em 20 de maio de 1998. Brasília, LIII, nº 079, 21/05/1998, p. 8863-8891.

DIÁRIO OFICIAL DO ESPÍRITO SANTO (DIO-ES). **Consultas ao Diário Oficial**. 2017. Disponível em: <<http://dio.es.gov.br/>>.

DOMENACH, Hervé. Movilidad espacial de la población: desafios teóricos e metodológicos. In: CUNHA, José M. P. da (Org.). **Mobilidade espacial da população: desafios teóricos e metodológicos para o seu estudo**. Campinas: Unicamp, 2011. P. 33-44.

DOTA, Ednelson M.; QUEIROZ, Silvana N. de. Migração interna em tempos de crise no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, São Paulo, v. 21, n. 2, 2019.

ELIZAGA, Juan C. Migrações internas: evolução recente e situação atual dos estudos. In: MOURA, Helio A. de (Coord.). **Migração interna: textos selecionados**. Fortaleza: BNB, 1980. p. 539-575.

ENGELS, Friederich. **Do socialismo utópico ao socialismo científico**. 9. ed. São Paulo: Global, 1988.

ESPÍRITO SANTO. **Lei nº 10.550, de 30 de junho de 2016**. Vitória, 2016.

Disponível em: <http://internet.sefaz.es.gov.br/legislacao/legislacao_online.php>.

Acesso em: 20 mai. 2017.

_____. **Lei nº 10.630, de 28 de março de 2017**. Vitória, 2017. Disponível em:

<http://internet.sefaz.es.gov.br/legislacao/legislacao_online.php>. Acesso em: 28

mai. 2017.

_____. **Decreto nº 1951-R, de 25 de outubro de 2007**. Vitória, 2007. Disponível

em: <http://internet.sefaz.es.gov.br/legislacao/legislacao_online.php>. Acesso em:

02 mai. 2017.

_____. **Decreto nº 1.152-R, de 16 de maio de 2003**. Vitória, 2003. Disponível em:

<http://internet.sefaz.es.gov.br/legislacao/legislacao_online.php>. Acesso em: 02

mai. 2017.

_____. **Decreto nº 3080-R, de 24 de agosto de 2012**. Vitória, 2012. Disponível

em: <http://internet.sefaz.es.gov.br/legislacao/legislacao_online.php>. Acesso em:

02 mai. 2017.

ENVIRONMENTAL SYSTEMS RESEARCH INSTITUTE (ESRI). **Programa ArcGis**, versão 9.3. USA, 2008.

FAZITO, Dimitri. A Análise de Redes Sociais (ARS) e a migração: mito e realidade.

In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 13., 2002, Ouro Preto. **Anais eletrônicos...** Disponível em:

<<http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/view/1094>>. Acesso em:

14 dez. 2018.

_____. The role of social networks in human migration. **REMHU**, Brasília, v. 17, n.

32, p. 5-23, 2009.

_____. Análise de redes sociais e migração: dois aspectos fundamentais do 'retorno'. **RBCS**, São Paulo, v. 25, n. 72, p. 89-101, 2010.

FORESTE, Joerli A. **Informações sobre o bairro Planalto**. Entrevista concedida a Claudeci Pereira Neto, Linhares, 14 out. 2019.

FUNDAÇÃO OPENSTREETMAP (OSMF). **OpenStreetMap**. Disponível em: <<https://www.openstreetmap.org>>.

GADOTTI, Moacir. A dialética: concepção e método. In: _____. **Concepção dialética da educação: um estudo introdutório**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 1990. p. 15-38.

GALVES, Carlos. **Manual de economia política atual**. 15. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

GAMA, Luiz Carlos D.; MACHADO, Ana. F. Migração e rendimentos no Brasil: análise dos fatores associados no período intercensitário 2000-2010. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 28, n. 81, p. 155-174, 2014.

GAMA, Luiz Carlos D.; HERMETO, Ana Maria. Diferencial de ganhos entre migrantes e não migrantes em Minas Gerais. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Belo Horizonte, v.34, n.2, p.341-366, 2017.

GAUDEMAR, Jean-Paul de. **Mobilidade do trabalho e acumulação do capital**. Lisboa: Editora estampa, 1977.

GIL, Gilberto. **Parabolicamará** [1992]. Disponível em: <http://www.gilbertogil.com.br/sec_disco_info.php?id=386&letra>. Acesso em: 19 de mar. de 2019.

GNU General Public License. **PSPP**. v.1.0.1. Disponível em: <<https://www.gnu.org/software/pspp/>>.

_____. **QGIS**. v. 3.2.2.. Disponível em: <https://qgis.org/pt_BR/site/>.

GOLDSTEIN, Sidney. Facetas da redistribuição da população: oportunidades e desafios. In: MOURA, Helio A. de (Coord.). **Migração interna: textos selecionados**. Fortaleza: BNB, 1980. p. 693-722.

GOMES, Fábio G. Mobilidade do trabalho e controle social: trabalho e organizações na era neoliberal. **Rev. Sociol. Polit. [online]**, Curitiba, v.17, n.32, p.33-49, 2009.

GONÇALVES, Felipe P. Distribuição da População no Litoral de Linhares. **Geografares**, Vitória, n.16, p. 94-119, 2014.

GOOGLE. **Google Earth**. v.7.12.2041. 2013. Disponível em:

<<https://www.google.com/earth/download/gep/agree.html>>.

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Gabinete do Governador.

Mensagem nº 184/2016. Vitória, 2016. Disponível em:

<http://www.al.es.gov.br/novo_portal/>. Acesso em: 05 jun. 2017.

_____. Agência de Regulação de Serviços Públicos do Espírito Santo (ARSP-ES).

Consumo de energia. 2018.

_____. Departamento de Trânsito (Detran). **Frota de veículos**. Disponível em:

<<https://detran.es.gov.br/frota>>. Acesso em: 14 fev. 2018.

_____. Gabinete do Governador. **Projeto de Lei nº 197/2016**. Vitória, 2016.

Disponível em: <http://www.al.es.gov.br/novo_portal/>. Acesso em: 05 jun. 2017.

_____. Sistema Integrado de Bases Geoespaciais do Estado do *Espírito Santo*

(Geobases). Dados abertos. Disponível em: <<https://geobases.es.gov.br/>>. Acesso em: 08 fev. 2018.

GOVERNO FEDERAL. Portal Brasileiro de Dados Abertos. **Incentivos fiscais na**

Sudene. Disponível em: <[http://dados.gov.br/dataset/dados-de-incentivos-e-](http://dados.gov.br/dataset/dados-de-incentivos-e-beneficios-fiscais-e-financeiros/resource/b8aa9e6d-983b-4c72-ba69-4d6ec56306b4)

[beneficios-fiscais-e-financeiros/resource/b8aa9e6d-983b-4c72-ba69-](http://dados.gov.br/dataset/dados-de-incentivos-e-beneficios-fiscais-e-financeiros/resource/b8aa9e6d-983b-4c72-ba69-4d6ec56306b4)

[4d6ec56306b4](http://dados.gov.br/dataset/dados-de-incentivos-e-beneficios-fiscais-e-financeiros/resource/b8aa9e6d-983b-4c72-ba69-4d6ec56306b4)>. Acesso em: 12 mai. 2018.

GREENWOOD, Michael J. Migrações Internas nos Estados Unidos: uma revisão da

literatura. In: MOURA, Helio A. de (Coord.). **Migração interna**: textos selecionados.

Fortaleza: BNB, 1980. p. 467-537.

GUEDES, Paulo Cezar P. **Emergência do polo moveleiro de Linhares e políticas**

para o setor, no Espírito Santo (1960-1995). 2008. 128 f. Dissertação (Mestrado

em história) - Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações

Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2008.

HARARI, Yuval N. **Sapiens**: uma breve história da humanidade. 29.ed. Porto Alegre:

L&PM. 2017.

HARRIS, John R.; TODARO, Michael. Migração, desempenho e desenvolvimento: uma análise com dois setores. In: MOURA, Helio A. de (Coord.). **Migração interna: textos selecionados**. Fortaleza: BNB, 1980. p. 174-209.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2005.

_____. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 21. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

_____. **Cidades Rebeldes**: do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins fontes, 2014.

HUNT, E. K.; SHERMAN, Howard J. **História do pensamento econômico**. 2. ed. -. Petrópolis: Vozes, 1978.

HUNT, E. K. **História do pensamento econômico**: uma perspectiva crítica. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier Campus, 2005.

INFORMAÇÕES SOBRE AS ESCOLAS DE LINHARES. 2019. Disponível em: <<https://www.melhorescola.com.br/escola/busca?omni=&municipio=linhares>>. Acesso em: 05 abr. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Sistema IBGE de Recuperação Automática (Sidra)**. Banco de dados agregados. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/>>.

_____. **Atlas do Censo Demográfico 2010**. Glossário. 2010. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/apps/atlas/pdf/209_213_Glossario_ATLASDEMO%202010.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2020.

_____. **Metodologia do Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2013a. 712 p.

_____. **Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos (CNEFE)**: atualização do setor e manual do atualizador. Rio de Janeiro, 2013b. 90 p.

_____. **Estimativa da população**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/mapa_site/mapa_site.php#populacao>. Acesso em: 02 mar. 2017.

_____. **Censo Demográfico 2010**: resultados gerais da amostra por áreas de ponderação. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/resultados_gerais_amostra_areas_ponderacao/default.shtm>. Acesso em: 03 jun. 2018.

_____. **Padrão de registro de endereços**: definições e orientações de uso. Rio de Janeiro, 2019a. 53 p.

_____. **Diferença do rendimento do trabalho de mulheres e homens nos grupos ocupacionais**. Pnad Contínua - 2018. 13 f. 2019b.

_____. **Registro Civil 2018**: casamentos entre pessoas do mesmo sexo aumentam 61,7% em um ano. 2019c. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/26195-registro-civil-2018-casamentos-entre-pessoas-do-mesmo-sexo-aumentam-61-7-em-um-ano>>. Acesso em: 19 fev. 2020.

_____. **Em 2018, expectativa de vida era de 76,3 anos**. 2019d. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/26104-em-2018-expectativa-de-vida-era-de-76-3-anos>>. Acesso em: 20 fev. 2020.

_____. **Sistema IBGE de Recuperação Automática (Sidra)**. Pesquisa Agropecuária Municipal (PAM). Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/1612>>. Acesso em: 26 dez. 2019.

_____. **Regiões de Influência das Cidades 2018 (REGIC 2018)**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/redes-geograficas/15798-regioes-de-influencia-das-cidades.html?edicao=16168&t=o-que-e>>. Acesso em: 21 abr. 2020.

_____. **Cidades@**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 20 jul. 2020.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL E INDUSTRIAL DO ESPÍRITO SANTO (IDEIES). **Anuário da indústria do petróleo no Espírito Santo**. v. 2, 2018. Vitória: Ideies, 2019.

_____. A indústria de petróleo e gás natural onshore no Espírito Santo. **Fato econômico capixaba**, ano 4, n. 29, 2020.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES (IJSN). **Base de dados**: dados socioeconômicos. Disponível em: <<http://www.ijsn.es.gov.br/>>. Acesso em: 03 mar. 2017.

_____. Coordenação de Geoprocessamento (CGeo). **Mapas por município**. Disponível em: <<http://www.ijsn.es.gov.br/mapas/>>. Acesso em: 25 jun. 2018.

_____. **Produto Interno Bruto (PIB) dos municípios do Espírito Santo - 2017**. Coordenação de Estudos Econômicos (CEE). Vitória, 2019.

_____. **Indicadores socioeconômicos dos bairros dos municípios do estado do Espírito Santo – Censo demográfico 2010** (Nota técnica, 29). Vitória, ES, 2012. Disponível em: <<http://ijsn.es.gov.br/artigos/1318-nt-29-indicadores-socioeconomicos-dos-bairros-dos-municipios-do-estado-do-espírito-santo>>. Acesso em: 20 mar. 2020.

IZCARA-PALACIOS, Simón P. Redes migratorias versus demanda laboral: los elementos que moldean los procesos migratorios. **Convergencia**, Toluca, v. 18, n. 57, p. 39-59, 2011.

KEYNES, John M. O fim do “laissez-faire” (1926). In: SZMRECSÁNYI, Tamás (Org.). **John Maynard Keynes: Economia**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1984. p. 106-126.

_____. **Teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. Coleção os Economistas. São Paulo: Nova Cultura, 1996.

KONDER, Leandro. **O que é dialética**. 28. ed. São Paulo: Brasiliense, 2008.

KULU, Hill. **Migration and Fertility: Competing Hypotheses Re-examined**. Working Paper WP 2003-035. Max Planck Institute for Demographic Research: Rostock, Germany, 2003.

LEE, Everett S. Theory of Migration. **Demography**, Chicago, v. 3, n. 1, p. 47-57, 1966.

LENCIONE, Sandra. **Região e Geografia**. São Paulo: Editora da USP, 2014.

LEVIN, Jack. **Estatística aplicada a ciências humanas**. 2. ed. São Paulo: Harbra, 1987.

LIMA, Cícero F. et al. **Diferenciais de rendimentos ente o migrante e o não migrante na região do Matopiba**. Texto para discussão 2498. Rio de Janeiro: IPEA, 2019.

MACEDO, Fernando C. de. O papel do Funres na transição da economia capixaba. **História econômica & história de empresas**, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 39-70, 2012.

MANCHIN, Miriam; ORAZBAYEV, Sultan. Social networks and the intention to migrate. **World Development**, v. 109, p. 360–374, 2018.

MANKIW, Nicholas G. **Macroeconomia**. 8. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2015.

MARINUCCI, Roberto. Reconfiguração da identidade religiosa em contexto migratório. **Estudos de Religião**, São Paulo, v. 25, n. 41, p. 97-118, 2011.

_____. A religiosidade do migrante como fonte de proteção, sentido, dignidade e diálogo. In: **Cadernos de Debates Refúgio, Migrações e Cidadania**. Brasília: Instituto Migrações e Direitos Humanos, v. 8, n. 8, 2013. p. 73-88.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Manifesto Comunista. In: COGGIOLA, O. (Org). **Manifesto Comunista**. São Paulo: Boitempo, 2007. p. 37-69.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. 2. ed. São Paulo: expressão popular, 2008.

_____. **O capital**: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

MASSEY, Douglas S. et al. Theories of international migration: a review and appraisal. **Population and Development Review**, New York, vol. 19, n. 3, p. 431-466, september 1993.

MEDEIROS, Antônio C. **Espírito Santo**: a industrialização como fator de desautonomia relativa. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) –

Programa de Pós-Graduação em Administração Pública. Escola Brasileira de Administração Pública (EBAP) / Fundação Getúlio Vargas (FGV). Rio de Janeiro, 1977.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA. **Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged)**. Disponível em: <<http://www.trabalho.gov.br/trabalhador-caged>>. Acesso em: 07 fev. 2019.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL (MI). **20 anos de Fundos Constitucionais de Financiamento (FCO – FNE – FNO)**. Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional. 2008. Desempenho Operacional. 60p.

_____. **FNE – Programações Regionais**. Disponível em: <<http://mi.gov.br/web/guest/programacoes1>>. Acesso em: 06 fev. 2018.

_____. Secretaria de fundos regionais e incentivos fiscais. Fundos constitucionais de financiamento. **Histórico das taxas de juros**. Disponível em: <<http://www.integracao.gov.br/documents/10157/816482/Paper+++Taxas+de+Juros+Fundos+Constitucionais.pdf/5d096acd-3da5-4747-bb7b-1dad85edacd1>>. Acesso em: 07 fev. 2018.

_____. **Portaria nº 1.211, de 20 de dezembro de 2006**. Brasília, 2006. Disponível em: <<http://siteantigo.Sudene.gov.br/conteudo/download/Portaria1211-MI.pdf>>. Acesso em: 03 jul. 2018.

_____. Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). **Mapas da área de atuação da Sudene**. Disponível em: <<http://Sudene.gov.br/observatorio-do-desenvolvimento-do-nordeste/geoinformacoes>>. Acesso em: 05 maio 2018.

_____. _____. Coordenação geral de Incentivos e Benefícios Fiscais e Financeiros. Incentivos Fiscais. **Relatórios gerais**. Disponível em: <<http://Sudene.gov.br/incentivos-fiscais>>. Acesso em: 10 jul. 2018.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME (MDS). **Análise do indicador Anos de Escolaridade Esperados, componente do cálculo atual do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)**. Estudo técnico nº 05/2013. Brasília, 2013.

MOURA, Helio A. de (Coord.). **Migração interna**: textos selecionados. Fortaleza: BNB, 1980.

MOGGRIDGE, Donald. E. **As ideias de Keynes**. São Paulo: Cultrix, 1981.

MORAES, Antonio Carlos R.; COSTA, Wanderlei M. da. **Geografia crítica**: a valorização do espaço. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

MUÑOZ, Humberto; OLIVEIRA, Orlandina de. A migração interna na América Latina: exposição e crítica sobre algumas análises. In: MOURA, Helio A. de (Coord.). **Migração interna**: textos selecionados. Fortaleza: BNB, 1980. p. 570-610.

NASCIMENTO, Wesley X. **Informações sobre o bairro Planalto**. Entrevista concedida a Claudeci Pereira Neto, Linhares, 21 set. 2019.

NETTO, José Paulo. **O Método em Marx**. Curso do Programa de Pós Graduação em Serviço Social da UFPE. 2002. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=tTHp53Uv_8g&list=PLD493D90710CB2DA4&index=1>. Acesso em: 10 set. 2017.

NORONHA, Claudio P. Migração e formação de redes religiosas nas periferias urbanas: aspectos do pentecostalismo em Rio Grande da Serra. **Estudos de Religião**, v. 29, n. 2, p.43-67, 2015.

OLIVEIRA, Antônio T. R. de. Algumas abordagens teóricas a respeito do fenômeno migratório. In: Oliveira, A.P. de; OLIVEIRA, A.T.R. de (Orgs.). **Reflexões sobre os deslocamentos populacionais no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. p. 11-27.

OLIVEIRA, Orlandina de.; STERN, Cláudio. Notas sobre a teoria da migração interna: aspectos metodológicos. In: MOURA, Helio A. de (Coord.). **Migração interna**: textos selecionados. Fortaleza: BNB, 1980. p. 245-265.

O MUNDO É UMA ESTRADA. Produção: Douglas Bonella da Silva. Vitória, 2016 (17 min). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=R9lveg-aB6Y>>.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT (OECD). **Education at a Glance 2019**. Country note: Brazil. Paris: OECD Publishing, 2019. Disponível em: <<http://www.oecd.org/education/education-at-a-glance/>>. Acesso em: 30 jan. 2020.

ORGANIZACIÓN INTERNACIONAL DEL TRABAJO (OIT). **Panorama laboral 2019:** América Latina y el Caribe. Lima: Oficina Regional para América Latina y El Caribe, 2019.

PACHECO, Elsa; ALVES, Jorge F. Rede Migratória, integração social e refluxos. Da ruralidade minhota à elite intelectual do Rio de Janeiro. Estudos de caso. In: ARAÚJO, M. M. L. de; ESTEVES, A.; COELHO, J. A.; FRANCO, R. **Os brasileiros enquanto agentes de mudança:** poder e assistência. Póvoa de Lanhoso: CITCEM / FGV, 2013.

PEDONI, Claudia. Cadenas y redes migratorias: propuesta metodológica para el análisis diacrónico-temporal de los procesos migratorios. **Empiria**, Espanha, n. 19, p. 101-132, 2010.

PEIXOTO, João. Da era das migrações ao declínio das migrações? A transição para a mobilidade revisitada. **REMHU**, Brasília, v. 27, n. 57, p. 141-158, 2019.

PEREIRA, Joedson. **Informações sobre o bairro Planalto.** Entrevista concedida a Claudeci Pereira Neto, Linhares, 14 out. 2019.

PERPETUA, Guilherme. M. Mobilidade espacial do capital e da força de trabalho: elementos para uma teorização geográfica a partir da matriz marxista. **Revista Pegada**, Presidente Prudente, v. 14, n. 1, p. 58-80, 2013.

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. (PETROBRAS). **Vitória e Lagoa Parda.** Principais Operações, Gasodutos. Disponível em: <<https://petrobras.com.br/pt/nossas-atividades/principais-operacoes/gasodutos/vitoria-e-lagoa-parda.htm>>. Acesso em: 20 fev. 2020.

_____. **Petrobras completa 60 anos de atuação no Espírito Santo.** Agência Petrobras. Disponível em: <https://www.agenciapetrobras.com.br/Materia/ExibirMateria?p_materia=979624>. Acesso em: 21 fev. 2020.

PIORE, Michael J. A Long term perspective on Immigration and the crisis. **XIV Congress of Immigration:** Immigration and economic crisis, new challenges in social intervention. Almeria, 18 october 2012. 13 p.

PORTES, Alejandro. Migration and social change: some conceptual reflections. **The Center for Migration and Development**, Princeton University, Working Paper #08-04, p. 1-48, august 2008.

PÓVOA-NETO, Helion. Migrações internas e mobilidade do trabalho no Brasil atual: novos desafios para a análise. **Revista e Experimental**, São Paulo, n.2, p.11-24, 1997.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINHARES. Secretaria Municipal de Planejamento. **Layers da evolução urbana de Linhares em 2000 e 2011**.

_____. **Planalto em festa**: Prefeitura inaugura obras de infraestrutura no bairro. 2011. Disponível em: <<https://linhares.es.gov.br/2011/08/27/Planalto-em-festa-Prefeitura-inaugura-obras-de-infraestrutura-no-bairro/>>. Acesso em: 3 abr. 2020.

_____. **Prefeitura de Linhares pavimenta mais de 14 km de ruas e avenidas no bairro Planalto**. 2014. Disponível em: <<https://linhares.es.gov.br/2014/05/22/Prefeitura-de-Linhares-pavimenta-mais-de-14-km-de-ruas-e-avenidas-no-bairro-Planalto/>>. Acesso em: 4 abr. 2020.

_____. **Presente para Linhares**: com vocês, a Unidade de Saúde da Família em Linhares. 2014. Disponível em: <<https://www.euviemlinhares.net/noticia/2326/presente-para-linhares-com-voce-a-unidade-saude-da-familia-do-planalto>>. Acesso em: 4 abr. 2020.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil (ADHB)**, 2013. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/consulta/>>. Acesso em: 18 abr. 2017.

_____. **Mulheres resilientes = cidades resilientes**. Região Metropolitana de Teresina (PI). Brasília: PNUD, 2019.

Projeto Mazzarello 2020. 2020. Disponível em: <<https://upv.org.br/projeto/814-mazzarello-2020>>. Acesso em: 5 abr. 2020.

RAVENSTEIN, Ernst G. The Laws of Migration. **Journal of the Royal Statistical Society**, London, v. 47, p. 167-235, 1885.

RAVENSTEIN, Ernst G. The Laws of Migration (second paper). **Journal of the Royal Statistical Society**, London, v. 52, p. 241-301, 1889.

_____. As leis da migração. In: MOURA, Helio A. de (Coord.). **Migração interna: textos selecionados**. Fortaleza: BNB, 1980. p. 19-88. v. 1.

RIGOTTI, José I. R. **Transição demográfica**. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 32, n. 2, p. 467-490, 2012.

RYAN, Louise et al. Social networks, social support and social capital: the experiences of recent polish migrants in London. **Sociology**, v. 42, n. 4, p. 672-690, 2008.

RYAN, Louise. Migrants' social networks and weak ties: accessing resources and constructing relationships post-migration. **The Sociological Review**, v. 59, n. 4, p. 708-724, 2011.

ROCHA, Haroldo C.; MORANDI, Ângela. **Cafecultura e Grande Indústria: A transição no Espírito Santo 1955-1985**. Vitória: Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1991.

RODRIGUES, Zenaldo V. **A trajetória que se repete: análise da mobilidade dos trabalhadores rurais das usinas sucroalcooleiras de Conceição da Barra - ES**. 2010. 101 f. Monografia (bacharelado em geografia) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2010.

RODRÍGUEZ, Maria X.; LOSADA, Ábel. Redes migratórias vs. redes económicas. Inserción sociolaboral y contribución de los Gallegos al desarrollo de México. **Revista Galega de Economía**, Galicia, n. 1-2, v. 14, p. 1-28, 2005.

ROSSETTI, José P. **Introdução à economia**. 20. ed. -. São Paulo: Atlas, 2003.

SALIM, Celso A. Migração: o fato e a controvérsia teórica. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, **Anais...** vol. 3, Campinas: ABEP, 1992. p. 119-144.

SANTOS, Mauro A. dos. et al. **Migração: uma revisão sobre algumas teorias**. Belo horizonte: UFMG/Cedeplar, 2010. Texto para discussão n. 398. 18p.

SAMPAIO, R. A. A violência do processo de urbanização. In: CARLOS, A. F. A. (Org.). **Crise Urbana**. São Paulo: Contexto, 2015. p. 55-84.

SASAKI, Elisa M.; ASSIS, Gláucia de O. Teoria das migrações Internacionais. In: Encontro Nacional da ABEP, 12., 2000, Caxambu. **GT de migração...** Disponível em: <<http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/view/969>>. Acesso em: 14 jan. 2019.

SAYAD, Abdelmalek. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: EDUSP, 1998.

SJAASTAD, Larry A. Os custos e os retornos da migração. In: MOURA, Helio A. de (Coord.). **Migração interna: textos selecionados**. Fortaleza: BNB, 1980. p. 116-143.

SECRETARIA DA FAZENDA (SEFAZ). Governo do Estado do Espírito Santo. **Sefaz divulga IPM para 2019**. Disponível em: <<https://internet.sefaz.es.gov.br/informacao/noticias.php?id=2166>>. Acesso em: 19 ago. 2019.

SIGNORINI, Bruna A. **Efeitos da migração sobre a fecundidade: um estudo comparativo entre mulheres nordestinas imigrantes em São Paulo, mulheres não-migrantes naturais do estado e mulheres não-migrantes naturais do Nordeste**. 2017. 147 f. Tese (Doutorado em Demografia) - Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1997.

SILVA, Creuzimar R. da. **Informações sobre o bairro Planalto**. Entrevista concedida a Claudeci Pereira Neto, Linhares, 14 out. 2019.

SILVA, Douglas B. da. **Um estudo de caso da migração baiana na RMGV – o fluxo migratório entre o distrito de Pimenta (Mascote-BA) e o bairro Jesus de Nazareth (Vitória-ES) a partir da década de 1980**. 2016. 127 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016.

SILVA, Sidney A. Imigração e redes de acolhimento: o caso dos haitianos no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, Belo Horizonte, v. 34, n. 1, p. 99-117, 2017.

SILVA, Yuri C. de L.; SILVA FILHO, Luís A. da; CAVALCANTI, Daniella M. Migração, seleção e diferenciais de renda na região Norte do Brasil em 2010. **Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos**, v. 13, n. 1, p. 141-160, 2019.

SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DA MADEIRA E DO MOBILIÁRIO DE LINHARES E REGIÃO NORTE DO ESPÍRITO SANTO (SINDIMOL). Disponível em: <<http://www.sindimol.com.br/sindicato/>>. Acesso em: 2 jan. 2020.

SINGER, Paul. **Economia política da urbanização**. 11. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

SJAASTAD, Larry A. Os custos e os retornos da migração. In: MOURA, Helio A. de (Coord.). **Migração interna: textos selecionados**. Fortaleza: BNB, 1980. p. 116-143.

SOARES, Weber. **Da metáfora à substância: redes sociais, redes migratórias e migração nacional e internacional em Valadares e Ipatinga**. 2002. 360 f. Tese (Doutorado em Demografia) - Cedeplar, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002.

SOARES, Weber; RODRIGUES, Roberto N. Redes sociais e conexões prováveis entre migrações internas e emigração internacional de brasileiros. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 19, n. 3, p. 64-76, 2005.

SORRE, Max. **Migrações e mobilidade do ecúmeno**. In: MEGALE, JANUÁRIO. F. (ORG). Max. Sorre: Geografia. São Paulo: Ática, 1984, pp. 124-139.

SOUSA, Nair H. B. de. **O massacre da Pacheco Fernandes Dantas em 1959: memória dos trabalhadores da construção civil de Brasília**. [s.d.]. Disponível em: <<http://unb.revistaintercambio.net.br/24h/pessoa/temp/anexo/1/1251/2053.pdf>>. Acesso em: 05 ago. 2019.

SOUZA, Nali de J. de. **Desenvolvimento econômico**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

SPOSITO, Maria E. B. **Capitalismo e urbanização**. 16. ed. São Paulo: Contexto, 2014a.

_____. A produção do espaço urbano: escalas, diferenças e desigualdades socioespaciais. In: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L. de; SPOSITO, M. E. B. (Org.).

A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2014b. p. 123-146.

STARK, Oded; JAKUBEK, Marcin. Migration networks as a response to financial constraints: onset, and endogenous dynamics. **Journal of Development Economics**, v. 101, p. 1-7, 2013.

SZMRECSÁNYI, Tamás. **John Maynard Keynes:** economia. 2. ed. São Paulo: Ática, 1984.

TODARO, Michael P. A migração da mão de obra e o desemprego urbano em países subdesenvolvidos. Uma teoria sobre a migração. In: MOURA, Helio A. de (Coord.). **Migração interna:** textos selecionados. Fortaleza: BNB, 1980. p. 146-171.

TRUZZI, Oswaldo. Redes em processos migratórios. **Tempo Social**, USP, v. 20, n. 1, p. 199-2018, junho 2008.

TRUZZI, Oswaldo; SCOTT, Ana S.V. Tipologias migratórias, cadeias, redes e um estudo de caso. In: **30º Encontro anual da ANPOCS**, Caxambu, outubro 2006. 21p.

TILLY, Charles. Transplanted Networks. In: YANS-MACLAUGHLIN, Virginia (org.). **Immigration Reconsidered:** History, Sociology and Politics. New York: Oxford University Press, 1990. p. 79-95.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME (UNDP). **Human development indices and indicators:** 2018 statistical update. New York: UNDP, 2018.

UNITED NATIONS POPULATION FUND (UNFPA). **Mundos distantes:** saúde e direitos reprodutivos em uma era de desigualdade. Situação da população mundial 2017.

URIOS, Antonia S. Las redes migratorias y las intervención social: un estudio de caso de la comunidad ucraniana en la región de Murcia. **Cuadernos de Trabajo Social**, v. 23, p. 65-83, 2010.

VAN de KAA, Dirk J. **The idea of a second demographic transition in industrialized countries.** In: SIXTH WELFARE POLICY SEMINAR OF THE NATIONAL INSTITUTE OF POPULATION AND SOCIAL SECURITY, Tokyo, 2002.

VASCONCELOS, Ana Maria N.; GOMES, Marília M. da F. Transição demográfica: a experiência brasileira. **Epidemiol. Serv. Saúde**, Brasília, n. 21, p. 539-548, 2012.

VIGNOLI, Jorge R. ¿Qué definiciones, que teorías, qué fuentes y qué metodologías precisamos para el estudio de la migración interna en la actualidad? In: CUNHA, José M. P. da (Org.). **Mobilidade espacial da população**: desafios teóricos e metodológicos para o seu estudo. Campinas: Unicamp, 2011. p. 45-70.

FELIPE, Ednilson S.; VILLASCHI FILHO, Arlindo; OLIVEIRA, Ueber J. de. **Aspectos do desenvolvimento econômico do Espírito Santo**: a crise econômica da década de 1960, o consenso de necessidades e o governo Christiano Dias Lopes (1967-1971). In: ENCONTRO DE ECONOMIA DO ESPÍRITO SANTO, 1., 2010, Vitória, 13 p. Disponível em:

<http://economiecapixaba.weebly.com/uploads/8/5/1/5/8515368/villaschi_felipe_e_oliveira_-_aspectos_do_desenvolvimento_economico.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2020.

VILLASCHI FILHO, Arlindo; OLIVEIRA, Ueber J. de; FELIPE, Ednilson S. **Interações globais e conexões locais**: elementos para um debate da economia capixaba. In: ENCONTRO DE ECONOMIA DO ESPÍRITO SANTO, 2., 2011, Vila Velha, 20 p. Disponível em: <http://economiecapixaba.weebly.com/uploads/8/5/1/5/8515368/artigo_2_-_global_e_local.pdf>. Acesso em: 23 jan. 2020.

VOGAS, Vitor. Linhares chega ao pódio do ICMS. **A Gazeta**, Vitória, p. 18, 13 ago. 2019.

ZAMWANGANA TUNGU, Jean-Pierre. Migration féminine et comportements de fécondité à Kinshasa. **African Population Studies**, v. 19, n. 2, p. 227-250, 2004.

ZANOTELLI, Cláudio L. A migração para o litoral: o caso dos trabalhadores da Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST). **Geografares**, Vitória, v. 1, n. 1, p. 29-40, 2000.

ZELINSKY, Wilbur. The hypothesis of the mobility transition. **Geographical Review**, New York, v. 61, n. 2, p. 219-249, 1971.

ZULIANE, Etiene; ZULIANE, Ernestina P. **Informações sobre o bairro Planalto**. Entrevista concedida a Claudeci Pereira Neto, Linhares, 14 out. 2019.

ZUNTI, Maria Lúcia G. **Panorama histórico de Linhares**. [Vitória, ES?]: Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1982.

WALLERSTEIN, Immanuel. La reestructuración capitalista y el sistema-mundo. **XX Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología**. Conferencia magistral, México, 2 al 6 octubre 1995. 14 p.

WALLRAFF, Günter. **Cabeça de turco**. 13. ed. São Paulo: Globo, 1994.

ANEXOS**ANEXO A**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Carta de apresentação para pesquisa de campo

Vitória, 02 de julho de 2019.

Prezado(a) Senhor(a),

Comunico que os pesquisadores Ruan Sedano Caldeira e Josenilton Pinheiro Santos realizarão, no mês de julho de 2019, trabalhos de campo no bairro Planalto, no município de Linhares, para o cadastramento de todos os domicílios do bairro. Essa atividade faz parte da elaboração da tese de Doutorado em Geografia desenvolvida pelo aluno Claudeci Pereira Neto, do Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES – *campus* Goiabeiras, com o título “xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx”.

O cadastramento dos domicílios envolve a coleta do endereço (logradouro, número e complemento) e os objetivos do trabalho são estritamente acadêmicos, pautados por princípios éticos que incluem o sigilo das informações.

Quaisquer dúvidas e questionamentos podem ser tratados com o próprio aluno Claudeci Pereira Neto pelo telefone xx xxxxx-xxxx.

Esperando contar com a valiosa colaboração de Vossa Senhoria, apresento-lhe minhas cordiais saudações.

Atenciosamente,

Profa. Dra. Aurélia H. Castiglioni
Programa de Pós-Graduação em Geografia – UFES

ANEXO B**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO**
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**Carta de apresentação para pesquisa de campo**

Vitória, 20 de agosto de 2019.

Prezado(a) Senhor(a),

Venho solicitar sua cooperação respondendo ao questionário da pesquisa de campo, que será aplicado pelos entrevistadores Ruan Sedano Caldeira, Josenilton Pinheiro Santos e Claudeci Pereira Neto, de 31/08 a 22/09/2019.

Essa pesquisa de campo faz de parte dos trabalhos de elaboração da Tese que Claudeci Pereira Neto, aluno do Programa de Doutorado em Geografia da Universidade Federal do Espírito Santo, desenvolve sob minha orientação.

A tese tem como tema "xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx". Para realizar este trabalho, o aluno precisa levantar dados e informações sobre os moradores do bairro Planalto. Estes estudos são importantes, pois representam uma contribuição relevante para o conhecimento das características do bairro Planalto, um dos que mais crescem em Linhares, e de sua população, em particular os migrantes que vieram para esse bairro de outros estados ou de outros municípios do Espírito Santo.

Cabe ressaltar que os objetivos do trabalho são estritamente acadêmicos, pautados por princípios éticos que incluem o sigilo das informações. Quaisquer dúvidas podem ser sanadas com orientando Claudeci Pereira Neto, pelo telefone xx xxxxx-xxxx.

Esperando contar com a valiosa colaboração de Vossa Senhoria, apresento-lhe minhas cordiais saudações.

Atenciosamente,

Profa. Dra. Aurélia H. Castiglioni
Programa de Pós-Graduação em Geografia – UFES

ANEXO C
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
 Programa de Pós-Graduação em Geografia
 Doutorado em Geografia

Questionário de pesquisa de campo - Bairro Planalto, Linhares-ES

Nº identificação: _____

Setor: () 1 () 2 () 3

Dados de localização

1. Logradouro: _____

2. Número: _____

Dados Gerais

3. Nome completo: _____

4. Idade: _____

5. Sexo: 1.() Masculino 2.() Feminino

6. Sabe ler e escrever? 1.() Sim 2.() Não

7. Qual o seu nível de instrução?

1.() não estudou

5.() Médio completo

2.() Fundamental incompleto

6.() Superior incompleto

3.() Fundamental completo

7.() Superior completo

4.() Médio incompleto

8.() Pós-graduação

8. Estado civil

1.() Solteiro

3.() Divorciado / Separado / Desquitado

2.() Casado / União estável

4.() Viúvo

9. Quantas pessoas moram no domicílio? _____

9.1	Relação de parentesco ou de convivência com a pessoa responsável pelo domicílio*	Sexo (M ou F)	Idade	Município de nascimento	Estado de nascimento
1- Respondente					
2					
3					
4					
5					
6					
7					
8					

10. Você está trabalhando (ou estagiando)? 1.() Sim 2.() Não

Se a resposta for "sim", continuar. Se a resposta for não, pular para a 15.

11. Qual a sua ocupação? _____

12. Onde você trabalha (empresa, lugar específico...)?

13. Você trabalha em Linhares? 1.() Sim 2.() Não

14. Se a resposta for "não", em qual município? _____

Se o entrevistado não está trabalhando

15. Qual sua situação?

1.() Desempregado 3.() Aposentado

2.() Recebe seguro desemprego/ auxílio do INSS 4.() Somente estuda

5.() Do lar

6.() Outros: _____

16. Qual a sua renda por mês?

1.() Nenhuma 5.() De R\$ 3.000,00 a R\$ 3.999,00

2.() Até R\$ 999,00 6.() De R\$ 4.000,00 a R\$ 4.999,00

3.() De R\$ 1.000,00 a R\$ 1.999,00 7.() De R\$ 5.000,00 ou mais

4.() De R\$ 2.000,00 a R\$ 2.999,00 8.() Não quis identificar

Dados de Migração

17. Há quanto tempo você mora em Linhares sem interrupção? _____

18. Em Linhares, você sempre morou no bairro Planalto? 1.() Sim 2.() Não

Se em resposta for "sim", ir para a pergunta 21.

Se a resposta for "não", continuar.

19. Em quais bairros de Linhares você morava antes de vir para Planalto?

20. Há quanto tempo mora no bairro Planalto? _____

21. Você nasceu em Linhares? 1.() Sim 2.() Não

22. Já morou em outro estado ou em outro município do ES? 1.() Sim 2.() Não

Situação	Atitude
Se o entrevistado " nasceu em Linhares " E " sempre morou em Linhares "	encerrar a entrevista.
Se o entrevistado " nasceu em Linhares " MAS " já morou em outro município do ES ou em outro estado "	utilizar o quadro B
Se o entrevistado " NÃO nasceu em Linhares "	utilizar o quadro C

QUADRO B

O entrevistado "**nasceu em Linhares**" **MAS** "**já morou em outro município do ES ou em outro estado**".

XXIII. Qual foi o último município e estado (ou país) em que você morou antes de retornar para Linhares?

a. Município: _____

b. Estado: _____

XXIV. Faz quanto tempo que você retornou? _____

QUADRO C

O entrevistado "**NÃO nasceu em Linhares**".

23. Quando você nasceu sua família morava em qual município e estado (ou país)?

a. Município: _____

b. Estado: _____

24. Em qual município e estado (ou país) você morava antes de vir para Linhares?

a. Município: _____

b. Estado: _____

25. Você veio sozinho? 1.() Sim 2.() Não

Se a resposta for "sim", ir para a pergunta 27. Se a resposta for "não", continuar.

26. Com quem você veio?

1.() Marido / esposa

4.() Filhos

2.() Pais

5.() Amigos

3.() Irmãos

6.() Parentes. Quais ? _____

7.() Empresa. Qual? _____

8.() Outros: _____

Situação econômica e percepção de melhoria de vida e de oportunidades
--

27. A sua situação financeira melhorou em relação à situação financeira que você tinha antes de se mudar para Linhares?

1.() Sim 2.() Não 3.() Não se aplica 4.() não sabe

28. A sua renda é maior, menor ou igual em relação à renda das pessoas que moram no lugar de onde você veio?

1.() Maior 2.() Menor 3.() Igual 4.() Não sabe

29. Para a sua vida, quais as vantagens de você ter se mudado para Linhares?

a. _____

b. _____

c. _____

d. Não se aplica (explicar): _____

30. A maioria das pessoas que você conhece em Linhares está trabalhando?

1.() Sim 2.() Não 3.() Não sabe

31. Em Linhares, têm crescido as oportunidades de emprego?

1.() Sim 2.() Não 3.() Não sabe

32. Nos últimos anos, você tem percebido um crescimento da cidade em relação à chegada de empresas e movimentação no comércio?

1.() Sim 2.() Não 3.() Não sabe

Determinantes da migração, dificuldades na chegada e avaliação do local de destino

33. Qual o principal motivo que levou você a deixar o local onde morava anteriormente?
- a. _____
- b. Não se aplica (explicar): _____
34. Por que você escolheu Linhares para morar?
- a. _____
- b. _____
- c. _____
- d. Não se aplica (explicar): _____
35. Quais as dificuldades que você enfrentou quando chegou a Linhares?
- a. _____
- b. _____
- c. _____
- d. Não se aplica (explicar): _____
36. Está satisfeito em viver em Linhares? 1.() Sim 2.() Não
37. O que você vê de mais positivo em Linhares?
- _____
38. O que você vê de mais negativo em Linhares?
- _____

Laços entre a origem e o destino

39. Pessoas que moram ou moravam em Linhares incentivaram você a vir para Linhares? 1.() Sim 2.() Não
- 3.() Não se aplica (veio criança/ adolescente) 4.() Não lembra
- Se a resposta for "sim", continuar. Se a resposta for "não", ir para a pergunta 41.*
40. Quem incentivou você?
- 1.() Parentes 2.() Amigos
- 3.() Conhecidos 4.() Patrão
- 5.() Outros: _____

ANEXO D

Relação de domicílios e estabelecimentos cadastrados no bairro Planalto, no município de Linhares

QDE	QUADRA	FACE	RUA E NÚMERO	OBSERVAÇÃO	SITUAÇÃO
1	QUADRA 01	FACE 01	AVENIDA PREFEITO SAMUEL BATISA CRUZ	NADA A REGISTRAR	
2	QUADRA 01	FACE 02	AVENIDA JOSÉ FRANCISCO CAMINATTI BACHETTI	NADA A REGISTRAR	
3	QUADRA 01	FACE 03	RUA IGENE FRANCISQUETO QUITIBÁ	NADA A REGISTRAR	
4	QUADRA 01	FACE 04	RUA IGENE FRANCISQUETO QUITIBÁ, SN	CASA DA FRENTE COM PORTA DE MADEIRA	
5	QUADRA 01	FACE 04	RUA IGENE FRANCISQUETO QUITIBÁ, Nº 1188	PORTÃO VERMELHO	
6	QUADRA 01	FACE 05	AVENIDA JOSÉ FRANCISCO CAMINATTI BACHETTI, Nº 110	ANDAR 01	
7	QUADRA 01	FACE 05	AVENIDA JOSÉ FRANCISCO CAMINATTI BACHETTI, Nº 110	LADO DIREITO	
8	QUADRA 01	FACE 05	AVENIDA JOSÉ FRANCISCO CAMINATTI BACHETTI, Nº 110	LADO ESQUERDO	
9	QUADRA 01	FACE 05	AVENIDA JOSÉ FRANCISCO CAMINATTI BACHETTI, SN	APÓS O Nº 110 - CASA DE ESQUINA	
10	QUADRA 01	FACE 06	RUA MARIO MENDONÇA DE CARVALHO, Nº 120	TÉRREO	
11	QUADRA 01	FACE 06	RUA MARIO MENDONÇA DE CARVALHO, SN	GALPÃO	ESTABELECIMENTO COMERCIAL
12	QUADRA 01	FACE 06	RUA MARIO MENDONÇA DE CARVALHO, SN	CASA DEPOIS DO GALPAO	
13	QUADRA 01	FACE 06	RUA MARIO MENDONÇA DE CARVALHO, SN	CASA ROSA	
14	QUADRA 01	FACE 06	RUA MARIO MENDONÇA DE CARVALHO, Nº 105	CASA ROSA FRENTE ANDAR 01	
15	QUADRA 01	FACE 06	RUA MARIO MENDONÇA DE CARVALHO, Nº 105	CASA ROSA FRENTE TÉRREO	
16	QUADRA 01	FACE 06	RUA MARIO MENDONÇA DE CARVALHO, Nº 105	CASA ROSA FUNDOS ANDAR 01	
17	QUADRA 01	FACE 06	RUA MARIO MENDONÇA DE CARVALHO, Nº 105	CASA FUNDOS 1	
18	QUADRA 01	FACE 06	RUA MARIO MENDONÇA DE CARVALHO, Nº 105	CASAS FUNDOS 2	
19	QUADRA 01	FACE 06	RUA MARIO MENDONÇA DE CARVALHO, SN	GALPÃO	ESTABELECIMENTO COMERCIAL
20	QUADRA 01	FACE 07	RUA MARIO MENDONÇA DE CARVALHO, SN	NOVELAR INDUSTRIA - PORTÃO AZUL	ESTABELECIMENTO COMERCIAL
21	QUADRA 01	FACE 07	RUA MARIO MENDONÇA DE CARVALHO, Nº 1104		
22	QUADRA 01	FACE 07	RUA MARIO MENDONÇA DE CARVALHO, Nº 1140	FRENTE	
23	QUADRA 01	FACE 07	RUA MARIO MENDONÇA DE CARVALHO, Nº 1140	FUNDOS	
24	QUADRA 01	FACE 07	RUA MARIO MENDONÇA DE CARVALHO, SN	CASA ANTES DO BIORECICLA ANDAR 01	
25	QUADRA 01	FACE 07	RUA MARIO MENDONÇA DE CARVALHO, SN	CASA ANTES DO BIORECICLA TÉRREO	
26	QUADRA 01	FACE 07	RUA MARIO MENDONÇA DE CARVALHO, SN	CASA ANTES DO BIORECICLA FUNDOS ANDAR 01	
27	QUADRA 01	FACE 07	RUA MARIO MENDONÇA DE CARVALHO, SN	CASA ANTES DO BIORECICLA FUNDOS TÉRREO	VAGO
28	QUADRA 01	FACE 07	RUA MARIO MENDONÇA DE CARVALHO, SN	BIORECICLA - MURO VERDE	ESTABELECIMENTO COMERCIAL
29	QUADRA 01	FACE 08	AVENIDA JOSÉ FRANCISCO CAMINATTI BACHETTI	NADA A REGISTRAR	
30	QUADRA 01	FACE 09	RUA LINDAURA SUZANO ROSSONI, Nº 1165	CASA ANDAR 01	
31	QUADRA 01	FACE 09	RUA LINDAURA SUZANO ROSSONI, Nº 1166	CASA TÉRREO	
32	QUADRA 01	FACE 09	RUA LINDAURA SUZANO ROSSONI, SN	AO LADO DA Nº 1166 - CASA BRANCA FUNDOS	
33	QUADRA 01	FACE 09	RUA LINDAURA SUZANO ROSSONI, SN	MURO AMARELO PORTÃO AZUL CASA FRENTE	
34	QUADRA 01	FACE 09	RUA LINDAURA SUZANO ROSSONI, SN	MURO AMARELO PORTÃO AZUL CASA FUNDOS	
35	QUADRA 01	FACE 09	RUA LINDAURA SUZANO ROSSONI, SN	ÚLTIMA DA FACE DUPLEX - CASA 01	
36	QUADRA 01	FACE 09	RUA LINDAURA SUZANO ROSSONI, SN	ÚLTIMA DA FACE DUPLEX - CASA 02	
37	QUADRA 01	FACE 09	RUA LINDAURA SUZANO ROSSONI, SN	ÚLTIMA DA FACE DUPLEX - CASA 03	

38	QUADRA 01	FACE 10	RUA LINDAURA SUZANO ROSSONI, SN	CASA BRANCA 01 PRIMEIRA DA FACE	
39	QUADRA 01	FACE 10	RUA LINDAURA SUZANO ROSSONI, SN	CASA BRANCA 02 AO LADO	VAGO
40	QUADRA 01	FACE 10	RUA LINDAURA SUZANO ROSSONI, SN	CASA BRANCA 03 ANTES DO Nº 1116	
41	QUADRA 01	FACE 10	RUA LINDAURA SUZANO ROSSONI, SN	CASA FUNDOS DA CASA BRANCA 03	
42	QUADRA 01	FACE 10	RUA LINDAURA SUZANO ROSSONI, Nº 1116	MURO AZUL	
43	QUADRA 01	FACE 10	RUA LINDAURA SUZANO ROSSONI, Nº 13		
44	QUADRA 01	FACE 10	RUA LINDAURA SUZANO ROSSONI, Nº 1140	FRENTE	
45	QUADRA 01	FACE 10	RUA LINDAURA SUZANO ROSSONI, Nº 1140	FUNDOS	
46	QUADRA 01	FACE 10	RUA LINDAURA SUZANO ROSSONI, Nº 1164	CASAS FRENTE	
47	QUADRA 01	FACE 10	RUA LINDAURA SUZANO ROSSONI, Nº 1164	CASA FUNDOS SALMÃO	
48	QUADRA 01	FACE 10	RUA LINDAURA SUZANO ROSSONI, Nº 1188	FRENTE BAR ALMEIDA	ESTABELECIMENTO COMERCIAL
49	QUADRA 01	FACE 10	RUA LINDAURA SUZANO ROSSONI, Nº 1188	CASA FUNDOS	
50	QUADRA 01	FACE 11	AVENIDA JOSÉ FRANCISCO CAMINATTI BACHETTI, SN	CASA TÉRREO	
51	QUADRA 01	FACE 11	AVENIDA JOSÉ FRANCISCO CAMINATTI BACHETTI, SN	CASA ANDAR 01	
52	QUADRA 01	FACE 11	AVENIDA JOSÉ FRANCISCO CAMINATTI BACHETTI, Nº 1201	CASA MURO VERDE (MECÂNICA 3 IRMÃOS)	
53	QUADRA 01	FACE 12	RUA ALCEBÍADES RANGEL DE SOUZA, Nº 1189	CASA FRENTE	
54	QUADRA 01	FACE 12	RUA ALCEBÍADES RANGEL DE SOUZA, Nº 1189	CASA FUNDOS	
55	QUADRA 01	FACE 12	RUA ALCEBÍADES RANGEL DE SOUZA, Nº 1177	CASA FRENTE	
56	QUADRA 01	FACE 12	RUA ALCEBÍADES RANGEL DE SOUZA, Nº 1177	CASA FUNDOS	
57	QUADRA 01	FACE 12	RUA ALCEBÍADES RANGEL DE SOUZA, Nº 1165	CASA FRENTE	
58	QUADRA 01	FACE 12	RUA ALCEBÍADES RANGEL DE SOUZA, Nº 1165	CASA FUNDOS	
59	QUADRA 01	FACE 12	RUA ALCEBÍADES RANGEL DE SOUZA, Nº 1423	CASA FRENTE	
60	QUADRA 01	FACE 12	RUA ALCEBÍADES RANGEL DE SOUZA, Nº 1129	CASA COM PORTÃO AMARELO	
61	QUADRA 01	FACE 12	RUA ALCEBÍADES RANGEL DE SOUZA, Nº 1093	CASA FRENTE	
62	QUADRA 01	FACE 12	RUA ALCEBÍADES RANGEL DE SOUZA, Nº 1093	CASA FUNDOS	
63	QUADRA 01	FACE 12	RUA ALCEBÍADES RANGEL DE SOUZA, SN	CASA APÓS Nº 1093	
64	QUADRA 01	FACE 12	RUA ALCEBÍADES RANGEL DE SOUZA, SN	CASA ROSA FIM DA FACE	
65	QUADRA 01	FACE 13	RUA ALCEBÍADES RANGEL DE SOUZA, Nº 1092	CASA FRENTE	
66	QUADRA 01	FACE 13	RUA ALCEBÍADES RANGEL DE SOUZA, Nº 1092	CASA FUNDOS	
67	QUADRA 01	FACE 13	RUA ALCEBÍADES RANGEL DE SOUZA, Nº 1104	CASA VERDE	
68	QUADRA 01	FACE 13	RUA ALCEBÍADES RANGEL DE SOUZA, Nº 1116	CASA B	
69	QUADRA 01	FACE 13	RUA ALCEBÍADES RANGEL DE SOUZA, Nº 1116	CASA A	
70	QUADRA 01	FACE 13	RUA ALCEBÍADES RANGEL DE SOUZA, Nº 1128	CASA B	
71	QUADRA 01	FACE 13	RUA ALCEBÍADES RANGEL DE SOUZA, Nº 1128	CASA A	
72	QUADRA 01	FACE 13	RUA ALCEBÍADES RANGEL DE SOUZA, Nº 1140		
73	QUADRA 01	FACE 13	RUA ALCEBÍADES RANGEL DE SOUZA, SN	CASA AZUL DE PORTÃO PRETO APÓS Nº 1140	
74	QUADRA 01	FACE 13	RUA ALCEBÍADES RANGEL DE SOUZA, SN	GALPÃO PORTÃO BRANCO	ESTABELECIMENTO COMERCIAL
75	QUADRA 01	FACE 14	AVENIDA JOSÉ FRANCISCO CAMINATTI BACHETTI, SN	GALPÃO MURO BRANCO	ESTABELECIMENTO COMERCIAL
76	QUADRA 01	FACE 15	RUA ALTAMIR MARCHIORI, SN	PÉ DE MANGA	
77	QUADRA 01	FACE 15	RUA ALTAMIR MARCHIORI, Nº 1153	B	
78	QUADRA 01	FACE 15	RUA ALTAMIR MARCHIORI, Nº 1153	A	
79	QUADRA 01	FACE 15	RUA ALTAMIR MARCHIORI, Nº 1117		

80	QUADRA 01	FACE 15	RUA ALTAMIR MARCHIORI, Nº 1204		
81	QUADRA 01	FACE 15	RUA ALTAMIR MARCHIORI, Nº 1210		VAGO
82	QUADRA 01	FACE 16	RUA ALTAMIR MARCHIORI, Nº 1116	CASA FRENTE	
83	QUADRA 01	FACE 16	RUA ALTAMIR MARCHIORI, Nº 1116	CASA FUNDOS	
84	QUADRA 01	FACE 16	RUA ALTAMIR MARCHIORI, SN	1ª CASA APÓS O Nº 1116	
85	QUADRA 01	FACE 16	RUA ALTAMIR MARCHIORI, SN	2ª CASA APÓS O Nº 1116	
86	QUADRA 01	FACE 16	RUA ALTAMIR MARCHIORI, SN	LOCADORA	ESTABELECIMENTO COMERCIAL
87	QUADRA 01	FACE 16	RUA ALTAMIR MARCHIORI, Nº 1176	FRUTI	
88	QUADRA 01	FACE 17	AVENIDA JOSÉ FRANCISCO CAMINATTI BACHETTI, SN	CASA	VAGO
89	QUADRA 01	FACE 18	RUA DOMINGOS BARBOSA, SN	ULTIMA DA FACE 1º ANDAR	CONSTRUÇÃO
90	QUADRA 01	FACE 18	RUA DOMINGOS BARBOSA, SN	ULTIMA DA FACE TÉRREO	
91	QUADRA 01	FACE 19	RUA DOMINGOS BARBOSA, Nº 01		
92	QUADRA 01	FACE 19	RUA DOMINGOS BARBOSA, SN	CASA ANTES DO Nº 1104	
93	QUADRA 01	FACE 19	RUA DOMINGOS BARBOSA, Nº 1104		
94	QUADRA 01	FACE 19	RUA DOMINGOS BARBOSA, Nº 1110		
95	QUADRA 01	FACE 19	RUA DOMINGOS BARBOSA, Nº 1140	BH GESSO	
96	QUADRA 01	FACE 19	RUA DOMINGOS BARBOSA, SN	AREA BH GESSO	
97	QUADRA 01	FACE 20	AVENIDA JOSÉ FRANCISCO CAMINATTI BACHETTI, Nº 424		CONSTRUÇÃO
98	QUADRA 01	FACE 20	AVENIDA JOSÉ FRANCISCO CAMINATTI BACHETTI, Nº 444		
99	QUADRA 01	FACE 20	AVENIDA JOSÉ FRANCISCO CAMINATTI BACHETTI, SN	GALPÃO	
100	QUADRA 01	FACE 21	RUA DERLI DE ASSIS, SN	FSN 12 AÇO	
101	QUADRA 01	FACE 21	RUA DERLI DE ASSIS, Nº 1153		
102	QUADRA 01	FACE 21	RUA DERLI DE ASSIS, Nº 1141		
103	QUADRA 01	FACE 21	RUA DERLI DE ASSIS, SN	CASA 01 ANTES DO COMER RECILAGEM	
104	QUADRA 01	FACE 21	RUA DERLI DE ASSIS, SN	CASA 02 ANTES DO COME RECICLAGEM	
105	QUADRA 01	FACE 21	RUA DERLI DE ASSIS, SN	COMER RECICLAGEM	ESTABELECIMENTO COMERCIAL
106	QUADRA 01	FACE 21	RUA DERLI DE ASSIS, SN	CASA ANTES DO Nº 24	
107	QUADRA 01	FACE 21	RUA DERLI DE ASSIS, Nº 24		
108	QUADRA 01	FACE 21	RUA DERLI DE ASSIS, SN	CASA APÓS O Nº 24	
109	QUADRA 01	FACE 22	RUA DERLI DE ASSIS, SN	CASA DUPLEX SEM REBOCO	
110	QUADRA 01	FACE 22	RUA DERLI DE ASSIS, SN	CENTRO ESPÍRITA	ESTABELECIMENTO RELIGIOSO
111	QUADRA 01	FACE 22	RUA DERLI DE ASSIS, Nº 1128	ANDAR 01	
112	QUADRA 01	FACE 22	RUA DERLI DE ASSIS, Nº 1128	TÉRREO	ESTABELECIMENTO COMERCIAL
113	QUADRA 01	FACE 22	RUA DERLI DE ASSIS, Nº 1140	CASA DUPLEX FRENTE LADO DIREITO	
114	QUADRA 01	FACE 22	RUA DERLI DE ASSIS, Nº 1140	CASA FRENTE LADO ESQUERDO	
115	QUADRA 01	FACE 22	RUA DERLI DE ASSIS, Nº 1140	CASA FUNDOS	
116	QUADRA 01	FACE 22	RUA DERLI DE ASSIS, SN	CASA FRENTE APÓS O Nº 1140	
117	QUADRA 01	FACE 22	RUA DERLI DE ASSIS, SN	CASA FUNDOS APÓS O Nº 1140	
118	QUADRA 01	FACE 22	RUA DERLI DE ASSIS, SN	CASA A AZULEJO MARRROM DUPLEX	
119	QUADRA 01	FACE 22	RUA DERLI DE ASSIS, SN	CASA APÓS A CASA DE AZULEJO	
120	QUADRA 01	FACE 22	RUA DERLI DE ASSIS, Nº 1188		
121	QUADRA 01	FACE 23	AVENIDA JOSÉ FRANCISCO CAMINATTI BACHETTI, SN	COMERCIAL SWIN ANDAR 01	

122	QUADRA 01	FACE 23	AVENIDA JOSÉ FRANCISCO CAMINATTI BACHETTI, SN	COMERCIAL SWIN TÉRREO	ESTABELECIMENTO COMERCIAL
123	QUADRA 01	FACE 23	AVENIDA JOSÉ FRANCISCO CAMINATTI BACHETTI, SN	CASA APÓS COMERCIAL SWIN	
124	QUADRA 01	FACE 23	AVENIDA JOSÉ FRANCISCO CAMINATTI BACHETTI, Nº 1190	CASA DUPLEX	
125	QUADRA 01	FACE 23	AVENIDA JOSÉ FRANCISCO CAMINATTI BACHETTI, SN	CASA ANTES DO Nº 1192 ANDAR 01	
126	QUADRA 01	FACE 23	AVENIDA JOSÉ FRANCISCO CAMINATTI BACHETTI, SN	CASA ANTES DO Nº 1192 TÉRREO	
127	QUADRA 01	FACE 24	RUA CYRIO CORREA DE SOUZA, SN	PORTÃO GRANDE BRANCO ANDAR 1	
128	QUADRA 01	FACE 24	RUA CYRIO CORREA DE SOUZA, SN	CASA FRENTE ANTES DO Nº 26	
129	QUADRA 01	FACE 24	RUA CYRIO CORREA DE SOUZA, SN	CASA FUNDOS ANTES DO Nº 26	
130	QUADRA 01	FACE 24	RUA CYRIO CORREA DE SOUZA, Nº 26	ANDAR 01 FRENTE	
131	QUADRA 01	FACE 24	RUA CYRIO CORREA DE SOUZA, Nº 26	ANDAR 1 FUNDOS	
132	QUADRA 01	FACE 24	RUA CYRIO CORREA DE SOUZA, Nº 26	TERREO FRENTE	
133	QUADRA 01	FACE 24	RUA CYRIO CORREA DE SOUZA, Nº 26	FUNDOS CASA DIREITA	
134	QUADRA 01	FACE 24	RUA CYRIO CORREA DE SOUZA, Nº 26	FUNDOS CASA ESQUERDA	
135	QUADRA 01	FACE 24	RUA CYRIO CORREA DE SOUZA, Nº 117	ANDAR 01 FRENTE	
136	QUADRA 01	FACE 24	RUA CYRIO CORREA DE SOUZA, Nº 117	TÉRREO FRENTE	
137	QUADRA 01	FACE 24	RUA CYRIO CORREA DE SOUZA, Nº 117	CASA FUNDOS	
138	QUADRA 01	FACE 24	RUA CYRIO CORREA DE SOUZA, SN	AO LADO DA Nº 117 ANDAR 01	
139	QUADRA 01	FACE 24	RUA CYRIO CORREA DE SOUZA, SN	AO LADO DO Nº 117 TÉRREO	
140	QUADRA 01	FACE 24	RUA CYRIO CORREA DE SOUZA, Nº 30	CASA	
141	QUADRA 01	FACE 24	RUA CYRIO CORREA DE SOUZA, Nº 462	LADO DIREITO FRENTE	
142	QUADRA 01	FACE 24	RUA CYRIO CORREA DE SOUZA, Nº 462	LADO DIREITO FUNDOS 1	
143	QUADRA 01	FACE 24	RUA CYRIO CORREA DE SOUZA, Nº 462	LADO DIREITO FUNDOS 2	
144	QUADRA 01	FACE 24	RUA CYRIO CORREA DE SOUZA, Nº 462	LADO ESQUERDO FRENTE	
145	QUADRA 01	FACE 24	RUA CYRIO CORREA DE SOUZA, Nº 462	LADO ESQUERDO FUNDOS 1	
146	QUADRA 01	FACE 24	RUA CYRIO CORREA DE SOUZA, Nº 462	LADO ESQUERDO FUNDOS 2	
147	QUADRA 01	FACE 24	RUA CYRIO CORREA DE SOUZA, Nº 462	LADO ESQUERDO FUNDOS 3	
148	QUADRA 01	FACE 25	RUA CYRIO CORREA DE SOUZA, SN	NADA A REGISTRAR	
149	QUADRA 01	FACE 26	AVENIDA JOSÉ FRANCISCO CAMINATTI BACHETTI, SN	FRENTE	
150	QUADRA 01	FACE 26	AVENIDA JOSÉ FRANCISCO CAMINATTI BACHETTI, SN	FUNDOS	
151	QUADRA 01	FACE 26	AVENIDA JOSÉ FRANCISCO CAMINATTI BACHETTI, SN	CONJUNT	
152	QUADRA 01	FACE 26	AVENIDA JOSÉ FRANCISCO CAMINATTI BACHETTI, SN	APÓS	
153	QUADRA 01	FACE 26	AVENIDA JOSÉ FRANCISCO CAMINATTI BACHETTI, SN	ANTES DO Nº 548-5	
154	QUADRA 01	FACE 26	AVENIDA JOSÉ FRANCISCO CAMINATTI BACHETTI, Nº 548	CASA 4	VAGO
155	QUADRA 01	FACE 26	AVENIDA JOSÉ FRANCISCO CAMINATTI BACHETTI, Nº 548	CASA 3	
156	QUADRA 01	FACE 26	AVENIDA JOSÉ FRANCISCO CAMINATTI BACHETTI, Nº 548	CASA 2 MURO VERDE	
157	QUADRA 01	FACE 26	AVENIDA JOSÉ FRANCISCO CAMINATTI BACHETTI, Nº 548	CASA 1	
158	QUADRA 01	FACE 27	RUA ANACLETO ANTONIO ARRIVABENI	NADA A REGISTRAR	
159	QUADRA 01	FACE 28	RUA ANACLETO ANTONIO ARRIVABENI, SN	CASA 2	
160	QUADRA 01	FACE 28	RUA ANACLETO ANTONIO ARRIVABENI, SN	CASA 1	
161	QUADRA 01	FACE 29	AVENIDA JOSÉ FRANCISCO CAMINATTI BACHETTI, SN	NADA A REGISTRAR	
162	QUADRA 01	FACE 30	RUA CHARLES VENÂNCIO DE OLIVEIRA, SN	CASA 2	
163	QUADRA 01	FACE 30	RUA CHARLES VENÂNCIO DE OLIVEIRA, SN	CASA 1	VAGO

164	QUADRA 01	FACE 30	RUA CHARLES VENÂNCIO DE OLIVEIRA, SN	CASA CINZA	VAGO
165	QUADRA 01	FACE 30	RUA CHARLES VENÂNCIO DE OLIVEIRA, SN	CASA LARANJA	VAGO
166	QUADRA 01	FACE 30	RUA CHARLES VENÂNCIO DE OLIVEIRA, SN	CASA	CONSTRUÇÃO
167	QUADRA 01	FACE 30	RUA CHARLES VENÂNCIO DE OLIVEIRA, SN	CASA AZUL	
168	QUADRA 01	FACE 31	RUA CHARLES VENÂNCIO DE OLIVEIRA, SN	INDUSTRIA	ESTABELECIMENTO COMERCIAL
169	QUADRA 01	FACE 31	RUA CHARLES VENÂNCIO DE OLIVEIRA, Nº 1164	CASA	
170	QUADRA 01	FACE 32	AVENIDA JOSÉ FRANCISCO CAMINATTI BACHETTI, SN	NOVA TRANSPORTE	ESTABELECIMENTO COMERCIAL
171	QUADRA 01	FACE 33	RUA WILSON MONTOVANELLI, Nº 1177		
172	QUADRA 01	FACE 33	RUA WILSON MONTOVANELLI, Nº 1165		
173	QUADRA 01	FACE 33	RUA WILSON MONTOVANELLI, Nº SN		
174	QUADRA 01	FACE 33	RUA WILSON MONTOVANELLI, Nº 1141		
175	QUADRA 01	FACE 33	RUA WILSON MONTOVANELLI, SN		
176	QUADRA 01	FACE 33	RUA WILSON MONTOVANELLI, SN		
177	QUADRA 01	FACE 33	RUA WILSON MONTOVANELLI, Nº 942		
178	QUADRA 01	FACE 33	RUA WILSON MONTOVANELLI, Nº 993		
179	QUADRA 01	FACE 33	RUA WILSON MONTOVANELLI, Nº 990	1º ANDAR FRENTE	
180	QUADRA 01	FACE 33	RUA WILSON MONTOVANELLI, Nº 990	TERREO FRENTE	
181	QUADRA 01	FACE 33	RUA WILSON MONTOVANELLI, Nº 990	FUNDOS 1	
182	QUADRA 01	FACE 33	RUA WILSON MONTOVANELLI, Nº 990	FUNDOS 2	
183	QUADRA 01	FACE 33	RUA WILSON MONTOVANELLI, Nº 990	FUNDOS 3	
184	QUADRA 01	FACE 33	RUA WILSON MONTOVANELLI, SN	CASA APÓS Nº 990	
185	QUADRA 01	FACE 33	RUA WILSON MONTOVANELLI, Nº 991		VAGO
186	QUADRA 01	FACE 33	RUA WILSON MONTOVANELLI, Nº 989	ANDAR 01	
187	QUADRA 01	FACE 33	RUA WILSON MONTOVANELLI, Nº 989	TÉRREO	
188	QUADRA 01	FACE 33	RUA WILSON MONTOVANELLI, Nº 987		
189	QUADRA 01	FACE 33	RUA WILSON MONTOVANELLI, Nº 985		
190	QUADRA 01	FACE 33	RUA WILSON MONTOVANELLI, SN	CASA APÓS Nº 785	
191	QUADRA 01	FACE 33	RUA WILSON MONTOVANELLI, Nº 981		
192	QUADRA 01	FACE 33	RUA WILSON MONTOVANELLI, SN	7BM FRENTE	
193	QUADRA 01	FACE 33	RUA WILSON MONTOVANELLI, SN	ATRAS DO BM FUNDOS 01 ANDAR 01	
194	QUADRA 01	FACE 33	RUA WILSON MONTOVANELLI, SN	ATRAS DO BM FUNDOS 01 TERREO	
195	QUADRA 01	FACE 33	RUA WILSON MONTOVANELLI, SN	ATRAS DO BM FUNDOS 02 ANDAR 01	
196	QUADRA 01	FACE 33	RUA WILSON MONTOVANELLI, SN	ATRAS DO BM FUNDOS 02 TERREO	
197	QUADRA 01	FACE 33	RUA WILSON MONTOVANELLI, Nº 977		VAGO
198	QUADRA 01	FACE 33	RUA WILSON MONTOVANELLI, Nº 765	COMERCIAL	
199	QUADRA 01	FACE 33	RUA WILSON MONTOVANELLI, Nº 765	TERREO FRENTE	VAGO
200	QUADRA 01	FACE 33	RUA WILSON MONTOVANELLI, Nº 765	FUNDOS	VAGO
201	QUADRA 01	FACE 33	RUA WILSON MONTOVANELLI, Nº 913		
202	QUADRA 01	FACE 33	RUA WILSON MONTOVANELLI, Nº 857		
203	QUADRA 01	FACE 33	RUA WILSON MONTOVANELLI, Nº 859		
204	QUADRA 01	FACE 33	RUA WILSON MONTOVANELLI, Nº 862		
205	QUADRA 01	FACE 33	RUA WILSON MONTOVANELLI, Nº 861		

206	QUADRA 01	FACE 33	RUA WILSON MONTOVANELLI, Nº 863	ANDAR 1	
207	QUADRA 01	FACE 33	RUA WILSON MONTOVANELLI, Nº 863	ANDAR 2	
208	QUADRA 01	FACE 33	RUA WILSON MONTOVANELLI, Nº 864		
209	QUADRA 01	FACE 33	RUA WILSON MONTOVANELLI, Nº 865		
210	QUADRA 01	FACE 33	RUA WILSON MONTOVANELLI, Nº 867		
211	QUADRA 01	FACE 33	RUA WILSON MONTOVANELLI, Nº 868		
212	QUADRA 01	FACE 33	RUA WILSON MONTOVANELLI, Nº 861		
213	QUADRA 01	FACE 33	RUA WILSON MONTOVANELLI, Nº 869	CASA FRENTE	
214	QUADRA 01	FACE 33	RUA WILSON MONTOVANELLI, Nº 869	CASA FUNDOS	
215	QUADRA 01	FACE 33	RUA WILSON MONTOVANELLI, Nº 873		
216	QUADRA 01	FACE 33	RUA WILSON MONTOVANELLI, Nº 875		
217	QUADRA 01	FACE 33	RUA WILSON MONTOVANELLI, Nº 900		
218	QUADRA 01	FACE 33	RUA WILSON MONTOVANELLI, Nº 879		
219	QUADRA 01	FACE 33	RUA WILSON MONTOVANELLI, Nº 880		
220	QUADRA 01	FACE 33	RUA WILSON MONTOVANELLI, SN	CASA DE LAJOTA APÓS O Nº 880	
221	QUADRA 01	FACE 33	RUA WILSON MONTOVANELLI, Nº 786		
222	QUADRA 01	FACE 33	RUA WILSON MONTOVANELLI, Nº 785		
223	QUADRA 01	FACE 33	RUA WILSON MONTOVANELLI, SN	PORTÃO DE AÇO APÓS Nº 785	
224	QUADRA 02	FACE 01	AVENIDA JOSÉ FRANCISCO CAMINATTI BACHETTI, S/N	OFICINA DE BICICLETA	ESTABELECIMENTO COMERCIAL
225	QUADRA 02	FACE 01	AVENIDA JOSÉ FRANCISCO CAMINATTI BACHETTI, Nº 1176	ANDAR 1/FRENTE	
226	QUADRA 02	FACE 01	AVENIDA JOSÉ FRANCISCO CAMINATTI BACHETTI, Nº 1176	ANDAR 1/FUNDOS	
227	QUADRA 02	FACE 01	AVENIDA JOSÉ FRANCISCO CAMINATTI BACHETTI, Nº 1176	TERREO LADO DIREITO	
228	QUADRA 02	FACE 01	AVENIDA JOSÉ FRANCISCO CAMINATTI BACHETTI, Nº 1176	TERREO LADO ESQUERDO/BAR	ESTABELECIMENTO COMERCIAL
229	QUADRA 02	FACE 01	AVENIDA JOSÉ FRANCISCO CAMINATTI BACHETTI, S/N	CASA APÓS O Nº 1176/FRENTE	VAGO
230	QUADRA 02	FACE 01	AVENIDA JOSÉ FRANCISCO CAMINATTI BACHETTI, S/N	CASA APÓS O Nº 1176/FUNDOS	
231	QUADRA 02	FACE 01	AVENIDA JOSÉ FRANCISCO CAMINATTI BACHETTI, S/N	CASA DE REABILITAÇÃO	INSTITUIÇÃO
232	QUADRA 02	FACE 02	RUA EMERSON DA SILVA AGUIAR, Nº 1129	ANDAR 1 FRENTE	
233	QUADRA 02	FACE 02	RUA EMERSON DA SILVA AGUIAR, Nº 1129	TERREO FRENTE	
234	QUADRA 02	FACE 02	RUA EMERSON DA SILVA AGUIAR, Nº 1129	ANDAR 1 FUNDOS	
235	QUADRA 02	FACE 02	RUA EMERSON DA SILVA AGUIAR, Nº 1129	TERREO FUNDOS	
236	QUADRA 02	FACE 02	RUA EMERSON DA SILVA AGUIAR, Nº 1069	FRENTE LADO DIREITO	
237	QUADRA 02	FACE 02	RUA EMERSON DA SILVA AGUIAR, Nº 1069	FUNDOS LADO DIREITO /COM CHAPISCO	
238	QUADRA 02	FACE 02	RUA EMERSON DA SILVA AGUIAR, Nº 1069	FRENTE LADO ESQUERDO	
239	QUADRA 02	FACE 02	RUA EMERSON DA SILVA AGUIAR, Nº 1069	FUNDOS LADO ESQUERDO	
240	QUADRA 02	FACE 02	RUA EMERSON DA SILVA AGUIAR, Nº 1057	FRENTE /COR ROSA	
241	QUADRA 02	FACE 02	RUA EMERSON DA SILVA AGUIAR, Nº 1057	FUNDOS 1 / COR ROSA	
242	QUADRA 02	FACE 02	RUA EMERSON DA SILVA AGUIAR, Nº 1057	FUNDOS 2	
243	QUADRA 02	FACE 02	RUA EMERSON DA SILVA AGUIAR, Nº 1045		
244	QUADRA 02	FACE 02	RUA EMERSON DA SILVA AGUIAR, S/N	CASA AMARELA APÓS O Nº 1045	
245	QUADRA 02	FACE 03	RUA ADALHO FREGONA, S/N	CASA ANTES DO Nº 1044	
246	QUADRA 02	FACE 03	RUA ADALHO FREGONA, Nº 1044		
247	QUADRA 02	FACE 04	RUA WILSON MANTOVANELI, Nº 1044	CASA ROSA	

248	QUADRA 02	FACE 04	RUA WILSON MANTOVANELI, Nº 1050		
249	QUADRA 02	FACE 04	RUA WILSON MONTOVANELI, Nº 1068		
250	QUADRA 02	FACE 04	RUA WILSON MONTOVANELI, Nº 1080	FRENTE	VAGO
251	QUADRA 02	FACE 04	RUA WILSON MONTOVANELI, Nº 1080	FUNDOS	
252	QUADRA 02	FACE 04	RUA WILSON MONTOVANELI, Nº 1092		
253	QUADRA 02	FACE 04	RUA WILSON MONTOVANELI, Nº 1104		
254	QUADRA 02	FACE 04	RUA WILSON MONTOVANELI, Nº 1140		
255	QUADRA 02	FACE 04	RUA WILSON MONTOVANELI, Nº 1152		
256	QUADRA 03	FACE 01	AVENIDA JOSÉ FRANCISCO CAMINATTI BACHETTI, Nº 828		
257	QUADRA 03	FACE 01	AVENIDA JOSÉ FRANCISCO CAMINATTI BACHETTI, S/N	ANDAR 1 / APÓS O Nº 828	CONSTRUÇÃO
258	QUADRA 03	FACE 01	AVENIDA JOSÉ FRANCISCO CAMINATTI BACHETTI, S/N	TERREO / APÓS O Nº 828	ESTABELECIMENTO COMERCIAL
259	QUADRA 03	FACE 01	AVENIDA JOSÉ FRANCISCO CAMINATTI BACHETTI, Nº 838	ANDAR 1	VAGO
260	QUADRA 03	FACE 01	AVENIDA JOSÉ FRANCISCO CAMINATTI BACHETTI, Nº 838	TERREO	ESTABELECIMENTO COMERCIAL
261	QUADRA 03	FACE 01	AVENIDA JOSÉ FRANCISCO CAMINATTI BACHETTI, Nº 848		
262	QUADRA 03	FACE 02	RUA OLINDO BARCELOS SOEIRO, Nº 1081		
263	QUADRA 03	FACE 02	RUA OLINDO BARCELOS SOEIRO, Nº 1069		
264	QUADRA 03	FACE 02	RUA OLINDO BARCELOS SOEIRO, S/N	ANDAR 1	
265	QUADRA 03	FACE 02	RUA OLINDO BARCELOS SOEIRO, S/N	TERREO / MERCEARIA	ESTABELECIMENTO COMERCIAL
266	QUADRA 03	FACE 02	RUA OLINDO BARCELOS SOEIRO, Nº 1056	PORTÃO BRANCO	
267	QUADRA 03	FACE 02	RUA OLINDO BARCELOS SOEIRO, Nº 1045	ANDAR 1	
268	QUADRA 03	FACE 02	RUA OLINDO BARCELOS SOEIRO, Nº1045	TERREO / BARBEARIA	ESTABELECIMENTO COMERCIAL
269	QUADRA 03	FACE 02	RUA OLINDO BARCELOS SOEIRO, S/N	ANDAR 1 / EM CIMA DA PADARIA	
270	QUADRA 03	FACE 02	RUA OLINDO BARCELOS SOEIRO, S/N	TERREO / PADARIA	ESTABELECIMENTO COMERCIAL
271	QUADRA 03	FACE 03	RUA ADALHO FREGONA, S/N	CASA PORTÃO BRANCO	
272	QUADRA 03	FACE 04	RUA EMERSON DA SILVA AGUIAR, Nº 1080		
273	QUADRA 03	FACE 04	RUA EMERSON DA SILVA AGUIAR, Nº 1092		
274	QUADRA 03	FACE 04	RUA EMERSON DA SILVA AGUIAR, Nº 808		
275	QUADRA 03	FACE 04	RUA EMERSON DA SILVA AGUIAR, Nº 1104		
276	QUADRA 03	FACE 04	RUA EMERSON DA SILVA AGUIAR, Nº 1120	CASA AMARELA DUPLEX	
277	QUADRA 03	FACE 04	RUA EMERSON DA SILVA AGUIAR, Nº 1170	DL MOTOS	ESTABELECIMENTO COMERCIAL
278	QUADRA 04	FACE 01	RUA WILSON MONTOVANELI, S/N	FNS 12 / PRIMEIRA CASA DA FACE	
279	QUADRA 04	FACE 01	RUA WILSON MONTOVANELI, S/N	CASA ANTES DO Nº 1020C / COR AMARELA	
280	QUADRA 04	FACE 01	RUA WILSON MONTOVANELI, Nº 1020C	ANDAR 1 FRENTE	
281	QUADRA 04	FACE 01	RUA WILSON MONTOVANELI, Nº 1020C	TERREO FRENTE	
282	QUADRA 04	FACE 01	RUA WILSON MONTOVANELI, Nº 1020C	FUNDOS	VAGO
283	QUADRA 04	FACE 02	RUA ADALHO FREGONA, S/N	PRMEIRA CASA DA FACE	
284	QUADRA 04	FACE 02	RUA ADALHO FREGONA, Nº 1009	PORTÃO VERMELHO	
285	QUADRA 04	FACE 02	RUA ADALHO FREGONA, Nº 961	ANDAR 1 FRENTE	
286	QUADRA 04	FACE 02	RUA ADALHO FREGONA, Nº 961	TERREO FRENTE	VAGO
287	QUADRA 04	FACE 02	RUA ADALHO FREGONA, Nº 961	ANDAR 2 FUNDOS	
288	QUADRA 04	FACE 02	RUA ADALHO FREGONA, Nº 961	ANDAR 1 FUNDOS	
289	QUADRA 04	FACE 02	RUA ADALHO FREGONA, Nº 969	PORTAO CINZA	

290	QUADRA 04	FACE 02	RUA ADALHO FREGONA, S/N	ANDAR 1 APÓS O Nº 969	
291	QUADRA 04	FACE 02	RUA ADALHO FREGONA, S/N	TERREO APÓS O Nº 969	
292	QUADRA 04	FACE 02	RUA ADALHO FREGONA, S/N	GALPÃO	ESTABELECIMENTO COMERCIAL
293	QUADRA 04	FACE 03	RUA EMERSON DA SILVA AGUIAR	NADA A REGISTRAR	
294	QUADRA 04	FACE 04	RUA JOÃO LUIZ RODRIGUES MACIEL, Nº 912 D	CONDOMINIO IZABELLA	
295	QUADRA 04	FACE 04	RUA JOÃO LUIZ RODRIGUES MACIEL, Nº 912 C	CONDOMINIO IZABELLA	
296	QUADRA 04	FACE 04	RUA JOÃO LUIZ RODRIGUES MACIEL, Nº 912 B	CONDOMINIO IZABELLA	
297	QUADRA 04	FACE 04	RUA JOÃO LUIZ RODRIGUES MACIEL, Nº 912 A	CONDOMINIO IZABELLA	
298	QUADRA 05	FACE 01	RUA ADALHO FREGONA, Nº 1020 A		
299	QUADRA 05	FACE 01	RUA ADALHO FREGONA, Nº 1020 B		
300	QUADRA 05	FACE 02	RUA OLINDO BARCELOS SOEIRO, Nº 997 A	CASA BRANCA	
301	QUADRA 05	FACE 02	RUA OLINDO BARCELOS SOEIRO, Nº 997 B	CASA AZUL	
302	QUADRA 05	FACE 02	RUA OLINDO BARCELOS SOEIRO, Nº 963	LADO DIREITO	VAGO
303	QUADRA 05	FACE 02	RUA OLINDO BARCELOS SOEIRO, Nº 963	LADO ESQUERDO	
304	QUADRA 05	FACE 02	RUA OLINDO BARCELOS SOEIRO, Nº 949	PORTA AZUL	
305	QUADRA 05	FACE 02	RUA OLINDO BARCELOS SOEIRO, Nº 937	FRENTE / ILHA DE MARAJÓ	
306	QUADRA 05	FACE 02	RUA OLINDO BARCELOS SOEIRO, Nº 937	FUNDOS / ILHA DE MARAJÓ	
307	QUADRA 05	FACE 03	RUA JOÃO LUIZ RODRIGUES MACIEL, S/N	CASA 1 / BLOCO 1	
308	QUADRA 05	FACE 03	RUA JOÃO LUIZ RODRIGUES MACIEL, S/N	CASA 2 / BLOCO 1	
309	QUADRA 05	FACE 03	RUA JOÃO LUIZ RODRIGUES MACIEL, S/N	CASA 3 / BLOCO 1	
310	QUADRA 05	FACE 03	RUA JOÃO LUIZ RODRIGUES MACIEL, S/N	CASA 4 / BLOCO 2	
311	QUADRA 05	FACE 03	RUA JOÃO LUIZ RODRIGUES MACIEL, Nº 1032		
312	QUADRA 05	FACE 04	RUA EMERSON DA SILVA AGUIAR, Nº 924		VAGO
313	QUADRA 05	FACE 04	RUA EMERSON DA SILVA AGUIAR, Nº 936	ANDAR 1 FRENTE	
314	QUADRA 05	FACE 04	RUA EMERSON DA SILVA AGUIAR, Nº 936	FUNDOS	VAGO
315	QUADRA 05	FACE 04	RUA EMERSON DA SILVA AGUIAR, Nº 948	FRENTE / CASA VERDE	
316	QUADRA 05	FACE 04	RUA EMERSON DA SILVA AGUIAR, Nº 948	FUNDOS	
317	QUADRA 05	FACE 04	RUA EMERSON DA SILVA AGUIAR, Nº 960	VERDE	
318	QUADRA 05	FACE 04	RUA EMERSON DA SILVA AGUIAR, Nº 972		
319	QUADRA 05	FACE 04	RUA EMERSON DA SILVA AGUIAR, S/N	CASA LADO DIREITO APÓS O Nº 972	
320	QUADRA 05	FACE 04	RUA EMERSON DA SILVA AGUIAR, S/N	CASA LADO ESQUERDO APÓS O Nº 972	
321	QUADRA 05	FACE 04	RUA EMERSON DA SILVA AGUIAR, Nº 996	CASA ROSA	
322	QUADRA 05	FACE 04	RUA EMERSON DA SILVA AGUIAR, Nº 1008	FRENTE	
323	QUADRA 05	FACE 04	RUA EMERSON DA SILVA AGUIAR, Nº 1008	FUNDOS	
324	QUADRA 05	FACE 04	RUA EMERSON DA SILVA AGUIAR, S/N	ULTIMA CASA DA FACE	CONSTRUÇÃO
325	QUADRA 06	FACE 01	RUA ADALHO FREGONA, S/N	ANDAR 1 / PRIMEIRA CASA DA FACE	VAGO
326	QUADRA 06	FACE 01	RUA ADALHO FREGONA, S/N	SEGUNDA CASA DA FACE	VAGO
327	QUADRA 06	FACE 02	RUA JOSÉ CARLOS LANGA, S/N	ANDAR 1	
328	QUADRA 06	FACE 02	RUA JOSÉ CARLOS LANGA, S/N	TERREO / MERCADO	ESTABELECIMENTO COMERCIAL
329	QUADRA 06	FACE 02	RUA JOSÉ CARLOS LANGA, S/N	CASA VERDE	
330	QUADRA 06	FACE 02	RUA JOSÉ CARLOS LANGA, S/N	PORTÃO CINZA	
331	QUADRA 06	FACE 02	RUA JOSÉ CARLOS LANGA, Nº 985		

332	QUADRA 06	FACE 02	RUA JOSÉ CARLOS LANGA, S/N	PORTÃO BRANCO	CONSTRUÇÃO
333	QUADRA 06	FACE 02	RUA JOSÉ CARLOS LANGA, Nº 949		
334	QUADRA 06	FACE 02	RUA JOSÉ CARLOS LANGA, Nº 937	LADO DIREITO / PORTA DE VIDRO	
335	QUADRA 06	FACE 02	RUA JOSÉ CARLOS LANGA, Nº 937	LADO ESQUERDO / JANELA VERDE	
336	QUADRA 06	FACE 02	RUA JOSÉ CARLOS LANGA, Nº 925		
337	QUADRA 06	FACE 03	RUA JOÃO LUIZ RODRIGUES MACIEL, S/N	MIX SABORES	ESTABELECIMENTO COMERCIAL
338	QUADRA 06	FACE 03	RUA JOÃO LUIZ RODRIGUES MACIEL, Nº 913	ANDAR 2	
339	QUADRA 06	FACE 03	RUA JOÃO LUIZ RODRIGUES MACIEL, Nº 913	ANDAR 1	VAGO
340	QUADRA 06	FACE 03	RUA JOÃO LUIZ RODRIGUES MACIEL, Nº 913	TERREO	ESTABELECIMENTO COMERCIAL
341	QUADRA 06	FACE 03	RUA JOÃO LUIZ RODRIGUES MACIEL, S/N	PÉ DE GOIABA	
342	QUADRA 06	FACE 03	RUA JOÃO LUIZ RODRIGUES MACIEL, S/N	CASA 1 RESIDENCIAL PASSOS IV	
343	QUADRA 06	FACE 03	RUA JOÃO LUIZ RODRIGUES MACIEL, S/N	CASA 2 RESIDENCIAL PASSOS IV	
344	QUADRA 06	FACE 03	RUA JOÃO LUIZ RODRIGUES MACIEL, S/N	CASA 3 RESIDENCIAL PASSOS IV	
345	QUADRA 06	FACE 03	RUA JOÃO LUIZ RODRIGUES MACIEL, S/N	CASA 4 RESIDENCIAL PASSOS IV	
346	QUADRA 06	FACE 03	RUA JOÃO LUIZ RODRIGUES MACIEL, S/N	CASA 5 RESIDENCIAL PASSOS IV	
347	QUADRA 06	FACE 04	RUA OLINDO BARCELOS SOEIRO, S/N	CASA 1 RESIDENCIAL PASSOS IV	
348	QUADRA 06	FACE 04	RUA OLINDO BARCELOS SOEIRO, Nº 924		
349	QUADRA 06	FACE 04	RUA OLINDO BARCELOS SOEIRO, Nº 960	FRENTE	
350	QUADRA 06	FACE 04	RUA OLINDO BARCELOS SOEIRO, Nº 960	FUNDOS 1	
351	QUADRA 06	FACE 04	RUA OLINDO BARCELOS SOEIRO, Nº 960	FUNDOS 2	
352	QUADRA 06	FACE 04	RUA OLINDO BARCELOS SOEIRO, Nº 960	FUNDOS 3	
353	QUADRA 06	FACE 04	RUA OLINDO BARCELOS SOEIRO, Nº 984	DUPLEX	
354	QUADRA 06	FACE 04	RUA OLINDO BARCELOS SOEIRO, Nº 996		VAGO
355	QUADRA 06	FACE 04	RUA OLINDO BARCELOS SOEIRO, S/N	ANDAR 1 / PÉ DE CARAMBOLA	
356	QUADRA 06	FACE 04	RUA OLINDO BARCELOS SOEIRO, S/N	TERREO / PÉ DE CARAMBOLA	
357	QUADRA 07	FACE 01	AVENIDA JOSÉ FRANCISCO CAMINATTI BACHETTI, S/N	IGREJA PENTECOSTAL	ESTABELECIMENTO RELIGIOSO
358	QUADRA 07	FACE 02	RUA IZAURA BARCELOS SOEIRO, Nº 937	ANDAR 1 LADO DIREITO	
359	QUADRA 07	FACE 02	RUA IZAURA BARCELOS SOEIRO, Nº 937	ANDAR 1 LADO ESQUERDO	
360	QUADRA 07	FACE 02	RUA IZAURA BARCELOS SOEIRO, Nº 937	TERREO	
361	QUADRA 07	FACE 02	RUA IZAURA BARCELOS SOEIRO, Nº 915	ANDAR 2	VAGO
362	QUADRA 07	FACE 02	RUA IZAURA BARCELOS SOEIRO, Nº 915	ANDAR 1	VAGO
363	QUADRA 07	FACE 02	RUA IZAURA BARCELOS SOEIRO, Nº 915	TERREO	VAGO
364	QUADRA 07	FACE 03	RUA JOÃO LUIZ RODRIGUES MACIEL, Nº 929		
365	QUADRA 07	FACE 04	RUA JOSÉ CARLOS LANGA, Nº 928		
366	QUADRA 07	FACE 04	RUA JOSÉ CARLOS LANGA, Nº 960		
367	QUADRA 08	FACE 01	RUA WILSON MANTOVANELI, Nº	FRENTE / PRIMEIRA CASA DA FACE	
368	QUADRA 08	FACE 01	RUA WILSON MANTOVANELI, Nº	FUNDOS / PRIMEIRA CASA DA FACE	VAGO
369	QUADRA 08	FACE 01	RUA WILSON MANTOVANELI, Nº 876	CASA 6	
370	QUADRA 08	FACE 01	RUA WILSON MANTOVANELI, Nº 876	CASA 5	
371	QUADRA 08	FACE 01	RUA WILSON MANTOVANELI, Nº 876	CASA 4	
372	QUADRA 08	FACE 01	RUA WILSON MANTOVANELI, Nº 876	CASA 3	
373	QUADRA 08	FACE 01	RUA WILSON MANTOVANELI, Nº 876	CASA 2	

374	QUADRA 08	FACE 01	RUA WILSON MANTOVANELI, Nº 876	CASA 1	VAGO
375	QUADRA 08	FACE 02	RUA JOÃO LUIZ RODRIGUES MACIEL, Nº 4		
376	QUADRA 08	FACE 02	RUA JOÃO LUIZ RODRIGUES MACIEL, Nº 3		
377	QUADRA 08	FACE 02	RUA JOÃO LUIZ RODRIGUES MACIEL, Nº 888	CASA 2	
378	QUADRA 08	FACE 02	RUA JOÃO LUIZ RODRIGUES MACIEL, Nº 888	CASA 1	
379	QUADRA 08	FACE 03	RUA EMERSON DA SILVA AGUIAR, Nº 829		VAGO
380	QUADRA 08	FACE 03	RUA EMERSON DA SILVA AGUIAR, S/N	CASA COM MURO DE VIDRO / ULTIMA DA FACE	
381	QUADRA 09	FACE 01	RUA JOÃO LUIZ RODRIGUES MACIEL	NADA A REGISTRAR	
382	QUADRA 09	FACE 02	RUA OLINDO BARCELOS SOEIRO, Nº 853 A		
383	QUADRA 09	FACE 02	RUA OLINDO BARCELOS SOEIRO, Nº 853 B		VAGO
384	QUADRA 09	FACE 02	RUA OLINDO BARCELOS SOEIRO, Nº 825	MURO AMARELO	
385	QUADRA 09	FACE 02	RUA OLINDO BARCELOS SOEIRO, S/N	CASA APÓS O Nº 825 SEM REBOCO	
386	QUADRA 09	FACE 02	RUA OLINDO BARCELOS SOEIRO, S/N	CASA VERDE	
387	QUADRA 09	FACE 02	RUA OLINDO BARCELOS SOEIRO, S/N	CASA BRANCA	
388	QUADRA 09	FACE 02	RUA OLINDO BARCELOS SOEIRO, S/N	CASA CINZA	
389	QUADRA 09	FACE 03	RUA SEM NOME, S/N	CASA VERDE	
390	QUADRA 09	FACE 03	RUA SEM NOME, S/N	PORTÃO AZUL	
391	QUADRA 09	FACE 03	RUA SEM NOME, S/N	PORTÃO PRETO	
392	QUADRA 09	FACE 03	RUA SEM NOME, S/N	PORTÃO DE AÇO	
393	QUADRA 09	FACE 04	RUA EMERSON DA SILVA AGUIAR, S/N	CASA ANTES DO Nº 828	
394	QUADRA 09	FACE 04	RUA EMERSON DA SILVA AGUIAR, Nº 828		
395	QUADRA 09	FACE 04	RUA EMERSON DA SILVA AGUIAR, Nº 852		
396	QUADRA 09	FACE 04	RUA EMERSON DA SILVA AGUIAR, Nº 854 A		VAGO
397	QUADRA 09	FACE 04	RUA EMERSON DA SILVA AGUIAR, Nº 854 B		VAGO
398	QUADRA 09	FACE 04	RUA EMERSON DA SILVA AGUIAR, Nº 876		
399	QUADRA 10	FACE 01	RUA OLINDO BARCELOS SOEIRO, Nº 852	FRENTE	
400	QUADRA 10	FACE 01	RUA OLINDO BARCELOS SOEIRO, Nº 852	FUNDOS	
401	QUADRA 10	FACE 01	RUA OLINDO BARCELOS SOEIRO, Nº 864		
402	QUADRA 10	FACE 02	RUA JOÃO LUIZ RODRIGUES MACIEL, Nº 890		
403	QUADRA 10	FACE 02	RUA JOÃO LUIZ RODRIGUES MACIEL, Nº 910 A		
404	QUADRA 10	FACE 02	RUA JOÃO LUIZ RODRIGUES MACIEL, Nº 910 B		CONSTRUÇÃO
405	QUADRA 10	FACE 02	RUA JOÃO LUIZ RODRIGUES MACIEL, Nº 910 C		
406	QUADRA 10	FACE 02	RUA JOÃO LUIZ RODRIGUES MACIEL, Nº 910 D		
407	QUADRA 10	FACE 02	RUA JOÃO LUIZ RODRIGUES MACIEL, Nº 930		CONSTRUÇÃO
408	QUADRA 10	FACE 03	RUA JOSÉ CARLOS LANGA, S/N	PORTÃO BRANCO	
409	QUADRA 10	FACE 03	RUA JOSÉ CARLOS LANGA, Nº 895		
410	QUADRA 10	FACE 03	RUA JOSÉ CARLOS LANGA, Nº 853		
411	QUADRA 10	FACE 04	RUA JOSÉ CARLOS LANGA, Nº 816	ANDAR 1 FRENTE	
412	QUADRA 10	FACE 04	RUA JOSÉ CARLOS LANGA, Nº 816	TERREO FRENTE	
413	QUADRA 10	FACE 04	RUA JOSÉ CARLOS LANGA, Nº 816	ANDAR 1 FUNDOS	
414	QUADRA 10	FACE 04	RUA JOSÉ CARLOS LANGA, Nº	TERREO FUNDOS	
415	QUADRA 10	FACE 04	RUA JOSÉ CARLOS LANGA, Nº 852		

416	QUADRA 10	FACE 04	RUA JOSÉ CARLOS LANGA, Nº 864		
417	QUADRA 10	FACE 04	RUA JOSÉ CARLOS LANGA, Nº 866		
418	QUADRA 10	FACE 05	RUA JOÃO LUIZ RODRIGUES MACIEL, S/N	PORTÃO AZUL	
419	QUADRA 10	FACE 05	RUA JOÃO LUIZ RODRIGUES MACIEL, S/N	CASA ANTES DO Nº 1002	
420	QUADRA 10	FACE 05	RUA JOÃO LUIZ RODRIGUES MACIEL, Nº 1002	DUPLEX	
421	QUADRA 10	FACE 06	RUA IZAURA BARCELOS SOEIRO, Nº 865 A		
422	QUADRA 10	FACE 06	RUA IZAURA BARCELOS SOEIRO, Nº 865 B	MURO CINZA	
423	QUADRA 10	FACE 06	RUA IZAURA BARCELOS SOEIRO, Nº 853	FRENTE	
424	QUADRA 10	FACE 06	RUA IZAURA BARCELOS SOEIRO, Nº 853	FUNDOS	
425	QUADRA 10	FACE 06	RUA IZAURA BARCELOS SOEIRO, Nº 829		
426	QUADRA 10	FACE 07	RUA IZAURA BARCELOS SOEIRO, Nº 828	FRENTE	
427	QUADRA 10	FACE 07	RUA IZAURA BARCELOS SOEIRO, Nº 828	FUNDOS	
428	QUADRA 10	FACE 07	RUA IZAURA BARCELOS SOEIRO, Nº 840	CASA 1 FRENTE LADO DIREITO	
429	QUADRA 10	FACE 07	RUA IZAURA BARCELOS SOEIRO, Nº 840	CASA 2 FRENTE LADO DIREITO	
430	QUADRA 10	FACE 07	RUA IZAURA BARCELOS SOEIRO, Nº 840	CASA 3 FUNDOS LADO DIREITO	
431	QUADRA 10	FACE 07	RUA IZAURA BARCELOS SOEIRO, Nº 840	CASA 4 FUNDOS LADO DIREITO	
432	QUADRA 10	FACE 07	RUA IZAURA BARCELOS SOEIRO, Nº 840	CASA 5 FRENTE LADO ESQUERDO	
433	QUADRA 10	FACE 07	RUA IZAURA BARCELOS SOEIRO, Nº 840	CASA 6 FRENTE LADO ESQUERDO	
434	QUADRA 10	FACE 07	RUA IZAURA BARCELOS SOEIRO, Nº 840	CASA 7 FUNDOS LADO ESQUERDO	
435	QUADRA 10	FACE 07	RUA IZAURA BARCELOS SOEIRO, Nº 840	CASA 8 FUNDOS LADO ESQUERDO	
436	QUADRA 10	FACE 07	RUA IZAURA BARCELOS SOEIRO, S/N	CASA APÓS O Nº 840 / PORTÃO AZUL	
437	QUADRA 10	FACE 07	RUA IZAURA BARCELOS SOEIRO, Nº 900		
438	QUADRA 10	FACE 08	AVENIDA JOSÉ FRANCISCO CAMINATTI BACHETTI, Nº 1040		
439	QUADRA 10	FACE 08	AVENIDA JOSÉ FRANCISCO CAMINATTI BACHETTI, S/N	CASA APÓS O Nº 1040 / PORTÃO VERDE	
440	QUADRA 10	FACE 09	RUA ODILA PESTANA CALMON, Nº 843		
441	QUADRA 10	FACE 09	RUA ODILA PESTANA CALMON, Nº 853		
442	QUADRA 10	FACE 09	RUA ODILA PESTANA CALMON, S/N	CASA LILÁS	
443	QUADRA 10	FACE 09	RUA ODILA PESTANA CALMON, Nº 16		
444	QUADRA 10	FACE 09	RUA ODILA PESTANA CALMON, S/N	CASA APÓS O Nº 16	CONSTRUÇÃO
445	QUADRA 10	FACE 09	RUA ODILA PESTANA CALMON, S/N	SEGUNDA CASA APÓS O Nº 16	
446	QUADRA 10	FACE 10	RUA ODILA PESTANA CALMON, Nº 804 A	ANDAR 1	
447	QUADRA 10	FACE 10	RUA ODILA PESTANA CALMON, Nº 804 A	TERREO	VAGO
448	QUADRA 10	FACE 10	RUA ODILA PESTANA CALMON, Nº 804 B		
449	QUADRA 10	FACE 10	RUA ODILA PESTANA CALMON, Nº 846		
450	QUADRA 10	FACE 10	RUA ODILA PESTANA CALMON, Nº 828		
451	QUADRA 10	FACE 10	RUA ODILA PESTANA CALMON, Nº 840		
452	QUADRA 10	FACE 10	RUA ODILA PESTANA CALMON, Nº 852 A		
453	QUADRA 10	FACE 10	RUA ODILA PESTANA CALMON, Nº 852 B		
454	QUADRA 10	FACE 11	AVENIDA JOSÉ FRANCISCO CAMINATTI BACHETTI, Nº 1110		
455	QUADRA 10	FACE 12	RUA ODILON NUNES BARROSO, Nº 10		
456	QUADRA 10	FACE 12	RUA ODILON NUNES BARROSO, Nº 10 B / 850		
457	QUADRA 10	FACE 12	RUA ODILON NUNES BARROSO, S/N	ESCOLA INFANTIL	ESTABELECIMENTO DE ENSINO

458	QUADRA 10	FACE 12	RUA ODILON NUNES BARROSO, S/N	CENTRO DO MENOR	INSTITUIÇÃO
459	QUADRA 10	FACE 12	RUA ODILON NUNES BARROSO, S/N	CEMITÉRIO	CEMITÉRIO
460	QUADRA 11	FACE 01	AVENIDA JOSÉ FRANCISCO CAMINATTI BACHETTI	NADA A REGISTRAR	
461	QUADRA 11	FACE 02	RUA AMÉLIO MARCHETTI, S/N	ASSEMBLÉIA DE DEUS / FRENTE	ESTABELECIMENTO RELIGIOSO
462	QUADRA 11	FACE 02	RUA AMÉLIO MARCHETTI, S/N	CASA FUNDOS	
463	QUADRA 11	FACE 03	RUA APOLÔNIA BELIZÁRIO CORRÊA, Nº 966	PORTÃO DE AÇO	
464	QUADRA 11	FACE 04	RUA ODILON NUNES BARROSO, S/N	IGREJA ADVENTISTA	
465	QUADRA 11	FACE 04	RUA ODILON NUNES BARROSO, Nº 732	COR BRANCA	
466	QUADRA 11	FACE 04	RUA ODILON NUNES BARROSO, S/N	FRENTE AO RESIDÊNCIAL DOIS	
467	QUADRA 12	FACE 01	AVENIDA JOSÉ FRANCISCO CAMINATTI BACHETTI	NADA A REGISTRAR	
468	QUADRA 12	FACE 02	RUA APOLÔNIA BELIZÁRIO CORRÊA	NADA A REGISTRAR	
469	QUADRA 12	FACE 03	RUA AMÉLIO MARCHETTI	NADA A REGISTRAR	
470	QUADRA 13	FACE 01	RUA APOLÔNIA BELIZÁRIO CORRÊA, Nº 01		
471	QUADRA 13	FACE 02	RUA AMÉLIO MARCHETTI, Nº 649		
472	QUADRA 13	FACE 02	RUA AMÉLIO MARCHETTI, Nº 637	FRENTE / SALÃO DE BELEZA	ESTABELECIMENTO COMERCIAL
473	QUADRA 13	FACE 02	RUA AMÉLIO MARCHETTI, Nº 637	FUNDOS	
474	QUADRA 13	FACE 02	RUA AMÉLIO MARCHETTI, Nº 625		
475	QUADRA 13	FACE 02	RUA AMÉLIO MARCHETTI, S/N	CASA BRANCA APÓS O Nº 625	
476	QUADRA 13	FACE 02	RUA AMÉLIO MARCHETTI, Nº 601	FRENTE SALÃO DE BELEZA	ESTABELECIMENTO COMERCIAL
477	QUADRA 13	FACE 02	RUA AMÉLIO MARCHETTI, Nº 601	FUNDOS	
478	QUADRA 13	FACE 02	RUA AMÉLIO MARCHETTI, Nº 589	FRENTE COR LARANJA	
479	QUADRA 13	FACE 02	RUA AMÉLIO MARCHETTI, Nº 589	FUNDOS	
480	QUADRA 13	FACE 02	RUA AMÉLIO MARCHETTI, Nº 577		
481	QUADRA 13	FACE 02	RUA AMÉLIO MARCHETTI, Nº 567	FRENTE LADO DIREITO / CASA AZUL	
482	QUADRA 13	FACE 02	RUA AMÉLIO MARCHETTI, Nº 567	FRENTE LADO ESQUERDO	
483	QUADRA 13	FACE 02	RUA AMÉLIO MARCHETTI, Nº 567	FUNDOS LADO DIREITO	
484	QUADRA 13	FACE 02	RUA AMÉLIO MARCHETTI, Nº 567	FUNDOS LADO ESQUERDO	
485	QUADRA 13	FACE 02	RUA AMÉLIO MARCHETTI, Nº 553	FRENTE ANDAR 1 COR AMARELA	
486	QUADRA 13	FACE 02	RUA AMÉLIO MARCHETTI, Nº 553	FRENTE TERREO COR AMARELA	
487	QUADRA 13	FACE 02	RUA AMÉLIO MARCHETTI, Nº 553	FUNDOS	
488	QUADRA 13	FACE 02	RUA AMÉLIO MARCHETTI, Nº 541		
489	QUADRA 13	FACE 02	RUA AMÉLIO MARCHETTI, Nº 529	CAROLINE BATISTA ESTÉTICA	ESTABELECIMENTO COMERCIAL
490	QUADRA 13	FACE 03	RUA AGENOR ZANON, Nº 516	CASA 1 COR LARANJA	
491	QUADRA 13	FACE 03	RUA AGENOR ZANON, S/N	CASA 2 APÓS O Nº 516	
492	QUADRA 13	FACE03	RUA AGENOR ZANON, S/N	CASA 3 APÓS O Nº 516	VAGO
493	QUADRA 13	FACE 03	RUA AGENOR ZANON, S/N	CASA 4 APÓS O Nº 516 / FRANÇA JAZIGOS	ESTABELECIMENTO COMERCIAL
494	QUADRA 13	FACE 03	RUA AGENOR ZANON, S/N	CASA 3 APÓS O Nº 516	VAGO
495	QUADRA 13	FACE 04	RUA ODILON NUNES BARROSO, Nº 527	POWER	ESTABELECIMENTO COMERCIAL
496	QUADRA 13	FACE 04	RUA ODILON NUNES BARROSO, Nº 540		
497	QUADRA 13	FACE 04	RUA ODILON NUNES BARROSO, Nº 542	LADO DIREITO	
498	QUADRA 13	FACE 04	RUA ODILON NUNES BARROSO, Nº 542	LADO ESQUERDO	
499	QUADRA 13	FACE 04	RUA ODILON NUNES BARROSO, S/N	CASA C/ FRENTE DE MADEIRA / MURO BRANCO	

500	QUADRA 13	FACE 04	RUA ODILON NUNES BARROSO, S/N	LADO DIREITO CASA DUPLEX	VAGO
501	QUADRA 13	FACE 04	RUA ODILON NUNES BARROSO, S/N	LADO ESQUERDO / DUPLEX / FRENTE AO CLAN	
502	QUADRA 13	FACE 04	RUA ODILON NUNES BARROSO, S/N	FRENTE AO CLAN	
503	QUADRA 13	FACE 04	RUA ODILON NUNES BARROSO, S/N	GALPÃO / PORTÃO AZUL	ESTABELECIMENTO COMERCIAL
504	QUADRA 13	FACE 04	RUA ODILON NUNES BARROSO, Nº 648	ANDAR 1	CONSTRUÇÃO
505	QUADRA 13	FACE 04	RUA ODILON NUNES BARROSO, Nº 648	TERREO	
506	QUADRA 13	FACE 04	RUA ODILON NUNES BARROSO, Nº 672	FRENTE AO COLÉGIO	
507	QUADRA 13	FACE 04	RUA ODILON NUNES BARROSO, S/N	CASA BRANCA DE ESQUINA	
508	QUADRA 14	FACE 01	AVENIDA JOSÉ FRANCISCO CAMINATTI BACHETTI	NADA A REGISTRAR	
509	QUADRA 14	FACE 02	RUA MARIA DAS GRAÇAS BONNA MARINATO, S/N		CONSTRUÇÃO
510	QUADRA 14	FACE 02	RUA MARIA DAS GRAÇAS BONNA MARINATO, Nº 673	FRENTE / RL OFICINA MECÂNICA	ESTABELECIMENTO COMERCIAL
511	QUADRA 14	FACE 02	RUA MARIA DAS GRAÇAS BONNA MARINATO, Nº 673	FUNDOS	
512	QUADRA 14	FACE 03	RUA AGENOR ZANON	NADA A REGISTRAR	
513	QUADRA 14	FACE 04	RUA AMÉLIO MARCHETTI, S/N	CAMPO DE FUTEBOL LODASA	ESTABELECIMENTO COMERCIAL
514	QUADRA 14	FACE 04	RUA AMÉLIO MARCHETTI, S/N	LODASA EVENTOS	ESTABELECIMENTO COMERCIAL
515	QUADRA 14	FACE 04	RUA AMÉLIO MARCHETTI, Nº 648	DUPLEX LODASA	
516	QUADRA 14	FACE 04	RUA AMÉLIO MARCHETTI, Nº 660	COQUEIRO NO QUINTAL	
517	QUADRA 15	FACE 01	AVENIDA JOSÉ FRANCISCO CAMINATTI BACHETTI, S/N	CASA BRANCA DE CERCA / FRENTE AO Nº 1314	
518	QUADRA 15	FACE 02	RUA MARIA CARMEM ALMENARA CALMON, Nº 601	FRENTE DE AZULEIJO	
519	QUADRA 15	FACE 02	RUA MARIA CARMEM ALMENARA CALMON, Nº 589		
520	QUADRA 15	FACE 02	RUA MARIA CARMEM ALMENARA CALMON, Nº 577	GALPÃO	ESTABELECIMENTO COMERCIAL
521	QUADRA 15	FACE 02	RUA MARIA CARMEM ALMENARA CALMON, Nº 16	ANDAR 1 FRENTE COR VERDE	
522	QUADRA 15	FACE 02	RUA MARIA CARMEM ALMENARA CALMON, Nº 16	TERREO FRENTE COR VERDE	
523	QUADRA 15	FACE 02	RUA MARIA CARMEM ALMENARA CALMON, Nº 16	FUNDOS CASA 1 COR VERDE	
524	QUADRA 15	FACE 02	RUA MARIA CARMEM ALMENARA CALMON, Nº 16	FUNDOS CASA 2 AMARELA	
525	QUADRA 15	FACE 02	RUA MARIA CARMEM ALMENARA CALMON, Nº 16	FUNDOS CASA 3 AMARELA	
526	QUADRA 15	FACE 02	RUA MARIA CARMEM ALMENARA CALMON, Nº 553	ANDAR 1 COR VERDE	
527	QUADRA 15	FACE 02	RUA MARIA CARMEM ALMENARA CALMON, Nº 553	TERREO COR VERDE	
528	QUADRA 15	FACE 02	RUA MARIA CARMEM ALMENARA CALMON, Nº 529	FRENTE LADO DIREITO	
529	QUADRA 15	FACE 02	RUA MARIA CARMEM ALMENARA CALMON, Nº 529	FRENTE LADO ESQUERDO	
530	QUADRA 15	FACE 02	RUA MARIA CARMEM ALMENARA CALMON, Nº 529	FUNDOS	
531	QUADRA 15	FACE 02	RUA MARIA CARMEM ALMENARA CALMON, Nº 517		
532	QUADRA 15	FACE 03	RUA AGENOR ZANON, Nº 518		
533	QUADRA 15	FACE 03	RUA AGENOR ZANON, Nº 517		
534	QUADRA 15	FACE 03	RUA AGENOR ZANON, S/N	CASA AZUL APÓS O Nº 517	
535	QUADRA 15	FACE 04	RUA MARIA DAS GRAÇAS BONNA MARINATO, Nº 528		
536	QUADRA 15	FACE 04	RUA MARIA DAS GRAÇAS BONNA MARINATO, Nº 522	FRENTE	CONSTRUÇÃO
537	QUADRA 15	FACE 04	RUA MARIA DAS GRAÇAS BONNA MARINATO, Nº 522	FUNDOS	
538	QUADRA 15	FACE 04	RUA MARIA DAS GRAÇAS BONNA MARINATO, Nº 576		
539	QUADRA 15	FACE 04	RUA MARIA DAS GRAÇAS BONNA MARINATO, Nº 588	ANDAR 1	
540	QUADRA 15	FACE 04	RUA MARIA DAS GRAÇAS BONNA MARINATO, Nº 588	TERREO	
541	QUADRA 16	FACE 01	AVENIDA JOSÉ FRANCISCO CAMINATTI BACHETTI	NADA A REGISTRAR	

542	QUADRA 16	FACE 02	RUA MANOEL LUIZ CORRÊA, S/N	CASA 1 COQUEIRO NO QUINTAL	
543	QUADRA 16	FACE 02	RUA MANOEL LUIZ CORRÊA, Nº 544	FRENTE / MEGA AÇÃO	ESTABELECIMENTO COMERCIAL
544	QUADRA 16	FACE 02	RUA MANOEL LUIZ CORRÊA, Nº 544	FUNDOS	
545	QUADRA 16	FACE 03	RUA AGENOR ZANON, Nº 701	CASA 1	
546	QUADRA 16	FACE 03	RUA AGENOR ZANON, Nº 701	CASA 2	
547	QUADRA 16	FACE 03	RUA AGENOR ZANON, Nº 701	CASA 3	
548	QUADRA 16	FACE 03	RUA AGENOR ZANON, Nº 701	CASA 4	VAGO
549	QUADRA 16	FACE 03	RUA AGENOR ZANON, Nº 11	CASA E	
550	QUADRA 16	FACE 03	RUA AGENOR ZANON, Nº 11	CASA D	
551	QUADRA 16	FACE 03	RUA AGENOR ZANON, Nº 11	CASA C	
552	QUADRA 16	FACE 03	RUA AGENOR ZANON, S/N	CASA APÓS O Nº 11 CASA C	
553	QUADRA 16	FACE 03	RUA AGENOR ZANON, S/N	CASA DE ESQUINA	
554	QUADRA 16	FACE 04	RUA MARIA CARMEM ALMENARA CALMON, Nº 528	PÉ DE MANGA NOS FUNDOS	
555	QUADRA 17	FACE 01	AVENIDA JOSÉ FRANCISCO CAMINATTI BACHETTI, Nº 1440	CASA COR SALMÃO	
556	QUADRA 17	FACE 01	AVENIDA JOSÉ FRANCISCO CAMINATTI BACHETTI, S/N	CASA DE PORTÃO BRANCO APÓS O Nº 1440	
557	QUADRA 17	FACE 02	RUA AGENOR ZANON, S/N	CASA ANTES DO Nº 1443 / CASA 1	
558	QUADRA 17	FACE 02	RUA AGENOR ZANON, Nº 1443	LADO DIREITO / CASA 2	
559	QUADRA 17	FACE 02	RUA AGENOR ZANON, Nº 1443	LADO ESQUERDO / CASA 3	
560	QUADRA 17	FACE 02	RUA AGENOR ZANON, Nº 1443	CASA 4 OFICINA	ESTABELECIMENTO COMERCIAL
561	QUADRA 17	FACE 02	RUA AGENOR ZANON, Nº 1443	CASA 5	VAGO
562	QUADRA 17	FACE 03	RUA MANOEL LUIZ CORRÊA, S/N	CASA 1 DUPLEX	
563	QUADRA 17	FACE 03	RUA MANOEL LUIZ CORRÊA, Nº 516	CASA 2 DUPLEX	
564	QUADRA 17	FACE 03	RUA MANOEL LUIZ CORRÊA, S/N	CASA 3 DUPLEX	
565	QUADRA 17	FACE 03	RUA MANOEL LUIZ CORRÊA, S/N	CASA 5 DUPLEX	
566	QUADRA 17	FACE 03	RUA MANOEL LUIZ CORRÊA, Nº 540	LADO DIREITO DUPLEX AZUL	
567	QUADRA 17	FACE 03	RUA MANOEL LUIZ CORRÊA, Nº 540	LADO ESQUERDO / CASA 3	
568	QUADRA 17	FACE 03	RUA MANOEL LUIZ CORRÊA, Nº 554	CASA DE ESQUINA	
569	QUADRA 18	FACE 01	RUA CARLOS ALBERTO PESSOTI, Nº 75		
570	QUADRA 18	FACE 02	RUA ODILON NUNES BARROSO, S/N	MURO CHAPISCADO	
571	QUADRA 18	FACE 02	RUA ODILON NUNES BARROSO, S/N	MARMORARIA	ESTABELECIMENTO COMERCIAL
572	QUADRA 18	FACE 02	RUA ODILON NUNES BARROSO, S/N	CONFECÇÃO	ESTABELECIMENTO COMERCIAL
573	QUADRA 18	FACE 02	RUA ODILON NUNES BARROSO, Nº 444 A		
574	QUADRA 18	FACE 02	RUA ODILON NUNES BARROSO, Nº 444 B	MURO CHAPISCADO	VAGO
575	QUADRA 18	FACE 02	RUA ODILON NUNES BARROSO, S/N	ANDAR 1 / ANTIGA MARMORARIA	
576	QUADRA 18	FACE 02	RUA ODILON NUNES BARROSO, Nº 480	FRENTE	
577	QUADRA 18	FACE 02	RUA ODILON NUNES BARROSO, Nº 480	FUNDOS	
578	QUADRA 18	FACE 02	RUA ODILON NUNES BARROSO, S/N	APÓS O Nº 480	CONSTRUÇÃO
579	QUADRA 18	FACE 03	RUA AGENOR ZANON, S/N	FRENTE PADARIA	ESTABELECIMENTO COMERCIAL
580	QUADRA 18	FACE 03	RUA AGENOR ZANON, Nº 492 A	FUNDOS COM A PADARIA	
581	QUADRA 18	FACE 03	RUA AGENOR ZANON, Nº 492 B	PORTÃO PEQUENO DE AÇO	
582	QUADRA 18	FACE 03	RUA AGENOR ZANON, S/N	COR BRANCA / PORTÃO DE AÇO	
583	QUADRA 18	FACE 04	RUA AMÉLIO MARCHETTI, Nº 493	COR BRANCA	VAGO

584	QUADRA 18	FACE 04	RUA AMÉLIO MARCHETTI, S/N	APÓS O Nº 493	
585	QUADRA 18	FACE 04	RUA AMÉLIO MARCHETTI, Nº 469	FRENTE	ESTABELECIMENTO COMERCIAL
586	QUADRA 18	FACE 04	RUA AMÉLIO MARCHETTI, Nº 469	FUNDOS 1	
587	QUADRA 18	FACE 04	RUA AMÉLIO MARCHETTI, Nº 469	FUNDOS 2 COR VERDE	
588	QUADRA 18	FACE 04	RUA AMÉLIO MARCHETTI, Nº 457		
589	QUADRA 18	FACE 04	RUA AMÉLIO MARCHETTI, S/N	APÓS O Nº 457	
590	QUADRA 18	FACE 04	RUA AMÉLIO MARCHETTI, Nº 409 A		
591	QUADRA 18	FACE 04	RUA AMÉLIO MARCHETTI, Nº 397		
592	QUADRA 18	FACE 04	RUA AMÉLIO MARCHETTI, S/N	FSN 26 APÓS O Nº 397	
593	QUADRA 18	FACE 04	RUA AMÉLIO MARCHETTI, Nº 377		
594	QUADRA 18	FACE 04	RUA AMÉLIO MARCHETTI, Nº 361		
595	QUADRA 18	FACE 04	RUA AMÉLIO MARCHETTI, Nº 355		
596	QUADRA 18	FACE 04	RUA AMÉLIO MARCHETTI, Nº 349		
597	QUADRA 18	FACE 04	RUA AMÉLIO MARCHETTI, Nº 337		
598	QUADRA 18	FACE 04	RUA AMÉLIO MARCHETTI, Nº 325	PORTÃO BRANCO	
599	QUADRA 19	FACE 01	RUA CARLOS ALBERTO PESSOTI, Nº 324 - 1		
600	QUADRA 19	FACE 01	RUA CARLOS ALBERTO PESSOTI, Nº 324 - 2		
601	QUADRA 19	FACE 01	RUA CARLOS ALBERTO PESSOTI, Nº 324 - 3		
602	QUADRA 19	FACE 01	RUA CARLOS ALBERTO PESSOTI, Nº 324 - 4		
603	QUADRA 19	FACE 02	RUA AMÉLIO MARCHETTI, S/N	CASA 2 / RESIDENCIAL AOKIVILLE	
604	QUADRA 19	FACE 02	RUA AMÉLIO MARCHETTI, Nº 336	RESIDENCIAL AOKIVILLE	
605	QUADRA 19	FACE 02	RUA AMÉLIO MARCHETTI, Nº 348	RESIDENCIAL AOKIVILLE	
606	QUADRA 19	FACE 02	RUA AMÉLIO MARCHETTI, S/N	CASA 1 / RESIDENCIAL AOKIVILLE	
607	QUADRA 19	FACE 02	RUA AMÉLIO MARCHETTI, S/N	MURO DECORADO	
608	QUADRA 19	FACE 02	RUA AMÉLIO MARCHETTI, Nº 360		
609	QUADRA 19	FACE 02	RUA AMÉLIO MARCHETTI, Nº 372		
610	QUADRA 19	FACE 02	RUA AMÉLIO MARCHETTI, S/N	ANTES DO Nº 384	
611	QUADRA 19	FACE 02	RUA AMÉLIO MARCHETTI, Nº 384		
612	QUADRA 19	FACE 02	RUA AMÉLIO MARCHETTI, Nº 390		VAGO
613	QUADRA 19	FACE 02	RUA AMÉLIO MARCHETTI, S/N	ANDAR 1 FRENTE / APÓS O Nº 390	
614	QUADRA 19	FACE 02	RUA AMÉLIO MARCHETTI, S/N	TERREO / APÓS O Nº 390	ESTABELECIMENTO COMERCIAL
615	QUADRA 19	FACE 02	RUA AMÉLIO MARCHETTI, S/N	FUNDOS / APÓS O Nº 390	
616	QUADRA 19	FACE 02	RUA AMÉLIO MARCHETTI, S/N	PORTÃO CINZA	
617	QUADRA 19	FACE 02	RUA AMÉLIO MARCHETTI, S/N	PORTÃO BRANCO	
618	QUADRA 19	FACE 02	RUA AMÉLIO MARCHETTI, Nº 420	ANDAR 1	
619	QUADRA 19	FACE 02	RUA AMÉLIO MARCHETTI, Nº 420	TERREO	
620	QUADRA 19	FACE 02	RUA AMÉLIO MARCHETTI, Nº 412	LADO DIREITO / FEIJÃO TROPEIRO	
621	QUADRA 19	FACE 02	RUA AMÉLIO MARCHETTI, Nº 412	LADO ESQUERDO / FEIJÃO TROPEIRO	
622	QUADRA 19	FACE 02	RUA AMÉLIO MARCHETTI, S/N	MURO DE VIDRO	
623	QUADRA 19	FACE 02	RUA AMÉLIO MARCHETTI, Nº 456		ESTABELECIMENTO COMERCIAL
624	QUADRA 19	FACE 02	RUA AMÉLIO MARCHETTI, Nº 468	CERCA ELÉTRICA	
625	QUADRA 19	FACE 02	RUA AMÉLIO MARCHETTI, S/N	ANDAR 1 / ANTES DO Nº 492	

626	QUADRA 19	FACE 02	RUA AMÉLIO MARCHETTI, S/N	TERREO / ATENS DO Nº 492	
627	QUADRA 19	FACE 02	RUA AMÉLIO MARCHETTI, Nº 492	ANDAR 1	
628	QUADRA 19	FACE 02	RUA AMÉLIO MARCHETTI, Nº 492	TERREO	
629	QUADRA 19	FACE 03	RUA AGENOR ZANON, S/N	DUPLEX / PORTÃO DE AÇO	
630	QUADRA 19	FACE 03	RUA AGENOR ZANON, Nº 132		
631	QUADRA 19	FACE 04	RUA MARIA DAS GRAÇAS BONNA MARINATO, Nº 493		
632	QUADRA 19	FACE 04	RUA MARIA DAS GRAÇAS BONNA MARINATO, Nº 481	FRENTE	
633	QUADRA 19	FACE 04	RUA MARIA DAS GRAÇAS BONNA MARINATO, Nº 481	FUNDOS 1	
634	QUADRA 19	FACE 04	RUA MARIA DAS GRAÇAS BONNA MARINATO, Nº 481	FUNDOS 2 / ANDAR 1	
635	QUADRA 19	FACE 04	RUA MARIA DAS GRAÇAS BONNA MARINATO, Nº 479		
636	QUADRA 19	FACE 04	RUA MARIA DAS GRAÇAS BONNA MARINATO, Nº 457		
637	QUADRA 19	FACE 04	RUA MARIA DAS GRAÇAS BONNA MARINATO, Nº 455	ANDAR 2	
638	QUADRA 19	FACE 04	RUA MARIA DAS GRAÇAS BONNA MARINATO, Nº 455	ANDAR 1	
639	QUADRA 19	FACE 04	RUA MARIA DAS GRAÇAS BONNA MARINATO, Nº 455	TERREO	
640	QUADRA 19	FACE 04	RUA MARIA DAS GRAÇAS BONNA MARINATO, Nº 433		
641	QUADRA 19	FACE 04	RUA MARIA DAS GRAÇAS BONNA MARINATO, Nº 421	ANDAR 1 FRENTE	
642	QUADRA 19	FACE 04	RUA MARIA DAS GRAÇAS BONNA MARINATO, Nº 421	TERREO FRENTE	
643	QUADRA 19	FACE 04	RUA MARIA DAS GRAÇAS BONNA MARINATO, Nº 421	ANDAR 1 FUNDOS 1	
644	QUADRA 19	FACE 04	RUA MARIA DAS GRAÇAS BONNA MARINATO, Nº 421	TERREO FUNDOS 1	
645	QUADRA 19	FACE 04	RUA MARIA DAS GRAÇAS BONNA MARINATO, Nº 421	FUNDOS 2	
646	QUADRA 19	FACE 04	RUA MARIA DAS GRAÇAS BONNA MARINATO, Nº 397	ANDAR 1	
647	QUADRA 19	FACE 04	RUA MARIA DAS GRAÇAS BONNA MARINATO, Nº 397	TERREO FRENTE	ESTABELECIMENTO COMERCIAL
648	QUADRA 19	FACE 04	RUA MARIA DAS GRAÇAS BONNA MARINATO, Nº 397	TERREO FUNDOS / LADO DIREITO	
649	QUADRA 19	FACE 04	RUA MARIA DAS GRAÇAS BONNA MARINATO, Nº 397	TERREO FUNDOS / LADO ESQUERDO	
650	QUADRA 19	FACE 04	RUA MARIA DAS GRAÇAS BONNA MARINATO, Nº 373 A	LADO DIREITO	VAGO
651	QUADRA 19	FACE 04	RUA MARIA DAS GRAÇAS BONNA MARINATO, Nº 373 B	LADO ESQUERDO	
652	QUADRA 19	FACE 04	RUA MARIA DAS GRAÇAS BONNA MARINATO, Nº 361 A		
653	QUADRA 19	FACE 04	RUA MARIA DAS GRAÇAS BONNA MARINATO, Nº 361 B		
654	QUADRA 19	FACE 04	RUA MARIA DAS GRAÇAS BONNA MARINATO, Nº 349		
655	QUADRA 19	FACE 04	RUA MARIA DAS GRAÇAS BONNA MARINATO, Nº 337		
656	QUADRA 19	FACE 04	RUA MARIA DAS GRAÇAS BONNA MARINATO, Nº 333 A		
657	QUADRA 19	FACE 04	RUA MARIA DAS GRAÇAS BONNA MARINATO, S/N	CERCA DE MADEIRA	VAGO
658	QUADRA 20	FACE 01	RUA CARLOS ALBERTO PESSOTI, Nº 160	ANDAR 1	
659	QUADRA 20	FACE 01	RUA CARLOS ALBERTO PESSOTI, Nº 160	TERREO / LADO DIREITO / SALÃO DO DAERSON	ESTABELECIMENTO COMERCIAL
660	QUADRA 20	FACE 01	RUA CARLOS ALBERTO PESSOTI, Nº 160	TERREO / LADO ESQUERDO / MERCADINHO	ESTABELECIMENTO COMERCIAL
661	QUADRA 20	FACE 01	RUA CARLOS ALBERTO PESSOTI, Nº 160	FUNDOS	
662	QUADRA 20	FACE 01	RUA CARLOS ALBERTO PESSOTI, S/N	MURO DE BLOCO / ETERNIT	
663	QUADRA 20	FACE 02	RUA MARIA DAS GRAÇAS BONNA MARINATO, S/N	ANTES DO Nº 336	
664	QUADRA 20	FACE 02	RUA MARIA DAS GRAÇAS BONNA MARINATO, Nº 336 A	MODAS EVANGÉLICAS	ESTABELECIMENTO COMERCIAL
665	QUADRA 20	FACE 02	RUA MARIA DAS GRAÇAS BONNA MARINATO, Nº 336 B	FRENTE	
666	QUADRA 20	FACE 02	RUA MARIA DAS GRAÇAS BONNA MARINATO, Nº 336 B	FUNDOS / DUPLEX	
667	QUADRA 20	FACE 02	RUA MARIA DAS GRAÇAS BONNA MARINATO, Nº 348 B		

668	QUADRA 20	FACE 02	RUA MARIA DAS GRAÇAS BONNA MARINATO, Nº 26		
669	QUADRA 20	FACE 02	RUA MARIA DAS GRAÇAS BONNA MARINATO, Nº 360		
670	QUADRA 20	FACE 02	RUA MARIA DAS GRAÇAS BONNA MARINATO, S/N	FSN 13 / APÓS O Nº 360	
671	QUADRA 20	FACE 02	RUA MARIA DAS GRAÇAS BONNA MARINATO, S/N	MURO LARANJA / ANTES DO Nº 372 A	
672	QUADRA 20	FACE 02	RUA MARIA DAS GRAÇAS BONNA MARINATO, Nº 372 A		
673	QUADRA 20	FACE 02	RUA MARIA DAS GRAÇAS BONNA MARINATO, Nº 384 B		
674	QUADRA 20	FACE 02	RUA MARIA DAS GRAÇAS BONNA MARINATO, Nº 384 A		
675	QUADRA 20	FACE 02	RUA MARIA DAS GRAÇAS BONNA MARINATO, Nº 396 B		VAGO
676	QUADRA 20	FACE 02	RUA MARIA DAS GRAÇAS BONNA MARINATO, Nº 396 A	FRANGO ASSADO	ESTABELECIMENTO COMERCIAL
677	QUADRA 20	FACE 02	RUA MARIA DAS GRAÇAS BONNA MARINATO, Nº 408 B	DUPLEX	
678	QUADRA 20	FACE 02	RUA MARIA DAS GRAÇAS BONNA MARINATO, Nº 408 A	DUPLEX	
679	QUADRA 20	FACE 02	RUA MARIA DAS GRAÇAS BONNA MARINATO, Nº 432	DUPLEX	
680	QUADRA 20	FACE 02	RUA MARIA DAS GRAÇAS BONNA MARINATO, Nº 444		
681	QUADRA 20	FACE 02	RUA MARIA DAS GRAÇAS BONNA MARINATO, S/N	FRENTE / APÓS O Nº 444	
682	QUADRA 20	FACE 02	RUA MARIA DAS GRAÇAS BONNA MARINATO, S/N	FUNDOS / APÓS O Nº 444	
683	QUADRA 20	FACE 02	RUA MARIA DAS GRAÇAS BONNA MARINATO, Nº 468	LADO DIREITO	VAGO
684	QUADRA 20	FACE 02	RUA MARIA DAS GRAÇAS BONNA MARINATO, Nº 468	LADO ESQUERDO	
685	QUADRA 20	FACE 02	RUA MARIA DAS GRAÇAS BONNA MARINATO, Nº 480		
686	QUADRA 20	FACE 02	RUA MARIA DAS GRAÇAS BONNA MARINATO, Nº 492		
687	QUADRA 20	FACE 03	RUA AGENOR ZANON, Nº 202	SALÃO PAULA	ESTABELECIMENTO COMERCIAL
688	QUADRA 20	FACE 03	RUA AGENOR ZANON, Nº 206		
689	QUADRA 20	FACE 03	RUA AGENOR ZANON, S/N	RTS REFRIGERAÇÃO	ESTABELECIMENTO COMERCIAL
690	QUADRA 20	FACE 03	RUA AGENOR ZANON, Nº 220	ANDAR 1	CONSTRUÇÃO
691	QUADRA 20	FACE 03	RUA AGENOR ZANON, Nº 220	TERREO	
692	QUADRA 20	FACE 04	RUA MARIA CARMEM ALMENARA CALMON, Nº 481		
693	QUADRA 20	FACE 04	RUA MARIA CARMEM ALMENARA CALMON, S/N	LOTE 6 / CASA SEM REBOCO	CONSTRUÇÃO
694	QUADRA 20	FACE 04	RUA MARIA CARMEM ALMENARA CALMON, Nº 457	FRENTE	
695	QUADRA 20	FACE 04	RUA MARIA CARMEM ALMENARA CALMON, Nº 457	FUNDOS	
696	QUADRA 20	FACE 04	RUA MARIA CARMEM ALMENARA CALMON, Nº 455	FRENTE	
697	QUADRA 20	FACE 04	RUA MARIA CARMEM ALMENARA CALMON, Nº 455	FUNDOS	
698	QUADRA 20	FACE 04	RUA MARIA CARMEM ALMENARA CALMON, Nº 421	WG PRÉ MOLDADOS	ESTABELECIMENTO COMERCIAL
699	QUADRA 20	FACE 04	RUA MARIA CARMEM ALMENARA CALMON, Nº 373		
700	QUADRA 20	FACE 04	RUA MARIA CARMEM ALMENARA CALMON, S/N	PRIMEIRA CASA APÓS O Nº 373	
701	QUADRA 20	FACE 04	RUA MARIA CARMEM ALMENARA CALMON, S/N	SEGUNDA CASA APÓS O Nº 373	
702	QUADRA 20	FACE 04	RUA MARIA CARMEM ALMENARA CALMON, S/N	CASA COM INTERFONE	
703	QUADRA 21	FACE 01	RUA CARLOS ALBERTO PESSOTI, Nº 29		
704	QUADRA 21	FACE 01	RUA CARLOS ALBERTO PESSOTI, S/N	APÓS O Nº 29	VAGO
705	QUADRA 21	FACE 01	RUA CARLOS ALBERTO PESSOTI, Nº 324		
706	QUADRA 21	FACE 02	RUA MARIA CARMEM ALMENARA CALMON, Nº 338		
707	QUADRA 21	FACE 02	RUA MARIA CARMEM ALMENARA CALMON, Nº 348	ANDAR 1	
708	QUADRA 21	FACE 02	RUA MARIA CARMEM ALMENARA CALMON, Nº 348	TERREO	
709	QUADRA 21	FACE 02	RUA MARIA CARMEM ALMENARA CALMON, Nº 360	DUPLEX	

710	QUADRA 21	FACE 02	RUA MARIA CARMEM ALMENARA CALMON, Nº 384		
711	QUADRA 21	FACE 02	RUA MARIA CARMEM ALMENARA CALMON, Nº 396	ANDAR 1	
712	QUADRA 21	FACE 02	RUA MARIA CARMEM ALMENARA CALMON, Nº 396	TERREO	
713	QUADRA 21	FACE 02	RUA MARIA CARMEM ALMENARA CALMON, S/N	APÓS O Nº 396	
714	QUADRA 21	FACE 02	RUA MARIA CARMEM ALMENARA CALMON, Nº 408		
715	QUADRA 21	FACE 02	RUA MARIA CARMEM ALMENARA CALMON, S/N	IGREJA BATISTA	ESTABELECIMENTO RELIGIOSO
716	QUADRA 21	FACE 02	RUA MARIA CARMEM ALMENARA CALMON, Nº 444		
717	QUADRA 21	FACE 02	RUA MARIA CARMEM ALMENARA CALMON, Nº 456		
718	QUADRA 21	FACE 02	RUA MARIA CARMEM ALMENARA CALMON, Nº 468		
719	QUADRA 21	FACE 02	RUA MARIA CARMEM ALMENARA CALMON, Nº 482		USO OCASIONAL
720	QUADRA 21	FACE 03	RUA AGENOR ZANON, S/N	CASA 1	
721	QUADRA 21	FACE 03	RUA AGENOR ZANON, S/N	CASA 2	
722	QUADRA 21	FACE 03	RUA AGENOR ZANON, S/N	CASA 3	
723	QUADRA 21	FACE 03	RUA AGENOR ZANON, S/N	MERCEARIA	ESTABELECIMENTO COMERCIAL
724	QUADRA 21	FACE 04	RUA MANOEL LUIZ CORREA, Nº 493	ANDAR 1 / CASA 1	
725	QUADRA 21	FACE 04	RUA MANOEL LUIZ CORREA, Nº 493	ANDAR 1 / CASA 2	
726	QUADRA 21	FACE 04	RUA MANOEL LUIZ CORREA, Nº 493	ANDAR 1 / CASA 3	
727	QUADRA 21	FACE 04	RUA MANOEL LUIZ CORREA, S/N	APÓS O Nº 493	
728	QUADRA 21	FACE 04	RUA MANOEL LUIZ CORREA, S/N	MURO DE BLOCO	
729	QUADRA 21	FACE 04	RUA MANOEL LUIZ CORREA, S/N	CASA 4	VAGO
730	QUADRA 21	FACE 04	RUA MANOEL LUIZ CORREA, Nº 409	FRENTE	
731	QUADRA 21	FACE 04	RUA MANOEL LUIZ CORREA, Nº 409	FUNDOS	
732	QUADRA 21	FACE 04	RUA MANOEL LUIZ CORREA, Nº 397		
733	QUADRA 21	FACE 04	RUA MANOEL LUIZ CORREA, S/N	APÓS O Nº 397	
734	QUADRA 21	FACE 04	RUA MANOEL LUIZ CORREA, Nº 373		
735	QUADRA 21	FACE 04	RUA MANOEL LUIZ CORREA, S/N	ANDAR 1 / APÓS O Nº 373	
736	QUADRA 21	FACE 04	RUA MANOEL LUIZ CORREA, S/N	TERREO / APÓS O Nº 373	
737	QUADRA 21	FACE 04	RUA MANOEL LUIZ CORREA, Nº 361	FRENTE LADO DIREITO	
738	QUADRA 21	FACE 04	RUA MANOEL LUIZ CORREA, Nº 361	FUNDOS	
739	QUADRA 21	FACE 04	RUA MANOEL LUIZ CORREA, Nº 37	CERCA	
740	QUADRA 21	FACE 04	RUA MANOEL LUIZ CORREA, S/N	DEPOSITO DE AREIA	ESTABELECIMENTO COMERCIAL
741	QUADRA 22	FACE 01	RUA SEBASTIÃO SILVA PRATTI, S/N	CASA SEM MURO OU CERCA	
742	QUADRA 22	FACE 02	RUA CARLOS ALBERTO PESSOTI	NADA A REGISTRAR	
743	QUADRA 22	FACE 03	RUA MANOEL LUIZ CORREA	NADA A REGISTRAR	
744	QUADRA 22	FACE 04	RUA AGENOR ZANON	NADA A REGISTRAR	
745	QUADRA 23	FACE 01	RUA WALDEMIRO PREDOTTI, S/N	IGREJA EVANGÉLICA	ESTABELECIMENTO RELIGIOSO
746	QUADRA 23	FACE 01	RUA WALDEMIRO PREDOTTI, S/N	LOTE 5 / CASA NOS FUNDOS	
747	QUADRA 23	FACE 01	RUA WALDEMIRO PREDOTTI, Nº 397	ANDAR 1	
748	QUADRA 23	FACE 01	RUA WALDEMIRO PREDOTTI, Nº 397	TERREO / IGREJA EVANGÉLICA	ESTABELECIMENTO RELIGIOSO
749	QUADRA 23	FACE 01	RUA WALDEMIRO PREDOTTI, Nº 383	MURO MARROM	
750	QUADRA 23	FACE 01	RUA WALDEMIRO PREDOTTI, Nº 373	LADO DIREITO	
751	QUADRA 23	FACE 01	RUA WALDEMIRO PREDOTTI, Nº 373	LADO ESQUERDO	

752	QUADRA 23	FACE 01	RUA WALDEMIRO PREDOTTI, Nº 337	GALPÃO	ESTABELECIMENTO COMERCIAL
753	QUADRA 23	FACE 02	RUA CARLOS ALBERTO PESSOTI, Nº 336	SERRALHERIA	ESTABELECIMENTO COMERCIAL
754	QUADRA 23	FACE 03	RUA SEBASTIÃO SILVA PRATTI, Nº 360		
755	QUADRA 23	FACE 03	RUA SEBASTIÃO SILVA PRATTI, Nº 372	FRENTE / BAR	ESTABELECIMENTO COMERCIAL
756	QUADRA 23	FACE 03	RUA SEBASTIÃO SILVA PRATTI, Nº 372	FUNDOS	
757	QUADRA 23	FACE 03	RUA SEBASTIÃO SILVA PRATTI, Nº 336	ANDAR 2	
758	QUADRA 23	FACE 03	RUA SEBASTIÃO SILVA PRATTI, Nº 336	ANDAR 1	VAGO
759	QUADRA 23	FACE 03	RUA SEBASTIÃO SILVA PRATTI, Nº 336	TERREO	VAGO
760	QUADRA 23	FACE 03	RUA SEBASTIÃO SILVA PRATTI, Nº 408		
761	QUADRA 23	FACE 03	RUA SEBASTIÃO SILVA PRATTI, Nº 420	LADO DIREITO	
762	QUADRA 23	FACE 03	RUA SEBASTIÃO SILVA PRATTI, Nº 420	LADO ESQUERDO / DUPLEX	
763	QUADRA 23	FACE 03	RUA SEBASTIÃO SILVA PRATTI, Nº 432		
764	QUADRA 23	FACE 04	AVENIDA JOSÉ FRANCISCO CAMINATTI BACHETTI	UNIDADE DE SAÚDE	ESTABELECIMENTO COMERCIAL
765	QUADRA 24	FACE 01	RUA MARIO SOEIRO BANHOS, S/N	FRENTE BAR AGUA NA BOCA	ESTABELECIMENTO COMERCIAL
766	QUADRA 24	FACE 01	RUA MARIO SOEIRO BANHOS, S/N	FUNDOS DO BAR AGUA NA BOCA	
767	QUADRA 24	FACE 01	RUA MARIO SOEIRO BANHOS, S/N	IGREJA ASSEMBLÉIA	ESTABELECIMENTO RELIGIOSO
768	QUADRA 24	FACE 01	RUA MARIO SOEIRO BANHOS, S/N	FUNDOS DA IGREJA	
769	QUADRA 24	FACE 02	RUA CARLOS ALBERTO PESSOTI	NADA A REGISTRAR	
770	QUADRA 24	FACE 03	RUA WALDEMIRO PREDOTTI	RECICLO	ESTABELECIMENTO COMERCIAL
771	QUADRA 24	FACE 04	AVENIDA JOSÉ FRANCISCO CAMINATTI BACHETTI	NADA A REGISTRAR	
772	QUADRA 25	FACE 01	AVENIDA JOSÉ FRANCISCO CAMINATTI BACHETTI	NADA A REGISTRAR	
773	QUADRA 25	FACE 02	RUA CARLOS ALBERTO PESSOTI	NADA A REGISTRAR	
774	QUADRA 25	FACE 03	RUA MARIO SOEIRO BANHOS	NADA A REGISTRAR	
775	QUADRA 26	FACE 01	RUA CARLOS ALBERTO PESSOTI, Nº 03	COR VERDE	
776	QUADRA 26	FACE 01	RUA CARLOS ALBERTO PESSOTI, S/N	ANTES DO Nº 08	
777	QUADRA 26	FACE 01	RUA CARLOS ALBERTO PESSOTI, Nº 08	BELISSIMA ESTETICA	
778	QUADRA 26	FACE 01	RUA CARLOS ALBERTO PESSOTI, Nº 07	COR LARANJA	
779	QUADRA 26	FACE 01	RUA CARLOS ALBERTO PESSOTI, Nº 06	PORTÃO DE FERRO	
780	QUADRA 26	FACE 01	RUA CARLOS ALBERTO PESSOTI, Nº 05		
781	QUADRA 26	FACE 01	RUA CARLOS ALBERTO PESSOTI, Nº 04		
782	QUADRA 26	FACE 02	RUA ODILON NUNES BARROSO, S/N		CONSTRUÇÃO
783	QUADRA 26	FACE 02	RUA ODILON NUNES BARROSO, S/N	BARRACO	
784	QUADRA 26	FACE 02	RUA ODILON NUNES BARROSO, S/N	FIM DA RUA	
785	QUADRA 26	FACE 03	RUA ODILON NUNES BARROSO, Nº 288	CASA A / BLOCO 1	
786	QUADRA 26	FACE 03	RUA ODILON NUNES BARROSO, Nº 288	CASA B / BLOCO 1	
787	QUADRA 26	FACE 03	RUA ODILON NUNES BARROSO, Nº 288	CASA C / BLOCO 1	
788	QUADRA 26	FACE 03	RUA ODILON NUNES BARROSO, Nº 288	CASA D / BLOCO 1	VAGO
789	QUADRA 26	FACE 03	RUA ODILON NUNES BARROSO, Nº 288	CASA A / BLOCO 2	
790	QUADRA 26	FACE 03	RUA ODILON NUNES BARROSO, Nº 288	CASA B / BLOCO 2	
791	QUADRA 26	FACE 03	RUA ODILON NUNES BARROSO, Nº 288	CASA C / BLOCO 2	VAGO
792	QUADRA 26	FACE 03	RUA ODILON NUNES BARROSO, Nº 288	CASA D / BLOCO 2	
793	QUADRA 26	FACE 04	RUA CARLOS ALBERTO PESSOTI, S/N	FRENTE / SALÃO WATSON	ESTABELECIMENTO COMERCIAL

794	QUADRA 26	FACE 04	RUA CARLOS ALBERTO PESSOTI, S/N	FUNDOS DO SALÃO WATSON	
795	QUADRA 26	FACE 04	RUA CARLOS ALBERTO PESSOTI, S/N	CASA AO LADO DO SALÃO WATSON	VAGO
796	QUADRA 26	FACE 04	RUA CARLOS ALBERTO PESSOTI, Nº 301	LADO DIREITO COR BRANCA	
797	QUADRA 26	FACE 04	RUA CARLOS ALBERTO PESSOTI, Nº 301	LADO ESQUERDO COR BRANCA	
798	QUADRA 26	FACE 05	RUA AMÉLIO MARCHETTI, Nº 301	ANDAR 1 COR BRANCA	
799	QUADRA 26	FACE 05	RUA AMÉLIO MARCHETTI, Nº 301	TERREO COR BRANCA	
800	QUADRA 26	FACE 05	RUA AMÉLIO MARCHETTI, Nº 289	CASA NOS FUNDOS	
801	QUADRA 26	FACE 05	RUA AMÉLIO MARCHETTI, Nº 253		
802	QUADRA 26	FACE 05	RUA AMÉLIO MARCHETTI, S/N	ANDAR 2 / ULTIMA DA FACE	
803	QUADRA 26	FACE 05	RUA AMÉLIO MARCHETTI, S/N	ANDAR 1 / ULTIMA DA FACE	
804	QUADRA 26	FACE 05	RUA AMÉLIO MARCHETTI, S/N	TERREO / ULTIMA DA FACE	
805	QUADRA 26	FACE 06	RUA AMÉLIO MARCHETTI, S/N	LOTE 80 CHAPISCADA	
806	QUADRA 26	FACE 06	RUA AMÉLIO MARCHETTI, Nº 266		
807	QUADRA 26	FACE 06	RUA AMÉLIO MARCHETTI, Nº 264		
808	QUADRA 26	FACE 06	RUA AMÉLIO MARCHETTI, Nº 265	DUPLEX	
809	QUADRA 26	FACE 06	RUA AMÉLIO MARCHETTI, S/N	APÓS O Nº 265	
810	QUADRA 26	FACE 06	RUA AMÉLIO MARCHETTI, Nº 312	COR SALMÃO	
811	QUADRA 26	FACE 07	RUA CARLOS ALBERTO PESSOTI, Nº 312	COR AMARELA	
812	QUADRA 26	FACE 07	RUA CARLOS ALBERTO PESSOTI, S/N	APÓS O Nº 312	CONSTRUÇÃO
813	QUADRA 26	FACE 08	RUA MARIA DAS GRAÇAS BONNA MARINATO, S/N	COR BRANCA	VAGO
814	QUADRA 26	FACE 08	RUA MARIA DAS GRAÇAS BONNA MARINATO, S/N	FRENTE COR VERDE	
815	QUADRA 26	FACE 08	RUA MARIA DAS GRAÇAS BONNA MARINATO, S/N	FUNDOS / ANDAR 1 COR VERDE	
816	QUADRA 26	FACE 08	RUA MARIA DAS GRAÇAS BONNA MARINATO, S/N	FUNDOS / TERREO COR VERDE	
817	QUADRA 26	FACE 08	RUA MARIA DAS GRAÇAS BONNA MARINATO, S/N	GALPÃO	ESTABELECIMENTO COMERCIAL
818	QUADRA 26	FACE 08	RUA MARIA DAS GRAÇAS BONNA MARINATO, Nº 253		
819	QUADRA 26	FACE 08	RUA MARIA DAS GRAÇAS BONNA MARINATO, S/N	GALPÃO	ESTABELECIMENTO COMERCIAL
820	QUADRA 26	FACE 08	RUA MARIA DAS GRAÇAS BONNA MARINATO, Nº 231		
821	QUADRA 26	FACE 08	RUA MARIA DAS GRAÇAS BONNA MARINATO, Nº 247		
822	QUADRA 26	FACE 08	RUA MARIA DAS GRAÇAS BONNA MARINATO, S/N	COR BRANCA AO LADO DO Nº 258	
823	QUADRA 27	FACE 01	RUA MARIA CARMEM ALMENARA CALMON, Nº		
824	QUADRA 27	FACE 01	RUA MARIA CARMEM ALMENARA CALMON, Nº 258		
825	QUADRA 27	FACE 01	RUA MARIA CARMEM ALMENARA CALMON, S/N	PORTA BRANCA	
826	QUADRA 27	FACE 01	RUA MARIA CARMEM ALMENARA CALMON, Nº 216	ANDAR 1 FRENTE	
827	QUADRA 27	FACE 01	RUA MARIA CARMEM ALMENARA CALMON, Nº 216	TERREO FRENTE	
828	QUADRA 27	FACE 01	RUA MARIA CARMEM ALMENARA CALMON, Nº 216	ANDAR 1 FUNDOS	
829	QUADRA 27	FACE 01	RUA MARIA CARMEM ALMENARA CALMON, Nº 216	TERREO FUNDOS	
830	QUADRA 27	FACE 01	RUA MARIA CARMEM ALMENARA CALMON, Nº 240		
831	QUADRA 27	FACE 01	RUA MARIA CARMEM ALMENARA CALMON, Nº 252	ANDAR 1	CONSTRUÇÃO
832	QUADRA 27	FACE 01	RUA MARIA CARMEM ALMENARA CALMON, Nº 252	TERREO	
833	QUADRA 27	FACE 01	RUA MARIA CARMEM ALMENARA CALMON, Nº 264	CASA 2	
834	QUADRA 27	FACE 01	RUA MARIA CARMEM ALMENARA CALMON, Nº 264	CASA 1	
835	QUADRA 27	FACE 01	RUA MARIA CARMEM ALMENARA CALMON, Nº 276	ANDAR 1	

836	QUADRA 27	FACE 01	RUA MARIA CARMEM ALMENARA CALMON, Nº 276	TERREO	
837	QUADRA 27	FACE 01	RUA MARIA CARMEM ALMENARA CALMON, Nº 288		
838	QUADRA 27	FACE 01	RUA MARIA CARMEM ALMENARA CALMON, S/N	COR BRANCA	
839	QUADRA 27	FACE 02	RUA CARLOS ALBERTO PESSOTI, S/N	FRENTE / BARRCO AMARELO	VAGO
840	QUADRA 27	FACE 02	RUA CARLOS ALBERTO PESSOTI, S/N	FUNDOS BARROCO AMARELO	
841	QUADRA 27	FACE 02	RUA CARLOS ALBERTO PESSOTI, Nº 313		
842	QUADRA 27	FACE 03	RUA MANOEL LUIZ CORREA, Nº 301		
843	QUADRA 27	FACE 03	RUA MANOEL LUIZ CORREA, Nº 289		
844	QUADRA 27	FACE 03	RUA MANOEL LUIZ CORREA, Nº 277	FSN 78 MURO DE AZULEIJO	
845	QUADRA 27	FACE 03	RUA MANOEL LUIZ CORREA, Nº 265	JANELA VERDE	
846	QUADRA 27	FACE 03	RUA MANOEL LUIZ CORREA, Nº 253	FRENTE LADO DIREITO / VERDE	
847	QUADRA 27	FACE 03	RUA MANOEL LUIZ CORREA, Nº 253	FUNDOS LADO DIREITO	
848	QUADRA 27	FACE 03	RUA MANOEL LUIZ CORREA, Nº 253	FRENTE LADO ESQUERDO	CONSTRUÇÃO
849	QUADRA 27	FACE 03	RUA MANOEL LUIZ CORREA, Nº 253	FUNDOS LADO ESQUERDO	
850	QUADRA 27	FACE 03	RUA MANOEL LUIZ CORREA, S/N	ETERNIT / JANELA AZUL	
851	QUADRA 27	FACE 03	RUA MANOEL LUIZ CORREA, S/N	PORTÃO VERMELHO	
852	QUADRA 27	FACE 03	RUA MANOEL LUIZ CORREA, S/N	COR VERDE	
853	QUADRA 27	FACE 03	RUA MANOEL LUIZ CORREA, S/N	FRENTE LADO DIREITO / VERDE E AZUL	
854	QUADRA 27	FACE 03	RUA MANOEL LUIZ CORREA, S/N	FRENTE LADO ESQUERDO / VERDE E AZUL	
855	QUADRA 27	FACE 03	RUA MANOEL LUIZ CORREA, S/N	FUNDOS	VAGO
856	QUADRA 27	FACE 04	RUA ALFREDO RIGONI, S/N		CONSTRUÇÃO
857	QUADRA 27	FACE 04	RUA ALFREDO RIGONI, S/N	COR AMARELA	
858	QUADRA 28	FACE 01	RUA MANOEL LUIZ CORREA, Nº 313	APARTAMENTO 101	
859	QUADRA 28	FACE 01	RUA MANOEL LUIZ CORREA, Nº 313	APARTAMENTO 102	
860	QUADRA 28	FACE 01	RUA MANOEL LUIZ CORREA, Nº 313	APARTAMENTO 103	VAGO
861	QUADRA 28	FACE 01	RUA MANOEL LUIZ CORREA, Nº 277		
862	QUADRA 28	FACE 01	RUA MANOEL LUIZ CORREA, Nº		
863	QUADRA 28	FACE 01	RUA MANOEL LUIZ CORREA, S/N	APÓS O Nº 277 BRANCA	
864	QUADRA 28	FACE 01	RUA MANOEL LUIZ CORREA, Nº 229 A		
865	QUADRA 28	FACE 01	RUA MANOEL LUIZ CORREA, Nº 229 B		
866	QUADRA 28	FACE 01	RUA MANOEL LUIZ CORREA, Nº 217 B		
867	QUADRA 28	FACE 01	RUA MANOEL LUIZ CORREA, Nº 217 A	COR AMARELA	
868	QUADRA 28	FACE 01	RUA MANOEL LUIZ CORREA, Nº 205 B		
869	QUADRA 28	FACE 01	RUA MANOEL LUIZ CORREA, Nº 205 A		
870	QUADRA 28	FACE 01	RUA MANOEL LUIZ CORREA, S/N	CASA 3 DUPLEX	
871	QUADRA 28	FACE 01	RUA MANOEL LUIZ CORREA, S/N	CASA 2	VAGO
872	QUADRA 28	FACE 01	RUA MANOEL LUIZ CORREA, S/N	CASA 1 DUPLEX	
873	QUADRA 28	FACE 01	RUA MANOEL LUIZ CORREA, Nº 181	CASA 2	
874	QUADRA 28	FACE 01	RUA MANOEL LUIZ CORREA, Nº 181	CASA 1	
875	QUADRA 28	FACE 01	RUA MANOEL LUIZ CORREA, S/N		CONSTRUÇÃO
876	QUADRA 28	FACE 02	RUA CARLOS ALBERTO PESSOTI	NADA A REGISTRAR	
877	QUADRA 28	FACE 03	RUA MARIA CARMEM ALMENARA CALMON, S/N	CASA 1	VAGO

878	QUADRA 28	FACE 03	RUA MARIA CARMEM ALMENARA CALMON, S/N	CASA 2	VAGO
879	QUADRA 28	FACE 03	RUA MARIA CARMEM ALMENARA CALMON, S/N	CASA 3	
880	QUADRA 28	FACE 03	RUA MARIA CARMEM ALMENARA CALMON, Nº 168	FRENTE PORTÃO PRETO	
881	QUADRA 28	FACE 03	RUA MARIA CARMEM ALMENARA CALMON, Nº 168	FUNDOS	
882	QUADRA 28	FACE 03	RUA MARIA CARMEM ALMENARA CALMON, Nº 204	ANDAR 1 LADO DIREITO	
883	QUADRA 28	FACE 03	RUA MARIA CARMEM ALMENARA CALMON, Nº 204	ANDAR 1 LADO ESQUERDO	
884	QUADRA 28	FACE 03	RUA MARIA CARMEM ALMENARA CALMON, Nº 204	TERREO LADO DIREITO	
885	QUADRA 28	FACE 03	RUA MARIA CARMEM ALMENARA CALMON, Nº 204	TERREO LADO ESQUERDO	
886	QUADRA 28	FACE 03	RUA MARIA CARMEM ALMENARA CALMON, Nº 216 B	COQUEIRO	
887	QUADRA 28	FACE 03	RUA MARIA CARMEM ALMENARA CALMON, Nº 216 A		
888	QUADRA 28	FACE 03	RUA MARIA CARMEM ALMENARA CALMON, Nº 228 B		
889	QUADRA 28	FACE 03	RUA MARIA CARMEM ALMENARA CALMON, Nº 228 A		
890	QUADRA 28	FACE 03	RUA MARIA CARMEM ALMENARA CALMON, Nº 240	VERDE	
891	QUADRA 28	FACE 03	RUA MARIA CARMEM ALMENARA CALMON, Nº 252		
892	QUADRA 28	FACE 03	RUA MARIA CARMEM ALMENARA CALMON, Nº 264	PORTÃO PRETO	
893	QUADRA 28	FACE 03	RUA MARIA CARMEM ALMENARA CALMON, Nº 07		VAGO
894	QUADRA 28	FACE 03	RUA MARIA CARMEM ALMENARA CALMON, Nº 300	FRENTE	
895	QUADRA 28	FACE 03	RUA MARIA CARMEM ALMENARA CALMON, Nº 300	FUNDOS	
896	QUADRA 28	FACE 04	RUA CARLOS ALBERTO PESSOTI	NADA A REGISTRAR	
897	QUADRA 29	FACE 01	RUA MANOEL LUIZ CORREA, Nº 156		
898	QUADRA 29	FACE 01	RUA MANOEL LUIZ CORREA, Nº 168	FRENTE	
899	QUADRA 29	FACE 01	RUA MANOEL LUIZ CORREA, Nº 168	FUNDOS 1	
900	QUADRA 29	FACE 01	RUA MANOEL LUIZ CORREA, Nº 168	FUNDOS 2	
901	QUADRA 29	FACE 01	RUA MANOEL LUIZ CORREA, S/N	ANDAR 1 LADO DIREITO / FRENTE MARROM	
902	QUADRA 29	FACE 01	RUA MANOEL LUIZ CORREA, S/N	ANDAR 1 LADO ESQUERDO / FRENTE MARROM	
903	QUADRA 29	FACE 01	RUA MANOEL LUIZ CORREA, S/N	TERREO / FRENTE MARROM	
904	QUADRA 29	FACE 01	RUA MANOEL LUIZ CORREA, Nº 17	OFICINA	ESTABELECIMENTO COMERCIAL
905	QUADRA 29	FACE 01	RUA MANOEL LUIZ CORREA, S/N	NORFIBRA	ESTABELECIMENTO COMERCIAL
906	QUADRA 29	FACE 02	RUA CARLOS ALBERTO PESSOTI, S/N	COR ROSA	
907	QUADRA 29	FACE 02	RUA CARLOS ALBERTO PESSOTI, S/N	CASA 1	
908	QUADRA 29	FACE 02	RUA CARLOS ALBERTO PESSOTI, S/N	CASA 2	
909	QUADRA 29	FACE 02	RUA CARLOS ALBERTO PESSOTI, S/N	CASA 2	
910	QUADRA 29	FACE 03	RUA SEBASTIÃO SILVA PRATTI, S/N		CONSTRUÇÃO
911	QUADRA 29	FACE 03	RUA SEBASTIÃO SILVA PRATTI, Nº 265		
912	QUADRA 29	FACE 03	RUA SEBASTIÃO SILVA PRATTI, Nº 253	AUTO CENTER	ESTABELECIMENTO COMERCIAL
913	QUADRA 29	FACE 03	RUA SEBASTIÃO SILVA PRATTI, Nº 169	ANDAR 1	
914	QUADRA 29	FACE 04	RUA CARLOS ALBERTO PESSOTI	NADA A REGISTRAR	
915	QUADRA 30	FACE 01	RUA SEBASTIÃO SILVA PRATTI, S/N	MURO DE VIDRO	VAGO
916	QUADRA 30	FACE 01	RUA SEBASTIÃO SILVA PRATTI, S/N	ANTES DO Nº 180	
917	QUADRA 30	FACE 01	RUA SEBASTIÃO SILVA PRATTI, Nº 180	FRENTE	
918	QUADRA 30	FACE 01	RUA SEBASTIÃO SILVA PRATTI, Nº 180	FUNDOS / PORTÃO DE AÇO	
919	QUADRA 30	FACE 01	RUA SEBASTIÃO SILVA PRATTI, Nº 192	COR ROSA	

920	QUADRA 30	FACE 01	RUA SEBASTIÃO SILVA PRATTI, Nº 252		
921	QUADRA 30	FACE 01	RUA SEBASTIÃO SILVA PRATTI, S/N	IGREJA PENTECOSTAL	ESTABELECIMENTO RELIGIOSO
922	QUADRA 30	FACE 01	RUA SEBASTIÃO SILVA PRATTI, S/N	APÓS A IGREJA PENTECOSTAL	
923	QUADRA 30	FACE 01	RUA SEBASTIÃO SILVA PRATTI, Nº 288	ANDAR 1	
924	QUADRA 30	FACE 01	RUA SEBASTIÃO SILVA PRATTI, Nº 288	TERREO	
925	QUADRA 30	FACE 01	RUA SEBASTIÃO SILVA PRATTI, S/N	ÚLTIMA DA FACE	
926	QUADRA 30	FACE 02	RUA CARLOS ALBERTO PESSOTI, S/N	ÚNICA CASA DA FACE	CONSTRUÇÃO
927	QUADRA 30	FACE 03	RUA WALDEMIRO PREDOTTI, S/N	PRIMEIRA CASA DA FACE	CONSTRUÇÃO
928	QUADRA 30	FACE 03	RUA WALDEMIRO PREDOTTI, Nº 241	ANDAR 1	
929	QUADRA 30	FACE 03	RUA WALDEMIRO PREDOTTI, Nº 241	TERREO	
930	QUADRA 30	FACE 03	RUA WALDEMIRO PREDOTTI, Nº 229	FRENTE ANDAR 1	
931	QUADRA 30	FACE 03	RUA WALDEMIRO PREDOTTI, Nº 229	FRENTE TERREO / BAR JAMELÃO	ESTABELECIMENTO COMERCIAL
932	QUADRA 30	FACE 03	RUA WALDEMIRO PREDOTTI, Nº 229	FUNDOS	
933	QUADRA 30	FACE 03	RUA WALDEMIRO PREDOTTI, Nº 20		
934	QUADRA 30	FACE 03	RUA WALDEMIRO PREDOTTI, Nº 22		
935	QUADRA 30	FACE 03	RUA WALDEMIRO PREDOTTI, Nº 169		
936	QUADRA 30	FACE 03	RUA WALDEMIRO PREDOTTI, Nº 157	FRENTE	
937	QUADRA 30	FACE 03	RUA WALDEMIRO PREDOTTI, Nº 157	FUNDOS	
938	QUADRA 30	FACE 03	RUA WALDEMIRO PREDOTTI, Nº 145		
939	QUADRA 30	FACE 04	RUA ALFREDO RIGONI, S/N	ANTES DO Nº 30 / DUPLEX	
940	QUADRA 30	FACE 04	RUA ALFREDO RIGONI, Nº 30		VAGO
941	QUADRA 31	FACE 01	RUA WALDEMIRO PREDOTTI, Nº 27		
942	QUADRA 31	FACE 01	RUA WALDEMIRO PREDOTTI, S/N	PORTÃO CINZA / MURO BRANCO	
943	QUADRA 31	FACE 01	RUA WALDEMIRO PREDOTTI, Nº 168	FRENTE	
944	QUADRA 31	FACE 01	RUA WALDEMIRO PREDOTTI, Nº 168	FUNDOS	
945	QUADRA 31	FACE 01	RUA WALDEMIRO PREDOTTI, S/N	APÓS O Nº 168	
946	QUADRA 31	FACE 01	RUA WALDEMIRO PREDOTTI, Nº 19	FRENTE COR VERDE	
947	QUADRA 31	FACE 01	RUA WALDEMIRO PREDOTTI, Nº 19	FUNDOS 1 COR AMARELA	
948	QUADRA 31	FACE 01	RUA WALDEMIRO PREDOTTI, Nº 19	FUNDOS 2	
949	QUADRA 31	FACE 01	RUA WALDEMIRO PREDOTTI, Nº 216		
950	QUADRA 31	FACE 01	RUA WALDEMIRO PREDOTTI, Nº 228		
951	QUADRA 31	FACE 01	RUA WALDEMIRO PREDOTTI, Nº 240		
952	QUADRA 31	FACE 01	RUA WALDEMIRO PREDOTTI, Nº 252		
953	QUADRA 31	FACE 01	RUA WALDEMIRO PREDOTTI, Nº 264 B		
954	QUADRA 31	FACE 01	RUA WALDEMIRO PREDOTTI, Nº 264 A	PORTÃO BRANCO / MURO AMARELO	
955	QUADRA 31	FACE 01	RUA WALDEMIRO PREDOTTI, Nº 280		
956	QUADRA 31	FACE 01	RUA WALDEMIRO PREDOTTI, Nº 180		
957	QUADRA 31	FACE 01	RUA WALDEMIRO PREDOTTI, Nº 288 B		
958	QUADRA 31	FACE 01	RUA WALDEMIRO PREDOTTI, Nº 288 A		
959	QUADRA 31	FACE 01	RUA WALDEMIRO PREDOTTI, Nº 300 B		
960	QUADRA 31	FACE 01	RUA WALDEMIRO PREDOTTI, Nº 300 A		
961	QUADRA 31	FACE 02	RUA CARLOS ALBERTO PESSOTI, S/N	COMUNIDADE CRISTÁ AVIVAMENTO	ESTABELECIMENTO RELIGIOSO

962	QUADRA 31	FACE 02	RUA CARLOS ALBERTO PESSOTI, S/N	OFICINA DE MOTO	ESTABELECIMENTO COMERCIAL
963	QUADRA 31	FACE 03	RUA MARIO SOEIRO BANHOS, Nº 6	ANDAR 2	
964	QUADRA 31	FACE 03	RUA MARIO SOEIRO BANHOS, Nº 6	ANDAR 1	
965	QUADRA 31	FACE 03	RUA MARIO SOEIRO BANHOS, Nº 6	TERREO	
966	QUADRA 31	FACE 03	RUA MARIO SOEIRO BANHOS, S/N	CASA SALMÃO	
967	QUADRA 31	FACE 03	RUA MARIO SOEIRO BANHOS, Nº 8	FRENTE	
968	QUADRA 31	FACE 03	RUA MARIO SOEIRO BANHOS, Nº 8	FUNDOS	
969	QUADRA 31	FACE 03	RUA MARIO SOEIRO BANHOS, Nº 9		
970	QUADRA 31	FACE 03	RUA MARIO SOEIRO BANHOS, Nº 253		
971	QUADRA 31	FACE 03	RUA MARIO SOEIRO BANHOS, Nº 18		
972	QUADRA 31	FACE 03	RUA MARIO SOEIRO BANHOS, Nº 205		
973	QUADRA 31	FACE 03	RUA MARIO SOEIRO BANHOS, S/N	ASSEMBLÉIA DE DEUS	ESTABELECIMENTO RELIGIOSO
974	QUADRA 31	FACE 03	RUA MARIO SOEIRO BANHOS, Nº 169		
975	QUADRA 31	FACE 03	RUA MARIO SOEIRO BANHOS, Nº 28		
976	QUADRA 31	FACE 04	RUA ALFREDO RIGONI, S/N	ANDAR 1 / ANTES DO Nº 29 A	
977	QUADRA 31	FACE 04	RUA ALFREDO RIGONI, S/N	TERREO / ANTES DO Nº 29 A	
978	QUADRA 31	FACE 04	RUA ALFREDO RIGONI, Nº 29 A	ANDAR 1	
979	QUADRA 31	FACE 04	RUA ALFREDO RIGONI, Nº 29 B	TERREO	
980	QUADRA 31	FACE 04	RUA ALFREDO RIGONI, S/N	APÓS O Nº 29 B PORTÃO CINZA	
981	QUADRA 31	FACE 04	RUA ALFREDO RIGONI, S/N	ÚLTIMA CASA DA FACE	
982	QUADRA 32	FACE 01	RUA MARIO SOEIRO BANHOS, S/N	ANTES DO Nº 204	
983	QUADRA 32	FACE 01	RUA MARIO SOEIRO BANHOS, Nº 204	FRENTE ANDAR 1	
984	QUADRA 32	FACE 01	RUA MARIO SOEIRO BANHOS, Nº 204	FRENTE TERREO	
985	QUADRA 32	FACE 01	RUA MARIO SOEIRO BANHOS, Nº 204	FUNDOS ANDAR 1	
986	QUADRA 32	FACE 01	RUA MARIO SOEIRO BANHOS, Nº 204	FUNDOS TERREO	
987	QUADRA 32	FACE 01	RUA MARIO SOEIRO BANHOS, Nº 216		
988	QUADRA 32	FACE 01	RUA MARIO SOEIRO BANHOS, S/N	FRENTE / AO LADO DO Nº 16	
989	QUADRA 32	FACE 01	RUA MARIO SOEIRO BANHOS, S/N	FUNDOS 1 / AO LADO DO Nº 16	
990	QUADRA 32	FACE 01	RUA MARIO SOEIRO BANHOS, S/N	FUNDOS 2 / AO LADO DO Nº 16	
991	QUADRA 32	FACE 01	RUA MARIO SOEIRO BANHOS, Nº 240	CASA 3	
992	QUADRA 32	FACE 01	RUA MARIO SOEIRO BANHOS, Nº 240	CASA 2	
993	QUADRA 32	FACE 01	RUA MARIO SOEIRO BANHOS, Nº 240	CASA 1	
994	QUADRA 32	FACE 01	RUA MARIO SOEIRO BANHOS, Nº 264	FRENTE LADO DIREITO	USO OCASIONAL
995	QUADRA 32	FACE 01	RUA MARIO SOEIRO BANHOS, Nº 264	FUNDOS 1 LADO DIREITO	
996	QUADRA 32	FACE 01	RUA MARIO SOEIRO BANHOS, Nº 264	FUNDOS 2 LADO DIREITO	
997	QUADRA 32	FACE 01	RUA MARIO SOEIRO BANHOS, Nº 264	FUNDOS 3 LADO DIREITO	
998	QUADRA 32	FACE 01	RUA MARIO SOEIRO BANHOS, Nº 264	FRENTE LADO ESQUERDO	
999	QUADRA 32	FACE 01	RUA MARIO SOEIRO BANHOS, Nº 264	FUNDOS 1 LADO ESQUERDO	
1000	QUADRA 32	FACE 01	RUA MARIO SOEIRO BANHOS, Nº 264	FUNDOS 2 LADO ESQUERDO	
1001	QUADRA 32	FACE 01	RUA MARIO SOEIRO BANHOS, Nº 264	FUNDOS 3 LADO ESQUERDO	
1002	QUADRA 32	FACE 01	RUA MARIO SOEIRO BANHOS, Nº 07		CONSTRUÇÃO
1003	QUADRA 32	FACE 01	RUA MARIO SOEIRO BANHOS, Nº 300	ANDAR 2	

1004	QUADRA 32	FACE 01	RUA MARIO SOEIRO BANHOS, Nº 300	ANDAR 1 LADO DIREITO	
1005	QUADRA 32	FACE 01	RUA MARIO SOEIRO BANHOS, Nº 300	ANDAR 1 LADO ESQUERDO	
1006	QUADRA 32	FACE 01	RUA MARIO SOEIRO BANHOS, Nº 300	TERREO LADO DIREITO	
1007	QUADRA 32	FACE 01	RUA MARIO SOEIRO BANHOS, Nº 300	TERREO LADO ESQUERDO	
1008	QUADRA 32	FACE 02	RUA CARLOS ALBERTO PESSOTI, S/N	ANTES DO BAR / MURO DE BLOCO	
1009	QUADRA 32	FACE 02	RUA CARLOS ALBERTO PESSOTI, S/N	FRENTE / BAR	ESTABELECIMENTO COMERCIAL
1010	QUADRA 32	FACE 02	RUA CARLOS ALBERTO PESSOTI, S/N	FUNDOS DO BAR	
1011	QUADRA 32	FACE 03	RUA DARCY BONN, S/N	COR VERDE	
1012	QUADRA 32	FACE 03	RUA DARCY BONN, Nº 232		
1013	QUADRA 32	FACE 03	RUA DARCY BONN, Nº 233		
1014	QUADRA 32	FACE 03	RUA DARCY BONN, S/N	COR ROSA	
1015	QUADRA 32	FACE 03	RUA DARCY BONN, Nº 230	COR AZUL	
1016	QUADRA 32	FACE 03	RUA DARCY BONN, Nº 229	BAR	ESTABELECIMENTO COMERCIAL
1017	QUADRA 32	FACE 03	RUA DARCY BONN, Nº 229	FUNDOS 1	
1018	QUADRA 32	FACE 03	RUA DARCY BONN, Nº 229	FUNDOS 2	
1019	QUADRA 32	FACE 03	RUA DARCY BONN, Nº 11	ANDAR 1 FRENTE	
1020	QUADRA 32	FACE 03	RUA DARCY BONN, Nº 11	TERREO FRENTE	
1021	QUADRA 32	FACE 03	RUA DARCY BONN, Nº 11	ANDAR 1 FUNDOS 1	
1022	QUADRA 32	FACE 03	RUA DARCY BONN, Nº 11	TERREO FUNDOS 1	VAGO
1023	QUADRA 32	FACE 03	RUA DARCY BONN, Nº 11	ANDAR 1 FUNDOS 2	VAGO
1024	QUADRA 32	FACE 03	RUA DARCY BONN, Nº 11	TERREO FUNDOS 2	
1025	QUADRA 32	FACE 03	RUA DARCY BONN, Nº 217 B		
1026	QUADRA 32	FACE 03	RUA DARCY BONN, Nº 217 A		
1027	QUADRA 32	FACE 03	RUA DARCY BONN, Nº 205		
1028	QUADRA 32	FACE 03	RUA DARCY BONN, S/N	ANTES DO Nº 169	
1029	QUADRA 32	FACE 03	RUA DARCY BONN, Nº 169		
1030	QUADRA 32	FACE 04	RUA ALFREDO RIGONI, S/N	MURO DE BLOCO	VAGO
1031	QUADRA 34	FACE 01	RUA MANOEL LUIZ CORREA, Nº 72	LADO DIREITO	
1032	QUADRA 34	FACE 01	RUA MANOEL LUIZ CORREA, Nº 72	LADO ESQUERDO	
1033	QUADRA 34	FACE 01	RUA MANOEL LUIZ CORREA, S/N	AO LADO DO Nº 72	
1034	QUADRA 34	FACE 02	RUA ALFREDO RIGONI, Nº 132		
1035	QUADRA 34	FACE 02	RUA ALFREDO RIGONI, S/N	ANDAR 1 LADO DIREITO APÓS O Nº 132	
1036	QUADRA 34	FACE 02	RUA ALFREDO RIGONI, S/N	ANDAR 1 LADO ESQUERDO APÓS O Nº 132	
1037	QUADRA 34	FACE 02	RUA ALFREDO RIGONI, S/N	TERREO APÓS O Nº 132	
1038	QUADRA 34	FACE 03	RUA MANOEL LUIZ CORREA, S/N	PRIMEIRA CASA DA FACE	CONSTRUÇÃO
1039	QUADRA 34	FACE 03	RUA MANOEL LUIZ CORREA, Nº 109	ANDAR 1	
1040	QUADRA 34	FACE 03	RUA MANOEL LUIZ CORREA, Nº 109	TERREO FRENTE	
1041	QUADRA 34	FACE 03	RUA MANOEL LUIZ CORREA, Nº 109	TERRO FUNDOS	
1042	QUADRA 34	FACE 03	RUA MANOEL LUIZ CORREA, Nº 97		
1043	QUADRA 34	FACE 03	RUA MANOEL LUIZ CORREA, S/N	APÓS O Nº 97	
1044	QUADRA 34	FACE 03	RUA MANOEL LUIZ CORREA, Nº 12	FRENTE	
1045	QUADRA 34	FACE 03	RUA MANOEL LUIZ CORREA, Nº 12	FUNDOS	

1046	QUADRA 33	FACE 01	RUA MARIA CARMEM ALMENARA CALMON, S/N	COR BRANCA	
1047	QUADRA 33	FACE 02	RUA WALDEMIRO PREDOTTI, S/N	COR VERDE	
1048	QUADRA 33	FACE 03	RUA MANOEL LUIZ CORREA, S/N	PORTA CINZA / ETERNIT	
1049	QUADRA 33	FACE 03	RUA MANOEL LUIZ CORREA, Nº 157	COR ROSA	
1050	QUADRA 33	FACE 03	RUA MANOEL LUIZ CORREA, Nº 155	ETERNIT	
1051	QUADRA 33	FACE 03	RUA MANOEL LUIZ CORREA, S/N	ANDAR 1 FINAL DA FACE	
1052	QUADRA 33	FACE 03	RUA MANOEL LUIZ CORREA, S/N	TERREO FINAL DA FACE	
1053	QUADRA 35	FACE 01	RUA MANOEL LUIZ CORREA, S/N	CASA ANTES DO BAR	
1054	QUADRA 35	FACE 01	RUA MANOEL LUIZ CORREA, Nº 12	BAR	ESTABELECIMENTO COMERCIAL
1055	QUADRA 35	FACE 01	RUA MANOEL LUIZ CORREA, Nº 12	FUNDOS	
1056	QUADRA 35	FACE 01	RUA MANOEL LUIZ CORREA, Nº 19		
1057	QUADRA 35	FACE 01	RUA MANOEL LUIZ CORREA, Nº 36		
1058	QUADRA 35	FACE 01	RUA MANOEL LUIZ CORREA, Nº 48		
1059	QUADRA 35	FACE 01	RUA MANOEL LUIZ CORREA, Nº 60 A		
1060	QUADRA 35	FACE 01	RUA MANOEL LUIZ CORREA, Nº 13		
1061	QUADRA 35	FACE 01	RUA MANOEL LUIZ CORREA, Nº 96		
1062	QUADRA 35	FACE 01	RUA MANOEL LUIZ CORREA, Nº 120		
1063	QUADRA 35	FACE 01	RUA MANOEL LUIZ CORREA, Nº 132		
1064	QUADRA 35	FACE 02	RUA ALFREDO RIGONI, S/N	LAVA JATO	ESTABELECIMENTO COMERCIAL
1065	QUADRA 35	FACE 02	RUA ALFREDO RIGONI, S/N	APÓS O LAVA JATO / DUPLEX	
1066	QUADRA 35	FACE 03	RUA SEBASTIÃO SILVA PRATTI, Nº 133	ANDAR 1	
1067	QUADRA 35	FACE 03	RUA SEBASTIÃO SILVA PRATTI, Nº 133	TERREO	
1068	QUADRA 35	FACE 03	RUA SEBASTIÃO SILVA PRATTI, S/N	ANTES DO Nº 121	
1069	QUADRA 35	FACE 03	RUA SEBASTIÃO SILVA PRATTI, Nº 121		
1070	QUADRA 35	FACE 03	RUA SEBASTIÃO SILVA PRATTI, Nº 06		VAGO
1071	QUADRA 35	FACE 03	RUA SEBASTIÃO SILVA PRATTI, Nº 97	CASA 2	
1072	QUADRA 35	FACE 03	RUA SEBASTIÃO SILVA PRATTI, Nº 97	CASA 1	
1073	QUADRA 35	FACE 03	RUA SEBASTIÃO SILVA PRATTI, S/N	FRENTE APÓS O Nº 97	CONSTRUÇÃO
1074	QUADRA 35	FACE 03	RUA SEBASTIÃO SILVA PRATTI, S/N	FUNDOS APÓS O Nº 97	
1075	QUADRA 35	FACE 03	RUA SEBASTIÃO SILVA PRATTI, Nº 73		
1076	QUADRA 35	FACE 03	RUA SEBASTIÃO SILVA PRATTI, Nº 61	ANDAR 1	
1077	QUADRA 35	FACE 03	RUA SEBASTIÃO SILVA PRATTI, Nº 61	TERREO FRENTE	
1078	QUADRA 35	FACE 03	RUA SEBASTIÃO SILVA PRATTI, Nº 61	TERREO FUNDOS 1	
1079	QUADRA 35	FACE 03	RUA SEBASTIÃO SILVA PRATTI, Nº 61	TERREO FUNDOS 2	
1080	QUADRA 35	FACE 03	RUA SEBASTIÃO SILVA PRATTI, Nº 37		
1081	QUADRA 35	FACE 03	RUA SEBASTIÃO SILVA PRATTI, S/N	APÓS O Nº 37	
1082	QUADRA 35	FACE 03	RUA SEBASTIÃO SILVA PRATTI, Nº 07	ANDAR 2	VAGO
1083	QUADRA 35	FACE 03	RUA SEBASTIÃO SILVA PRATTI, Nº 07	ANDAR 1 LADO DIREITO	
1084	QUADRA 35	FACE 03	RUA SEBASTIÃO SILVA PRATTI, Nº 07	ANDAR 1 LADO ESQUERDO	
1085	QUADRA 35	FACE 03	RUA SEBASTIÃO SILVA PRATTI, Nº 07	TERREO LADO DIREITO / IGREJA	ESTABELECIMENTO COMERCIAL
1086	QUADRA 35	FACE 03	RUA SEBASTIÃO SILVA PRATTI, Nº 07	TERREO LADO ESQUERDO	
1087	QUADRA 35	FACE 04	AVENIDA LAGOA DURÃO, Nº 07		

1088	QUADRA 35	FACE 04	AVENIDA LAGOA DURÃO, Nº 06		VAGO
1089	QUADRA 35	FACE 04	AVENIDA LAGOA DURÃO, Nº 05	ANDAR 1 COR AZUL	
1090	QUADRA 35	FACE 04	AVENIDA LAGOA DURÃO, Nº 05	TERREO COR AZUL	
1091	QUADRA 35	FACE 04	AVENIDA LAGOA DURÃO, Nº 04	FRENTE COR AMARELA	
1092	QUADRA 35	FACE 04	AVENIDA LAGOA DURÃO, Nº 04	FUNDOS	
1093	QUADRA 35	FACE 04	AVENIDA LAGOA DURÃO, Nº 03		
1094	QUADRA 35	FACE 04	AVENIDA LAGOA DURÃO, Nº 02	COR VERDE	
1095	QUADRA 35	FACE 04	AVENIDA LAGOA DURÃO, Nº 01	COR BRANCA	VAGO
1096	QUADRA 36	FACE 01	RUA WALDEMIRO PREDOTTI, Nº 84	COR ROSA	
1097	QUADRA 36	FACE 01	RUA WALDEMIRO PREDOTTI, S/N	APÓS O Nº 84	VAGO
1098	QUADRA 36	FACE 01	RUA WALDEMIRO PREDOTTI, S/N	ANTES DO Nº 96	
1099	QUADRA 36	FACE 01	RUA WALDEMIRO PREDOTTI, Nº 96		
1100	QUADRA 36	FACE 01	RUA WALDEMIRO PREDOTTI, Nº 108		
1101	QUADRA 36	FACE 01	RUA WALDEMIRO PREDOTTI, Nº 120		
1102	QUADRA 36	FACE 01	RUA WALDEMIRO PREDOTTI, Nº 132	ANDAR 1	
1103	QUADRA 36	FACE 01	RUA WALDEMIRO PREDOTTI, Nº 132	TERREO	
1104	QUADRA 36	FACE 02	RUA ALFREDO RIGONI, S/N		CONSTRUÇÃO
1105	QUADRA 36	FACE 03	RUA MARIO SOEIRO BANHOS, S/N	COR AZUL	
1106	QUADRA 36	FACE 03	RUA MARIO SOEIRO BANHOS, Nº 02 A		
1107	QUADRA 36	FACE 03	RUA MARIO SOEIRO BANHOS, Nº 02 B		
1108	QUADRA 36	FACE 03	RUA MARIO SOEIRO BANHOS, Nº 04	PORTÃO PRETO	
1109	QUADRA 36	FACE 03	RUA MARIO SOEIRO BANHOS, S/N	COR VERDE	
1110	QUADRA 36	FACE 03	RUA MARIO SOEIRO BANHOS, Nº 116	COR AZUL	
1111	QUADRA 36	FACE 03	RUA MARIO SOEIRO BANHOS, Nº 10	VERDE	
1112	QUADRA 36	FACE 03	RUA MARIO SOEIRO BANHOS, S/N	IGREJA BATISTA	ESTABELECIMENTO RELIGIOSO
1113	QUADRA 37	FACE 01	RUA MARIO SOEIRO BANHOS, S/N	NADA A REGISTRAR	
1114	QUADRA 37	FACE 02	RUA CARLOS ALBERTO PESSOTI, S/N	CEIM VALDIR GABRIEL MARIM	ESTABELECIMENTO DE ENSINO
1115	QUADRA 37	FACE 03	RUA DARCY BONN, S/N	PORTÃO BEGE	
1116	QUADRA 37	FACE 04	AVENIDA LAGOA DURÃO, S/N	PRIMEIRA CASA DA FACE	
1117	QUADRA 37	FACE 04	AVENIDA LAGOA DURÃO, S/N	SEGUNDA CASA DA FACE	
1118	QUADRA 37	FACE 04	AVENIDA LAGOA DURÃO, S/N	TERCEIRA CASA DA FACE	
1119	QUADRA 37	FACE 04	AVENIDA LAGOA DURÃO, Nº 03	ANDAR 1	
1120	QUADRA 37	FACE 04	AVENIDA LAGOA DURÃO, Nº 03	TERREO	
1121	QUADRA 37	FACE 04	AVENIDA LAGOA DURÃO, Nº 02	FRENTE	
1122	QUADRA 37	FACE 04	AVENIDA LAGOA DURÃO, Nº 02	FUNDOS 1	
1123	QUADRA 37	FACE 04	AVENIDA LAGOA DURÃO, Nº 02	FUNDOS 2	
1124	QUADRA 37	FACE 04	AVENIDA LAGOA DURÃO, Nº 01	ANDAR 1	VAGO
1125	QUADRA 37	FACE 04	AVENIDA LAGOA DURÃO, Nº 01	TERREO / SALÃO	ESTABELECIMENTO COMERCIAL
1126	QUADRA 38	FACE 01	AV: JOSE FRANCISCO CARMINATTI BACHETTI	NADA CONSTA	
1127	QUADRA 38	FACE 02	RUA ANTONIO DOS REIS PAVA, Nº 205		
1128	QUADRA 38	FACE 02	RUA ANTONIO DOS REIS PAVA, Nº S/N	CASA AZUL APÓS O N 205	
1129	QUADRA 38	FACE 02	RUA ANTONIO DOS REIS PAVA, Nº 181		

1130	QUADRA 38	FACE 02	RUA ANTONIO DOS REIS PAVA, N° 169	COR BRANCA	
1131	QUADRA 38	FACE 02	RUA ANTONIO DOS REIS PAVA, N°41	OFICINA LOCATELLI	ESTABELECIMENTO COMERCIAL
1132	QUADRA 38	FACE 02	RUA ANTONIO DOS REIS PAVA, S/N	ESPAÇO HOME	ESTABELECIMENTO COMERCIAL
1133	QUADRA 38	FACE 02	RUA ANTONIO DOS REIS PAVA, S/N	ANDAR 1, PORTÃO AZUL / APÓS O ESPAÇO HOME	
1134	QUADRA 38	FACE 02	RUA ANTONIO DOS REIS PAVA, S/N	TERREO, OFICINA / APÓS O ESPAÇO HOME	ESTABELECIMENTO COMERCIAL
1135	QUADRA 38	FACE 02	RUA ANTONIO DOS REIS PAVA, S/N	SEGUNDA CASA APÓS O ESPAÇO HOME	CONSTRUÇÃO
1136	QUADRA 38	FACE 02	RUA ANTONIO DOS REIS PAVA, S/N	ANDAR 2, APÓS A OFICINA / PORTÃO BRANCO	
1137	QUADRA 38	FACE 02	RUA ANTONIO DOS REIS PAVA, S/N	ANDAR 1, APÓS A OFICINA / PORTÃO BRANCO	
1138	QUADRA 38	FACE 02	RUA ANTONIO DOS REIS PAVA, S/N	TERREO, APÓS A OFICINA / PORTÃO BRANCO	
1139	QUADRA 38	FACE 02	RUA ANTONIO DOS REIS PAVA, S/N	ANDAR 2 FRENTE / PORTÃO BRANCO ATRAS DA PADARIA	
1140	QUADRA 38	FACE 02	RUA ANTONIO DOS REIS PAVA, S/N	ANDAR 2 FUNDOS / PORTÃO BRANCO ATRAS DA PADARIA	
1141	QUADRA 38	FACE 02	RUA ANTONIO DOS REIS PAVA, S/N	ANDAR 1 FRENTE / PORTÃO BRANCO ATRAS DA PADARIA	
1142	QUADRA 38	FACE 02	RUA ANTONIO DOS REIS PAVA, S/N	ANDAR 1 FUNDOS / PORTÃO BRANCO ATRAS DA PADARIA	
1143	QUADRA 38	FACE 02	RUA ANTONIO DOS REIS PAVA, S/N	TERREO / PORTÃO BRANCO ATRAS DA PADARIA	
1144	QUADRA 38	FACE 03	AVENIDA LAGOA DO ENCANTO, N° 7	PADARIA	ESTABELECIMENTO COMERCIAL
1145	QUADRA 38	FACE 03	AVENIDA LAGOA DO ENCANTO, N°6		
1146	QUADRA 38	FACE 03	AVENIDA LAGOA DO ENCANTO, S/N	AO LADO DO N° 6 / BAIXINHO MOTO TAXI	
1147	QUADRA 38	FACE 03	AVENIDA LAGOA DO ENCANTO, S/N	SEGUNDA CASA APÓS O N° 6 / CASA VERDE	
1148	QUADRA 38	FACE 03	AVENIDA LAGOA DO ENCANTO, S/N	ANDAR 1, LADO DIREITO, ANTES DO N° 2 / PREDIO BRANCO	
1149	QUADRA 38	FACE 03	AVENIDA LAGOA DO ENCANTO, S/N	ANDAR 1, LADO ESQUERDO, ANTES DO N° 2 / PREDIO BRANCO	
1150	QUADRA 38	FACE 03	AVENIDA LAGOA DO ENCANTO, S/N	TERREO, LADO DIREITO, ANTES DO N° 2 / PREDIO BRANCO	
1151	QUADRA 38	FACE 03	AVENIDA LAGOA DO ENCANTO, S/N	TERREO, LADO ESQUERDO, ANTES DO N° 2 / PREDIO BRANCO	
1152	QUADRA 38	FACE 03	AVENIDA LAGOA DO ENCANTO, N° 2		
1153	QUADRA 38	FACE 03	AVENIDA LAGOA DO ENCANTO, S/N	APÓS O N° 2, CASA DE ESQUINA	CONSTRUÇÃO
1154	QUADRA 38	FACE 04	RUA DARCY BONN, S/N	FRENTE, ANTES DO N°120 / PORTÃO PRETO	
1155	QUADRA 38	FACE 04	RUA DARCY BONN, S/N	FUNDOS, ANTES DO N° 120 / PORTÃO PRETO	
1156	QUADRA 38	FACE 04	RUA DARCY BONN, N° 120	CASA VERDE	
1157	QUADRA 38	FACE 04	RUA DARCY BONN, N° 132	BAR	ESTABELECIMENTO COMERCIAL
1158	QUADRA 38	FACE 04	RUA DARCY BONN, N° 156	FRENTE	
1159	QUADRA 38	FACE 04	RUA DARCY BONN, N° 156	FUNDOS	
1160	QUADRA 38	FACE 04	RAU DARCY BONN, S/N	PORTÃO BRANCO	CONSTRUÇÃO
1161	QUADRA 38	FACE 04	RUA DARCY BONN, S/N	1 ANDAR, FRENTE PARA O N° 25	
1162	QUADRA 38	FACE 04	RUA DARCY BONN, S/N	TERREO, FRENTE PARA O N° 25	
1163	QUADRA 38	FACE 04	RUA DARCY BONN, N° 228		
1164	QUADRA 38	FACE 04	RUA DARCY BONN, N°240		
1165	QUADRA 38	FACE 04	RUA DARCY BONN, N° 252		
1166	QUADRA 38	FACE 04	RUA DARCY BONN, N° 7	PORTA ROSA	
1167	QUADRA 38	FACE 04	RAU DARCY BONN, S/N	PRIMEIRA CASA APÓS O N° 7	CONSTRUÇÃO
1168	QUADRA 38	FACE 04	RUA DARCY BONN, S/N	SEGUNDA CASA APÓS O N° 7	CONSTRUÇÃO
1169	QUADRA 39	FACE 01	AV: JOSE FRANCISCO CARMINATTI BACHETTI	NADA CONSTA	
1170	QUADRA 39	FACE 02	RUA DOS NAMORADOS, N°4		
1171	QUADRA 39	FACE 02	RUA DOS NAMORADOS, S/N	PRIMEIRA CASA APÓS O NUMERO 4	

1172	QUADRA 39	FACE 02	RUA DOS NAMORADOS, S/N	SEGUNDA CASA APÓS O NUMERO 4	CONSTRUÇÃO
1173	QUADRA 39	FACE 03	AVENIDA LAGOA DO ENCANTO, N° 2	PORTÃO DE AÇO	
1174	QUADRA 39	FACE 03	AVENIDA LAGOA DO ENCANTO, S/N	BAR APÓS O N° 2	COMERCIO
1175	QUADRA 39	FACE 04	RUA ANTONIO DOS REIS PAVA, N°1	ANDAR 1	
1176	QUADRA 39	FACE 04	RUA ANTONIO DOS REIS PAVA, N°1	TERREO	
1177	QUADRA 39	FACE 04	RUA ANTONIO DOS REIS PAVA, N°7	ELETRONICA SERÓDIO	
1178	QUADRA 39	FACE 04	RUA ANTONIO DOS REIS PAVA, N°180		
1179	QUADRA 39	FACE 04	RUA ANTONIO DOS REIS PAVA, N°5	ANDAR 1	
1180	QUADRA 39	FACE 04	RUA ANTONIO DOS REIS PAVA, N°5	TERREO	
1181	QUADRA 39	FACE 04	RUA ANTONIO DOS REIS PAVA, N°4		CONSTRUÇÃO
1182	QUADRA 39	FACE 04	RUA ANTONIO DOS REIS PAVA, N°2A		
1183	QUADRA 40	FACE 01	AVENIDA LAGOA DO ENCANTO, S/N	CASA MURO AZUL	
1184	QUADRA 40	FACE 01	AVENIDA LAGOA DO ENCANTO, N° 08		
1185	QUADRA 40	FACE 01	AVENIDA LAGOA DO ENCANTO, N° 07		
1186	QUADRA 40	FACE 01	AVENIDA LAGOA DO ENCANTO, N° 06	MURO DE BLOCO	
1187	QUADRA 40	FACE 01	AVENIDA LAGOA DO ENCANTO, S/N	APÓS O N° 06	
1188	QUADRA 40	FACE 01	AVENIDA LAGOA DO ENCANTO, N° 04		
1189	QUADRA 40	FACE 01	AVENIDA LAGOA DO ENCANTO, S/N	MURO VERMELHO	
1190	QUADRA 40	FACE 01	AVENIDA LAGOA DO ENCANTO, S/N	FRENTE CASA 1	
1191	QUADRA 40	FACE 01	AVENIDA LAGOA DO ENCANTO, S/N	FUNDOS 1 CASA 2	
1192	QUADRA 40	FACE 01	AVENIDA LAGOA DO ENCANTO, S/N	FUNDOS 2 CASA 3	
1193	QUADRA 40	FACE 01	AVENIDA LAGOA DO ENCANTO, N° 01 A	COR AZUL	
1194	QUADRA 40	FACE 01	AVENIDA LAGOA DO ENCANTO, N° 01 B	MURO DE BLOCO	
1195	QUADRA 40	FACE 01	AVENIDA LAGOA DO ENCANTO, N° 02 A	FRENTE	
1196	QUADRA 40	FACE 01	AVENIDA LAGOA DO ENCANTO, N° 02 A	FUNDOS	VAGO
1197	QUADRA 40	FACE 01	AVENIDA LAGOA DO ENCANTO, N° 01	COR VERDE	
1198	QUADRA 40	FACE 01	AVENIDA LAGOA DO ENCANTO, N° 04 A	APÓS A CASA VERDE	
1199	QUADRA 40	FACE 01	AVENIDA LAGOA DO ENCANTO, N° 03 A	COR BRANCA	
1200	QUADRA 40	FACE 01	AVENIDA LAGOA DO ENCANTO, N° 03 B		
1201	QUADRA 40	FACE 01	AVENIDA LAGOA DO ENCANTO, N° 02		
1202	QUADRA 40	FACE 01	AVENIDA LAGOA DO ENCANTO, N° 05 A		
1203	QUADRA 40	FACE 01	AVENIDA LAGOA DO ENCANTO, N° 04 B	ANTES DO SALÃO	
1204	QUADRA 40	FACE 01	AVENIDA LAGOA DO ENCANTO, N° 03 D	ANDAR 1	
1205	QUADRA 40	FACE 01	AVENIDA LAGOA DO ENCANTO, N° 03 D	TERREO / SALÃO DA ZEZE	ESTABELECIMENTO COMERCIAL
1206	QUADRA 40	FACE 01	AVENIDA LAGOA DO ENCANTO, S/N	DUPLEX APÓS O SALÃO DA ZEZE	
1207	QUADRA 40	FACE 01	AVENIDA LAGOA DO ENCANTO, S/N	ANDAR 1 ANTES DO N° 02	
1208	QUADRA 40	FACE 01	AVENIDA LAGOA DO ENCANTO, N° 02 B		
1209	QUADRA 40	FACE 01	AVENIDA LAGOA DO ENCANTO, N° 05 B	SEM REBOCO	
1210	QUADRA 40	FACE 01	AVENIDA LAGOA DO ENCANTO, S/N	IGREJA BATISTA	ESTABELECIMENTO RELIGIOSO
1211	QUADRA 40	FACE 01	AVENIDA LAGOA DO ENCANTO, N° 03 E	CASA VERDE	
1212	QUADRA 40	FACE 01	AVENIDA LAGOA DO ENCANTO, S/N	MURO CINZA	
1213	QUADRA 40	FACE 01	AVENIDA LAGOA DO ENCANTO, S/N	COR ROSA	

1214	QUADRA 40	FACE 01	AVENIDA LAGOA DO ENCANTO, S/N	TERREO LADO A / PORTÃO CINZA / MURO AMARELO	
1215	QUADRA 40	FACE 02	AV: JOSE FRANCISCO CARMINATTI BACHETTI, S/N	ANDAR 1 EM CIMA DA STILO MODAS	
1216	QUADRA 40	FACE 02	AV: JOSE FRANCISCO CARMINATTI BACHETTI, S/N	TERREO LADO B / STILO MODAS	ESTABELECIMENTO COMERCIAL
1217	QUADRA 40	FACE 02	AV: JOSE FRANCISCO CARMINATTI BACHETTI, S/N		CONSTRUÇÃO
1218	QUADRA 40	FACE 02	AV: JOSE FRANCISCO CARMINATTI BACHETTI, S/N	ANDAR 1	
1219	QUADRA 40	FACE 02	AV: JOSE FRANCISCO CARMINATTI BACHETTI, S/N	TERREO / AÇAI DA HORA	ESTABELECIMENTO COMERCIAL
1220	QUADRA 40	FACE 03	RUA PROJETADA, S/N	CASA 1 PORTÃO AZUL	
1221	QUADRA 40	FACE 03	RUA PROJETADA, S/N	CASA 2 PORTÃO VERDE	
1222	QUADRA 40	FACE 03	RUA PROJETADA, S/N	CASA 3 PORTÃO CINZA	
1223	QUADRA 40	FACE 03	RUA PROJETADA, S/N	CASA 4	CONSTRUÇÃO
1224	QUADRA 40	FACE 03	RUA PROJETADA, S/N	CASA VERDE APÓS O A CASA 4	
1225	QUADRA 40	FACE 03	RUA PROJETADA, S/N	ANDAR 1CASA COM TOLDO	
1226	QUADRA 40	FACE 03	RUA PROJETADA, S/N	TERREO CASA COM TOLDO	
1227	QUADRA 40	FACE 03	RUA PROJETADA, S/N	MURO DE BLOCO	CONSTRUÇÃO
1228	QUADRA 40	FACE 03	RUA PROJETADA, S/N	ANDAR 1 COR ROSA	
1229	QUADRA 40	FACE 03	RUA PROJETADA, S/N	TERREO COR ROSA	VAGO
1230	QUADRA 40	FACE 03	RUA PROJETADA, S/N	LADO DIREITO ANDAR 1 / PÃO CASEIRO	
1231	QUADRA 40	FACE 03	RUA PROJETADA, S/N	LADO ESQUERDO ANDAR 1 / PÃO CASEIRO	
1232	QUADRA 40	FACE 03	RUA PROJETADA, S/N	TERREO FRENTE / PÃO CASEIRO	ESTABELECIMENTO COMERCIAL
1233	QUADRA 40	FACE 03	RUA PROJETADA, S/N	TERREO FUNDOS / PÃO CASEIRO	
1234	QUADRA 40	FACE 03	RUA PROJETADA, S/N	ANTES DO Nº 10	
1235	QUADRA 40	FACE 03	RUA PROJETADA, Nº 10	ANDAR 1	
1236	QUADRA 40	FACE 03	RUA PROJETADA, Nº 10	TERREO	
1237	QUADRA 40	FACE 03	RUA PROJETADA, S/N	APÓS O Nº 10 / TELHA COLONIAL	
1238	QUADRA 40	FACE 04	RUA PROJETADA, Nº 12		
1239	QUADRA 40	FACE 04	RUA PROJETADA, Nº 14		
1240	QUADRA 40	FACE 05	RUA PROJETADA, Nº 14	MURO VERDE	
1241	QUADRA 40	FACE 05	RUA PROJETADA, S/N	MURO ROSA	
1242	QUADRA 40	FACE 05	RUA PROJETADA, S/N	PORTÃO PRETO	
1243	QUADRA 40	FACE 05	RUA PROJETADA, S/N	MURO DE BLOCO	
1244	QUADRA 40	FACE 05	RUA PROJETADA, S/N	COR BRANCA / ETERNIT	
1245	QUADRA 40	FACE 05	RUA PROJETADA, S/N	FNS 64 / MURO DE BLOCO	
1246	QUADRA 40	FACE 05	RUA PROJETADA, S/N	MURO COM AZULEIJO	
1247	QUADRA 40	FACE 05	RUA PROJETADA, S/N	MURO DE BLOCO	USO OCASIONAL
1248	QUADRA 40	FACE 05	RUA PROJETADA, S/N		CONSTRUÇÃO
1249	QUADRA 40	FACE 05	RUA PROJETADA, Nº 26	FRENTE	
1250	QUADRA 40	FACE 05	RUA PROJETADA, Nº 26	ANDAR 1 FUNDOS	
1251	QUADRA 40	FACE 05	RUA PROJETADA, S/N	SEM REBOCO	VAGO
1252	QUADRA 40	FACE 05	RUA PROJETADA, S/N	FSN 69 PORTÃO CINZA	
1253	QUADRA 40	FACE 05	RUA PROJETADA, S/N	FNS 70 ANDAR 1	
1254	QUADRA 40	FACE 05	RUA PROJETADA, S/N	FNS 70 TERREO	
1255	QUADRA 40	FACE 05	RUA PROJETADA, S/N	PORTA ROSA	

1256	QUADRA 40	FACE 05	RUA PROJETADA, S/N	ANTES DA CASA VERDE	
1257	QUADRA 40	FACE 06	RUA PROJETADA, S/N	FRENTE CASA VERDE	
1258	QUADRA 40	FACE 06	RUA PROJETADA, S/N	FUNDOS CASA VERDE	
1259	QUADRA 40	FACE 06	RUA PROJETADA, S/N	SUB SOLO C ASA VERDE	
1260	QUADRA 40	FACE 06	RUA PROJETADA, S/N	ANTE DO Nº 37	
1261	QUADRA 40	FACE 06	RUA PROJETADA, Nº 37		USO OCASIONAL
1262	QUADRA 40	FACE 06	RUA PROJETADA, S/N	PORTÃO VERMELHO	VAGO
1263	QUADRA 40	FACE 06	RUA PROJETADA, Nº 36		
1264	QUADRA 40	FACE 06	RUA PROJETADA, S/N	FRENTE MURO VERDE	
1265	QUADRA 40	FACE 06	RUA PROJETADA, S/N	FUNDOS 1 MURO VERDE	
1266	QUADRA 40	FACE 06	RUA PROJETADA, S/N	FUNDOS 2 MURO VERDE	
1267	QUADRA 40	FACE 06	RUA PROJETADA, S/N	FRENTE / PÉ DE BANANEIRA	
1268	QUADRA 40	FACE 06	RUA PROJETADA, S/N	FUNDOS / PÉ DE BANANEIRA	
1269	QUADRA 40	FACE 06	RUA PROJETADA, S/N		CONSTRUÇÃO
1270	QUADRA 40	FACE 06	RUA PROJETADA, S/N	ETERNIT	
1271	QUADRA 40	FACE 06	RUA PROJETADA, S/N	FNS 82	
1272	QUADRA 40	FACE 06	RUA PROJETADA, S/N	FNS 83 / PÉ DE MANGA	
1273	QUADRA 40	FACE 06	RUA PROJETADA, S/N	FNS 84 FRENTE	
1274	QUADRA 40	FACE 06	RUA PROJETADA, S/N	FNS 84 FUNDOS 1	
1275	QUADRA 40	FACE 06	RUA PROJETADA, S/N	FNS 84 FUNDOS 2	
1276	QUADRA 40	FACE 06	RUA PROJETADA, S/N	FNS 84 FUNDOS 3	
1277	QUADRA 40	FACE 06	RUA PROJETADA, S/N	FNS 93 FRENTE	
1278	QUADRA 40	FACE 06	RUA PROJETADA, S/N	FNS 93 FUNDOS	
1279	QUADRA 40	FACE 06	RUA PROJETADA, S/N	PORTÃO DE AÇO	
1280	QUADRA 40	FACE 06	RUA PROJETADA, S/N	FNS 95 GRADE ROSA	
1281	QUADRA 40	FACE 06	RUA PROJETADA, S/N	MURO DE BLOCO	
1282	QUADRA 40	FACE 06	RUA PROJETADA, S/N	FNS 97 FRENTE	
1283	QUADRA 40	FACE 06	RUA PROJETADA, S/N	FNS 97 FUNDOS	
1284	QUADRA 40	FACE 06	RUA PROJETADA, S/N	FRENTE CERCA DE ARAME	
1285	QUADRA 40	FACE 06	RUA PROJETADA, S/N	FUNDOS CERCA DE ARAME	
1286	QUADRA 40	FACE 06	RUA PROJETADA, S/N	MURO DE BLOCO	
1287	QUADRA 40	FACE 06	RUA PROJETADA, S/N	JANELA BRANCA	VAGO
1288	QUADRA 40	FACE 06	RUA PROJETADA, S/N	PORTÃO VERDE	
1289	QUADRA 40	FACE 06	RUA PROJETADA, S/N	BARRACO COR BRANCA	
1290	QUADRA 40	FACE 06	RUA PROJETADA, S/N	COR BRANCA COM TELA VERDE	
1291	QUADRA 40	FACE 06	RUA PROJETADA, S/N	FRENTE COR VERDE	
1292	QUADRA 40	FACE 06	RUA PROJETADA, S/N	FUNDOS DA CASA VERDE	
1293	QUADRA 40	FACE 06	RUA PROJETADA, S/N	FNS 10 FRENTE COR BRANCA	
1294	QUADRA 40	FACE 06	RUA PROJETADA, S/N	FNS 10 FUNDOS GRADE BRANCA	
1295	QUADRA 40	FACE 06	RUA PROJETADA, S/N	ABAIXO DO NÍVEL DA RUA	
1296	QUADRA 40	FACE 06	RUA PROJETADA, S/N	APÓS A CASA ABAIXO DO NÍVEL DA RUA	
1297	QUADRA 40	FACE 06	RUA PROJETADA, S/N	ANTES DO FNS 115	

1298	QUADRA 40	FACE 06	RUA PROJETADA, S/N	FNS 115	
1299	QUADRA 40	FACE 06	RUA PROJETADA, S/N	FNS 116 COR BRANCA	VAGO
1300	QUADRA 40	FACE 06	RUA PROJETADA, Nº 74	ANDAR 1	
1301	QUADRA 40	FACE 06	RUA PROJETADA, Nº 74	TERREO	
1302	QUADRA 40	FACE 06	RUA PROJETADA, S/N	PRIMEIRA CASA APÓS O Nº 74	
1303	QUADRA 40	FACE 06	RUA PROJETADA, S/N	SEGUNDA CASA APÓS O Nº 74	
1304	QUADRA 40	FACE 07	RUA SEM DENOMINAÇÃO UM, Nº 17	ANDAR 1	
1305	QUADRA 40	FACE 07	RUA SEM DENOMINAÇÃO UM, Nº 17	TERREO	
1306	QUADRA 40	FACE 07	RUA SEM DENOMINAÇÃO UM, S/N	APÓS O Nº 17	
1307	QUADRA 40	FACE 07	RUA SEM DENOMINAÇÃO UM, S/N	ANDAR 1 ANTES DO Nº 20	
1308	QUADRA 40	FACE 07	RUA SEM DENOMINAÇÃO UM, S/N	TERREO ANTES DO Nº 20	
1309	QUADRA 40	FACE 07	RUA SEM DENOMINAÇÃO UM, Nº 20	LADO DIREITO	
1310	QUADRA 40	FACE 07	RUA SEM DENOMINAÇÃO UM, Nº 20	LADO ESQUERDO	
1311	QUADRA 40	FACE 07	RUA SEM DENOMINAÇÃO UM, S/N	PRIMEIRA CASA APÓS O Nº 20	
1312	QUADRA 40	FACE 07	RUA SEM DENOMINAÇÃO UM, Nº 22	FRENTE	
1313	QUADRA 40	FACE 07	RUA SEM DENOMINAÇÃO UM, Nº 22	FUNDOS	
1314	QUADRA 40	FACE 07	RUA SEM DENOMINAÇÃO UM, S/N	PORTÃO BRANCO	
1315	QUADRA 40	FACE 07	RUA SEM DENOMINAÇÃO UM, S/N	PORTÃO AZUL	
1316	QUADRA 40	FACE 07	RUA SEM DENOMINAÇÃO UM, Nº 24		
1317	QUADRA 40	FACE 07	RUA SEM DENOMINAÇÃO UM, S/N	PORTÃO BRANCO	
1318	QUADRA 40	FACE 07	RUA SEM DENOMINAÇÃO UM, Nº 25		
1319	QUADRA 40	FACE 07	RUA SEM DENOMINAÇÃO UM, Nº 26		
1320	QUADRA 40	FACE 07	RUA SEM DENOMINAÇÃO UM, Nº 27		
1321	QUADRA 40	FACE 07	RUA SEM DENOMINAÇÃO UM, S/N	FRENTE APÓS O Nº 27	
1322	QUADRA 40	FACE 07	RUA SEM DENOMINAÇÃO UM, S/N	FUNDOS APÓS O Nº 27	VAGO
1323	QUADRA 40	FACE 07	RUA SEM DENOMINAÇÃO UM, S/N	ANDAR 1 ANTES DO Nº 30	
1324	QUADRA 40	FACE 07	RUA SEM DENOMINAÇÃO UM, S/N	TERREO ANTES DO Nº 30	
1325	QUADRA 40	FACE 07	RUA SEM DENOMINAÇÃO UM, Nº 30		
1326	QUADRA 40	FACE 07	RUA SEM DENOMINAÇÃO UM, Nº 31		
1327	QUADRA 40	FACE 07	RUA SEM DENOMINAÇÃO UM, Nº 3		
1328	QUADRA 40	FACE 07	RUA SEM DENOMINAÇÃO UM, S/N	FRENTE ANTES DO Nº 33	
1329	QUADRA 40	FACE 07	RUA SEM DENOMINAÇÃO UM, S/N	FUNDOS ANTES DO Nº 33	
1330	QUADRA 40	FACE 07	RUA SEM DENOMINAÇÃO UM, Nº 33	FRENTE	
1331	QUADRA 40	FACE 07	RUA SEM DENOMINAÇÃO UM, Nº 33	FUNDOS	
1332	QUADRA 40	FACE 07	RUA SEM DENOMINAÇÃO UM, Nº 34	ANDAR 1	
1333	QUADRA 40	FACE 07	RUA SEM DENOMINAÇÃO UM, Nº 34	TERREO	
1334	QUADRA 40	FACE 08	RUA APOLÔNIA BELIZARIO CORREA, Nº 108		
1335	QUADRA 40	FACE 08	RUA APOLÔNIA BELIZARIO CORREA, Nº 107		
1336	QUADRA 40	FACE 08	RUA APOLÔNIA BELIZARIO CORREA, S/N	PONTO COMERCIAL	ESTABELECIMENTO COMERCIAL
1337	QUADRA 40	FACE 08	RUA APOLÔNIA BELIZARIO CORREA, S/N	ROBERTO OFICINA	ESTABELECIMENTO COMERCIAL
1338	QUADRA 40	FACE 08	RUA APOLÔNIA BELIZARIO CORREA, Nº 105	COR VERDE	
1339	QUADRA 40	FACE 09	RUA SEM MONECLATURA TRÊS, Nº 106		

1340	QUADRA 40	FACE 09	RUA SEM MONECLATURA TRÊS, Nº 107		
1341	QUADRA 40	FACE 09	RUA SEM MONECLATURA TRÊS, Nº 25	ANDAR 1 FRENTE	
1342	QUADRA 40	FACE 09	RUA SEM MONECLATURA TRÊS, Nº 25	TERREO FRENTE	
1343	QUADRA 40	FACE 09	RUA SEM MONECLATURA TRÊS, Nº 25	FUNDOS	
1344	QUADRA 40	FACE 09	RUA SEM MONECLATURA TRÊS, S/N	FNS 12 PORTÃO VERMELHO	VAGO
1345	QUADRA 40	FACE 09	RUA SEM MONECLATURA TRÊS, S/N	FNS 14 COR AMARELA	
1346	QUADRA 40	FACE 09	RUA SEM MONECLATURA TRÊS, S/N	FNS 16 CHAPISCADA	VAGO
1347	QUADRA 40	FACE 09	RUA SEM MONECLATURA TRÊS, S/N	FRENTE AO Nº 20	
1348	QUADRA 40	FACE 09	RUA SEM MONECLATURA TRÊS, S/N	FNS 20	VAGO
1349	QUADRA 40	FACE 09	RUA SEM MONECLATURA TRÊS, S/N	ULTIMA DA FACE	CONSTRUÇÃO
1350	QUADRA 40	FACE 10	RUA SEM MONECLATURA TRÊS, S/N	CASA 1 COR BRANCA	
1351	QUADRA 40	FACE 10	RUA SEM MONECLATURA TRÊS, S/N	CASA 2 COR VERDE	
1352	QUADRA 40	FACE 10	RUA SEM MONECLATURA TRÊS, S/N	CASA 3 SEM REBOCO	
1353	QUADRA 40	FACE 10	RUA SEM MONECLATURA TRÊS, Nº 810		
1354	QUADRA 40	FACE 10	RUA SEM MONECLATURA TRÊS, Nº 820		
1355	QUADRA 40	FACE 10	RUA SEM MONECLATURA TRÊS, S/N	APÓS O Nº 820	
1356	QUADRA 40	FACE 10	RUA SEM MONECLATURA TRÊS, S/N	FRENTE COR AMARELA	
1357	QUADRA 40	FACE 10	RUA SEM MONECLATURA TRÊS, S/N	FUNDOS PORTA VERMELHA	
1358	QUADRA 40	FACE 10	RUA SEM MONECLATURA TRÊS, S/N	ANTES DO FSN 11	VAGO
1359	QUADRA 40	FACE 10	RUA SEM MONECLATURA TRÊS, S/N	FRENTE FSN 11	
1360	QUADRA 40	FACE 10	RUA SEM MONECLATURA TRÊS, S/N	FUNDOS 1 FSN 11	
1361	QUADRA 40	FACE 10	RUA SEM MONECLATURA TRÊS, S/N	FUNDOS 2 FSN 11	
1362	QUADRA 40	FACE 10	RUA SEM MONECLATURA TRÊS, S/N	FNS 13	
1363	QUADRA 40	FACE 10	RUA SEM MONECLATURA TRÊS, S/N	FRENTE FSN 14 MURO BRANCO	
1364	QUADRA 40	FACE 10	RUA SEM MONECLATURA TRÊS, S/N	FUNDOS FSN 14 MURO BRANCO	
1365	QUADRA 40	FACE 11	RUA APOLÔNIA BELIZARIO CORREA, Nº 790		
1366	QUADRA 40	FACE 11	RUA APOLÔNIA BELIZARIO CORREA, Nº 782		
1367	QUADRA 40	FACE 11	RUA APOLÔNIA BELIZARIO CORREA, Nº 781		
1368	QUADRA 40	FACE 11	RUA APOLÔNIA BELIZARIO CORREA, Nº 780	FRENTE MERCEARIA	ESTABELECIMENTO COMERCIAL
1369	QUADRA 40	FACE 11	RUA APOLÔNIA BELIZARIO CORREA, Nº 780	FUNDOS 1	
1370	QUADRA 40	FACE 11	RUA APOLÔNIA BELIZARIO CORREA, Nº 780	FUNDOS 2 COR VERMELHA	
1371	QUADRA 40	FACE 11	RUA APOLÔNIA BELIZARIO CORREA, Nº 779		
1372	QUADRA 40	FACE 11	RUA APOLÔNIA BELIZARIO CORREA, S/N	IGREJA PENTECOSTAL	ESTABELECIMENTO RELIGIOSO
1373	QUADRA 40	FACE 12	RUA MAURO SOEIRO BANHOS, Nº 100		
1374	QUADRA 40	FACE 12	RUA MAURO SOEIRO BANHOS, Nº 102		
1375	QUADRA 40	FACE 12	RUA MAURO SOEIRO BANHOS, Nº 47	FRENTE / AR'CAR SERRALHEIRA	ESTABELECIMENTO COMERCIAL
1376	QUADRA 40	FACE 12	RUA MAURO SOEIRO BANHOS, Nº 47	FUNDOS	
1377	QUADRA 40	FACE 12	RUA MAURO SOEIRO BANHOS, Nº 35		
1378	QUADRA 40	FACE 12	RUA MAURO SOEIRO BANHOS, Nº 31	FRENTE DUPLEX	VAGO
1379	QUADRA 40	FACE 12	RUA MAURO SOEIRO BANHOS, Nº 31	FUNDOS	
1380	QUADRA 40	FACE 12	RUA MAURO SOEIRO BANHOS, Nº 78		
1381	QUADRA 40	FACE 12	RUA MAURO SOEIRO BANHOS, Nº 13		

1382	QUADRA 40	FACE 12	RUA MAURO SOEIRO BANHOS, Nº 10	DUPLEX PORTÃO AZUL	VAGO
1383	QUADRA 40	FACE 12	RUA MAURO SOEIRO BANHOS, S/N	APÓS O Nº 10	
1384	QUADRA 40	FACE 12	RUA MAURO SOEIRO BANHOS, S/N	FNS 14 PORTÃO CINZA	
1385	QUADRA 40	FACE 12	RUA MAURO SOEIRO BANHOS, S/N	FNS 12 COR AMARELA	
1386	QUADRA 40	FACE 12	RUA MAURO SOEIRO BANHOS, S/N	APÓS A CASA AMARELA	
1387	QUADRA 40	FACE 13	RUA MAURO SOEIRO BANHOS, S/N	PORTÃO BRANCO / ETERNIT	
1388	QUADRA 40	FACE 13	RUA MAURO SOEIRO BANHOS, Nº 12		
1389	QUADRA 40	FACE 13	RUA MAURO SOEIRO BANHOS, Nº 193	ANDAR 1	
1390	QUADRA 40	FACE 13	RUA MAURO SOEIRO BANHOS, Nº 193	TERREO / SORVETERIA	ESTABELECIMENTO COMERCIAL
1391	QUADRA 40	FACE 13	RUA MAURO SOEIRO BANHOS, Nº 16		VAGO
1392	QUADRA 40	FACE 13	RUA MAURO SOEIRO BANHOS, Nº 769		
1393	QUADRA 40	FACE 13	RUA MAURO SOEIRO BANHOS, S/N	ANTES DO Nº 745	
1394	QUADRA 40	FACE 13	RUA MAURO SOEIRO BANHOS, Nº 745		
1395	QUADRA 40	FACE 13	RUA MAURO SOEIRO BANHOS, Nº 733		VAGO
1396	QUADRA 40	FACE 13	RUA MAURO SOEIRO BANHOS, Nº 721		
1397	QUADRA 40	FACE 13	RUA MAURO SOEIRO BANHOS, S/N	ULTIMA DA FACE	
1398	QUADRA 40	FACE 14	RUA APOLÔNIA BELIZARIO CORREA, Nº 709		
1399	QUADRA 40	FACE 14	RUA APOLÔNIA BELIZARIO CORREA, Nº 708	ANDAR 1	
1400	QUADRA 40	FACE 14	RUA APOLÔNIA BELIZARIO CORREA, Nº 708	TERREO	
1401	QUADRA 40	FACE 15	RUA WALDOMIRO PEDROTI, S/N	PRIMEIRA CASA DA FACE	CONSTRUÇÃO
1402	QUADRA 40	FACE 15	RUA WALDOMIRO PEDROTI, Nº 732		CONSTRUÇÃO
1403	QUADRA 40	FACE 15	RUA WALDOMIRO PEDROTI, S/N	APÓS O Nº 732	VAGO
1404	QUADRA 40	FACE 15	RUA WALDOMIRO PEDROTI, S/N	COR AZUL	
1405	QUADRA 40	FACE 15	RUA WALDOMIRO PEDROTI, Nº 17		
1406	QUADRA 40	FACE 15	RUA WALDOMIRO PEDROTI, S/N	ANTES DO 808	
1407	QUADRA 40	FACE 15	RUA WALDOMIRO PEDROTI, Nº 808		
1408	QUADRA 40	FACE 16	RUA HONORATO DA ROSA, Nº 16		
1409	QUADRA 40	FACE 16	RUA HONORATO DA ROSA, Nº 18		
1410	QUADRA 40	FACE 16	RUA HONORATO DA ROSA, Nº 68		
1411	QUADRA 40	FACE 16	RUA HONORATO DA ROSA, Nº 20 B		
1412	QUADRA 40	FACE 16	RUA HONORATO DA ROSA, Nº 22		VAGO
1413	QUADRA 40	FACE 16	RUA HONORATO DA ROSA, Nº 24	FRENTE	
1414	QUADRA 40	FACE 16	RUA HONORATO DA ROSA, Nº 24	FUNDOS 1 / COR ROSA	
1415	QUADRA 40	FACE 16	RUA HONORATO DA ROSA, Nº 24	FNS 75 FUNDOS 2	
1416	QUADRA 40	FACE 16	RUA HONORATO DA ROSA, Nº 23	FRENTE	
1417	QUADRA 40	FACE 16	RUA HONORATO DA ROSA, Nº 23	FUNDOS 1 / AMARELA	VAGO
1418	QUADRA 40	FACE 16	RUA HONORATO DA ROSA, Nº 23	FUNDOS 2 / PORTÃO VERDE	
1419	QUADRA 40	FACE 16	RUA HONORATO DA ROSA, Nº 23	FUNDOS 3 / MURO DE BLOCO	
1420	QUADRA 40	FACE 16	RUA HONORATO DA ROSA, Nº 23	FNS 77	
1421	QUADRA 40	FACE 16	RUA HONORATO DA ROSA, Nº 138	FRENTE	
1422	QUADRA 40	FACE 16	RUA HONORATO DA ROSA, Nº 138	FUNDOS 1 / JANELA VERDE	
1423	QUADRA 40	FACE 16	RUA HONORATO DA ROSA, Nº 138	FUNDOS 2 / FNS 79	

1424	QUADRA 40	FACE 16	RUA HONORATO DA ROSA, Nº 138	FUNDOS 3 / FNS 80 COR VERDE	
1425	QUADRA 40	FACE 16	RUA HONORATO DA ROSA, Nº 137		
1426	QUADRA 40	FACE 16	RUA HONORATO DA ROSA, Nº 136		
1427	QUADRA 40	FACE 16	RUA HONORATO DA ROSA, Nº 01		
1428	QUADRA 40	FACE 17	RUA MANOEL LUIZ CORREA, Nº 328		
1429	QUADRA 40	FACE 17	RUA MANOEL LUIZ CORREA, S/N	FRENTE FNS 85 BAR	ESTABELECIMENTO COMERCIAL
1430	QUADRA 40	FACE 17	RUA MANOEL LUIZ CORREA, S/N	FUNDOS FSN 85	
1431	QUADRA 40	FACE 17	RUA MANOEL LUIZ CORREA, S/N	FNS 86	
1432	QUADRA 40	FACE 17	RUA MANOEL LUIZ CORREA, S/N	FNS89	VAGO
1433	QUADRA 40	FACE 17	RUA MANOEL LUIZ CORREA, S/N	FNS 90	VAGO
1434	QUADRA 40	FACE 17	RUA MANOEL LUIZ CORREA, S/N	FNS 91	
1435	QUADRA 40	FACE 17	RUA MANOEL LUIZ CORREA, S/N	FNS 92	
1436	QUADRA 40	FACE 18	RUA MANOEL LUIZ CORREA	NADA A REGISTRAR	
1437	QUADRA 40	FACE 19	RUA HONORATO DA ROSA, S/N	EMFF CABLOCO BERNADO	ESTABELECIMENTO DE ENSINO
1438	QUADRA 40	FACE 20	RUA MARIA CARMEM ALMENARA CALMON	NADA A REGISTRAR	
1439	QUADRA 40	FACE 21	RUA VIELA DE PEDESTRE	NADA A REGISTRAR	
1440	QUADRA 40	FACE 22	RUA JOÃO MOLINA	NADA A REGISTRAR	
1441	QUADRA 41	FACE 01	RUA PROJETADA, S/N	MURO DE BLOCO	
1442	QUADRA 41	FACE 01	RUA PROJETADA, S/N	PORTÃO CINZA	
1443	QUADRA 41	FACE 01	RUA PROJETADA, S/N	MURO DE BLOCO / ETERNIT	
1444	QUADRA 41	FACE 01	RUA PROJETADA, Nº 4		
1445	QUADRA 41	FACE 01	RUA PROJETADA, Nº 5		
1446	QUADRA 41	FACE 01	RUA PROJETADA, S/N	APÓS O Nº 05	
1447	QUADRA 41	FACE 01	RUA PROJETADA, Nº 125		CONSTRUÇÃO
1448	QUADRA 41	FACE 02	RUA SEM NOME UM, S/N	ANDAR 1 PRIMEIRA CASA DA FACE	
1449	QUADRA 41	FACE 02	RUA SEM NOME UM, S/N	TERREO PREMEIRA CASA DA FACE	
1450	QUADRA 41	FACE 02	RUA SEM NOME UM, Nº 08		
1451	QUADRA 41	FACE 02	RUA SEM NOME UM, Nº 03	ANDAR 1	
1452	QUADRA 41	FACE 02	RUA SEM NOME UM, Nº 03	TERREO	
1453	QUADRA 41	FACE 02	RUA SEM NOME UM, Nº 04		
1454	QUADRA 41	FACE 02	RUA SEM NOME UM, S/N	PRIMEIRA CASA APÓS O Nº 4	
1455	QUADRA 41	FACE 02	RUA SEM NOME UM, S/N	SEGUNDA CASA APÓS O Nº 4	
1456	QUADRA 41	FACE 02	RUA SEM NOME UM, S/N	TERCEIRA CASA APÓS O Nº 4 FRENTE	
1457	QUADRA 41	FACE 02	RUA SEM NOME UM, S/N	QUARTA CASA APÓS O Nº 4 FUNDOS	
1458	QUADRA 41	FACE 02	RUA SEM NOME UM, S/N	JANELA AZUL	
1459	QUADRA 41	FACE 02	RUA SEM NOME UM, S/N	MURO AZUL	
1460	QUADRA 41	FACE 02	RUA SEM NOME UM, S/N	ANDAR 1 CERCA DE ARAME	
1461	QUADRA 41	FACE 02	RUA SEM NOME UM, S/N	TERREO CERCA DE ARAME	
1462	QUADRA 41	FACE 03	RUA PROJETADA, S/N	TERCEIRA CASA ANTES DO PORTÃO VERDE	
1463	QUADRA 41	FACE 03	RUA PROJETADA, S/N	SEGUNDA CASA ANTES DO PORTÃO VERDE	
1464	QUADRA 41	FACE 03	RUA PROJETADA, S/N	PRIMEIRA CASA ANTES DO PORTÃO VERDE	
1465	QUADRA 41	FACE 03	RUA PROJETADA, S/N	ANDAR 1 PORTÃO VERDE	

1466	QUADRA 41	FACE 03	RUA PROJETADA, S/N	TERREO PORTÃO VERDE	
1467	QUADRA 41	FACE 03	RUA PROJETADA, S/N	FRENTE PORTÃO PRETO	
1468	QUADRA 41	FACE 03	RUA PROJETADA, S/N	FUNDOS PORTÃO PRETO	
1469	QUADRA 41	FACE 03	RUA PROJETADA, S/N	JANELA DE ALUMINIO / ULTIMA DA FACE	
1470	QUADRA 42	FACE 01	RUA PROJETADA, S/N	COR AZUL	
1471	QUADRA 42	FACE 02	RUA SEM DENOMINAÇÃO UM, S/N	ANTES DO Nº 5	
1472	QUADRA 42	FACE 02	RUA SEM DENOMINAÇÃO UM, Nº 05	ANDAR 1 LADO DIREITO	
1473	QUADRA 42	FACE 02	RUA SEM DENOMINAÇÃO UM, Nº 05	ANDAR 1 LADO ESQUERDO	
1474	QUADRA 42	FACE 02	RUA SEM DENOMINAÇÃO UM, Nº 05	TERREO LADO DIREITO	
1475	QUADRA 42	FACE 02	RUA SEM DENOMINAÇÃO UM, Nº 05	TERREO LADO ESQUERDO	
1476	QUADRA 42	FACE 02	RUA SEM DENOMINAÇÃO UM, Nº 03		
1477	QUADRA 42	FACE 02	RUA SEM DENOMINAÇÃO UM, S/N	APÓS O Nº 3 COR VERDE	
1478	QUADRA 42	FACE 02	RUA SEM DENOMINAÇÃO UM, S/N	ANDAR 1 FRENTE ANTES DO Nº 136	
1479	QUADRA 42	FACE 02	RUA SEM DENOMINAÇÃO UM, S/N	TERREO FRENTE ANTES DO Nº 136	
1480	QUADRA 42	FACE 02	RUA SEM DENOMINAÇÃO UM, S/N	ANDAR 1 FUNDOS ANTES DO Nº 136	
1481	QUADRA 42	FACE 02	RUA SEM DENOMINAÇÃO UM, S/N	TERREO FUNDOS ANTES DO Nº 136	
1482	QUADRA 42	FACE 02	RUA SEM DENOMINAÇÃO UM, Nº 136		
1483	QUADRA 42	FACE 02	RUA SEM DENOMINAÇÃO UM, S/N	APÓS O Nº 136	
1484	QUADRA 42	FACE 02	RUA SEM DENOMINAÇÃO UM, S/N	ASSEMBLÉIA DE DEUS	ESTABELECIMENTO RELIGIOSO
1485	QUADRA 42	FACE 02	RUA SEM DENOMINAÇÃO UM, S/N	APÓS A ASSEMBLÉIA DE DEUS	
1486	QUADRA 42	FACE 02	RUA SEM DENOMINAÇÃO UM, Nº 07	FRENTE COR ROSA	
1487	QUADRA 42	FACE 02	RUA SEM DENOMINAÇÃO UM, Nº 07	FUNDOS VERDE	
1488	QUADRA 42	FACE 02	RUA SEM DENOMINAÇÃO UM, S/N	FRENTE / BAR	ESTABELECIMENTO COMERCIAL
1489	QUADRA 42	FACE 02	RUA SEM DENOMINAÇÃO UM, S/N	FUNDOS 1 ATRAS DO BAR	
1490	QUADRA 42	FACE 02	RUA SEM DENOMINAÇÃO UM, S/N	FUNDOS 2 ATRAS DO BAR	
1491	QUADRA 42	FACE 02	RUA SEM DENOMINAÇÃO UM, S/N	PORTÃO DE MADEIRA	
1492	QUADRA 42	FACE 02	RUA SEM DENOMINAÇÃO UM, Nº 10		
1493	QUADRA 42	FACE 02	RUA SEM DENOMINAÇÃO UM, S/N	PORTÃO VERMELHO	
1494	QUADRA 42	FACE 02	RUA SEM DENOMINAÇÃO UM, S/N	ANTES DO Nº 147	
1495	QUADRA 42	FACE 02	RUA SEM DENOMINAÇÃO UM, Nº 147	ANDAR 2	
1496	QUADRA 42	FACE 02	RUA SEM DENOMINAÇÃO UM, Nº 147	ANDAR 1	
1497	QUADRA 42	FACE 02	RUA SEM DENOMINAÇÃO UM, Nº 147	TERREO	
1498	QUADRA 42	FACE 02	RUA SEM DENOMINAÇÃO UM, S/N	APÓS O Nº 147 PORTA BRANCA	
1499	QUADRA 42	FACE 02	RUA SEM DENOMINAÇÃO UM, S/N	CASA DE LAJOTA	
1500	QUADRA 42	FACE 02	RUA SEM DENOMINAÇÃO UM, S/N	IGREJA / CONSTRUÇÃO	ESTABELECIMENTO RELIGIOSO
1501	QUADRA 42	FACE 02	RUA SEM DENOMINAÇÃO UM, S/N	ANDAR 1 ANTES DO Nº 18	
1502	QUADRA 42	FACE 02	RUA SEM DENOMINAÇÃO UM, S/N	TERREO ANTES DO Nº 18	
1503	QUADRA 42	FACE 02	RUA SEM DENOMINAÇÃO UM, Nº 18		
1504	QUADRA 42	FACE 02	RUA SEM DENOMINAÇÃO UM, S/N	APÓS O Nº 18	
1505	QUADRA 42	FACE 02	RUA SEM DENOMINAÇÃO UM, S/N	ANTES DO Nº 15	
1506	QUADRA 42	FACE 02	RUA SEM DENOMINAÇÃO UM, Nº 15		
1507	QUADRA 42	FACE 02	RUA SEM DENOMINAÇÃO UM, Nº 13		

1508	QUADRA 42	FACE 03	RUA PROJETADA, S/N	IGREJA PENTECOSTAL	ESTABELECIMENTO RELIGIOSO
1509	QUADRA 42	FACE 03	RUA PROJETADA, Nº 09		
1510	QUADRA 42	FACE 04	RUA PROJETADA, S/N	LADO DIREITO	
1511	QUADRA 42	FACE 04	RUA PROJETADA, S/N	LADO ESQUERDO	
1512	QUADRA 42	FACE 04	RUA PROJETADA, S/N	FSN 37 COR LARANJA	
1513	QUADRA 42	FACE 04	RUA PROJETADA, Nº 20	FRENTE	
1514	QUADRA 42	FACE 04	RUA PROJETADA, Nº 20	FUNDOS	
1515	QUADRA 42	FACE 04	RUA PROJETADA, S/N	ANTES DO Nº 43	
1516	QUADRA 42	FACE 04	RUA PROJETADA, Nº 43		
1517	QUADRA 42	FACE 04	RUA PROJETADA, S/N	APÓS O Nº 43	
1518	QUADRA 42	FACE 05	RUA SEM NOME UM, Nº 87	DUPLEX	
1519	QUADRA 42	FACE 05	RUA SEM NOME UM, S/N	ANDAR 1 APÓS O Nº 87	
1520	QUADRA 42	FACE 05	RUA SEM NOME UM, S/N	TERREO APÓS O Nº 87	
1521	QUADRA 42	FACE 05	RUA SEM NOME UM, Nº 36	COR AZUL	
1522	QUADRA 42	FACE 05	RUA SEM NOME UM, S/N	PORTÃO AZUL	
1523	QUADRA 42	FACE 05	RUA SEM NOME UM, S/N	COR AZUL	
1524	QUADRA 42	FACE 05	RUA SEM NOME UM, S/N	COQUEIRO NA FRENTE	
1525	QUADRA 42	FACE 05	RUA SEM NOME UM, S/N	FRENTE PORTÃO BRANCO	VAGO
1526	QUADRA 42	FACE 05	RUA SEM NOME UM, S/N	FUNDOS ANDAR 1 PORTÃO BRANCO	VAGO
1527	QUADRA 42	FACE 05	RUA SEM NOME UM, S/N	FUNDOS TERREO PORTÃO BRANCO	VAGO
1528	QUADRA 42	FACE 05	RUA SEM NOME UM, S/N	FNS 511 PORTÃO BRANCO	
1529	QUADRA 42	FACE 05	RUA SEM NOME UM, S/N	FNS 512 PORTÃO BEGE	
1530	QUADRA 42	FACE 05	RUA SEM NOME UM, S/N	COR LARANJA	
1531	QUADRA 42	FACE 05	RUA SEM NOME UM, S/N	APÓS A CASA LARANJA	
1532	QUADRA 42	FACE 05	RUA SEM NOME UM, S/N	FNS 55 PORTÃO DE AÇO	
1533	QUADRA 42	FACE 05	RUA SEM NOME UM, S/N	COM CAIXA D'AGUA AZUL	
1534	QUADRA 43	FACE 01	RUA PROJETADA, Nº 13	FRENTE / COSTUREIRA	ESTABELECIMENTO COMERCIAL
1535	QUADRA 43	FACE 01	RUA PROJETADA, Nº 13	FUNDOS	
1536	QUADRA 43	FACE 02	RUA SEM DENOMINAÇÃO QUATRO, S/N	COR AMARELA	
1537	QUADRA 43	FACE 02	RUA SEM DENOMINAÇÃO QUATRO, Nº 04		
1538	QUADRA 43	FACE 02	RUA SEM DENOMINAÇÃO QUATRO, Nº 05		
1539	QUADRA 43	FACE 02	RUA SEM DENOMINAÇÃO QUATRO, Nº 06		
1540	QUADRA 43	FACE 02	RUA SEM DENOMINAÇÃO QUATRO, Nº 07		
1541	QUADRA 43	FACE 02	RUA SEM DENOMINAÇÃO QUATRO, Nº 08		
1542	QUADRA 43	FACE 02	RUA SEM DENOMINAÇÃO QUATRO, Nº 09	MURO BRANCO	
1543	QUADRA 43	FACE 02	RUA SEM DENOMINAÇÃO QUATRO, Nº 10		
1544	QUADRA 43	FACE 02	RUA SEM DENOMINAÇÃO QUATRO, Nº 11	MURO VERDE	
1545	QUADRA 43	FACE 02	RUA SEM DENOMINAÇÃO QUATRO, Nº 12		
1546	QUADRA 43	FACE 03	RUA SEM NOME DOIS, S/N	FNS 17 / COQUEIRO	
1547	QUADRA 43	FACE 03	RUA SEM NOME DOIS, S/N	FNS 13	
1548	QUADRA 43	FACE 04	RUA SEM DENOMINAÇÃO UM, S/N	COR BRANCA / JANELA AZUL	
1549	QUADRA 43	FACE 04	RUA SEM DENOMINAÇÃO UM, S/N	PORTÃO MARROM	

1550	QUADRA 43	FACE 04	RUA SEM DENOMINAÇÃO UM, Nº 21		
1551	QUADRA 43	FACE 04	RUA SEM DENOMINAÇÃO UM, Nº 20	ANDAR 1	
1552	QUADRA 43	FACE 04	RUA SEM DENOMINAÇÃO UM, Nº 20	TERREO	
1553	QUADRA 43	FACE 04	RUA SEM DENOMINAÇÃO UM, Nº 19		
1554	QUADRA 43	FACE 04	RUA SEM DENOMINAÇÃO UM, Nº 18	ANDAR 1	
1555	QUADRA 43	FACE 04	RUA SEM DENOMINAÇÃO UM, Nº 18	TERREO BAR	ESTABELECIMENTO COMERCIAL
1556	QUADRA 43	FACE 04	RUA SEM DENOMINAÇÃO UM, S/N	APÓS O Nº 18	
1557	QUADRA 43	FACE 04	RUA SEM DENOMINAÇÃO UM, Nº 16		
1558	QUADRA 43	FACE 04	RUA SEM DENOMINAÇÃO UM, Nº 13		
1559	QUADRA 44	FACE 01	RUA SEM NOME DOIS, S/N	ANDAR 1	
1560	QUADRA 44	FACE 01	RUA SEM NOME DOIS, S/N	TERREO / IGREJA PENTECOSTAL	ESTABELECIMENTO RELIGIOSO
1561	QUADRA 44	FACE 01	RUA SEM NOME DOIS, S/N	ANDAR 1	
1562	QUADRA 44	FACE 01	RUA SEM NOME DOIS, S/N	TERREO / SALÃO W.O.	ESTABELECIMENTO COMERCIAL
1563	QUADRA 44	FACE 01	RUA SEM NOME DOIS, S/N	CASA AMARELA	
1564	QUADRA 44	FACE 01	RUA SEM NOME DOIS, S/N	FSN 14 COR VERDE	
1565	QUADRA 44	FACE 02	RUA SEM MONECLATURA QUATRO, S/N	ASSEMBLÉIA DE DEUS	ESTABELECIMENTO RELIGIOSO
1566	QUADRA 44	FACE 02	RUA SEM MONECLATURA QUATRO, Nº 514		
1567	QUADRA 44	FACE 02	RUA SEM MONECLATURA QUATRO, S/N	APÓS O Nº 514	
1568	QUADRA 44	FACE 02	RUA SEM MONECLATURA QUATRO, S/N	ANTES DA BARBEARIA	
1569	QUADRA 44	FACE 02	RUA SEM MONECLATURA QUATRO, S/N	ANDAR 1	
1570	QUADRA 44	FACE 02	RUA SEM MONECLATURA QUATRO, S/N	TERREO BARBEARIA	
1571	QUADRA 44	FACE 02	RUA SEM MONECLATURA QUATRO, S/N	MURO VERDE	
1572	QUADRA 44	FACE 02	RUA SEM MONECLATURA QUATRO, S/N	DUPLEX APÓS O MURO VERDE	
1573	QUADRA 44	FACE 02	RUA SEM MONECLATURA QUATRO, S/N	ANDAR 1 ANTES DO Nº 11	
1574	QUADRA 44	FACE 02	RUA SEM MONECLATURA QUATRO, S/N	TERREO ANTES DO Nº 11	
1575	QUADRA 44	FACE 02	RUA SEM MONECLATURA QUATRO, Nº 11		
1576	QUADRA 44	FACE 02	RUA SEM MONECLATURA QUATRO, S/N	PORTÃO DE VIDRO	
1577	QUADRA 44	FACE 03	RUA SEM DENOMINAÇÃO UM, S/N	COR AMARELA	
1578	QUADRA 44	FACE 03	RUA SEM DENOMINAÇÃO UM, S/N	COR VERDE	
1579	QUADRA 44	FACE 03	RUA SEM DENOMINAÇÃO UM, S/N	APÓS A CASA VERDE	
1580	QUADRA 44	FACE 03	RUA SEM DENOMINAÇÃO UM, S/N	PORTÃO BRANCO	
1581	QUADRA 44	FACE 03	RUA SEM DENOMINAÇÃO UM, S/N	FNS 5 SEM REBOCO	
1582	QUADRA 44	FACE 03	RUA SEM DENOMINAÇÃO UM, S/N	ANDAR 1 ANTES DO Nº 148	
1583	QUADRA 44	FACE 03	RUA SEM DENOMINAÇÃO UM, S/N	TERREO ANTES DO Nº 148	
1584	QUADRA 44	FACE 03	RUA SEM DENOMINAÇÃO UM, Nº 148		
1585	QUADRA 44	FACE 03	RUA SEM DENOMINAÇÃO UM, Nº 1986	FRENTE DUPLEX	
1586	QUADRA 44	FACE 03	RUA SEM DENOMINAÇÃO UM, Nº 1986	FUNDOS DUPLEX	
1587	QUADRA 45	FACE 01	RUA PROJETADA, S/N	MURO / GARAGEM / CAIXA D'AGUA	
1588	QUADRA 45	FACE 01	RUA PROJETADA, S/N	MURO BRANCO / PORTÃO DOURADO	
1589	QUADRA 45	FACE 01	RUA PROJETADA, S/N	PORTA AZUL	
1590	QUADRA 45	FACE 01	RUA PROJETADA, S/N	PORTÃO CINZA	
1591	QUADRA 45	FACE 02	RUA VALDETE SOEIRO SILVA, S/N	COMÉRCIO	ESTABELECIMENTO COMERCIAL

1592	QUADRA 45	FACE 02	RUA VALDETE SOEIRO SILVA, S/N	MURO AZUL	
1593	QUADRA 45	FACE 02	RUA VALDETE SOEIRO SILVA, Nº 02		
1594	QUADRA 45	FACE 02	RUA VALDETE SOEIRO SILVA, S/N	COR VERDE	
1595	QUADRA 45	FACE 02	RUA VALDETE SOEIRO SILVA, Nº 04	FRENTE / ASSEMBLÉIA DE DEUS	ESTABELECIMENTO RELIGIOSO
1596	QUADRA 45	FACE 02	RUA VALDETE SOEIRO SILVA, Nº 04	FUNDOS	
1597	QUADRA 45	FACE 02	RUA VALDETE SOEIRO SILVA, Nº 06		
1598	QUADRA 45	FACE 02	RUA VALDETE SOEIRO SILVA, Nº 07		
1599	QUADRA 45	FACE 02	RUA VALDETE SOEIRO SILVA, S/N	APÓS O Nº 07	VAGO
1600	QUADRA 45	FACE 02	RUA VALDETE SOEIRO SILVA, Nº 09	DUPLEX	
1601	QUADRA 45	FACE 02	RUA VALDETE SOEIRO SILVA, Nº 10		
1602	QUADRA 45	FACE 02	RUA VALDETE SOEIRO SILVA, S/N	APÓS O Nº 10 JANELA AZUL	VAGO
1603	QUADRA 45	FACE 02	RUA VALDETE SOEIRO SILVA, S/N	COR AZUL / PORTÃO CINZA	
1604	QUADRA 45	FACE 02	RUA VALDETE SOEIRO SILVA, S/N	COR AZUL / PONTO DE ÔNIBUS	
1605	QUADRA 45	FACE 02	RUA VALDETE SOEIRO SILVA, Nº 14		
1606	QUADRA 45	FACE 03	RUA SEM NOME DOIS, Nº 14		
1607	QUADRA 45	FACE 03	RUA SEM NOME DOIS, S/N	TOLDO AZUL / VERDE CLARO	
1608	QUADRA 45	FACE 04	RUA SEM MONECLATURA QUATRO, Nº 26		
1609	QUADRA 45	FACE 04	RUA SEM MONECLATURA QUATRO, Nº 25		
1610	QUADRA 45	FACE 04	RUA SEM MONECLATURA QUATRO, Nº 24		
1611	QUADRA 45	FACE 04	RUA SEM MONECLATURA QUATRO, Nº 23		
1612	QUADRA 45	FACE 04	RUA SEM MONECLATURA QUATRO, Nº 22		
1613	QUADRA 45	FACE 04	RUA SEM MONECLATURA QUATRO, Nº 21		
1614	QUADRA 45	FACE 04	RUA SEM MONECLATURA QUATRO, Nº 20		VAGO
1615	QUADRA 45	FACE 04	RUA SEM MONECLATURA QUATRO, Nº 19		
1616	QUADRA 45	FACE 04	RUA SEM MONECLATURA QUATRO, Nº 18		VAGO
1617	QUADRA 45	FACE 04	RUA SEM MONECLATURA QUATRO, Nº 17	FRENTE	VAGO
1618	QUADRA 45	FACE 04	RUA SEM MONECLATURA QUATRO, Nº 17	FUNDOS	
1619	QUADRA 45	FACE 04	RUA SEM MONECLATURA QUATRO, Nº 16		
1620	QUADRA 46	FACE 01	RUA SEM NOME DOIS, S/N	COR BRANCA	VAGO
1621	QUADRA 46	FACE 02	RUA VALDETE SOEIRO SILVA, S/N	COR BRANCA	VAGO
1622	QUADRA 46	FACE 02	RUA VALDETE SOEIRO SILVA, S/N	MURO AMARELO	
1623	QUADRA 46	FACE 02	RUA VALDETE SOEIRO SILVA, Nº 03		
1624	QUADRA 46	FACE 02	RUA VALDETE SOEIRO SILVA, S/N	LINHARES GÁS	VAGO
1625	QUADRA 46	FACE 02	RUA VALDETE SOEIRO SILVA, Nº 05	ANDAR 1	VAGO
1626	QUADRA 46	FACE 02	RUA VALDETE SOEIRO SILVA, Nº 05	TERREO	
1627	QUADRA 46	FACE 02	RUA VALDETE SOEIRO SILVA, S/N	FRENTE APÓS O Nº 5	
1628	QUADRA 46	FACE 02	RUA VALDETE SOEIRO SILVA, S/N	FUNDOS 1 APÓS O Nº 5	
1629	QUADRA 46	FACE 02	RUA VALDETE SOEIRO SILVA, S/N	FUNDOS 2 APÓS O Nº 5	
1630	QUADRA 46	FACE 02	RUA VALDETE SOEIRO SILVA, S/N	FUNDOS 3 APÓS O Nº 5	
1631	QUADRA 46	FACE 02	RUA VALDETE SOEIRO SILVA, S/N	PORTÃO PRETO	VAGO
1632	QUADRA 46	FACE 02	RUA VALDETE SOEIRO SILVA, S/N	PONTO DE ONIBUS	
1633	QUADRA 46	FACE 02	RUA VALDETE SOEIRO SILVA, Nº 09		

1634	QUADRA 46	FACE 02	RUA VALDETE SOEIRO SILVA, Nº 10		
1635	QUADRA 46	FACE 02	RUA VALDETE SOEIRO SILVA, Nº 11	FRENTE / COMÉRCIO	ESTABELECIMENTO COMERCIAL
1636	QUADRA 46	FACE 02	RUA VALDETE SOEIRO SILVA, Nº 11	FUNDOS	
1637	QUADRA 46	FACE 02	RUA VALDETE SOEIRO SILVA, S/N	APÓS O COMÉRCIO	
1638	QUADRA 46	FACE 03	RUA AGENOR ZANON, S/N		VAGO
1639	QUADRA 46	FACE 03	RUA AGENOR ZANON, S/N	COR AZUL	
1640	QUADRA 46	FACE 04	RUA SEM MONECLATURA QUATRO, Nº 22		VAGO
1641	QUADRA 46	FACE 04	RUA SEM MONECLATURA QUATRO, S/N	APÓS O Nº 22	
1642	QUADRA 46	FACE 04	RUA SEM MONECLATURA QUATRO, Nº 21	BRANCA	
1643	QUADRA 46	FACE 04	RUA SEM MONECLATURA QUATRO, Nº 20		
1644	QUADRA 46	FACE 04	RUA SEM MONECLATURA QUATRO, Nº 19	COR AZUL	
1645	QUADRA 46	FACE 04	RUA SEM MONECLATURA QUATRO, Nº 18	VERDE	
1646	QUADRA 46	FACE 04	RUA SEM MONECLATURA QUATRO, Nº 17	MURO VERDE	
1647	QUADRA 46	FACE 04	RUA SEM MONECLATURA QUATRO, Nº 16	AZUL	
1648	QUADRA 46	FACE 04	RUA SEM MONECLATURA QUATRO, S/N	FRENTE DUPLEX APÓS O Nº 16	CONSTRUÇÃO
1649	QUADRA 46	FACE 04	RUA SEM MONECLATURA QUATRO, S/N	FUNDOS VERDE APÓS O Nº 16	
1650	QUADRA 46	FACE 04	RUA SEM MONECLATURA QUATRO, S/N	PORTÃO DE FERRO	
1651	QUADRA 46	FACE 04	RUA SEM MONECLATURA QUATRO, Nº 13		
1652	QUADRA 47	FACE 01	AVENIDA JOSÉ FRANCISCO CAMINATTI BACHETTI, S/N	ANDAR 1	
1653	QUADRA 47	FACE 01	AVENIDA JOSÉ FRANCISCO CAMINATTI BACHETTI, S/N	TERREO MERCADO	ESTABELECIMENTO COMERCIAL
1654	QUADRA 47	FACE 01	AVENIDA JOSÉ FRANCISCO CAMINATTI BACHETTI, S/N		CONSTRUÇÃO
1655	QUADRA 47	FACE 02	RUA JOSÉ EDUARDO ROQUE QUITIBA, Nº 01		
1656	QUADRA 47	FACE 02	RUA JOSÉ EDUARDO ROQUE QUITIBA, Nº 02		
1657	QUADRA 47	FACE 02	RUA JOSÉ EDUARDO ROQUE QUITIBA, Nº 03		
1658	QUADRA 47	FACE 02	RUA JOSÉ EDUARDO ROQUE QUITIBA, Nº 04		
1659	QUADRA 47	FACE 02	RUA JOSÉ EDUARDO ROQUE QUITIBA, Nº 05		
1660	QUADRA 47	FACE 02	RUA JOSÉ EDUARDO ROQUE QUITIBA, Nº 06		
1661	QUADRA 47	FACE 02	RUA JOSÉ EDUARDO ROQUE QUITIBA, Nº 07		
1662	QUADRA 47	FACE 02	RUA JOSÉ EDUARDO ROQUE QUITIBA, Nº 08	FRENTE BARBEARIA	ESTABELECIMENTO COMERCIAL
1663	QUADRA 47	FACE 02	RUA JOSÉ EDUARDO ROQUE QUITIBA, Nº 08	FUNDOS	
1664	QUADRA 47	FACE 02	RUA JOSÉ EDUARDO ROQUE QUITIBA, Nº 09		
1665	QUADRA 47	FACE 02	RUA JOSÉ EDUARDO ROQUE QUITIBA, Nº 10		
1666	QUADRA 47	FACE 02	RUA JOSÉ EDUARDO ROQUE QUITIBA, S/N	APÓS O Nº 10	
1667	QUADRA 47	FACE 03	RUA SEM NOME DOIS	NADA A REGISTRAR	
1668	QUADRA 47	FACE 04	RUA VALDETE SOEIRO SILVA, Nº 24	COR AMARELA	
1669	QUADRA 47	FACE 04	RUA VALDETE SOEIRO SILVA, Nº 23		
1670	QUADRA 47	FACE 04	RUA VALDETE SOEIRO SILVA, Nº 22	COR AZUL	
1671	QUADRA 47	FACE 04	RUA VALDETE SOEIRO SILVA, Nº 21	AMARELA	VAGO
1672	QUADRA 47	FACE 04	RUA VALDETE SOEIRO SILVA, Nº 20		
1673	QUADRA 47	FACE 04	RUA VALDETE SOEIRO SILVA, Nº 19		
1674	QUADRA 47	FACE 04	RUA VALDETE SOEIRO SILVA, Nº 18		
1675	QUADRA 47	FACE 04	RUA VALDETE SOEIRO SILVA, Nº 17	COR ROSA	

1676	QUADRA 47	FACE 04	RUA VALDETE SOEIRO SILVA, Nº 16	FRENTE	
1677	QUADRA 47	FACE 04	RUA VALDETE SOEIRO SILVA, Nº 16	FUNDOS	
1678	QUADRA 47	FACE 04	RUA VALDETE SOEIRO SILVA, Nº 15	COQUEIRO NA FRENTE	
1679	QUADRA 47	FACE 04	RUA VALDETE SOEIRO SILVA, Nº 14	COR AZUL	
1680	QUADRA 47	FACE 04	RUA VALDETE SOEIRO SILVA, Nº 13	ANDAR 1	
1681	QUADRA 47	FACE 04	RUA VALDETE SOEIRO SILVA, Nº 13	TERREO	
1682	QUADRA 48	FACE 01	RUA SEM NOME DOIS, S/N	COMÉRCIO	ESTABELECIMENTO COMERCIAL
1683	QUADRA 48	FACE 02	RUA JOSÉ EDUARDO ROQUE QUITIBA, Nº 01		
1684	QUADRA 48	FACE 02	RUA JOSÉ EDUARDO ROQUE QUITIBA, Nº 23		VAGO
1685	QUADRA 48	FACE 02	RUA JOSÉ EDUARDO ROQUE QUITIBA, Nº 03		
1686	QUADRA 48	FACE 02	RUA JOSÉ EDUARDO ROQUE QUITIBA, S/N	PÉ DE COCÔ	
1687	QUADRA 48	FACE 02	RUA JOSÉ EDUARDO ROQUE QUITIBA, S/N	FUNDOS COM PORTÃO EM FRENTE AO POSTE	
1688	QUADRA 48	FACE 02	RUA JOSÉ EDUARDO ROQUE QUITIBA, S/N	ANTES DO Nº 6	
1689	QUADRA 48	FACE 02	RUA JOSÉ EDUARDO ROQUE QUITIBA, Nº 06		VAGO
1690	QUADRA 48	FACE 02	RUA JOSÉ EDUARDO ROQUE QUITIBA, Nº 07		
1691	QUADRA 48	FACE 02	RUA JOSÉ EDUARDO ROQUE QUITIBA, Nº 08		
1692	QUADRA 48	FACE 02	RUA JOSÉ EDUARDO ROQUE QUITIBA, S/N	APÓS O Nº 8	
1693	QUADRA 48	FACE 02	RUA JOSÉ EDUARDO ROQUE QUITIBA, Nº 10	NOS FUNDOS	
1694	QUADRA 48	FACE 02	RUA JOSÉ EDUARDO ROQUE QUITIBA, S/N	COMÉRCIO	ESTABELECIMENTO COMERCIAL
1695	QUADRA 48	FACE 02	RUA JOSÉ EDUARDO ROQUE QUITIBA, Nº 11		
1696	QUADRA 48	FACE 02	RUA JOSÉ EDUARDO ROQUE QUITIBA, S/N	ANDAR 1 APÓS O Nº 11	CONSTRUÇÃO
1697	QUADRA 48	FACE 02	RUA JOSÉ EDUARDO ROQUE QUITIBA, S/N	TERREO APÓS O Nº 11	
1698	QUADRA 48	FACE 03	RUA AGENOR ZANON	NADA A REGISTRAR	
1699	QUADRA 48	FACE 04	RUA VALDETE SOEIRO SILVA, Nº 24		
1700	QUADRA 48	FACE 04	RUA VALDETE SOEIRO SILVA, Nº 23		
1701	QUADRA 48	FACE 04	RUA VALDETE SOEIRO SILVA, Nº 22		
1702	QUADRA 48	FACE 04	RUA VALDETE SOEIRO SILVA, Nº 21		
1703	QUADRA 48	FACE 04	RUA VALDETE SOEIRO SILVA, Nº 20		
1704	QUADRA 48	FACE 04	RUA VALDETE SOEIRO SILVA, Nº 19		
1705	QUADRA 48	FACE 04	RUA VALDETE SOEIRO SILVA, Nº 18		
1706	QUADRA 48	FACE 04	RUA VALDETE SOEIRO SILVA, Nº 17		
1707	QUADRA 48	FACE 04	RUA VALDETE SOEIRO SILVA, Nº 16	FRENTE	
1708	QUADRA 48	FACE 04	RUA VALDETE SOEIRO SILVA, Nº 16	FUNDOS	
1709	QUADRA 48	FACE 04	RUA VALDETE SOEIRO SILVA, Nº 15		
1710	QUADRA 48	FACE 04	RUA VALDETE SOEIRO SILVA, Nº 14	COR AZUL	
1711	QUADRA 48	FACE 04	RUA VALDETE SOEIRO SILVA, Nº 13	PORTÃO VERDE	
1712	QUADRA 49	FACE 01	RUA AGENOR ZANON, Nº 05	PORTÃO VERDE	
1713	QUADRA 49	FACE 01	RUA AGENOR ZANON, S/N	APÓS A CASA VERDE	
1714	QUADRA 49	FACE 01	RUA AGENOR ZANON, S/N	ANDAR 1	VAGO
1715	QUADRA 49	FACE 01	RUA AGENOR ZANON, S/N	TERREO	
1716	QUADRA 49	FACE 01	RUA AGENOR ZANON, Nº 07		
1717	QUADRA 49	FACE 01	RUA AGENOR ZANON, S/N	FRENTE APÓS O Nº 7	

1718	QUADRA 49	FACE 01	RUA AGENOR ZANON, S/N	FUNDOS APÓS O Nº 7	USO OCASIONAL
1719	QUADRA 49	FACE 01	RUA AGENOR ZANON, S/N	ANDAR 1 ESQUINA	
1720	QUADRA 49	FACE 01	RUA AGENOR ZANON, S/N	TERREO MERCEARIA SANTOS	ESTABELECIMENTO COMERCIAL
1721	QUADRA 49	FACE 02	RUA JOSÉ EDUARDO ROQUE QUITIBA, Nº 01	FRENTE	
1722	QUADRA 49	FACE 02	RUA JOSÉ EDUARDO ROQUE QUITIBA, Nº 01	FUNDOS 1	
1723	QUADRA 49	FACE 02	RUA JOSÉ EDUARDO ROQUE QUITIBA, Nº 01	FUNDOS 2	
1724	QUADRA 49	FACE 02	RUA JOSÉ EDUARDO ROQUE QUITIBA, Nº 02	LADO DIREITO	
1725	QUADRA 49	FACE 02	RUA JOSÉ EDUARDO ROQUE QUITIBA, Nº 02	LADO ESQUERDO	
1726	QUADRA 49	FACE 02	RUA JOSÉ EDUARDO ROQUE QUITIBA, Nº 03		
1727	QUADRA 49	FACE 02	RUA JOSÉ EDUARDO ROQUE QUITIBA, Nº 04	ANDAR 1	
1728	QUADRA 49	FACE 02	RUA JOSÉ EDUARDO ROQUE QUITIBA, Nº 04	TERREO	
1729	QUADRA 49	FACE 02	RUA JOSÉ EDUARDO ROQUE QUITIBA, Nº 05		VAGO
1730	QUADRA 49	FACE 02	RUA JOSÉ EDUARDO ROQUE QUITIBA, S/N	ANTES DO Nº 7	
1731	QUADRA 49	FACE 02	RUA JOSÉ EDUARDO ROQUE QUITIBA, Nº 07		
1732	QUADRA 49	FACE 02	RUA JOSÉ EDUARDO ROQUE QUITIBA, Nº 08		
1733	QUADRA 49	FACE 03	RUA SEM DENOMINAÇÃO UM, Nº 30	LAJOTA	
1734	QUADRA 49	FACE 03	RUA SEM DENOMINAÇÃO UM, S/N	ANDAR 1 APÓS A CASA DE LAJOTA	VAGO
1735	QUADRA 49	FACE 03	RUA SEM DENOMINAÇÃO UM, S/N	TERREO APÓS A CASA DE LAJOTA	
1736	QUADRA 49	FACE 03	RUA SEM DENOMINAÇÃO UM, Nº 25	LADO DIREITO	
1737	QUADRA 49	FACE 03	RUA SEM DENOMINAÇÃO UM, Nº 25	LADO ESQUERDO	VAGO
1738	QUADRA 49	FACE 03	RUA SEM DENOMINAÇÃO UM, Nº 27		
1739	QUADRA 49	FACE 03	RUA SEM DENOMINAÇÃO UM, S/N		CONSTRUÇÃO
1740	QUADRA 50	FACE 01	RUA AGENOR ZANON, Nº 10		
1741	QUADRA 50	FACE 01	RUA AGENOR ZANON, S/N	ANDAR 1 APÓS O Nº 10 MURO AZUL	
1742	QUADRA 50	FACE 01	RUA AGENOR ZANON, S/N	TERREO APÓS O Nº 10 MURO AZUL	
1743	QUADRA 50	FACE 02	RUA ANTÔNIO DOS REIS PAIVA, S/N	ANTES DO Nº 3	
1744	QUADRA 50	FACE 02	RUA ANTÔNIO DOS REIS PAIVA, Nº 03		
1745	QUADRA 50	FACE 02	RUA ANTÔNIO DOS REIS PAIVA, S/N	APÓS O Nº 3	
1746	QUADRA 50	FACE 02	RUA ANTÔNIO DOS REIS PAIVA, Nº 05		
1747	QUADRA 50	FACE 02	RUA ANTÔNIO DOS REIS PAIVA, Nº 06		VAGO
1748	QUADRA 50	FACE 02	RUA ANTÔNIO DOS REIS PAIVA, Nº 07	MURO ROSA	
1749	QUADRA 50	FACE 02	RUA ANTÔNIO DOS REIS PAIVA, Nº 08	FRENTE ANDAR 1	
1750	QUADRA 50	FACE 02	RUA ANTÔNIO DOS REIS PAIVA, Nº 08	FRENTE TERREO BAR	ESTABELECIMENTO COMERCIAL
1751	QUADRA 50	FACE 02	RUA ANTÔNIO DOS REIS PAIVA, Nº 08	FUNDOS	
1752	QUADRA 50	FACE 02	RUA ANTÔNIO DOS REIS PAIVA, S/N	APÓS O COMÉRCIO PORTÃO VERDE	
1753	QUADRA 50	FACE 03	RUA SEM MONECLATURA DOIS, Nº 18		
1754	QUADRA 50	FACE 04	RUA JOSÉ EDUARDO ROQUE QUITIBA, S/N	COR BRANCA	
1755	QUADRA 50	FACE 04	RUA JOSÉ EDUARDO ROQUE QUITIBA, Nº 16	FRENTE	
1756	QUADRA 50	FACE 04	RUA JOSÉ EDUARDO ROQUE QUITIBA, Nº 16	FUNDOS	
1757	QUADRA 50	FACE 04	RUA JOSÉ EDUARDO ROQUE QUITIBA, S/N	FRENTE COR BRANCA	
1758	QUADRA 50	FACE 04	RUA JOSÉ EDUARDO ROQUE QUITIBA, S/N	FUNDOS LAJOTA	
1759	QUADRA 50	FACE 04	RUA JOSÉ EDUARDO ROQUE QUITIBA, Nº 13		

1760	QUADRA 50	FACE 04	RUA JOSÉ EDUARDO ROQUE QUITIBA, Nº 12	FRENTE	
1761	QUADRA 50	FACE 04	RUA JOSÉ EDUARDO ROQUE QUITIBA, Nº 12	FUNDOS	
1762	QUADRA 50	FACE 04	RUA JOSÉ EDUARDO ROQUE QUITIBA, Nº 11	FRENTE	
1763	QUADRA 50	FACE 04	RUA JOSÉ EDUARDO ROQUE QUITIBA, Nº 11	FUNDOS	
1764	QUADRA 51	FACE 01	RUA SEM MONECLATURA DOIS, S/N	CASA 1	
1765	QUADRA 51	FACE 01	RUA SEM MONECLATURA DOIS, S/N	CASA 2	
1766	QUADRA 51	FACE 01	RUA SEM MONECLATURA DOIS, S/N	CASA 3 PORTÃO VERMELHO	
1767	QUADRA 51	FACE 01	RUA SEM MONECLATURA DOIS, S/N	CASA 4 PORTÃO DE AÇO	
1768	QUADRA 51	FACE 02	RUA ANTÔNIO DOS REIS PAIVA, S/N	PORTÃO VERDE	
1769	QUADRA 51	FACE 02	RUA ANTÔNIO DOS REIS PAIVA, S/N	CASA 5	VAGO
1770	QUADRA 51	FACE 02	RUA ANTÔNIO DOS REIS PAIVA, S/N	CASA 6 PORTÃO AMARELO	
1771	QUADRA 51	FACE 02	RUA ANTÔNIO DOS REIS PAIVA, S/N	CASA 7 PORTÃO FERRO	
1772	QUADRA 51	FACE 02	RUA ANTÔNIO DOS REIS PAIVA, S/N	CASA 8	VAGO
1773	QUADRA 51	FACE 02	RUA ANTÔNIO DOS REIS PAIVA, S/N	CASA 9	
1774	QUADRA 51	FACE 02	RUA ANTÔNIO DOS REIS PAIVA, S/N	CASA 10	
1775	QUADRA 51	FACE 02	RUA ANTÔNIO DOS REIS PAIVA, S/N	CASA DE ESQUINA	
1776	QUADRA 51	FACE 03	RUA APOLÔNIA BELIZARIO CORREA	NADA A REGISTRAR	
1777	QUADRA 51	FACE 04	RUA SEM DENOMINAÇÃO UM, S/N	CASA DE ESQUINA SEM CERCA	
1778	QUADRA 51	FACE 04	RUA SEM DENOMINAÇÃO UM, S/N	COR ROSA	
1779	QUADRA 51	FACE 04	RUA SEM DENOMINAÇÃO UM, S/N	ANTES DA Nº 2	
1780	QUADRA 51	FACE 04	RUA SEM DENOMINAÇÃO UM, Nº 02		VAGO
1781	QUADRA 51	FACE 04	RUA SEM DENOMINAÇÃO UM, S/N	APÓS O Nº 22	VAGO
1782	QUADRA 51	FACE 04	RUA SEM DENOMINAÇÃO UM, S/N	ANDAR 1 ULTIMA DA FACE	
1783	QUADRA 52	FACE 01	RUA SEM NOME DOIS, S/N	PORTÃO DE FERRO ÚNICA CASA DA FACE	
1784	QUADRA 52	FACE 02	RUA ANTÔNIO DOS REIS PAIVA, S/N	CASA VERDE PÉ DE MANGA	
1785	QUADRA 52	FACE 02	RUA ANTÔNIO DOS REIS PAIVA, S/N	APÓS A CASA VERDE PORTA DE MADEIRA	
1786	QUADRA 52	FACE 02	RUA ANTÔNIO DOS REIS PAIVA, S/N	PÉ DE GOIABA	
1787	QUADRA 52	FACE 02	RUA ANTÔNIO DOS REIS PAIVA, S/N	ANTES DA CASA Nº 5	
1788	QUADRA 52	FACE 02	RUA ANTÔNIO DOS REIS PAIVA, Nº 05		
1789	QUADRA 52	FACE 02	RUA ANTÔNIO DOS REIS PAIVA, Nº 06		
1790	QUADRA 52	FACE 02	RUA ANTÔNIO DOS REIS PAIVA, S/N	APÓS O Nº 6 PORTÃO PRETO	
1791	QUADRA 52	FACE 02	RUA ANTÔNIO DOS REIS PAIVA, Nº 08	FRENTE	
1792	QUADRA 52	FACE 02	RUA ANTÔNIO DOS REIS PAIVA, Nº 08	FUNDOS	
1793	QUADRA 52	FACE 02	RUA ANTÔNIO DOS REIS PAIVA, Nº 09		
1794	QUADRA 52	FACE 02	RUA ANTÔNIO DOS REIS PAIVA, Nº 10		
1795	QUADRA 52	FACE 02	RUA ANTÔNIO DOS REIS PAIVA, S/N	FRENTE COMÉRCIO PORTÃ AZUL	ESTABELECIMENTO COMERCIAL
1796	QUADRA 52	FACE 02	RUA ANTÔNIO DOS REIS PAIVA, S/N	FUNDOS DO COMÉRCIO	
1797	QUADRA 52	FACE 02	RUA ANTÔNIO DOS REIS PAIVA, S/N	CASA DE ESQUINA / SALGADOS	
1798	QUADRA 52	FACE 03	RUA AGENOR ZANON	NADA A REGISTRAR	
1799	QUADRA 52	FACE 04	RUA JOSÉ EDUARDO ROQUE QUITIBA, Nº 24		
1800	QUADRA 52	FACE 04	RUA JOSÉ EDUARDO ROQUE QUITIBA, Nº 23		
1801	QUADRA 52	FACE 04	RUA JOSÉ EDUARDO ROQUE QUITIBA, Nº 22		

1802	QUADRA 52	FACE 04	RUA JOSÉ EDUARDO ROQUE QUITIBA, Nº 21		
1803	QUADRA 52	FACE 04	RUA JOSÉ EDUARDO ROQUE QUITIBA, Nº 20	PORTÃO MARROM	
1804	QUADRA 52	FACE 04	RUA JOSÉ EDUARDO ROQUE QUITIBA, S/N	APÓS O Nº 20	
1805	QUADRA 52	FACE 04	RUA JOSÉ EDUARDO ROQUE QUITIBA, Nº 18	FRENTE	
1806	QUADRA 52	FACE 04	RUA JOSÉ EDUARDO ROQUE QUITIBA, Nº 18	FUNDOS 1 APÓS O Nº 18	
1807	QUADRA 52	FACE 04	RUA JOSÉ EDUARDO ROQUE QUITIBA, Nº 18	FUNDOS 2 APÓS O Nº 18	
1808	QUADRA 52	FACE 04	RUA JOSÉ EDUARDO ROQUE QUITIBA, Nº 16	FRENTE	
1809	QUADRA 52	FACE 04	RUA JOSÉ EDUARDO ROQUE QUITIBA, Nº 16	FUNDOS	
1810	QUADRA 52	FACE 04	RUA JOSÉ EDUARDO ROQUE QUITIBA, S/N	ANTES DA Nº 14	
1811	QUADRA 52	FACE 04	RUA JOSÉ EDUARDO ROQUE QUITIBA, Nº 14	FRENTE ANDAR 1	
1812	QUADRA 52	FACE 04	RUA JOSÉ EDUARDO ROQUE QUITIBA, Nº 14	FUNDOS	
1813	QUADRA 53	FACE 01	RUA SEM NOME DOIS, S/N	LAIOTA / ESQUINA	VAGO
1814	QUADRA 53	FACE 01	RUA SEM NOME DOIS, S/N		CONSTRUÇÃO
1815	QUADRA 53	FACE 01	RUA SEM NOME DOIS, S/N	APÓS A CONSTRUÇÃO	
1816	QUADRA 53	FACE 02	RUA ANTÔNIO DOS REIS PAIVA, S/N		
1817	QUADRA 53	FACE 02	RUA ANTÔNIO DOS REIS PAIVA, S/N	CASA DE ESQUINA MURO VERMELHO	
1818	QUADRA 53	FACE 02	RUA ANTÔNIO DOS REIS PAIVA, S/N	FRENTE CASA 2	
1819	QUADRA 53	FACE 02	RUA ANTÔNIO DOS REIS PAIVA, S/N	COR AZUL CASA 3	
1820	QUADRA 53	FACE 02	RUA ANTÔNIO DOS REIS PAIVA, S/N	COR ROSA CASA 4	
1821	QUADRA 53	FACE 02	RUA ANTÔNIO DOS REIS PAIVA, S/N	ANTES DA IGREJA CASA 5	
1822	QUADRA 53	FACE 02	RUA ANTÔNIO DOS REIS PAIVA, S/N	ASSEMBLÉIA DE DEUS	ESTABELECIMENTO RELIGIOSO
1823	QUADRA 53	FACE 03	RUA SEM NOME DOIS, Nº 14		
1824	QUADRA 53	FACE 04	RUA JOSÉ EDUARDO ROQUE QUITIBA, Nº 14		
1825	QUADRA 53	FACE 04	RUA JOSÉ EDUARDO ROQUE QUITIBA, S/N	CONSTRUÇÃO ANTES DA Nº 11	CONSTRUÇÃO
1826	QUADRA 53	FACE 04	RUA JOSÉ EDUARDO ROQUE QUITIBA, Nº 11		
1827	QUADRA 53	FACE 04	RUA JOSÉ EDUARDO ROQUE QUITIBA, S/N	APÓS O Nº 11	
1828	QUADRA 53	FACE 04	RUA JOSÉ EDUARDO ROQUE QUITIBA, Nº 09		
1829	QUADRA 53	FACE 04	RUA JOSÉ EDUARDO ROQUE QUITIBA, S/N	FRENTE IGREJA	ESTABELECIMENTO RELIGIOSO
1830	QUADRA 53	FACE 04	RUA JOSÉ EDUARDO ROQUE QUITIBA, S/N	FUNDOS DA IGREJA ANDAR 1	
1831	QUADRA 53	FACE 04	RUA JOSÉ EDUARDO ROQUE QUITIBA, S/N	FUNDOS DA IGREJA TERREO	
1832	QUADRA 53	FACE 04	RUA JOSÉ EDUARDO ROQUE QUITIBA, Nº 07	ANDAR 1	
1833	QUADRA 53	FACE 04	RUA JOSÉ EDUARDO ROQUE QUITIBA, Nº 07	TERREO	
1834	QUADRA 54	FACE 01	AVENIDA JOSÉ FRANCISCO CAMINATTI BACHETTI	NADA A REGISTRAR	
1835	QUADRA 54	FACE 02	RUA SEM NOME DOIS	NADA A REGISTRAR	
1836	QUADRA 54	FACE 03	RUA ANTÔNIO DOS REIS PAIVA	NADA A REGISTRAR	
1837	QUADRA 55	FACE 01	RUA SEM NOME DOIS, Nº 13	ANDAR 1	
1838	QUADRA 55	FACE 01	RUA SEM NOME DOIS, Nº 13	TERREO COMÉRCIO	ESTABELECIMENTO COMERCIAL
1839	QUADRA 55	FACE 02	RUA DARCY BONN, Nº 01	MURO CINZA	
1840	QUADRA 55	FACE 02	RUA DARCY BONN, Nº 02	MURO AMARELO	
1841	QUADRA 55	FACE 02	RUA DARCY BONN, Nº 03	COR ROSA	VAGO
1842	QUADRA 55	FACE 02	RUA DARCY BONN, Nº 04		
1843	QUADRA 55	FACE 02	RUA DARCY BONN, S/N	APÓS O Nº 43	

1844	QUADRA 55	FACE 02	RUA DARCY BONN, N° 06		
1845	QUADRA 55	FACE 02	RUA DARCY BONN, N° 07	COQUEIRO	
1846	QUADRA 55	FACE 02	RUA DARCY BONN, N° 08		
1847	QUADRA 55	FACE 02	RUA DARCY BONN, N° 09	FRENTE	
1848	QUADRA 55	FACE 02	RUA DARCY BONN, N° 09	FUNDOS	
1849	QUADRA 55	FACE 02	RUA DARCY BONN, N° 10		
1850	QUADRA 55	FACE 02	RUA DARCY BONN, N° 11	MURO AMARELO	
1851	QUADRA 55	FACE 03	RUA AGENOR ZANON, N° 12		
1852	QUADRA 55	FACE 03	RUA AGENOR ZANON, N° 13	ANDAR 1	
1853	QUADRA 55	FACE 03	RUA AGENOR ZANON, N° 13	TERREO	
1854	QUADRA 55	FACE 04	RUA ANTÔNIO DOS REIS PAIVA, N° 24		
1855	QUADRA 55	FACE 04	RUA ANTÔNIO DOS REIS PAIVA, N° 23		
1856	QUADRA 55	FACE 04	RUA ANTÔNIO DOS REIS PAIVA, N° 22		
1857	QUADRA 55	FACE 04	RUA ANTÔNIO DOS REIS PAIVA, N° 21		
1858	QUADRA 55	FACE 04	RUA ANTÔNIO DOS REIS PAIVA, N° 20		
1859	QUADRA 55	FACE 04	RUA ANTÔNIO DOS REIS PAIVA, S/N	ANDAR 1 APÓS O N° 20	
1860	QUADRA 55	FACE 04	RUA ANTÔNIO DOS REIS PAIVA, S/N	TERREO APÓS O N° 20	
1861	QUADRA 55	FACE 04	RUA ANTÔNIO DOS REIS PAIVA, N° 19		
1862	QUADRA 55	FACE 04	RUA ANTÔNIO DOS REIS PAIVA, S/N		CONSTRUÇÃO
1863	QUADRA 55	FACE 04	RUA ANTÔNIO DOS REIS PAIVA, N° 17		
1864	QUADRA 55	FACE 04	RUA ANTÔNIO DOS REIS PAIVA, S/N	ANTES DO N° 15	VAGO
1865	QUADRA 55	FACE 04	RUA ANTÔNIO DOS REIS PAIVA, N° 15		
1866	QUADRA 55	FACE 04	RUA ANTÔNIO DOS REIS PAIVA, N° 14	PÉ DE MANGA	
1867	QUADRA 56	FACE 01	RUA SEM NOME DOIS, S/N	ANDAR 1 EM CIMA DO COMÉRCIO	
1868	QUADRA 56	FACE 01	RUA SEM NOME DOIS, S/N	TERREO COMÉRCIO	ESTABELECIMENTO COMERCIAL
1869	QUADRA 56	FACE 02	AVENIDA JOSÉ FRANCISCO CAMINATTI BACHETTI, S/N	FNS 20	VAGO
1870	QUADRA 56	FACE 03	RUA MAURO SOEIRO BANHOS, N° 02		
1871	QUADRA 56	FACE 03	RUA MAURO SOEIRO BANHOS, N° 3 B		
1872	QUADRA 56	FACE 03	RUA MAURO SOEIRO BANHOS, N° 4		
1873	QUADRA 56	FACE 03	RUA MAURO SOEIRO BANHOS, S/N	CONGREGAÇÃO CRISTÃ	ESTABELECIMENTO RELIGIOSO
1874	QUADRA 56	FACE 03	RUA MAURO SOEIRO BANHOS, N° 06		
1875	QUADRA 56	FACE 03	RUA MAURO SOEIRO BANHOS, N° 07		
1876	QUADRA 56	FACE 03	RUA MAURO SOEIRO BANHOS, N° 08		
1877	QUADRA 56	FACE 03	RUA MAURO SOEIRO BANHOS, S/N	MURO VERMELHO / PEXARIA	
1878	QUADRA 56	FACE 03	RUA MAURO SOEIRO BANHOS, N° 10		
1879	QUADRA 56	FACE 03	RUA MAURO SOEIRO BANHOS, N° 11	COR AMARELA DE ESQUINA	
1880	QUADRA 56	FACE 04	RUA AGENOR ZANON	NADA A REGISTRAR	
1881	QUADRA 56	FACE 05	RUA DARCY BONN, N° 23		
1882	QUADRA 56	FACE 05	RUA DARCY BONN, N° 22		
1883	QUADRA 56	FACE 05	RUA DARCY BONN, N° 21		
1884	QUADRA 56	FACE 05	RUA DARCY BONN, S/N	APÓS O N° 21	
1885	QUADRA 56	FACE 05	RUA DARCY BONN, S/N	PORTÃO LARANJA	CONSTRUÇÃO

1886	QUADRA 56	FACE 05	RUA DARCY BONN, Nº 18		
1887	QUADRA 56	FACE 05	RUA DARCY BONN, Nº 17		
1888	QUADRA 56	FACE 05	RUA DARCY BONN, Nº 16	FRENTE	
1889	QUADRA 56	FACE 05	RUA DARCY BONN, Nº 16	FUNDOS	
1890	QUADRA 56	FACE 05	RUA DARCY BONN, Nº 15	ANDAR 1	
1891	QUADRA 56	FACE 05	RUA DARCY BONN, Nº 15	TERREO	VAGO
1892	QUADRA 56	FACE 05	RUA DARCY BONN, Nº 14		
1893	QUADRA 56	FACE 05	RUA DARCY BONN, Nº 13		
1894	QUADRA 56	FACE 05	RUA DARCY BONN, Nº 12		
1895	QUADRA 57	FACE 01	RUA AGENOR ZANON, Nº 10		
1896	QUADRA 57	FACE 01	RUA AGENOR ZANON, S/N	APÓS O Nº 10	
1897	QUADRA 57	FACE 02	RUA DARCY BONN, S/N	FNS 3	
1898	QUADRA 57	FACE 02	RUA DARCY BONN, Nº 02		
1899	QUADRA 57	FACE 02	RUA DARCY BONN, Nº 03		
1900	QUADRA 57	FACE 02	RUA DARCY BONN, S/N	APÓS O Nº 3	
1901	QUADRA 57	FACE 02	RUA DARCY BONN, S/N	ANTES DO Nº 8	
1902	QUADRA 57	FACE 02	RUA DARCY BONN, Nº 08		
1903	QUADRA 57	FACE 02	RUA DARCY BONN, Nº 06		
1904	QUADRA 57	FACE 02	RUA DARCY BONN, Nº 07		
1905	QUADRA 57	FACE 02	RUA DARCY BONN, Nº 08		VAGO
1906	QUADRA 57	FACE 02	RUA DARCY BONN, S/N	CASA DE ESQUINA FNS 13	
1907	QUADRA 57	FACE 03	RUA SEM MONECLATURA DOIS, S/N	MURO DE BLOCO	
1908	QUADRA 57	FACE 04	RUA ANTÔNIO DOS REIS PAIVA, Nº 15		
1909	QUADRA 57	FACE 04	RUA ANTÔNIO DOS REIS PAIVA, Nº 16		
1910	QUADRA 57	FACE 04	RUA ANTÔNIO DOS REIS PAIVA, Nº 17		
1911	QUADRA 57	FACE 04	RUA ANTÔNIO DOS REIS PAIVA, S/N	COR SALMÃO	
1912	QUADRA 57	FACE 04	RUA ANTÔNIO DOS REIS PAIVA, Nº 20		
1913	QUADRA 57	FACE 04	RUA ANTÔNIO DOS REIS PAIVA, Nº 12		
1914	QUADRA 57	FACE 04	RUA ANTÔNIO DOS REIS PAIVA, Nº 11		
1915	QUADRA 58	FACE 01	RUA AGENOR ZANON, Nº 91		
1916	QUADRA 58	FACE 02	RUA MAURO SOEIRO BANHOS, S/N	CASA 1	
1917	QUADRA 58	FACE 02	RUA MAURO SOEIRO BANHOS, S/N	APÓS A CASA 1	VAGO
1918	QUADRA 58	FACE 02	RUA MAURO SOEIRO BANHOS, S/N	CASA 3 PORTÃO PRETO	
1919	QUADRA 58	FACE 02	RUA MAURO SOEIRO BANHOS, S/N	CASA 4	
1920	QUADRA 58	FACE 02	RUA MAURO SOEIRO BANHOS, S/N	CASA 5	
1921	QUADRA 58	FACE 02	RUA MAURO SOEIRO BANHOS, S/N	CASA 6	
1922	QUADRA 58	FACE 02	RUA MAURO SOEIRO BANHOS, S/N	CASA 7	
1923	QUADRA 58	FACE 02	RUA MAURO SOEIRO BANHOS, S/N	CASA 8	
1924	QUADRA 58	FACE 02	RUA MAURO SOEIRO BANHOS, S/N	CASA 9	
1925	QUADRA 58	FACE 03	RUA SEM MONECLATURA DOIS, S/N	CASA 1	VAGO
1926	QUADRA 58	FACE 03	RUA SEM MONECLATURA DOIS, S/N	CASA 2	CONSTRUÇÃO
1927	QUADRA 58	FACE 04	RUA DARCY BONN, S/N	BELLAS MODAS	ESTABELECIMENTO COMERCIAL

1928	QUADRA 58	FACE 04	RUA DARCY BONN, S/N	CASA COM MARMORE	
1929	QUADRA 58	FACE 04	RUA DARCY BONN, S/N	FNS 6	
1930	QUADRA 58	FACE 04	RUA DARCY BONN, Nº 15		
1931	QUADRA 58	FACE 04	RUA DARCY BONN, Nº 14		
1932	QUADRA 58	FACE 04	RUA DARCY BONN, S/N	APÓS O Nº 14 PÉ DE COCÔ	
1933	QUADRA 58	FACE 04	RUA DARCY BONN, Nº 12		
1934	QUADRA 58	FACE 04	RUA DARCY BONN, Nº 11		
1935	QUADRA 58	FACE 04	RUA DARCY BONN, Nº 10		
1936	QUADRA 59	FACE 01	RUA SEM MONECLATURA DOIS, S/N	CASA ROSA 10 LADO DIREITO	
1937	QUADRA 59	FACE 01	RUA SEM MONECLATURA DOIS, S/N	CASA BRANCA 10 LADO ESQUERDO	
1938	QUADRA 59	FACE 01	RUA SEM MONECLATURA DOIS, S/N	APÓS A CASA 10	
1939	QUADRA 59	FACE 01	RUA SEM MONECLATURA DOIS, S/N	PÉ DE COCÔ	
1940	QUADRA 59	FACE 02	RUA DARCY BONN, S/N	CASA EM FRENTE AO POSTE 1516	
1941	QUADRA 59	FACE 02	RUA DARCY BONN, S/N	CASA 2	
1942	QUADRA 59	FACE 02	RUA DARCY BONN, S/N	CASA 3	
1943	QUADRA 59	FACE 02	RUA DARCY BONN, S/N	ANTES DO Nº 5	
1944	QUADRA 59	FACE 02	RUA DARCY BONN, Nº 05		
1945	QUADRA 59	FACE 02	RUA DARCY BONN, S/N	CASA DE REBOCO	
1946	QUADRA 59	FACE 02	RUA DARCY BONN, Nº 03		
1947	QUADRA 59	FACE 03	RUA APOLÔNIA BELIZARIO CORREA, S/N	CASA 1	
1948	QUADRA 59	FACE 03	RUA APOLÔNIA BELIZARIO CORREA, S/N	CASA 2	
1949	QUADRA 59	FACE 03	RUA APOLÔNIA BELIZARIO CORREA, S/N	CASA 3 MURO DE BLOCO	
1950	QUADRA 59	FACE 04	RUA ANTÔNIO DOS REIS PAIVA, S/N	COR ROSA	
1951	QUADRA 59	FACE 04	RUA ANTÔNIO DOS REIS PAIVA, Nº 15		
1952	QUADRA 59	FACE 04	RUA ANTÔNIO DOS REIS PAIVA, S/N	PORTÃO DE FERRO EM REFORMA	CONSTRUÇÃO
1953	QUADRA 59	FACE 04	RUA ANTÔNIO DOS REIS PAIVA, S/N	PORTÃO DE FERRO	
1954	QUADRA 59	FACE 04	RUA ANTÔNIO DOS REIS PAIVA, S/N	ANTES DO Nº 12 PORTÃO AZUL	
1955	QUADRA 59	FACE 04	RUA ANTÔNIO DOS REIS PAIVA, Nº 12		
1956	QUADRA 59	FACE 04	RUA ANTÔNIO DOS REIS PAIVA, S/N	APÓS O Nº 12 COR VERDE	
1957	QUADRA 60	FACE 01	RUA SEM MONECLATURA DOIS, S/N	ÚNICA CASA DA FACE	
1958	QUADRA 60	FACE 02	RUA MAURO SOEIRO BANHOS, S/N	FRENTE BARBEARIA FNS 13	ESTABELECIMENTO COMERCIAL
1959	QUADRA 60	FACE 02	RUA MAURO SOEIRO BANHOS, S/N	FUNDOS COMERCIO FNS13	ESTABELECIMENTO COMERCIAL
1960	QUADRA 60	FACE 02	RUA MAURO SOEIRO BANHOS, Nº 02		
1961	QUADRA 60	FACE 02	RUA MAURO SOEIRO BANHOS, S/N	APÓS O Nº 2	
1962	QUADRA 60	FACE 02	RUA MAURO SOEIRO BANHOS, S/N	ANTES DO Nº 5	
1963	QUADRA 60	FACE 02	RUA MAURO SOEIRO BANHOS, Nº 05		
1964	QUADRA 60	FACE 02	RUA MAURO SOEIRO BANHOS, S/N	APÓS O Nº 5	
1965	QUADRA 60	FACE 02	RUA MAURO SOEIRO BANHOS, S/N		CONSTRUÇÃO
1966	QUADRA 60	FACE 03	RUA APOLÔNIA BELIZARIO CORREA, S/N	COR ROSA DE ESQUINA	
1967	QUADRA 60	FACE 03	RUA APOLÔNIA BELIZARIO CORREA, S/N	PORTÃO VERDE	
1968	QUADRA 60	FACE 04	RUA DARCY BONN, Nº 24		
1969	QUADRA 60	FACE 04	RUA DARCY BONN, Nº 22		

1970	QUADRA 60	FACE 04	RUA DARCY BONN, Nº 20		
1971	QUADRA 60	FACE 04	RUA DARCY BONN, S/N	ANDAR 1 APÓS O Nº 20	
1972	QUADRA 60	FACE 04	RUA DARCY BONN, S/N	TERREO APÓS O Nº 20	
1973	QUADRA 60	FACE 04	RUA DARCY BONN, Nº 18		
1974	QUADRA 60	FACE 04	RUA DARCY BONN, S/N	ANDAR 1 APÓS O Nº 18	
1975	QUADRA 60	FACE 04	RUA DARCY BONN, S/N	TERREO APÓS O Nº 18	
1976	QUADRA 60	FACE 04	RUA DARCY BONN, Nº 17	ANDAR 1 FLAVIO BARBEIRO	
1977	QUADRA 60	FACE 04	RUA DARCY BONN, Nº 17	TERREO FAVIO BARBEIRO	
1978	QUADRA 60	FACE 04	RUA DARCY BONN, S/N	APÓS O Nº 17 NOS FUNDOS	
1979	QUADRA 61	FACE 01	AVENIDA JOSÉ FRANCISCO CAMINATTI BACHETTI	NADA A REGISTRAR	
1980	QUADRA 61	FACE 02	RUA WALDEMIRO PREDOTTI, S/N	PORTÃO DE AÇO	
1981	QUADRA 61	FACE 02	RUA WALDEMIRO PREDOTTI, S/N	COR BRANCA	
1982	QUADRA 61	FACE 03	RUA AGENOR ZANON, S/N		CONSTRUÇÃO
1983	QUADRA 61	FACE 03	RUA AGENOR ZANON, S/N	FNS 5 COR VERDE	
1984	QUADRA 61	FACE 03	RUA AGENOR ZANON, Nº 493	ANDAR 1	
1985	QUADRA 61	FACE 03	RUA AGENOR ZANON, Nº 493	TERREO	ESTABELECIMENTO COMERCIAL
1986	QUADRA 61	FACE 04	RUA MAURO SOEIRO BANHOS, S/N	FNS 10 COR VERDE	
1987	QUADRA 61	FACE 04	RUA MAURO SOEIRO BANHOS, Nº 97		CONSTRUÇÃO
1988	QUADRA 62	FACE 01	AVENIDA JOSÉ FRANCISCO CAMINATTI BACHETTI	NADA A REGISTRAR	
1989	QUADRA 62	FACE 02	RUA AGENOR ZANON	NADA A REGISTRAR	
1990	QUADRA 62	FACE 03	RUA WALDEMIRO PREDOTTI	NADA A REGISTRAR	
1991	QUADRA 63	FACE 01	RUA AGENOR ZANON	NADA A REGISTRAR	
1992	QUADRA 63	FACE 02	RUA WALDEMIRO PREDOTTI, S/N	PRIMEIRA CASA DA FACE	
1993	QUADRA 63	FACE 02	RUA WALDEMIRO PREDOTTI, Nº 552		
1994	QUADRA 63	FACE 02	RUA WALDEMIRO PREDOTTI, Nº 564		
1995	QUADRA 63	FACE 02	RUA WALDEMIRO PREDOTTI, Nº 576	APARTAMENTO 2	VAGO
1996	QUADRA 63	FACE 02	RUA WALDEMIRO PREDOTTI, Nº 576	APARTAMENTO 1	
1997	QUADRA 63	FACE 02	RUA WALDEMIRO PREDOTTI, S/N	MURO CINZA	CONSTRUÇÃO
1998	QUADRA 63	FACE 02	RUA WALDEMIRO PREDOTTI, Nº 17		VAGO
1999	QUADRA 63	FACE 02	RUA WALDEMIRO PREDOTTI, Nº 600		
2000	QUADRA 63	FACE 02	RUA WALDEMIRO PREDOTTI, S/N	FNS 10	
2001	QUADRA 63	FACE 02	RUA WALDEMIRO PREDOTTI, Nº 13		
2002	QUADRA 63	FACE 02	RUA WALDEMIRO PREDOTTI, Nº 312	ANDAR 1	VAGO
2003	QUADRA 63	FACE 02	RUA WALDEMIRO PREDOTTI, Nº 312	TERREO	
2004	QUADRA 63	FACE 02	RUA WALDEMIRO PREDOTTI, Nº 16		
2005	QUADRA 63	FACE 02	RUA WALDEMIRO PREDOTTI, S/N	APÓS O Nº 16	
2006	QUADRA 63	FACE 02	RUA WALDEMIRO PREDOTTI, Nº 03		
2007	QUADRA 63	FACE 02	RUA WALDEMIRO PREDOTTI, Nº 684		
2008	QUADRA 63	FACE 02	RUA WALDEMIRO PREDOTTI, S/N	APÓS O Nº 684 DUPLEX AMARELO	
2009	QUADRA 63	FACE 03	RUA APOLÔNIA BELIZARIO CORREA, S/N	ANTES DO Nº 385	
2010	QUADRA 63	FACE 03	RUA APOLÔNIA BELIZARIO CORREA, Nº 385	DUPLEX	
2011	QUADRA 63	FACE 03	RUA APOLÔNIA BELIZARIO CORREA, Nº 101		

2012	QUADRA 63	FACE 03	RUA APOLÔNIA BELIZARIO CORREA, Nº 02		
2013	QUADRA 63	FACE 04	RUA MAURO SOEIRO BANHOS, Nº 673		
2014	QUADRA 63	FACE 04	RUA MAURO SOEIRO BANHOS, Nº 661		
2015	QUADRA 63	FACE 04	RUA MAURO SOEIRO BANHOS, Nº 649		
2016	QUADRA 63	FACE 04	RUA MAURO SOEIRO BANHOS, S/N	APÓS O Nº 649	
2017	QUADRA 63	FACE 04	RUA MAURO SOEIRO BANHOS, S/N	FNS 28	CONSTRUÇÃO
2018	QUADRA 63	FACE 04	RUA MAURO SOEIRO BANHOS, Nº 601		
2019	QUADRA 63	FACE 04	RUA MAURO SOEIRO BANHOS, Nº 589		
2020	QUADRA 63	FACE 04	RUA MAURO SOEIRO BANHOS, Nº 289	ANDAR 1	
2021	QUADRA 63	FACE 04	RUA MAURO SOEIRO BANHOS, Nº 289	TERRE FRENTE BARBEARIA	ESTABELECIMENTO COMERCIAL
2022	QUADRA 63	FACE 04	RUA MAURO SOEIRO BANHOS, Nº 289	TERREO FUNDOS	
2023	QUADRA 63	FACE 04	RUA MAURO SOEIRO BANHOS, Nº 553		
2024	QUADRA 63	FACE 04	RUA MAURO SOEIRO BANHOS, S/N	GALPÃO	ESTABELECIMENTO COMERCIAL
2025	QUADRA 64	FACE 01	RUA AGENOR ZANON, S/N	IGREJA CATOLICA	ESTABELECIMENTO RELIGIOSO
2026	QUADRA 64	FACE 02	RUA SEBASTIÃO DA SILVA PRATTI	NADA A REGISTRAR	
2027	QUADRA 64	FACE 03	RUA APOLÔNIA BELIZARIO CORREA	NADA A REGISTRAR	
2028	QUADRA 64	FACE 04	RUA WALDEMIRO PREDOTTI, Nº 10	FERRO VELHO	ESTABELECIMENTO COMERCIAL
2029	QUADRA 64	FACE 04	RUA WALDEMIRO PREDOTTI, S/N	QUADRA DE ESPORTES	ESTABELECIMENTO COMERCIAL
2030	QUADRA 64	FACE 04	RUA WALDEMIRO PREDOTTI, Nº 589		
2031	QUADRA 64	FACE 04	RUA WALDEMIRO PREDOTTI, Nº 577	CENTRO JUVENIL SALECIANO	ESTABELECIMENTO COMERCIAL
2032	QUADRA 65	FACE 01	AVENIDA JOSÉ FRANCISCO CAMINATTI BACHETTI, S/N	COR CINZA	
2033	QUADRA 65	FACE 02	RUA MANOEL LUIZ CORRÊA, S/N	FRENTE / OFICINA	ESTABELECIMENTO COMERCIAL
2034	QUADRA 65	FACE 02	RUA MANOEL LUIZ CORRÊA, S/N	FUNDOS	
2035	QUADRA 65	FACE 02	RUA MANOEL LUIZ CORRÊA, Nº 624	ANDAR 2	
2036	QUADRA 65	FACE 02	RUA MANOEL LUIZ CORRÊA, Nº 624	ANDAR 1	
2037	QUADRA 65	FACE 02	RUA MANOEL LUIZ CORRÊA, Nº 624	TERREO	
2038	QUADRA 65	FACE 02	RUA MANOEL LUIZ CORRÊA, Nº 660	COMÉRCIO	ESTABELECIMENTO COMERCIAL
2039	QUADRA 65	FACE 02	RUA MANOEL LUIZ CORRÊA, S/N	APÓS O Nº 660	
2040	QUADRA 65	FACE 03	RUA APOLÔNIA BELIZARIO CORREA, Nº 79		
2041	QUADRA 65	FACE 03	RUA APOLÔNIA BELIZARIO CORREA, Nº 685	MURO DE BLOCO	
2042	QUADRA 65	FACE 04	RUA SEBASTIÃO DA SILVA PRATTI, Nº 685	PORTA AZUL	
2043	QUADRA 65	FACE 04	RUA SEBASTIÃO DA SILVA PRATTI, S/N		CONSTRUÇÃO
2044	QUADRA 65	FACE 04	RUA SEBASTIÃO DA SILVA PRATTI, Nº 612 B		
2045	QUADRA 65	FACE 04	RUA SEBASTIÃO DA SILVA PRATTI, Nº 612 A		
2046	QUADRA 65	FACE 04	RUA SEBASTIÃO DA SILVA PRATTI, Nº 600		
2047	QUADRA 65	FACE 04	RUA SEBASTIÃO DA SILVA PRATTI, Nº 576	FRENTE / BAR	ESTABELECIMENTO COMERCIAL
2048	QUADRA 65	FACE 04	RUA SEBASTIÃO DA SILVA PRATTI, Nº 576	FUNDOS	
2049	QUADRA 65	FACE 04	RUA SEBASTIÃO DA SILVA PRATTI, S/N	APÓS O BAR	CONSTRUÇÃO
2050	QUADRA 65	FACE 04	RUA SEBASTIÃO DA SILVA PRATTI, Nº 564		
2051	QUADRA 66	FACE 01	AVENIDA JOSÉ FRANCISCO CAMINATTI BACHETTI, Nº 1369	ANDAR 1	
2052	QUADRA 66	FACE 01	AVENIDA JOSÉ FRANCISCO CAMINATTI BACHETTI, Nº 1369	TERREO	
2053	QUADRA 66	FACE 01	AVENIDA JOSÉ FRANCISCO CAMINATTI BACHETTI, Nº 1314	CASA 6	

2054	QUADRA 66	FACE 01	AVENIDA JOSÉ FRANCISCO CAMINATTI BACHETTI, Nº 1314	CASA 5	
2055	QUADRA 66	FACE 01	AVENIDA JOSÉ FRANCISCO CAMINATTI BACHETTI, Nº 04		
2056	QUADRA 66	FACE 01	AVENIDA JOSÉ FRANCISCO CAMINATTI BACHETTI, S/N	APÓS O Nº 4	
2057	QUADRA 66	FACE 01	AVENIDA JOSÉ FRANCISCO CAMINATTI BACHETTI, Nº 1314		
2058	QUADRA 66	FACE 01	AVENIDA JOSÉ FRANCISCO CAMINATTI BACHETTI, Nº 1314	CASA 2	
2059	QUADRA 66	FACE 01	AVENIDA JOSÉ FRANCISCO CAMINATTI BACHETTI, S/N	SORVETERIA	ESTABELECIMENTO COMERCIAL
2060	QUADRA 66	FACE 01	AVENIDA JOSÉ FRANCISCO CAMINATTI BACHETTI, S/N	BARBEARIA	ESTABELECIMENTO COMERCIAL
2061	QUADRA 66	FACE 02	RUA APOLÔNIA BELIZARIO CORREA, Nº 1344	ANDAR 1	
2062	QUADRA 66	FACE 02	RUA APOLÔNIA BELIZARIO CORREA, Nº 1344	TERREO	
2063	QUADRA 66	FACE 02	RUA APOLÔNIA BELIZARIO CORREA, Nº 64		
2064	QUADRA 66	FACE 02	RUA APOLÔNIA BELIZARIO CORREA, Nº 05	FRENTE	
2065	QUADRA 66	FACE 02	RUA APOLÔNIA BELIZARIO CORREA, Nº 05	FUNDOS	
2066	QUADRA 66	FACE 02	RUA APOLÔNIA BELIZARIO CORREA, S/N	PORTÃO AMARELO	
2067	QUADRA 66	FACE 02	RUA APOLÔNIA BELIZARIO CORREA, S/N	CASA 1	CONSTRUÇÃO
2068	QUADRA 66	FACE 02	RUA APOLÔNIA BELIZARIO CORREA, S/N	CASA 2	CONSTRUÇÃO
2069	QUADRA 66	FACE 02	RUA APOLÔNIA BELIZARIO CORREA, S/N	CASA 3	CONSTRUÇÃO
2070	QUADRA 66	FACE 02	RUA APOLÔNIA BELIZARIO CORREA, S/N	CASA 4	CONSTRUÇÃO
2071	QUADRA 66	FACE 02	RUA APOLÔNIA BELIZARIO CORREA, S/N	CASA 5	CONSTRUÇÃO
2072	QUADRA 66	FACE 02	RUA APOLÔNIA BELIZARIO CORREA, S/N	CASA 6	CONSTRUÇÃO
2073	QUADRA 66	FACE 02	RUA APOLÔNIA BELIZARIO CORREA, S/N	CASA 7	CONSTRUÇÃO
2074	QUADRA 66	FACE 03	RUA MANOEL LUIZ CORRÊA, Nº 630		CONSTRUÇÃO
2075	QUADRA 66	FACE 03	RUA MANOEL LUIZ CORRÊA, S/N	PRIMEIRA CASA APÓS O Nº 630	VAGO
2076	QUADRA 66	FACE 03	RUA MANOEL LUIZ CORRÊA, S/N	SEGUNDA CASA APÓS O Nº 630	VAGO
2077	QUADRA 67	FACE 01	RUA APOLÔNIA BELIZARIO CORREA	NADA A REGISTRAR	
2078	QUADRA 67	FACE 02	RUA SEBASTIÃO DA SILVA PRATTI, S/N	JANELA AZUL	VAGO
2079	QUADRA 67	FACE 02	RUA SEBASTIÃO DA SILVA PRATTI, Nº 732		
2080	QUADRA 67	FACE 02	RUA SEBASTIÃO DA SILVA PRATTI, Nº 744	ANDAR 1	
2081	QUADRA 67	FACE 02	RUA SEBASTIÃO DA SILVA PRATTI, Nº 744	TERREO	
2082	QUADRA 67	FACE 02	RUA SEBASTIÃO DA SILVA PRATTI, Nº 768 A		VAGO
2083	QUADRA 67	FACE 02	RUA SEBASTIÃO DA SILVA PRATTI, Nº 768 B	COR AMARELA	
2084	QUADRA 67	FACE 02	RUA SEBASTIÃO DA SILVA PRATTI, Nº 780		
2085	QUADRA 67	FACE 02	RUA SEBASTIÃO DA SILVA PRATTI, Nº 792		
2086	QUADRA 67	FACE 02	RUA SEBASTIÃO DA SILVA PRATTI, Nº 816		
2087	QUADRA 67	FACE 02	RUA SEBASTIÃO DA SILVA PRATTI, Nº 828		
2088	QUADRA 67	FACE 03	RUA HONORATO DA ROSA, S/N	COR LILÁS	
2089	QUADRA 67	FACE 03	RUA HONORATO DA ROSA, S/N	COR VERDE	
2090	QUADRA 67	FACE 03	RUA HONORATO DA ROSA, Nº 864	CASA 1	
2091	QUADRA 67	FACE 03	RUA HONORATO DA ROSA, Nº 864	CASA 2	
2092	QUADRA 67	FACE 03	RUA HONORATO DA ROSA, S/N	FNS 29	
2093	QUADRA 67	FACE 03	RUA HONORATO DA ROSA, S/N	FNS 30	
2094	QUADRA 67	FACE 03	RUA HONORATO DA ROSA, S/N	FNS 31	
2095	QUADRA 67	FACE 04	RUA WALDEMIRO PREDOTTI, Nº 853 B		

2096	QUADRA 67	FACE 04	RUA WALDEMIRO PREDOTTI, Nº 853 A		
2097	QUADRA 67	FACE 04	RUA WALDEMIRO PREDOTTI, Nº 841 B		
2098	QUADRA 67	FACE 04	RUA WALDEMIRO PREDOTTI, Nº 841 A		
2099	QUADRA 67	FACE 04	RUA WALDEMIRO PREDOTTI, Nº 829 B		
2100	QUADRA 67	FACE 04	RUA WALDEMIRO PREDOTTI, Nº 829 A		
2101	QUADRA 67	FACE 04	RUA WALDEMIRO PREDOTTI, S/N	ANTES DO Nº 817	
2102	QUADRA 67	FACE 04	RUA WALDEMIRO PREDOTTI, Nº 817		
2103	QUADRA 67	FACE 04	RUA WALDEMIRO PREDOTTI, S/N	APÓS O Nº 817	
2104	QUADRA 67	FACE 04	RUA WALDEMIRO PREDOTTI, Nº 14	COR VERDE	
2105	QUADRA 67	FACE 04	RUA WALDEMIRO PREDOTTI, Nº 781	FRENTE	CONSTRUÇÃO
2106	QUADRA 67	FACE 04	RUA WALDEMIRO PREDOTTI, Nº 781	FUNDOS	
2107	QUADRA 67	FACE 04	RUA WALDEMIRO PREDOTTI, Nº 26 A		
2108	QUADRA 67	FACE 04	RUA WALDEMIRO PREDOTTI, Nº 757 B		VAGO
2109	QUADRA 67	FACE 04	RUA WALDEMIRO PREDOTTI, Nº 757 A		VAGO
2110	QUADRA 67	FACE 04	RUA WALDEMIRO PREDOTTI, S/N	JANELA AZUL APÓS O Nº 757 A	
2111	QUADRA 67	FACE 04	RUA WALDEMIRO PREDOTTI, Nº 721		
2112	QUADRA 68	FACE 01	RUA APOLÔNIA BELIZARIO CORREA	NADA A REGISTRAR	
2113	QUADRA 68	FACE 02	RUA MANOEL LUIZ CORRÊA, S/N	ANTES DO Nº 732	
2114	QUADRA 68	FACE 02	RUA MANOEL LUIZ CORRÊA, Nº 732	FRENTE	ESTABELECIMENTO COMERCIAL
2115	QUADRA 68	FACE 02	RUA MANOEL LUIZ CORRÊA, Nº 732	FUNDOS	
2116	QUADRA 68	FACE 02	RUA MANOEL LUIZ CORRÊA, Nº 744		CONSTRUÇÃO
2117	QUADRA 68	FACE 02	RUA MANOEL LUIZ CORRÊA, Nº 756		
2118	QUADRA 68	FACE 02	RUA MANOEL LUIZ CORRÊA, Nº 780		
2119	QUADRA 68	FACE 02	RUA MANOEL LUIZ CORRÊA, Nº 79		
2120	QUADRA 68	FACE 02	RUA MANOEL LUIZ CORRÊA, Nº 840		
2121	QUADRA 68	FACE 02	RUA MANOEL LUIZ CORRÊA, Nº 864	CASA 4	
2122	QUADRA 68	FACE 02	RUA MANOEL LUIZ CORRÊA, Nº 864	CASA 3	
2123	QUADRA 68	FACE 02	RUA MANOEL LUIZ CORRÊA, Nº 864	CASA 2	
2124	QUADRA 68	FACE 02	RUA MANOEL LUIZ CORRÊA, Nº 864	CASA 1	
2125	QUADRA 68	FACE 03	RUA HONORATO DA ROSA, Nº 05		
2126	QUADRA 68	FACE 03	RUA HONORATO DA ROSA, Nº 864		
2127	QUADRA 68	FACE 03	RUA HONORATO DA ROSA, Nº 866	ANDAR 1	CONSTRUÇÃO
2128	QUADRA 68	FACE 03	RUA HONORATO DA ROSA, Nº 866	TERREO	
2129	QUADRA 68	FACE 03	RUA HONORATO DA ROSA, S/N	APÓS O Nº 866	
2130	QUADRA 68	FACE 04	RUA SEBASTIÃO DA SILVA PRATTI, Nº 853		
2131	QUADRA 68	FACE 04	RUA SEBASTIÃO DA SILVA PRATTI, Nº 841		VAGO
2132	QUADRA 68	FACE 04	RUA SEBASTIÃO DA SILVA PRATTI, S/N	APÓS O Nº 841	CONSTRUÇÃO
2133	QUADRA 68	FACE 04	RUA SEBASTIÃO DA SILVA PRATTI, Nº 769		
2134	QUADRA 68	FACE 04	RUA SEBASTIÃO DA SILVA PRATTI, S/N	FRENTE OFICINA MECÂNICA	ESTABELECIMENTO COMERCIAL
2135	QUADRA 68	FACE 04	RUA SEBASTIÃO DA SILVA PRATTI, S/N	FUNDOS DUPLEX	
2136	QUADRA 68	FACE 04	RUA SEBASTIÃO DA SILVA PRATTI, S/N	ANTES DO Nº 731	
2137	QUADRA 68	FACE 04	RUA SEBASTIÃO DA SILVA PRATTI, Nº 731	PORTÃO PRETO	

2138	QUADRA 68	FACE 04	RUA SEBASTIÃO DA SILVA PRATTI, S/N	APÓS O Nº 731	
2139	QUADRA 68	FACE 04	RUA SEBASTIÃO DA SILVA PRATTI, Nº 709	DUPLEX	
2140	QUADRA 69	FACE 01	RUA APOLÔNIA BELIZARIO CORREA, Nº 26	DUPLEX	
2141	QUADRA 69	FACE 01	RUA APOLÔNIA BELIZARIO CORREA, S/N	APÓS O Nº 26	
2142	QUADRA 69	FACE 01	RUA APOLÔNIA BELIZARIO CORREA, Nº 708		
2143	QUADRA 69	FACE 02	RUA MARIA CARMEM ALMENARA CALMON, Nº 708		
2144	QUADRA 69	FACE 02	RUA MARIA CARMEM ALMENARA CALMON, S/N	APÓS O Nº 708	
2145	QUADRA 69	FACE 02	RUA MARIA CARMEM ALMENARA CALMON, Nº 720		
2146	QUADRA 69	FACE 02	RUA MARIA CARMEM ALMENARA CALMON, Nº 732		
2147	QUADRA 69	FACE 02	RUA MARIA CARMEM ALMENARA CALMON, Nº 744		
2148	QUADRA 69	FACE 02	RUA MARIA CARMEM ALMENARA CALMON, S/N	APÓS O Nº 744 PORTA CINZA	
2149	QUADRA 69	FACE 02	RUA MARIA CARMEM ALMENARA CALMON, Nº 804		
2150	QUADRA 69	FACE 02	RUA MARIA CARMEM ALMENARA CALMON, Nº 816	FRENTE LADO DIREITO	
2151	QUADRA 69	FACE 02	RUA MARIA CARMEM ALMENARA CALMON, Nº 816	FRENTE LADO ESQUERDO	
2152	QUADRA 69	FACE 02	RUA MARIA CARMEM ALMENARA CALMON, Nº 816	FUNDOS LADO DIREITO	
2153	QUADRA 69	FACE 02	RUA MARIA CARMEM ALMENARA CALMON, Nº 816	FUNDOS LADO ESQUERDO	
2154	QUADRA 69	FACE 02	RUA MARIA CARMEM ALMENARA CALMON, Nº 820		
2155	QUADRA 69	FACE 02	RUA MARIA CARMEM ALMENARA CALMON, S/N	PORTÃO AZUL	
2156	QUADRA 69	FACE 02	RUA MARIA CARMEM ALMENARA CALMON, Nº 840		
2157	QUADRA 69	FACE 02	RUA MARIA CARMEM ALMENARA CALMON, Nº 852	FRENTE	
2158	QUADRA 69	FACE 02	RUA MARIA CARMEM ALMENARA CALMON, Nº 852	FUNDOS	
2159	QUADRA 69	FACE 02	RUA MARIA CARMEM ALMENARA CALMON, Nº 864	CASA B	
2160	QUADRA 69	FACE 02	RUA MARIA CARMEM ALMENARA CALMON, Nº 864	CASA A	
2161	QUADRA 69	FACE 03	RUA HONORATO DA ROSA, S/N	MURO LARANJA	
2162	QUADRA 69	FACE 04	RUA MANOEL LUIZ CORRÊA, Nº 853		
2163	QUADRA 69	FACE 04	RUA MANOEL LUIZ CORRÊA, Nº 08		
2164	QUADRA 69	FACE 04	RUA MANOEL LUIZ CORRÊA, Nº 829	ANDAR 1	
2165	QUADRA 69	FACE 04	RUA MANOEL LUIZ CORRÊA, Nº 829	TERREO	
2166	QUADRA 69	FACE 04	RUA MANOEL LUIZ CORRÊA, Nº 817	FRENTE	
2167	QUADRA 69	FACE 04	RUA MANOEL LUIZ CORRÊA, Nº 817	FUNDOS DUPLEX	
2168	QUADRA 69	FACE 04	RUA MANOEL LUIZ CORRÊA, Nº 805	FRENTE	
2169	QUADRA 69	FACE 04	RUA MANOEL LUIZ CORRÊA, Nº 805	FUNDOS	
2170	QUADRA 69	FACE 04	RUA MANOEL LUIZ CORRÊA, Nº 795		
2171	QUADRA 69	FACE 04	RUA MANOEL LUIZ CORRÊA, Nº 781		
2172	QUADRA 69	FACE 04	RUA MANOEL LUIZ CORRÊA, Nº 769		
2173	QUADRA 69	FACE 04	RUA MANOEL LUIZ CORRÊA, Nº 757		
2174	QUADRA 69	FACE 04	RUA MANOEL LUIZ CORRÊA, Nº 24		
2175	QUADRA 69	FACE 04	RUA MANOEL LUIZ CORRÊA, S/N	ROGERINHO GÁS	ESTABELECIMENTO COMERCIAL
2176	QUADRA 70	FACE 01	RUA APOLÔNIA BELIZARIO CORREA, S/N	DUPLEX	CONSTRUÇÃO
2177	QUADRA 70	FACE 01	RUA APOLÔNIA BELIZARIO CORREA, S/N	DUPLEX	CONSTRUÇÃO
2178	QUADRA 70	FACE 01	RUA APOLÔNIA BELIZARIO CORREA, S/N	DUPLEX	CONSTRUÇÃO
2179	QUADRA 70	FACE 01	RUA APOLÔNIA BELIZARIO CORREA, S/N	DUPLEX	CONSTRUÇÃO

2180	QUADRA 70	FACE 02	RUA MARIA DAS GRAÇAS BONNA MARINATO, Nº 708		USO OCASIONAL
2181	QUADRA 70	FACE 02	RUA MARIA DAS GRAÇAS BONNA MARINATO, Nº 756	FRENTE COMÉRCIO DA DINA	ESTABELECIMENTO COMERCIAL
2182	QUADRA 70	FACE 02	RUA MARIA DAS GRAÇAS BONNA MARINATO, Nº 756	FUNDOS	
2183	QUADRA 70	FACE 02	RUA MARIA DAS GRAÇAS BONNA MARINATO, Nº 780	CASA 3	VAGO
2184	QUADRA 70	FACE 02	RUA MARIA DAS GRAÇAS BONNA MARINATO, Nº 780	CASA 2	VAGO
2185	QUADRA 70	FACE 02	RUA MARIA DAS GRAÇAS BONNA MARINATO, Nº 780	CASA 1	VAGO
2186	QUADRA 70	FACE 02	RUA MARIA DAS GRAÇAS BONNA MARINATO, Nº 792		VAGO
2187	QUADRA 70	FACE 02	RUA MARIA DAS GRAÇAS BONNA MARINATO, S/N	ANDAR 1	
2188	QUADRA 70	FACE 02	RUA MARIA DAS GRAÇAS BONNA MARINATO, S/N	TERREO	
2189	QUADRA 70	FACE 02	RUA MARIA DAS GRAÇAS BONNA MARINATO, S/N	CASA LADO	
2190	QUADRA 70	FACE 02	RUA MARIA DAS GRAÇAS BONNA MARINATO, S/N	CASA FUNDOS	
2191	QUADRA 70	FACE 02	RUA MARIA DAS GRAÇAS BONNA MARINATO, Nº 816		
2192	QUADRA 70	FACE 02	RUA MARIA DAS GRAÇAS BONNA MARINATO, Nº 828		
2193	QUADRA 70	FACE 03	RUA HONORATO DA ROSA, Nº 865		
2194	QUADRA 70	FACE 04	RUA MARIA CARMEM ALMENARA CALMON, S/N	COR VERDE CASA 1	
2195	QUADRA 70	FACE 04	RUA MARIA CARMEM ALMENARA CALMON, Nº 853	CASA 2	
2196	QUADRA 70	FACE 04	RUA MARIA CARMEM ALMENARA CALMON, Nº 853	CASA 3	
2197	QUADRA 70	FACE 04	RUA MARIA CARMEM ALMENARA CALMON, Nº 829		
2198	QUADRA 70	FACE 04	RUA MARIA CARMEM ALMENARA CALMON, Nº 805	IGREJA SARA NOSSA TERRA	ESTABELECIMENTO RELIGIOSO
2199	QUADRA 70	FACE 04	RUA MARIA CARMEM ALMENARA CALMON, Nº 757		VAGO
2200	QUADRA 70	FACE 04	RUA MARIA CARMEM ALMENARA CALMON, Nº 745		
2201	QUADRA 70	FACE 04	RUA MARIA CARMEM ALMENARA CALMON, Nº 733		
2202	QUADRA 71	FACE 01	AVENIDA JOSÉ FRANCISCO CAMINATTI BACHETTI	NADA A REGISTRAR	
2203	QUADRA 71	FACE 02	RUA AMÉLIO MARCHETTI, Nº 780		
2204	QUADRA 71	FACE 02	RUA AMÉLIO MARCHETTI, Nº 820		
2205	QUADRA 71	FACE 02	RUA AMÉLIO MARCHETTI, Nº 816	FRENTE	
2206	QUADRA 71	FACE 02	RUA AMÉLIO MARCHETTI, Nº 816	FUNDOS	
2207	QUADRA 71	FACE 02	RUA AMÉLIO MARCHETTI, Nº 828		
2208	QUADRA 71	FACE 02	RUA AMÉLIO MARCHETTI, Nº 852		VAGO
2209	QUADRA 71	FACE 02	RUA AMÉLIO MARCHETTI, S/N	MERCEARIA DA MINEIRA	ESTABELECIMENTO COMERCIAL
2210	QUADRA 71	FACE 02	RUA AMÉLIO MARCHETTI, Nº 864	FRENTE	
2211	QUADRA 71	FACE 02	RUA AMÉLIO MARCHETTI, Nº 864	FUNDOS	
2212	QUADRA 71	FACE 03	RUA HONORATO DA ROSA, Nº 864		
2213	QUADRA 71	FACE 03	RUA HONORATO DA ROSA, S/N	ANDAR 1 ANTES DO Nº 317	
2214	QUADRA 71	FACE 03	RUA HONORATO DA ROSA, S/N	TERREO ANTES DO Nº 317	
2215	QUADRA 71	FACE 03	RUA HONORATO DA ROSA, Nº 317		VAGO
2216	QUADRA 71	FACE 03	RUA HONORATO DA ROSA, Nº 865		
2217	QUADRA 71	FACE 04	RUA MARIA DAS GRAÇAS BONNA MARINATO, Nº 865		
2218	QUADRA 71	FACE 04	RUA MARIA DAS GRAÇAS BONNA MARINATO, Nº 854	DOG CAT	ESTABELECIMENTO COMERCIAL
2219	QUADRA 71	FACE 04	RUA MARIA DAS GRAÇAS BONNA MARINATO, Nº 853		
2220	QUADRA 71	FACE 04	RUA MARIA DAS GRAÇAS BONNA MARINATO, Nº 829	CASA 1	
2221	QUADRA 71	FACE 04	RUA MARIA DAS GRAÇAS BONNA MARINATO, Nº 829	CASA 2	

2222	QUADRA 71	FACE 04	RUA MARIA DAS GRAÇAS BONNA MARINATO, Nº 805		
2223	QUADRA 72	FACE 01	RUA HONORATO DA ROSA, Nº 867	CASA 6 RESIDÊNCIAL PIZETTO	VAGO
2224	QUADRA 72	FACE 01	RUA HONORATO DA ROSA, Nº 867	CASA 5 RESIDÊNCIAL PIZETTO	VAGO
2225	QUADRA 72	FACE 01	RUA HONORATO DA ROSA, Nº 867	CASA 4 RESIDÊNCIAL PIZETTO	
2226	QUADRA 72	FACE 01	RUA HONORATO DA ROSA, Nº 867	CASA 3 RESIDÊNCIAL PIZETTO	
2227	QUADRA 72	FACE 01	RUA HONORATO DA ROSA, Nº 867	CASA2 RESIDÊNCIAL PIZETTO	VAGO
2228	QUADRA 72	FACE 01	RUA HONORATO DA ROSA, Nº 867	CASA 1 RESIDÊNCIAL PIZETTO	
2229	QUADRA 72	FACE 02	RUA MARIA DAS GRAÇAS BONNA MARINATO, Nº 948		
2230	QUADRA 72	FACE 02	RUA MARIA DAS GRAÇAS BONNA MARINATO, S/N	GALPÃO	
2231	QUADRA 72	FACE 02	RUA MARIA DAS GRAÇAS BONNA MARINATO, S/N	FUNDOS DO GALPÃO	
2232	QUADRA 72	FACE 02	RUA MARIA DAS GRAÇAS BONNA MARINATO, S/N	RESIDÊNCIAL VILA PLANALTO	CONSTRUÇÃO
2233	QUADRA 72	FACE 02	RUA MARIA DAS GRAÇAS BONNA MARINATO, S/N	RESIDÊNCIAL VILA PLANALTO	CONSTRUÇÃO
2234	QUADRA 72	FACE 02	RUA MARIA DAS GRAÇAS BONNA MARINATO, Nº 1020	FRENTE	
2235	QUADRA 72	FACE 02	RUA MARIA DAS GRAÇAS BONNA MARINATO, Nº 1020	FUNDOS	
2236	QUADRA 72	FACE 02	RUA MARIA DAS GRAÇAS BONNA MARINATO, Nº 1032	CASA 1 B	
2237	QUADRA 72	FACE 02	RUA MARIA DAS GRAÇAS BONNA MARINATO, Nº 1032	CASA 2 B	
2238	QUADRA 72	FACE 02	RUA MARIA DAS GRAÇAS BONNA MARINATO, Nº 1032	CASA 1 A	
2239	QUADRA 72	FACE 02	RUA MARIA DAS GRAÇAS BONNA MARINATO, Nº 1032	CASA 2 A	
2240	QUADRA 72	FACE 03	RUA VIELA DE PEDRESTES, Nº 1021	CASA 4	VAGO
2241	QUADRA 72	FACE 03	RUA VIELA DE PEDRESTES, Nº 1021	CASA 3	
2242	QUADRA 72	FACE 03	RUA VIELA DE PEDRESTES, Nº 1021	CASA 2	
2243	QUADRA 72	FACE 04	RUA MARIA CARMEM ALMENARA CALMON, Nº 1021	CASA 1	VAGO
2244	QUADRA 72	FACE 04	RUA MARIA CARMEM ALMENARA CALMON, S/N		CONSTRUÇÃO
2245	QUADRA 73	FACE 01	RUA HONORATO DA ROSA	NADA A REGISTRAR	
2246	QUADRA 73	FACE 02	RUA AMÉLIO MARCHETTI, Nº 974		
2247	QUADRA 73	FACE 02	RUA AMÉLIO MARCHETTI, Nº 996		
2248	QUADRA 73	FACE 02	RUA AMÉLIO MARCHETTI, Nº 1020		
2249	QUADRA 73	FACE 02	RUA AMÉLIO MARCHETTI, S/N	SALÃO DE BELEZA	
2250	QUADRA 73	FACE 02	RUA AMÉLIO MARCHETTI, Nº 1032		
2251	QUADRA 73	FACE 02	RUA AMÉLIO MARCHETTI, Nº 1068		
2252	QUADRA 73	FACE 02	RUA AMÉLIO MARCHETTI, S/N	MURO DE VIDRO COR BERGE	
2253	QUADRA 73	FACE 03	RUA VIELA DE PEDRESTES	NADA A REGISTRAR	
2254	QUADRA 73	FACE 04	RUA MARIA DAS GRAÇAS BONNA MARINATO, S/N	CASA 4 RESIDÊNCIAL SANTA CECÍLIA	
2255	QUADRA 73	FACE 04	RUA MARIA DAS GRAÇAS BONNA MARINATO, S/N	CASA 3 RESIDÊNCIAL SANTA CECÍLIA	
2256	QUADRA 73	FACE 04	RUA MARIA DAS GRAÇAS BONNA MARINATO, S/N	CASA 2 RESIDÊNCIAL SANTA CECÍLIA	
2257	QUADRA 73	FACE 04	RUA MARIA DAS GRAÇAS BONNA MARINATO, S/N	CASA 1 RESIDÊNCIAL SANTA CECÍLIA	VAGO
2258	QUADRA 73	FACE 04	RUA MARIA DAS GRAÇAS BONNA MARINATO, S/N	COR VERDE	
2259	QUADRA 73	FACE 04	RUA MARIA DAS GRAÇAS BONNA MARINATO, Nº 1021		
2260	QUADRA 73	FACE 04	RUA MARIA DAS GRAÇAS BONNA MARINATO, Nº 1009		VAGO
2261	QUADRA 73	FACE 04	RUA MARIA DAS GRAÇAS BONNA MARINATO, S/N		CONSTRUÇÃO
2262	QUADRA 73	FACE 04	RUA MARIA DAS GRAÇAS BONNA MARINATO, S/N	COR VERDE	
2263	QUADRA 73	FACE 04	RUA MARIA DAS GRAÇAS BONNA MARINATO, Nº 961	FRENTE	

2264	QUADRA 73	FACE 04	RUA MARIA DAS GRAÇAS BONNA MARINATO, Nº 961	FUNDOS	
2265	QUADRA 73	FACE 04	RUA MARIA DAS GRAÇAS BONNA MARINATO, Nº 949		
2266	QUADRA 73	FACE 04	RUA MARIA DAS GRAÇAS BONNA MARINATO, Nº 937	FRENTE	
2267	QUADRA 73	FACE 04	RUA MARIA DAS GRAÇAS BONNA MARINATO, Nº 937	FUNDOS 1	
2268	QUADRA 73	FACE 04	RUA MARIA DAS GRAÇAS BONNA MARINATO, Nº 937	FUNDOS2	
2269	QUADRA 74	FACE 01	RUA VIELA DE PEDRESTES	NADA A REGISTRAR	
2270	QUADRA 74	FACE 02	RUA MARIA CARMEM ALMENARA CALMON	NADA A REGISTRAR	
2271	QUADRA 74	FACE 03	RUA ELIANA CORREIA PINAFO	NADA A REGISTRAR	
2272	QUADRA 74	FACE 04	RUA JOÃO MOLINA, S/N		CONSTRUÇÃO
2273	QUADRA 75	FACE 01	RUA VIELA DE PEDRESTES	NADA A REGISTRAR	
2274	QUADRA 75	FACE 02	RUA MARIA DAS GRAÇAS BONNA MARINATO, S/N		CONSTRUÇÃO
2275	QUADRA 75	FACE 03	RUA ELIANA CORREIA PINAFO, S/N		CONSTRUÇÃO
2276	QUADRA 75	FACE 04	RUA SEM MONECLATURA TRÊS, S/N	NADA A REGISTRAR	
2277	QUADRA 76	FACE 01	RUA VIELA DE PEDRESTES	NADA A REGISTRAR	
2278	QUADRA 76	FACE 02	RUA AMÉLIO MARCHETTI	NADA A REGISTRAR	
2279	QUADRA 76	FACE 03	RUA ELIANA CORREIA PINAFO	NADA A REGISTRAR	
2280	QUADRA 76	FACE 04	RUA MARIA DAS GRAÇAS BONNA MARINATO	NADA A REGISTRAR	
2281	QUADRA 77	FACE 01	RUA ELIANA CORREIA PINAFO, S/N	ÚNICA CASA DA FACE	
2282	QUADRA 77	FACE 02	RUA AMÉLIO MARCHETTI	NADA A REGISTRAR	
2283	QUADRA 77	FACE 03	RUA SANTOS MANELLI	NADA A REGISTRAR	
2284	QUADRA 77	FACE 04	RUA JOÃO MOLINA	NADA A REGISTRAR	
2285	QUADRA 78	FACE 01	RUA AMÉLIO MARCHETTI	NADA A REGISTRAR	
2286	QUADRA 78	FACE 02	RUA ELIANA CORREIA PINAFO	NADA A REGISTRAR	
2287	QUADRA 78	FACE 03	RUA ODILON NUNES BARROSO	NADA A REGISTRAR	
2288	QUADRA 78	FACE 04	RUA SEM MONECLATURA QUATRO, S/N	TRANSPORTADORA	ESTABELECIMENTO COMERCIAL
2289	QUADRA 78	FACE 04	RUA SEM MONECLATURA QUATRO, S/N	FRENTE DE BLOCO	
2290	QUADRA 78	FACE 04	RUA SEM MONECLATURA QUATRO, S/N	FRENTE COM VARANDA DE ETERNIT	
2291	QUADRA 78	FACE 04	RUA SEM MONECLATURA QUATRO, S/N	FUNDOS COR AMARELA	
2292	QUADRA 78	FACE 04	RUA SEM MONECLATURA QUATRO, S/N	ANTES DO FNS 10 FRENTE	
2293	QUADRA 78	FACE 04	RUA SEM MONECLATURA QUATRO, S/N	ANTES DO FNS 10 FUNDOS	
2294	QUADRA 78	FACE 04	RUA SEM MONECLATURA QUATRO, S/N	FNS 10	
2295	QUADRA 78	FACE 04	RUA SEM MONECLATURA QUATRO, S/N	FNS 11	
2296	QUADRA 78	FACE 04	RUA SEM MONECLATURA QUATRO, Nº 26	FRENTE ANDAR 1	
2297	QUADRA 78	FACE 04	RUA SEM MONECLATURA QUATRO, Nº 26	FUNDOS	
2298	QUADRA 78	FACE 04	RUA SEM MONECLATURA QUATRO, S/N	FNS 15 NOS FUNDOS	
2299	QUADRA 78	FACE 04	RUA SEM MONECLATURA QUATRO, S/N	FNS 16 NA FRENTE	
2300	QUADRA 78	FACE 04	RUA SEM MONECLATURA QUATRO, S/N	CASA 1 MURO DE BLOCO	
2301	QUADRA 78	FACE 04	RUA SEM MONECLATURA QUATRO, S/N	CASA 2 MURO DE BLOCO	
2302	QUADRA 78	FACE 04	RUA SEM MONECLATURA QUATRO, S/N	CASA 3 MURO DE BLOCO	
2303	QUADRA 78	FACE 04	RUA SEM MONECLATURA QUATRO, S/N	SALÃO LENYS FRENTE	
2304	QUADRA 78	FACE 04	RUA SEM MONECLATURA QUATRO, S/N	FUNDOS DO SALÃO LENYS	
2305	QUADRA 78	FACE 04	RUA SEM MONECLATURA QUATRO, S/N	FNS 12	

2306	QUADRA 78	FACE 04	RUA SEM MONECLATURA QUATRO, S/N	FNS 23	
2307	QUADRA 78	FACE 04	RUA SEM MONECLATURA QUATRO, S/N	FNS 24	
2308	QUADRA 78	FACE 04	RUA SEM MONECLATURA QUATRO, S/N	FNS 25	
2309	QUADRA 78	FACE 05	RUA ODILA PESTANA CALMON, S/N	GALPÃO	ESTABELECIMENTO COMERCIAL
2310	QUADRA 78	FACE 05	RUA ODILA PESTANA CALMON, Nº 1298		CONSTRUÇÃO
2311	QUADRA 78	FACE 05	RUA ODILA PESTANA CALMON, Nº 1301	FRENTE DUPLEX	
2312	QUADRA 78	FACE 05	RUA ODILA PESTANA CALMON, Nº 1301	FUNDOS	
2313	QUADRA 78	FACE 05	RUA ODILA PESTANA CALMON, S/N	PORTÃO VERDE DUPLEX	
2314	QUADRA 78	FACE 05	RUA ODILA PESTANA CALMON, Nº 1288		
2315	QUADRA 78	FACE 05	RUA ODILA PESTANA CALMON, Nº 1291		
2316	QUADRA 78	FACE 05	RUA ODILA PESTANA CALMON, S/N	FNS 10 COR AMARELA	
2317	QUADRA 78	FACE 05	RUA ODILA PESTANA CALMON, Nº 1297	FRENTE	
2318	QUADRA 78	FACE 05	RUA ODILA PESTANA CALMON, Nº 1297	FUNDOS	
2319	QUADRA 78	FACE 05	RUA ODILA PESTANA CALMON, Nº 1285	FRENTE	
2320	QUADRA 78	FACE 05	RUA ODILA PESTANA CALMON, Nº 1285	FUNDOS	
2321	QUADRA 78	FACE 05	RUA ODILA PESTANA CALMON, Nº 1273		
2322	QUADRA 78	FACE 05	RUA ODILA PESTANA CALMON, S/N	APÓS O Nº 1273	
2323	QUADRA 78	FACE 06	RUA ELIANA CORREIA PINAFO, Nº 1248	MURO DE BLOCO	
2324	QUADRA 78	FACE 06	RUA ELIANA CORREIA PINAFO, S/N	FNS 18	
2325	QUADRA 78	FACE 06	RUA ELIANA CORREIA PINAFO, Nº 21	ANDAR 1	CONSTRUÇÃO
2326	QUADRA 78	FACE 06	RUA ELIANA CORREIA PINAFO, Nº 21	TERREO	
2327	QUADRA 78	FACE 07	RUA IZAURA BARCELOS SOEIRO, Nº 1260		
2328	QUADRA 78	FACE 07	RUA IZAURA BARCELOS SOEIRO, Nº 1272		
2329	QUADRA 78	FACE 07	RUA IZAURA BARCELOS SOEIRO, Nº 1284		
2330	QUADRA 78	FACE 07	RUA IZAURA BARCELOS SOEIRO, Nº 1312	CASA 2 LADO DIREITO	
2331	QUADRA 78	FACE 07	RUA IZAURA BARCELOS SOEIRO, Nº 1308	CASA 1 LADO ESQUERDO	
2332	QUADRA 78	FACE 07	RUA IZAURA BARCELOS SOEIRO, Nº 1314	FRENTE LADO DIREITO	
2333	QUADRA 78	FACE 07	RUA IZAURA BARCELOS SOEIRO, Nº 1314	FRENTE LADO ESQUERDO	
2334	QUADRA 78	FACE 07	RUA IZAURA BARCELOS SOEIRO, Nº 1314	FUNDOS 1	
2335	QUADRA 78	FACE 07	RUA IZAURA BARCELOS SOEIRO, Nº 1314	FUNDOS 2	
2336	QUADRA 78	FACE 07	RUA IZAURA BARCELOS SOEIRO, S/N	ANTES DO Nº 1332	
2337	QUADRA 78	FACE 07	RUA IZAURA BARCELOS SOEIRO, Nº 1332		
2338	QUADRA 78	FACE 07	RUA IZAURA BARCELOS SOEIRO, Nº 1344		
2339	QUADRA 78	FACE 07	RUA IZAURA BARCELOS SOEIRO, Nº 1356		
2340	QUADRA 78	FACE 07	RUA IZAURA BARCELOS SOEIRO, Nº 1368		
2341	QUADRA 78	FACE 08	RUA IZAURA BARCELOS SOEIRO, S/N	CASA DE LAJOTA	
2342	QUADRA 78	FACE 08	RUA IZAURA BARCELOS SOEIRO, Nº 1309		
2343	QUADRA 78	FACE 08	RUA IZAURA BARCELOS SOEIRO, S/N	FNS 37 FRENTE COMÉRCIO	ESTABELECIMENTO COMERCIAL
2344	QUADRA 78	FACE 08	RUA IZAURA BARCELOS SOEIRO, S/N	FNS 37 FUNDOS	
2345	QUADRA 78	FACE 08	RUA IZAURA BARCELOS SOEIRO, S/N	APÓS O FNS 37	
2346	QUADRA 78	FACE 09	RUA ELIANA CORREIA PINAFO, S/N	FNS 38	
2347	QUADRA 78	FACE 09	RUA ELIANA CORREIA PINAFO, S/N	CASA 1	VAGO

2348	QUADRA 78	FACE 09	RUA ELIANA CORREIA PINAFO, S/N	CASA 2	VAGO
2349	QUADRA 78	FACE 09	RUA ELIANA CORREIA PINAFO, S/N	CASA 3	VAGO
2350	QUADRA 78	FACE 09	RUA ELIANA CORREIA PINAFO, S/N	CASA 4	VAGO
2351	QUADRA 78	FACE 10	RUA JOSÉ CARLOS LANGA, S/N	COR BRANCA	
2352	QUADRA 78	FACE 10	RUA JOSÉ CARLOS LANGA, Nº 1284	FRENTE DUPLEX	
2353	QUADRA 78	FACE 10	RUA JOSÉ CARLOS LANGA, Nº 1284	FUNDOS COR BRANCA	
2354	QUADRA 78	FACE 10	RUA JOSÉ CARLOS LANGA, Nº 1296		
2355	QUADRA 78	FACE 10	RUA JOSÉ CARLOS LANGA, S/N	ASSEMBÉIA DE DEUS	ESTABELECIMENTO RELIGIOSO
2356	QUADRA 78	FACE 10	RUA JOSÉ CARLOS LANGA, S/N	FNS 48	
2357	QUADRA 78	FACE 10	RUA JOSÉ CARLOS LANGA, Nº 1332	FRENTE	
2358	QUADRA 78	FACE 10	RUA JOSÉ CARLOS LANGA, Nº 1332	FUNDOS	
2359	QUADRA 78	FACE 10	RUA JOSÉ CARLOS LANGA, S/N	APÓS O Nº 1332	VAGO
2360	QUADRA 78	FACE 10	RUA JOSÉ CARLOS LANGA, Nº 1326	FRENTE	
2361	QUADRA 78	FACE 10	RUA JOSÉ CARLOS LANGA, Nº 1326	FUNDOS	
2362	QUADRA 78	FACE 10	RUA JOSÉ CARLOS LANGA, Nº 1356		
2363	QUADRA 78	FACE 10	RUA JOSÉ CARLOS LANGA, Nº 1368	FRENTE	
2364	QUADRA 78	FACE 10	RUA JOSÉ CARLOS LANGA, Nº 1368	FUNDOS	
2365	QUADRA 78	FACE 11	RUA JOSÉ CARLOS LANGA	NADA A REGISTRAR	
2366	QUADRA 78	FACE 12	RUA ELIANA CORREIA PINAFO, S/N	PORTÃO CINZA	
2367	QUADRA 78	FACE 13	RUA OLINDO BARCELOS SOEIRO, Nº 1248		
2368	QUADRA 78	FACE 13	RUA OLINDO BARCELOS SOEIRO, Nº 1260	FRENTE LADO DIREITO	
2369	QUADRA 78	FACE 13	RUA OLINDO BARCELOS SOEIRO, Nº 1260	FRENTE LADO ESQUERDO	
2370	QUADRA 78	FACE 13	RUA OLINDO BARCELOS SOEIRO, Nº 1260	FUNDOS	
2371	QUADRA 78	FACE 13	RUA OLINDO BARCELOS SOEIRO, Nº 1272		
2372	QUADRA 78	FACE 13	RUA OLINDO BARCELOS SOEIRO, Nº 1284		
2373	QUADRA 78	FACE 13	RUA OLINDO BARCELOS SOEIRO, S/N	APÓS O Nº 1284	
2374	QUADRA 78	FACE 13	RUA OLINDO BARCELOS SOEIRO, Nº 1208	MURO DE BLOCO	
2375	QUADRA 78	FACE 13	RUA OLINDO BARCELOS SOEIRO, Nº 1320		
2376	QUADRA 78	FACE 13	RUA OLINDO BARCELOS SOEIRO, Nº 1332		
2377	QUADRA 78	FACE 13	RUA OLINDO BARCELOS SOEIRO, Nº 1344		
2378	QUADRA 78	FACE 13	RUA OLINDO BARCELOS SOEIRO, S/N	APÓS O Nº 1344	
2379	QUADRA 78	FACE 13	RUA OLINDO BARCELOS SOEIRO, Nº 1328		
2380	QUADRA 78	FACE 14	RUA OLINDO BARCELOS SOEIRO, Nº 1345		
2381	QUADRA 78	FACE 14	RUA OLINDO BARCELOS SOEIRO, S/N	APÓS O Nº 1345	CONSTRUÇÃO
2382	QUADRA 78	FACE 14	RUA OLINDO BARCELOS SOEIRO, Nº 1309	FRENTE LADO DIREITO	
2383	QUADRA 78	FACE 14	RUA OLINDO BARCELOS SOEIRO, Nº 1309	FRENTE LADO ESQUERDO	
2384	QUADRA 78	FACE 14	RUA OLINDO BARCELOS SOEIRO, Nº 1309	FUNDOS	
2385	QUADRA 78	FACE 14	RUA OLINDO BARCELOS SOEIRO, Nº 1297		
2386	QUADRA 78	FACE 14	RUA OLINDO BARCELOS SOEIRO, Nº 1285		
2387	QUADRA 78	FACE 14	RUA OLINDO BARCELOS SOEIRO, Nº 1273	FRENTE	
2388	QUADRA 78	FACE 14	RUA OLINDO BARCELOS SOEIRO, Nº 1273	FUNDOS	
2389	QUADRA 78	FACE 14	RUA OLINDO BARCELOS SOEIRO, Nº 1261		

2390	QUADRA 78	FACE 14	RUA OLINDO BARCELOS SOEIRO, Nº 1249	FRENTE	
2391	QUADRA 78	FACE 14	RUA OLINDO BARCELOS SOEIRO, Nº 1249	FUNDOS	
2392	QUADRA 78	FACE 14	RUA OLINDO BARCELOS SOEIRO, Nº 1228	FRENTE	
2393	QUADRA 78	FACE 14	RUA OLINDO BARCELOS SOEIRO, Nº 1228	FUNDOS	
2394	QUADRA 78	FACE 14	RUA OLINDO BARCELOS SOEIRO, Nº 1225	FRENTE	
2395	QUADRA 78	FACE 14	RUA OLINDO BARCELOS SOEIRO, Nº 1225	FUNDOS 1	
2396	QUADRA 78	FACE 14	RUA OLINDO BARCELOS SOEIRO, Nº 1225	FUNDOS 2	
2397	QUADRA 78	FACE 14	RUA OLINDO BARCELOS SOEIRO, Nº 1225	FUNDOS3	
2398	QUADRA 78	FACE 14	RUA OLINDO BARCELOS SOEIRO, Nº 1189	FRENTE	
2399	QUADRA 78	FACE 14	RUA OLINDO BARCELOS SOEIRO, Nº 1189	FUNDOS 1	
2400	QUADRA 78	FACE 14	RUA OLINDO BARCELOS SOEIRO, Nº 1189	FUNDOS 2	
2401	QUADRA 78	FACE 14	RUA OLINDO BARCELOS SOEIRO, Nº 1189	FUNDOS3	
2402	QUADRA 78	FACE 14	RUA OLINDO BARCELOS SOEIRO, S/N	FNS 36	VAGO
2403	QUADRA 78	FACE 14	RUA OLINDO BARCELOS SOEIRO, Nº 1153		
2404	QUADRA 78	FACE 14	RUA OLINDO BARCELOS SOEIRO, Nº 1141		
2405	QUADRA 78	FACE 14	RUA OLINDO BARCELOS SOEIRO, S/N	COMÉRCIO	ESTABELECIMENTO COMERCIAL
2406	QUADRA 78	FACE 15	AVENIDA JOSÉ FRANCISCO CAMINATTI BACHETTI, Nº 1500		
2407	QUADRA 78	FACE 15	AVENIDA JOSÉ FRANCISCO CAMINATTI BACHETTI, Nº 1164		
2408	QUADRA 78	FACE 16	RUA EMERSON DA SILVA AGUIAR, Nº 33	COR VERDE	
2409	QUADRA 78	FACE 16	RUA EMERSON DA SILVA AGUIAR, Nº 1188	PORTÃO AZUL	
2410	QUADRA 78	FACE 16	RUA EMERSON DA SILVA AGUIAR, Nº 1200		
2411	QUADRA 78	FACE 16	RUA EMERSON DA SILVA AGUIAR, Nº 1212		
2412	QUADRA 78	FACE 16	RUA EMERSON DA SILVA AGUIAR, Nº 25	FRENTE	
2413	QUADRA 78	FACE 16	RUA EMERSON DA SILVA AGUIAR, Nº 25	FUNDOS	
2414	QUADRA 78	FACE 16	RUA EMERSON DA SILVA AGUIAR, Nº 1236		
2415	QUADRA 78	FACE 16	RUA EMERSON DA SILVA AGUIAR, S/N	FNS 49 COR ROSA	
2416	QUADRA 78	FACE 16	RUA EMERSON DA SILVA AGUIAR, Nº 1260		
2417	QUADRA 78	FACE 16	RUA EMERSON DA SILVA AGUIAR, Nº 1284	COR VERDE COM VARANDA	
2418	QUADRA 78	FACE 16	RUA EMERSON DA SILVA AGUIAR, Nº 1296	ANDAR 1	
2419	QUADRA 78	FACE 16	RUA EMERSON DA SILVA AGUIAR, Nº 1296	TERREO	
2420	QUADRA 78	FACE 16	RUA EMERSON DA SILVA AGUIAR, Nº 1308	CASA 2	
2421	QUADRA 78	FACE 16	RUA EMERSON DA SILVA AGUIAR, Nº 1308	CASA 1	
2422	QUADRA 78	FACE 16	RUA EMERSON DA SILVA AGUIAR, S/N	APÓS O Nº 1308	CONSTRUÇÃO
2423	QUADRA 78	FACE 16	RUA EMERSON DA SILVA AGUIAR, Nº 1371	RANCHO EVENTOS	ESTABELECIMENTO COMERCIAL
2424	QUADRA 78	FACE 17	RUA EMERSON DA SILVA AGUIAR, Nº 1359	ANDAR 1	
2425	QUADRA 78	FACE 17	RUA EMERSON DA SILVA AGUIAR, Nº 1359	TERREO	
2426	QUADRA 78	FACE 17	RUA EMERSON DA SILVA AGUIAR, S/N	FNS 61 APÓS O Nº 1359	
2427	QUADRA 78	FACE 17	RUA EMERSON DA SILVA AGUIAR, Nº 1345 B		
2428	QUADRA 78	FACE 17	RUA EMERSON DA SILVA AGUIAR, Nº 1345 A		
2429	QUADRA 78	FACE 17	RUA EMERSON DA SILVA AGUIAR, Nº 1333		
2430	QUADRA 78	FACE 17	RUA EMERSON DA SILVA AGUIAR, S/N	GALPÃO	ESTABELECIMENTO COMERCIAL
2431	QUADRA 78	FACE 17	RUA EMERSON DA SILVA AGUIAR, Nº 1249 A	DUPLEX	

2432	QUADRA 78	FACE 17	RUA EMERSON DA SILVA AGUIAR, Nº 1249 B	DUPLEX VERDE	
2433	QUADRA 78	FACE 17	RUA EMERSON DA SILVA AGUIAR, S/N	GALPÃO	ESTABELECIMENTO COMERCIAL
2434	QUADRA 78	FACE 17	RUA EMERSON DA SILVA AGUIAR, Nº 1225		
2435	QUADRA 78	FACE 17	RUA EMERSON DA SILVA AGUIAR, S/N	FNS 69/1	VAGO
2436	QUADRA 78	FACE 17	RUA EMERSON DA SILVA AGUIAR, S/N	FNS 69/2	VAGO
2437	QUADRA 78	FACE 17	RUA EMERSON DA SILVA AGUIAR, S/N	FNS 69/3	VAGO
2438	QUADRA 78	FACE 17	RUA EMERSON DA SILVA AGUIAR, S/N	FNS 69/4	VAGO
2439	QUADRA 78	FACE 17	RUA EMERSON DA SILVA AGUIAR, S/N	FNS 69/5	VAGO
2440	QUADRA 78	FACE 18	AVENIDA JOSÉ FRANCISCO CAMINATTI BACHETTI, S/N	DUPLEX FRENTE AO BAR	
2441	QUADRA 78	FACE 18	AVENIDA JOSÉ FRANCISCO CAMINATTI BACHETTI, S/N	WILSON MATERAIL DE CONSTRUÇÃO	ESTABELECIMENTO COMERCIAL
2442	QUADRA 78	FACE 19	RUA WILSON MONTOVANELLI, Nº 23	ANDAR 1	
2443	QUADRA 78	FACE 19	RUA WILSON MONTOVANELLI, Nº 23	TERREO	
2444	QUADRA 78	FACE 19	RUA WILSON MONTOVANELLI, S/N	FNS 72	
2445	QUADRA 78	FACE 19	RUA WILSON MONTOVANELLI, Nº 03		
2446	QUADRA 78	FACE 19	RUA WILSON MONTOVANELLI, Nº 02		VAGO
2447	QUADRA 78	FACE 19	RUA WILSON MONTOVANELLI, Nº 01		
2448	QUADRA 78	FACE 19	RUA WILSON MONTOVANELLI, S/N	COR AMARELA	
2449	QUADRA 78	FACE 19	RUA WILSON MONTOVANELLI, S/N	JOTAEME CARROCERIAS	ESTABELECIMENTO COMERCIAL
2450	QUADRA 78	FACE 19	RUA WILSON MONTOVANELLI, S/N	FNS 78	VAGO
2451	QUADRA 78	FACE 19	RUA WILSON MONTOVANELLI, Nº 1368	LF MOTOS	ESTABELECIMENTO COMERCIAL
2452	QUADRA 78	FACE 20	AVENIDA HIRAN DE SOUZA LIMA	NADA A REGISTRAR	
2453	QUADRA 78	FACE 21	RUA ATAHUALPA DUARTE CALMON COSTA, S/N		CONSTRUÇÃO
2454	QUADRA 78	FACE 22	ESTRADA SEM MONECLATURA	NADA A REGISTRAR	
2455	QUADRA 79	FACE 01	RUA ELIANA CORREIA PINAFO	NADA A REGISTRAR	
2456	QUADRA 79	FACE 02	RUA ODILA PESTANA CALMON	NADA A REGISTRAR	
2457	QUADRA 79	FACE 03	RUA SEM MONECLATURA QUATRO	NADA A REGISTRAR	
2458	QUADRA 79	FACE 04	RUA ODILON NUNES BARROSO	NADA A REGISTRAR	
2459	QUADRA 80	FACE 01	RUA ADALHO FREGONA	NADA A REGISTRAR	
2460	QUADRA 80	FACE 02	RUA ODILON NUNES BARROSO, S/N	ASSEMBÉIA DE DEUS	ESTABELECIMENTO RELIGIOSO
2461	QUADRA 80	FACE 02	RUA ODILON NUNES BARROSO, Nº 1072		
2462	QUADRA 80	FACE 02	RUA ODILON NUNES BARROSO, Nº 1099		
2463	QUADRA 80	FACE 02	RUA ODILON NUNES BARROSO, S/N	FNS 8 PORTÃO DE MADEIRA	
2464	QUADRA 80	FACE 02	RUA ODILON NUNES BARROSO, Nº 10 77		
2465	QUADRA 80	FACE 02	RUA ODILON NUNES BARROSO, Nº 1078	FRENTE	
2466	QUADRA 80	FACE 02	RUA ODILON NUNES BARROSO, Nº 1078	FUNDOS	
2467	QUADRA 80	FACE 02	RUA ODILON NUNES BARROSO, Nº 1114		
2468	QUADRA 80	FACE 03	RUA ELIANA CORREIA PINAFO	NADA A REGISTRAR	
2469	QUADRA 80	FACE 04	RUA AMÉLIO MARCHETTI, S/N	FNS 12 PORTÃO DE AÇO	
2470	QUADRA 80	FACE 04	RUA AMÉLIO MARCHETTI, Nº 1083 B	PORTÃO BEGE	
2471	QUADRA 80	FACE 04	RUA AMÉLIO MARCHETTI, Nº 1083 A	PORTÃO CINZA ANDAR 1	CONSTRUÇÃO
2472	QUADRA 80	FACE 04	RUA AMÉLIO MARCHETTI, Nº 1083 A	PORTÃO CINZA TERREO	
2473	QUADRA 80	FACE 04	RUA AMÉLIO MARCHETTI, Nº 1081		

2474	QUADRA 80	FACE 04	RUA AMÉLIO MARCHETTI, S/N	FNS 16 APÓS O Nº 1081	
2475	QUADRA 80	FACE 04	RUA AMÉLIO MARCHETTI, Nº 1069		
2476	QUADRA 81	FACE 01	RUA HONORATO DA ROSA	NADA A REGISTRAR	
2477	QUADRA 81	FACE 02	RUA ODILON NUNES BARROSO, Nº 939	ANDAR 1	
2478	QUADRA 81	FACE 02	RUA ODILON NUNES BARROSO, Nº 939	TERREO	
2479	QUADRA 81	FACE 02	RUA ODILON NUNES BARROSO, Nº 948	COR AZUL	
2480	QUADRA 81	FACE 02	RUA ODILON NUNES BARROSO, Nº 960	FRENTE	
2481	QUADRA 81	FACE 02	RUA ODILON NUNES BARROSO, Nº 960	FUNDOS	
2482	QUADRA 81	FACE 02	RUA ODILON NUNES BARROSO, Nº 972		
2483	QUADRA 81	FACE 02	RUA ODILON NUNES BARROSO, S/N	FNS 12	
2484	QUADRA 81	FACE 02	RUA ODILON NUNES BARROSO, S/N	FNS 13	
2485	QUADRA 81	FACE 03	RUA ADALHO FREGONA, Nº 02	COR AZUL	
2486	QUADRA 81	FACE 03	RUA ADALHO FREGONA, S/N	COR ROSA	
2487	QUADRA 81	FACE 03	RUA ADALHO FREGONA, S/N	COR VERDE	
2488	QUADRA 81	FACE 04	RUA AMÉLIO MARCHETTI, Nº 1011	ANDAR 1 FRENTE	CONSTRUÇÃO
2489	QUADRA 81	FACE 04	RUA AMÉLIO MARCHETTI, Nº 1011	TERREO FRENTE	
2490	QUADRA 81	FACE 04	RUA AMÉLIO MARCHETTI, Nº 1011	FUNDOS	
2491	QUADRA 81	FACE 04	RUA AMÉLIO MARCHETTI, Nº 973		
2492	QUADRA 81	FACE 04	RUA AMÉLIO MARCHETTI, S/N	APÓS O Nº 973 PORTÃO BRANCO	
2493	QUADRA 81	FACE 04	RUA AMÉLIO MARCHETTI, Nº 961		
2494	QUADRA 81	FACE 04	RUA AMÉLIO MARCHETTI, Nº 949	FRENTE	
2495	QUADRA 81	FACE 04	RUA AMÉLIO MARCHETTI, Nº 949	FUNDOS	
2496	QUADRA 81	FACE 04	RUA AMÉLIO MARCHETTI, Nº 937		
2497	QUADRA 81	FACE 04	RUA AMÉLIO MARCHETTI, Nº 925	ANDAR 1 FRENTE	
2498	QUADRA 81	FACE 04	RUA AMÉLIO MARCHETTI, Nº 925	ANDAR 1 FUNDOS	
2499	QUADRA 81	FACE 04	RUA AMÉLIO MARCHETTI, Nº 925	TERREO FRENTE	
2500	QUADRA 81	FACE 04	RUA AMÉLIO MARCHETTI, Nº 925	TERREO FUNDOS	
2501	QUADRA 81	FACE 04	RUA AMÉLIO MARCHETTI, S/N	MARMORARIA	ESTABELECIMENTO COMERCIAL
2502	QUADRA 82	FACE 01	AVENIDA JOSÉ FRANCISCO CAMINATTI BACHETTI, S/N	SERALHERIA PAVESI	ESTABELECIMENTO COMERCIAL
2503	QUADRA 82	FACE 02	RUA ODILON NUNES BARROSO, S/N	FRENTE COMÉRCIO	ESTABELECIMENTO COMERCIAL
2504	QUADRA 82	FACE 02	RUA ODILON NUNES BARROSO, S/N	FNS 6 FUNDOS DO COMÉRCIO	
2505	QUADRA 82	FACE 02	RUA ODILON NUNES BARROSO, Nº 864	COR VERDE	
2506	QUADRA 82	FACE 03	RUA HONORATO DA ROSA, Nº 493 B		
2507	QUADRA 82	FACE 03	RUA HONORATO DA ROSA, Nº 493 A		
2508	QUADRA 82	FACE 04	RUA AMÉLIO MARCHETTI, Nº 841		
2509	QUADRA 82	FACE 04	RUA AMÉLIO MARCHETTI, Nº 829	FRENTE PAPELARIA PAVESI	ESTABELECIMENTO COMERCIAL
2510	QUADRA 82	FACE 04	RUA AMÉLIO MARCHETTI, Nº 829	FUNDOS	
2511	QUADRA 83	FACE 01	RUA HONORATO DA ROSA, S/N	ANDAR 1	
2512	QUADRA 83	FACE 01	RUA HONORATO DA ROSA, S/N	TERREO MATERIAL DE CONSTRUÇÃO	ESTABELECIMENTO COMERCIAL
2513	QUADRA 83	FACE 02	RUA ODILA PESTANA CALMON, Nº 948	DUPLEX	
2514	QUADRA 83	FACE 02	RUA ODILA PESTANA CALMON, Nº 972		
2515	QUADRA 83	FACE 02	RUA ODILA PESTANA CALMON, Nº 948 A	ANDAR 1	

2516	QUADRA 83	FACE 02	RUA ODILA PESTANA CALMON, Nº 948 A	TERREO ASSEMBLÉIA DE DEUS	ESTABELECIMENTO RELIGIOSO
2517	QUADRA 83	FACE 02	RUA ODILA PESTANA CALMON, Nº 948 B	MURO DE BLOCO	
2518	QUADRA 83	FACE 02	RUA ODILA PESTANA CALMON, Nº 1020	ANDAR 1	
2519	QUADRA 83	FACE 02	RUA ODILA PESTANA CALMON, Nº 1020	TERREO	
2520	QUADRA 83	FACE 03	RUA ADALHO FREGONA, S/N	CASA 6	
2521	QUADRA 83	FACE 03	RUA ADALHO FREGONA, S/N	CASA 5	
2522	QUADRA 83	FACE 03	RUA ADALHO FREGONA, S/N	CASA 4	
2523	QUADRA 83	FACE 04	RUA ODILON NUNES BARROSO, Nº 1021		
2524	QUADRA 83	FACE 04	RUA ODILON NUNES BARROSO, Nº 1009		
2525	QUADRA 83	FACE 04	RUA ODILON NUNES BARROSO, Nº 947	TELHA COLONIAL	
2526	QUADRA 83	FACE 04	RUA ODILON NUNES BARROSO, Nº 948	COMÉRCIO	ESTABELECIMENTO COMERCIAL
2527	QUADRA 83	FACE 04	RUA ODILON NUNES BARROSO, S/N	PORTÃO BRANCO	
2528	QUADRA 83	FACE 04	RUA ODILON NUNES BARROSO, S/N	IGREJA MARANATA	ESTABELECIMENTO RELIGIOSO
2529	QUADRA 84	FACE 01	RUA ADALHO FREGONA, S/N	CELEBRETY EVENTOS	ESTABELECIMENTO COMERCIAL
2530	QUADRA 84	FACE 02	RUA ODILA PESTANA CALMON, Nº 1056		
2531	QUADRA 84	FACE 02	RUA ODILA PESTANA CALMON, Nº 1068	OFICINA	ESTABELECIMENTO COMERCIAL
2532	QUADRA 84	FACE 02	RUA ODILA PESTANA CALMON, Nº 1080		VAGO
2533	QUADRA 84	FACE 02	RUA ODILA PESTANA CALMON, S/N	APÓS O Nº 1080 MURO BRANCO	
2534	QUADRA 84	FACE 02	RUA ODILA PESTANA CALMON, Nº 1104	FRENTE	
2535	QUADRA 84	FACE 02	RUA ODILA PESTANA CALMON, Nº 1104	FUNDOS	
2536	QUADRA 84	FACE 02	RUA ODILA PESTANA CALMON, Nº 1116		
2537	QUADRA 84	FACE 02	RUA ODILA PESTANA CALMON, Nº 1128		
2538	QUADRA 84	FACE 02	RUA ODILA PESTANA CALMON, Nº 1140		
2539	QUADRA 84	FACE 02	RUA ODILA PESTANA CALMON, Nº 1152		
2540	QUADRA 84	FACE 02	RUA ODILA PESTANA CALMON, Nº 1164		
2541	QUADRA 84	FACE 02	RUA ODILA PESTANA CALMON, Nº 1176		
2542	QUADRA 84	FACE 02	RUA ODILA PESTANA CALMON, Nº 1189	COR BRANCA	
2543	QUADRA 84	FACE 02	RUA ODILA PESTANA CALMON, S/N	APÓS O Nº 1189 PORTÃO BRANCO	
2544	QUADRA 84	FACE 02	RUA ODILA PESTANA CALMON, S/N	FNS 66	
2545	QUADRA 84	FACE 03	RUA ELIANA CORREIA PINAFO, Nº 1224	ANDAR 1	
2546	QUADRA 84	FACE 03	RUA ELIANA CORREIA PINAFO, Nº 1224	TERREO	
2547	QUADRA 84	FACE 03	RUA ELIANA CORREIA PINAFO, S/N	APÓS O Nº 1224	
2548	QUADRA 84	FACE 04	RUA ODILON NUNES BARROSO, Nº 1225		
2549	QUADRA 84	FACE 04	RUA ODILON NUNES BARROSO, Nº 1213		
2550	QUADRA 84	FACE 04	RUA ODILON NUNES BARROSO, S/N	APÓS O Nº 1213	
2551	QUADRA 84	FACE 04	RUA ODILON NUNES BARROSO, Nº 1189		
2552	QUADRA 84	FACE 04	RUA ODILON NUNES BARROSO, Nº 1177		
2553	QUADRA 84	FACE 04	RUA ODILON NUNES BARROSO, Nº 1165	FRENTE LADO DIREITO	
2554	QUADRA 84	FACE 04	RUA ODILON NUNES BARROSO, Nº 1165	FUNDOS LADO ESQUERDO	
2555	QUADRA 84	FACE 04	RUA ODILON NUNES BARROSO, Nº 1165	FRENTE LADO DIREITO	
2556	QUADRA 84	FACE 04	RUA ODILON NUNES BARROSO, Nº 1165	FUNDOS LADO ESQUERDO	
2557	QUADRA 84	FACE 04	RUA ODILON NUNES BARROSO, Nº 1153		

2558	QUADRA 84	FACE 04	RUA ODILON NUNES BARROSO, Nº 1141	FRENTE	
2559	QUADRA 84	FACE 04	RUA ODILON NUNES BARROSO, Nº 1141	FUNDOS	
2560	QUADRA 84	FACE 04	RUA ODILON NUNES BARROSO, Nº 1129		
2561	QUADRA 84	FACE 04	RUA ODILON NUNES BARROSO, S/N	FRENTE 1 LADO DIREITO APÓS O Nº 1129	
2562	QUADRA 84	FACE 04	RUA ODILON NUNES BARROSO, S/N	FRENTE 2 LADO DIREITO APÓS O Nº 1129	
2563	QUADRA 84	FACE 04	RUA ODILON NUNES BARROSO, S/N	FUNDOS 1 LADO DIREITO APÓS O Nº 1129	
2564	QUADRA 84	FACE 04	RUA ODILON NUNES BARROSO, S/N	FUNDOS 2 LADO DIREITO APÓS O Nº 1129	
2565	QUADRA 84	FACE 04	RUA ODILON NUNES BARROSO, S/N	FRENTE 1 LADO ESQUERDO APÓS O Nº 1129	
2566	QUADRA 84	FACE 04	RUA ODILON NUNES BARROSO, S/N	FRENTE 2 LADO ESQUERDO APÓS O Nº 1129	
2567	QUADRA 84	FACE 04	RUA ODILON NUNES BARROSO, S/N	FUNDOS 1 LADO ESQUERDO APÓS O Nº 1129	
2568	QUADRA 84	FACE 04	RUA ODILON NUNES BARROSO, S/N	FUNDOS 2 LADO ESQUERDO APÓS O Nº 1129	
2569	QUADRA 84	FACE 04	RUA ODILON NUNES BARROSO, Nº 1079	FRENTE	
2570	QUADRA 84	FACE 04	RUA ODILON NUNES BARROSO, Nº 1079	FUNDOS	
2571	QUADRA 84	FACE 04	RUA ODILON NUNES BARROSO, S/N	ANTES DO Nº 169 MURO VERDE	
2572	QUADRA 84	FACE 04	RUA ODILON NUNES BARROSO, Nº 169		
2573	QUADRA 84	FACE 04	RUA ODILON NUNES BARROSO, Nº 1057		
2574	QUADRA 85	FACE 01	RUA ADALHO FREGONA, S/N	DUPLEX	CONSTRUÇÃO
2575	QUADRA 85	FACE 02	RUA IZAURA BARCELOS SOEIRO, Nº 1068	FRENTE CASA VERDE	
2576	QUADRA 85	FACE 02	RUA IZAURA BARCELOS SOEIRO, Nº 1068	FUNDOS CASA VERDE	
2577	QUADRA 85	FACE 02	RUA IZAURA BARCELOS SOEIRO, Nº 1092	FRENTE DUPLEX	
2578	QUADRA 85	FACE 02	RUA IZAURA BARCELOS SOEIRO, Nº 1092	FUNDOS DUPLEX	
2579	QUADRA 85	FACE 02	RUA IZAURA BARCELOS SOEIRO, Nº 1104	MURO AZUL	
2580	QUADRA 85	FACE 02	RUA IZAURA BARCELOS SOEIRO, Nº 1116		
2581	QUADRA 85	FACE 02	RUA IZAURA BARCELOS SOEIRO, Nº 1148	ANDAR 1 PORTÃO VERDE	
2582	QUADRA 85	FACE 02	RUA IZAURA BARCELOS SOEIRO, Nº 1148	TERREO PORTÃO VERDE	
2583	QUADRA 85	FACE 02	RUA IZAURA BARCELOS SOEIRO, Nº 1140		VAGO
2584	QUADRA 85	FACE 02	RUA IZAURA BARCELOS SOEIRO, Nº 1152		
2585	QUADRA 85	FACE 02	RUA IZAURA BARCELOS SOEIRO, S/N	APÓS O Nº 1152 DUPLEX CINZA	VAGO
2586	QUADRA 85	FACE 02	RUA IZAURA BARCELOS SOEIRO, Nº 1200		
2587	QUADRA 85	FACE 02	RUA IZAURA BARCELOS SOEIRO, Nº 1236	FRENTE	
2588	QUADRA 85	FACE 02	RUA IZAURA BARCELOS SOEIRO, Nº 1236	FUNDOS	
2589	QUADRA 85	FACE 02	RUA IZAURA BARCELOS SOEIRO, Nº 1224	ANDAR 1	
2590	QUADRA 85	FACE 02	RUA IZAURA BARCELOS SOEIRO, Nº 1224	TERREO	
2591	QUADRA 85	FACE 03	RUA ELIANA CORREIA PINAFO, Nº 1224	LANCHONETE RIO DO SOL	ESTABELECIMENTO COMERCIAL
2592	QUADRA 85	FACE 03	RUA ELIANA CORREIA PINAFO, S/N	CASA 1	
2593	QUADRA 85	FACE 03	RUA ELIANA CORREIA PINAFO, Nº 180	CASA 2	
2594	QUADRA 85	FACE 03	RUA ELIANA CORREIA PINAFO, Nº 1125	ANDAR 1	
2595	QUADRA 85	FACE 04	RUA ODILA PESTANA CALMON, S/N	SERALHERIA	ESTABELECIMENTO COMERCIAL
2596	QUADRA 85	FACE 04	RUA ODILA PESTANA CALMON, Nº 1189		
2597	QUADRA 85	FACE 04	RUA ODILA PESTANA CALMON, Nº 1177		
2598	QUADRA 85	FACE 04	RUA ODILA PESTANA CALMON, Nº 1165		
2599	QUADRA 85	FACE 04	RUA ODILA PESTANA CALMON, Nº 1141	ANDAR 1	

2600	QUADRA 85	FACE 04	RUA ODILA PESTANA CALMON, Nº 1141	TERREO	
2601	QUADRA 85	FACE 04	RUA ODILA PESTANA CALMON, Nº 1117		
2602	QUADRA 85	FACE 04	RUA ODILA PESTANA CALMON, Nº 1105		
2603	QUADRA 85	FACE 04	RUA ODILA PESTANA CALMON, Nº 1093		
2604	QUADRA 85	FACE 04	RUA ODILA PESTANA CALMON, S/N	APÓS O Nº 1093	
2605	QUADRA 85	FACE 04	RUA ODILA PESTANA CALMON, Nº 1069	COR AMARELA	
2606	QUADRA 85	FACE 04	RUA ODILA PESTANA CALMON, Nº 1057	ÚNICA CASA DA FACE	
2607	QUADRA 86	FACE 01	AVENIDA JOSÉ FRANCISCO CAMINATTI BACHETTI	NADA A REGISTRAR	
2608	QUADRA 86	FACE 02	RUA IZAURA BARCELOS SOEIRO	NADA A REGISTRAR	
2609	QUADRA 86	FACE 03	RUA ADALHO FREGONA	NADA A REGISTRAR	
2610	QUADRA 86	FACE 04	RUA ODILA PESTANA CALMON	NADA A REGISTRAR	
2611	QUADRA 87	FACE 01	RUA ADALHO FREGONA, S/N	CASA 1 DE ESQUINA	VAGO
2612	QUADRA 87	FACE 01	RUA ADALHO FREGONA, S/N	CASA 2 FRENTE DUPLEX	
2613	QUADRA 87	FACE 01	RUA ADALHO FREGONA, S/N	CASA 2 FUNDOS	
2614	QUADRA 87	FACE 01	RUA ADALHO FREGONA, S/N	CASA 3	
2615	QUADRA 87	FACE 01	RUA ADALHO FREGONA, S/N	CASA 4	VAGO
2616	QUADRA 87	FACE 01	RUA ADALHO FREGONA, S/N	APÓS A CASA 4	
2617	QUADRA 87	FACE 01	RUA ADALHO FREGONA, S/N	ANTES DA FARMÁCIA	
2618	QUADRA 87	FACE 02	RUA JOSÉ CARLOS LANGA, S/N	FARMÁCIA POPULAR	ESTABELECIMENTO COMERCIAL
2619	QUADRA 87	FACE 02	RUA JOSÉ CARLOS LANGA, S/N	ANDAR 1 TOLDO VERDE	
2620	QUADRA 87	FACE 02	RUA JOSÉ CARLOS LANGA, S/N	TERREO BARBEARIA	ESTABELECIMENTO COMERCIAL
2621	QUADRA 87	FACE 02	RUA JOSÉ CARLOS LANGA, S/N	TERREO AÇAI	ESTABELECIMENTO COMERCIAL
2622	QUADRA 87	FACE 02	RUA JOSÉ CARLOS LANGA, Nº 962		
2623	QUADRA 87	FACE 02	RUA JOSÉ CARLOS LANGA, Nº 1068	FRENTE KILÃO	ESTABELECIMENTO COMERCIAL
2624	QUADRA 87	FACE 02	RUA JOSÉ CARLOS LANGA, Nº 1068	FUNDOS	
2625	QUADRA 87	FACE 02	RUA JOSÉ CARLOS LANGA, Nº 1080	FRENTE WC CORTES	ESTABELECIMENTO COMERCIAL
2626	QUADRA 87	FACE 02	RUA JOSÉ CARLOS LANGA, Nº 1080	FUNDOS	
2627	QUADRA 87	FACE 02	RUA JOSÉ CARLOS LANGA, Nº 1090		
2628	QUADRA 87	FACE 02	RUA JOSÉ CARLOS LANGA, Nº 1106		CONSTRUÇÃO
2629	QUADRA 87	FACE 02	RUA JOSÉ CARLOS LANGA, S/N	INOVAR MARMORE	ESTABELECIMENTO COMERCIAL
2630	QUADRA 87	FACE 02	RUA JOSÉ CARLOS LANGA, Nº 1152	AMEC - MECANICA DE TRATORES	ESTABELECIMENTO COMERCIAL
2631	QUADRA 87	FACE 02	RUA JOSÉ CARLOS LANGA, Nº 1164		
2632	QUADRA 87	FACE 02	RUA JOSÉ CARLOS LANGA, Nº 1170		
2633	QUADRA 87	FACE 02	RUA JOSÉ CARLOS LANGA, Nº 1176		
2634	QUADRA 87	FACE 02	RUA JOSÉ CARLOS LANGA, Nº 1175	FRENTE BAR	ESTABELECIMENTO COMERCIAL
2635	QUADRA 87	FACE 02	RUA JOSÉ CARLOS LANGA, Nº 1175	FUNDOS	
2636	QUADRA 87	FACE 02	RUA JOSÉ CARLOS LANGA, Nº 1177		VAGO
2637	QUADRA 87	FACE 02	RUA JOSÉ CARLOS LANGA, Nº 1212	CASA B	
2638	QUADRA 87	FACE 02	RUA JOSÉ CARLOS LANGA, Nº 1212	CASA A	
2639	QUADRA 87	FACE 02	RUA JOSÉ CARLOS LANGA, S/N	IGREJA	ESTABELECIMENTO RELIGIOSO
2640	QUADRA 87	FACE 03	RUA ELIANA CORREIA PINAFO, S/N	DECORAR MÓVEIS	ESTABELECIMENTO COMERCIAL
2641	QUADRA 87	FACE 04	RUA IZAURA BARCELOS SOEIRO, Nº 1225		

2642	QUADRA 87	FACE 04	RUA IZAURA BARCELOS SOEIRO, Nº 1213		
2643	QUADRA 87	FACE 04	RUA IZAURA BARCELOS SOEIRO, Nº 1201		
2644	QUADRA 87	FACE 04	RUA IZAURA BARCELOS SOEIRO, Nº 1189		
2645	QUADRA 87	FACE 04	RUA IZAURA BARCELOS SOEIRO, Nº 1177	FRENTE ANDAR 1	
2646	QUADRA 87	FACE 04	RUA IZAURA BARCELOS SOEIRO, Nº 1177	FRENTE TERREO	
2647	QUADRA 87	FACE 04	RUA IZAURA BARCELOS SOEIRO, Nº 1177	FUNDOS 1	
2648	QUADRA 87	FACE 04	RUA IZAURA BARCELOS SOEIRO, Nº 1177	FUNDOS 2	VAGO
2649	QUADRA 87	FACE 04	RUA IZAURA BARCELOS SOEIRO, Nº 1177	FUNDOS 3 ANDAR 1	
2650	QUADRA 87	FACE 04	RUA IZAURA BARCELOS SOEIRO, Nº 1185	FRENTE COR AMARELA	
2651	QUADRA 87	FACE 04	RUA IZAURA BARCELOS SOEIRO, Nº 1185	FUNDOS	
2652	QUADRA 87	FACE 04	RUA IZAURA BARCELOS SOEIRO, Nº 1153		
2653	QUADRA 87	FACE 04	RUA IZAURA BARCELOS SOEIRO, Nº 1141		
2654	QUADRA 87	FACE 04	RUA IZAURA BARCELOS SOEIRO, Nº 1129		
2655	QUADRA 87	FACE 04	RUA IZAURA BARCELOS SOEIRO, Nº 1039		VAGO
2656	QUADRA 87	FACE 04	RUA IZAURA BARCELOS SOEIRO, Nº 1081		CONSTRUÇÃO
2657	QUADRA 87	FACE 04	RUA IZAURA BARCELOS SOEIRO, Nº 1069	CASA A FRENTE	
2658	QUADRA 87	FACE 04	RUA IZAURA BARCELOS SOEIRO, Nº 1069	CASA B FUNDOS	
2659	QUADRA 88	FACE 01	RUA CATARINA ZIZINIA DOS REIS, S/N	AMIGO PET	ESTABELECIMENTO COMERCIAL
2660	QUADRA 88	FACE 02	RUA OLINDO BARCELOS SOEIRO, Nº 1128	FRENTE	
2661	QUADRA 88	FACE 02	RUA OLINDO BARCELOS SOEIRO, Nº 1128	FUNDOS	VAGO
2662	QUADRA 88	FACE 02	RUA OLINDO BARCELOS SOEIRO, Nº 1140	FRENTE DUPLEX	
2663	QUADRA 88	FACE 02	RUA OLINDO BARCELOS SOEIRO, Nº 1140	FUNDOS DUPLEX	
2664	QUADRA 88	FACE 02	RUA OLINDO BARCELOS SOEIRO, Nº 1164		
2665	QUADRA 88	FACE 02	RUA OLINDO BARCELOS SOEIRO, Nº 1176		VAGO
2666	QUADRA 88	FACE 02	RUA OLINDO BARCELOS SOEIRO, S/N	FRENTE BAR DA ROSA	ESTABELECIMENTO COMERCIAL
2667	QUADRA 88	FACE 02	RUA OLINDO BARCELOS SOEIRO, S/N	FUNDOS DO BAR DA ROSA	
2668	QUADRA 88	FACE 02	RUA OLINDO BARCELOS SOEIRO, Nº 1212		
2669	QUADRA 88	FACE 02	RUA OLINDO BARCELOS SOEIRO, S/N	APÓS O Nº 1212	
2670	QUADRA 88	FACE 03	RUA ELIANA CORREIA PINAFO, Nº 1224	ANDAR 1	
2671	QUADRA 88	FACE 03	RUA ELIANA CORREIA PINAFO, Nº 1224	TERREO	
2672	QUADRA 88	FACE 03	RUA ELIANA CORREIA PINAFO, Nº 1225		VAGO
2673	QUADRA 88	FACE 04	RUA JOSÉ CARLOS LANGA, Nº 1125		
2674	QUADRA 88	FACE 04	RUA JOSÉ CARLOS LANGA, Nº 1201		
2675	QUADRA 88	FACE 04	RUA JOSÉ CARLOS LANGA, Nº 1189		
2676	QUADRA 88	FACE 04	RUA JOSÉ CARLOS LANGA, Nº 1188		
2677	QUADRA 88	FACE 04	RUA JOSÉ CARLOS LANGA, Nº 1153		
2678	QUADRA 88	FACE 04	RUA JOSÉ CARLOS LANGA, Nº 1141		
2679	QUADRA 88	FACE 04	RUA JOSÉ CARLOS LANGA, Nº 1129		VAGO
2680	QUADRA 88	FACE 04	RUA JOSÉ CARLOS LANGA, S/N	APÓS O Nº 1129	
2681	QUADRA 89	FACE 01	AVENIDA JOSÉ FRANCISCO CAMINATTI BACHETTI	NADA A REGISTRAR	
2682	QUADRA 89	FACE 02	RUA CHARLES VENÂNCIO DE OLIVEIRA	NADA A REGISTRAR	
2683	QUADRA 89	FACE 03	RUA CHARLES VENÂNCIO DE OLIVEIRA	NADA A REGISTRAR	

2684	QUADRA 89	FACE 04	AVENIDA JOSÉ FRANCISCO CAMINATTI BACHETTI	NADA A REGISTRAR	
2685	QUADRA 89	FACE 05	RUA ANACLETO ANTÔNIO ARRIVABENI	NADA A REGISTRAR	
2686	QUADRA 89	FACE 06	AVENIDA HIRAN DE SOUZA LIMA	NADA A REGISTRAR	
2687	QUADRA 89	FACE 07	RUA WILSON MONTOVANELLI, S/N	CASA 1	CONSTRUÇÃO
2688	QUADRA 89	FACE 07	RUA WILSON MONTOVANELLI, S/N	CASA 2	CONSTRUÇÃO
2689	QUADRA 89	FACE 07	RUA WILSON MONTOVANELLI, S/N	CASA 3	CONSTRUÇÃO
2690	QUADRA 89	FACE 07	RUA WILSON MONTOVANELLI, S/N	CASA 4	CONSTRUÇÃO
2691	QUADRA 89	FACE 07	RUA WILSON MONTOVANELLI, S/N	CASA 5	CONSTRUÇÃO
2692	QUADRA 89	FACE 07	RUA WILSON MONTOVANELLI, S/N	CASA 6	CONSTRUÇÃO
2693	QUADRA 89	FACE 07	RUA WILSON MONTOVANELLI, S/N	CASA 7	CONSTRUÇÃO
2694	QUADRA 90	FACE 01	AVENIDA JOSÉ FRANCISCO CAMINATTI BACHETTI		CONSTRUÇÃO
2695	QUADRA 90	FACE 02	RUA CYRIO CORREA DE SOUZA	NADA A REGISTRAR	
2696	QUADRA 90	FACE 03	RUA CYRIO CORREA DE SOUZA	NADA A REGISTRAR	
2697	QUADRA 90	FACE 04	AVENIDA JOSÉ FRANCISCO CAMINATTI BACHETTI, Nº 27		
2698	QUADRA 90	FACE 04	AVENIDA JOSÉ FRANCISCO CAMINATTI BACHETTI, Nº 1273		
2699	QUADRA 90	FACE 04	AVENIDA JOSÉ FRANCISCO CAMINATTI BACHETTI, Nº 24	COQUEIRO NO QUINTAL	
2700	QUADRA 90	FACE 04	AVENIDA JOSÉ FRANCISCO CAMINATTI BACHETTI, Nº 1249	DUPLEX	
2701	QUADRA 90	FACE 05	RUA DERLI DE ASSIS, Nº 50	LADO DIREITO	
2702	QUADRA 90	FACE 05	RUA DERLI DE ASSIS, Nº 50	LADO ESQUERDO	
2703	QUADRA 90	FACE 06	RUA DERLI DE ASSIS, Nº 1200		VAGO
2704	QUADRA 90	FACE 06	RUA DERLI DE ASSIS, Nº 1248		
2705	QUADRA 90	FACE 06	RUA DERLI DE ASSIS, S/N	ANTES DO Nº 1272	
2706	QUADRA 90	FACE 06	RUA DERLI DE ASSIS, Nº 1272	FRENTE	
2707	QUADRA 90	FACE 06	RUA DERLI DE ASSIS, Nº 1272	FUNDOS	
2708	QUADRA 90	FACE 06	RUA DERLI DE ASSIS, S/N	APÓS O Nº 1272	
2709	QUADRA 90	FACE 06	RUA DERLI DE ASSIS, S/N	ANTES DO Nº 1296 DUPLEX 1	CONSTRUÇÃO
2710	QUADRA 90	FACE 06	RUA DERLI DE ASSIS, S/N	ANTES DO Nº 1296 DUPLEX 2	CONSTRUÇÃO
2711	QUADRA 90	FACE 06	RUA DERLI DE ASSIS, Nº 1296		
2712	QUADRA 90	FACE 06	RUA DERLI DE ASSIS, Nº 1308		
2713	QUADRA 90	FACE 07	AVENIDA JOSÉ FRANCISCO CAMINATTI BACHETTI, Nº 1332	COMUNIDADE FAÇA-SE	ESTABELECIMENTO COMERCIAL
2714	QUADRA 90	FACE 07	AVENIDA JOSÉ FRANCISCO CAMINATTI BACHETTI, Nº 1369		
2715	QUADRA 90	FACE 07	AVENIDA JOSÉ FRANCISCO CAMINATTI BACHETTI, Nº 1357	ANDAR 1	
2716	QUADRA 90	FACE 07	AVENIDA JOSÉ FRANCISCO CAMINATTI BACHETTI, Nº 1357	TERREO	
2717	QUADRA 90	FACE 07	AVENIDA JOSÉ FRANCISCO CAMINATTI BACHETTI, Nº 1333	CASA B DUPLEX LADO DIREITO	
2718	QUADRA 90	FACE 07	AVENIDA JOSÉ FRANCISCO CAMINATTI BACHETTI, Nº 1333	CASA A DUPLEX LADO DIREITO	
2719	QUADRA 90	FACE 07	AVENIDA JOSÉ FRANCISCO CAMINATTI BACHETTI, S/N	APÓS O Nº 1333 PORTÃO VERDE	
2720	QUADRA 90	FACE 07	AVENIDA JOSÉ FRANCISCO CAMINATTI BACHETTI, Nº 1309		
2721	QUADRA 90	FACE 07	AVENIDA JOSÉ FRANCISCO CAMINATTI BACHETTI, S/N	APÓS O Nº 1309	
2722	QUADRA 90	FACE 07	AVENIDA JOSÉ FRANCISCO CAMINATTI BACHETTI, Nº 1285		
2723	QUADRA 90	FACE 07	AVENIDA JOSÉ FRANCISCO CAMINATTI BACHETTI, Nº 20		
2724	QUADRA 90	FACE 07	AVENIDA JOSÉ FRANCISCO CAMINATTI BACHETTI, Nº 1261		
2725	QUADRA 90	FACE 07	AVENIDA JOSÉ FRANCISCO CAMINATTI BACHETTI, Nº 1237		

2726	QUADRA 90	FACE 08	RUA DOMINGOS BARBOSA	GRACIONI FIBRAC	ESTABELECIMENTO COMERCIAL
2727	QUADRA 90	FACE 09	AVENIDA HIRAN DE SOUZA LIMA, Nº 1236		ESTABELECIMENTO COMERCIAL
2728	QUADRA 90	FACE 09	AVENIDA HIRAN DE SOUZA LIMA, Nº 1308	EMPILHATEC	ESTABELECIMENTO COMERCIAL
2729	QUADRA 90	FACE 09	AVENIDA HIRAN DE SOUZA LIMA, S/N	GALPÃO MURO AMARELO	ESTABELECIMENTO COMERCIAL
2730	QUADRA 90	FACE 09	AVENIDA HIRAN DE SOUZA LIMA, Nº 1356		
2731	QUADRA 90	FACE 09	AVENIDA HIRAN DE SOUZA LIMA, Nº 1368		
2732	QUADRA 90	FACE 10	RUA ANACLETO ANTÔNIO ARRIVABENI	NADA A REGISTRAR	
2733	QUADRA 91	FACE 01	AVENIDA JOSÉ FRANCISCO CAMINATTI BACHETTI	NADA A REGISTRAR	
2734	QUADRA 91	FACE 02	RUA ATAHUALPA DUARTE CALMON COSTA	NADA A REGISTRAR	
2735	QUADRA 91	FACE 03	AVENIDA HIRAN DE SOUZA LIMA	NADA A REGISTRAR	
2736	QUADRA 91	FACE 04	RUA DOMINGOS BARBOSA	NADA A REGISTRAR	
2737	QUADRA 92	FACE 01	AVENIDA JOSÉ FRANCISCO CAMINATTI BACHETTI, Nº 330		
2738	QUADRA 92	FACE 01	AVENIDA JOSÉ FRANCISCO CAMINATTI BACHETTI, S/N	CIPEDRAS	ESTABELECIMENTO COMERCIAL
2739	QUADRA 92	FACE 02	RUA ALCEBIADES RANGEL DE SOUZA	NADA A REGISTRAR	
2740	QUADRA 92	FACE 03	RUA ALCEBIADES RANGEL DE SOUZA	NADA A REGISTRAR	
2741	QUADRA 92	FACE 04	AVENIDA JOSÉ FRANCISCO CAMINATTI BACHETTI	NADA A REGISTRAR	
2742	QUADRA 92	FACE 05	RUA LINDAURA SUZANO ROSSONI, S/N	AFA - ASSOCIAÇÃO	ESTABELECIMENTO COMERCIAL
2743	QUADRA 92	FACE 06	AVENIDA HIRAN DE SOUZA LIMA	NADA A REGISTRAR	
2744	QUADRA 92	FACE 07	RUA ATAHUALPA DUARTE CALMON COSTA	NADA A REGISTRAR	
2745	QUADRA 93	FACE 01	AVENIDA JOSÉ FRANCISCO CAMINATTI BACHETTI	NADA A REGISTRAR	
2746	QUADRA 93	FACE 02	RUA MARIO MENDOÇA DE CARVALHO, S/N	ANTES DO Nº 1272	CONSTRUÇÃO
2747	QUADRA 93	FACE 02	RUA MARIO MENDOÇA DE CARVALHO, Nº 1272		CONSTRUÇÃO
2748	QUADRA 93	FACE 02	RUA MARIO MENDOÇA DE CARVALHO, Nº 1296		
2749	QUADRA 93	FACE 02	RUA MARIO MENDOÇA DE CARVALHO, S/N	QUADRA 3 LOTE 7 CASA 1	
2750	QUADRA 93	FACE 02	RUA MARIO MENDOÇA DE CARVALHO, S/N	QUADRA 3 LOTE 7 CASA 2	
2751	QUADRA 93	FACE 02	RUA MARIO MENDOÇA DE CARVALHO, S/N	ANTES DO Nº 1344	CONSTRUÇÃO
2752	QUADRA 93	FACE 02	RUA MARIO MENDOÇA DE CARVALHO, Nº 1344 B		
2753	QUADRA 93	FACE 02	RUA MARIO MENDOÇA DE CARVALHO, Nº 1344 A		
2754	QUADRA 93	FACE 02	RUA MARIO MENDOÇA DE CARVALHO, Nº 1356		
2755	QUADRA 93	FACE 02	RUA MARIO MENDOÇA DE CARVALHO, Nº 1368	COMÉRCIO	ESTABELECIMENTO COMERCIAL
2756	QUADRA 93	FACE 03	RUA MARIO MENDOÇA DE CARVALHO, Nº 1357		
2757	QUADRA 93	FACE 03	RUA MARIO MENDOÇA DE CARVALHO, Nº 1273	CASA 7	
2758	QUADRA 93	FACE 03	RUA MARIO MENDOÇA DE CARVALHO, Nº 1273	CASA 6	
2759	QUADRA 93	FACE 03	RUA MARIO MENDOÇA DE CARVALHO, Nº 1273	CASA 5	
2760	QUADRA 93	FACE 03	RUA MARIO MENDOÇA DE CARVALHO, Nº 1273	CASA 4	
2761	QUADRA 93	FACE 03	RUA MARIO MENDOÇA DE CARVALHO, Nº 1273	CASA 3	
2762	QUADRA 93	FACE 03	RUA MARIO MENDOÇA DE CARVALHO, Nº 1273	CASA 2	
2763	QUADRA 93	FACE 03	RUA MARIO MENDOÇA DE CARVALHO, Nº 1273	CASA 1	
2764	QUADRA 93	FACE 03	RUA MARIO MENDOÇA DE CARVALHO, S/N	APÓS O Nº 1273	
2765	QUADRA 93	FACE 04	AVENIDA JOSÉ FRANCISCO CAMINATTI BACHETTI, S/N	ANTES DO Nº 111	
2766	QUADRA 93	FACE 04	AVENIDA JOSÉ FRANCISCO CAMINATTI BACHETTI, Nº 111		
2767	QUADRA 93	FACE 04	AVENIDA JOSÉ FRANCISCO CAMINATTI BACHETTI, Nº 101		

2768	QUADRA 93	FACE 04	AVENIDA JOSÉ FRANCISCO CAMINATTI BACHETTI, S/N	APÓS O Nº 101 CASA 1	
2769	QUADRA 93	FACE 04	AVENIDA JOSÉ FRANCISCO CAMINATTI BACHETTI, Nº	APÓS O Nº 101 CASA 2	
2770	QUADRA 93	FACE 04	AVENIDA JOSÉ FRANCISCO CAMINATTI BACHETTI, Nº	APÓS O Nº 101 CASA 3	VAGO
2771	QUADRA 93	FACE 04	AVENIDA JOSÉ FRANCISCO CAMINATTI BACHETTI, Nº 01		
2772	QUADRA 93	FACE 05	RUA IGENE FRANCISQUETO QUITIBÁ, Nº 1272		
2773	QUADRA 93	FACE 06	RUA IGENE FRANCISQUETO QUITIBÁ	NADA A REGISTRAR	
2774	QUADRA 93	FACE 07	AVENIDA JOSÉ FRANCISCO CAMINATTI BACHETTI	NADA A REGISTRAR	
2775	QUADRA 93	FACE 08	AVENIDA PRESIDENTE SAMUEL BATISTA CRUZ	NADA A REGISTRAR	
2776	QUADRA 93	FACE 09	AVENIDA HIRAN DE SOUZA LIMA	NADA A REGISTRAR	
2777	QUADRA 93	FACE 10	RUA LINDAURA SUZANO ROSSONI	NADA A REGISTRAR	
2778	QUADRA 94	FACE 01	AVENIDA HIRAN DE SOUZA LIMA	NADA A REGISTRAR	
2779	QUADRA 94	FACE 02	AVENIDA PRESIDENTE SAMUEL BATISTA CRUZ, Nº 800	ALVORA OFININA MECÂNICA	ESTABELECIMENTO COMERCIAL
2780	QUADRA 94	FACE 03	AVENIDA DOUTOR JAIR FREGONA	NADA A REGISTRAR	
2781	QUADRA 94	FACE 04	RUA ATAHUALPA DUARTE CALMON COSTA	NADA A REGISTRAR	
2782	QUADRA 95	FACE 01	AVENIDA DOUTOR JAIR FREGONA	NADA A REGISTRAR	
2783	QUADRA 95	FACE 02	AVENIDA PRESIDENTE SAMUEL BATISTA CRUZ	NADA A REGISTRAR	
2784	QUADRA 95	FACE 03	ESTRADA SEM MONECLATURA	NADA A REGISTRAR	
2785	QUADRA 95	FACE 04	RUA ATAHUALPA DUARTE CALMON COSTA	NADA A REGISTRAR	